



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**METONÍMIAS GEOGRÁFICAS**

Imaginação e retórica da paisagem  
no semi-árido pernambucano

VOLUME 1

Caio Augusto Amorim Maciel

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Doutorado em Geografia

Orientadora: Iná Elias de Castro  
Doutora

Rio de Janeiro

2004

**METONÍMIAS GEOGRÁFICAS:  
Imaginação e retórica da paisagem no semi-árido pernambucano**

CAIO AUGUSTO AMORIM MACIEL

Tese de doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientadora: Profa. Dra. Iná Elias de  
Castro

Rio de Janeiro  
2004

**Maciel, Caio Augusto Amorim**

**Metonímias geográficas : imaginação e retórica da paisagem no semi-árido pernambucano / Caio Augusto Amorim Maciel. – Recife : O Autor, 2004.**

**2 v. ; il., fig., mapas, tab., quadros, fotos.**

**Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. CCMN. Geografia, 2004.**

**Inclui bibliografia e anexo.**

**1. Geografia – Geografia cultural. 2. Paisagem, semi-árido pernambucano – Imaginário e retórica – Conceito de sertão. 3. Retórica da paisagem – Metonímias geográficas – Identidades territoriais – Fisionomia e simbolismo da paisagem. 4. Região, lugar de vida e sujeito enunciatador – Pequeno produtor rural e sertanejo – Geosofia – Atitudes figurativas em relação ao espaço. I. Título.**

**911.53**

**910**

**CDU (2.ed.)**

**CDD (22.ed.)**

**UFPE**

**BC2005-674**

METONÍMIAS GEOGRÁFICAS:  
Imaginação e retórica da paisagem no semi-árido pernambucano

CAIO AUGUSTO AMORIM MACIEL

Tese de doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em ciências: geografia.

Aprovada por:

Profa. Iná Elias de Castro \_\_\_\_\_ - Orientadora  
(Doutora, PPGG/UFRJ)

Prof. Vincent Berdoulay \_\_\_\_\_  
(Doutor, SET/UPPA)

Prof. Roberto Lobato Corrêa \_\_\_\_\_  
(Doutor, PPGG/UFRJ)

Prof. Paulo César da Costa Gomes \_\_\_\_\_  
(Doutor, PPGG/UFRJ)

Profa. Beatriz M. Alasia de Heredia \_\_\_\_\_  
(Doutora, PPGSA/UFRJ)

Profa. Edvânia Torres Aguiar Gomes \_\_\_\_\_  
(Doutora, PPGG/UFPE)

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2004

*A todos aqueles que participaram da aventura de fazer “No Sertão Eu Vi”  
e seguiram viagem do Araripe aos Pirineus, do São Francisco ao Tâmisia...*

*Especialmente à minha irmã Kátia Maciel, que, com o seu entusiasmo  
em filmar o semi-árido, me deu o mote para a realização deste trabalho.*

*Se você visse como é o meu sertão,  
aí você diria que eu falo com razão*

*Luiz Gonzaga e José Marcolino*

## AGRADECIMENTOS

Muitos dizem que a conclusão de uma pesquisa tem semelhanças com o final de uma viagem. Pois bem, ao terminar o presente trabalho, tenho a nítida sensação de estar saindo de uma sessão de cinema, onde o filme é justamente sobre viagens fantásticas e viajantes intrépidos. Não se trata de uma película comum, a qual assisti no conforto de uma poltrona em uma tarde de domingo qualquer, mas sim do registro pessoal de uma aventura coletiva na qual me vi compulsoriamente colocado no papel de diretor.

Já estamos à meia-luz e os espectadores mais apressados tomam o rumo da porta de saída enquanto desce “a sopa de letrinhas” dos créditos desse documentário imaginário. No entanto, nada é mais recompensador para todos aqueles que tiveram alguma participação nas várias fases da realização de um filme do que a aparição de seus nomes em meio à cascata de colaboradores que, em ação conjunta, possibilitaram a realização da obra a contento – mesmo que de uma maneira mais ou menos fragmentária e até inconsciente. Neste instante mágico, o coração bate forte e somos todos levados a devanear, através de *mini-flashbacks* só nossos, pelos momentos mais gratificantes da empreitada.

Cabe-me, para encerrar a projeção, a última e delicada tarefa de fazer os agradecimentos às pessoas e instituições que participaram deste projeto desde o seu início, pedindo perdão antecipado pelas omissões que porventura poderei cometer. É que sempre acabamos nos perdendo nos meandros do roteiro tantas vezes alterado e acrescido das valiosas contribuições das pessoas encontradas no caminho. Meu sincero muito obrigado a todos aqueles que ficaram até o acender total das luzes.

Gostaria de agradecer primeiramente aos colegas do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco pelo pronto atendimento de meu pedido de afastamento, arcando assim com a pesada carga horária que, desde algum tempo, faz parte do cotidiano dos docentes do ensino público superior.

Sou grato à CAPES/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação) pela bolsa que me possibilitou realizar integralmente este estudo, incluindo o doutorado-sanduíche na França.

Um agradecimento muito especial vai para a minha orientadora, a professora Iná Elias de Castro, com quem me deparei numa das salas de comunicações orais do

congresso da AGB de Vitória da Conquista/BA, em 1998, muitíssimo interessada em ver meus *slides* sobre o sertão e debater o tema do imaginário nordestino com uma rara propriedade e abertura de espírito. A partir daquele encontro – e de seu incentivo para que eu elaborasse um projeto de pesquisa – o doutorado começou a se delinear como uma possibilidade real. Na nossa convivência no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, onde ingressei, Iná mostrou-se tão solícita, objetiva e crítica quanto um orientando pode desejar de seu mestre. Como se não bastasse, ao iniciar o curso no PPGG, convidou-me a ilustre professora a fazer uma parte do doutorado em Pau, introduzindo-me no universo da francofonia, ao qual, confesso, era bastante reticente. Enfim, este papel de educadora instigante, generosa e em sentido integral é a melhor lição que trago guardada desde o nosso primeiro dia de trabalho.

Iná apresentou-me, ainda, ao professor Vincent Berdoulay, da Université de Pau et des Pays de l'Adour (UPPA), que acabou sendo quase que um co-orientador da tese. Agradeço enormemente a acolhida calorosa que tive na França, as suas preciosas sugestões e a paciência em discutir os temas da pesquisa, apesar de meu francês sofrível. Berdoulay não só integrou-me plenamente às atividades do laboratório SET (Société, Environnement, Territoire) como me mostrou o “caminho das pedras” da vida universitária ao sopé dos Pirineus. Também pude compartilhar da sua vida em família e conhecer um pouco dos costumes e da cultura local. Um abraço especialíssimo vai aqui para a sua esposa, Montserrat Morales, que se tornou minha amiga, e também para as “crianças”, especialmente Maité. Vincent e Montse foram para mim, nesta primeira vez em que saí do Brasil, como pai e mãe – e pudemos cultivar nossa amizade em um esplêndido trabalho de campo nos sertões de Pernambuco e da Bahia em outubro de 2003. Sinceramente, muito obrigado.

À minha família também sou infinitamente grato – estamos sempre juntos em vários projetos, e o apoio de meus pais, Jarbas Maciel e Eldenize Amorim Maciel, tem sido fundamental para a realização dos meus sonhos. O acompanhamento de meu pai, desde o nascimento das idéias mais incipientes até o desenvolvimento das reflexões mais aprofundadas desta tese configura uma espécie de “terceira orientação” – foi ele, por exemplo, quem me apresentou à hermenêutica ao discutir meu anteprojeto de estudo. Porém, jamais esquecerei das influências mais remotas, como seu fascínio por Euclides da Cunha e pelo sertão, que começou a me contagiar com as récitas que ele



fazia da célebre passagem “Travessia do Cambaio”, além da música armorial que tão raramente compõe, e com que maestria (até hoje quando penso nos sertanejos entrevistados me vêm aos ouvidos os acordes do “Côco Zambê”). De minha mãe tenho a agradecer o apoio abnegado a todas as etapas da minha carreira de professor-estudante, ela que esteve sempre com os pés no chão e atenta para que eu não fosse devorado pelas quimeras da investigação científica. A minha referência de vida real, “normal” e leve foi dada por Dona Denize, sobretudo nos momentos finais, em que tive de isolar-me em meu *bunker* estrategicamente montado no apartamento ao lado do seu. Obrigado, mainha, do fundo do coração: o ponto final desta tese é para a senhora!

Ainda no âmbito familiar, devo especial agradecimento à minha irmã, Kátia Maciel, que com coragem e tenacidade lutou para realizar o vídeo-documentário “No Sertão eu Vi”, no fundo o gérmen da minha tese. Reunindo uma equipe maravilhosa, ela conseguiu despertar um interesse há muito tempo latente em mim: o de viajar pelo interior semi-árido do Nordeste, uma terra em que ainda nos parecia a ambos estranha e desafiadora. Aqueles quatro anos em que batalhamos juntos para tirar do papel o projeto do filme foram muito ricos e produtivos, uma experiência ímpar. Preciso dizer ainda um muito obrigado tanto a Kátia quanto ao seu companheiro Luciano Brandão, por haverem me aturado nos momentos finais e estressantes da tese, quando eu não passava de uma sombra fantasmagórica dentro de casa, em frente à tela do computador.

Aos que trabalharam na produção do filme, agradeço em especial à “patota dos geógrafos”: Mauro José da Silva, sertanejo de Toritama, o cabra que me ensinou a olhar o semi-árido e é um companheiro fiel desde muitas (e difíceis) aventuras anteriores; e Marcílio Sandro de Medeiros, estagiário de geografia e “pau para toda obra”, uma trajetória que quase se perdia nos corredores da UFPE, mas que hoje em muito nos orgulha.

Pelo seu papel de crítica construtiva e pelas primeiras sugestões ao projeto de pesquisa registro minha gratidão à professora Edvânia Torres Aguiar Gomes, colega de departamento, e que também muito me incentivou a buscar a qualificação profissional como um objetivo prioritário. Ainda no âmbito da UFPE agradeço aos funcionários do Centro de Filosofia e Ciências Humanas Carlos Duprat e Domingos Aurélio pela maneira solícita através da qual me ajudaram a encaminhar todas as demandas

administrativas. Na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Ramiro Miranda cumpriu tarefa semelhante, sempre eficiente e bem-humorado.

Na UFRJ agradeço aos professores Scott William Hoefle e Roberto Lobato Corrêa pelos comentários e sugestões pertinentes no momento da defesa do projeto (qualificação); às servidoras Ildione de Jesus Oliveira Rocha e Nildete Francina Claudino pela paciência e presteza; e ao professor Paulo César da Costa Gomes pelo seu apoio em me enviar à França. Sou grato ainda aos colegas da turma de doutorado do milênio (pois é, e o tal do mundo não se acabou), especialmente a Maria Clara da Cruz, com quem trabalhei de maneira mais próxima. Também devo gratidão a Rafael Winter Ribeiro, pela troca constante de informações e pela rede de amizades que construímos.

É preciso ainda registrar meu muito obrigado aos colegas da UPPA: de modo muito especial a Raymond Badel, mestre dos computadores e senhor da montanha – jamais esquecerei a visão de Gavarnie! Também gostaria de retribuir o apoio e afeto recebido de Jacqueline Pradet, Dominique Romero, Monique Morales, Françoise Puissegur (et Chouchou) e Marie-Therèse Labarte. Às companheiras da pós-graduação Silvie Miaux e Mariana Crepaldi de Paula, que, além de cicerones, foram minhas amigas inseparáveis, penhoros a ajuda recebida e espero retribuir em dobro. Finalmente, ao meu caro amigo Laurent Despin, reconheço a paciência e o entusiasmo em debater as idéias da tese quase que diariamente no restaurante universitário *La Vague*, durante o intervalo para o almoço. Na comunidade extra-muros universitários, agradeço a Phillippe Lahitete por ter me dado o prazer de conhecer as belezas do sudoeste da França e pela sua amizade afetuosa e sincera.

No Brasil, algumas pessoas foram fundamentais para a realização do trabalho de campo no sertão e a elas gostaria de prestar meu reconhecimento: primeiramente ao amigo fiel João Domingos Pinheiro Filho, meu “capitão do mato” e “sertanejo” do agreste, que na verdade acompanhou pacientemente todo o processo do doutoramento, oferecendo suas sugestões e seu apoio humano e material. Minha gratidão estende-se à sua família, Sônia (minha comadre de fogueira), Dona Preta e as crianças, que receberam tão bem as equipes de pesquisa com xerém de galinha, churrasco de bode, paçoca, suco de pitanga e outras iguarias mais. Caruaru roubou, assim, o epíteto de “porta do sertão” à Arcoverde...

Agradeço, da mesma forma, às seguintes pessoas e instituições que abriram os caminhos da investigação direta: Mauro José da Silva (mais uma vez!), Avanildo Duque da Silva, Flávio Duarte, Felipe Jalfin, Edierck, Maria Auxiliadora Lustosa Coelho (Dodora), Licínio Antônio Lustosa Roriz e toda a equipe do CESVASF (Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco – Belém do São Francisco), Ademar José de Oliveira e todos os trabalhadores do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Afogados da Ingazeira.

Sou imensamente agradecido à Diaconia, na pessoa do agrônomo Mário, e ao Centro Dom Hélder Câmara, através de Anchieta (ambos no Pajeú); à Associação de Moradores do Sítio Peladas (Caruaru), notadamente à Dona Quitéria; à Associação de Moradores dos Sítios Leitão-Umbuzeiro e Santo Antônio (Afogados da Ingazeira); aos trabalhadores rurais do pólo sindical Monte Alegre (Afogados da Ingazeira), especialmente ao agricultor-pesquisador Viva e sua família. Agradeço ainda aos reassentados dos projetos Caraíbas (Santa Maria da Boa Vista) e Manga de Baixo (Belém do São Francisco), bem como ao agricultor Geraldo Sérgio de Almeida e família (Itacuruba), que me levaram das margens do lago da barragem de Itaparica aos confins da Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha).

Gostaria de registrar o apoio de dois amigos especiais durante as viagens ao sertão, e que trabalharam como verdadeiros auxiliares de pesquisa: Valdemir José da Silva, ex-aluno de geografia na UPFE, e Sérgio Marcene da Silva, motorista e aventureiro que comigo percorreu o Pajeú de ponta a ponta. Nossas trilhas pelas caatingas foram inesquecíveis. No Rio de Janeiro, agradeço ao sertanejo mais cosmopolita que conheço, Júlio Probo de Alencar, pelo companheirismo e paciência, evitando que eu me desesperasse nos momentos mais difíceis da tese, papel cumprido em Recife (e no Engenho Pombal) pelo querido Sérgio Luís de Andrade Lima. Juntam-se ao círculo dos amigos a quem devo tanto Mônica Cox e Cláudio Ubiratan Gonçalves – muito obrigado a todos por terem compreendido o meu momento!

Por fim, a agradeço a Ronaldo Patrício pela ajuda na transcrição das fitas, a Cosme Guarines pelas aulas de francês, a Cláudio Martins da Silva pela editoração dos mapas e figuras, a Julien Vandeburie pelo resumo em francês e às secretárias Lucinha e Lourdes por terem tornado o cotidiano da fase de redação o mais tranqüilo possível.

## RESUMO

MACIEL, Caio Augusto Amorim. *Metonímias Geográficas: imaginação e retórica da paisagem do semi-árido pernambucano*. Orientadora: Iná Elias de Castro. Rio de Janeiro: UFRJ/ CCMN/ IGEO/ PPGG, 2004. Tese (Doutorado em Geografia).

As identidades territoriais encontram nas paisagens uma fonte de simbolismos e um meio de expressão privilegiados. Partindo desta premissa, procuro investigar no presente trabalho como as apropriações, interpretações e atribuições de significados às paisagens da região semi-árida do estado de Pernambuco (Brasil) contribuiriam – através de uma retórica intimamente relacionada ao imaginário geográfico regional e à experiência de vida de seus habitantes – para a atualização ou questionamento da idéia de sertão nordestino. Especulo se seria possível tomar a própria eloquência paisagística relacionada à semi-aridez como um repertório mnemônico e cognitivo da geograficidade da existência, que forneceria um instrumento de compreensão dos sentidos e tensões dos processos de simbolização envolvidos na construção do sentimento de pertencer a uma região. Embora as paisagens simbólicas representem, em grande parte, reflexos de modos externos de conceber e valorizar o espaço, minha hipótese geral é de que elas encerrariam um procedimento retórico específico daqueles que as habitam, vivenciam e as exprimem culturalmente, assumindo o papel de metonímias através das quais os sujeitos enunciariam suas visões da região a partir de três esferas: o enraizamento no lugar; o cruzamento do imaginário geográfico coletivo e individual; e finalmente a mediação dos sentimentos de pertença. Esse processo cognitivo, a despeito de ser marcado pelo subjetivismo e muitas vezes ancorado em uma narrativa mítica, seria fundamental para a compreensão dos fenômenos concretos que interessam à geografia – incluindo a valorização e organização funcional do espaço, bem como as conseqüências dos recortes do território operados pelas aspirações identitárias.

## ABSTRACT

MACIEL, Caio Augusto Amorim. *Metonímias Geográficas: imaginação e retórica da paisagem do semi-árido pernambucano*. Orientadora: Iná Elias de Castro. Rio de Janeiro: UFRJ/ CCMN/ IGEO/ PPGG, 2004. Tese (Doutorado em Geografia).

Territorial identities have in landscapes a privileged source of symbolisms and of means of expression. On this premise, I try to investigate in the present work how the appropriations, interpretations and the attribution of meanings to the landscapes of the semi-arid region of the State of Pernambuco (Brazil) would contribute – through a rhetoric that is closely related to this region's geographical imagery and its population's life experience – to a new approach that calls into question the very idea of the so-called Northeastern backland. I submit whether it would be possible to take this self-same arid landscape eloquence as a mnemonic and cognitive repertoire of the geographicalness of the backlands inhabitant's existence. This would provide an instrument for the understanding of the meaning and tensions of the symbolization processes which the construction of the sense of belonging to a region naturally entails. Although symbolic landscapes are in most cases reflexes of overt modes of conception and valuation of the space, my general hypothesis is that they represent a specific rhetorical process utilized by those who inhabit, live on and express the landscape in their culture; that these symbolic landscapes play the role of metonymies through which the subjects express their visions of the region from the point of reference of three spheres: the way they are rooted in the place; the way the collective geographical imagery crosses that of the individual; and lastly the way the feelings of belonging are mediated. This cognitive process, though sometimes marked by subjectivism and usually rooted in mythical narrative, would be basal to a better understanding of the concrete phenomena studied by geography – including those related to the valuation and functional organization of the space, as well as to the consequences of the territorial clippings yielded by the inhabitant's identity aspirations.

## RÉSUMÉ

MACIEL, Caio Augusto Amorim. *Metonímias Geográficas: imaginação e retórica da paisagem do semi-árido pernambucano*. Orientadora: Iná Elias de Castro. Rio de Janeiro: UFRJ/ CCMN/ IGEO/ PPGG, 2004. Tese (Doutorado em Geografia).

Les identités territoriales trouvent dans les paysages à la fois une source de symbolisme et des moyens d'expression privilégiés. À partir de cette supposition, j'essaie de montrer dans ce travail comment les appropriations, interprétations et attributions de significations aux paysages de la région semi-aride de l'Etat du Pernambuco (Brésil) auraient contribué – à travers une rhétorique intimement inspirée par l'imaginaire géographique régional et par les vies et expériences de ses habitants – à l'actualisation ou la remise en question de l'idée de sertão nordestin. Je m'interroge sur la possibilité de considérer l'éloquence paysagère du semi-aride comme un répertoire mnémotecnique et cognitif de la géographie de l'existence. Ce répertoire fournirait donc un instrument de compréhension des sentiments et tensions liés aux processus de symbolisation qui participent à la construction du sentiment d'appartenance à la région. Bien que les paysages symboliques représentent, en majeure partie, les simples reflets des manières externes de concevoir et valoriser l'espace, mon hypothèse générale est qu'ils révèlent un processus rhétorique spécifique propre à ceux qui les habitent, les vivent et les expriment culturellement. Ainsi, les paysages symboliques auraient un rôle de figurations métonymiques à travers desquels les sujets énonceraient leurs visions de la région à partir de trois sphères cognitives : l'enracinement au lieu, le croisement de l'imaginaire collectif et individuel et finalement, le traitement des sentiments d'appartenance. Cette pensée figurative, en dépit du fait d'être marqué par le subjectivisme et maintes fois ancrée dans une narration mythifiée, serait fondamentale pour la compréhension des phénomènes concrets qui intéressent la géographie – en ce compris la valorisation et l'organisation fonctionnelle de l'espace, comme conséquence des découpages du territoire opérés par des aspirations identitaires.

## ÍNDICE DE MAPAS

	<b>P.</b>
Mapa 1 – Nordeste Brasileiro e semi-árido	5
Mapa 2 – Áreas secas do Nordeste Brasileiro (incluindo norte de Minas Gerais)	6
Mapa 3 – Nordeste Oriental e Pernambuco: principais rios das áreas em estudo	7
Mapa 4 – Itinerários e municípios visitados durante as filmagens do vídeo-documentário “No Sertão Eu Vi” (1997-1998)	256
Mapa 5 – Itinerários e municípios visitados durante o trabalho de campo (2003)	265
Mapa 6 – Os três enquadramentos de pesquisa no semi-árido pernambucano	266
Mapa 7 – Semi-árido pernambucano: grandes unidades de paisagem	269
Mapa 8 – Municípios estudados no semi-árido pernambucano (com indicação daqueles em que foram aplicadas as entrevistas)	285
Mapa 9 – Unidades geoambientais do enquadramento Agreste	288
Mapa 10 – Unidades geoambientais do enquadramento Pajeú	294
Mapa 11 – Unidades geoambientais do enquadramento São Francisco	302
Mapa 12 – Grau de urbanização do enquadramento <i>Agreste de Caruaru</i> (2000)	312
Mapa 13 – Grau de urbanização do enquadramento <i>Sertão do Pajeú</i> (2000)	312
Mapa 14 – Grau de urbanização do enquadramento <i>São Francisco</i> (2000)	312
Mapa 15 – Densidade demográfica do enquadramento <i>Agreste de Caruaru</i> (2000)	313
Mapa 16 – Densidade demográfica do enquadramento <i>Sertão do Pajeú</i> (2000)	313
Mapa 17 – Densidade demográfica do enquadramento <i>Sertão do São Francisco</i> (2000)	313
Mapa 18 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do enquadramento <i>Agreste de Caruaru</i> (2000)	314
Mapa 19 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do enquadramento <i>Sertão do Pajeú</i> (2000)	314
Mapa 20 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do enquadramento <i>Sertão do São Francisco</i> (2000)	314

## ÍNDICE DE FIGURAS

	<b>P.</b>
Figura 1 – Modelo de análise hermenêutica da retórica da paisagem	184
Figura 2 – Esquema prévio sobre as concepções de sertão e suas associações metafóricas principais nos três enquadramentos selecionados	261
Figura 3 – Depressão sertaneja	271
Figura 4 – Planalto da Borborema	275
Figura 5 – Maciços residuais	279
Figura 6 – Planaltos sedimentares	281
Figura 7 – Fac-símile de material publicitário da CHESF	483
Figura 8 – Fac-símile de material publicitário do perímetro irrigado de Maria Tereza – Petrolina	485
Figura 9 - Fac-símile de material publicitário do perímetro irrigado de Maria Tereza – Petrolina (parte posterior)	485

## ÍNDICE DE TABELAS

	<b>P.</b>
Tabela 1 – Municípios do semi-árido visitados durante as filmagens do vídeo-documentário “No Sertão Eu Vi”	255
Tabela 2 – Resumo do estabelecimento de três enquadramentos culturalmente diferenciados no semi-árido pernambucano segundo quatro critérios de sua instituição simbólica	263
Tabela 3 - Municípios do semi-árido visitados durante a pesquisa	284
Tabela 4 – Densidade demográfica, IDH-M e grau de urbanização nos municípios estudados	311
Tabela 5 – Distribuição do número e do sexo dos entrevistados por enquadramento	319
Tabela 6 – Migrações e viagens na história de vida dos entrevistados segundo os enquadramentos	328
Tabela 7 – Faixa etária da amostra	329
Tabela 8 – Condição dos entrevistados em relação à terra	330
Tabela 9 – Principal ocupação dos entrevistados	331

## ÍNDICE DE QUADROS E TÁBUAS

	<b>P.</b>
Quadro 1-A – Agreste, figurações positivas	322
Quadro 1-B – Agreste, figurações negativas	322
Quadro 2-A – Pajeú, figurações positivas	323
Quadro 2-B – Pajeú, figurações negativas	323
Quadro 3-A – São Francisco, figurações positivas	324
Quadro 3-B – São Francisco, figurações negativas	324
Quadro-resumo 1 – Convergência do imaginário e das narrativas envolvendo a relação agreste-sertão no enquadramento <i>Agreste de Caruaru</i>	335
Tábua A-1 – Sentidos metonímicos das paisagens do Agreste de Caruaru: <i>retórica do agreste como sertão “manso”</i>	344
Tábua A-2 - Sentidos metonímicos das paisagens do Agreste de Caruaru: <i>retórica do agreste como transição para o sertão</i>	348
Tábua A-3 - Sentidos metonímicos das paisagens do Agreste de Caruaru: <i>retórica do agreste como sertão transformado pela ação humana</i>	353
Tábua A-4 - Sentidos metonímicos das paisagens do Agreste de Caruaru: <i>retórica do agreste como sertão conhecido</i>	357
Tábua A-5 - Sentidos metonímicos das paisagens do Agreste de Caruaru: <i>retórica da especificidade do agreste</i>	361
Quadro-resumo 2 - Convergência do imaginário e das narrativas envolvendo a relação Pajeú-sertão no enquadramento <i>Pajeú de Afogados da Ingazeira</i>	372
Tábua B-1 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do Pajeú: <i>retórica do sertão singular</i>	380
Tábua B-2 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do Pajeú: <i>retórica dos sertão extraordinário</i>	386



Tábua B-3 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do Pajeú: <i>retórica do sertão mediano</i>	393
Tábua B-4 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do Pajeú: <i>retórica do sertão comum, melhorado pela ação humana</i>	402
Tábua B-5 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do Pajeú: <i>retórica do sertão típico, exceto a beira-rio</i>	408
Quadro-resumo 3 - Convergência do imaginário e das narrativas sobre o sertão envolvendo a relação beira-rio/caatinga/serras agrestes no enquadramento <i>São Francisco</i>	418
Tábua C-1 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco: <i>retórica da beira-rio como “não sertão” e das caatingas como “espaço de repulsa”</i>	427
Tábua C-2 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco: <i>retórica da beira-rio como “não sertão” e das caatingas como “espaço da nostalgia”</i>	431
Tábua C-3 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco: <i>retórica da beira-rio como “engano” e das caatingas como “espaço de repulsa”</i>	437
Tábua C-4 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco: <i>retórica da beira-rio como “engano” e das caatingas como “espaço da nostalgia”</i>	438
Tábua C-5 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco: <i>retórica da autenticidade do sertão seco</i>	444
Tábua C-6 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco: <i>retórica comunitária do sertão serrano</i>	450
Tábua C-7 - Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco: <i>retórica da pluralidade</i>	459
Quadro-resumo 4 – Síntese das concepções imaginárias de sertão a partir das paisagens metonímicas mobilizadas nos três enquadramentos de pesquisa	474

## ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Tábua de fotografias 1 – Agreste de Caruaru	<b>P.</b> 365
Tábua de fotografias 2 – Sertão do Pajeú	409
Tábua de fotografias 3 – Sertão do São Francisco	462

## SUMÁRIO

### VOLUME 1

<b>INTRODUÇÃO</b> - Por uma hermenêutica da paisagem: a interpretação do conhecimento geográfico local através do senso figurativo do espaço.	1
<b>1 O IMAGINÁRIO GEOGRÁFICO COMO MARCO INICIAL DE ANÁLISE DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS</b>	29
<b>1.1 O reconhecimento do imaginário como um elemento estruturador do espaço</b>	33
1.1.1 Reconciliando razão e emoção na geografia: a inspiração <i>geosófica</i>	43
1.1.2 <i>Geosofia</i> como universo de pesquisa da geografia cultural	66
<b>1.2 Sujeito, território e simbolização</b>	79
1.2.1 Desafios de interpretar a <i>metaforização</i> das relações dos homens com o espaço	82
1.2.2 Imaginário geográfico e eficácia retórica das identidades territoriais	95
<b>2 DO IMAGINÁRIO À ABORDAGEM HERMENÊUTICA DA PAISAGEM COMO METONÍMIA GEOGRÁFICA</b>	114
<b>2.1 Paisagem e imaginário: uma encruzilhada ontognosiológica</b>	117
2.1.1 Fisionomia e dimensão morfológica da paisagem	132
2.1.2 Força <i>imaginal</i> e dimensão simbólica da paisagem	155
2.1.3 Traçado de uma hipótese de trabalho: a paisagem como meio de compreensão do pensamento figurativo sobre o espaço – primeiras balizas	180
<b>2.2 A retórica da paisagem: um instrumento de interpretação geográfica</b>	187
2.2.1 Retórica e racionalidade narrativo-interpretativa	190
2.2.2 Eficácia comunicativa e heurística da paisagem: uma retórica plena	201
2.2.3 Razão metonímica da paisagem: ponto de partida para sistemas de metáforas	211
2.2.4 Eloquência da <i>metonimização</i> : a retórica da paisagem está em toda parte	224
2.2.5 A geografia ao enalço das atitudes figurativas frente ao espaço	238

### VOLUME 2

<b>3 EPIFANIAS DA PAISAGEM SERTANEJA EM TRÊS ENQUADRAMENTOS DO SEMI-ÁRIDO PERNAMBUCANO</b>	246
<b>3.1 Filmando “No Sertão eu vi”: encontro de olhares e a emergência do senso figurativo da paisagem sertaneja</b>	248
<b>3.2 Focalizando o olhar em três epifanias da paisagem sertaneja de Pernambuco</b>	257

3.2.1	Sentidos metafóricos do sertão e imagens simbólicas associadas	260
3.2.2	A “moldura ambiental” da pesquisa	268
<b>3.3</b>	<b>Os enquadramentos experimentais do Agreste, Pajeú e São Francisco</b>	283
3.3.1	Sertão ou não-sertão: o agreste de Caruaru e o testemunho da “passagem”	286
3.3.2	O Pajeú e o gênio <i>pajeuzeiro</i>	292
3.3.3	São Francisco: sertão do agronegócio e encruzilhada do progresso	299
<b>3.4</b>	<b>Apontamentos metodológicos da investigação de campo</b>	315
<b>4</b>	<b>SENTIDOS METONÍMICOS DAS PAISAGENS SERTANEJAS</b>	332
<b>4.1</b>	<b>Interpretação das paisagens metonímicas do Agreste</b>	334
4.1.1	Semântica integrativa – Agreste e sertão são regiões parecidas	336
4.1.2	Semântica dicotomizante – Agreste e sertão são regiões singulares	359
<b>4.2</b>	<b>Interpretação das paisagens metonímicas do Pajeú</b>	370
4.2.1	Semântica da excepcionalidade – Pajeú é um sertão diferente	376
4.2.2	Semântica da banalidade – Pajeú é um sertão típico	397
<b>4.3</b>	<b>Interpretação das paisagens metonímicas do São Francisco</b>	416
4.3.1	Semântica dicotomizante – Sertão da beira-rio <i>versus</i> sequeiro	420
4.3.2	Semântica autonomizante – Sertão típico “descentra” o rio São Francisco	438
4.3.3	Semântica integrativa – Sertão é intrinsecamente diversificado	454
<b>4.4</b>	<b>Síntese geral das visualizações metonímicas do sertão a partir dos três enquadramentos estudados</b>	472
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS - “Montando” regiões: a contribuição da retórica da paisagem aos estudos de geografia cultural</b>	489
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	501
<b>7</b>	<b>ANEXO</b>	525

## **INTRODUÇÃO – Por uma hermenêutica da paisagem: a interpretação do conhecimento geográfico local através do senso figurativo do espaço**

A extensa zona semi-árida do Nordeste do Brasil é marcada secularmente pelo discurso trágico e onipresente das secas, bem como pela sua mais perfeita antítese, a homilia do moderno paradigma hidráulico, onde a irrigação, as barragens e as transposições de bacias hidrográficas ocupam lugar de destaque. As imagens contrastantes que daí emergem, ou que alimentam estes dois pólos, são quase sempre reduzidas ao dualismo *atraso* versus *modernidade* e seus avatares, obliterando com muito vigor quaisquer outras bases a partir das quais se tente pensar a região. E é preciso ter em mente que não se pode atribuir a responsabilidade pelo maniqueísmo exacerbado que muitas vezes envolve o assunto aos olhares exógenos e desenraizados: os próprios nordestinos têm contribuído para a sua perpetuação, como já mostraram Iná Castro (1992) e Durval M. Albuquerque (1999).

Conhecida entre os geógrafos e ecólogos por *domínio das caatingas*, *domínio dos sertões secos*, *Nordeste seco* (AB'SÁBER, 2003, p.83-85), ou ainda como o *semi-árido brasileiro* (ver mapas 1 e 2), a área é genericamente referida como o *sertão nordestino*, termo consagrado em meio a uma copiosa e sutil terminologia popular – ainda que existam controvérsias importantes no campo do pensamento científico. Por exemplo, numa recente e instigante perspectiva sociológica, Nísia Trindade Lima (1999, p.57-62) observa que a palavra *sertão* foi historicamente imbuída no Brasil de um sentido metafórico de espaço dominado pela natureza e pela barbárie, daí ter sido aplicada numa diversidade de contextos e situações que incluem desde a Amazônia aos subúrbios cariocas ou à cidade do Recife.

Entretanto, a autora nos adverte que houve a partir do século XIX uma tendência a naturalizar a expressão por parte de certas correntes da intelectualidade brasileira, fazendo-a remeter a um espaço físico delimitado (entre os quais o ambiente semi-árido do Nordeste). Tal pendor, ainda segundo sua opinião, deixaria de levar em consideração a gênese e a alta carga de valores simbólicos associada ao termo *sertão*, enquanto este era originalmente fundado em idéias sócio-políticas tais como interior

pouco povoado, avesso do mundo colonial, ou distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores (*Ibid.*, p.59).

Seu estudo sobre o impacto das viagens dos intelectuais-cientistas da Primeira República como expedições civilizatórias de forte conteúdo simbólico na formação de matrizes de interpretação do Brasil é paradigmático quanto ao avanço do debate sobre o ideário nacional das regiões interioranas. Por outro lado, deixa-nos entrever o quanto ainda resta por fazer, de maneira especial no que se refere à tarefa de incorporar a visão dos sujeitos locais a este “exercício de brasilidade” que é conhecer os sertões secos, para retomar uma expressão do professor Aziz Ab’Sáber (1992, p.6).

Consciente do salto semântico representado pela passagem da metáfora do sertão em geral como elemento fundador do imaginário social brasileiro para o estudo de um espaço mais ou menos restrito, tal o semi-árido, a contribuição deste trabalho insere-se justamente em compreender como a correlação de certas idéias com um domínio paisagístico específico é crucial para desvendar os valores simbólicos subjacentes ao imaginário geográfico nacional. Assim, confiro à geografia uma dimensão cultural que o peso do ambientalismo atribuído por outras áreas do saber à nossa disciplina parece minimizar ou fazer passar despercebida.

De fato, o imaginário da natureza é um campo já largamente reconhecido nas abordagens geográficas contemporâneas<sup>1</sup>. O fator comum que pode ser identificado nas pesquisas mais recentes é que elas buscam refletir sobre ciência, linguagem e imaginário a partir da experiência do espaço. Apesar de partirem de afinidades filosóficas e pressupostos diferentes, propondo conclusões e terminologias nem sempre conciliáveis, estes estudos ilustram a preocupação crescente em considerar a subjetividade e em enfatizar os processos de interpretação dos significados do mundo que estariam na base de comportamentos e ações concretas dos homens em relação ao ambiente, ao meio, ou à paisagem.

Quanto ao nosso tema, a própria abundância e complexidade das denominações e qualificações do *sertão semi-árido* é sintomática de que este é um campo rico em diferentes representações sociais, donde a suposta naturalização do termo não

---

<sup>1</sup> Por exemplo: BERQUE (1994a, 1998); BERDOULAY, GOMES e CASTRO (2001); BURGESS (1994); CASTRO (1996, 2001); COSGROVE (1994, 1998); CRÓCIA (2000); DEBARBIEUX, (1995a); HOLZER (1999a); ROUX (1999).

enfraquece o debate, constituindo-se, antes, em mais um dos seus problemas. Este espaço tem constituído o *locus* de interações frequentes entre arte e ciência, sedimentando um tema recorrente do pensamento nacional em busca da nossa alma coletiva. Ao atrair o olhar e a reflexão acadêmica com surpreendente continuidade, o semi-árido evidencia a potência narrativa de suas especificidades naturais e humanas no trabalho de compreensão do Brasil. Um dos obstáculos colocados para se atingir a consciência desta riqueza é conseguir ir além da idéia-força de que o sertão nordestino tornou-se *apenas* a mais bem acabada *metáfora espacial* dos contrastes brasileiros elaborada pelas elites e em seu proveito.

A farta produção a respeito, transcendendo em muito o universo acadêmico e a geografia, revela as diferentes motivações, pressupostos e interesses que a questão filosófica das relações natureza/sociedade continua, enfim, a suscitar. Por outro lado, o desafio de refletirmos sobre que projetos nossas consciências atribuem a este espaço tem sido renovado ultimamente pelo fim, recriação ou dramático retorno de identidades territoriais.

*A insegurança ontológica característica da pós-modernidade* materializa-se em recomposições espaciais que exigem uma nova perspectiva da noção de lugar articulada à questão do sujeito e sua afirmação cultural e identitária (BERDOULAY e ENTRIKIN, 1998). A questão posta por estes autores parece bastante pertinente quanto às atuais hesitações da sensibilidade regional: “Num ambiente instável, as pessoas não devem constantemente revisar e reorganizar a trama narrativa sobre a qual elas fundam seu pertencimento ao lugar na esperança de obter um maior reconhecimento?” (*Ibid.*, p.117, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Assim, em consonância com as angústias contemporâneas, tornou-se comum questionar as bases culturais e ideológicas da existência do Nordeste tal como o fizemos historicamente condensar-se em uma tradição do pensar, em um discurso político ou em um aspecto da realidade, aí incluída sua natureza geográfica. Dito de outra maneira, o ato de compreender a região tem adquirido uma conotação mais prospectiva, permitindo entrever novas definições estratégicas carregadas pela tensão

---

<sup>2</sup> Tradução a partir de: “*Dans un environnement instable, les gens ne doivent-ils pas constamment réviser et réorganiser la trame narrative sur laquelle ils fondent leur appartenance au lieu dans l’espoir d’obtenir une plus grande reconnaissance?*”.

entre apontar o que se quer levar adiante e o que poderá ser abandonado em suas significações futuras. O imaginário geográfico é acionado para interrogar esta realidade em mudança, criando cenários os mais diversos.

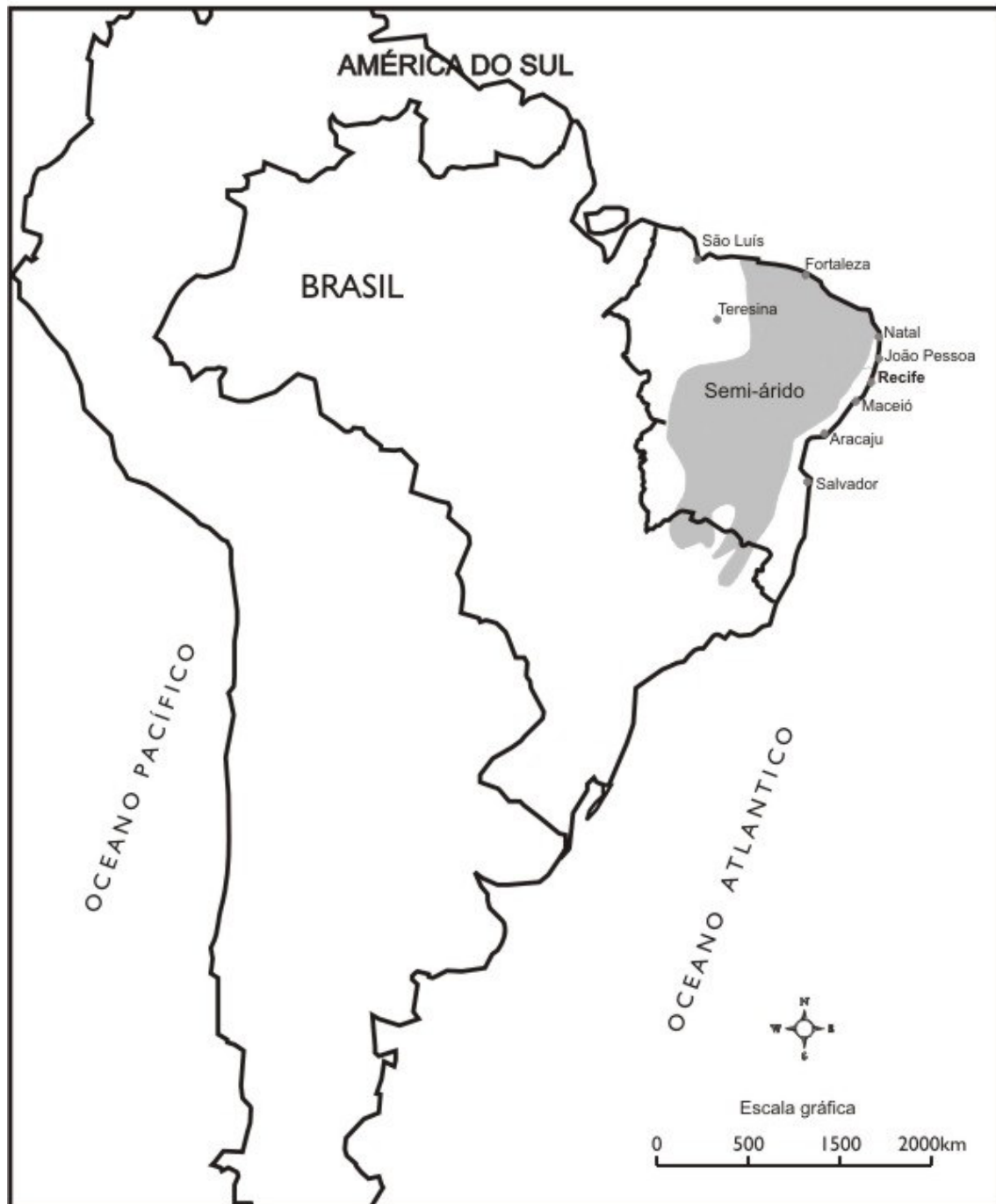
O sertão seco participa desse processo enquanto uma peça-chave da identidade cultural e do regionalismo nordestino. Hoje, além das dicotomias clássicas como litoral versus interior, trópico úmido e trópico semi-árido, progresso e atraso, seca e irrigação, a idéia de sertão, no caso do semi-árido, apresenta ao pesquisador a possibilidade de entrar em contato com sistemas de pensamento mais sutis, desdobramentos das novas geografias existenciais que participam da *re-fundação simbólica* da região – ainda que sem destaque comparável às clássicas evocações antitéticas referidas no início.

Parece-me que este tipo de reflexão é bastante fértil quando apoiada, por exemplo, no papel dos lugares como repositórios da memória coletiva, “conectando um ambiente a um sujeito, individual ou coletivo” (ENTRIKIN, 1997, p.263-264). Em todo caso, os gêneros de discurso fundados no determinismo de uma natureza quase metafísica ou na exclusividade de construções ideológicas perdem afinal evidência e atualidade, ou são duramente contestados.

Se neste contexto parece problemático falar em “Nordeste”, sendo preferível referirmo-nos a “Nordestes” (ZAIDAN FILHO, 1999, p.34; ARAÚJO, 2000, p.1), resta como tarefa indicar as condições e processos da sua reinvenção, apontando fenômenos e espaços reveladores desta dinâmica – como já começaram a fazer Iná Castro (1996; 1997; 2000; 2001), Rogério Haesbaert (1996) e Durval M. Albuquerque (1999), dentre outros. A trajetória para *encontrar um lugar* no seio da mutabilidade de referências espaciais contemporâneas pode ser seguida, a propósito, através das tramas narrativas e figurativas prenes de referências paisagísticas resultantes do esforço dos próprios sertanejos para se compreenderem e se fazerem compreender no mundo.

O conceito de paisagem permitiria correlacionar simbolismos espaciais dos habitantes locais com a construção ideológica e científica dos recortes geográficos; e a relação entre paisagem, imaginário e identidade regional revelaria as rugosidades e as potencialidades que a cultura oferece como contraponto aos efeitos da uniformização ou do particularismo, duas tendências paradoxais da mundialização.

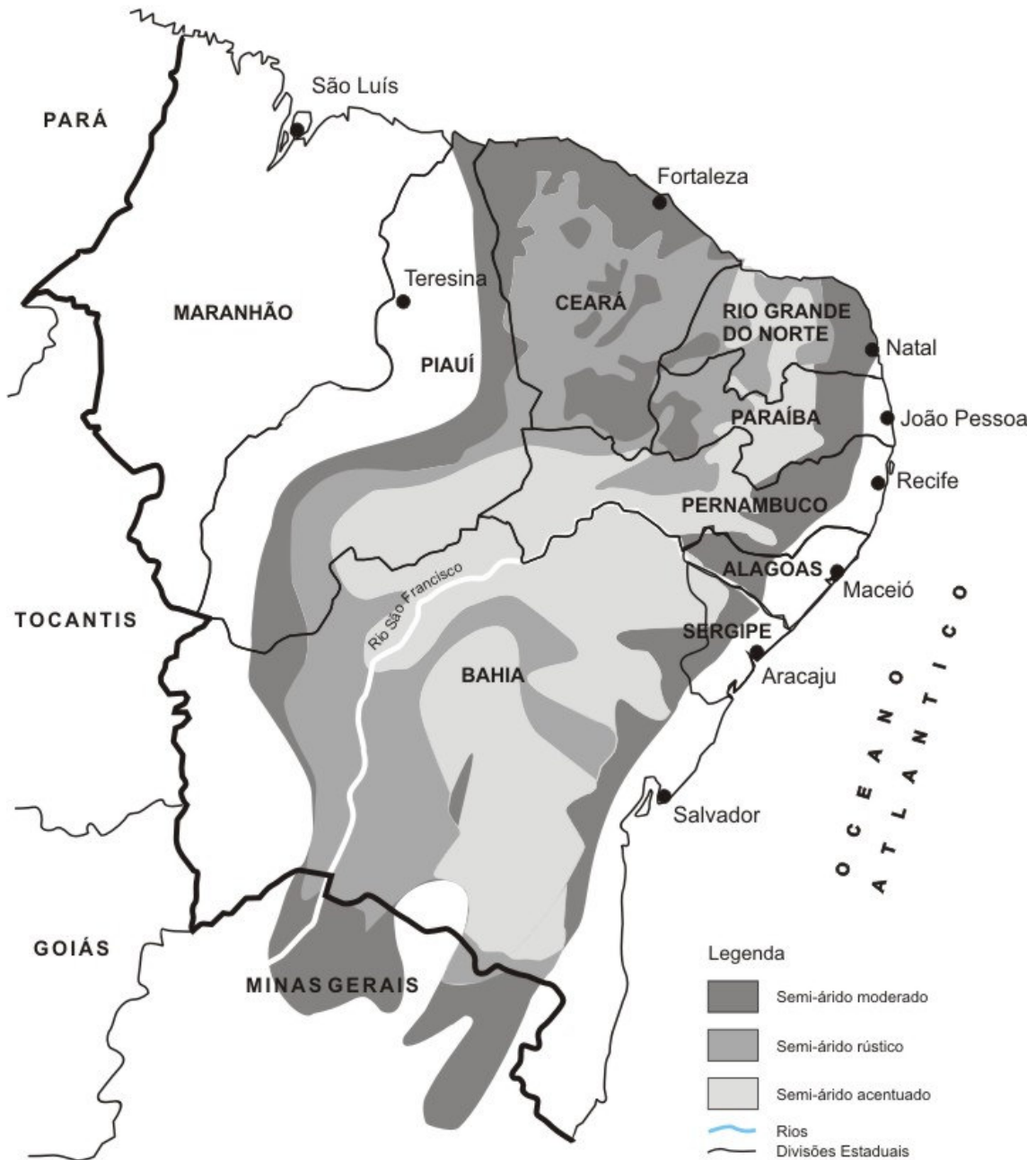
Mapa 1  
Nordeste Brasileiro  
e Semi-árido



DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS



Mapa 2  
Áreas Secas do Nordeste Brasileiro  
(incluindo Norte de Minas Gerais)



Fonte: baseado em George H. Hargreaves (1974), Aziz Ab'Sáber (1999) e EMBRAPA (1996).

DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS



## Mapa 3

Nordeste Oriental - Pernambuco:  
Principais Rios das Áreas em Estudo

Escala Gráfica



DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

Este trabalho busca estudar especificamente como as referências dos habitantes às características geográficas do semi-árido pernambucano constituem elementos da construção identitária do sertão nordestino, podendo esclarecer relações entre pensamento figurativo corriqueiro e o conceito científico de paisagem através de uma abordagem que visa, sobretudo, a uma interpretação numa linha afinada com a chamada tradição da *Verstehen*<sup>3</sup> – por conseguinte, uma abordagem hermenêutica, ou seja, que não se limite a um tratamento epistemológico de *explicação*, mas que procure ensejar uma *compreensão* daqueles universos simbólicos (GADAMER, 1998, 2002; CASSIRER, 2003).

O termo *conhecimento* é aqui tomado, pois, em sua acepção mais ampla, não se restringindo ao entendimento científico e à explicação teórica, mas abrangendo toda atividade espiritual por meio da qual construímos um mundo na sua configuração característica, na sua ordem e no seu *ser-assim*, como diz Cassirer. A afinidade da postura aqui adotada com a filosofia de Hans-Georg Gadamer transparece de sua conceituação de hermenêutica como uma teoria da experiência real, que é, em última análise, a vida do espírito ou o pensamento, consistindo sua pretensão em reviver o universo mental das pessoas a serem compreendidas mediante um processo de empatia:

O modo como vivenciamos uns aos outros, como vivenciamos as tradições históricas, as ocorrências naturais de nossa existência e do nosso mundo, é isso que forma verdadeiramente um universo hermenêutico, no qual não estamos encerrados como entre barreiras intransponíveis, mas para o qual estamos abertos (GADAMER, 1998, p.35).

No ângulo aqui adotado, isto significa a possibilidade de interpretar os sentidos das relações dos habitantes com o ambiente através das suas próprias narrativas, privilegiando os recursos retóricos reveladores das conexões específicas entre o imaginário geográfico contido ou projetado na paisagem e a estruturação de identidades territoriais. Entretanto, pretendo evitar as *démarches* não-argumentativas, esteticistas ou puramente “irracionalistas”, no sentido da crítica de Gianni Vattimo (1997), para quem a hermenêutica não precisa necessariamente retornar aos procedimentos tradicionais da

---

<sup>3</sup> Compreender, perceber, entender, segundo o *Dicionário Alemão-Português* (TOCHTROP, 1984).

metafísica, mas antes assume as características específicas do discurso filosófico como algo distinto da literatura e da poesia.

Ainda segundo este filósofo, a racionalidade dum análise nunca está separada do pertencimento a uma dada tradição histórica do conhecimento (mesmo que contestada), a qual concatena os sistemas de metáforas que tornam possível e qualificam nossa experiência de mundo. A compreensão baseada na argumentação narrativo-interpretativa é uma atividade racional na medida em que segue o fio condutor deste pertencimento, e em conseqüência seus resultados não são arbitrários nem reduzíveis a intuições ou meras imagens poéticas, pois “para nos orientar, precisamos reconstruir e interpretar o processo [de articulação a uma tradição] da maneira mais completa e persuasiva possível” (VATTIMO, *idem*, p.109, tradução nossa).

Portanto, é preciso não perder de vista que o próprio discurso científico, enquanto um feixe de tradições do conhecimento no sentido acima assinalado, será sempre trabalhado por procedimentos retóricos, fazendo apelo tanto a linguagens especializadas quanto à fala corrente no contexto societal no qual foi produzido, como bem demonstrou Vincent Berdoulay (1988). Isto não implica abrir mão da razão, uma vez que o apelo à emoção e à sensibilidade, visando conceder maior poder de convencimento ou evidência a um argumento, deve se unir de maneira indelével ao seu aspecto lógico.

Assim, somos levados a atenuar a visão de que as configurações discursivas científicas seriam nitidamente distintas das que podemos encontrar nos domínios literários, uma vez que elas se entrecruzam até mesmo de forma inconsciente. Como afirmam os estudos dos retóricos modernos, não há discursos absolutamente puros e sem arestas, a própria ciência é produto de uma época e de um enunciador cuja subjetividade jamais pode ser controlada inteiramente (GARDES-TAMINE, 1996, p.129). Portanto, é forçoso admitir que um arsenal de técnicas lingüísticas aparece como mediação necessária entre o cientista e a realidade que ele quer compreender (GRANGER *apud* BERDOULAY, *op. cit.*, p.8).

Estamos então diante de dois campos de expressividade, o popular e o científico, ensaiando colocá-los em relação. O reconhecimento da positividade da função expressiva inerente à linguagem natural, com efeito, abre nossos conceitos e teorias para

tentativas de capturar o subjetivo e as formas simbólicas a partir de certas experiências do espaço. É assim que tomo neste trabalho as “paisagens ordinárias”, isto é, figurações e simbologias enunciadas pelos habitantes locais, como instrumentos de uma prática discursiva que pode nos ajudar a melhor compreender o mundo. Ao mesmo tempo, mantenho a preocupação em distanciar-me de posturas extremas que possam induzir a abusos estilísticos (como sobrevalorizar as técnicas de argumentação, caindo em clichês pouco interessantes aos estudos geográficos) ou naturalizantes (como tentativas de simples codificação de termos correntes para tratar do ambiente natural ou das suas representações pela população estudada).

Sem ter a pretensão de intervir no debate epistemológico em torno da questão – por sinal aberta – de decidir se há ou não um “método científico” distinto, próprio das ciências humanas e se esse método coincide com a *Verstehen* e, em última instância, com a abordagem hermenêutica, a parte teórica inicia-se com o esclarecimento de como o imaginário e a paisagem se integram na presente análise, seguindo as sugestões de que o esforço atual de reconsideração da racionalidade remete-nos à criatividade comunicativa.

A escolha do conceito de paisagem como meio de análise e instrumento potencialmente captador do processo de simbolização não é casual, nem se pretende como caminho único. Mas, aplicando o mesmo raciocínio hermenêutico acima esboçado ao conjunto de saberes geográficos, acredito encontrar na paisagem um horizonte mais rico e complexo para o desenvolvimento das questões fundamentais que me interessam. Antes de qualquer coisa, a paisagem tem sido o objeto privilegiado do sentimento estético dos geógrafos e inspirador de sua curiosidade (BERDOULAY, *op. cit.*, p.14). Como problema filosófico, ela condensa uma preocupação longamente posta em termos da tensão entre construção social do visível e fisionomia concreta de um espaço que, apesar de dar-se a ver, não se resume a esta esfera do visível (BESSE, 2000, p.95-114).

Reivindicar um percurso de pensamento na complexidade desta questão exige, de saída, uma tomada de consciência quanto aos postulados teóricos que cindem a noção de paisagem entre o objetivismo herdado das ciências naturais e o subjetivismo de ordem estética originário dos aportes da arte. Jean-Marc Besse, ao revisar a

contribuição da geografia clássica acerca da fisionomia da paisagem, sugere que não se trata de recusar a perspectiva estética, mas tomar o desafio de analisar seu conteúdo e suas razões, “reconciliando” conhecimento, sentimento e julgamento estético:

O visível narra alguma coisa, uma história, ele é a manifestação de uma realidade da qual é, por assim dizer, a superfície. A paisagem é um signo, ou um conjunto de signos, dos quais se trata então de aprender a decifrar, a decodificar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que portanto vai mais além do simples gozo, da simples emoção. A idéia é então de que se deveria “ler” a paisagem (BESSE, *ibid.*, p. 98, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Aceito aqui que o visível *revela* algo, *exprime* mais do que uma mera experiência sensível e por isto não é simplesmente representação. Donde o conhecimento geográfico pode tomar a paisagem enquanto um encontro ontognoseológico, um trabalho eminentemente interpretativo que não dispensa o papel das imagens e das percepções na sua conformação, tampouco pode ser separado do universo das formas do espaço terrestre. Oriente-me, então, no sentido de buscar quais seriam e como funcionariam os “guias” desta leitura hermenêutica do mundo através da paisagem, dado o problema de que uma mesma expressão pode incitar diferentes representações e significações sociais.

Tal postura permite-me o recurso crítico à noção de representação em geografia. Como criação social e/ou individual de um esquema pertinente do real espacial (GUÉRIN, 1989) as representações ressaltam o sentido e os valores que os indivíduos e grupos atribuem ou assimilam aos ambientes a que se referem. Além disso, tomadas enquanto “construções interpretativas”, elas possibilitam uma categorização das relações que os homens entretêm com o espaço (DESPIN, 2002, p.75). A especificidade inserida pela escolha da noção de paisagem consiste em que esta não é apenas representação, mas existe enquanto parte da realidade exterior, a qual se busca transmitir e compartilhar socialmente. Como construção interpretativa, a paisagem media o intercruzamento das experiências individuais e coletivas de um espaço ao mesmo tempo material e simbólico.

---

<sup>4</sup> Tradução do original: “*Le visible raconte quelque chose, une histoire, il est la manifestation d’une réalité dont il est pour ainsi dire la surface. Le paysage est un signe, ou un ensemble de signes, qu’il s’agit alors d’apprendre à déchiffrer, à décrypter, dans un effort d’interprétation qui est un effort de connaissance, et qui va donc plus loin que la seule jouissance, que la seule émotion. L’idée est donc qu’il y aurait à ‘lire’ le paysage*”.

Segundo Jeremy Foster (1999, p.65-94) é através das representações que a experiência encontra meios de estruturação e socialização, constituindo um processo de síntese ao qual se pode denominar de “práxis” – práticas cotidianas geralmente irrefletidas, porém intencionais e localizadas, que levam à apropriação das paisagens. Entretanto, tal processo engloba a “recuperação de uma experiência fenomenal não estruturada”, admitindo uma dimensão complexa que é dificilmente representável de maneira direta e objetiva. Decorre daí a importância dos aspectos retóricos contidos nas descrições de paisagens como fios condutores para uma geografia imaginativa profundamente enraizada nas qualidades do meio físico e na biografia do indivíduo que vivencia o espaço.

Neste sentido, deve-se ir além das análises correntes que insistem tão somente nas relações entre representação da paisagem e razão ocidental. Tal reserva nos aponta os limites da construção social da realidade através de representações idealistas relativas à cultura, à sociedade e ao ambiente, mesmo admitindo que estas permanecem como os principais modeladores e fiadores de significados às paisagens.

Em sua análise acerca da inventividade geográfica Vincent Berdoulay (*op. cit.*, p.26) trabalha a idéia de que é narrativamente que o discurso deste campo do saber pode ser criação. Neste caso, mais do que no de outras ciências, espacialidade e narratividade se informariam mutuamente, desde que não obstruídas por figuras de sentido esclerosadas. Se compreendermos, com o autor, que toda narrativa geográfica aberta à inovação tem uma trama espacial sem a qual ela não pode existir, aceitaremos também o valor acordado por ele aos procedimentos metafóricos e ao conceito de paisagem, reciprocamente instituintes.

Mas o que nos interessa, sobretudo, é o aspecto de narratividade do discurso que possibilita a equivalência metafórica entre viajar, ler e escrever na idéia de *contar*, e que julgamos estar presente tanto na estrutura comunicativa da “geografia-ciência” como na da “geografia-vivência” dos indivíduos, embora de maneira diferente. Tentarei mostrar como o conceito de paisagem apresenta uma possibilidade de estudar as relações entre esses dois universos.

A abordagem paisagística apresenta-se bastante revigorada no contexto recente do humanismo em geografia, desenvolvendo-se segundo Paul Claval (1999a, 1999b)

como uma ferramenta promissora, a despeito das ambigüidades de seus usos e dos mal-entendidos que daí decorrem. Considero válida a assertiva de que tais ambivalências podem ser tomadas positivamente, como reveladoras da complexidade do fenômeno em questão – posição sustentada, dentre outros, por Cosgrove (1998) e Chouquer (2001).

Ainda sobre este aspecto, acolho e reivindico positivamente a herança histórica representada pelo esforço da geografia em compreender a paisagem tanto como um construto científico para estudar o espaço, quanto como uma panóplia de noções sociais que visam dar conta das relações entre os homens e o ambiente. Gérard Chouquer defende da seguinte maneira a propriedade do recurso a esta noção híbrida e impregnada dos sentidos decorrentes de sua larga utilização:

[...] esta ambigüidade não é um erro ou um contra-senso que as sociedades contemporâneas teriam cometido. Ao contrário, ela significa o desejo confuso de que sejam levados em conta interesses ambientais e paisagísticos novos, através da associação de realidades físicas e sociais, desejo esse que hoje se clarifica e se transforma em epistemologia da ação pública (CHOUQUER, *ibid.*, p. 245, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Haveria, portanto, uma manifesta relação entre a paisagem ordinariamente percebida, o construto científico e o papel político (ideológico) das suas representações passadas, presentes e futuras. Porém, ao invés de buscar analisar cada um dos domínios em separado, é preferível atentar às diferentes aberturas entabuladas por esse fenômeno polissêmico e central na perspectiva da geografia humana, buscando evidenciar a dimensão mediadora da própria idéia de paisagem.

Gilles Sautter já demonstrou que ela funciona ao modo de uma “cumplicidade de expressão” advinda do desejo em reafirmar uma identidade partilhada, sem deixar de ser um instrumento intelectual ou modelo organizado que ajuda a estruturar o pensamento e a aproximar e ordenar vivências sucessivas (SAUTTER, 1979, p. 53-54). É esta capacidade mediadora da paisagem que nos interessa.

Ao levar em consideração os relatos e o espaço vivido dos sertanejos enquanto enunciadore da realidade cotidiana procura-se evitar a conotação “externa”

---

<sup>5</sup> Tradução a partir do original: “[...] *cette ambigüité n’est pas une erreur ou un contrasens qu’auraient commis les sociétés contemporaines. Au contraire, elle signifie le désir confus que soient pris en compte des intérêts environnementaux et paysagers nouveaux, à, à travers l’association de réalités physiques et sociales, désir qui aujourd’hui se précise et se transforme en épistémologie de l’action publique*”.



comumente imbuída em outra noção, a de território, privilegiando as relações com o lugar e a paisagem. Assim, o sentimento de pertencimento territorial é mediado pela inextricabilidade entre o sujeito e o seu mundo, tal como sugerem Vincent Berdoulay e Nicholas Entrikin (1998), ressaltando que as vivências individuais estão em diálogo crítico e permanente com as estruturas ambientais, culturais e econômicas da sociedade em geral.

Proponho então que as figurações do espaço, as paisagens ordinárias, encerram uma forma de desenvolvimento do saber de referência à região, possuindo o poder de articular e representar determinados territórios a partir de sentimentos identitários e das capacidades de imaginação. Tal razão ou retórica paisagística, antes de mera imposição política, como ressaltava a geografia radical<sup>6</sup>, seria também expressão de um sujeito que institui sua visão de mundo a partir de um lugar e de um imaginário geográfico, porém em constante e recíproca relação com os processos sócio-culturais de simbolização (imagens e discursos da mídia, da arte, da política etc, mas também da própria ciência). Na afirmativa de Sautter (*op. cit.*, p.63-64), “a atenção às paisagens não diminui em nada a atenção que merecem as situações de dominação e de crise. Ela apenas conduz a privilegiar, frente às dificuldades, o ponto de vista – no sentido próprio ou figurado – dos habitantes”.

Optei por sublinhar a alteridade entre uma visão do terreno, representada pela capacidade imaginante dos atores locais, e uma visão mais afastada, da qual não posso definitivamente me desvencilhar como geógrafo, como nordestino do litoral úmido e habitante da capital pernambucana. O processo interpretativo consiste justamente em explicitar a filiação dos significados a uma herança do pensamento (ideologia *latu sensu*), donde este jogo de aproximação-distanciamento não pretende situar-me fora ou acima das interferências decorrentes da intersubjetividade. Como tampouco poderia mergulhar por completo na cultura local, trata-se, sobretudo de um exercício de *fusão de horizontes* (GADAMER, 1998, p.311 *et seq.*) necessariamente distintos, ao qual se

---

<sup>6</sup> A insinuação de que a paisagem seria mera “cortina de fumaça” destinada a desviar a atenção e esconder realidades inconfessáveis tornou-se muito disseminada na década de 1970. Gilles Sautter (*op. cit.*) lembra que pesadas acusações foram endereçadas, nas páginas da revista *Hérodote*, aos que tentaram recuperar o conceito, incorporando a subjetividade à análise científica. A tônica dessas críticas era a denúncia da paisagem como meio de afirmação e de dominação de grupos sociais privilegiados, bem como seu caráter mercadológico, o que, embora irrefutável, está longe de abarcar toda a sua riqueza.

deve juntar um terceiro, ou seja, a alteridade entre a obra escrita e o leitor que a reinterpreta.

Desta maneira, a presente reflexão soma-se ao esforço para que a geografia incorpore a complexidade dos fenômenos e dos valores que interferem nas concepções de mundo, nos comportamentos e nas práticas concretas que estão na base da eterna transformação do espaço pelos homens, nem sempre orientados por uma racionalidade lógica ou econômica. Quiçá esta contribuição venha oferecer novos elementos para o estudo do regionalismo enquanto universo simbólico, partindo de uma perspectiva cultural que possa integrar o imaginário geográfico contido e projetado na descrição das paisagens do semi-árido nordestino.

Em resumo, procuro decifrar distintos sentimentos de identidade territorial, focando o papel da paisagem como categoria de articulação entre o lugar e a região - um recurso do pensamento que pode sintetizar escalas temporais e espaciais. A ponte lugar-sujeito-paisagem propicia ainda que se coloque em perspectiva como os próprios habitantes enxergam sua inserção no mundo e como interagem com as imagens que lhes são atribuídas pela sociedade, ao por em evidência o duplo sentido que constitui a afirmação das singularidades e das similitudes no contexto regional. Afinal de contas, ao aceitar a posição ativa do sujeito, considero que os rótulos exteriores só exercem uma função paradigmática a partir do momento em que encontram eco no cotidiano e no universo mental das populações locais.

O tema amplia a busca constante de autoconhecimento e redefinição do modo de ser duma região - *o Nordeste brasileiro* - que apesar da permanência de certas imagens fusionais trágicas relacionadas aos seus subespaços secos - *o sertão, o agreste* - apresenta uma diversidade desafiadora aos esforços de generalização. Todavia, o surpreendente percurso do *ideário brasileiro de sertão* permanece além do escopo imediato desta pesquisa, apesar de configurar em última análise seu universo investigativo mais geral. De fato, gerações sucessivas de estudiosos têm abraçado a instigante tarefa de conhecer como a carga dramática imbuída em idéias como “espaço longínquo e desolado a conquistar” ou “bastião da cultura nacional autêntica” acabaram

por se condensar em certas áreas do território nacional, aqui mais ou menos coincidentes com a zona eco-geográfica do trópico semi-árido<sup>7</sup>.

Todavia, como a maior parte do que já se escreveu sobre o sertão ou o semi-árido remete exhaustivamente ao papel dos intelectuais, das instituições, da política, do Estado ou da mídia, proponho uma outra abordagem. O olhar exterior ou vertical e as re-interpretações que se baseiam no trabalho da arte, nos meios de comunicação e na própria ciência seriam elementos indispensáveis, desde que relacionados com a experiência dos que vivenciam o espaço nordestino e sertanejo simbólica e materialmente. É esta inversão que me permite partir em busca dos significados contidos na paisagem a partir da mútua instituição entre o sujeito que a descreve e imagina e o lugar de onde o faz, garantindo um prisma original de “*transfiguração*” maffesoliniana<sup>8</sup> da relação entre política e identidade territorial.

Propor uma visão do sertão nordestino a partir do lugar pode até mesmo soar um disparate, tal é a carga mítica e transcendental que a região exerce sobre nossos espíritos, seja em seu conjunto ou em seus grandes componentes territoriais e simbólicos por vezes antagônicos. Acontece que a identidade cultural em geografia pode ser vista como o sentimento de pertencer a uma comunidade de memória ligada a um certo lugar – um espaço de comunhão, mediador entre o homem e o ambiente. Ela representaria singularidades e valores coletivos ligados à continuidade material e espiritual de um grupo que partilha e articula experiências em diferentes escalas, refletindo, do ponto de vista dos geógrafos, tensões fundamentais entre o particular e o universal, o provinciano e o cosmopolita (BERDOULAY e ENTRIKIN, *op. cit.*, p.116-117).

Partindo desta compreensão, o conceito de paisagem é tomado no presente sistema de análise como possuidor de uma lógica de integração: ele abre possibilidades de interseção semântica entre o lugar – repositório da memória coletiva – e a região –

---

<sup>7</sup> Neste aspecto, um conciso painel pode ser encontrado em “*De sertões, desertos e espaços incivilizados*” (ALMEIDA; ZILLY; LIMA, 2001) ou no já citado “*Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*” (LIMA, 1999). Sobre as condições geo-ambientais do semi-árido nordestino ver: EMBRAPA (1993), Caldas Lins *et. al.* (1996), Andrade (1998) e Ab’Sáber (1999, 2003). Sobre os aspectos culturais tradicionais, consulte-se Diégues Júnior (1960).

<sup>8</sup> No sentido de que “[...] *devemos compreender que em determinados momentos, em todos os domínios, político, intelectual, religioso, cotidiano, a potência do instituinte sacode, sem dificuldade, todos os poderes estabelecidos*” (MAFFESOLI, 1997, p.25).

objeto de recomposições culturais e identitárias contemporâneas. Mas é o discernimento dos sujeitos que buscam reunir e ordenar, consciente e inconscientemente, a diversidade espacial de um mundo em mudança que opera, não sem crises e conflitos, esta reflexão sobre si mesmos e seu ambiente.

Quer dizer, como as características de cultura, em dada circunscrição do meio, se assemelham mas não se reduzem àquelas presentes em outros níveis, sustento que a experiência que leva do espaço imediato de vida à paisagem e suas modalidades de expressão seriam decisivas enquanto universo simbólico através do qual seriam enunciados os lugares do grupo no conjunto maior, revelando solidariedades e oposições. O problema da unidade na diversidade, caro à geografia, é assim revisto num momento de grande incerteza sobre o futuro da região estudada e sobre suas possibilidades efetivas de mudança, quer as generalizações sejam positivas ou negativas.

Por exemplo, pode-se aceitar que através da comparação e atribuição de sentidos aos contrastes imediatos das fisionomias da paisagem do Nordeste seco e dos costumes e valores culturais a elas relacionados, os sertanejos se sentiriam “menos estranhos uns em relação aos outros”. A identidade sertaneja, portanto, seria uma construção que valoriza os aspectos homogêneos e as forças de solidariedade entre os habitantes de um espaço na verdade bastante diferenciado.

A expressão acima foi usada por Paul Vidal de La Blache em seu “*Tableau de la Géographie de la France*” (1903/1994) para explicar como, a despeito da profunda e real variabilidade de fisionomias da paisagem francesa, a herança histórica comum e as facilidades naturais de acesso e circulação ao território tornaram possível a criação de uma harmonia atenuante das suas diferenças regionais. Neste contexto, os camponeses, “geólogos à sua própria maneira”, registravam e nomeavam as diferenciações dos “*pays*” porque elas eram realidades que lhes concerniam, traduzindo-se em conseqüências práticas para seus modos de existência. Por outro lado, o comércio, a circulação e uma multiplicidade de impulsões locais favorecidas justamente pela variedade de terrenos contribuíram a termo para a harmonização e equilíbrio das partes:

As diferenças que são postas em relação por aí [pelo comércio, circulação etc] não são aquelas abertas pelos horizontes longínquos; são os contrastes simples e familiares, que se exprimem por ditados,

provérbios ou zombarias. Apesar de tudo, disto resulta uma ventilação salutar. Somos menos estrangeiros uns em relação aos outros. Formase um conjunto de hábitos dos quais é visivelmente impregnada a psicologia do camponês da França (VIDAL DE LA BLACHE, *ibid.*, p.37-38, tradução nossa) <sup>9</sup>.

A menos que se considere a analogia abusiva, o que pretendo registrar com tal referência é a tradição da geografia em considerar o papel da *comunicação* e da *ação interpretativa* que coloca em relação concepções culturais e vivências espaciais de grupos concernidos desde a roça ou o sítio até a maior verticalidade possível do ato comunicativo. Apesar da enorme evolução dos conceitos e métodos para considerar a paisagem, o marco lablacheano permanece um convite à hermenêutica geográfica, na medida em que propõe “fazer reviver” uma fisionomia e “fixar alguma coisa das impressões provadas” (VIDAL DE LA BLACHE, *ibid.*, p.20) ao longo da experiência do espaço.

Como quer que seja, a contribuição lablacheana já foi amplamente reabilitada como uma perspectiva em que a retórica é um subsídio positivo e mesmo fundamental para o poder criador e a plausibilidade do discurso geográfico. Para muitos, esta arte da evocação não se confina à excepcional qualidade da expressão em Vidal de La Blache, mas é mesmo o essencial de sua contribuição científica. Recorrendo à opinião de Jules Sion, Vincent Berdoulay realça como, na concepção paisagística do mestre francês, o poder evocativo e de sugestão favorecem a emergência de novas visões de mundo:

A arte de Vidal consiste menos a pintar do que a evocar; a nos conceder uma representação completa de uma paisagem do que a nos permitir de lembrá-la se nós a vimos e, caso contrário, de imaginá-la segundo nosso conhecimento de paisagens análogas. [...] O que há de mais pessoal na arte de Vidal é talvez chamar à razão o sonho, a memória, a sugestão, enfim, as potências do inconsciente para criar o verdadeiro sentimento do *pays* (SION *apud* BERDOULAY, *op. cit.*, p.25, tradução nossa) <sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Tradução a partir do original: “*Les différences qui sont mises par là en rapport ne sont pas de celles qui ouvrent des horizons lointains; ce sont des contrastes simples et familiers, qui s’expriment par dictons, proverbes ou quolibets. Malgré tout, il en résulte une ventilation salubre. On est moins étranger l’un à l’autre. Il se forme un ensemble d’habitudes dont s’est visiblement imprégnée la psychologie du paysan de France*”.

<sup>10</sup> Tradução a partir do original: “*L’art de Vidal consiste moins à peindre qu’à évoquer, à nous donner une représentation complète d’un paysage qu’à nous permettre de nous le rappeler, si nous l’avons vu, et sinon, de l’imaginer d’après notre connaissance de paysages analogues. [...] Ce qu’il y a de plus personnel dans l’art de Vidal, c’est peut-être d’appeler au secours de la raison le rêve, la mémoire, la suggestion, bref les puissances de l’inconscient pour créer le sentiment vrais du pays*”.

Mas como a fisionomia não é independente do plano afetivo e existencial de quem a identifica e representa, chega-se à questão: de quem é o olhar e como ele procede a interpretação? Desta maneira, a escolha do conceito de paisagem coloca-se atualmente no encontro entre os simbolismos individuais e coletivos, privilegiando a criatividade dos “sujeitos enunciadore”. Estes, segundo Pierre Lantz (1996), por possuírem uma consciência própria, não se resumem a simples suportes condenados a formular o que as regras do discurso propõem, ou a realizar apenas o que os limites sociais impõem. Nesta perspectiva, os processos de simbolização coletivos, como as metonímias geográficas (paisagens típicas, lugares de memória etc), cristalizariam e polarizariam o imaginário individual que, apesar de “livre” e “singular”, aspiraria contraditoriamente a se fundir com uma realidade exterior compartilhada ou intersubjetiva.

Devo sublinhar de partida que o resultado desse encontro entre o individual e o coletivo nem sempre é harmonioso, muito pelo contrário. Sobretudo quando a *canonização* da paisagem é um vetor da construção identitária nacional, chegando a configurar o que Ulpiano Meneses (2002, p.41) chama de “guerras de paisagens”. O repertório de imagens e falas a que recorrem os diversos tipos de regionalismo é vasto neste campo e as representações generalizantes sofrem freqüentemente o contrapeso de novas idéias e recortes particularistas, seja de forma espontânea ou politicamente elaborada.

Pierre Donadieu refere-se a um outro tipo de fenômeno contraditório e até mesmo conflituoso envolvendo valores paisagísticos, qual seja, o desenvolvimento divergente de simbologias intrínsecas à paisagem do campo francês dentre agricultores, de um lado, e cidadãos, de outro (DONADIEU, 1999). Quer dizer, a renovação ou reconstrução de aspectos emblemáticos das paisagens está longe de desenrolar-se sem atritos e arestas, como fica demonstrado por uma profusão de exemplos ao redor do mundo.

É a partir tanto de práticas verbais quanto de não-verbais que as ligações entre o meio e a coletividade são organizadas coerentemente e de modo convincente. A Geografia Cultural tem privilegiado as fontes lingüísticas, como entrevistas e textos, no intuito de alcançar o papel simbólico da linguagem em nossas relações com o mundo

natural (COSGROVE, 2000, p.39). Entretanto, ao inserir a problemática da relação ativa e recíproca entre habitante e contexto espacial, destaco a emergência *in situ* de sentidos e significações, o que apela para a necessidade de incluir as formas materiais da paisagem e sua observação direta como uma *vivência* que antecede obrigatoriamente à interpretação. Neste modo de levar em conta a imaginação geográfica, considero a retórica paisagística dos habitantes de um lugar para além do campo estrito da linguagem e das figuras de estilo, colocando-a como parte do “sistema simbólico da imagem” (DEBARBIEUX, 1998, p.98-99).

Quer dizer, longe de ser um artifício estilístico, incluindo a habilidade de usar figuras de linguagem, a retórica é uma chave para a compreensão da estruturação simbólica do território, ou uma maneira de aceder às relações entre experiência e representação da paisagem, como apontou recentemente Jeremy Foster (1999). De qualquer modo, o resultado objetivo dos discursos e narrativas da imaginação simbólica é uma ordenação culturalmente plausível do “fato do mundo” e o gerenciamento das contradições entre o particular e o universal, o individual e o coletivo, de modo a permitir a sua socialização.

O recurso à análise dos processos cognitivos e até pré-cognitivos de entendimento do mundo a partir das experiências do meio que ultrapassam a descrição verbal literal é uma possibilidade de revalorizar o relato e a descrição como ferramenta da geografia. Foster, inspirado na fenomenologia existencialista de Merleau-Ponty, tentou mostrar como a paisagem do Transvaal (África do Sul) textualmente sintetizada pelo escritor-explorador John Buchan estaria impregnada pelas circunstâncias físicas e imaginativas do encontro deste inglês com o ambiente do Alto Veld – a despeito da pesada influência das representações sociais oriundas da política imperialista britânica no contexto histórico em que sua obra foi produzida:

A apreensão das qualidades características da luz, da distância, da materialidade e do clima em uma dada região concerne muito mais coisas do que ‘aquilo que pode ser visto’; ela se imprime profundamente na consciência através da experiência corporal contínua que funde intencionalidade e topografia. As estruturas sociais podem determinar o endereço ao qual vamos, aquilo que fazemos e que observamos, porém elas não podem jamais dar conta completamente da subjetividade pré-reflexiva do encontro com o

terreno, tampouco controlá-la (FOSTER, *ibid.*, p.93-94, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Ele sustenta com isto que as representações paisagísticas implicam sempre a recuperação de circunstâncias físicas e imaginárias do encontro com o espaço, incluindo mesmo um engajamento somático, cujos indícios se revelariam por meio de metáforas, analogias e alegorias. Estas e outras formas de simbolização poderiam ser “lidas” como reveladoras das motivações individuais e dos contextos histórico que interferem em sua percepção e descrição, donde a paisagem vem a ser tomada enquanto uma retórica, uma forma de conhecimento e de desenvolvimento do sentido.

Propostas não-racionalistas como esta significam um estímulo para a geografia buscar no imaginário a universalidade das relações dos homens com o espaço. Entretanto, a recuperação “intertextual” da experiência espacial direta parece colocar a paisagem entre parêntesis - ou no melhor dos casos reduzi-la a um *topo-estímulo* (o termo é de Foster). Tal abordagem concentra-se no universo psicológico e na biografia de indivíduos privilegiados de modo a compreender, de uma maneira profundamente subjetiva, a emoção estética por intermédio das figuras de linguagem. Se isto parece complicado ou discutível nos marcos postos pelo autor, que dizer de nossa pretensão de entrevistar algumas dezenas de agricultores comuns no sertão pernambucano?

Numa linha diferente, Berdoulay e Saule-Sorbé (1998; 1999) recorrem à análise da obra do pireneísta Franz Schrader para sublinhar que o saber não é anterior ao olhar e que depende ainda das linguagens e técnicas mobilizadas em cada esforço de compreensão do mundo. Demonstram, a partir desta premissa, como a experiência da montanha e a representação da paisagem estão imbricadas na evolução do estilo de pintura e de técnicas cartográficas de Schrader. Na avaliação desses autores, a mobilidade simultaneamente física e interdisciplinar ocupa um papel de destaque na produção deste geógrafo-pintor, pois ele não se limitaria a um recolhimento estético sem considerações científicas. O resultado da eterna pesquisa de Schrader para captar a complexa realidade revelada pela paisagem é o aprofundamento do seu olhar através do

---

<sup>11</sup> Tradução a partir da versão francesa: “*L’appréhension des qualités caractéristiques de la lumière, de la distance, de la matérialité et du climat dans une région donnée concerne beaucoup plus de choses que ‘ce qui peut être vu’; elle s’imprime profondément dans la conscience à travers l’expérience corporelle continue qui fusionne intentionnalité et topographie. Les structures sociales peuvent déterminer l’endroit où l’on va, ce que l’on fait et ce que l’on observe, mais elles ne peuvent jamais rendre compte complètement de la subjectivité pré-réflexive de la rencontre avec le terrain, ni la contrôler*”.



deslocamento, impregnação, possessão e contato direto com o meio, do qual decorre um conhecimento geográfico refinado pela experiência estética e vice-versa:

Ora, o observador, em sua relação com o mundo que ele olha e decifra, notadamente por intermédio do deslocamento no espaço terrestre, mas também no espaço interdisciplinar, toma parte ativa, enquanto sujeito, na instituição cognitiva da paisagem. Ao deslocamento do olhar combinam-se assim aqueles do sujeito e dos saberes (incluindo os técnicos) que este último coloca em jogo. [...] Estes deslocamentos culminam na experiência do lugar, através do desenvolvimento das descrições, narrativas, estudos, cartas, desenhos ou quadros. E todo um saber técnico o acompanha. Mesmo que Schrader ilustre apenas o caso particular do geógrafo, sua trajetória que valoriza o sujeito consciente permite refletir, por extensão, sobre as ligações que são tecidas, com a modernidade, entre o sujeito e a paisagem (BERDOULAY e SAULE-SORBÉ, 1998, p.48, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Mesmo que no meu caso as formas de representação não sejam exclusiva e propriamente textuais ou pictóricas, como nos exemplos explorados acima, é possível compreender o mecanismo de produção da geografia imaginativa da paisagem mediante a consideração da estrutura geral, composição, variedade de linguagens e figuras de estilo presentes nos seus modos de narração e composição, utilizando como fontes entrevistas (as falas dos sertanejos) e a observação direta (as paisagens a que se referem).

A geograficidade de relatos diversos poderia ser tomada como fonte de análise privilegiada, uma vez que as comunidades locais constroem suas cosmovisões a partir de *geosofias* (experiência e conhecimento do espaço) que incluem alusões ao ambiente e à paisagem (fisionomias, morfologias) enquanto um “objeto de consciência primário” (FOSTER, *op. cit.*, p.76). No caso do sertão seco, a natureza e os gêneros de vida locais impregnam profundamente o imaginário social e são por ele reforçados, donde sua requisição e reforço pelo trabalho discursivo do regionalismo político, da cultura

---

<sup>12</sup> Tradução do original: “Or, l’observateur, dans son rapport au monde qu’il regard et qu’il décrypte, notamment par le moyen du déplacement dans l’espace terrestre mais aussi dans l’espace interdisciplinaire, prend une partie active, en tant que sujet, à l’institution cognitive du paysage. Au déplacement du regard se combinent ainsi celui du sujet et celui des savoirs (y compris techniques) que ce dernier met en jeu. [...] Ces déplacements se cumulent dans l’expérience du lieu, à travers un redéploiement des descriptions, récits, études, cartes, dessins ou tableaux. Et tout un savoir technique l’accompagne. Même si Schrader n’illustre que le cas particulier du géographe, sa démarche qui valorise le sujet connaissant permet de réfléchir, par extension, aux liens qui se sont tissés, avec la modernité, entre le sujet et le paysage”.

popular e da mídia. Não obstante este círculo infernal, a expressão dum consciência paisagística que possibilite a coerência da região enquanto realidade partilhada pela sociedade reside na possibilidade de fazer coincidir, ao menos parcialmente, os modos atuais de ver e pensar do sertanejo com as representações exteriores. Os preconceitos somente se tornam violência e incompreensão quando os horizontes interpretativos encontram-se impedidos de interagir.

Neste sentido, a paisagem é também uma experiência político-cultural e não pode ser referida como um conhecimento puramente intuitivo e livre de pressuposições e biases lingüísticos. A apropriação paisagística e sua concomitante criação de sentidos entrelaçam processos históricos, sociais e biográficos. Mas como já mostrou ENTRIKIN (1976, p. 631), a separação entre *pensamento sobre o espaço* e *experiência do espaço* na geografia de inspiração fenomenológica, implicaria ser possível basear o conhecimento em experiências não conceituais; entretanto, isto é insustentável na medida em que a descrição utiliza a linguagem, e esta certamente não pode prescindir de conceitos. Portanto, as sugestões de Foster só podem ser encaradas como uma preocupação de conferir mais atenção à intencionalidade dos indivíduos diante da materialidade do meio físico, sem negligenciar a retórica cultural dominante.

O meu interesse pelas formas figurativas de desenvolvimento do saber de referência à região advém justamente da possibilidade que elas abrem ao diálogo entre as representações de certos territórios a partir de sentimentos identitários contraditórios. Na gênese local de uma narrativa paisagística os sentidos históricos e ordinários são combinados de maneira raramente óbvia, uma vez que impregnados de circunstâncias geográficas (concretas e imaginárias) precisas. Como freqüentemente a paisagem possui o poder de generalização de um sentido parcial em global, onde fragmentos extraídos de características gerais tornam-se representativos do todo, optei por mostrar sua potência comunicativa aprofundando o estudo dos processos metonímicos inerentes à sua instituição simbólica enquanto imagem da região.

Porém, isto não significa admitir que a imaginação e apropriação da paisagem são processos intrinsecamente redutores ou que amarrariam a estruturação simbólica do território à reprodução dos clichês e lugares-comuns existentes. Antes de considerar estas idealizações como “abreviaturas mortas”, ilusões ou meras cópias de coisas dadas

em rígidas configurações do ser, é preciso atentar para o conteúdo, o sentido e a verdade intrínseca dessas “formas intelectuais”, reconhecendo suas regras de criação e tendências de expressão (CASSIRER, 2003, p. 22). O exercício de leitura das motivações e significados contidos nas descrições e nas imagens de paisagens só faz sentido se estabelecermos uma relação entre a retórica e o imaginário geográfico subjacente, uma vez que este pode conferir sentidos bastante diferentes aos símbolos assim ativados (BERDOULAY, GOMES e CASTRO, 2001, p.421).

O trabalho da imaginação conecta a realidade e o conhecimento nas experiências espaciais em geral e através das narrativas paisagísticas em particular, as quais são tentativas de condensar o sentido do mundo em imagens; ou seja, a idealização é um elo essencial entre o mundo exterior e o mundo interior, não podendo ser tomada como ilusão, distorção ou desfiguração da realidade. A constante experiência do espaço (deslocamento, impregnação, comparação etc) é um fator que conduz o observador a revelar, através da retórica paisagística, o aprofundamento do seu olhar mediante a imbricação dos processos de simbolização com o conhecimento da realidade.

A metonímia, em sua acepção estrita, é um tropo, ou uso de palavra em sentido figurado, que consiste numa relação necessária de contigüidade, significando literalmente “transnomeação” (do grego *metônumia*), ou com mais simplicidade “troca de nomes”. No plano das figuras de estilo, Patrick Bacry a define como “*a substituição, no curso da frase, de um substantivo por outro substantivo – ou por um elemento substantivado – que lhe é contíguo no plano semântico*” (BACRY, 1992, p.88). Se tal contigüidade é de fato uma relação de inclusão ou pertencimento, estamos diante de um caso especial de metonímia, então denominada de sinédoque – denominação que se refere originalmente à ação de compreender ou interpretar em conjunto (MOLINIÉ, 1992, p.317).

Os procedimentos de transnomeação carregam consigo uma abertura para liberar a criatividade do pensamento, permitindo evocar um objeto qualquer por intermédio de outro objeto que tenha com o primeiro alguma ligação. O deslocamento de acepções não se funda necessariamente numa semelhança material entre as coisas envolvidas, antes é o resultado da maneira pela qual os seus conteúdos são apreendidos

e conectados para um certo fim, o que é feito de acordo com o agir humano e em dependência de relações práticas entre os homens e seu ambiente (CASSIRER, *op. cit.*, p.58). A mobilização de procedimentos trópicos para definir conteúdos perceptivos, apesar de ser inerente às nossas intuições e anterior aos conceitos lógico-discursivos, não escapa a equívocos e exageros. Estamos diante de uma poderosa trama da linguagem, e se faz mister precavermo-nos do emprego irrefletido dessas imagens através de sua necessária amarração a um sistema coerente de análise, se quisermos utilizá-las para além do estudo das representações míticas.

Por conseguinte, retomo Berdoulay para lembrar que o uso indiscriminado de figuras de retórica no discurso geográfico pode torná-lo “plenamente ideológico, uma vez que ele conceda um poder explicativo exagerado a certos conceitos”. Ora, um dos tropos analisados pelo autor como susceptível de deriva ideológica é justamente a metonímia, “muito freqüente quando um fenômeno é reduzido a um de seus componentes e tratado como tal, sem preocupação metodológica ou teórica” (BERDOULAY, 1988, p.22). Trata-se de uma dificuldade central para a geografia, pois envolve o eterno problema da parte pelo todo e vice-versa. Tomo esta advertência não como impossibilidade de utilizar o conceito em meu sistema de análise, mas sim como necessidade de delimitar claramente seu alcance enquanto ferramenta de análise.

Como disse antes, considero a retórica e as figuras de linguagem enquanto sistema simbólico para além da simples argumentação e ornamento. Neste sentido, as metonímias geográficas seriam um meio eficiente de alcançar, a partir da experiência dos sujeitos concernidos, as relações entre fisionomia e identidade territorial. Através do conceito de paisagem metonímica o potencial retórico dos relatos sobre o semi-árido afloraria positivamente em duas frentes: em primeiro lugar e com mais clareza, na sua capacidade de transmitir e reforçar um conhecimento de mundo por meio de imagens-síntese, aproximações e analogias. Em segundo lugar, este potencial abriria caminho para identificar re-interpretações criativas a partir da atividade do sujeito, o agir humano colocando-se frente ao preconceito e à estigmatização de diversas maneiras.

Quer dizer, as metonímias podem ser vistas positivamente como processos cognitivos que acionam a vivacidade da imaginação geográfica, aguçando nossa capacidade de ver o mundo, antes de apenas fecharem horizontes para esquematizar

uma realidade pretensamente estável. Do ponto de vista negativo, é verdade que há sempre o perigo de que as imagens metonímicas acionadas se congelem, tornem-se composições banalizadas, não favorecendo a emergência de novas visões, mas sim dos mesmos estereótipos de sempre. O segundo caso tem despertado um interesse geográfico evidente e duradouro, como mostram numerosos trabalhos sobre os clichês regionais – entretanto, a simples enumeração e denúncia dos estereótipos se distancia de meus objetivos. Prefere-se ao longo desta reflexão concentrar a análise no fato de que a metonímia, tal como ocorre com a metáfora (figura da qual não está separada), permite a re-elaboração da informação de que o homem dispõe sobre o mundo, possuindo um valor cognitivo que induz a uma percepção incomum das coisas. O foco, evidentemente, dirige-se nesta última direção, pois embora se deva atentar para a ideologização do senso comum, partimos ao sertão em busca do saber paisagístico local, de modo a escapar do discurso-prisão decorrente do olhar vertical sobre a região.

O desafio de minha abordagem residiria, conseqüentemente, em de que modo orquestrar a pluralidade de informações produzidas a partir de fontes locais dispersas e operacionalizar a análise dos resultados não à moda de uma pesquisa de opinião, mas sim enquanto um campo concreto de ensaio. Foram então escolhidos três grandes recortes no semi-árido pernambucano como pontos de partida e instrumentos operacionais para o estudo da retórica paisagística de seus habitantes: o *Agreste de Caruaru*, o *Sertão do Pajeú* e o *Sertão do São Francisco*, referências espaciais que julgávamos possuir um grau mínimo de evidência e facilidade de reconhecimento pela sociedade – além de apresentarem facilidades práticas que envolvem um trabalho de campo, tais como razoável acessibilidade e mediadores solícitos.

Após aproximações sucessivas e mediante esforço considerável para explicitar meu interesse genuíno pelas coisas do lugar, obtive as contribuições mais ou menos voluntárias de cento e vinte interlocutores, registrando-as em entrevistas gravadas nos seus espaços imediatos de vida, guardada a proporção de 1/3 de registros para cada um dos subespaços escolhidos. Posteriormente, seja por razões técnicas (deficiência da gravação), seja por razões de conteúdo (recusa ativa ou passiva em estabelecer um diálogo), foram descartadas vinte entrevistas, chegando-se ao número final de cem documentos sonoros. Como a ruralidade é um dos avatares da idéia de sertão, principalmente no tocante ao semi-árido e aos efeitos das secas sobre os pequenos

agricultores, privilegiei a atenção nesta camada da população, mas sem excluir aquelas pessoas cujos perfis e trajetórias de vida balizariam seu olhar através de um prisma rural.

O material assim produzido – recolhido *in loco* e acompanhado da observação direta das paisagens evocadas pelos seus enunciadores – foi então transcrito, codificado e analisado num enfoque hermenêutico. Buscou-se identificar tanto os pontos de convergência com o imaginário geográfico instituído quanto as estratégias de argumentação ou mecanismos de imaginação potencialmente renovadores das visões existentes sobre o semi-árido. Em um nível mais teórico, estes mesmos processos foram examinados enquanto indicadores de uma retórica da paisagem em geral.

O fio condutor do meu sistema de análise é, portanto, o estudo do papel das formas de expressão metonímicas que integram, nos três estudos de caso, o semi-árido à idéia de sertão e vice-versa. Tal construção do objeto propõe, como tentei mostrar, os termos de uma reflexão sobre a paisagem, seu potencial explicativo e que papel representaria no processo identitário, transcendendo o lugar para atingir os discursos sobre o Nordeste seco.

O trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo discuto como o imaginário geográfico pode constituir uma base conceitual e metodológica para o estudo hermenêutico dos discursos identitários territoriais, reconhecendo-o enquanto elemento estruturador do espaço. Ainda neste capítulo, discuto o papel dos sujeitos locais enquanto elementos ativos nessa mobilização dos símbolos pela imaginação e como o imaginário contribui para a eficácia retórica das identidades territoriais.

No segundo capítulo, realizo uma reflexão epistemológica sobre as relações entre imaginário geográfico e paisagem, partindo da inseparabilidade da dimensão morfológica desta última face à emergência do significado. Assim, o pensamento figurativo acerca do espaço é tomado tal como uma retórica plena: construo e aprofundo a hipótese das metonímias geográficas, propondo que numa interpretação desses procedimentos retóricos é preciso considerar a força *imaginal* contida tanto no conceito de paisagem quanto nas formas corriqueiras de se pensar o espaço. Explico, então, de que modo a razão metonímica pode conferir uma revalorização da linguagem e das técnicas de descrição para a geografia cultural.

No terceiro capítulo apresento o processo de escolha e definição dos três recortes experimentais no semi-árido pernambucano, traçando suas características geográficas básicas e explicitando as categorias de análise e os objetivos da metodologia adotada no trabalho de coleta dos dados primários. A experiência prévia de filmar a diversidade do semi-árido pernambucano é apresentada como a situação em que germinaram alguns recortes simbólicos, tomados a seguir como referência para as investigações de campo que embasaram a pesquisa.

O quarto e último capítulo traz, enfim, os resultados da aplicação do conceito de metonímia geográfica em cada uma das três distintas situações de pesquisa, concomitantemente à discussão sobre os elos específicos entre a retórica paisagística e o imaginário dos sertanejos. Nas considerações finais busco deixar uma contribuição mais sistemática e concisa sobre a retórica da paisagem nos estudos de geografia cultural, enfocando o conceito de metonímia enquanto um instrumento de apreensão, compreensão e interpretação do espaço pelos seus habitantes.

# CAPÍTULO 1



## 1 O IMAGINÁRIO GEOGRÁFICO COMO MARCO INICIAL DE ANÁLISE DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS

*Todo imaginário social pode revelar-se imaginário geográfico*

Iná Castro (1997, p.177).

As identidades territoriais e os discursos regionalistas encontram nas paisagens tanto uma fonte de simbolismos quanto um privilegiado meio de expressão, o que aponta para a importância da mobilização de um imaginário geográfico ligado à experiência de vida e aos valores dos habitantes dos contextos espaço-temporais assim evocados. O presente capítulo procura alicerçar e desenvolver a premissa de que as apropriações, interpretações e atribuições de significados às paisagens do semi-árido pernambucano adquirem mais coerência quando analisadas como partícipes de uma certa dinâmica do imaginário regional.

Destarte, a própria *eloqüência paisagística* do sertão pode ser tomada como um repertório mnemônico e cognitivo da geograficidade da existência num ambiente predominantemente semi-árido, constituindo-se, por outro lado, num instrumento prenhe das tensões advindas dos processos de simbolização mais gerais e que estão envolvidos na construção dos sentimentos de pertencimento territorial.

Embora as paisagens simbólicas representem reflexos de modos simultaneamente verticais e horizontais de conceber e valorizar o espaço, a hipótese geral aqui trabalhada é a de que elas seriam um meio através do qual os sujeitos que as vivenciam no cotidiano enunciariam suas visões da região, integrando três esferas: o enraizamento no lugar; o cruzamento do imaginário geográfico coletivo e individual; e finalmente a mediação dos sentimentos de pertencimento.

Tal processo retroativo de vivência e imaginação, a despeito de ser marcado pelo subjetivismo e muitas vezes ancorado em uma narrativa mítica, seria fundamental para a compreensão dos fenômenos concretos que interessam à geografia - incluindo a

valorização e organização funcional do espaço, bem como as conseqüências dos recortes do território operados pelas aspirações e conflitos identitários. No caso específico dos sobressaltos da territorialidade contemporânea é preciso levar em conta as idéias de Maffesoli, para quem o *sentir com os outros* não é completamente racional, sendo antes ligado à paixão, condicionando em grande medida o pensamento e a ação a partir de um lugar específico. Este espaço é visto então como um *nicho* donde se tece o *laço* da comunidade com o cosmos, origem ecológica do poder, e cujo bom funcionamento é o objetivo da política:

Qualquer que seja o nome com o qual se condecora, o detentor do poder cristaliza a energia interna da comunidade, mobiliza a força imaginal que a constitui como tal e assegura o bom equilíbrio entre esta e o meio circundante, tanto social quanto natural. Trata-se, claro, de uma atitude que atinge o apogeu no poder carismático, mas que se expressa até na racionalidade e na funcionalidade da burocracia (MAFFESOLI, 1997, p.36).

Portanto, a capacidade de persuasão de antigas e novas imagens simbólicas envolvidas nos processos de identidade territorial depende de uma conexão harmoniosa entre lugar e região – e para esta ligadura pressuponho que concorrem o imaginário geográfico e a retórica paisagística. Porém, qual a paleta de idéias e que instrumentos metodológicos contribuiriam para compreender a dinâmica de simbolização em paisagens do Nordeste semi-árido do Brasil, partindo dos relatos e da experiência dos sertanejos, sem negligenciar sua pertinência com questões geopolíticas maiores?

Seriam estas narrativas e representações intrinsecamente geradoras do olhar ou meras imposições de pré-julgamentos hegemônicos, quase sempre calcados na conformação da natureza semi-árida? Na abordagem de tais tensões será privilegiada a atividade cultural do sujeito como um trabalho sobre si mesmo face ao contato com o outro, conforme sugerem Berdoulay, Gomes e Castro (2001). Os sentidos e os projetos de vida construídos nesta interseção fariam apelo aos diversos relatos oriundos seja do imaginário social e seus mitos, seja da racionalidade que preside a organização pragmática e concreta do cotidiano da existência.

Partir do *imaginário geográfico* para compreender o papel da *paisagem* na produção de um saber regional e, mais especificamente, de *discursos identitários e territoriais* requer um grande esforço de reflexão epistemológica, de modo a propor

uma base conceitual conjugada com a tarefa de trabalhar empiricamente o *simbólico*, contemplando sua indelével transcendência epifânica ou evocativa. Sem pretender abarcar o tema de modo exaustivo, apresento uma tentativa de desenvolver a idéia de que o espaço é, a um só tempo, continente e conteúdo dos signos e símbolos de um imaginário necessariamente impregnado pelas tensões inerentes às relações humanas, tomando-o como função e produto da imaginação que incorpora e reconstrói o real (CASTRO, 1997, p.157). Nesta visão, a profunda geograficidade do imaginário social e político brotaria das interações entre o homem e a Terra:

É possível, pois, propor que todo imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político, possui também um forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográficos, naturais ou construídos, que estão em relação direta com a existência humana (*Ibid.*, p.177).

Assim sendo, o sistema de análise aqui esboçado norteia-se pelo encadeamento de três preocupações de fundo: em primeiro lugar, a possibilidade de interpretar a geografia inerente ao imaginário social, relacionando a materialidade do espaço com os valores simbólicos que emergem da relação homem/meio. Em seguida, como a idéia de paisagem pode ser útil para expressar esta retroação, posto que é um cruzamento entre forma (fisionomia) e conteúdo (significado). Por fim, a retórica paisagística, em específico, é tomada como um dos parâmetros para investigar tais interações entre imaginário geográfico e práticas espaciais cotidianas.

Antes de enfrentar as questões levantadas é preciso admitir que a premissa segundo a qual o imaginário geográfico de uma sociedade nutre-se e expressa-se na paisagem atribui a esta última um papel central na ativação das faculdades imaginativas dos grupos e indivíduos. A formulação de tal conjectura exige uma consideração prévia a respeito de como considerar o imaginário na geografia, uma vez que o substrato simbólico é onipresente na nossa relação com o espaço.

## 1.1 O Reconhecimento do Imaginário como um Elemento Estruturador do Espaço

*Nasci, como os outros, sujeito a erros e defeitos. Mas nunca ao erro de querer compreender só com a inteligência.* Fernando Pessoa

A escolha de levar em conta a *imaginação* como uma *faculdade de conhecimento* ou *estado de consciência* (SARTRE, 1980; BACHELARD, 1993) fundamental em nossas práticas espaciais enfrenta, em termos de pesquisa acadêmica, um obstáculo frente às tradições do racionalismo, não obstante o reconhecimento de sua onipresença até no que concerne às atividades científicas. Efetivamente, além de condicionar de alguma maneira as relações cotidianas dos homens com o espaço, o *imaginário* é também um instrumento incontornável na busca de conferir coerência ao mundo, seja através de modelos matemáticos, de utopias ou mesmo de cosmogonias mítico-religiosas que convivem no seio da modernidade (DEBARBIEUX, 1995b, p.883-884).

Como quer que seja, o imaginário tem uma função existencial que, ao lado do crescente reconhecimento da influência da afetividade na compreensão da racionalidade humana, vem contribuindo para o resgate da matriz imagética pela ciência. A emergência da idéia de imaginário enquanto *mediação da realidade* parte das evidências da eficácia da imaginação no discernimento de uma certa ordem em meio à infinita e aparentemente desconexa complexidade do mundo real (CASTRO, 1997, p.167).

A elaboração do presente sistema de análise, portanto, toma por princípio que a imaginação é em grande parte produtora de realidade, compreendendo o substantivo *imaginário* como uma mediação entre o *real* e o *imaginado*. O desenvolvimento desta

noção em diferentes perspectivas<sup>13</sup> tem-se mostrado profícuo para o estudo das relações entre as narrativas simbólicas e as ações humanas.

Mais do que simples produto da imaginação, o imaginário seria articulação essencial entre o mundo exterior e o mundo interior, conferindo sentidos bastante diferentes aos símbolos, mitos, signos e alegorias por ele acionados (BERDOULAY, GOMES e CASTRO, 2001, p.421). Por isto não haveria uma reprodução passiva das formas culturais de ver e representar o mundo, visto que as chaves explicativas seriam sempre combinadas em novos relatos pelo dinamismo organizador - e criativo - da imaginação.

A geografia poderia, então, perscrutar como a realidade e o conhecimento se conectariam na profundidade arquetípica das experiências espaciais em geral, e das narrativas paisagísticas em particular, observando o aludido dinamismo organizador da imaginação, que reúne e combina os elementos do mundo percebido (BACHELARD, 1993). Michel Roux (1999, p.45) avança neste sentido ao propor que a “metáfora” seria o instrumento privilegiado deste dinamismo do imaginário, expressando a “*retroação* homem-espaço”, quer dizer, a “*projeção*” de sentimentos e estados de espírito a partir da / sobre a natureza. Da mesma forma, Bernard Debarbieux (1995b, p.98) destaca que o uso de metáforas e sinédoques é essencial na evocação de territórios através de lugares simbólicos, uma vez que estas atividades mentais são inerentes ao pensamento e participam da elaboração de um sistema geográfico de interpretação da realidade.

Outra tentativa de tornar o imaginário comparte da estrutura do conhecimento encontra-se no aporte de Denis Cosgrove (1984/1998) acerca da relação entre “modo paisagístico de ver”, ideologia e prática social no contexto histórico e econômico dos primórdios da modernidade. Conseguindo explorar de modo eficaz a idéia de “contradição central da paisagem”, este autor demonstrou, segundo Don Mitchell (1999, p.505), que as oposições entre sujeito-objeto, *insider-outsider* são construídas tanto no âmbito da morfologia como no da representação de paisagens. A imaginação transformaria a comunidade humana e o ambiente natural em uma significativa unidade

---

<sup>13</sup> A título de exemplos mais citados: SARTRE (1980), BACHELARD (1993, 1994, 1997), BARTHES (1957), ELIADE (1964, 1986), RICOEUR (1975), DURAND (1988; 1998), VÉDRINE (1990), CASTORIADIS (1982).

de espaço (COSGROVE, 1998, p.38), donde todas as paisagens seriam simbólicas, possuindo poderes para estruturar relações sociais.

A integração do imaginário, dos mitos e das simbologias à análise geográfica guarda, entretanto, um certo número de dificuldades, a começar pelo risco de exilá-la em um espaço psicológico demasiadamente egocêntrico. Acontece que o símbolo é uma recondução do sensível e do figurado ao significado, implicando uma epifania: quer dizer, aparição do indizível que sempre carrega um segredo. Do mesmo modo que as notas de uma música precisam ser interpretadas a cada execução, as paisagens são sempre submetidas a novas leituras, pois...

[...] o símbolo jamais é explicado de uma vez por todas, mas deve ser sempre decifrado de novo; assim uma partitura musical nunca é decifrada de uma vez por todas, mas exige uma execução sempre nova (CORBIN *apud* DURAND, 1988, p.18).

Nessa concepção, a imagem simbólica constitui a *transfiguração* de uma representação concreta através de um sentido para sempre abstrato. Daí o significante (metade visível do símbolo) estar sempre carregado do máximo de concretude, enquanto que seus significados, suas evocações, podem ser infinitos. Em conseqüência, as relações entre mito e imaginário devem ser pensadas na interseção de simbologias individuais e coletivas.

É necessário considerar, pois, a imbricação dos elementos acima referidos na emergência das paisagens. A imaginação faz apelo aos símbolos de uma maneira criativa e em decorrência desse dinamismo os elementos míticos mobilizados para forjar uma paisagem não implicam que esta funcione tal qual um mito, como já advertiram Berdoulay, Gomes e Castro (*op. cit.*, p.421). Isto é, esses autores evidenciam que as análises do imaginário geográfico não devem se restringir de forma acrítica à capacidade explicativa dos mitos, embora incorpore algo de sua dinâmica.

Outrossim, como a paisagem remete ao espaço enquanto continente e conteúdo de simbolizações, não se pode deixar de lado seus atributos *fisionômicos*, de aspecto visível do mundo exterior. Quer dizer, se os mitos são narrativas simbólicas que evocam um evento fundador ou um futuro desejado (LAPIERRE, 1988), conferindo coesão e mobilização social, as realidades por eles reveladas (incluindo as paisagens) não se resumem a emblemas lexicalizados. Tais epifanias acumulam mudanças

constantes advindas da organização criativa da imaginação e das conseqüentes reinterpretações dos termos dos relatos originais.

Portanto, as formas, objetos e atributos da superfície da Terra são impregnados de sentidos e valorizados a partir dos mitos, das experiências concretas de vida e da imaginação dos homens, donde nascem constantemente os sentidos atribuídos à paisagem, que jamais são definitivos. Compreende-se, daí, a força criativa da linguagem através dos procedimentos retóricos, elos entre o pensamento e o espaço: se for aceito o postulado de que o pensamento humano é representação, o imaginário é uma “conexão obrigatória” (DURAND, *op. cit.*, p.167) pela qual essas representações se constituem necessariamente em referência ao espaço.

É sabido que o funcionamento básico da linguagem aproxima-se daquele do mito através da metáfora, campo das *mudanças de significação* por excelência. Gadamer atribuiu a este patamar comum do pensamento lingüístico e mítico a existência de uma “lei da nivelção e extinção das diferenças específicas”, com base em que coisas diferentes poderiam ter seus conteúdos igualados pelo agir humano, de modo que cada parte do todo se apresentaria como o próprio todo:

[...] cada exemplar de uma espécie ou gênero parece equivaler à espécie toda ou ao gênero todo. A parte não representa meramente o todo, nem o indivíduo ou a espécie representam o gênero, mas são ambas as coisas; não só implicam este duplo aspecto para a reflexão mediata, como compreendem a força imediata do todo, sua significação e sua eficácia. Aqui vem forçosamente à lembrança aquele princípio que se pode designar como o verdadeiro princípio básico, quer da ‘metáfora’ lingüística quer da mítica, e que é expresso pelo axioma *pars pro toto* (CASSIRER, *op. cit.*, p.109).

É neste sentido que o imaginário geográfico atuante e expresso pelas narrativas paisagísticas torna-se empiricamente útil, posto que revelador do substrato simbólico de ações concretas dos atores sociais. Se ele é tomado como intercessor entre realidade, discurso e conhecimento, a paisagem (encerrando mito, materialidade e representação) poderia ser vista enquanto um momento essencial da retroação homem-espaço, requerendo o concurso de um pensamento metafórico em geral, e, de maneira ainda mais incisiva, da mobilização de metonímias – transmutação de significado que ilustra de forma mais exata o princípio da parte pelo todo.

Uma linha de raciocínio que concorre para o estabelecimento dessa postura é aquela segundo a qual realidade e racionalidade seriam produtos do imaginário, tal como formulado por Cornelius Castoriadis. Para este autor:

[O imaginário é] a criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras / formas / imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de alguma coisa. Aquilo que denominamos realidade e racionalidade são seus produtos (CASTORIADIS *apud* CASTRO, *op. cit.*, p.172).

Deve-se admitir, porém, que o limite entre racionalidade e imaginário é muito difícil de ser estabelecido, o que é ainda mais presente em se tratando das ciências humanas, as quais lidariam com um real fenomenológico (ROUX, 1999, p.34). Neste domínio sempre se impõe um trabalho de reconstrução subjetiva centrado no indivíduo que procede a leitura espacial a partir de sua experiência, mas que, ao ser confrontado com outras possibilidades interpretativas, remete-se constantemente, de forma consciente ou não, a um imaginário social ao qual quer se fundir ou se apartar.

Ocorre que, apesar de vivermos numa sociedade inundada pela produção de imagens, os processos simbólicos e retóricos que possibilitam a emergência, coerência e aceitação de múltiplas visões de mundo permanecem geralmente negligenciados. É necessário, então, orquestrar harmonicamente as sonoridades conceituais advindas da própria geografia, mas também de ciências afins, inserindo-as na estruturação de um sistema de análise que possa dar conta da amplitude do problema de simbolização inerente à paisagem. Aceita-se aqui, como Pierre Lantz (1996, p.2-12), que *simbolização* é o processo de mobilização de forças internas pelo qual o indivíduo transforma a intensidade dos seus sentimentos em figuras e imagens mobilizadoras, no momento em que a potência inerente à dinâmica da imaginação começa a cristalizar-se em símbolos.

A preocupação que originou esta pesquisa no bojo de um exercício de interpretação do caráter regional e dos valores que os habitantes do Nordeste do Brasil atribuem ao sertão semi-árido era “estudar como discursos generalísticos produzidos em escalas ‘cegas’ [distanciadas do cotidiano dos sujeitos sociais] podem estar profundamente plantados em alguns aspectos tanto das condições materiais de vida como do sentimento de ser nordestino” (MACIEL, 1999, p.6). Todavia, percebi que o inverso também poderia ser verdadeiro e, além disso, que a ancoragem do discurso não



residiria exclusivamente na materialidade do cotidiano, mas na força simbólica de alguns de seus elementos.

Como afirma Raoul Girardet, é na potência mítica da narrativa que se encontra seu poder de atração, quer dizer, o caráter explicativo de uma idéia não decorre apenas e diretamente de sua aderência às circunstâncias imediatas da existência, ele é fruto ainda da capacidade de aglutinação que os mitos conferem à vida. Segundo este autor, o mito enquanto narrativa legendária “exerce uma função explicativa, fornecendo um certo número de chaves para a compreensão do presente”, [donde] “é uma grade através da qual se ordena o caos desconcertante dos fatos e eventos” (GIRARDET, 1986, p.13).

Já para Alain Corbain (2001, p.169), a “imagem de um lugar” é tributária de uma legenda que se coloca como imemorial, donde a necessidade de se estudar a impregnação e extensão de um dado sistema de representação paisagística na sociedade. Mas justamente por se tratar de uma transmissão cultural submetida a idiosincrasias, ao estudo das leituras da paisagem não é dado subestimar as reinterpretações decorrentes de conflitos de opinião, ou de atitudes como conformismo, esquecimento e alienação.

O fato de o poder explicativo do imaginário encontrar ressonância na geografia cultural contemporânea apoia-se no interesse filosófico crescente pelos símbolos e mitos enquanto dimensões incontornáveis para a compreensão das atividades humanas. Dentre as abordagens possíveis do tema, o pensamento de Paul Ricouer (1975) é um dos mais freqüentemente evocados, talvez por tentar atingir três esferas concretas inerentes aos símbolos: primeiramente a *dimensão cósmica*, a qual retira toda a sua figuração do mundo visível que nos rodeia e é tão cara à geografia das paisagens; em segundo lugar a *dimensão onírica* do símbolo, ou seja, aquela que se enraíza nas lembranças, sonhos e biografias de cada um; finalmente, a *dimensão poética* que apela para a criatividade da linguagem, a retórica etc (COSGROVE, 2000, p.39-42). As duas últimas são mais bem tratadas nos estudos das narrativas e discursos geográficos, enquanto a primeira liga-se mais diretamente aos modos de ver, denominar e atribuir

sentidos à natureza. As contribuições de Gaston Bachelard<sup>14</sup> para o estudo dos sonhos e da imaginação poética são também uma fonte de inspiração facilmente identificável neste tipo de abordagem.

A geografia atenta à imaginação encontra, em cada uma dessas dimensões, muitas pistas que merecem ser seguidas. Segundo Cosgrove (*Ibid.*, p.42) a imaginação poética desperta maior interesse nos geógrafos culturais, uma vez que a criatividade seria o elemento produtor e diferenciador de culturas, instituindo “geografias imaginárias” que são ao mesmo tempo um estímulo à ação humana sobre a natureza e um exemplo de constituição identitária.

Numa linha diferente, Michel Roux busca oferecer outras respostas para questões semelhantes inspirando-se na teoria da complexidade de Edgar Morin. Partindo da consideração de que nas ciências humanas o que se designa como “realidades” não são objetos cognoscíveis e independentes dos observadores, aquele autor propõe:

[...] incluir o mito e o imaginário em um sistema global de interpretação do espaço geográfico, tentando determinar a natureza das interações que fazem emergir um imaginário espacial, indicando em compensação como ele também irriga os componentes do sistema (ROUX, *op. cit.*, p.32).

Decorre desta postura que os fatos observáveis e os discursos proferidos podem incluir tanto pensamentos racionais quanto postulados que seriam produzidos “*a priori*” pelo imaginário – o que constituiria exatamente o que o autor denomina de “realidade emergente” de um sistema, irreduzível às suas partes. Por outro lado, talvez possamos entender melhor a ação dos mitos sobre o imaginário mediante o mecanismo de recorrência assinalado por Girardet (1996), para quem a consideração simultânea dos múltiplos símbolos referentes a um certo tema mítico esclareceria os próprios significados simbólicos de uns e de outros pela repetição de suas lógicas intrínsecas.

Ao estudar as mitologias políticas, este autor sublinha que as manipulações dos temas míticos são limitadas, em cada contexto histórico, por “uma certa situação de disponibilidade” ou “estado prévio de receptividade” dos setores de opinião envolvidos.

---

<sup>14</sup> Basta lembrar *A Psicanálise do Fogo*, 1994 (original de 1938), *A Água e os Sonhos – Ensaio sobre a imaginação da matéria*, 2002 (original de 1942) e, principalmente, *A Poética do Espaço*, 1993 (original de 1957).

Quer mostrar com isto que a mensagem a ser transmitida deve corresponder, para ter alguma eficácia, “a um certo código já inscrito nas normas do imaginário”. Em conseqüência, lidar com o imaginário poderia transformar-se, muitas vezes, em submeter-se a ele, uma vez que os mitos se imporiam mais firmemente aos seus usuários do que estes contribuiriam para a sua elaboração (GIRARDET, *ibid.*, p.50-51). Estamos novamente diante do problema de conferir aos sujeitos um papel mais ou menos decisivo para acionar e decifrar, através da imaginação, um repertório mitológico culturalmente dado.

Embora não haja como desprezar a força de determinadas composições inerentes a um imaginário já sedimentado, é preciso levar em consideração que se trata também aqui de uma questão de retórica ou convencimento, portanto susceptível a mudanças, ainda que lentas. De toda forma, o conhecimento combinado das redundâncias temáticas dos mitos e de seus rebatimentos no modo como os homens pensam, vivem e modificam o espaço justificam a preocupação crescente da geografia com o papel do imaginário na mobilização e reorganização constante dessas narrativas fundadoras de *realidades emergentes*, tais como os recortes territoriais identitários.

Antes de passar ao próximo item, convém arrematar da forma mais clara possível o estatuto do imaginário como ponto de partida conceitual e metodológico do presente sistema de análise. Isto exige, de antemão, um posicionamento vigilante frente ao paradoxo da sua desvalorização no Ocidente - uma civilização da imagem - posto que a ciência o tem considerado no sentido predominante de des-razão, fantasia ou deformação desprovida de valor explicativo da realidade, nos termos apresentados por Gilbert Durand (1998).

Recorrer ao imaginário subentende, pois, reconhecer como esta faculdade de conhecimento jamais explícita e freqüentemente ambígua pode ser pensada à luz de sua notável persistência histórica ante aos ataques do dogmatismo e do ceticismo científico. De fato, o pensamento metafórico e a imaginação criativa imiscuem-se em todos os campos da erudição como uma evidência contra as imagens reduzidas a meras cópias inertes do sensível.

Para Durand, a reabilitação da imagem pela ciência só seria possível no contexto de uma re-mitificação filosófica, aqui entendida enquanto hermenêutica re-

instauradora do mito. A dificuldade deste caminho reside em reconhecer que trabalhar o simbólico não significa necessariamente o caminho oposto (abandonar o racional), por mais evidente e tentador que seja negar a herança da modernidade enquanto tendência à racionalização da existência. Como lembra Alain Touraine, a “racionalidade imanente” é uma característica da ideologia moderna, a qual elegeu a própria razão como seu agente principal. Esta onipotência impôs a quase destruição dos aspectos da realidade tidos como “mágicos” ou “sagrados”:

A particularidade do pensamento ocidental, no momento de sua mais forte identificação com a modernidade, é que ele quis passar do papel essencial reconhecido à racionalização para a idéia mais vasta de uma sociedade racional, na qual a razão comandaria não somente a atividade científica e técnica, mas também o governo dos homens tanto quanto a administração das coisas (TOURAINÉ, 1992, p.23, tradução nossa)<sup>15</sup>.

A *démarche* para efetivar a reabilitação do papel da imagem e do mito, como base profunda das representações que motivam as ações humanas no espaço, necessita então reconhecer isto que Durand chamou de “iconoclastia endêmica da filosofia e da civilização do Ocidente” (DURAND, *op. cit.*, p.7). Sem esta compreensão primeira todo esforço de conciliar razão e imaginação corre o risco de resultar natimorto. Como reencontrar o papel essencial da razão, sem negligenciar os aspectos não-rationais?

Para um início de superação do problema, esse autor assinala que o imaginário de uma sociedade se materializa em ações cotidianas alimentadas irresistivelmente por imagens e símbolos, os quais devem ser tomados enquanto substrato de inúmeras ações humanas concretas. Basta lembrar neste momento, evocando a expressão de Sautter (1979), a “explosão de paisagem” no mundo contemporâneo.

Seja como conceito erigido por diversos ramos entrecruzados da ciência, seja como representação mobilizada pelos mais diferentes grupos sociais, ela se torna ao mesmo tempo – e contraditoriamente – “invasiva” e volátil, tamanha a multiplicação de suas epifanias e reinvenções. Os meios de comunicação modernos, com eficiência técnica e onipresença, assumem posição de vanguarda na elaboração e dissolução

---

<sup>15</sup> Tradução a partir do original: “*La particularité de la pensée occidentale, au moment de sa plus forte identification à la modernité, est qu’elle a voulu passer du rôle essentiel reconnu à la rationalisation à l’idée plus vaste d’une société rationnelle, dans laquelle la raison ne commande pas seulement l’activité scientifique et technique, mais le gouvernement des hommes autant que l’administration des choses*”.

sistemática de signos e sentidos, interpelando os espectadores com uma rapsódia de imagens.

Neste contexto, o mito – narrativa simbólica atualizada pelo imaginário – não pode ser considerado como pertencente ao campo semântico da mentira, designando uma imagem falsa da realidade, nem como uma forma de pensamento oposta à lógica e à ciência. Melhor seria tomá-lo como uma metáfora das origens e/ou uma aspiração de futuro, cuja crença possuiria um poder de mobilização de forças sociais e movimentos históricos, pois “existe em toda produção mitológica um eixo central e comum, sustentado pela forma narrativa, pela imagem e possivelmente pela emoção. São estas características que fazem do mito, ainda hoje, uma fonte para compreender os processos sociais” (BERDOULAY, GOMES e CASTRO, *op. cit.*, p.420, tradução nossa)<sup>16</sup>.

As epifanias do imaginário, por sua vez, não se restringem ao turbilhão aleatório produzido por uma imaginação livre e desencarnada. Elas consistem em mediações entre a força poética da mente e o mundo exterior. Assim sendo, melhor que considerar o imaginário como uma sub-realidade, prisma deformante ou supra-realidade, seria tomá-lo enquanto “elemento da dinâmica de um sistema complexo” (ROUX, *op. cit.*, p.40). A tarefa é afinar definições de imaginário que se tornem operativas a uma análise geográfica, depurando-a das imprecisões e impasses do seu uso comum como oposto do racional.

É o que será tentado nas páginas seguintes.

---

<sup>16</sup> Tradução a partir do original: “il existe dans toute production mythologique un axe central et commun, soutenu par la forme narrative, par l’image et possiblement par l’émotion. Ce sont ces caractéristiques qui font du mythe, encore aujourd’hui, une ressource pour comprendre les processus sociaux”.

### 1.1.1 Reconciliando razão e imaginação na geografia: a inspiração *geosófica*.

*A imaginação não apenas se projeta em terrae incognitae e sugere-nos rotas a seguir, mas também atua sobre estas coisas que nós descobrimos e por causa delas produz concepções que buscamos compartilhar com os outros.* J.K. Wright (1947, p.4, tradução nossa)<sup>17</sup>.

A preocupação da geografia com respeito ao papel da imaginação no modelamento do real não é propriamente nova. Todavia, o reconhecimento da condição desvalorizada do universo imagético e as tentativas de recondução ontológica do sentido figurado apenas adquiriram corpo recentemente, a despeito das aberturas epistemológicas quanto ao trabalho criador das ideologias e do imaginário já existirem nas obras fundadoras da geografia humana francesa (BERDOULAY, 1981). Nelas, a criatividade humana começava a ser vista como a força que acomoda os dados da experiência do ambiente com os esquemas de interpretação oferecidos pela cultura, resultando de suas relações interativas mudanças significativas em todos os componentes envolvidos: no homem, na natureza, na cultura.

Com efeito, na formulação do possibilismo concebido por Vidal de La Blache para dar conta das relações homem-natureza existe uma atenção especial a propósito de como o espírito humano tomaria parte ativa no conhecimento. Sua posição é explicada por uma orientação filosófica neo-kantiana<sup>18</sup>, a qual tentava estabelecer, a partir da premissa acima, como os dados da experiência e a capacidade do espírito humano de conceituá-los se harmonizariam. Evitando o empirismo e o positivismo originalmente relacionado ao pensamento de Kant, essa corrente sustentava que:

[...] o conhecimento, mesmo empírico, não é uma simples reprodução dos objetos, mas a sua formatação pelo espírito humano. Esta tendência idealista não era exacerbada na medida em que a maior

---

<sup>17</sup> Tradução a partir do original: “*The imagination not only projects itself into terrae incognitae and suggests routes for us to follow, but also plays upon those things that we discover and out of them makes imaginative conceptions which we seek to share with others*”.

<sup>18</sup> Sobre a filiação filosófica do possibilismo lablacheano e sua contextualização vide BERDOULAY (1981). Uma análise mais concisa pode ser encontrada em BERDOULAY (1988), especialmente nos capítulos III (Le discours géographique et les orientations kantienne et dynamique) e V (Le discours possibiliste à la recherche de son langage), cujas idéias foram aqui largamente utilizadas.

parte [dos neo-kantianos] não negava a realidade das coisas – no entanto não-conhecíveis em si mesmas – e que eles consideravam que era a experiência que dava ao conhecimento todo o seu conteúdo. Daí resultava que os objetos do conhecimento não tinham que ser opostos ao sujeito na medida em que eles eram, em si mesmos, em parte um produto do sujeito (BERDOULAY, 1988 p. 79, tradução nossa)<sup>19</sup>.

Numa época marcada pelo impacto do evolucionismo darwiniano crescia a importância da reflexão sobre a liberdade ou submissão do homem face à natureza, e a ótica lablacheana pretendia falar de iniciativa humana e limitações geográficas sem conferir preeminência a qualquer uma das partes, no que hoje talvez pudéssemos chamar de um “sistema de interações complexas”. De fato, não se devem ao acaso as afinidades recentes entre o interacionismo de La Blache e a análise das paisagens enquanto sistemas, como ensaiado por V. Berdoulay e M. Phipps (1985), o mesmo sendo verdadeiro em relação à *geografia da complexidade* de M. Roux (1999).

Em geral, todavia, a posteridade relegou a um longo ostracismo os aportes filosóficos do pensamento lablacheano, reduzindo-o a uma variação do próprio determinismo ambiental contra o qual ele havia se insurgido. A bem da verdade, tratava-se de uma alternativa – ainda hoje pouco explorada – aos determinismos ancorados seja na natureza ou na sociedade, como já demonstrou Vincent Berdoulay.

A revalorização do imaginário deve, portanto, conferir maior atenção às possibilidades de explorar a força teórica de noções tais como paisagem e gênero de vida, nas quais a iniciativa e liberdade humana desenvolvem formas de adaptação a um meio que, reciprocamente, também seria transformado por elas. Como lembra Berdoulay, a noção de gênero de vida implica adaptação em duplo sentido:

Dentre as possibilidades oferecidas pela natureza, o homem faz escolhas em função de suas capacidades, de seus valores e de sua herança cultural. Isto não é um possibilismo radical porque por uma parte a natureza apresenta limitações e é verdadeiramente ativa, e por outra parte o homem age em função de suas próprias estruturas mentais que orientam a maneira pela qual ele vai se imiscuir no tecido

---

<sup>19</sup> Tradução do original: “[...] *la connaissance, même empirique, n’est pas une simple reproduction des objets, mais leur façonnement par l’esprit humain. Cette tendance idéaliste n’était pas exacerbée dans la mesure où la plupart ne niaient pas la réalité des choses – pourtant inconnaissables en elles-mêmes – et où ils considéraient que c’était l’expérience qui donnait à la connaissance tout ce contenu. Il en résultait que les objets de la connaissance n’avaient pas à être opposés au sujet dans la mesure où ils étaient eux-mêmes en partie un produit du sujet*”.

complexo do meio natural (BERDOULAY, 1988, p.77-78, tradução nossa).<sup>20</sup>

Para Paul Claval (1999a, p.33-35) a idéia de gênero de vida é naturalista pelas suas motivações e justificativas de origem – o estudo da influência do meio sobre as sociedades humanas – mas desenvolveu-se rapidamente para posições mais humanistas. Ela visava mostrar como a elaboração de paisagens refletia a organização social do trabalho, carregando dimensões sociais e ideológicas indissociáveis do seu aspecto ecológico. Este sistema sócio-ecológico de análise pode revelar-se produtivo quando revisto nos termos atuais de uma “problemática de interação homem-natureza”:

A iniciativa humana somente se realiza na e pela natureza. O homem tira partido das possibilidades que lhe oferecem os meios para construir formas de civilização, gêneros de vida e paisagens humanizadas, se esforçando em responder a suas próprias finalidades. A adaptação do homem ao seu meio não é então de forma alguma passiva, mas antes ativa, ou melhor criativa. Ora, como essas finalidades apresentam uma certa unidade observável nas suas realizações diversas na superfície da terra, o possibilismo retoma por sua própria conta a idéia da unidade do homem e da universalidade de seu espírito (BERDOULAY, *op. cit.*, p.78, tradução nossa)<sup>21</sup>.

O desafio que ora se renova é, portanto, retirar essas concepções do esquecimento, evitando que se hipertrofiem as pesquisas centradas ora numa intencionalidade humana incondicional, ora na influência do ambiente sobre os homens, desvios que ao longo do tempo levaram ao descrédito da geografia ou à sua pulverização entre ciências naturais e humanas.

A par desta preocupação longamente inscrita nos postulados das interpretações culturais em geografia, cujas nuances não cabe aqui explorar<sup>22</sup>, outro exemplo de pioneirismo no tratamento do tema da reciprocidade do espírito humano e das formas da

---

<sup>20</sup> Tradução a partir do original : “*Parmi les possibilités offertes par la nature, l’homme fait des choix en fonction de ses capacités, de ses valeurs et de son héritage culturel. Ce n’est pas un possibilisme radical car d’une part la nature présente des contraintes et est véritablement active, et d’autre part l’homme agit en fonction de ses propres structures mentales qui orientent la façon dont il va s’immiscer dans le tissu complexe du milieu naturel*”.

<sup>21</sup> Tradução a partir do original: “*L’initiative humaine ne se réalise que dans et par la nature. L’homme tire parti des possibilités que lui offrent les milieux pour construire des formes de civilisation, des genres de vie et des paysages humanisés, s’efforçant de répondre à ses propres finalités. L’adaptation de l’homme à son milieu n’est donc point passive mais plutôt active, ou mieux créatrice. Or, comme ces finalités présentent une certaine unité observable dans leurs réalisations diverses à la surface de la terre, le possibilisme reprend à son compte l’idée de l’unité de l’homme et de l’universalité de son esprit*”.

<sup>22</sup> Ver a este respeito CLAVAL (1999a), especialmente “*Primeira Parte – Gênese e evolução das interpretações culturais na geografia*”, p.19-40; e CLAVAL (1999b; 1999c).



natureza é a obra do americano John K. Wright (1925; 1947). Na verdade, poucos estudiosos desenvolveram de forma precoce e direta as possibilidades de romper os limites do cientificismo iconoclasta como ele o fez, e sua noção de *geosofia*, como será vista adiante, também parece útil aos esforços contemporâneos de revalorizar a imaginação. Uma vez que esta contribuição tem restado à sombra dos principais desenvolvimentos da geografia, vale a pena dedicar uma atenção mais detida aos seus aspectos principais.

Atribui-se menos um valor inaugural a “*The Geographical Lore at the Time of the Cruzades*” (WRIGHT, 1925) do que ao seu discurso para a reunião anual da Associação de Geógrafos Americanos em 1946, talvez porque aqui o autor explicita de forma concisa e em texto teórico que o *científico* e o *subjetivo* não são mutuamente exclusivos, nem antagônicos (WRIGHT, 1947, p.10). Posições um pouco heréticas como esta permitiram contestar o excessivo materialismo da hegemonia positivista em nossa disciplina. Qual o conteúdo exato de sua defesa da legitimidade e do desejável uso da imaginação na geografia?

Para ressaltar a importância da faculdade imaginativa no conhecimento do mundo Wright utilizou a dupla metáfora do “canto das sereias” em “*terrae incognitae*”, aplicando ao próprio corpo do texto a sua proposta de apelo ao imaginário. Como ponto de partida ele afirma que a *curiosidade* – inclusive científica – de explorar o obscuro é um *produto da imaginação*: tudo o que é literal ou simbolicamente desconhecido estimularia a imaginação a construir imagens mentais daquilo que se busca no seu interior, e à medida que as coisas iriam sendo reveladas, a curiosidade impeliria a novas explorações. A atratividade do mistério, quase irresistível como um canto de sereia, detonaria a potência da imaginação, base das descobertas científicas e pessoais.

Neste entendimento, indivíduos, grupos e nações seguiriam um estímulo mental provocado pelo pouco conhecimento – absoluto ou relativo – da realidade geográfica de outros lugares, e este processo não poderia ser desvinculado de concepções imaginativas antecipatórias. O problema, para Wright, era determinar como a subjetividade poderia ser usada enquanto uma ferramenta coerente de busca da verdade objetiva na geografia, pois até então mesmo os que a levavam em consideração o faziam como fonte de ilusão, mentira e falsidade.

A sua negação dessa postura filosófica dominante guarda um valor sintagmático, conduzindo o autor a propor uma nova perspectiva para o estudo das atitudes humanas e do conhecimento geográfico em geral, que ele alcunhou de geosofia. Na acepção mais vasta do termo, “geosofia” seria o senso humano do espaço terrestre, estendendo-se para além do conhecimento científico da geografia. Assim, recobriria as idéias geográficas, verdadeiras ou falsas, de todos os tipos de pessoas, privilegiando as suas concepções subjetivas (WRIGHT, 1947, p.11-12).

Tal perspectiva foi retomada em várias direções, ou desenvolvida paralelamente, como se observa na “teoria do conhecimento geográfico” de Lowenthal (1961; 1975; 1986)<sup>23</sup>, na “arte humana da leitura de paisagens” de Meinig (1979), ou no “estudo dos sentidos e valores atribuídos às paisagens, lugares e ambientes pelos seus próprios habitantes” de Burgess (1982/1994). A “relação entre ciência geográfica e as concepções históricas e culturais do meio” talvez possa ser vislumbrada como uma preocupação afim, presente na obra de Berque (1990, 1998). O próprio termo “geosofia” chegou a ser resgatado por Yi-Fu Tuan (1976), que assim compreende a experiência geográfica dos meios populares e os elos que as pessoas manifestam com as suas regiões de origem (CLAVAL, 1999a, p.53). Como quer que sejam definidas, todas essas abordagens tomam o discernimento dos homens frente ao mundo, ensaiando dar conta da inclusão da subjetividade em seus sistemas analíticos. Da mesma forma, elas remetem por diferentes caminhos à hermenêutica da paisagem.

Enfim, as contribuições convergentes e os desdobramentos (conscientes ou não) daquilo que Wright aspirava como “estudo da expressão de concepções geográficas na literatura e na arte” são tão vastos, diversificados, e excitantes que não caberiam numa citação sem que se incorresse em omissões perigosas. Apenas para ilustrar o amplo alcance deste campo, cito a obra do historiador Alain Corbain (1986, 1990, 2000, 2001), para quem os geógrafos, até uma data recente, haviam se esquecido de sublinhar a historicidade dos esquemas de leitura e apreciação das paisagens (CORBIN, 2001, p.13).

Do ponto de vista adotado por esse autor, uma das questões essenciais para o estudo das leituras do espaço é o problema da morte da paisagem pela interrupção da

---

<sup>23</sup> D. Lowenthal, inclusive, organizou e editou um compêndio em homenagem à Wright, em que apresentou um esboço teórico para a geosofia histórica. Trata-se de “*Geographies of the mind: essays in historical geosophy in honor of John Kirtland Wright*” (1975).

transmissão cultural de um dado sistema de apreensão ou “regime escópico”. Ora, eis aqui mais uma proposta de estudo da paisagem afinada, então, por uma preocupação que tem ares de geosofia. Em revanche, seu entendimento da geografia como ciência ávida por objetividade e obcecada pela materialidade das formas do relevo e da ecologia (*Ibid.*, p.11) é sintomática do quanto as correntes racionalistas dominantes em nossa disciplina distorceram a opinião dos outros ramos do saber. Ou talvez resulte simplesmente das disputas envolvendo a reivindicação de um mesmo objeto de pesquisa. Há também contribuições enriquecedoras no campo da antropologia, merecendo uma pequena digressão.

Por exemplo, em um interessante artigo sobre as práticas e representações territoriais dos Bororo, a antropóloga Sylvia Caiuby Novaes (1998, p.229-250) revela como a noção de “paisagem”<sup>24</sup> desses indígenas brasileiros é um elemento definidor de sua própria existência em sociedade, engendrando e fazendo parte da memória do grupo. Não seria frutífero polemizar acerca do uso mais correto ou das especificidades de interpretação deste conceito-chave da nossa disciplina por outros ramos do saber; contudo, mediante o cotejamento com perspectivas complementares, é possível colocar em foco os próprios contornos e virtudes das elaborações teóricas e das metodologias que têm sido construídas ao longo da história do pensamento geográfico.

Muitos dos estudos de geografia reconhecem ou assimilam tacitamente o conceito de paisagem como um construto da modernidade, quer dizer, erigido a partir de modos europeus ou ocidentais de ver artisticamente e pensar cientificamente a natureza (ROGER, 1978, 1989; MARCEL, 1994; BERQUE, 1994b). Decerto a extensão de um regime do olhar recente para incluir determinados aspectos de uma “ancestralidade” cognitiva imanente é, além de perigoso, difícil de realizar do ponto de vista prático. Em contrapartida, nossos horizontes conceituais devem ser alargados a partir da constatação de que outras maneiras de perceber e organizar a diversidade empírica do espaço interferem nos sistemas de análise atuais, contribuindo para salientar a pluralidade cultural das interações homem/meio.

Afinal, se por um lado o olhar geográfico pretende ordenar o mundo segundo princípios e lógicas dominantes em nossa sociedade, mais precisamente no meio acadêmico, por outro lado ele deve reconhecer que a *cosmovisão* assim elaborada

---

<sup>24</sup> Ela se refere, evidentemente, à noção de espaço que aqui chamamos de geosófica: conhecimento global e geral da terra, cultura etnogeográfica.

mostra-se matéria de investigação primária por excelência, como sugere Paulo César Gomes:

[...] a Geografia tem um compromisso fundamental que é o de produzir uma cosmovisão. Ela é assim o campo de conhecimento onde se procura uma ordem para o diverso, para o espetáculo da dispersão espacial original. [...] Na verdade, esta visão do mundo é carregada das incertezas de cada momento, voltada para fenômenos diversamente valorizados nas diferentes épocas. A cosmovisão é em si mesma matéria de investigação primária, pois, a partir dos instrumentos conceituais de cada momento, oferece uma compreensão das imagens mentais que constroem a idéia de ordem ou coerência espacial em cada época (GOMES, P., 1997, p.34, grifo nosso).

O interesse pelo tema paisagem resulta das constantes tentativas do discurso e do método geográfico em apreendê-la simultaneamente como *expressão* e *sentido* da espacialidade dos fenômenos. Deste modo, põe-se como problema constante a relação e a propriedade dos conceitos já estabelecidos com a emergência e descobrimento de novos sentidos na ordem espacial do mundo, assunto mais caro à geografia. Este movimento contínuo vem alimentando o conjunto da elaboração e re-elaboração do discurso da modernidade, a ciência enfim.

Oscilando entre paradigmas racionalistas e contra-racionalistas mediante renovações circulares, o pensamento moderno sempre encontrou em pares de antíteses como novo/tradicional, objetivo/subjetivo etc a dualidade epistemológica que possibilitou sua auto-reprodução – e os geógrafos não escaparam a este sistema<sup>3</sup>. Como já disse o poeta Manoel de Barros (1996), “as antíteses congraçam”. Daí, a eterna reposição de questões quanto ao objeto e à natureza da disciplina, pois tal dinâmica se prolonga aos dias atuais.

Os contrastes e sobreposições advindos do balizamento com os estudos antropológicos – aqui apenas tomados como um exemplo – se inserem neste movimento perpétuo de por a prova os caminhos de compreensão da vida e da Terra, remetendo a releituras, avanços e questionamentos das maneiras pelas quais concebemos e descrevemos a ordem espacial do mundo. Conforme apontado por Marcel, a paisagem é uma dessas realidades em escalas múltiplas no interior das quais uma grande

---

<sup>3</sup> A tese da dualidade do discurso moderno na geografia encontra-se desenvolvida na obra “*Geografia e modernidade*” de Paulo César Gomes (1996).

diversidade de níveis de sentido, valores, vivências e gestos coexistem, permitindo o confronto de disciplinas e de espíritos variados. No atual estado da arte o debate mais premente recai sobre a coerência final da “questão da paisagem”, ressaltando a possibilidade de conexões integrativas ou, ao contrário, uma essencial disjunção de seu conteúdo (MARCEL, *op. cit.*, p.4-5).

Portanto, o artifício de remeter a atenção a uma “paisagem bororo”, permite que sejam formuladas profundas indagações, tal qual uma fábula donde se buscam extrair ensinamentos: o conceito científico de paisagem desenvolvido até o presente seria capaz de abarcar desde o espaço público das metrópoles mundiais até realidades e narrativas existentes em contextos mentais não-ocidentais? Ou ainda: as dimensões conceituais e categorias de análise com as quais se opera a relação sujeito/objeto na geografia são capazes de levar à compreensão ou explicação de todas as maneiras pelas quais os homens concebem, transformam e criam seus espaços de vida, suas paisagens?

O exercício oferecido pela visão de mundo dos Bororo facilita a compreensão do que seria a matéria viva da geosofia. Centrado nos índios de Mato Grosso, o estudo de Novaes compõe o seguinte cenário da mentalidade espacial da sua sociedade, cuja transmissão do conhecimento é tradicionalmente oral:

É através de cantos e mitos que os Bororo falam de sua paisagem. Os cantos que precedem uma caçada ou pescaria ritual contêm os nomes de importantes acidentes geográficos. Após a vingança de um morto, quando o couro de uma onça é dado aos parentes do finado, um homem Baadojeba – o clã dos chefes – canta o barogo biri bataru dada ( literalmente canto do couro do animal). Neste ritual o chefe canta com o couro atado a seu pescoço e num ritmo marcado vai chutando-o e apontando, com o braço estendido, os acidentes geográficos que ele nomeia em seu canto. Ele inicia o canto apontando o Rio São Lourenço, vai gradualmente girando em torno de si até o ponto em que o sol nasce, e continua a nomear os lugares, até o ponto em que o sol se põe, quando terá, então, completado o círculo em volta de si próprio. As palavras deste canto se iniciam com os nomes das diferentes casas que constituem os clãs Bororo, seguidas de nomes de rios, praias de rios, cachoeiras, montanhas rochosas, diferentes pontos da abóbada celeste, lugares nomeados em função da abundância de peixes, tartarugas e outros animais e todos os outros locais conhecidos pelos Bororo. O cantador deve ter boa memória, pois estes nomes devem ser cantados em uma ordem geográfica específica (NOVAES, *op. cit.*, p.229).

O plano da aldeia (planta geral, disposição das casas, localização dos espaços comunitários e rituais) expressa estrita correlação com este entendimento de mundo e

com os sistemas da vida social (trocas, casamento, parentesco, tabus etc), o que leva a autora a construir a seguinte avaliação sobre a maneira pela qual a natureza se inscreve no cosmos indígena:

[...] a sua paisagem não é concebida como algo externo aos indivíduos. Nessa sociedade a paisagem é continuamente reconstruída e relembada, durante as diferentes fases do ciclo de vida ou através do canto do chefe da aldeia. Ela é tornada visível e audível nesses momentos, ela é significada em cada uma das partes que a constituem. A paisagem faz parte da memória, ou melhor ela própria engendra a memória, devendo por isso mesmo ser enfatizada nos momentos cruciais dessa sociedade. [...] Neste sentido, a percepção que os Bororo têm de sua paisagem e dos diferentes espaços que a constituem é permanentemente mediada pela experiência que cada indivíduo tem desses espaços. Mas a paisagem é, simultaneamente, um modo específico dessa sociedade definir as relações socialmente aprovadas entre os indivíduos, e enfatizar os valores que a sustentam. A percepção da aldeia Bororo implica, assim, na percepção dos ideais sociais e culturais dessa sociedade, na concepção por eles valorizada de homem e de mulher, de uma ética e uma estética muito singulares. Há, entre o canto do chefe da aldeia e a paisagem por ele recitada uma relação direta. O canto é simultaneamente, memória e controle do território. Tal como nos antigos relatos de viagem, o canto humaniza a paisagem natural e a inscreve no cosmos Bororo (*ibid.*, p.249-250).

O interessante nesta analogia é pensar sobre os paralelos paisagísticos das “sitologias” tradicionais (senso do mundo em culturas estritamente pré-paisagísticas no sentido ocidental) que relativizam o onipotente senso moderno de espaço. Resulta deveras interessante constatar as complexas noções espaciais que permeiam a compreensão desses homens diante de si mesmos, da natureza e do outro, a mesma “matéria primeva” do mérito geográfico.

Por outro lado, é imperioso admitir que, para um geógrafo, o fato de uma comunidade étnica qualquer ou um grupo social maior se reconhecerem nas “paisagens” onde vivem, moram e trabalham constitui um truísmo, como bem aponta Gilles Sautter. Contudo, o problema pode ser formulado de maneira mais precisa e relevante, donde o recurso do mesmo autor às palavras de André Frémont para se manifestar sobre o significado cultural do estudo das paisagens, que seria o de “penetrar na intimidade dos homens e das coisas, nesse jogo de espelhos invisíveis onde os homens contemplam sua vida e sua morte” (FRÉMONT *apud* SAUTTER, 1979, p.57)

Observe-se, sem embargo, como algumas das grandes questões que têm acompanhado a evolução dos conceitos de paisagem encontram eco naquela breve

descrição do mundo dos índios: a concretude e a materialidade dos aspectos e formas da natureza (rios, montanhas); o sistema de referências astronômicas; a correlação dos lugares com o modo de vida baseado na caça e pesca (o mesmo estudo aponta que mais de 50% dos sítios são nomeados pelos animais que ali abundam); os significados socialmente atribuídos a cada uma das paragens conhecidas; a apropriação do espaço pelo conhecimento; identidade e territorialidade; ética e estética interconectadas pelo hábitat, ordenação da natureza circundante e costumes sociais etc.

Seriam numerosos os exemplos que ilustram concepções paisagísticas próprias, porém passíveis de serem parcial ou totalmente correlacionadas com as dimensões há muito estudadas sistematicamente pela geografia, acrescentando-lhe novos desafios e apontando direções inusitadas<sup>25</sup>. Não é preciso aqui sublinhar as diferenças entre a prevalência da intuição e do ritual que conformam o eterno retorno mítico de culturas indígenas, em oposição flagrante ao corte renascentista em favor da objetividade e da abstração que possibilitaram a ascensão do caráter demiúrgico do homem moderno; isto não se discute. Mas, o que as analogias sugerem?

A moral da fábula já se delineia. Ela surge não como uma sentença, mas na forma de um paradoxo perturbador: se a paisagem não existiu como tal em todas as épocas, nem para todos os grupos sociais, visto que é uma noção aparecida da Europa apenas na Renascença (BERQUE, 1994b, p.6), como conceber uma universalidade básica ou convergência da consciência humana frente à natureza, a despeito das inenarráveis condições de realização da vida? Seria possível ampliar a noção de paisagem como um meio eficaz de se explicitar e estudar as variações de tal fenômeno? Na verdade, a grande pergunta subjacente a tais reflexões é: como se dá a “comunicação” dos conceitos geográficos de paisagem com as diversas concepções sócio-culturais da natureza?

A geografia, durante muito tempo, dedicou esforços para realizar afirmativamente esta utopia de humanidade, sofisticando as concepções paisagísticas originais, pois na medida em que as consciências difusas de cada cultura pudessem ser conhecidas, reunidas e expressas pela ciência, esta promoveria o seu intercâmbio, neutralização ou evolução. Na “obra geográfica do homem”, afirmação de sua notável

---

<sup>25</sup> A favor desta compreensão ocorre Sautter: “*mesmo os Pigmeus das florestas da África Central, na sua presença discreta, dialogam com a paisagem, que eles marcam de signos erigidos à sua imagem*” (SAUTTER, *op. cit.*, p.58). A multiplicação de casos exemplares tornar-se-ia fastidiosa.

“hegemonia sobre a natureza” tal qual concebia Vidal de La Blache, como também através da “colorida realidade da vida” de que fala Carl Ortwin Sauer, ou até mesmo na contemporaneidade de uma “geografia onipresente” como vê Denis Cosgrove, encontram-se diferentes proposições para afiançar a existência das aptidões geosóficas dos povos e sua aplicabilidade ao estudo da existência humana na Terra.

Porém, a “coisificação” consciente ou não desse processo dinâmico e plural tendeu a cristalizar e reduzir o senso de paisagem através duma moldura ocidental, ou seja, remetendo às cenas e ao olhar europeu. É esta a advertência de Augustin Berque, ao afirmar que “a paisagem é uma entidade relativa e dinâmica, onde natureza e sociedade, olhar e ambiente estão em constante interação” (BERQUE, *ibid.*, *loc. cit.*). No entanto, a irredutibilidade do conjunto dos processos sócio-culturais de apreensão e julgamento do ambiente à idéia de paisagem (ocidental) parece menos conduzir ao descarte que à sua reconsideração como um modo de entendimento significativo da realidade, como um campo de mediação entre diferentes maneiras de ver. Para isto, devem ser superadas algumas limitações historicamente atribuídas à operacionalidade do conceito. Se é um contra-senso falar de “paisagem indígena”, assim como de “paisagem sertaneja” no mesmo sentido acima apontado, então de que maneira entrar em contato com a herança das concepções e práticas espaciais diferentes?

A resposta oferecida pela hermenêutica indica que a paisagem pode cumprir um papel de fusão de horizontes, partindo do princípio de que compreender significa entender-se uns com os outros. Para Gadamer, compreensão é, antes de tudo entendimento: “Assim, os homens se entendem entre si, na maioria das vezes imediatamente, isto é, vão se pondo de acordo até chegar a um entendimento. Acordo é sempre, portanto, acordo sobre algo. Compreender-se é compreender-se em algo” (GADAMER, 1998, p.282). A paisagem – “coisa em causa” comum, mesmo que em contextos culturais diferentes – pode contemplar perfeitamente uma *dimensão mediadora* e comunicativa, como defende Sautter (1979).

Acredito que essa formulação do problema supera o dilema que tanto atormenta os estudiosos da etnogeografia, qual seja, o de que a ciência tende a refinar cada vez mais a sua apreensão dos fenômenos, erigindo uma maneira de ver, sentir, apreender, codificar e traduzir as paisagens que se constitui, no final das contas, em uma



barreira ou “gueto mental”. Ora, esta atitude anti-hermenêutica não constitui jamais uma consequência natural do fazer científico, sendo antes uma opção de “cumplicidade excludente” dentre círculos intelectuais que professam uma interpretação qualquer como a mais válida e verdadeira.

A pergunta que anima esse debate vem a ser resumida por Gilles Sautter nos seguintes termos:

Em um nível mais profundo, é toda a geografia que está em causa na sua aptidão de transmitir o vivido genuíno das sociedades. O olhar que ela põe sobre as coisas, privilegiando essa distância média que faz a paisagem, contém uma parte de universal? Ou não passa de um olhar de clérigos e de abastados, fundamentalmente incapaz de compreender o olhar dos outros? [...] A visão geográfica das paisagens comunica, é comunicável? Pela nossa aprendizagem, ou pelas afinidades que nos fizeram escolher nos tornarmos geógrafos, não estaríamos fechados em um mundo à parte? (SAUTTER, *op. cit.*, p.64-65, tradução nossa)<sup>26</sup>.

É o mesmo autor que avança uma resposta, desacretidando nesta fissura entre uma ferramenta intelectual sofisticada e a vivência cotidiana de modos-de-ver culturais; assim, para ele, o outro existe na e através da paisagem, sendo ao mesmo tempo aquele que a torna possível na medida em que diferente do eu. Quer dizer, é o outro que permite à paisagem emergir como um sistema de “relações transitivas” entre as coisas (*Ibid.*, p.55). Trata-se, por conseguinte, de tomar a paisagem como expressão mediadora que aproxima conjuntos sociais, mesmo que bastante distanciados, através de seu apelo curioso aos sujeitos envolvidos para que penetrem no espírito do que seja a vida alhures ou em outros contextos históricos.

Nos sentimos tentados a afirmar que essa postura frente à paisagem coincide com a “atitude dialógica” entre dois sujeitos cognoscentes numa situação de comunicação, a qual implica numa reciprocidade que não pode ser rompida, como defende Paulo Freire (1979). Tal relação comunicativa entre sujeitos interlocutores é

---

<sup>26</sup> Tradução do original: “A un niveau plus profond, c’est toute la géographie qui est en cause dans son aptitude à transmettre le vécu vrai des sociétés. Le regard qu’elle pose sur les choses, en privilégiant cette distance moyenne qui fait le paysage, contient-il une part d’universel? Ou n’est-ce qu’un regard de clercs et de nantis, fondamentalement incapable de saisir celui d’autrui? [...] La vue géographique des paysages communique-t-elle, est-elle communicable? De par notre apprentissage, ou les affinités qui nous ont fait choisir de devenir géographes, ne serions-nous pas enfermés dans un monde à part ?”.

pré-requisito para o desenvolvimento de uma ciência não-autoritária<sup>27</sup>. Falando especificamente sobre a relação entre o conhecimento “mágico” dos camponeses e o papel educativo dos agrônomos enquanto detentores do saber formal, Freire aponta para uma questão similar à do entendimento hermenêutico das geosofias:

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos lingüísticos. [...] O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre os objetos. [...] Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediador da comunicação (FREIRE, 1979, p.66).

Isto não quer dizer, prossegue o autor, que a compreensão dos signos e nem mesmo a compreensão do contexto em que se gerou a convicção expressa por estes mesmos signos sejam suficientes para que haja um compartilhamento de opiniões; tal situação é apenas uma condição *sine qua non* para uma comunicação problematizadora das relações homem-mundo. A limitação das abordagens geográficas daí originadas é que elas podem nos conduzir à excessiva concentração em investigações do universo vocabular correlato à paisagem – análise dos “conteúdos pragmáticos” dos termos afins, levantamento e comparação de “campos associativos de significação” etc. (geografia vernacular).

Por outro lado, os enfoques que pretenderem esquivar-se dessas questões mediante o simples reconhecimento das singularidades das relações sociedade/natureza (quer dizer, negando qualquer possibilidade dialógica do conceito de paisagem) também conterão problemas, pois desde tempos imemoriais e por toda parte a presença generalizada do homem vem construindo a Terra. Filosoficamente, essa generalidade do espaço e da paisagem reaviva o problema da universalização do porvir a partir de experiências históricas, culturais, sociais e políticas muito diferentes (MARCEL, *op.cit.*, p.20). A encruzilhada posta à objetividade do discurso científico decorre, então, de que “o homem é sobretudo um produtor de valores e de cultura, e a dificuldade constitui-se justamente em afastá-lo de uma realidade que o contém completamente” (GOMES, P.

---

<sup>27</sup> Sobre a postura dos cientistas face ao “conhecimento sensível” ver “*Extensão ou Comunicação?*” (FREIRE, 1979), especialmente o capítulo III.

1997, p.29). A ciência tem limitações claras, como fica explícito, mas sua promessa de reunir a obra humana é uma permanente fonte de inspiração.

No entanto, há outros possíveis desdobramentos e conjecturas, caso não se queira ir tão longe em especulações filosóficas. Destaca-se aqui a constatação da pluralidade de dimensões que se fazem imperativas ao estudo da paisagem – qualquer que seja – desde aspectos puramente estéticos, como foi de praxe nos primórdios da conceituação artística e científica, até a considerações dos liames imateriais do campo simbólico, como as regras sociais, costumes e mitos só mais recentemente valorizados. Por isto, paisagem permanece como um conceito-chave na Geografia.

É esta a perspectiva que interessa, em se tratando da *forma* e da *significação* nos estudos da paisagem. Tais dimensões jamais podem ser vistas de modo separado, ao menos no campo da nossa disciplina. Imprescindível ressaltar, como o fizeram Lobato e Rosendahl, que as diversas correntes do pensamento podem denotar maior ou menor atenção aos componentes deste objeto geográfico:

Na realidade, a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. Ela tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica (CORRÊA e ROSENDAHL, 1998, p.8).

Para a posição aqui adotada – qual seja, de *inextricável complementaridade* das dimensões simbólica e morfológica – considera-se que a enorme cultura geográfica acerca da forma encontra repercussão nas possibilidades de re-interpretação e inovação trazidas pelo campo do significado. Mas efetivar tal conjunção não é uma tarefa das mais fáceis, pois se deve também admitir que a ascendência da dimensão morfológica, historicamente privilegiada em nossas “cosmo-visões”, pode constituir-se num obstáculo.

Desde as questões iniciais da ciência geográfica, até as contrapropostas mais recentes levantadas no bojo do seu desenvolvimento, o problema da aparência foi contemplado como possível resultado sintético da complexa dinâmica do homem e da

natureza. Neste sentido, Berque aponta a insuficiência da consideração das formas, as quais a geografia tem estudado como ponto de partida, ligando-as somente num segundo momento às funções e estruturas. O autor considera que, como a explicação sempre ultrapassa o dado visível através da abstração, da mudança de escala ou de tempo, há uma perigosa clivagem em relação objeto inicial de análise (a paisagem como dado sensível), o que seria fonte de superficialidade:

Tal desfecho é lógico na medida em que só se considera a paisagem como marca, ou seja, fazendo abstração do sujeito com o qual essa paisagem se relaciona. [...] É preciso compreender a paisagem por dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc (BERQUE, 1998, p.85-86).

Numerosos autores voltaram-se ao mesmo problema e propuseram diferentes alternativas a esta “armadilha da forma”, como será visto no decorrer do trabalho. Não se considera aqui o virtual abandono do conceito de paisagem durante a renovação quantitativa; este radicalismo já mostrou sua herança nefasta. A busca por uma teoria geral do espaço empreendida pela assim chamada geografia crítica é bem mais salutar, apesar de também trazer um certo esvaziamento à questão morfológica.

Algumas apreciações pretenderam atingir a validade do próprio conceito de paisagem, como no pensamento de Milton Santos, que parece reconhecer o seu quase total esvaziamento no contexto atual da geografia. Para ele, paisagem é espaço sem vida, reduzindo-se à antiga concepção de porção do território que é possível abarcar com a visão: “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 1996, p.83). Mas a consideração da paisagem apenas como um sistema material é demasiado redutora.

Assim, vista na geografia como forma, a paisagem seria isenta de dialética com a sociedade (ao contrário dos conceitos de espaço e território). Este corte é inaceitável, deixando transparecer os dilemas entre adotar uma abordagem estruturalista ou funcionalista do tema. A tentativa miltoniana de especificar o conceito é reflexo das ambigüidades de uma só palavra tomada num sem-número de sentidos. Infelizmente, sua contribuição esclarece pouco e ao mesmo tempo busca se esquivar de outras

possíveis e válidas conotações existentes no seio deste debate. Como disse J-C. Wieber (1985, p.167), a frequência mesma do uso do termo sugere a importância da realidade que ele recobre! Votarei a este debate no capítulo três.

Por enquanto, e para além destas diferenças terminológicas, deve-se sublinhar que é quase unânime dentre as linhas do pensamento geográfico hodierno a impossibilidade ou pobreza do recurso isolado à morfologia espacial. Desse modo, o próprio Santos afirma que “para alcançar o conhecimento, a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação” (SANTOS, *op. cit.*, p.79). A divergência remete-se apenas à consideração de que a geografia haveria encapsulado a dimensão da forma no conceito estático de paisagem, enquanto somente o espaço poderia ser ontologicamente forma-conteúdo ou forma-formante. Se é correto afirmar que o recurso simultâneo ao significado reforça uma definição propriamente geográfica do termo, mais profícuo que abandoná-lo ou restringi-lo é interrogar sobre as razões da sua ubiqüidade.

A preponderância da dimensão morfológica, por vezes acachapante no pensamento geográfico tradicional, induziu à tentação de colocar um termo final nessa definição imprecisa e ambígua, restringindo seu uso ao pragmatismo dos “paisagistas” (arquitetos do ambiente). Porém, esse caráter anfibológico pode não ser de todo ruim, desde que seja tomado como denotando a complexidade do fenômeno em estudo. A prova é o surgimento e expansão renovada de veredas pouco percorridas, bem como as análises compostas por diferentes dimensões de um conceito, agora reconhecidamente plurimodal, redirecionando a sua aplicabilidade. Isto pode ser visto, por exemplo, no seio da chamada Nova Geografia Cultural ou ainda nas abordagens ecológico-semiológicas.

Como disse COSGROVE (1998, p.97), numa crítica a respeito da objetividade e pragmatismo da tradição geográfica inglesa, não se pode jogar fora a “mágica real” da geografia, que é a diversidade da vida humana e suas expressões na paisagem. O empobrecimento do conceito de paisagem através de sua redução a significados de forças demográficas e sobretudo econômicas, opera o mesmo erro do formalismo, com a ênfase invertida. Para este autor, cada paisagem possui complexos patamares de significados, os quais só podem ser compreendidos mediante a análise conjunta da cultura e dos simbolismos. Assim, “revelar os significados na paisagem cultural exige a

habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, representar [retornar ao presente] essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos” (*Ibid.*, p.103). Sem esquecer, no entanto, que a própria materialidade das coisas e objetos é uma matriz de comportamentos e ações.

Esta colocação um tanto quanto esquemática do pensamento de alguns autores sobre a morfologia e o significado ilustra apenas alguns pontos fundamentais para o entendimento da “pendularidade” do conceito de paisagem, bem como traz à lembrança o risco de uma análise conjunta entre duas posições – melhor seria falar sempre em dimensões do *sentido* e da *forma* – que às vezes são tomadas quase que independentemente. No presente trabalho não cabe um inventário destas escolas, porém discutir-se-á oportunamente a contribuição e as ponderações de algumas delas ao atual *status* da paisagem, tentando mostrar como se pode ou não fazer a interação destas concepções num momento em que vivemos uma abertura às cosmovisões de diversas culturas.

Para fechar este raciocínio pode-se retornar à ilustração da “paisagem bororo”, considerando-a ao mesmo tempo uma captura neo-romântica do “*Naturgefühl*” (sentimento da natureza)<sup>28</sup> pela ciência e uma tentativa ordenada de compreender o mundo do Outro através de nossa própria racionalidade. Pois parece ser isto o que nos deixa transparecer a antropóloga brasileira, quando, após a reconstituição dos sentimentos e práticas indígenas em relação ao espaço, conclui que “tal como nos antigos relatos de viagem, o canto humaniza a paisagem natural e a inscreve no cosmo Bororo”.

Revela-se aí com grande força aquela velha condição existencial resultante do cruzamento entre razão e sensibilidade, presente desde os primeiros geógrafos modernos, como no pai fundador Alexander von Humboldt. É ainda a mesma ansiedade que nos faz a todos refletir sobre o papel da ciência na produção e divulgação do sentido do mundo. Karen Macknow Lisboa nos mostra que: “de volta à Europa, referindo-se à investigação naturalista dos trópicos, Humboldt reiterava: ‘a natureza deve ser sentida’. Quem se restringe a ‘dissecar plantas e animais’ pode até ‘acreditar estar descrevendo a

---

<sup>28</sup> Do alemão *Natur* – natureza e *Gefühl* – sentimento, sensação, impressão (Dicionário Alemão-Português, TOCHTROP, 1984).

natureza'; no entanto, dessa forma, permanece 'eternamente alienado dela'" (LISBOA, 1997, p.89, aspeado no original). Mas ela acrescenta que o próprio Humboldt advertia contraditoriamente sobre o perigo do exacerbado sentimento da natureza culminar em "devaneios"...

Como isto se aplica ao exemplo citado? A palavra cantada é peça-chave na produção e reprodução do universo Bororo, como é a linguagem da ciência para nós: "O canto fornece, neste sentido, uma etnocartografia muito especial pois não enuncia apenas os acidentes geográficos e o interesse de cada um deles, em termos de recursos que oferece, mas também as unidades sociais que constituem a sociedade Bororo" (NOVAES, *op. cit.*, p.231).. Na cosmovisão dos Bororo, a paisagem é reconstruída através desta narrativa, que deve ser memorizada nos seus mínimos detalhes, revelando um artifício bastante engenhoso numa sociedade onde a cultura é transmitida oralmente

A análise do canto dos índios, visto metaforicamente como um relato de viagem, é a maneira pela qual a ciência pode "imaginar" o sentimento que eles têm do mundo, na impossibilidade parcial de compreender plenamente seu universo por vias racionais. As barreiras comunicativas decorrentes de condições existenciais radicalmente diferentes e as tentativas de explorar e reconstruir o mundo do Outro segundo nossos parâmetros são explicitados de forma análoga pela poesia de Fernando Pessoa, quando ele suspira e diz "quero poder imaginar a vida como ela nunca foi". Mas nesse desejo, que é também uma profissão de fé do poeta, há um quê de reconhecimento melancólico: é difícil desvencilhar-se completamente de um horizonte histórico e cultural. Porque nem mesmo aos artistas é possível imaginar a vida com total e irrestrita liberdade.

Terminada a digressão sobre paisagem e *geosofia*, vê-se como isto se encaixa em dois pontos-chaves para a legitimação do subjetivo na geografia tal como operada pelo pensamento de Wright, e que constituem elementos essenciais na proposta ora desenvolvida: em primeiro lugar, a atividade imaginativa inerente à exploração concreta do espaço necessitaria ser *compartilhada* com os outros, não sendo por isso nem arbitrária, nem aleatória; diferente, portanto, para esse autor, das atividades estéticas orientadas expressamente para o ilusório e o deleite pessoal. Em segundo lugar, e como consequência do anterior, a imaginação paisagística operaria como um *instrumento*

*retórico* para tornar mais efetiva, clara e convincente a exposição e transmissão desta verdade percebida intersubjetivamente<sup>29</sup>.

Neste sentido, o geógrafo norte-americano sublinha o papel das figuras de linguagem na construção de uma “subjetividade realista” menos presa aos caprichos pessoais ou ao propósito de iludir e, ao contrário, mais voltada à *comunicação* de uma impressão da realidade, à maneira de uma fusão hermenêutica de horizontes. Em conseqüência, o “teste de legitimidade” da subjetividade em geografia não consiste em saber se ela é ilusória ou não, mas, em sendo ilusória, se conduz ou não a uma verdade compartilhável (WRIGHT, *op. cit.*, p.8). Isto não está muito longe do que afirma René Thom em sua teoria da morfogênese, para quem a *magia* bem sucedida é aquela que pode ser considerada uma geometria, no sentido de visão morfológica compreensível à mente humana:

[...] a geometria euclideana clássica pode ser considerada como magia; ao preço de [introduzir] uma distorção mínima nas aparências [p. ex. um ponto sem dimensão, uma linha sem largura] a linguagem puramente formal da geometria descreve adequadamente a realidade do espaço. Poderíamos dizer, neste sentido, que a geometria é magia bem sucedida. Eu gostaria de afirmar uma recíproca: não será a magia, na medida em que é bem sucedida, uma geometria? (THOM, 1972, p.11).

Qual a serventia da “mágica” da imaginação segundo Wright? Ela seria útil para conduzir ao verdadeiro ou ao verossímil, aproximando-se de uma realidade aceita coletivamente. Visaria ainda a otimizar a comunicação e ressaltar aspectos da realidade na medida em que a subjetividade estética “[...] nos capacita a dividir com os outros as impressões que o lugar ou a circunstância nos deram [...] e fazê-los ver e sentir através de nossos olhos e sentimentos” (WRIGHT, *op. cit.*, p.9).

Recorrendo mais uma vez a uma analogia com a hermenêutica de Thom:

Qualquer que seja a natureza última da realidade [...] é indisputável que nosso universo não é caos. Nós percebemos seres, objetos, coisas às quais damos nomes. Esses seres ou coisas são formas ou estruturas dotadas de um certo grau de estabilidade; eles ocupam uma certa

---

<sup>29</sup> Quanto ao primeiro ponto, é preciso atentar para o fato de que Michel Maffesoli discute a existência de uma “ética da estética”, portanto o debate não é tão simples quanto parece. O que Wright busca com sua legitimação da subjetividade pela ciência é simplesmente subordinar a estética ao campo de um instrumento retórico a serviço da transmissão do conhecimento científico, o que nos parece remeter ao problema vivo da hermenêutica: a possibilidade de compartilhar uma verdade percebida intersubjetivamente. Cf. MAFFESOLI (1997) e CASTRO (2002).



porção de espaço e duram certos períodos de tempo. Além disso, embora um objeto possa existir sob muitos disfarces diferentes, nós nunca deixamos de reconhecê-lo; este reconhecimento do mesmo objeto na multiplicidade de suas manifestações é, em si, [...] o mesmo problema filosófico do conceito (THOM, *op. cit.*, p.1).

O caráter racional do processo narrativo-descritivo da subjetividade estética e a empatia que preside o recurso à retórica em Wright também seriam o resultado do pertencimento a uma tradição, num sentido próximo ao já assinalado por Gianni Vattimo (1997). As modalidades de apreciar e conceber a paisagem, a despeito do incontornável concurso das idiossincrasias, são sistemas de crenças e convicções (populares, científicas ou ideológicas) presentes numa *geosofia* que é cultural e historicamente circunscrita.

Considero válido, então, reter aquelas duas noções como aberturas fundamentais à incorporação do subjetivo e do imaginário na ciência: *comunicar* e *compartilhar*. Uma vez que o comunicar inclui a eficiência retórica, o compartilhar não repousa apenas na imutabilidade dos sistemas de interpretação dados, antes porém pode ser influenciado por novas evidências que os discursos amalgamam.

É de modo similar a uma interpretação hermenêutica que Wright julga legítimo que as imagens evocadas pelas figuras de linguagem na imaginação dos interlocutores correspondam à impressão que a maioria das pessoas teria frente ao mesmo fenômeno descrito. O imaginário funcionaria dentro de uma herança cultural comum e a criação estética teria como finalidade tornar mais efetiva a exposição de uma verdade esperada, intuída.

A *geosofia*, portanto, possui uma grande afinidade com a antropologia e a geografia cultural:

Trabalhos geográficos têm a intenção de ser lidos por pessoas que compartilham uma herança cultural mais ou menos comum e cujas respostas a estímulos semelhantes são similares. Uma frase em ‘*The Nearer East*’ de D.G. Hogarth fixou-se em minha memória por quarenta anos: ‘a terrível aridez do Sinai’. Poucos leitores deste livro ficariam impassíveis diante do arrebatamento provocado pela visão das montanhas completamente estéreis da península Sinática. Certamente é legítimo em um trabalho geográfico transmitir este sentido de espanto para o leitor, muito embora os Beduínos do Sinai

devam tomar sua aridez como uma coisa normal (WRIGHT, *op.cit.*, p.8, tradução nossa)<sup>30</sup>.

Quais as condições que possibilitariam uma fusão de horizontes? Claro que existem diferentes intenções, julgamentos de valor e constrangimentos morais na mobilização de um dado repertório retórico, sendo preferível raciocinar tanto em termos de *diálogo* como de *confronto de opiniões*, de modos de ver as coisas. Abre-se, assim, um campo de pesquisa para as ideologias como objetos de estudo da geografia, tal como no caso de meu interesse – as paisagens evocadas pelas identidades territoriais e pelo regionalismo num espaço semi-árido. Do mesmo modo, o quadro geral deste debate nos envia ao tabu de uma linguagem científica que se quer clara, objetiva, simples e concisa, recusando qualquer traço de recurso metafórico ou retórico como um todo<sup>31</sup>.

Neste contexto de maior aproximação com a antropologia, as reflexões sobre a paisagem ganham do mesmo modo um fôlego novo. Para a geosofia, o conhecimento geográfico é universal ao homem, dependendo de fatores culturais e psicológicos, jamais constituindo monopólio da geografia como ciência formal. O problema da paisagem consiste na existência de julgamentos de valor e de afinidades pessoais e culturais de quem a percebe e tenta “revivê-la” – para usar uma expressão consagrada por Vidal de La Blache (1903/1994, p.20) e pela hermenêutica – através de registros escritos, orais ou de imagens.

Para Wright, o geógrafo pode pintar um lugar ou uma região com “atenção conscienciosa aos detalhes marcantes”, selecionando e enfatizando aspectos distintivos e característicos através da imaginação estética. No entanto, isto não elimina um sistema de crenças prévio e nem a autonomia das escolhas do sujeito, sendo mister refletir se a ciência pode dar uma resposta a esta questão sem considerar sua relação com a ideologia e as paixões humanas em geral, e com a política em especial. Ele parece assinalar um encaminhamento a esta questão ao admitir que a ideologia é um fenômeno merecedor da análise geográfica, se bem que a restringindo a uma concepção de paixão:

---

<sup>30</sup> Tradução do original: “*Geographical works are intended to be read by persons who share a more or less common cultural heritage and whose subjective responses to like stimuli are similar. A phrase in D. G. Hogarth’s ‘The Nearer East’ has stuck in my memory for forty years: ‘the awful aridity of Sinai’. Few readers of that book remain unmoved with awe upon seeing the utterly barren mountains of Sinaitic peninsula. Surely it is legitimate in a geographical work to convey this sense of awe to the reader, even though the Bedouins of Sinai may take its dryness as a matter of course*”.

<sup>31</sup> Sobre o problema do discurso científico e a geografia reportar-se a CAPEL (1981), BERDOULAY (1982, 1988) e GOMES, P. (1996).

Devoção passional a uma causa pessoal ou social pode resultar em não menos passional busca por concepções realistas úteis ao avanço ou defesa desta causa. A ganância humana por riqueza e poder e sua parcialidade por formas particulares de doutrinas religiosas resultou, inesperadamente, em ricos frutos para o conhecimento geográfico objetivo (WRIGHT, *ibid.*, p.6, tradução nossa)<sup>32</sup>.

Além do mais, sua posição quanto à questão da verdade objetiva e da intencionalidade podem suscitar discussões. O autor tenta resolver o problema do chauvinismo que dominaria o processo imaginativo – uma vez que este é inevitavelmente carregado pelas emoções, preconceitos e parcialidades das pessoas – através do pressuposto de que a ciência visaria transmitir uma impressão “o mais fiel possível” do que se poderia sentir na presença de um fenômeno qualquer. Mas esta postura contém o risco de resvalar ou para o relativismo ou para a clausura duma concepção de ideologia restrita à “falsificação da realidade”.

A separação entre ciência e ideologia expõe o elo do sintagma *geosófico* com o paradigma positivista do qual ele emerge e ao mesmo tempo busca combater. Mas como mostrou Vincent Berdoulay, é preciso não exagerar naquela distinção. Seria preferível observar as ideologias como “atividades cognitivas e sociais em que as pressuposições determinadas pelo contexto do momento atingem um nível epistemológico” (BERDOULAY, 1985b, p.207).

A geografia deve estar atenta para a geração de sentido que emana do trabalho ideológico, o qual põe o imaginário em funcionamento, resultando em diferentes valorizações do território. Tal postura permite a identificação e análise de totalidades construídas pelos próprios homens a partir de seus gêneros de vida e não definidas *a priori* pelo cientista:

[...] ao vermos a ideologia desta maneira, ao mostrarmos como ela é construída pelos grupos humanos em função das relações que eles mantêm com seus ambientes, nós evitamos a ambição positivista de eliminar as ideologias, mas também relocalamos o trabalho do geógrafo na prática social. Ao não colocarmos as ideologias nem à montante, nem à jusante das teorias científicas evitamos uma visão

---

<sup>32</sup> Tradução a partir do original: “*Passionate devotion to a personal or social cause may result in a no less passionate quest for realistic conceptions useful in advancing or defending that cause. Human greed for wealth and power and human partiality for particular forms of religious doctrine have yielded, as by-products, rich fruit in objective geographical knowledge*”.

linear, de causa e efeito, ligando as teorias a valores dados não explicados (BERDOULAY, *ibid.*, p.214, tradução nossa) <sup>33</sup>.

A ideologia em Wright, apesar de sua perspectiva inovadora, parece persistir como responsável pela deformação de uma realidade última, definitiva, e que seria mais fundamental e verdadeira. As posições conflitivas seriam ora expressão de uma impossibilidade de comunicação, ora fruto de contextos culturais muito diferentes, ou ainda decorrência de parcialidades doutrinárias e das vicissitudes humanas. Ele admite que a imaginação pode ser orientada pelo desejo de defender interesses ou causas, antes que pela busca da verdade objetiva pela ciência; porém, o conhecimento geográfico, mesmo explicado como subproduto da imaginação, estaria de alguma maneira acima desses conflitos.

As contradições acima apontadas são reflexos da complexidade do escopo científico tradicionalmente atribuído à geografia, qual seja, de compreender simultaneamente a ordem espacial do mundo (morfologia) e a simbologia dos lugares (significado). O paradoxo contido na metáfora da *terra incognita* surge como uma advertência válida para a geografia da paisagem que leva em conta o imaginário geográfico: o *canto das sereias* da subjetividade freqüentemente “encanta” os homens, podendo levá-los à perdição e mesmo à morte em terras insondáveis. Portanto, *é preciso ouvir*, mas também *saber resistir* às conseqüências últimas deste cântico...

---

<sup>33</sup> Tradução a partir do original: “[...] à voir l'idéologie de cette façon, à montrer comment elle est construite par des groupes humains en fonction des rapports qu'ils entretiennent avec leur environnement, on évite l'ambition positiviste d'éliminer les idéologies, mais aussi on replace le travail du géographe dans la pratique sociale. En ne plaçant les idéologies ni en amont ni en aval des théories scientifiques on évite une vision linéaire, de cause et effet, liant des théories à des valeurs données non expliquées”.

### 1.1.2 *Geosofia* como universo de pesquisa da geografia cultural contemporânea

*O que impede os geógrafos, digamos universitários, de se interrogarem sobre as ressonâncias profundas, neles mesmos ou nos outros, das paisagens e dos lugares? Temor de se aventurarem num terreno movediço, de caírem sobre a pecha do ‘isto não é geografia’, ou se serem acusados de ‘idealismo’? Ou então nós caímos na armadilha da nossa formação, constrangidos interiormente a seguir os trilhos onde fomos lançados? (SAUTTER, 1979, p.61).*

A despeito dos avanços recentes em relação às questões filosóficas apenas apontadas pela abordagem geosófica original, sua admissão epistemológica do imaginário e da retórica aponta uma direção plausível para o desenvolvimento teórico da geografia humana, a qual não respondeu ainda a todos os problemas ali suscitados. Seria aceitável considerar atualmente a questão em termos de uma hermenêutica da paisagem: a busca pelo entendimento do mundo diante das suas múltiplas e inevitavelmente variadas percepções?

Um dos conceitos geográficos que melhor possibilitam o reconhecimento simultâneo dos aspectos objetivos e subjetivos da realidade é o de paisagem, que tem buscado abarcar o senso ou saber humano total (formal e ordinário) do espaço terrestre em diversas perspectivas teóricas. De um ponto de vista interpretativo, e à luz do imaginário social, o senso paisagístico permite uma abertura às cosmovisões dos outros, as quais tornam-se objetos privilegiados não só para a análise, mas também para o intercâmbio de saber. Como afirma Bernard Debarbieux “de uma maneira geral, a alteridade é fonte de imaginário. O alhures é antes de tudo uma imagem” (DEBARBIEUX, 1995a, p.879). Já para Gilles Sautter, a paisagem é...

[...] prolongamento, e ao mesmo tempo reflexo de uma sociedade, qualquer que seja a escala, ponto de apoio oferecido aos indivíduos para se pensarem na diferença com outras paisagens e outras sociedades: a identificação é certa. Podemos apenas discutir a natureza do laço que funda a assimilação: puramente mental, estabelecido ao acaso de um encontro dos homens com os lugares, e então consolidado pelo hábito, ou reforçado pelo trabalho dos homens sobre

os lugares e dos lugares sobre os homens (SAUTTER, 1979, p.57, tradução nossa)<sup>34</sup>.

O acesso, via paisagem, à dupla dimensão da forma (objetiva) e do sentido (subjetivo) das imagens do mundo será discutido no capítulo três. Antes, é prudente destacar dois desafios na incorporação do “perceptual” e do “afetual” às análises geográficas que precisam ser resolvidos: em primeiro lugar, o perigo de naturalizar a herança do imaginário social no qual vivemos e inculcamos como fonte de dados da realidade. Em segundo lugar, como trilhar um corpo de idéias alternativo ao horizonte radicalmente sensorial, segundo o qual existem muitas geografias sobrepostas, talvez tantas quantas são as percepções de mundo (RELPH, 1979, p. 23). Neste enfoque não se poderia mais falar *da* geografia de alguma coisa, uma vez que “qualquer um que inspecione o mundo em torno de si é, em alguma medida, um geógrafo” (LOWENTHAL, 1961, p. 242).

No seio da geografia cultural podem ser buscadas contribuições calcadas tanto na crítica da razão iluminista, quanto na superação do anti-racionalismo e do excessivo subjetivismo por vezes identificado na plêiade humanista. Isto é possível visto que o pólo epistemológico da modernidade inclui posturas diferenciadas que se refletem na própria geografia dita humanista, onde...

[...] se todos estão de acordo em refutar o modelo científico anterior, não há, entretanto, um verdadeiro consenso em torno de um novo modelo a adotar. [...] Mas, o que é mais importante para a geografia, o espaço, é considerado ao mesmo tempo como o resultado concreto de um processo histórico, e neste sentido ele possui uma dimensão real e física, ou como uma construção simbólica que associa sentidos e idéias. Entre estas duas posições extremas, encontra-se toda uma gama de concepções que evoluem com os pressupostos iniciais de cada inspiração (GOMES, P., *op. cit.*, p.306-307).

Um intenso embate epistemológico atinge o caráter mesmo da geografia cultural, que passa a ser vista por alguns autores enquanto *heterotopia*, ou lugar de discursos incompatíveis, donde o projeto de conferir-lhe uma unidade intelectual seria mera ilusão (DUNCAN, 2000). Afirma Duncan a este propósito que é impossível propor um só

---

<sup>34</sup> Tradução do original: “[...] *prolongement, et en même temps reflet d’une société, quelle qu’en soit l’échelle, point d’appui offert aux individus pour se penser dans la différence avec d’autres paysages et d’autres sociétés : l’identification est certaine. On peut seulement discuter de la nature du lien qui fonde l’assimilation : purement mental, noué au hasard d’une rencontre des hommes et des lieux, puis consolidé par l’habitude, ou renforcé d’un travail des hommes sur les lieux, et des lieux sur les hommes*”.

método ou uma só estrutura taxonômica como parâmetros para toda a geografia cultural: “o que temos, na realidade, são ‘lugares de diferença’, cada um dos quais com seus próprios discursos, ligados a outros lugares semelhantes dentro das ciências sociais e humanidades” (DUNCAN, *op. cit.*, p.82). Observa-se, por outro lado, que buscar complementaridades entre as concepções sintagmáticas e descartar antagonismos irreconciliáveis é uma tarefa ainda em andamento na geografia, onde várias questões permanecem suspensas desde a renovação epistemológica iniciada nos últimos 30 anos do século passado.

Na década de 70, de acordo com a avaliação crítica de Annette Buttmer, a geografia colocava-se diante da necessidade de melhor considerar o “mundo da vida” (*Lebenswelt*), transcendendo os dualismos dos esquemas científicos dominantes. Entretanto, a fenomenologia existencial, corrente filosófica explicitamente voltada aos modos de conhecimento melhor harmonizados com a experiência, induziu à consideração desmesurada da intencionalidade humana no estabelecimento das paisagens e dos gêneros de vida:

A perspectiva fenomenológica tende a exagerar a importância da intencionalidade humana: ela tende a ver o meio físico como passivo – apenas o contexto das atividades e imagens. O geógrafo poderia confirmar o papel ativo do meio e tentar dar uma perspectiva mais justa do caráter complexo da experiência vivida plantada sobre a terra (BUTTIMER, 1979, p.250, tradução nossa)<sup>35</sup>.

O problema de fundo consiste em que nesta abordagem filosófica um espaço verdadeiramente objetivo não existe; as relações espaciais fazem parte da intuição direta da experiência de uma pessoa, constituem *insights* essenciais. Quer dizer, é a extensão da intencionalidade humana que determina a espacialidade do homem, sendo as distâncias primeiramente afetivas. Apesar de ter contribuído para o reconhecimento de que o homem nunca escapa da realidade concreta de sua existência, tal noção de espaço limitou-se excessivamente à busca de uma consciência pré-científica do ambiente através dos valores que as pessoas conferem ao mundo. Geosofia radical, isto

---

<sup>35</sup> Tradução a partir da versão em francês: “*La perspective phénoménologique tend à exagérer l’importance de l’intentionnalité humaine: elle tend à regarder le milieu physique comme passif – contexte seulement des activités et des images. Le géographe pourrait confirmer le rôle actif du milieu et essayer de donner une perspective plus juste du caractère complexe de l’expérience vécue plantée sur la terre*”.

conduziu à descrição de situações altamente subjetivas, não havendo meios de comprová-las e validá-las cientificamente (ENTRIKIN, 1976, p.629-630).

Outra pretensão, a de oferecer uma base sem pressuposições para a ciência geográfica, também foi deixada de lado na evolução do pensamento humanístico oriundo do recurso à fenomenologia existencial. Segundo Nicholas Entrikin, a maior contribuição desta corrente refere-se ao estabelecimento dum necessário espírito crítico que em muito ajudou na neutralização das tendências exacerbadas de objetividade e abstração do cientificismo iconoclasta. O criticismo presente na geografia humanista seria então uma das muitas maneiras de os geógrafos se tornarem mais autoconscientes dos seus próprios preconceitos e das implicações e vieses de seus métodos de pesquisa, mas não uma alternativa radical em relação à abordagem empírica da ciência.

Outra herança duradoura das pesquisas fenomenológicas em geografia é a tentativa de refinar a noção de “mundo da vida” referida por Buttimer, colocando o espaço entre os fatos básicos da existência humana, donde vem uma maior atenção ao conceito de “lugar”, que ao contrário da paisagem não seria concebido enquanto mera coleção de objetos ou eventos empiricamente observáveis, mas como expressão da existência humana no espaço e um repositório de seus significados.

Efetivamente, lugar também tem sido considerado um conceito fundamental no estudo da estrutura da experiência humana do ambiente geográfico. As concepções que pretendem ressaltar a densidade emocional do espaço enquanto contato original e afetivo do homem com o mundo privilegiam a noção de “sentido de lugar”, uma vez que este encarnaria a experiência não autoconsciente e as aspirações das pessoas, constituindo centros de significados (TUAN, 1974; 1979a, 1979b).

Para geógrafos filiados ao humanismo existencialista, como Edward Relph (*apud* ENTRIKIN, *op cit.*, p.626), o lugar é a fundação da existência humana, fornecendo não apenas o contexto de todas as nossas atividades, mas ainda segurança e identidade a indivíduos e grupos. Qual seria então o elo entre paisagem e lugar? Conforme Yi Fu Tuan, os lugares poderiam constituir ora símbolos públicos conhecidos visualmente (como os monumentos), ora campos de significados vivenciados de perto, no íntimo contato entre alguém e o espaço (como nossas casas). Daí, para que uma paisagem – mais próxima aqui da conotação de imagem simbólica –



venha a ser um campo de significados, ela tenha de ser experienciada subjetivamente e em íntimo contato com os anseios de uma pessoa: “lugares podem ser símbolos públicos e campos de significados afetivos, mas o poder dos símbolos para criar lugares depende em última instância das emoções humanas que vibram em um campo de significados” (TUAN, *op. cit.*, p.245).

Em resumo, na perspectiva acima o lugar daria acesso aos significados subjacentes da paisagem, sendo esta um conceito menos rico posto que mais contaminado pelos pressupostos e dogmas científicos. O enfoque da geografia humanista supunha que o “sentido de lugar” não poderia ser estudado objetivamente, visto que ele se remete aos sentimentos e intuições do *insider*. Como se percebe, a lacuna resultante do exagero conferido pela fenomenologia à intencionalidade humana trouxe certas dificuldades à geografia, a começar pela suposta anterioridade da experiência imediata em relação às idéias da ciência. O debate prossegue nos dias de hoje, podendo haver uma reaproximação entre o lugar, que não é puro sentimento, e a paisagem, que não se restringe à imposição dogmática de um simbolismo.

Alguns trabalhos recentes buscam contornar os constrangimentos do idealismo “desencarnado”, cujo paroxismo é um certo desprezo pelo meio físico. Jeremy Foster (1999) ilustra tal preocupação em sua tentativa de restaurar a centralidade do caráter físico e biográfico da apropriação da paisagem. Ele pretende, com efeito, partir da incorporação do “*topo-estímulo*” como o primeiro detonador do funcionamento da imaginação e elo essencial entre o corpo e o espaço, privilegiando para isto a pesquisa das motivações que subjazem às descrições literárias de paisagens na experiência de vida de seus autores.

As representações idealistas advindas da cultura e da sociedade entrariam em contato com as formas do mundo, esperando confirmações, mas também sofrendo transformações. Neste sentido, o autor empenha-se em ultrapassar as análises correntes ancoradas na construção social da realidade e que propõem uma relação quase unívoca entre “representação” e “razão ocidental”, resumindo-se na maioria dos casos a confirmar a imposição de um olhar europeu sobre o mundo.

Na sua proposta, a relação íntima entre desenvolvimento da experiência e sentimento emocional é ressaltada, tendo como corolário que a emoção estética não

pode ser separada do processo total que liga o Eu ao mundo. Toda experiência profunda da paisagem seria ao mesmo tempo intelectual e emotiva, consistindo não só num processo espacial e sensorial, mas também biográfico. Nas palavras do próprio Foster, esta caracterização

[...] demonstra a possibilidade para a forma geográfica, como para toda outra forma, de se fundir e de se encarnar na experiência através de um deslocamento imaginativo, e é em tal deslocamento que podemos encontrar, penso eu, as raízes da epifania da paisagem [...] (FOSTER, *op. cit.*, p.88, tradução nossa) <sup>36</sup>.

É preciso assinalar, contudo, que a metodologia sugerida limita-se ao tratamento de uma ou algumas obras e autores escolhidos, revelando-se por demais esteticista, presa aos métodos da semiótica, da crítica literária e da história da arte, nas quais ele busca explicitamente sua inspiração. Além do mais, há o problema da circunscrição da paisagem a uma noção sensorial de topo-estímulo.

É sintomático, de todo modo, que a geografia humana venha admitindo em suas diversas correntes o imaginário geográfico como algo que, fazendo parte da cultura e dos atributos individuais, molda a nossa percepção do mundo, emergindo simultaneamente de relações específicas com o meio. A afirmação de Balandier condensa algumas dessas novas preocupações que concernem aos geógrafos sociais e culturais:

[...] o imaginário reporta-se a espaços, produz uma topografia que lhe é própria e reflete, embora transformadas, as relações que o homem estabeleceu com o espaço, onde o passado trouxe suas inscrições, dando assim uma materialidade à memória coletiva (BALANDIER *apud* CASTRO, 1997, p.177).

Para a superação da dicotomia entre um mundo material inerte e um universo psíquico livre e criativo dos indivíduos, deve-se investigar o papel cognitivo das simbologias territoriais. A reciprocidade com o ambiente teria origem no comportamento cognitivo inerente aos homens, existindo diversos níveis de “educação” que se sobreporiam no processo de instauração do imaginário.

---

<sup>36</sup> Tradução a partir da versão em francês: “*Cette caractérisation [...] démontre la possibilité pour la forme géographique, comme pour toute autre forme, de se fondre et de s’incarner dans l’expérience à travers un déplacement imaginatif, et c’est dans un tel déplacement que l’on peut trouver, je pense, les racines de l’épiphanie du paysage [...]*”.

No entendimento de Gilbert Durand “em primeiro lugar encontra-se o ambiente geográfico (clima, latitude, localizações continentais, oceânicas, montanhosas etc.), mas desde já regulamentado pelos simbolismos parentais da educação, o nível dos jogos (o lúdico) e das aprendizagens por último” (DURAND, 1998, p.91). Não se pode ver aqui qualquer sombra de determinismo, mas a referência a um inconsciente específico e a uma retórica, ambos fundados em imagens/representações arquetípicas e dependentes do jogo social, das condições históricas e da circunstancialidade do nosso enraizamento no ambiente. Antes de buscar estabelecer qual o antecedente e o conseqüente, seria mais produtivo encarar estes aspectos como inter-relacionados e inseparáveis.

Neste sentido, Bernard Debarbieux (1995b) prefere relacionar lugar a território, levantando a hipótese do papel territorializante das formas simbólicas como uma espécie de aplicação geográfica das formulações de Mircea Eliade (1964; 1986) segundo as quais o mito fixaria modelos exemplares de todas as ações humanas significativas para uma comunidade considerada. Como resultado, a espacialidade simbólica poderia ser concebida como a área sobre a qual se desenvolve um mesmo sistema de significação enxertado sobre objetos e lugares geográficos a partir de uma narrativa territorial mítica. A espacialidade simbólica interferiria no espaço geográfico e da interação de ambos nasceriam os territórios, sendo isto válido tanto no campo cultural como político.

A dinâmica das imagens e da transformação do olhar em linguagem exige da geografia a atualização das questões postas pelos símbolos e processos de simbolização, correlacionando tanto suas *repercussões* quanto sua *ancoragem* no território. Mesmo aceitando que a estruturação simbólica do espaço social anteceda sua organização funcional (CASTORIADIS, 1975), não se pode deixar de lado a geograficidade do imaginário social, com atenção ao papel ativo do meio.

Por este efeito sinérgico, o esforço interpretativo centrado especificamente na paisagem não deve se contentar com as explicações reducionistas, as quais rejeitam que a imagem possa ser tomada para além do clichê. Por outro lado, também é necessário compreender o papel dos pré-julgamentos na construção da realidade. Quanto a este último aspecto, a difusão de imagens estereotipadas pelos meios de comunicação não

pode ser desprezada, assim como a participação das configurações discursivas da própria geografia como uma instância de produção de sentido, uma vez que “o discurso científico produz conhecimentos, mas constitui também um discurso sobre a maneira de os produzir e sobre os meios a utilizar” (BERDOULAY, 1988, p.9).

A profusão de estereótipos na mídia e as reticências do pensamento acadêmico à imagem são aspectos reveladores de uma sociedade cada vez mais confrontada com a importância que vem assumindo a manipulação icônica e as valorizações dela originárias, mas que não se preocupa em refletir a fundo sobre o assunto. Tal contradição é bem colocada por Durand quando ele afirma que:

[Embora a pesquisa positivista] tenha se apaixonado pelos meios técnicos (óticos, físico-químicos, eletromagnéticos etc.) da produção, reprodução e transmissão das imagens, ela continuou desprezando e ignorando o produto de suas descobertas. [...] Como a imagem sempre foi desvalorizada, ela ainda não inquietava a consciência moral de um Ocidente que se acreditava vacinado por seu iconoclasmo endêmico. A enorme produção obsessiva de imagens encontra-se delimitada ao campo do ‘distrair’. Todavia, as difusoras de imagens – digamos a ‘mídia’ – encontram-se onipresentes em todos os níveis de representação e da psique do homem ocidental ou ocidentalizado (DURAND, *op. cit.*, p.33).

O autor finaliza a análise do poder da imagem advindo dos meios de comunicação ressaltando que ela está imbuída de todas as intenções de seus “produtores anônimos ou ocultos”, influenciando nas vidas das pessoas “do berço ao túmulo”. Deixa patente, assim, a urgência dos estudos de conteúdo sobre o fenômeno fundamental da “explosão do imaginário” que saudavelmente aponta os limites da lógica cartesiana ainda dominante.

A pergunta que ocorre imediatamente ao geógrafo é a seguinte: como este bombardeio quase obsessivo de elementos do imaginário social vai repercutir na descrição e no funcionamento sócio-espacial da sociedade, alimentando-se ao mesmo tempo das imagens banais, míticas ou arquetípicas nascidas de lugares reais? É consenso afirmar que no século XX a evolução das técnicas de apreensão do real, a expansão dos meios de transporte e comunicação etc resultou numa consciência mundial de todo nova, mas a advertência de Durand pretende enfatizar a possibilidade, por parte da ciência, de maior solicitação da atividade imaginante do ser humano.

As evidências do poder da imagem conferem suporte a diversas tentativas de incorporar o imaginário à explicação científica em geral, cujo maior problema reside em conceitualizá-lo de uma maneira operativa para outras disciplinas que não a psicologia. Não é somente na geografia que a ponte com as ciências do imaginário é desejável e urgente. Nos estudos políticos, por exemplo, é impossível menosprezar a importância da imaginação como uma ferramenta de análise. Por este motivo, é preciso que nos detenhamos mais um pouco no que Raoul Girardet (1986) denomina de *efervescência mitológica* na história recente da civilização ocidental.

Alguns exemplos que extrapolam a geografia bastam para ilustrar essa tomada de consciência a propósito do papel do imaginário. Assim, Phillippe Braud (1996) alega que é preciso reconhecer a conjugação do racional com o afetivo para que se compreendam os simbolismos inerentes à centralidade do poder e a racionalidade do seu exercício. A contribuição de Michel Maffesoli (1997), através do conceito de *proxemia*, ressalta a relevância da proximidade física e o papel do lugar na transfiguração do modo de sentir e vivenciar a política, evidenciando que o espaço é essencial na concentração e liberação da energia contida no imaginário. Na opinião de Helène Védrine, a imaginação emancipou-se e livrou-se das suspeitas de falsidade, reencontrando em nossos dias morada na antropologia, psicanálise, etnologia ou filosofia onde “não mais concebida como um misto entre a sensação e o entendimento, ela tornou-se um território autônomo que produziu suas próprias possibilidades de experiência, suas próprias regras, seus bloqueios internos, deixando de se inscrever em uma estrutura de erro, como tendia a lhe preconizar a filosofia tradicional” (VÉDRINE, 1990, p.13).

Se isto é mais evidente e sedimentado na etnologia, na sociologia ou nos estudos de ciência política, cabe à geografia fazer o balanço conceitual pertinente aos seus interesses e métodos, juntando as trajetórias convergentes que formam esta nova “*bacia semântica*” (a expressão é de Durand) do imaginário. De fato, essas idéias refletem-se na maneira como a geografia busca escapar dos limites impostos pelas concepções racionalistas e tendências exacerbadas de objetividade da ciência, privilegiando o apelo aos valores simbólicos expressos nos discursos e atuantes na organização do espaço.

Como se vê, é fácil constatar, sem grande dificuldade, que a efervescência mitológica da sociedade moderna bate às portas de nossa disciplina. No cruzamento das reflexões culturais e políticas, Vincent Berdoulay, Paulo da Costa Gomes e Iná Castro (2001) dedicam-se ao estudo do espaço público, cujo conceito repousa na combinação dos aspectos sócio-políticos e materiais advindos não apenas dos mitos ocidentais (democracia, modernidade), mas também do imaginário e de seu apelo à atividade cultural dos indivíduos. Entretanto, se para estes autores o espaço público possui uma dimensão mítica, ideal, ele não funciona nem como um mito, pois é material, nem como utopia, posto que não pode ser independente das particularidades de seu contexto sócio-espacial presente.

Esta vontade de compreensão do mundo simultaneamente através de processos materiais e visíveis, bem como de aspectos simbólicos e míticos dos lugares – sem reduzir-se a um ou outro pólo – é um campo fértil para a geografia preocupada com o imaginário social (CASTRO, 1997). Efetivamente, uma abordagem geosófica vem a ser reclamada na medida em que o imaginário é elemento articulador dos mitos, utopias e ideologias a partir da materialidade de um lugar. O senso do espaço é inerente à racionalidade e atividade cultural dos indivíduos e grupos, o que aponta para a questão de como a criatividade dos atores sociais pode influir nas interpretações geográficas.

Uma das contribuições mais importantes nesse sentido é trazida pelo geógrafo Michel Roux (1999), cuja “geografia existencial” aplica a análise do imaginário da natureza ao planejamento territorial. Os valores econômicos e simbólicos são vistos em estreita relação, visando demonstrar que “[...] os comportamentos dos homens em matéria de espaço não podem ser interpretados como se eles fossem atores racionais, informados e voluntários” (ROUX, *op. cit.*, p.13). Por esta razão, seu trabalho será analisado mais detidamente no item 2.2.1.

Apesar destes avanços, é necessário que reconheçamos que a produção acadêmica acerca do imaginário geográfico ainda é fonte de muitos impasses, em grande parte produzidos pelos ecos de seu desprezo nas correntes racionalistas do pensamento ocidental (BERDOULAY, GOMES e CASTRO, *op. cit.*, p.421). Mesmo posições que procuram incorporar positivamente o imaginário arriscam-se a cair em armadilhas que as conduzem de volta a um objetivismo exacerbado. Por exemplo,

determinadas idéias que equiparam a imaginação à “capacidade de abstração” ou “capacidade de redução do real” restringem seu papel à obtenção de modelos, hipóteses e cenários futuros, nada mais.

É o que acontece com Bernard Debarbieux (1995a, p.876) quando ele privilegia a “imaginação criadora”, ou seja, a faculdade de reunir imagens espaciais segundo princípios que não refletem necessariamente a realidade, e a “imaginação simbólica”, que confere aos lugares suas significações mais densas, deixando de lado a “imaginação reprodutiva” – justamente aquela que garante a reprodução de imagens a partir de uma realidade percebida. Concentrando-se nos modelos, utopias ou “possíveis imaginários” como manifestações principais do pensamento figurativo, esse autor, entretanto, não avança em relação às abordagens racionalistas dominantes, teóricas e abstratas. O espaço imaginário, concebido por Debarbieux como uma encenação que simplifica e interroga o real a fim de melhor apreendê-lo e modificá-lo, parece restringir-se ao estudo de imagens míticas e arquetípicas, quer dizer, mostra-se um recurso por demais esquemático.

Iná Castro defende, contudo, que caberia ao pesquisador correr este tipo de risco para buscar compreender o status e o valor subjacente ao simbólico, uma vez que a pretensão científica de explicar univocamente o espaço através de uma racionalidade objetiva encontra-se epistemologicamente em crise (CASTRO, 1997, p.158). A despeito das divergências e fragilidades epistemológicas encontradas no seio da geografia social e cultural, as reflexões sobre o papel da imaginação vêm aumentando, ainda que o reconhecimento da centralidade do imaginário seja o único ponto em comum nas diversas abordagens existentes. Como afirma Cosgrove, as contribuições dos geógrafos culturais, apesar da grande diversidade teórico-metodológica, têm como objetivo compartilhado “descrever e entender as relações entre a vida humana coletiva e o mundo natural, as transformações produzidas por nossa existência no mundo e na natureza e, sobretudo, os significados que a cultura atribui à sua existência e às relações com o mundo natural” (COSGROVE, 1994, p.387).

Para esse autor o problema maior reside justamente em que a geografia – abraçando no pensamento moderno o que constitui as áreas tanto da natureza como da cultura – procura descobrir os significados do mundo sem considerar a fundo o papel

da imaginação. Esta última capturaria os dados sensoriais sem reproduzi-los mimeticamente, antes os transformando através do poder metafórico de gerar novos sentidos. Tentando então aprofundar o papel da imaginação para o estabelecimento dos sentidos do mundo, Cosgrove e Jackson enfatizam que as qualidades simbólicas da paisagem possibilitam uma interpretação do seu significado social. Em consequência, identificam como foco o papel da linguagem na construção da realidade:

[...] os estudos recentes de geografia cultural enfatizam o caráter de construção cultural sofisticada do próprio conceito de paisagem. Segundo eles, o conceito de paisagem é, ele próprio, um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra (COSGROVE e JACKSON, 2000, p.18).

No entanto, esta ênfase na “configuração de símbolos e signos” remete o potencial interpretativo da geografia a um campo da semiótica, ao desenvolver as metáforas da paisagem como “texto”, “teatro” e “documento social” a ser lido. São os próprios autores que, recorrendo a W.J.T. Mitchell (1986), admitem os riscos e as limitações desta escolha, tanto quanto os problemas de uma iconografia da paisagem inspirada na história da arte. Numa avaliação crítica, a linguagem e a imagem, antes que uma “janela transparente da qual se possa olhar o mundo”, fariam parte de um mecanismo de “mistificação ideológica”. Somente a geografia social poderia apontar as aparências enganadoras e a partir de uma perspectiva combinada da filosofia do significado e do materialismo histórico chegar a uma “interpretação em profundidade” das paisagens contemporâneas, que seriam tributárias das relações de poder (COSGROVE e JACKSON, *op. cit.*, p. 18 *et seq.*)

Mas tal enunciação dum campo de estudos para o imaginário geográfico parece não ser suficiente, além de permanecer contraditoriamente nos marcos duma iconoclastia da qual busca escapar. Além do mais, na abordagem semiótica as paisagens culturais são vistas como códigos cujas regras precisam ser decifradas. Elas seriam essencialmente uma representação de ordem estética, e acima de tudo de origem pictural, emolduradas pelas classes dominantes.

Os elementos que sustentam esta concepção pictórica e representacional (traduzidos nos termos inter-relacionados de *representação, estética e pintura*) mostram-se necessários, porém insuficientes para dar conta seja do problema da



existência empírica da paisagem seja da “geosofia” não-ocidental. Como mostra Jean-Marc Besse, a questão não consiste em negar o visível,

[...] mas em lhe atribuir, para além da simples experiência sensível que podemos ter, um outro estatuto, uma outra função: o visível revela alguma coisa. Ele exprime. O que quer dizer que ele não é simplesmente uma representação.

Sem desconhecer a existência e o papel das imagens e das percepções no processo eminentemente complexo de definição da paisagem, podemos então, parece, avançar a idéia de que a paisagem não se reduz a uma simples representação, a um simples mecanismo de projeção subjetiva e cultural. Dizer isso é adotar de uma certa maneira o que chamamos em filosofia uma posição ‘realista’: é afirmar que há uma realidade para além da representação (BESSE, 2000, p.99, tradução nossa)<sup>37</sup>.

O desafio da abordagem geográfica, por conseguinte, continua inscrito nos marcos de que, em sendo representação, a paisagem é também fisionomia, entidade presente no mundo físico, mas em interação com as faculdades imaginativas do sujeito que a percebe. Assumir a complexidade desta herança é, antes de qualquer coisa, acreditar na originalidade de uma perspectiva geográfica distinta, por exemplo, de uma “história da leitura do espaço”, como concebida por Alain Corbain, para quem paisagem resume-se a um “sistema de apreciação estética”, devendo ser evacuada, a priori, de qualquer noção de objetividade (CORBAIN, 2001, p.11-14).

A pertinência das escolhas filosóficas acerca do conceito-chave de paisagem será discutida oportunamente. Por enquanto, é preciso esclarecer melhor como as concepções individuais interagem com as leituras coletivas das paisagens a partir de um lugar específico, construindo solidariedades e oposições eletivas, visões contingentes ou até mesmo contra-imagens de um mesmo espaço.

---

<sup>37</sup> Tradução a partir do original: “[...] mais de lui attribuer, au-delà de la simple expérience sensible qu’on peut en faire, un autre statut, une autre fonction: le visible révèle quelque chose. Il exprime. Ce qui veut dire qu’il n’est pas simplement une représentation. Sans méconnaître l’existence et le rôle des images et des perceptions dans le processus éminemment complexe de la définition du paysage, on peut donc, semble-t-il, avancée l’idée que le paysage ne se réduit pas à une simple représentation, à une simple mécanisme de projection subjective et culturelle. Dire cela, c’est adopter d’une certaine manière ce qu’on appelle en philosophie une position réaliste: c’est affirmer qu’il y a une réalité au-delà de la représentation”.

## 1.2 Sujeito, território e simbolização

*Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (HAESBAERT, 1999, p.172).*

Como concatenar de modo efetivo os pontos ressaltados anteriormente numa reflexão que conjugue os aspectos míticos e a materialidade de paisagens de modo a esclarecer como elas são empiricamente reconhecidas enquanto representativas de uma certa territorialidade e investidas de valores identitários? Conforme venho ressaltando, o universo das mitologias é um aspecto essencial do imaginário geográfico individual e coletivo, que pode contribuir para decifrar as metáforas ali contidas enquanto lição ou exemplo para conduzir nossas existências.

Nesse universo, o mito, a despeito de se constituir freqüentemente como um sistema de crenças coerente e auto-suficiente para aqueles que nele crêm, é também uma narrativa que se refere ao passado, conservando no presente um valor explicativo que justifica certa organização social, como lembra Raoul Girardet (1986) ao estudar a dinâmica do imaginário político. A contribuição desse autor é fundamental para que não se confira à potência mítica um caráter impassível, uma vez que o mesmo mito pode assumir papéis variáveis no tempo e no espaço em função do debate ideológico.

A permanência e a identidade de um mito qualquer se assenta em quatro níveis do simbólico, que são a *linguagem*, a *imagem*, o *símbolo* e a *ressonância afetiva*. Em cada uma destas esferas o mito cristalizar-se-ia em elementos que tornam as narrativas mais compreensíveis, densas, aceitas e mobilizadoras das energias dos que as vivem – o que não significa absolutamente um estado eterno de imobilidade. As mesmas *constelações mitológicas* podem ser acionadas nos horizontes políticos mais díspares, mas seu desempenho é mutável segundo diferentes recortes históricos e espaciais. A compreensão desse fenômeno também só é possível mediante a consideração da

atividade cultural dos sujeitos, os quais tentam concatenar suas leituras individuais das paisagens com as simbologias dominantes. Merece especial atenção aquilo que Girardet denomina de *ambivalência e reversibilidade* dos mitos: eles apresentam características polimorfos e de inversão, ou seja, podem ter imagens com significados cambiantes positivos ou negativos, mesmo quando se fazem perenes no cerne das diferentes argumentações.

É justamente isto que parece acontecer com o imaginário da semi-aridez nos relatos que se aplicam ao sertão nordestino: a evocação da paisagem sertaneja tem uma ambigüidade sintomática. Por exemplo, ela foi engendrada e difundida historicamente tendo como elemento central o clima excepcionalmente seco e as mazelas humanas causadas pelo fenômeno espasmódico das secas<sup>38</sup>. Com o avanço dos meios técnicos e das políticas hídricas, o sertão passa também a ser identificado com os perímetros de irrigação e a modernização da agricultura. A imagem do deserto, ou mais especificamente da magnitude da insolação combinada com a insuficiência de chuvas, continua como tema mitológico presente em quase todas os modos de pensar este espaço.

Tal potência mítica da paisagem sertaneja é uma evidência que convida a pensar nas correlações entre racionalidade e imaginário, revelando o quanto a identidade é um processo de reconhecimento reflexivo e relacional; aquilo que Haesbaert chama de identificação múltipla em curso: “Toda identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas” (HAESBAERT, 1999, p. 175).

Certos quadros imagéticos – como o solo rachado dos açudes secos, as famílias de agricultores “retirantes” ou as caatingas ressequidas – persistem na função de representantes significativos do espaço regional, metáforas territoriais lexicalizadas e banais. Por outro lado, crescem ultimamente os quadros de referência positivos e originais, os quais podem se valer dessas mesmas imagens de penúria, todavia para ressaltar um novo conjunto de representações advindos da regulação do meio ambiente pela tecnologia: fartura e variedade dos produtos, o verde perene, dinamismo das cidades, açudes gigantes e outras inovações que difundem ser este espaço *locus* do

---

<sup>38</sup> Conforme notoriamente admitido na extensa bibliografia a respeito. Cf. Andrade (1998; 1999), Castro (1992; 1996; 1997; 2001), Gomes, A. (1998), Albuquerque Jr. (1999), Lima (1999), Ribeiro (2001, 2002).

progresso e da transformação de uma natureza hostil em um quadro de bonança. No plano das comunidades locais estas iconografias e metadiscursos que encerram elementos míticos – em grande parte reproduzidos repetidamente pelos meios de comunicação de massa – podem ser aceitos com conformismo, refutados tenazmente ou até re-elaborados, mas são cada vez menos desconhecidos.

Torna-se evidente a correlação entre o imaginário político e geográfico, com o mito assumindo papel de organizar uma certa dinâmica de imagens e um sistema particular de discurso sobre – e a partir de – uma região. O contraste que permite a passagem da veneração à execração da natureza e do modo de vida sertanejo é bastante presente nos discursos regionalistas e nas suas imagens correlatas. A visão de um deserto horrível e pobre tanto penaliza os que nele vivem quanto enaltece sua força e a transformação da natureza pela técnica. Como parte de um “bestiário” da imaginação sobre o sertão, donde um dos avatares mais perturbadores é a figura do sertanejo como o *Hércules-Quasímodo* imaginado por Euclides da Cunha, este oxímoro é muito eficiente na constituição da identidade regional e até mesmo nacional.

A ambigüidade das possíveis formas de utilização dos aspectos particulares da natureza pelo imaginário não constitui um impasse, mas antes oferece um fio condutor. Uma “base imaginária renitente” é um indício da existência de uma energia agregadora a despeito de tensões identitárias e territoriais. Ela revela, ou pelo menos nos orienta a perceber, que existe uma lógica perscrutável no recurso aos símbolos que emergem ou são justificados pela mitologia do semi-árido enquanto, a priori, espaço de luta do homem contra as hostilidades da natureza. Além do mais, é preciso repetir que os habitantes vivem estas simplificações não de forma passiva, mas em interações permanentes e originais, com resultados inesperados em termos de elaboração de sentidos, como será indicado através do estudo da retórica da paisagem.

Portanto, desvendar os códigos das narrativas míticas levando em conta a atividade cultural dos sujeitos envolvidos é uma possibilidade que, sem tornar inválidos os enfoques funcionalistas, aponta para a possibilidade de métodos interpretativos. A lógica do discurso mítico não é nem imprevisível, nem arbitrária, uma vez que através da análise da sucessão e combinação de imagens pode-se inserir o mito em uma sintaxe

associativa à luz da história dos fatos sociais e das mentalidades coletivas (GIRARDET, *op. cit., passim*).

Mesmo quando invocamos paisagens “puramente” imaginárias, elas interferirão, na prática, em outros espaços. Como bem defende Alain Corbain, toda sociedade precisa se adaptar ao mundo que a cerca, fabricando representações do meio no qual vive, de modo a “[...] dominar o ambiente, ordená-lo, povoá-lo de seus símbolos, de fazê-lo o lugar de sua felicidade, de sua prosperidade e de sua segurança” (CORBAIN, *op. cit.*, p.12). Cotejar as imposições e anuências das paisagens produzidas verticalmente com a sensibilidade das populações locais é uma das maneiras de revelar os traços e fissuras da construção de identidades territoriais.

Mas a formulação dum sistema de análise com base no imaginário geográfico de indivíduos enunciadorees da paisagem do Nordeste semi-árido exige, para além destas constatações, uma compreensão específica das relações entre política, simbolização e território, visto que a especificidade natural e cultural do sertão é um elemento quase sempre evocado pelo regionalismo e por outras formas de discurso identitário. É o que tentarei desenvolver sucintamente nas próximas páginas.

### 1.2.1 Desafios de interpretar a metaforização das relações dos homens com o espaço

Para uma geografia atenta aos efeitos concretos do imaginário tem-se que o território, como desdobramento empírico do espaço, pode ser compreendido através da contínua produção e interpretação de imagens e metáforas que orientam e legitimam comportamentos individuais ou coletivos, influenciando no processo decisório das condutas e intervenções espaciais. A dimensão política, neste enfoque, é entendida minimamente como a instituição de regras de convívio para reduzir os conflitos inerentes às paixões

humanas que os símbolos territoriais podem condensar, ou seja, um meio essencial para gerir as ações da sociedade no espaço.<sup>39</sup>

A importância de levar em conta aqui esta dimensão política global reside nas influências recíprocas entre o alicerce imaginário e os processos de territorialização, onde o espaço é a um só tempo conteúdo e continente de toda uma simbologia que orienta e direciona a existência humana, sendo a paisagem um elemento-chave na construção das identidades. Contudo, ao considerar a atividade do sujeito, torna-se necessário ressaltar as condições locais do processo interativo acima referido. De acordo com Phillippe Braud, é preciso estar atento tanto à historicidade quanto à eficiência dos processos de simbolização subjacentes ao político:

Os símbolos politicamente eficazes são aqueles que engendram gratificações psico-afetivas. Seja porque contribuem para exorcizar os perigos e apaziguar as angústias, seja porque respondem às expectativas profundamente escondidas na estrutura emocional dos membros do grupo. Mas os símbolos não se constituem como objetos trans-históricos; eles são produto de uma atividade social contínua de sedimentação do sentido, sem a qual os bloqueios emocionais não poderiam ter lugar e de outra maneira não teriam qualquer significação coletiva (BRAUD, 1996, p.99-100).

Esta relação telúrica e a própria natureza emocional da dimensão política apontam do mesmo modo para a emergência do imaginário geográfico em esferas integradas do individual ao coletivo. Ora, mas a área predileta das simbolizações parece ser o não-sensível em todas as suas formas – o inconsciente, a metafísica e o sobrenatural, coisas que acabam fazendo parte apenas de assuntos religiosos, da arte ou da magia. Qual o valor explicativo desta ordem de fatos na geografia e como proceder metodologicamente sua interpretação? A pista a seguir é que “o simbólico não funciona arbitrariamente, ele é código de comunicação construído sobre um alicerce afetivo” (BRAUD, *ibid.*, p.100).

Nas sociedades contemporâneas as solidariedades fundadoras do político englobam desde uma necessidade emocional dos sujeitos aglutinarem-se em grupos de afinidades fragmentadas (as “semelhanças de família” conforme MAFFESOLI, 1997, p.18) até a consideração da grande capacidade de adaptação do Estado, num processo

---

<sup>39</sup> Cf. Castro (1997), especialmente os itens “Do imaginário ao imaginário político”, p.165-176 e “Do imaginário político ao imaginário geográfico”, p.176-194. Ver da mesma forma Maffesoli (1997).

de combinação de escalas crucial para a ação política e conseqüentemente para a estruturação do espaço.

Estas solidariedades ao mesmo tempo partidas e re-aglutinadas configuram o que o sociólogo Stuart Hall (1999) alcunhou de “deslizamento de identidades” característico da nossa época e cuja repercussão espacial é evidente: a existência de múltiplas territorialidades sobrepostas ou contingentes, que por vezes podem contestar a hegemonia do poder dominante. Segundo Cosgrove e Jackson (2000), isto lembra a importância das implicações políticas dos estudos culturais e pode ajudar a esclarecer as relações entre paisagem e poder.

Acrescente-se, em complemento, que a ação ativa dos indivíduos envolvidos complexifica a análise, “desnaturalizando” seus sentimentos de pertença para além das “fronteiras” físicas, cognitivas e afetivas imediatas. Como lembra Michel Maffesoli, “da utopia à banalidade cotidiana, o ‘pressuposto’ do político é mesmo a fraternidade, mais ou menos mítica. Esta pode ser repleta de amenidade ou, ao contrário, tensão total [...] Sob nomes diversos, trata-se sempre da perspectiva chamada por Goethe de afinidades eletivas” (MAFFESOLI, *op. cit.*, p. 240, grifado no original).

Não resta dúvida, entretanto, que a centralidade territorializada ainda tem sua expressão máxima no Estado, que permanece esfera de análise fundamental para o entendimento da logística de controle e reprodução do espaço, através do que Michael Mann (1992) alcunhou de “poder infraestrutural”. Todavia, esta perspectiva não será desenvolvida aqui, uma vez que se encontra afastada do nosso foco de interesse, não cabendo nos marcos estritos da reflexão que ora empreendemos. Evidentemente, trata-se de uma preocupação de fundo bastante trabalhada em nossa disciplina, como atestam numerosos estudos geográficos e geopolíticos<sup>40</sup>.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que a definição de território como uma parcela do espaço apropriada por determinados grupos, implicando a noção de limite e assimetria das relações de poder, se é necessária ao nosso esforço de incorporação do imaginário, mostra-se ao mesmo tempo insuficiente. Neste bojo, territorialidade vai além do uso estratégico duma parcela do espaço pelos grupos concernentes para influir em ações e decisões. Paul Claval ressalta que a noção de território é fértil na geografia,

---

<sup>40</sup> Ver a este título BECKER (1982, 1997), CASTRO (1992, 1996), ARAÚJO (1999, 2001).

pois nasce das estratégias de controle necessárias à vida social e à necessidade da soberania e do monopólio da violência pelo Estado. Sem esquecer das demais dimensões do jogo multi-escalar entre os homens e a terra onde eles vivem, afirma:

A consideração da dimensão territorial traduz uma mutação profunda na abordagem geográfica: falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham (CLAVAL, 1999d, p.11).

Como todos querem ver-se no espelho do mundo que os rodeia, melhor dizendo, na moldura de seus lugares, o território é um espaço eminentemente das tensões, das disputas, dos comportamentos e lutas estratégicas decorrentes de uma imagem e de uma memória individual e coletiva, incluindo a questão fundamental da correlação entre diversas escalas e os múltiplos sentimentos de pertença. Rogério Haesbaert emprega o termo “identidade socioterritorial” para dar conta dos processos de identificação que têm no território um de seus fundamentos constitutivos, tomando *território* em suas múltiplas perspectivas, ou seja: “desde aquela de uma paisagem como espaço cotidiano, ‘vivido’, que ‘simboliza’ uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, como o do Estado-nação” (HAESBAERT, *op. cit.*, p.178-179). Este último aspecto é um dos problemas mais estudados pelos geógrafos e politólogos. Mas afinal de contas, como se criam as visões territoriais a partir de um espaço vivido cotidianamente, e qual o papel dos sujeitos conscientes de suas existências?

Para Berdoulay e Entrikin (1998, p.113) a utilização do conceito de território a partir simplesmente das relações de poder, representações e estruturas sociais apresenta algumas dificuldades face aos fenômenos contemporâneos. É por intermédio duma análise crítica das teorias da ação que os autores supracitados pretendem ressaltar a complexidade de valores presentes nas decisões que regem a transformação das paisagens e o gerenciamento do espaço, demonstrando o papel central da intencionalidade e da atividade do sujeito coletivo e individual. Numa geografia que busca evitar o *tropismo da extensão* – obsessão por fronteiras, escalas e distâncias geométricas – o interesse pelos sentimentos identitários que unem os homens ao meio,



em diferentes escalas, deve conduzir a uma re-conceitualização do papel dos atores e do território, bem como ao diálogo entre as áreas do saber.

Acredito que esta tomada de posição vem ao encontro das preocupações de uma camada crescente de geógrafos, incluindo aqueles devotados quer seja aos aspectos pragmáticos ou filosóficos do planejamento territorial. Como já disse, as contribuições neste campo incluem até desvendar de que forma o imaginário da natureza é decodificado em valores econômicos ou valores simbólicos economicamente materializados. Tal esforço teórico de abarcar geograficamente o imaginário pode ser ilustrado pelo pensamento de Michel Roux, uma tentativa bem sucedida de articulação entre discurso conceitual e análise empírica dos mitos e metáforas espaciais. O seu trabalho “*Géographie et Complexité. Les Espaces de la Nostalgie*” (ROUX, 1999) oferece uma síntese epistemológica para a abordagem do imaginário espacial francês contemporâneo, sobretudo em relação à fascinação pelas aventuras e pelas viagens iniciáticas em vastos espaços “selvagens”, como o deserto. O enfoque aí tomado pretende dar conta do imaginário geográfico enquanto uma “*realidade emergente*”, fundada em um sistema de pensamento da complexidade e mais bem apreendida pelos estudos interdisciplinares.

Dentre as referências filosóficas mais utilizadas pelo autor, distingue-se a contribuição de Alain Roger (1978; 1989; 1994) sobre a “*artialização*” prévia do olhar como um fator essencial para a eleição de certos espaços ao status de paisagens. Em consequência da aceitação deste postulado, a imagem é tomada mais como uma apreensão do que como uma deformação ou percepção. Mais importante ainda é a idéia, tomada de empréstimo a Paul Ricouer (1975), segundo a qual a metáfora é uma modalidade de discurso, um pensamento racional que incluiria a imaginação e situar-se-ia no cerne das relações homem-espaço. A “*metaforicidade*” da linguagem constitui, assim, um dos elementos mais fundamentais da abordagem que conduziu Roux a interpretar o papel-chave dos espaços selvagens como uma resposta à intensa normatização territorial das sociedades industrializadas.

O caminho percorrido pelo autor em sua reflexão teórica mais ampla passa pela idéia de “*paradigma*” tal como enunciada por Edgar Morin (1985, 1990). Deste modo, Roux afirma que “certas escolhas, em termos econômicos, não devem sempre sua

legitimidade ao rigor do raciocínio econômico, mas à existência de postulados cujo imaginário facilita a aceitação apriorística, conferindo ao discurso o aspecto de evidências perfeitamente lógicas” (ROUX, *ibid.*, p. 27-28).

Três temas são ressaltados: o primeiro trata do processo de constituição do paradigma espacial, a partir das funções iniciáticas de paisagens míticas produzidas pelos discursos da literatura, dos meios de comunicação, como também pela geografia acadêmica. O segundo tema representa uma tentativa de explicação acerca das origens e da lógica do sistema de produção cultural da nostalgia, partindo das relações entre civilização e desterritorialização, e que poderia ser resumido como “a morte do espaço livre não-planificado” no mundo ocidental. O terceiro tema retoma um percurso mais conhecido na geografia, aquele das questões econômicas, porém dentro dessa nova relação com um imaginário que pode induzir diretamente certas atividades e ao mesmo tempo ocultar as perspectivas de outras tantas, impedindo de fato o seu desenvolvimento (ROUX, *ibid.*, p.240).

Para nos convencer concretamente desta “*geografia existencial*” o autor parte de alguns traços indicativos da construção de uma geografia mítica na França, sobretudo em relação ao deserto e ao mar, mas também com respeito à neve na montanha. Assim, a sua análise do conteúdo de livros didáticos – justamente aqueles que se pretendem mais racionais e objetivos – mostra o quanto eles estão impregnados de imaginação, afetividade ou emoção. Utilizando técnicas quantitativas com grande ironia quanto às “exigências do determinismo funcionalista”, Michel Roux chega a conclusões surpreendentes. Por exemplo, o Saara dos “*Regs*”, deserto pedregoso (com 75% de sua superfície recoberta de rochas) é substituído nos manuais escolares por referências e ilustrações de vastas superfícies arenosas; verdadeira inversão da realidade factual.

É interessante notar que Roux também utiliza as idéias recorrentes de Gaston Bachelard e Gilbert Durand, como quase todos os autores que se dedicam ao tema dos mitos e do imaginário, apenas criticando o excessivo psicologismo do primeiro e divergindo da universalidade dos arquétipos proposta pelo segundo. Seu centro de equilíbrio é a complexidade moriniana, enquanto nas referências especificamente geográficas atribui a Paul Claval o reconhecimento recente de que fatores culturais, e não apenas sócio-econômicos, poderiam influir na organização concreta do espaço.

O pensamento mítico, segundo Roux, afina-se melhor com o paradigma da complexidade porque neste sistema de análise o imaginário não empobrece ou aniquila o olhar sobre o mundo, muito menos o deforma, porque constitui uma totalidade que cria o sentido e a própria existência, resolvendo as tensões entre individualidade e comunidade. Quer dizer, o mito funcionaria como um nó cérebro-espiritual, conjugando razão e emoção, razão e imaginação, objetivo e subjetivo, coisa e palavra. Tal síntese podia ser facilmente encontrada nas sociedades tradicionais, onde o espaço próximo e cotidiano era investido de valores que construía o indivíduo. Entretanto, a racionalidade cotidiana moderna, com seu excesso de regras e padronização, é que pode ser vista como deformante, donde a gênese da nostalgia e do retorno às origens via contato com espaços “*selvagens*”.

Os “*espaços da nostalgia*” podem ser tomados, a meu ver, como um tipo especial de paisagem ideologicamente configurada, análoga à noção desenvolvida por Yves Lacoste (1977; 1989). Entretanto, agora com um sentido ampliado para além do falseamento do significado ou de visão de uma classe social imposta às demais, com a qual este autor trabalha. De fato, Lacoste identifica no individualismo burguês a razão profunda para a eleição e valorização de certas paisagens como admiráveis: aquelas com poder de conduzir do quadro familiar aos espaços menos conhecidos e daí para o mundo livre e ignorado, representando o nascente valor da liberdade no mundo moderno.

Este potente sentimento teria se tornado hoje, segundo este mesmo autor, objeto de manipulação e mistificação pelos meios de comunicação de massa e pelo militarismo do Estado, através da publicidade e do jogo de escalas que escamoteariam aspectos abomináveis da realidade. Haveria, portanto uma relação não-casual entre uma visão estética e uma visão estratégica do espaço (LACOSTE, 1977, p.4 *et seq.*). A perspectiva da geografia da complexidade, sem invalidar essa *démarche*, é, no entanto bem mais ampla e generosa em relação ao imaginário.

Resumir o trajeto filosófico que embasa a obra de Roux seria arriscado, pois suscetível de conduzir a mutilações de suas múltiplas referências e das suas numerosas possibilidades de exploração. Por outro lado, visto que se trata de um esforço propriamente geográfico de incorporar a imaginação, não se deve deixar de sublinhar

os pontos mais relevantes de sua contribuição. Uma questão fundamental para a presente reflexão refere-se a como e porque os homens se reportam nostálgicamente a espaços míticos, elegendo algumas imagens à condição de metáforas e metonímias que ordenam o mundo. As conjecturas apresentadas indicam que isto é uma maneira de reencontrar o equilíbrio telúrico que a modernidade técnica e os valores do progresso romperam:

A projeção dos homens num espaço mais vasto (fábrica, cidade) e mais abstrato (rodovia, território nacional) tornou inútil todo o saber singular implícito nas ligações tradicionais ao espaço e despojou o homem enquanto indivíduo. [...] Quem, hoje em dia, dispõe ainda de um uso livre e singular do espaço? (ROUX, *op. cit.*, p. 23).

Para responder a esse desafio Roux levanta duas hipóteses; primeiramente as ligações do homem ao espaço não estariam de todo subordinadas à realidade sócio-econômica e política, mas seriam uma “*função existencial da individuação*”, a qual permitiria aos indivíduos se diferenciarem e ao mesmo tempo se integrarem ao coletivo. Em segundo lugar, a velocidade do processo de industrialização teria provocado um vasto movimento de extirpação da população rural (desterritorialização) que privou a maior parte das pessoas daquele uso livre do espaço, provocando a nostalgia. Os indivíduos foram oprimidos pelo avanço sem precedentes da máquina de normalização social, trocando os vínculos míticos com seus lugares de origem pelos espaços urbanos supercontrolados.

O autor não se aprofunda tanto nas origens dessa nostalgia (mesmo a tese da desterritorialização do campesinato francês parece pouco trabalhada), mas sim na valorização de determinados espaços simbólicos, com repercussões fundamentais na composição da paisagem e no gerenciamento do território. O viés econômico que está na origem e na conclusão do seu estudo resulta, contudo, menos importante e original que a reflexão sobre o processo mesmo de simbolização, o qual pode justificar investimentos de valores morais e monetários em situações não rentáveis ou até mesmo bizarras à primeira vista – como construir estações de esqui onde não há neve suficiente, ou ensinar aos alunos de geografia que o deserto do Saara resume-se a uma extensão arenosa, empregando exaustivamente a imagem metonímica das dunas.

O percurso acima esboçado sugere que se pode incluir o mito num “sistema global de interpretação do espaço geográfico”, ambicionando determinar a natureza das

interações que fazem emergir um imaginário espacial, que em compensação re-alimenta esse mesmo sistema. O imaginário seria um dos componentes de um sistema complexo, com o mesmo estatuto dos outros objetos que a geografia já estuda. Prosseguindo com base nas idéias de Morin sobre a complexidade, Roux ressalta que nas ciências humanas a realidade jamais poderá ser um objeto cognoscível independente dos observadores, por isto prende-se à análise das representações e discursos que propõem arranjos dos elementos reais, buscando as modelizações dessas construções. Está subjacente a tal postura o banimento da noção, clássica na ciência, de que o fato provém do racional e não do *a priori* imaginário ou da união de ambos – assim, sua obra soma-se ao esforço para romper com a iconoclastia do pensamento científico, como foi analisado no início deste capítulo.

Qual a inspiração que nos traz o trabalho analisado? É preciso reter que sua orientação decorre do reconhecimento da metáfora como “*rationale*” da imaginação, sendo a capacidade de metaforização do homem uma prova do caráter arbitrário da separação entre imaginação e pensamento racional. A “*retroação* homem-espço” é a maneira pela qual as pessoas projetam dialeticamente seus sentimentos sobre a natureza, identificando correlações entre os aspectos materiais e suas pulsões interiores. Deste modo, não é o deserto que produz o asceta, mas são as pessoas que ali se refugiam voluntariamente que conferem um sentido diferente àquele espaço, atribuem-lhe valores (os quais diferem das conotações de nativos, colonizadores etc): “a imaginação é submissa a um processo intelectual interativo, aquele da metáfora, sem que esse procedimento seja consciente. Os homens transfiguram as areias e as areias transfiguram os homens” (ROUX, *ibid.*, p.46).

É possível identificar com clareza este estado de espírito em Euclides da Cunha, um dos maiores definidores da geografia existencial da fronteira brasileira. Quando o “*espírito bandeirante*” lhe assalta a alma, empurrando-o para dentro do país, para longe do bulício das cidades litorâneas, ele comporta-se em relação à modernidade de maneira idêntica à hipótese da nostalgia:

Ando cada vez mais animado em levar meu ideal bandeirante por diante. Que melhor serviço poderei prestar à nossa terra? Além disso, não desejo a Europa, o ‘*boulevard*’, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada, e a vida afanosa e triste do pioneiro (CUNHA *apud* ABREU, 1998, p.269).

Percebe-se a partir desta e de outras passagens que o anseio de partir numa viagem iniciática permanente, inaugurada com a experiência de *Os Sertões*, contém um sentimento de nostalgia do interior incógnito, virgem e autêntico, que é uma espécie de paradoxo dos tempos modernos traduzido pela célebre sentença: “estamos condenados à civilização”. Neste caso, é o remorso inútil da barbárie que prevalece no coração do conquistador-intelectual – porque a atração do pensamento e da ação pelos espaços livres e desregulamentados da fronteira representaria um “serviço à nação”, mesmo com o sacrifício dos modos de vida autóctones em nome do progresso. Resta a melancolia como rastro – além da incomensurável influência de sua obra no direcionamento e juízo do olhar para o interior do Brasil.

Tal ambiente cognitivo e afetivo lança influências até os dias atuais, e não somente em relação aos espaços “incivilizados” dos sertões secos<sup>41</sup>. O mesmo dilema é hoje fartamente ilustrado pelo peso do pensamento ambientalista em geral e do turismo ecológico em particular, que se alimenta das imagens cada vez mais raras de uma grande natureza que esta mesma atividade ajuda a “destruir” simbólica e materialmente, reduzindo-a seja a objeto de consumo ou a peça publicitária (MENEZES, 2002). A paisagem, enquanto argumento de venda ou propaganda, é uma visão investida dos desejos de seu público potencial, isto é, representa um quadro onde as pessoas buscam uma espécie de “satisfação escópica” (SAUTTER, 1979, p.53) para os seus mais diversos tipos de anseios. Compreende-se daí a elitização decorrente de um “modo-de-ver” cada vez mais sofisticado e codificado, em que a ênfase é colocada em “objetos-paisagens” sempre mais raros, distantes e de difícil acesso – e, portanto, exclusivos.

Que outras lições de cunho mais geral podem ser tiradas para os estudos do imaginário geográfico através da retroação homem-espaço? Em primeiro lugar, a acolhida de uma questão-chave: na medida em que o campo do saber geográfico gravita em torno da idéia de interação entre a terra e o homem e pretende ser um conhecimento sobre o espaço, ele não deixa de ser um modo de ver, um esforço de interpretar e

---

<sup>41</sup> Na verdade, o universo retórico do “deserto interior a conquistar”, e mais especificamente da “poesia do espaço incivilizado” não é uma característica exclusiva do Brasil, estendendo-se, no mínimo, aos territórios submetidos às agruras da colonização ibérica. Berthold Zilly mostra muito bem as afinidades temáticas, formais e ideológicas entre duas obras fundamentais para a interpretação do processo civilizatório argentino e brasileiro em “*A barbárie: antítese ou elemento da civilização? Do ‘Facundo’ de Sarmiento a ‘Os Sertões’ de Eulides da Cunha*” (ZILLY, 2001, p.271-301).

codificar o mundo. Trata-se em suma de um relato polissêmico, alimentado por narrativas míticas, pela racionalidade, como também pela afetividade. Em conseqüência, conclui-se que, ao contrário de ser um discurso no vazio (arbitrário), a instauração desse modo de dizer e sua ratificação pela sociedade passam necessariamente pelo espaço vivido (escala local) e pelas representações da natureza (diversas escalas mais amplas). Os dispositivos simbólicos, a estética, os rituais, paisagens familiares etc, fundam o imaginário geográfico naquela referida "conexão" constitutiva que confere sentidos a muitas práticas sociais, políticas e culturais, vividas em lugares e situações concretas.

Uma visão dos processos de territorialização mais preocupada com as simbolizações coaduna-se com a premissa de que realidade e racionalidade são produtos do imaginário. A busca pela revalorização da imagem encontra-se numa conjuntura de crescente reconhecimento da ambiência "afetual" da política, ou seja, a emergência de uma cultura do sentimento. Quer dizer, atualiza-se também em termos geopolíticos a tensão entre as tradições do racionalismo e a bacia semântica do imaginário. As relações políticas na sociedade estarão sempre referidas e contextualizadas tanto pela história como pela geografia, haja vista a concepção de que "o espaço contém os símbolos do imaginário social e é um componente dele, tanto em sua dimensão emocional como material, e por isso um campo de disputas entre interesses de indivíduos ou grupos" (CASTRO, 1997, p.171). Para essa autora, a "imaginação", como potência dinâmica que transfigura a percepção, e o "imaginário", como força atuante da idéia e da representação mental da imagem, são fontes psicologicamente fundamentais de criação e possuem "referência obrigatória à natureza e ao espaço".

As reflexões aqui colocadas pretendem evidenciar a relevância do estabelecimento dos elos afetivos entre os sujeitos e os lugares, pois estes laços são componentes essenciais do imaginário e das ações por ele informadas. Como disse MAFFESOLI (*op. cit.*, p.30), existiria "uma força, em muitos aspectos imaterial, direi imaginal, que funda o político, serve-lhe de garantia e de legitimação ao longo das histórias humanas". Assim, a realidade criada pelo imaginário social pode ser vista como instituída por uma ordem simbólica cujos componentes emocionais e materiais

estão no espaço e na relação entre os homens, via disputa de interesses dos grupos que aí convivem.

A ritualização da necessidade social do coexistir num mesmo lugar é o que o supracitado autor chama de *proxemia* – “situação” de onde se tece a trama que liga as pessoas ao ambiente ou ao território. E a paisagem é um produto expressivo desta força imaginal do político, que amplia a instituição mútua entre o sujeito e o lugar mediante seu poder de simbolização. Quer dizer, deve-se acrescentar à proxemia do sociólogo o olhar geográfico que consegue ver na materialidade do espaço os “fios” dessa tecitura. A reabilitação da imagem ao mundo da razão possibilita ainda uma incorporação ampla do conceito de ideologia ao presente sistema de análise. Como aponta GEERTZ (1978), ideologia é um sistema simbólico em que os homens tomam consciência dos seus conflitos e de seu lugar na sociedade, não devendo ser concebida simplesmente como falsa consciência ou distorção do real. Esta perspectiva de “guia das ações humanas” recupera ao universo ideológico um caráter positivo e constitutivo da sociedade, como também apontou Berdoulay (1985b) para o caso específico dos estudos geográficos.

Convém lembrar que a tradição utilitarista no domínio ideológico é compartilhada tanto pelas filosofias liberais quanto pelo marxismo que “[...] concordam em ver no espaço um objeto econômico, assimilando as outras concepções aos arcaísmos condenados pelo progresso” (ROUX, *op. cit.*, p. 21). É neste contexto que cabe a lembrança de A. Schmidt trazida por Milton SANTOS (2000, p.168): “A realidade é [...] tudo aquilo em que ainda não nos tornamos, ou seja, tudo aquilo que a nós mesmos nos projetamos como seres humanos, por intermédio dos mitos, das escolhas, das decisões e das lutas”. Contudo, ao se admitir o papel constitutivo das ideologias para a sociedade, não se deve olvidar o caráter de aglutinação e uniformização do pensamento que certos discursos podem operar, fazendo-se necessário reconhecer a existência de um sentido estrito de ideologia como “uso teatralizado de idéias”, tal como define Durand:

Os conteúdos imaginários (os sonhos, desejos, mitos etc.) de uma sociedade nascem durante um percurso temporal e um fluxo confuso, porém importante, para finalmente se racionalizarem numa ‘teatralização’[...] de usos ‘legalizados’[...] positivos ou negativos, os quais recebem suas estruturas e seus valores de várias ‘confluências’ sociais (apoios políticos, econômicos, militares etc.), perdendo assim



sua espontaneidade mitogênica em construções filosóficas, ideologias e codificações (DURAND, 1998, p.96, grifo nosso).

Todas as formas de poder (seja político, religioso ou econômico) tendem a ditar uma terminologia e uma sintaxe de compreensão do mundo. Porém, o que se quer registrar no momento é que suas perspectivas só alcançariam hegemonia plena na hipótese dos sujeitos ditos dominados utilizarem a linguagem imposta como se fora natural ou habitual (LANTZ, 1996, p.14). Daí a importância de perseguir as nuances subjetivas da simbolização e a criatividade das interpretações possíveis na colocação das idéias em prática. Enfim, não existe geografia cultural que não seja geografia política.

Há outra ressalva a ser feita a partir do entendimento de que as mitologias políticas podem ser, decerto, fabulação e deformação – portanto, uma interpretação objetivamente recusável do real. Acontece que mesmo assim elas assumirão com freqüência uma função explicativa e ordenadora dos fatos, como já lembrou Girardet, e é esta potência explicativa que lhes confere um caráter de mobilização, donde não se deve subestimar a influência das narrativas mais extraordinárias ou insólitas no ordenamento da realidade. Não se trata aqui de exercitar um relativismo sem freios, mas sim de reconhecer que posturas, idéias, valores e costumes podem nos ajudar a decifrar aquilo que do nosso único ponto de vista poderia parecer sem sentido.

O problema está em estabelecer os liames entre um dado sistema de crenças, sua retórica particular e a origem ou ascendência dessa dinâmica de imagens na compreensão e modificação do espaço, no caso da geografia. Para evidenciar a lógica do discurso mítico, o supracitado autor propugna que se busquem as *sucessões de imagens* e sua *ordem orgânica*, para em seguida inseri-las em séries idênticas através de uma *sintaxe associativa*. Abre-se, assim, uma possibilidade de incrementar nossa atenção aos elos entre fisionomias e as representações, topo-estímulos e retórica paisagística.

Se, como defende Berdoulay, a ideologia põe o imaginário a funcionar, a correlação entre estes conceitos deixa patente a total impossibilidade de anular a imaginação humana na construção do real. A geograficidade dos atos e comportamentos dos indivíduos e coletividades possibilita, por seu turno, que as representações da natureza sejam reconhecidas nos termos dos discursos e relatos que

qualificam o espaço vivido. Conclusão assaz útil para o presente percurso metodológico, que pretende explicitar os desdobramentos do imaginário social no campo específico do imaginário geográfico regional, com foco na retórica da paisagem do semi-árido nordestino. As condições de eficácia da retórica da paisagem serão pensadas no próximo segmento.

### 1.2.2 Imaginário geográfico e eficácia retórica das identidades territoriais

*A retórica, como sempre, tem um significado político fundamental e o território pode ser lido como seu alicerce e produto.* Iná Castro (1996, p. 299).

Como assinalado anteriormente, a perspectiva de correlacionar regionalismo e paisagem não pode limitar-se a um tratamento epistemológico de explicação e tipificação de corte racionalista, devido à obrigatória mediação do imaginário geográfico. É preferível, ao contrário, que o seu alcance situe-se na interpretação do universo simbólico que participa das afirmações identitárias, em especial no modo como a natureza é instrumentalizada retoricamente para este fim. Parte-se do pressuposto que “uma das bases que pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico da identidade são os referenciais concretos aos quais ela faz referência para ser construída” (HAESBAERT, 1999, p.178). Dentre esses referentes incluem-se as paisagens<sup>42</sup>.

Uma avaliação geopolítica da paisagem do semi-árido indica sua vinculação aos termos do discurso regional e regionalista do Nordeste do Brasil, uma vez que este “[...] vai muito além da relação entre a natureza e a atividade produtiva, sendo mais evidente na relação entre a natureza e a produção de um imaginário político, socialmente equalizador e institucionalmente eficiente para a obtenção de recursos financeiros e de

---

<sup>42</sup> Para uma breve discussão sobre as abordagens de paisagem, imaginário e identidade territorial consultar: CASTRO (1997; 2000; 2001 e 2002), HOLZER (1997; 1999a) e HAESBAERT (1996; 1997 e 1999).

poder” (CASTRO, 1996, p.306, grifo nosso). Neste contexto, o ambiente semi-árido e o fenômeno das estiagens cíclicas ocupam lugar de destaque nos argumentos e imagens produzidos.

Porém, de que modo articular a dimensão estritamente política do regionalismo a um sistema de análise que pretende incluir o poder de simbolização emergente das circunstâncias e espaços imediatos da existência? Deve-se, em princípio, retomar a idéia do *laço* que se torna *lugar* (MAFFESOLLI, 1997, p.35). Da mesma forma que cada “sítio” possibilita certos entrelaçamentos específicos de idéias, vivências e sentimentos, todo imaginário social possui uma base territorial, onde a natureza desempenha com freqüência um papel basilar de estoque e repositório de signos e mitos. O surgimento de afinidades (sentir com) em *comunidades ecológicas* direciona os modos de pensar sobre o território e representá-lo, bem como as maneiras de agir. É o que Iná Castro traduz como forte interdependência sócio-espacial objetivada no imaginário social de conteúdo político e territorial.

Em seguida, devido a essa mesma proximia e às paixões inerentes às relações humanas, deve-se observar que a natureza e os conteúdos materiais do território consubstanciam múltiplas significações com as quais os seus habitantes se identificam, se conformam ou combatem. A regra é a atualização permanente de conteúdo e continente do imaginário social a partir das tentativas de correlacioná-lo com as experiências e práticas do espaço vivido, resultado da atividade cultural dos sujeitos. Portanto, as relações entre a concretude do estar junto e as afinidades dos discursos locais e regionais tornam-se passíveis de uma interpretação geográfica, uma vez que certas representações da natureza participam ao mesmo tempo da eficácia estética do regionalismo e da coesão de sentimentos identitários compartilhados localmente.

A trajetória da análise hermenêutica em busca das conexões comunicativas entre esses dois níveis do discurso de cunho territorial pode se inspirar na concepção clássica de Eric Dardel (1952) segundo a qual a vivência do espaço convida o homem a atribuir às realidades geográficas uma animação e uma fisionomia por meio das quais ele revive sua experiência humana, *interior* e *social*. Ora, animação sugere uma conotação de movimento (energia, circulação), de interpretação que toma a história em uma direção, enquanto fisionomia remete à tópica (lugar, paisagem, semblante). Uma

fisionomia somente adquire animação em dependência da maneira como os indivíduos descrevem e qualificam os cenários de suas ações, no que são informados pela sua vivência – interior, individual – dos códigos mais ou menos sedimentados de um imaginário – social, coletivo – pré-existente.

O acoplamento entre as experiências profundamente idiossincráticas e o mundo exterior é mediado primeiramente pela arte da co-habitação em um lugar e pelas maneiras de pensar daí resultantes. Ao mesmo tempo, não se deve deixar de reconhecer que este repertório encontra-se de alguma maneira inscrito no plano da *história das percepções sociais acerca da natureza sertaneja*. Como diz Cosgrove (1984, p. 296), toda paisagem é um produto social e cultural, um modo de ver projetado na terra, possuindo suas próprias técnicas e formas de composição. Portanto, para discutir as paisagens sertanejas deve-se reportar a estas “artes” de traduzir a experiência das relações dos sertanejos com a natureza, dentre as quais a retórica da paisagem. O contexto das argumentações que interligam o lugar à região inclui modos específicos de construção social de uma realidade marcada por algum tipo de liminaridade: ciclos climáticos e migratórios, transição ecológica, fomes epidêmicas, distância e cultura de relativo isolamento, implantação ou expansão acelerada da modernidade etc.

Esse caráter de liminaridade, herdeiro da idéia de fronteira<sup>43</sup>, é um elemento a ponderar na constituição do todo identitário “sertão”. Nísia Trindade Lima mostrou como o conceito de fronteira possui marcada especificidade no caso brasileiro, transitando desde o senso genérico de deslocamento espacial e expansão da colonização, incluindo até o caráter específico do sertanejo como “homem fronteiro”, produto do encontro do europeu com o indígena: “Os homens eram ‘fronteiros’, vivendo o encontro de hábitos, de etnias, de linguagens, em suma, de culturas” (LIMA, 1999, p.43). Tal idéia, se está presente no seio do pensamento nacional da temática sertaneja, não deixa de revelar-se através da percepção dos habitantes do semi-árido, para quem “o sertão é sempre mais longe” e o “sertanejo parece um bicho, tem a fala diferente”<sup>44</sup>.

Eventos históricos reforçaram esta percepção geral de espaço e homens fronteiros, desde a conquista e colonização até os dias atuais: a guerra justa contra os

---

<sup>43</sup> Sobre o conceito de fronteira consultar Aubertin (org.) (1988).

<sup>44</sup> Depoimentos de pequenos agricultores de Caruaru, março de 2003. Para a auto-avaliação do linguajar sertanejo pelos próprios sertanejos reportar-se a Lustosa Coelho (1998)

índios, conhecida como *guerra dos bárbaros* (o próprio nome é significativo de uma zona estrangeira), os quilombos que buscaram guarida no escudo de uma *outra natureza*, o ciclo do cangaço e dos movimentos ditos messiânicos – estes dois últimos até hoje causadores de incômodos na nossa historiografia<sup>45</sup>. Para não ficarmos no imponderável passado, há casos de incrível atualidade, sendo o mais evidente deles o “continuísmo” do discurso da seca como peça-chave do sistema político regionalizado, e as “soluções hídricas” apresentadas para “conquistar” definitivamente estas terras bravas. Incluem-se aí as grandes barragens e hidrelétricas que, a despeito de produzirem transtornos quando da transferência de cidades e populações inteiras, hoje são vistas como o triunfo da tecnologia. O debate sobre a transposição das águas do rio São Francisco continua alimentado pelo atual governo Lula, tanto quanto o foi durante os anos do governo Fernando Henrique Cardoso.

As relações entre natureza e imaginário mostram-se, na perspectiva que une o lugar à região via paisagem, tão relevantes quanto os grandes jogos econômicos e políticos através dos quais os homens mobilizam estratégias espaciais, avaliando seus custos e benefícios. Realça-se, assim, uma problemática propriamente cultural no cerne dos discursos regionalistas, sem contradição com seus aspectos mais estruturais. Uma vez que este debate extrapola os marcos da presente análise, basta que fique claro que o sistema de análise proposto toma como pano de fundo o regionalismo enquanto “expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões ou ao próprio Estado”, tal como define Castro:

Esse é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial. Se eliminarmos do conceito a idéia purista de defesa de interesses ‘da região’, percebemos que se trata, na realidade, de uma mobilização política em torno de questões e interesses de base regional, embora sua idéia-força possa ser, e quase sempre é, explicitada como defesa da sociedade regional.

O regionalismo supõe ainda identificação e coesão internas e competição externa para defesa de padrões, preservação ou obtenção de condições mais vantajosas. Portanto, como o território é a base fundamental para o exercício da soberania, qualquer Estado-Nação possui algum nível de tensão regional, latente ou manifesto (CASTRO, 1994, p.164-165).

---

<sup>45</sup> Veja-se Hoornaert (1998), Andrade (1998), Foot Hardman (1998), Facó (1991).

Evidentemente o suporte de qualquer fenômeno regionalista é a idéia de região, urdida para o todo ou para as partes de um espaço que é objeto de tensões, conflitos e interesses. A região, ainda segundo a mesma autora, reporta-se à materialidade de espaços naturais, econômicos, político-administrativos e culturais, mas funda-se *a priori* numa memória coletiva. Deste ponto de vista, sua espacialidade simbólica encontraria pontos de referência em objetos geográficos reconhecidos e vivenciados pelos habitantes.

Acontecimentos históricos, lugares significativos, mitos e paisagens alimentariam o repertório do imaginário social para manter as solidariedades horizontais e verticais e o sentido desses recortes territoriais. Os mecanismos retóricos presentes nas maneiras como as comunidades locais invocam um território de identidade, recorrendo a determinadas fisionomias de paisagens, contribuem ativamente para o fenômeno de *coesão interna*, imperativo ao regionalismo. Com efeito, se opiniões e mobilizações sociais tomam como base uma idéia de comunidade regional, elas adquirem incontornavelmente implicações políticas.

É assim que o estudo das identidades territoriais nordestinas é interpelado pela existência do semi-árido, um dos espaços brasileiros mais carregados historicamente de simbologias referentes à natureza e à política. A par das implicações de fundo, concernentes à mobilização política em torno de “interesses regionais”, evidencia-se a importância de encontrar os alicerces da atividade cultural dos sujeitos, pois aí repousaria a sedimentação de sentidos desses discursos enunciados a partir do/sobre o sertão. É possível realizar, por este caminho, uma leitura das simbolizações que dão suporte ou contradizem o regionalismo a partir das fontes locais.

Para Maffesoli, como foi visto, o portador do poder é aquele que cristaliza e equilibra a energia interna da comunidade com o meio sócio-ambiental. As categorias de análise do todo único *mundo material/imaginário social* comportam um componente espacial propriamente dito (a terra) e um componente político (o homem e suas paixões), dos quais resulta o imaginário geográfico. Isto é explicado por Castro da seguinte maneira:

Os objetos geográficos fazem parte do cotidiano individual e coletivo, participam da prática social que lhes confere valor simbólico. A natureza - praias, rios, montanhas, florestas, campos, planícies etc. - e

as construções - ruas praças, monumentos, bairros, quarteirões, cidades - transformam-se em imagens, caminhos e representações da alma coletiva. Estas representações geográficas constituem então um modo de ser, um modo de falar da Terra (CASTRO, 1997, p.178).

A perspectiva mais promissora aberta por esta abordagem é a possibilidade de estabelecer conexões entre o cotidiano da experiência geográfica e a produção de um *modo de pensamento e de expressão* referente ao sistema de ações e de objetos, quer dizer, desvendar o sentido das concepções, comportamentos e decisões que afetam a organização do espaço. Como diz Durand, “as estruturas verbais primárias representam, de alguma forma, os moldes ocultos que aguardam serem preenchidos pelos símbolos distribuídos pela sociedade, sua história e situação geográfica” (DURAND, 1998, p.91).

A retórica identitária do regionalismo é fortalecida através do imaginário geográfico, pois é dele que se alimenta ao mesmo tempo em que influi nas suas novas possibilidades narrativas. Tal interação resulta em simbolizações manifestas em “fisionomias de paisagens” que são “animadas” pelas “comunidades ecológicas” e por grupos mobilizados politicamente sob a égide do “interesse regional”, em escalas que costumam se combinar. Seguindo o mesmo raciocínio, imagens simbólicas trabalhadas pelas variadas formas deste fenômeno político incorporam a escala do lugar, mas também aquelas onde as identidades territoriais amalgamam solidariedades ampliadas (intra-estaduais, interestaduais, nacionais ou além).

No dizer de Berdoulay e Entrikin (1998, p.116), as identidades espaciais coletivas se manifestam em escalas bastante diversas, indo dos Estados Nacionais aos pequenos recortes sociais, moldando tanto espaços e meios quanto imagens difundidas pela política ou publicidade. A paisagem funcionaria como um “conjunto de dispositivos mnemônicos voluntários e inconscientes”, guardando a mágica da articulação escalar, ao unir locais aparentemente díspares na medida da sua maior verticalidade. A identidade espacial mediada pela paisagem só é compreensível se recorrermos à força e à dinâmica dos símbolos e das imagens que ampliam o cotidiano, conectando-o com esferas mais abstratas da existência. É este recurso narrativo, aqui denominado de “metonímia geográfica”, que será objeto de uma reflexão mais aprofundada no próximo capítulo.

O estudo da retórica identitária presente nas imagens metonímicas de um espaço impregnado de ideologia regional traz à consciência as bases da convencibilidade dos seus relatos fundadores, tecidos por componentes míticos e racionais. Quer dizer, não se deve perder de vista que a reflexão sobre as *potencialidades narrativas da paisagem* inserem-se num debate mais amplo, abarcando as construções identitárias de cunho regional. Por exemplo, sertão e Nordeste somente continuam existindo enquanto relatos coesivos mediante a interação entre um conteúdo historicamente cristalizado e a “força imaginal” que emerge constantemente em seus menores espaços de reposição de sentido. Origem da evidência de “realidade” que os recortes assim produzidos assumem, a retórica da paisagem é mobilizada por diferentes manifestações do regionalismo, a fim de fundamentá-lo e justificá-lo.

Durval M. Albuquerque Jr. (1999, p.21), apoiando-se em Gilles Deleuze e Michel Foucault, debruça-se de maneira muito rica sobre esta mesma questão. Ele apresenta, contudo, uma concepção idealista do problema, ao afirmar que a região é uma dada “visibilidade” e “dizibilidade” colocada à mostra pela “*maquinaria imagético-discursiva*” das relações de poder – desse modo, em sua perspectiva, as regiões são simplesmente produtos dos discursos regionalistas. Em resumo, para pensar o Nordeste seria necessário primeiro desconstruí-lo como artefato político, de modo a revelar a ideologia *strictu sensu* que lhe é subjacente.

De modo análogo ao que foi assinalado em vários estudos sobre a geografia humanista, as abordagens fenomenológicas e existencialistas pecam pelo excessivo peso da intencionalidade humana e pela conseqüente restrição do meio a um pano de fundo contextual (BUTTIMER, 1974; ENTRIKIN, 1976; BERDOULAY, 1988). Isto tende a se agravar nos estudos “regionais” não-geográficos, descomprometidos com a materialidade do espaço, como é o caso da história regional de Albuquerque Jr., ou ainda nas perspectivas centradas na economia e na ciência política. Nestes casos, chega-se ao extremo de resumir os temas míticos e as imagens simbólicas do Nordeste à saga cultural das suas elites, como faz Michel Zaidan Filho:

[...] vivemos o paradoxo de exaltar a cultura nordestina, num momento em que não há mais um nordeste, mas vários nordestes. Nada é mais dessemelhante da realidade do NE (*sic*) contemporâneo do que antigos emblemas, como cangaço, o messianismo, o velho engenho ou a seca. Esses temas pertencem à saga cultural-simbólica



das oligarquias nordestinas, nascidas com a revolução de 30, com o fenômeno da decadência econômica e social desses estamentos sociais (ZAIDAN FILHO, 1999, p.34).

Por mais que se reconheça a veracidade de afirmações contidas neste tipo de raciocínio, a submissão unívoca dos modos culturais de ver um espaço aos ditames econômicos e à epopéia histórica de classes e grupos sociais no poder é tributária de uma posição racionalista e iconoclasta. A profusão de trabalhos neste sentido é, sem dúvida, bastante rica, pecando apenas pela redundância de suas conclusões. De maneira específica, a idéia de região fica restrita ao resultado de disparidades econômico-sociais somadas à produção discursiva de uma identidade cultural pelo trabalho da arte. Ou seja, mera construção simbólico-cultural determinada sumariamente pelo desenvolvimento capitalista (ZAIDAN FILHO, *ibid.*, p.33)<sup>46</sup>.

O trabalho de Albuquerque Jr., uma pesquisa sobre a essência da cultura nordestina de auto-discriminação, declina sabiamente desse estruturalismo econômico, que se encontra substituído, sem embargo, pela preeminência da dimensão político-ideológica. Existe uma preocupação explícita do autor em se afastar de uma abordagem economicista ao afirmar, sobre seu livro, que este...

[...] pretende levantar as condições históricas de possibilidade dos vários discursos e práticas que deram origem ao recorte espacial Nordeste. Longe de considerar esta região como inscrita na natureza, definida geograficamente ou regionalizada “pelo desenvolvimento do capitalismo, com a regionalização das relações de produção”, que é outra forma de naturalização, ele busca pensar o nordeste como uma identidade espacial, construída em um preciso momento histórico [...] como produto do entrecruzamento de práticas e discursos “regionalistas”(ALBUQUERQUE Jr., 1999, p.22).

Seu ponto de vista apresenta-se nuançado pela idéia de território existencial, embora ele não tome propriamente o espaço geográfico e a natureza como categorias de análise, limitando-se a verificar os modelos de meio/território nos discursos da arte, denunciando uma retórica trágica comum a todos. Assim, “des-naturaliza” a região e a

---

<sup>46</sup> Michel Zaidan assim define região: “[...] cumpre reconhecer que a existência das ‘regiões’ se deve às imensas disparidades econômico-sociais de um determinado espaço geográfico, submetido à dinâmica de acumulação capitalista. A problemática ‘regional’ é, assim, o resultado de formas diferenciadas de inserção das diversas partes deste espaço no mercado capitalista. Dessa forma, é possível dizer que a ‘região’ não é uma positividade geográfica, mas ao contrário, um produto sócio-cultural das disparidades geográficas no processo de desenvolvimento econômico do capitalismo” (ZAIDAN FILHO, *op. cit.*, p.33). A isto ele junta o trabalho discursivo da cultura e as políticas de desenvolvimento regional.

tangencia como produto de uma “intriga” (trama de imagens e falas tecidas nas relações sociais). Todavia, o problema da relação homem/ambiente não merece ser varrido para debaixo do tapete, pois, como diz Howard Becker, “não resolvemos ou nos livramos de um problema ignorando-o; fazendo-o apenas deixamos que seus efeitos operem sem serem observados e criem dificuldades desconhecidas para o nosso empreendimento científico comum” (BECKER, 1997, p. 46).

Ora, para a geografia o espaço regional é um híbrido: pode ser visto tanto como um recorte resultante de características naturais diferenciadas, e que permitem distinguir subconjuntos relativamente homogêneos em relação a algumas propriedades selecionadas, quanto fruto das atividades humanas. Nesta última esfera é também um espaço organizado pelo poder político e no qual os homens investem seus sonhos e crenças (CLAVAL, 1999a). Mas como Albuquerque Jr. teme profundamente o discurso ambiental e suas derivas deterministas, evita o diálogo com as teorias geográficas, desperdiçando novas possibilidades epistemológicas de explicação.

Sem voltar ao debate sobre as limitações da noção de ideologia subjacente a essa abordagem, é mister denotar a interessante convergência da impressão de reciprocidade entre a enunciação do discurso e o território, bem como da inseparabilidade entre espaço e política, apesar da parcialidade de sua interpretação:

Nós, os nordestinos, costumamos nos colocar como os constantemente derrotados, como o outro lado do poder do Sul, que nos oprime, discrimina e explora. Ora, não existe essa exterioridade às relações de poder que circulam o país, porque nós também estamos no poder, por isso devemos suspeitar que somos agentes de nossa própria discriminação. [...] Os discursos não se enunciam a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem. O discurso regionalista não é emitido a partir de uma região objetivamente exterior a si, é na sua própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta. Ela é parte da topografia do discurso, de sua instituição (ALBUQUERQUE Jr., *ibid.*, p.21-23).

Porém, desde que esta *mise-en-scène* (texto e imagem) não seja tomada necessariamente como uma dissimulação ou ornamento que falseia o real perante os olhos ingênuos da sociedade, ela pode conter contradições, conflitos, desejos reprimidos e pulsões, incluindo até mesmo dispositivos estratégicos de dominação, como quer de forma exclusivista o pensamento do supracitado autor.

Neste momento, uma discordância básica deve ser apontada: a referência fundamental da geografia à natureza e ao espaço garante que os elos afetivos entre os indivíduos e os lugares possam operar um papel mais positivo e biunívoco no estabelecimento dum imaginário social e de seus componentes geográficos, o que parece ter sido ignorado (ou antes, negado taxativamente) na tese de “*A Invenção do Nordeste*”. Como já foi mostrado, é também na compreensão das possíveis formas narrativas de uso de aspectos particulares da natureza que se delineiam os contornos do imaginário coletivo de cunho regionalista. A natureza não merece ser varrida para debaixo do tapete pelo receio de naturalizar a região e as visões do regionalismo!

Aliás, Rafael W. Ribeiro (2001; 2002) demonstrou isto muito bem em relação ao papel do conceito de semi-aridez na emergência do Nordeste como uma região carregada de sentidos. Numerosas contribuições recentes apontam a atualidade do tema alhures, recebendo atenção crescente de cientistas, autoridades e movimentos sociais. A questão hidrológico-regional na Península Ibérica - quer seja no plano das idéias, das políticas públicas ou das mobilizações territoriais envolvidas - é bastante ilustrativa do quanto o imaginário da água é um elemento fundamental, por exemplo, no planejamento de uso e gerenciamento dos recursos naturais<sup>47</sup>.

As posições que desconsideram ou escamoteiam o papel ativo do mundo natural são em grande medida, e de forma compreensiva, uma reação ao mecanicismo legado pelo determinismo geográfico, tanto no senso comum quanto no pensamento científico – e que freqüentemente ainda se faz presente sob o guarda-chuva do discurso “ambientalista”<sup>48</sup>. Na análise de Berdoulay (1988, p.58-66) o discurso “ambientalista” consiste basicamente em valorizar o papel do meio ambiente no funcionamento e na evolução da sociedade, havendo grande variedades de temas que se combinam em quatro grandes tipos de argumentação: o *determinismo do ambiente*, que consiste na influência quase mecânica do meio sobre a composição da sociedade; o *ambiente-controle*, vertente que propugna que o meio concede apenas limites à ação humana; o *ambiente-modelo*, que visa buscar na natureza o exemplo de ordem que deve ser imitado pelos homens e, finalmente, o *fator ambiente*, que pretende tomar o meio como

---

<sup>47</sup> Ver a esse respeito Drain (1996), Clarimont (1996), Moral (2000).

<sup>48</sup> Tomado aqui no sentido de “determinismo ambiental” (a partir do francês *environnementaliste*) e não em referência aos movimentos sociais e políticos.

um simples elemento de “perturbação” das configurações abstratas concebidas pela racionalidade em um plano isotrópico.

A predominância de escolas de pensamento baseadas nestas concepções da relação homem-meio desacreditou grande parte da produção geográfica. Pode-se considerar como plausível que exista de fato uma herança epistemológica e discursiva responsável pela renitência de um certo “imaginário da determinação natural”. Mas isso extrapola mesmo a geografia, conduzindo mais uma vez às ideologias enquanto objetos de estudo, ao invés de apenas acusar a sua existência como deformação da realidade.

Uma postura que tome para si os problemas da conceitualização das relações homem-meio não implica na concordância com as idéias e escolas de pensamento que tomaram o papel do ambiente como preponderante. Também não é objetivo desta pesquisa uma releitura do determinismo por intermédio das ciências do imaginário. Somente são identificados aqui mais dados do universo discursivo sobre as interações sociedade-natureza para os quais deve ficar atenta uma geografia preocupada com as representações do meio pelos seus habitantes.

No plano do pensamento científico, não é por acaso que Durand, em afirmações que parecem confirmar o papel da curiosidade geográfica descrito por Wright, ressalta o papel da imagem como “embrião imaginário da criação científica” e “regra particularizadora de um lógica, de uma estratégia, até de um método de invenção” (DURAND, 1998, *passim*). Mas ele o faz apenas para ressaltar o papel direcionador dos *thêmata* (pressupostos temáticos ou sistemas de imagem) na orientação das descobertas da ciência.

O determinismo ambiental imprimiu e divulgou com indesejável durabilidade armadilhas conceituais presentes em diversos ramos da ciência, aprisionando o discurso em torno de seus temas viciados; no entanto, sua contestação não pode cair no extremo oposto, numa fenomenologia onde tudo é representação ou no desconstrutivismo da “*geografia de ruínas*” – as tentativas de retirada dos mínimos traços da ação do meio podem resvalar, com frequência, num determinismo às avessas.

O criticismo das abordagens existencialistas, como a de Albuquerque Jr., serve antes de tudo para nos fazer lembrar, mais uma vez, do convencionalismo e dos vieses que a ciência carrega, a despeito desta se querer totalmente neutra e imparcial

(ENTRIKIN, 1976). Isto é válido desde que não se caia na tentação simplista de afirmar que tudo é produto do preconceito. Os contrastes econômicos, sociais e naturais entre o Nordeste seco e o resto do país parecem ter adquirido “por si sós” uma eloquência dificilmente contestável porque são, em grande parte, de fácil constatação. O impacto e recorrência de suas imagens-força é, sem dúvida, de um grave empecilho para pensar a região diferentemente. No entanto, a lacuna maior permanece em incluir tais aspectos da realidade em outros sistemas explicativos que prescindam da trama de relações mecanicistas de causa e consequência entre a natureza e a sociedade, e jamais na desconsideração total das características ambientais.

Ocorre que no caso do Brasil as diferenciações físicas do meio geográfico, inevitáveis face à sua gigantesca extensão territorial, escamoteiam outras diferenças (CASTRO, 1992, p.16), o que pode levar alguns autores, de maneira percebível, a ensaiar reações balizadas na negação ou desvalorização do papel do ambiente. É ponto pacífico que as interpretações de causa e efeito supervalorizaram limites e potencialidades ambientais, “naturalizando” as diferenças entre as regiões, o que deve ser visto como uma das origens dos seus estereótipos. Entretanto, contra este engessamento dos recortes regionais (hoje oriundo particularmente das ciências naturais) a geografia admite largamente a modificação das estruturas econômicas, políticas e culturais no decorrer do tempo, isto é, numa perspectiva histórica. As questões retóricas se impõem, visto que a identidade, sem dispensar o peso de uma referência “real” (paisagem, recorte territorial, lugar etc), necessita de grande eficácia operatória:

Uma das características mais importantes da identidade territorial, correspondendo ao mesmo tempo a uma característica geral da identidade, é que ela recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência ‘condense’ a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais. A (re)construção imaginária da identidade envolve portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade (HAESBAERT, *op. cit.*, p.180)

Mesmo assim, a dinâmica de significados atribuídos às estruturas selecionadas não pode ser vista como sinônimo de fluidez completa: por exemplo, a dimensão da cultura é lenta e produz latências significativas, as quais operam para manter a

estabilidade dos sistemas de crenças e valores; a semi-aridez é uma característica natural deste espaço, quer seja valorizada positiva ou negativamente etc.

É preferível sublinhar, então, que o espaço se potencializa por conter os símbolos do imaginário social e ser ao mesmo tempo um componente deste (forma formante), donde a natureza ocupa um lugar jamais negligenciável (CASTRO, *op. cit.*, *passim*). Os exemplos são tão numerosos que seria inútil numerá-los, bastando uma referência ao imaginário da água, que é indelével nas regiões semi-áridas, sem que se possa fechar os olhos a sua interação com a disponibilidade e distribuição concreta dos recursos hídricos. O perigo de uma análise regional da cultura restrita à “distribuição espacial de sentidos” reside em supervalorizar a linguagem ao mesmo tempo em que nega qualquer papel ativo ao ambiente, baseando-se na crença de que “a história destrói as determinações naturais” (ALBUQUERQUE Jr., *op. cit.*, p.23).

Há ainda outras observações cabíveis quanto ao sentido desconstrutivista de tomar uma região como criação imagética e textual da espacialização das relações de dominação. O caráter de insegurança ontológica da pós-modernidade – antes que de ruína identitária – resulta em que haja uma redefinição das formas do pensar, do falar e do olhar em todas as camadas da sociedade. A geografia contida e projetada no imaginário social, evidenciada em processos visíveis e subjetivos, deve ser interpretada como componente do discurso identitário, e não apenas fabulação do poder cimentado pela produção de um saber. Em decorrência de a identidade incluir as paixões e contradições humanas ela não pode resultar em algo monolítico. Seus “deslizamentos” – para continuar empregando a terminologia de Hall – resultam justamente na visualização territorial do “quem somos nós?” cambiante ao longo da história e plural em cada momento, refletindo a experiência de grupos e indivíduos. A idéia de *maquinação* geral e definidora de uma região perde força.

Continua válido, entretanto, afirmar que o modo como a natureza é percebida pelos sujeitos individuais e coletivos pode ser avaliado precisamente nas suas confluências com os modos de expressão fundados no imaginário e consagradas através da cultura. A instrumentalização do imaginário para informar ações políticas é capaz, decerto, de transformá-lo em fantasmagoria, mas isso não justifica que ele se resuma a um recurso negativo – as construções simbólicas fazem parte, como já foi dito, dos

jogos de interesses dos grupos humanos fundados no paradoxo da necessidade social do estar junto, fonte também de inevitáveis tensões e conflitos.

O sentimento de ser nordestino e sertanejo incorpora em graus diferenciados uma dubiedade reforçada pelos esquemas explicativos da condição regional. Assim, o sertanejo é ora atormentado pelo sol e pela terra, ora agraciado pela natureza; ora explorado pela elite dominante, ora orgulhoso da cultura local e das personalidades que se projetam no espaço nacional. Do conagraçamento dessas antíteses parece resultar a condição nordestina, sendo os contrastes mais fortes encontrados no interior semi-árido.

Em todo o caso, o conagraçamento dessas antíteses pode conduzir a algumas teorias e representações de tendência homogenizante. As utopias de redenção tecnológica, baseadas na ideologia do progresso técnico (irrigação, transposição de bacias etc) são, elas próprias, o resultado de uma combinação específica entre limitações e potencialidades do meio e o imaginário social, por vezes apresentadas como um determinismo geográfico às avessas.

Os cenários freqüentemente bicromáticos que são pintados para a região semi-árida do Nordeste realimentam identidades lendárias. As diferenças correm o risco de ser falsamente amplificadas, sendo cada vez menos toleradas em função da exacerbação dos estereótipos. Daí o Nordeste, e especificamente o semi-árido, continuar a ser visto como uma região atrasada, prisioneira do passado e tão apartada do resto do país pelo tempo quanto pela natureza deserta, desde que Euclides da Cunha “isolou” os sertões no final do século XIX:

[...] mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos (CUNHA, 2002, p.317).

É preciso uma visão totalizante para que a região possa se reconhecer e ser reconhecida como “Brasil moderno”, no sentido de contraditoriamente integrada às dinâmicas de tempo e espaço contemporâneas. Mesmo porque nossa modernidade se cruza com o “barroquismo” da cultura latino-americana, resultando em diversas modalidades de violência contra o homem e a natureza. É, assim, uma modernidade barroca, que caminha assentada em paradoxos: diz José de Souza Martins (1993, p.22)

que “na América Latina se desenvolveu – e é essa uma clara herança ibérica – o poder oligárquico, uma forma barroca de poder. A cara das oligarquias é uma cara moderna [...] no século passado eram liberais, mas tinham escravos. É esse o nosso barroquismo: viver em contradição”.

O tráfico de drogas, por exemplo, une as caatingas de Cabrobó e as ilhas do São Francisco às favelas cariocas e violentos subúrbios paulistanos e recifenses, todos parte do comércio ilícito de entorpecentes no plano global. A incorporação dos descendentes daqueles “patrícios anacrônicos” de “*Os Sertões*” ao Brasil, atual “potência regional da economia-mundo”<sup>49</sup>, tem ocorrido de diversas maneiras. A fragmentação não significa necessariamente isolamento, ou melhor, o isolamento relativo pode ser parte do processo de mundialização do lugar:

O processo de reprodução das relações sociais que vem ocorrendo, hoje, não invalida o fato de que o lugar aparece como o fragmento do espaço onde se pode apreender o mundo moderno, uma vez que o mundial não suprime o local. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular (CARLOS, 1996, p.29, grifo nosso).

Portanto, como avaliar as permanências daquilo que tem sido articulado ao longo da história como o conjunto dos elementos identitários locais, regionais e nacionais? Um dos exemplos contemporâneos, apesar de não restrito à zona de caatingas, é paradigmático – *curibocas* e *gaúchos* nos cerrados nordestinos. Rogério Haesbaert realizou um instigante estudo em que aborda a formulação do que chamou “*identidade são-franciscana*” no oeste baiano, a partir da recente superposição de uma *rede regional* de valores culturais sulistas sobre territórios de antigas raízes identitárias sertanejas e dos Gerais Goianos. Vale transcrever:

[...] o discurso pela criação do estado do São Francisco acaba partindo de argumentos genéricos onde a construção de uma identidade sócio-territorial de bases regionais, integrando as dimensões histórica e geográfica, é um dos elementos mais relevantes. Considerando que o papel dos sulistas, com sua base cultural distinta, é hoje preponderante nas transformações sócio-culturais em curso no oeste baiano, esta (re)construção de uma identidade são-franciscana revela-se de antemão muito ambígua e virtualmente conflitiva, retomada muitas vezes como forma de demonstrar aos “tradicionalistas” gaúchos a força das tradições e da história locais. Diante da visão simplista de muitos sulistas que nivela todos os baianos na categoria de

<sup>49</sup> Na interpretação de B. BECKER e C. EGLER (1993) este é o legado geopolítico da modernização conservadora do Brasil no período militar.



nordestinos, associada por sua vez à descendência africana, muitos baianos do oeste, mais identificados com a vida do sertão semi-árido e seus “cabras-vaqueiros” ( na expressão de Wilson Lins) do que com a cultura afro-brasileira do Recôncavo, acabam por reafirmar essa diferença, tentando reviver os mitos do sertanejo que é “antes de tudo um forte” e forjar uma identidade moldada pelo modo de vida ribeirinho do São Francisco (HAESBAERT, 1996, p.396-397, grifo nosso).

Mais adiante, conclui o mesmo autor sobre os argumentos utilizados para justificar a separação da região a oeste do rio São Francisco em um novo estado da federação:

Além dos argumentos históricos, são muitos também os de caráter geográfico, mostrando inclusive a atualidade do discurso da mais tradicional geografia política. Eles são encarados tanto positiva - o tamanho, as ‘riquezas naturais’ - quanto negativamente - a distância, o isolamento (pela dificuldade de acesso ou pelo ‘abandono’ do poder público) (HAESBAERT, *ibid*, p.399-400).

É certo que a esmagadora maioria dos argumentos e contra-argumentos correntes nestes discursos pretensamente identitários tem sua origem nas elites regionais – e são, muitas vezes, embates contaminados pelas estratégias visando maior obtenção de recursos face ao poder central (CASTRO, 1992). Isto é inquestionável, mas o que nos interessa compreender aqui é o que possibilita, no plano do lugar e do cotidiano, a produção e corroboração das visões subjacentes a esse tipo de discurso. Além de escalas, no sentido tradicional, trabalharíamos com diferentes dimensões do mundo percebido<sup>50</sup>.

De que maneira o cruzamento de percepções variadas pode ajudar a entender as (re)atualizações do processo de incorporação de um vasto e diversificado espaço ao imaginário de sertão? Devemos considerar as representações dos sujeitos sociais e o próprio discurso científico, além do político. Assim, estaremos contribuindo para desvendar aquela “lentidão na história” que tanto perturba o espaço sertanejo e alimenta o problema regional. Não se deve temer que as mazelas e potencialidades do semi-árido

---

<sup>50</sup> “[...] a escala introduz o problema da polimorfia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversos” (CASTRO, 1995, p.138). É esta escolha de escalas um conjunto de recortes que visa recompor a imagem do Nordeste no quadro geral da nação.

nos atirem, de modo inescapável, de volta às *sombras da natureza* – das quais temo-nos esmerado em fugir<sup>51</sup>.

É claro, por outro lado, que a diversidade regional pode ser concebida para além de sua base fisiográfica. Assim, ela é vista, como expressão e resultado de identidades territoriais (o que inclui a imaginação geográfica), bem como um conjunto de ações concretas da administração política do território. De acordo com Castro,

[...] o exercício do poder público pode inibir ou estimular identidades regionais, assim como forjá-las. Poderíamos dizer que a região é modelada pelas imposições objetivas da natureza e da sociedade, e redefinida pelas imposições subjetivas das relações de poder (CASTRO, *op. cit.*, p.34).

Isto significa, sem dúvida, que enquanto um espaço vivido a região é consubstanciada tanto pela territorialização das relações sociais como pela simbolização da natureza. Como já sugeriu Maffesoli, a comunidade tem necessidade de colocar-se em “estado de religião”, organizando-se em torno de uma imagem comum, cujo poder influencia a estabilidade do próprio conjunto social. O resultado prático da simbolização territorializada é uma coleção de nichos, ou limites identitários, que se delinea através de contrastes como compartilhar/diferir, pertencer/desvincular, proximidade/distância, todos eles relativizados pela noção de escala e pela permanência da pulsão integradora da política. A tendência dos habitantes locais em se definir mediante o estabelecimento de discursos contrastantes desde os lugares circunvizinhos até a escala dos espaços biográficos é sintomática desta territorialização da auto-imagem.

Algumas ilustrações: para os habitantes do São Francisco pernambucano a afirmação “sertão mesmo é o sequeiro brabo”, consiste num nicho que se contrapõe ao “paraíso sempre verde da beira do rio”; da mesma maneira, para os agrestinos de Caruaru “agreste é perto e diversificado”, enquanto “sertão é distante, vazio e só tem bode”. No entanto, quando se trata de falar do problema das secas, “sertão e agreste são

---

<sup>51</sup> Ao analisar a obra “Raça e História” de Claude Lévy-Strauss, Jean Puillon ressalta a importância das ideias do antropólogo para desmontar o pensamento etnocêntrico que dominava a sociedade na primeira metade do século XX. Acreditamos que este pequeno libelo contra as teorias deterministas e racistas mantém-se bastante atual e útil ao tratamento das relações entre sociedade e natureza (LÉVY-STRAUSS, 1989, posfácio).

a mesma coisa: terras maltratadas, esturricadas”, havendo então uma associação semântica prenhe de intencionalidade integrativa.

Processos idênticos ocorrem no interior de cada subespaço considerado, independente da escala: no Agreste de Caruaru “brejo é uma serra onde chove muito, tem lavoura verde o ano inteiro”, ao passo que “agreste são as baixas secas, onde só tem caatinga e lavoura de inverno”, adquirindo todos os qualificativos relacionados ao sertão (território deserto, inculto, seco). Mas quando se pensa no município, “Caruaru não é sertão, é agreste. Sertão é muito longe e muito mais seco”. Esta impressão geral dialoga com as informações “bombardeadas” pela propaganda de ações governamentais no rádio e na televisão, daí a afirmação de que “o sertão era pior do que o agreste, mas o governo ajudou a melhorar” (com obras hídricas). Por outro lado, “o agreste está mais esquecido (pelo governo) do que o sertão”, uma vez que os caruaruenses não conseguem enxergar no plano local as paisagens verdejantes propaladas pelos “reclames” televisivos.<sup>52</sup>

Cabe aqui arrematar que o poder dos representantes políticos assenta-se sobre a “energia agregadora das menores escalas dos espaços da sociabilidade” (CASTRO, 1997, p.185). Esta capilaridade permite-os estabelecer as ligações com as outras esferas de poder. No Nordeste seco, os homens políticos têm demonstrado buscar essas energias agregadoras mergulhados de tal forma no universo da imaginação geográfica sertaneja que hoje se torna difícil reconhecer o que é marca ou matriz nas paisagens produzidas e sonhadas na e para a região. Isto faz parte do desafio incontornável que temos pela frente enquanto brasileiros e nordestinos.

Superar este problema consiste em buscar elementos que apontem para uma não-submissão automática a esses olhares verticais disfarçados de laços identitários. Ou melhor, para conferir um papel ainda mais ativo aos habitantes locais, deve-se ressaltar os novos jogos de imagens que brotam da vida cotidiana. A elaboração de visões senão autônomas ao menos “inconformistas”, pode contribuir para dissociar o que de fato queremos como parte de nossa orgulhosa identidade nordestina e sertaneja daquilo a que nos convenceram a ser e que continuamos aceitando como base para pensar a região. O papel das metonímias e sinédoques corporificadas em certas paisagens

---

<sup>52</sup> Todas as expressões entre aspas foram recolhidas durante o trabalho de campo entre fevereiro e julho de 2003.

sertanejas, guardando significativo poder de articulação e representação de certos territórios e conjugando de modo plural sentimentos identitários e imaginário geográfico será aprofundado no capítulo que se segue.

## CAPÍTULO 2

## 2 DO IMAGINÁRIO À ABORDAGEM HERMENÊUTICA DA PAISAGEM COMO METONÍMIA GEOGRÁFICA

A experiência que os homens têm da natureza e do espaço, bem como as maneiras pelas quais eles os modelam de acordo com suas necessidades e desejos, é cada vez mais mediada por um imaginário geográfico prenhe de imagens que mesclam o provincianismo e o universalismo, tendências antitéticas do mundo contemporâneo. Apesar da importância crescente dos sistemas simbólicos da imagem, persiste na geografia uma forte tendência iconoclasta em minorar este dinamismo.

Há, entretanto, um conceito-chave na disciplina que, através de uma releitura crítica, tornaria possível trabalhar empiricamente o simbólico: se a natureza do espaço é ontologicamente nosso investimento último, sua apreensão via *paisagem* pode ser um caminho para se chegar ao entendimento do concreto mediante a inclusão do imaginário como processo fundamental de compreensão dos fenômenos materiais.

A angústia epistemológica que serve de inspiração à presente investigação pode ser assim enunciada: será que as teorias geográficas lidam com a totalidade de questões que englobam o saber e o fazer geográficos do homem, quer dizer, a geografia como conhecimento e prática social em relação ao espaço, como *geosofia*? Para um início de resposta, toma-se aqui a inspiração advinda das ciências sociais e segundo a qual uma “sociologia” do método é o caminho, como propugna Howard Becker (BECKER, 1997, p.25-26). Assim, aventa-se que os problemas e restrições dos enfoques geográficos (clássicos ou críticos) não podem ser superados através de métodos de pesquisa cada vez mais rigorosos, tecnicamente sofisticados e restritivos do universo em estudo. Seria preciso considerar certas opções e definições (por exemplo, a escolha ou a montagem de um conceito de paisagem ou a consideração mais próxima de variáveis ambientais) como um problema decorrente da própria caracterização da atividade científica, sendo que esta é parte da organização da atividade humana.

Neste sentido, uma sociologia da atividade científica – e por extensão uma sociologia do método geográfico mostrou-se um pressuposto indispensável para se

atingir uma “autoconsciência aumentada”<sup>53</sup> em relação aos objetos e métodos de estudo, como vem sendo realizado desde os itens anteriores.

Deste modo, Colocou-se como ponto-chave do desenrolar da pesquisa a compreensão das contingências do método e da relação entre pesquisadores, e dos pesquisadores com os sujeitos potenciais de estudo. Becker sugere que problemas de método são sempre relativos à mencionada organização da relação entre pesquisadores e as pessoas que estudam, e das relações entre várias categorias de pesquisadores na produção de resultados. Ao explicitar esta postura, parece dizer que qualquer pesquisa, inclusive as que não envolvem a princípio uma intencionalidade de recriação metodológica, são contribuições efetivas para tanto.

Estudar os métodos de fazer pesquisa geográfica seria assunto de todo geógrafo. Contudo, sente-se que há uma cisão efetiva entre o teórico do espaço e o geógrafo de campo. O retorno aos trabalhos empíricos no contexto de um espaço vivido, poderia ser o início de um novo ciclo. A oportunidade de estudar a relação entre paisagens vernaculares, saber geográfico e identidades territoriais do (e no) semi-árido Nordestino tornou-se possível a partir do desenvolvimento das questões referentes ao imaginário, precedentemente abertas, e ao longo da pesquisa a hipótese da paisagem-metonímia veio a ser esboçada enquanto uma contribuição teórica para a geografia cultural.

Tal abordagem apenas mostrou-se possível no contexto de uma hermenêutica re-instauradora do mito, onde trabalhar os simbolismos não significasse o caminho oposto de abandonar a racionalidade, mas sim de ampliar as possibilidades de enquadramento dos domínios explicativos da base material, contemplando sua indelével transcendência evocativa. Partindo dessa premissa filosófica, tentar-se-á no presente capítulo uma re-elaboração conceitual da paisagem enquanto retórica geográfica.

---

<sup>53</sup> A expressão é, ainda, de Howard Becker.

## 2.1 Paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnosiológica

A consideração do imaginário geográfico como alicerce da análise de identidades territoriais convoca um interesse especial pela paisagem enquanto fruto da retroação homem-espço. Com efeito, a geografia tem pretendido compreender através desse conceito a existência humana na Terra, abarcando simultaneamente as dimensões da forma (a compleição do mundo) e do significado (os valores, sentidos e juízos atribuídos às coisas). Resta estabelecer mais precisamente como a paisagem viria a ser reveladora de uma racionalidade metafórica que preside o conhecimento concreto do mundo, tornando-se mister apontar, justificar e aprofundar de que modo ela pode operacionalizar um estudo sistemático da cognição humana em relação ao meio. Para isto, é necessário o respaldo de alguns marcos epistemológicos, sem pretender esgotar este que é um dos assuntos mais debatidos na disciplina até os dias de hoje.

Enquanto instrumento de apreensão do espaço pela geografia, a paisagem representa uma de nossas mais ricas tradições, e também mais profundas querelas<sup>54</sup>. Para Edvânia T. A. Gomes,

O aporte da paisagem, comportando cumulativa e polêmica diversidade de entendimentos de procedências objetivas e subjetivas, repercutiu particularmente no âmbito da geografia, no seu reconhecimento, de um lado, como temática difusa e vaga, e de outro, em recrudescimento de posturas herméticas e radicais, restauradoras do imbricado dualismo sobre o qual se assentam as bases do conhecimento geográfico (GOMES, E. 1997, p.36).

Como disse anteriormente, concebo aqui paisagem enquanto uma dinâmica de formas e um símbolo que necessita de permanente atualização. Tomada deste modo, ela permite desvendar como o imaginário da natureza é codificado culturalmente, pois guarda um rico processo retórico que pode ser fundamental para compreender a conexão entre pensamento e imagem. Antes de entrar neste último aspecto, centro de interesse do presente trabalho, lanço um breve olhar sobre a formulação do conceito na busca incessante de um objeto para a geografia.

---

<sup>54</sup> Tentando compilar o conteúdo conceitual e contextual dos diversos usos da categoria “paisagem”, o geógrafo alemão Gerhard Hard (1992) identificou nada menos que 11 tipologias de entendimento sobre o assunto, reunindo, segundo Edvânia T.A. Gomes, as diversas teses desenvolvidas pelo conhecimento geográfico e áreas afins. Sobre os conteúdos destas definições verificar Gomes, E. (1997, p.38-45).



Na verdade, a paisagem é um objeto em permanente construção, não só na geografia como no seio de ciências afins. O grande interesse pelo tema decorre da curiosidade geral que envolve a constatação de variações espaciais dos fenômenos na superfície da Terra. Para os geógrafos, contudo, sua constituição e elevação ao fulcro do mais alto interesse confunde-se com o próprio desenvolvimento da disciplina enquanto um moderno saber sobre o mundo.

É importante remarcar a existência de relações muito antigas e persistentes entre arte, sensibilidade e conhecimento paisagístico ordenado, dentre as quais sobressaem-se as tradições do Oriente<sup>55</sup>. Entretanto, há uma aceitação quase consensual por parte dos estudiosos de que as representações pictóricas de paisagens – quase sempre herméticas e alegóricas – permaneceram no campo da mitologia até o advento do Século das Luzes na Europa. A partir daí se teria inaugurado um período de enorme esforço em conceber o espaço e a natureza com “realismo”, resultando pouco a pouco na maior delimitação entre arte e ciência, fazendo surgir o campo da geografia.

Como foi visto, muito se tem enfatizado a prévia conformação do olhar europeu pela arte, processo acionado no Renascimento e que teria marcado o surgimento da paisagem no cruzamento das representações pictóricas, do gosto pelas viagens e da geometrização da natureza. Na segunda metade do século XIX a Universidade conferiu a este objeto o papel definidor de uma área do conhecimento que seria alcunhada de “*Ciência da Paisagem*” (LACOSTE, 1977, p.13), o que demonstra a sua importância no seio da constituição da disciplina.

Segundo Denis Cosgrove (1998, p.99) “a paisagem está intimamente ligada a uma nova forma de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho” – um saber operativo que surgiu para guiar de modo eficaz as ações humanas no meio ambiente. Assim, pode-se dizer que a ciência geográfica se estabeleceu mediante a transformação de uma sensibilidade artística em visão prática do mundo, bem de acordo com o espírito científico da aurora da modernidade. No intercurso entre seu surgimento e as diversas tentativas de instituição epistemológica, a noção de paisagem não cessou de se sofisticar, como denota Werther Holzer:

---

<sup>55</sup> Reportar-se, por exemplo, à obra de Augustin Berque: “*Les raisons du paysage. De la Chine antique aux environnements de synthèse*” (1995a).

[...] a geografia acadêmica e um conceito acadêmico de ‘paisagem’ têm uma origem simultânea e comum, origem que amplia em muito a concepção primeira de ‘paisagem’ no pensamento ocidental, surgida no renascimento, associada a novas técnicas de representação do espaço, a partir da projeção em perspectiva baseada em um ou dois pontos de fuga, que renovaria os princípios da pintura e das demais técnicas artísticas que se propõem a reduzir o espaço a apenas duas dimensões (HOLZER, 1999a, p.151).

A afirmação da geografia acadêmica decerto afastou-se da clássica concepção renascentista de “cena” que pode ser observada com um “golpe do olhar”, porém a transição duma esfera puramente artística de registro e representação, no século XVII, para a “descoberta científica” da paisagem no fim do século XVIII e, sobretudo, no XIX deixaria uma herança de múltiplos entendimentos incorporados a este grande pilar da disciplina (CLAVAL, 1974, p.34; LACOSTE, *op. cit.*, p.7). A geografia veio para tornar mais bem conhecida a multiplicidade de cenários que a natureza havia criado, e nos quais se poderia constatar a harmonia da vida humana na face da Terra.

O compromisso de descrever a interação homem/meio ambiente através de métodos cada vez mais rigorosos e reconhecidamente científicos suplantou a atitude contemplativa e os sentimentos, na medida em que se tornara imperativo recorrer à razão e à lógica para determinar as leis do funcionamento do mundo, pretensão de todo cientista. O desafio de encontrar relações causais entre os fenômenos e prever o seu comportamento, ensaiando uma explicação geral, marcaria grande parte da nascente produção acadêmica com os avatares da abordagem determinista.

Mesmo assim, na incipiente Geografia científica, “o geógrafo era um observador da natureza que experimentava ao mesmo tempo um prazer estético, mas também um prazer intelectual de compreender leis naturais”, como salientou Paulo C. Gomes (1996, p.173) ao discutir o legado do pensamento de Humboldt e Ritter. A conservação de uma consciência estética, por assim dizer, seria apenas um indício das subseqüentes dificuldades de pensar natureza e humanidade num patamar comum, inspiração levada a cabo com originalidade por diferentes escolas do pensamento geográfico. Mas o terreno mais marcante de debates foi, sem dúvida, o primado das leis naturais sobre a ação humana resultando na configuração espacial de uma dada área.

Em conseqüência, diferentes formulações do determinismo alimentaram a busca por fundamentos racionais à reflexão geográfica<sup>56</sup>: por um lado, Friedrich Ratzel incorporou enfaticamente o discurso da biologia evolucionista, privilegiando a noção de *espaço vital* e a *geopolítica*. Por outro lado, o possibilismo de La Blache, sem deixar de recorrer ao mesmo tipo de evolucionismo, justapôs-lhe as noções de *escolhas* e *contingências* que conduzem as sociedades a situações peculiares e não-hierarquizáveis. Com isto, elevou a *paisagem* e sua cuidadosa *descrição* através dos *gêneros de vida* ao status de objetos e método da geografia, embora se possam apontar outros aspectos do pensamento lablacheano aparentemente contraditórios com esta orientação consagrada, como é o caso dos textos dedicados ao espaço urbano moderno e sua planificação (GOMES, P. *ibid.*, p. 214-222).

Para Claval (1999a, p.33-35), Vidal de La Blache parte similarmente do estudo das influências do meio sobre as sociedades humanas, porém ressalta como a elaboração das paisagens reflete a organização social do trabalho, as técnicas, os hábitos, os aspectos culturais enfim. Neste sentido, sua noção de gênero de vida introduziu e aprimorou na geografia humana enfoques comportamentais mais variados do que a antropogeografia ratzeliana, dirigindo-se do naturalismo a posições mais humanistas, incluindo a tomada de consciência dos valores que as pessoas atribuem aos seus modos de vida.

Como ressaltado no capítulo anterior, a abordagem fundadora da geografia humana francesa consistiu num delineamento teórico arquitetado para refutar tanto o determinismo ambiental então dominante quanto o seu inverso, o possibilismo radical, no sentido de total liberdade do homem frente à uma natureza passiva. Focando sua análise não apenas em relações unidirecionais de causa-efeito, mas sim na interação dos elementos considerados pertinentes ao entendimento das relações homem-natureza, Vidal de La Blache trouxe à tona o problema da emergência constante de feições espaciais na superfície terrestre, que permanece atual.

Ao mesmo tempo, por inserir uma maior isonomia a todas as relações espaciais, quer fossem físicas ou humanas, sua abordagem afastou-se tanto do mecanicismo quanto de uma ecologia do homem enquanto espécie, privilegiando a cultura. Vincent

---

<sup>56</sup> Uma visão concatenada entre modernidade, racionalidade científica e determinismo encontra-se em GOMES, P. (1996, p.175 - 222; capítulos 7 e 8).

Berdoulay explica do seguinte modo esta posição tão cara à geografia regional e ao entendimento da dinâmica da paisagem:

Novas formas de paisagens e arranjos sociais correspondentes continuam surgindo na superfície da terra. A organização subjacente a elas atinge, por um período de tempo, algum tipo de equilíbrio ou estabilidade, que o geógrafo pode analisar precisamente, apesar do grau de contingência que acionou o processo de reorganização. Como um lugar vem a ser e o que o faz novo são questões subjacentes essenciais nessa perspectiva (BERDOULAY, 1989, p.128, grifo nosso, tradução nossa)<sup>57</sup>.

Desta maneira, a ênfase na descrição dos aspectos visíveis das configurações da superfície terrestre não deve ser confundida – como muitos o fizeram *a posteriori* – com o congelamento de uma imagem na retina; muito pelo contrário, as fisionomias são contingenciais e apenas a reflexão sobre as condições subjacentes ao seu grau de estabilidade pode conduzir o olhar geográfico cultivado à explicação.

O destaque descritivo que transpassava a *ciência dos lugares* era uma etapa, se bem que a mais importante, do grande trabalho de conhecimento da Terra, possibilitando que a geografia atingisse num horizonte próximo o estágio nomotético, de enunciação de regularidades e leis. O conceito de região advém desta busca prioritária de conhecer parte por parte a superfície do planeta, distinguindo singularidades e feições únicas, bem como agrupando os semelhantes; daí o *approche* paisagístico ter ficado conhecido como geografia regional.

A preocupação com uma descrição sistemática e profissional assumiu dessa posição fundadora em diante uma importância decisiva para a própria legitimação do campo do saber geográfico, encontrando-se no âmago de ulteriores desenvolvimentos teórico-metodológicos, como, por exemplo, na proposta de Carl Ortwin Sauer (1925), que concebia a paisagem como resultado da ação da cultura sobre a natureza ao longo do tempo. De maneira análoga a Berdoulay quando reavalia a contribuição de La Blache, Peter Hugill e Kenneth E. Foote (1994, p.11-12) também consideram que as motivações do desenvolvimento da Escola de Berkeley estariam numa tentativa de

---

<sup>57</sup> Tradução do original em inglês: “*New forms of landscapes and corresponding social arrangements keep appearing on the surface of the earth. The organization underlying them achieves, for a period of time, some kind of equilibrium or stability, which the geographer can precisely analyse, whatever the degree of contingency which sparked the reorganization process. How a place comes to be and what makes it new are essential underlying questions in this perspective*”.

resposta à predominância do determinismo ambiental na geografia humana das primeiras décadas do século XX.

Além da mesma motivação de fundo, o método proposto por Sauer para se estudar a paisagem seria similar ao que Vidal de La Blache estabeleceu em suas monografias regionais (CORRÊA, 1997, p.267). As críticas do geógrafo americano à escola das monografias regionais referem-se ao imperativo de aprimorar a sistematização e generalização das descrições das áreas, donde o método da morfologia da paisagem deveria ser capaz de constituir um conhecimento mais ordenado, objetivo, rigoroso e completo. Voltarei a esta discussão mais adiante.

### *Em busca de uma descrição sistemática*

Entretanto, não foi a geografia cultural e sim aquelas contribuições mais próximas à biologia que levaram os procedimentos descritivos ao paroxismo racionalista, concebendo a paisagem como um *sistema* abiótico-biótico-noótico que deveria ser decomposto e analisado em suas partes através de modos específicos de investigação. A tarefa obrigatória da explicação geográfica seria o conhecimento integrado dos aspectos fisionômicos, funcionais (i.e. ecológicos) e genéticos das diversas partes da superfície terrestre, que seriam dispostas em tipos e modelos através da generalização:

Esta classe de unidades, definidas com base em sua aparência fenomênica, em sua trama de relações e em seu desenvolvimento histórico, denomina-se paisagem, independente de seu nível dimensional (BOBEK e SCHMITHÜSEN, 1998, p.78).

Na perspectiva desses autores alemães, a humanidade pertence ao mundo biótico, mas as suas leis internas não dependeriam somente de relações causais com o entorno, como havia sido ressaltado pelo antecessor determinismo. Além do mais, o resultado da ação antrópica sobre a paisagem é visto por eles comparavelmente no mesmo nível do complexo abiótico-biótico, pois “da integração das forças e fenômenos de ambos surge a paisagem propriamente dita”. Esta verdadeira “ecologia da paisagem” – que fez escola até os dias atuais – busca entender como as biocenoses<sup>58</sup> naturais vão

---

<sup>58</sup> O conceito de *biocenose*, oriundo da biologia, refere-se ao conjunto de seres vivos que co-habitam um determinado local. (BOBEK e SCHMITHÜSEN, 1998, p.80).

sendo substituídas por “biocenoses artificiais”, as quais expressariam o mais elevado grau de integração homem/natureza, ou seja, a “paisagem cultural”.

A geografia alemã desenvolveu ainda idéias paralelas e complementares, como as de Carl Troll (1996), cujas preocupações com as escalas de análise levaram-no a inquirir sobre as divisões mínimas das “unidades espaciais da superfície terrestre” (paisagens), por sua vez classificadas hierarquicamente numa taxonomia territorial. Ele adotou para estas peças do mosaico espacial a denominação de “ecótopos”<sup>59</sup>, em assumida variante do conceito de biótopo, advindo da biologia. O sistema morfológico de Troll continha a seguinte definição de paisagem:

[...] um setor da superfície terrestre definido por uma configuração espacial determinada, resultante de um aspecto exterior, do conjunto de seus elementos e de suas relações externas e internas, que estão enquadradas pelos limites naturais das outras paisagens de caráter distinto (TROLL, 1996, p.4).

Talvez não hajam contradições irreconciliáveis entre esses dois últimos enunciados e a geografia cultural norte-americana, pois é sobre “o berço” da base natural, ressaltada pela ecologia da paisagem, que se desenrola o trabalho da cultura, privilegiado pela Escola de Berkeley. Afinal de contas, “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo social” (SAUER, 1998, p.59). São ênfases em pólos opostos, com a mesma pretensão de síntese, uma privilegiando a forma (Sauer) com apelo à antropologia e as outras duas sublinhando a dimensão funcional-fisiológica que estrutura a fisionomia, aproximando-se das ciências naturais. Isto não é pouco, quanto mais em se considerando a grande renovação que a escola cultural saueriana suscitou na geografia humana, com desdobramentos claros nas reflexões contemporâneas.

Além da influência da antropologia de Alfred Kroeber, ao qual a concepção de cultura da Escola de Berkeley estava subordinada (MIKESELL, 1978), também a ascendência da geografia alemã é notória na obra de Sauer; tanto ele quanto Troll citam

---

<sup>59</sup> Carl Troll assim conceituou ecótopo: “Ao definir paisagens cada vez menores, sempre se chega a um nível em que o espaço se apresenta como um quebra-cabeça cujas peças nunca aparecem de forma independente, sendo que, em grande número, constituem associações individuais mínimas, caracterizadas por uma configuração e uma localização determinadas. Estas associações são os ‘tipos menores de espaço’”(TROLL, 1996, p.5).

numerosas referências comuns, como Goethe e principalmente Passarge<sup>60</sup>. Sauer procurou reunir a reação germânica e francesa ao determinismo ambientalista reinante nos Estados Unidos, o qual, porém, não negava por inteiro (SAUER, *op. cit.*, p.67). A diferença de fundo está na natureza do fator humano, pois na perspectiva saueriana “há uma forma estritamente geográfica de se pensar a cultura, a saber, a marca da ação do homem sobre a área” (*Ibid.*, p.30, grifo meu).

Ao conceber a cultura como uma expressão geográfica, ele esperava superar o dualismo paisagem natural *versus* paisagem cultural. Em contrapartida, o pensamento ecológico desenvolvido posteriormente pela escola alemã da paisagem parece significar a retomada de algumas questões que foram originalmente formuladas pelo determinismo, tentando corrigir e equilibrar, via perspectiva sistêmica, a importância das interações de todos os “geofatores” – incluindo aí a economia e a cultura.

#### *A persistência da subjetividade e da ideologia*

O desbaratamento da relação quase automática paisagem-meio ambiente foi tentado muito mais tarde pela aproximação da geografia com a psicologia cognitiva, com sua ênfase nos caracteres subjetivos da percepção. De acordo com este juízo, “a descrição, mesmo a mais rigorosa, de uma paisagem regional depende do sujeito que percebe, de suas interpretações, ideologias e objetivos” (BAILLY, FERRAS, 1997, p.118). Configura-se, de maneira evidente, de uma tomada de posição contra a redução da paisagem ao sentido naturalista e uma profissão de fé rumo à fenomenologia e ao existencialismo, mirando a chance de revelar os processos de valorização, desvalorização, apego e rejeição do homem ao espaço.

No bojo desse revigoramento epistemológico, a idéia de *geosofia*, formulada por J.K. Wright (1947), foi retomada e desenvolvida por Yi-Fu Tuan e seus seguidores com base na filosofia heideggeriana, denominado-se a nova perspectiva de fenomenológica

---

<sup>60</sup> O pensamento de Siegfried Passarge (1923) pontua ambos os trabalhos. Sauer refere-se a ele quando observa que a identidade da paisagem é dada, em primeiro lugar, pela visibilidade das formas, sendo que estas devem ser selecionadas pelo estudioso experiente como fenômenos significativos de massa e relação (SAUER, 1998, p.67). Já Troll (1996, p.5) inspira-se no esforço de Passarge em determinar as grandes unidades de paisagem do mundo, notadamente as zonas climáticas e de vegetação, voltando-se, no entanto, para a direção hierarquicamente oposta, ao buscar definir quais seriam as menores unidades de uma configuração espacial. O objetivo final é, nos dois casos, uma descrição rigorosa e metódica da paisagem como um fenômeno visível resultante da associação de formas humanas e naturais.

ou simplesmente humanista (CLAVAL, 1999a, p.53). Todavia, foram os conceitos de *topofilia* e *topofobia*, elaborados por Tuan<sup>61</sup> na década de 70, os que vieram a se consagrar como mais populares nesta perspectiva semiológica, que inclui, entretanto, uma hermenêutica muito mais rica e vasta. Não se deve esquecer, por exemplo, os aportes de Eric Dardel, que sentenciou ainda em 1952 que a Terra poderia ser decifrada como uma escrita<sup>62</sup>. Entretanto, os limites dessas escolhas já foram apontados por Nicholas Entrikin e Anne Buttimer, os quais reconheceram respectivamente que a geografia humanista não conseguiu escapar dos procedimentos normais da ciência, tampouco oferecer uma visão menos passiva do meio (ENTRIKIN, 1976; BUTTIMER, 1979).

É fácil depreender-se dos contrastes apresentados acima que a tarefa auto-imputada pela geografia, qual seja, de estudar as variações espaciais e inter-relações de todos os fenômenos físicos e humanos que contribuiriam para caracterizar a superfície da terra, conduziu ora para a interdisciplinaridade, ora para a fragmentação do conhecimento. Isto explica como cada disciplina correlata imprimiu uma certa abordagem ao objeto de estudo, refletindo tomadas de posição fundamentais para a estruturação do saber. Também se encontra nesta indefinição de um objeto geográfico por excelência a perspectiva de se tomar a geografia como um ponto de vista.

A clivagem filosófica entre a descrição das conformações naturais e culturais do espaço, de um lado, e a abordagem que define a paisagem como representação subjetiva do olhar parece longe de conduzir a um consenso; é o nó górdio da geografia. Na avaliação de Edvânia T. A. Gomes, constata-se a inserção da paisagem no “paradigma de dualidade” que sustenta os princípios geográficos:

A paisagem não existe em si, ela só existe a partir de quem a observa, embora isso não implique na negação de elementos concretos físicos, naturais e sociais que a integram, num jogo de combinações. [...] Ela é materialidade, quer seja natural ou construída, e como tal passível de mensuração e comparação face aos princípios sociais e valores determinantes da sociedade que a institucionaliza, a partir da seleção de seus espaços.

---

<sup>61</sup> Sobre a importância dos conceitos de Tuan ver BAILLY, FERRAS, 1997, p.118. Para uma discussão da abordagem geosófica retomar o Capítulo 2, itens 2.1.1 e 2.1.2 da presente tese.

<sup>62</sup> Werther Holzer sublinhou as principais questões levantadas por Dardel, entre as quais a de que “o conhecimento geográfico teria como objeto decifrar os signos ocultos da terra, aqueles em que, nas palavras do autor, ‘a Terra revela ao homem sobre sua condição e seu destino’. O resultado desta relação do homem com a Terra seria a ‘geograficidade’ (géographicité) do homem’ [...]” (HOLZER, 2001, p.111).



Por outro lado ela é também abstração, pautando-se no recorte arbitrário de quem a colhe, filtrando-a segundo seus recortes de sensibilidade e de conhecimento formal ou não, sobre a confecção histórica e cultural de formação dos espaços (GOMES, E. 1997, p.45)

Como destaca Marcel (1994, p.5), construir a unidade deste objeto na complexidade integrada de uma coerência intelectual é um desafio para o espírito. Quando se discorre sobre o assunto, há sempre uma pergunta latente: do que falamos, afinal de contas? As tentativas de definir a paisagem, bem como a elaboração de métodos autônomos e adequados para o seu estudo, revelam a fertilidade do tema nas trajetórias fundadoras da identidade geográfica, com repercussões mais ou menos duradouras nos contemporâneos círculos de reflexão. Paisagem tornou-se um conceito tão caro à geografia quanto o de modo de produção para a Economia Política ou o de fato social para a Sociologia, mas sua fluidez conceitual revela que não se trata de um instrumento pacífico do ponto de vista epistemológico.

Por este motivo Yves Lacoste fustigou com virulência, há quase três décadas, a banalização acadêmica do termo, perguntando para que servia a paisagem e colocando-a no cerne de seu conhecido exercício de questionamento de toda a geografia:

Esse problema da paisagem é importante e difícil: importante para os geógrafos universitários que se põem em acordo para fazer da análise das paisagens, senão todo o fundamento de sua disciplina, pelo menos o ponto de partida de suas observações: para eles, o que é a 'paisagem' ? o que recobre essa palavra ? Mais importante ainda para o conjunto dos cidadãos que nunca 'consumiram' tanto paisagens através de seus périplos turísticos, suas migrações de fim-de-semana, aspirações ecológicas ou imagens dos meios de comunicação de massa. Mas questão difícil, porque não se trata apenas de examinar as funções ideológicas das representações do espaço, e nosso primeiro esboço não estava ainda suficientemente articulado à questão que nos parece fundamental: 'A geografia, para que serve isso ?' Donde agora, esta interrogação: para que serve a paisagem ? Quer dizer,

‘para que serve olhar a paisagem’ ? (LACOSTE, 1977, p.4, grifos nossos, tradução nossa) <sup>63</sup>.

O autor via no individualismo da burguesia o motivo último para a eleição e valorização de certas paisagens como admiráveis: aquelas com poder de representar o valor da liberdade para a classe social dominante. Este potente sentimento seria agora, contudo, objeto de manipulação e mistificação pelos meios de comunicação de massa e pelo militarismo do Estado, através da publicidade e do jogo de escalas que escamoteariam aspectos abomináveis da realidade. Haveria, portanto uma relação não-casual entre uma visão estética e uma visão estratégica do espaço. Neste sentido, a paisagem seria um mero aspecto da ideologia política.

É interessante apontar que em sua memorável crítica Lacoste não abandona a paisagem em prol da constelação de categorias que costumam acompanhá-la; ao contrário, busca mostrar a sua especificidade em relação ao *espaço* (trecho deste que se empiriciza a partir de um ponto de vista no terreno), ao *mapa* (tridimensionalidade, obliquidade e contingência dos pontos de vista), aos *modelos matemáticos* (representação do real e não mera abstração) e à *região* (deslizamento das escalas do olhar desde o ambiente próximo até o horizonte visível).

Pondera, ainda, que sem referência a uma prática social e a um ponto de vista no terreno não se pode definir a “paisagem real”, o verdadeiro foco de interesse do geógrafo militante das causas políticas e da cidadania. Yves Lacoste apresenta este conceito de “paisagem real” como uma tentativa de representar fielmente os objetos e a experiência do espaço, em contraste com a liberdade imaginativa da criação artística. Mesmo a fotografia, que parece oferecer um espelho da visão direta, poderia ser fruto de maquiagem (manipulação ideológica) para transformar a imagem de qualquer paisagem. Assim, a “paisagem real” seria a representação do espaço concreto das práticas sociais –

---

<sup>63</sup> Tradução a partir do original: “*Ce problème du paysage est important et difficile: important pour les géographes universitaires qui s'accordent à faire de l'analyse des paysages, sinon tout le fondement de leur discipline, du moins le point de départ de leurs observations: pour eux qu'est-ce que le 'paysage'? que recouvre ce mot? Important plus encore pour l'ensemble des citoyens qui n'ont jamais tant 'consommé' de paysages à travers leurs périples touristiques, leurs migrations de week-end, les aspirations écologiques ou les images des mass media. Mais question difficile, car il ne s'agit pas seulement d'examiner les fonctions idéologiques des représentations de l'espace, et notre première esquisse n'était pas encore assez articulée à la question qui nous paraît fondamentale: 'La géographie, à quoi ça sert?' D'ou maintenant, cette interrogation: à quoi sert le paysage? C'est-à-dire 'à quoi sert de regarder le paysage' ?”.*

quer seja dos indivíduos, quer seja da sociedade maior ou dos Estados – e sobre o qual se atribuiriam valores simbólicos (LACOSTE, *ibid.*, *passim*).

Tal percurso não é suficiente, porém, para deixar de lado a multidimensionalidade que a noção de paisagem evoca, apenas busca uma nova legitimação da geografia e desse conceito apelando para o discurso crítico em relação ao caráter dileitante de grande parte da produção científica então em voga. No final das contas, ele caracteriza e reduz a paisagem a um espaço concreto que possui zonas ocultas em função das vicissitudes da observação e ao qual se podem atribuir valores ideológicos, estéticos, simbólicos e mercadológicos.

Há outras contribuições mais recentes e igualmente originais em respeito ao assunto, que permanece polêmico e parece tanto inesgotável quanto impossível de resumir. Na afirmação bastante difundida de Denis Cosgrove, por exemplo, “a paisagem, de fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual” (COSGROVE, 1998, p.98, aspeado no original). Tal composição da cena seria hegemonizada pelas classes dominantes, que tentariam impor sua experiência e imagem de mundo como válida para todos os outros grupos sociais, manipulando símbolos para perpetuar-se no poder.

Concentrando-se na crise pós-moderna das representações, essa perspectiva defende que diferentes posições na sociedade significariam experiências e consciências particulares, desvelando diferentes simbolismos e conduzindo, portanto, a paisagens específicas<sup>64</sup>. Trata-se de uma renovação temática afeita à geografia cultural, como aponta Roberto Lobato Corrêa, incluindo novas perspectivas para temas antigos; deste modo, a paisagem cultural passa a ser identificada como paisagem da cultura dominante, ou paisagens residuais, emergentes e excluídas (CORRÊA, 1999, p.52-53).

Os enfoques daí decorrentes concentraram-se no condicionamento social da iconografia da paisagem, baseando-se no conceito marxista de ideologia, o que deu margem para reduzir a totalidade dos processos culturais ao corte de classe social e ao jogo de forças políticas. Como resultado, houve uma ênfase na cultura repressiva e hegemônica que privaria as minorias de seus direitos civis (HUGILL e FOOTE, 1994, p.17). Além do mais, conferiu-se um caráter arbitrário de falsa consciência à referida

---

<sup>64</sup> Denis Cosgrove auto-define a sua abordagem como uma “*desconstrução histórica da paisagem*” (COSGROVE, 1999, p.33), fazendo parte de uma ampla resposta ao colapso das fronteiras intelectuais no interior da academia.

“cena”, deixando de lado que ela possui “vida” própria, como havia dito la Blache. Subsequentemente, o próprio autor reconheceu sua ênfase exagerada no conceito de classe, ao mesmo tempo em que reiterou a necessidade de recorrer à narrativa dominante do marxismo para construir seus argumentos<sup>65</sup>.

Com efeito, a “atividade da cena”, um dos pontos do pensamento lablacheano que nunca haviam merecido a devida atenção, parece ter sido retomada em uma outra perspectiva por Augustin Berque (1990, 1994c, 1998). Ele ressalta que a paisagem não é apenas um produto dos processos culturais e sociais, mas um *molde* que condiciona olhares e atos subsequentes, haja vista que participa dos esquemas de percepção, concepção e ação que canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza em “infinitos laços de co-determinação” (BERQUE, 1998, p.85).

Em seu entender, paisagem expressa concretamente uma “relação medial”, ou o sentido que uma sociedade dá às suas relações com o espaço e a com a natureza. Como “marca” desta relação “objeto x sujeito”, ela pode ser inventariada em suas “formas”, embora isto seja insuficiente para explicá-la. Portanto, trata-se de conceber que as formas também condicionam ações físicas e mentais, produzem “significados”, determinam olhares e experiências, donde se depreende ser a paisagem simultaneamente uma “matriz” de processos espaciais, retendo-lhes os rastros. Ora, em sendo molde, a “cena” possui uma vida efetiva, influenciando a interação dos sujeitos com o ambiente em que/com o qual/para o qual eles vivem.

Este *insight* possibilita que as qualidades materiais do ambiente não sejam desprezadas, mesmo quando a atenção está focada na experiência fenomenal do sujeito em sua relação com o mundo. Para o autor, o sentido da relação sociedade-natureza somente é desvelado quando se admite que o meio tem um caráter ambivalente de *ambiente* efetivo/físico/factual e de *paisagem* aparente/fenomenal/sensível, o que representaria uma mudança paradigmática profunda, rompendo com a distinção cartesiana entre ambiente e sua representação, entre paisagem-imagem e paisagem grandeza natural (BERQUE, 1990, p.10-11).

---

<sup>65</sup> A obra “*Social formation and symbolic landscape*” (COSGROVE, 1984) foi relançada em 1998 com uma nova introdução onde o autor comenta a evolução dos estudos da paisagem desde a aparição de seu livro e tece algumas autocríticas. Don Mitchell resumiu assim os principais pontos desta correção de rota: primeiro, Cosgrove reconhece ter-se debruçado excessivamente sobre classe social, em prejuízo de conceitos como gênero, etnia e outros “marcadores de identidade”; também lamenta ter falhado ao não haver discutido paisagem em relação à dinâmica do colonialismo e, finalmente, passou a admitir mais atenção ao papel das qualidades estéticas e emocionais da paisagem (MITCHELL, 1999, p.505).

A multiplicidade de conceitos propostos pelo autor para dar conta das relações da sociedade ao espaço parte da premissa de que a idéia de paisagem estaria impregnada pelos vieses da ciência moderna e do individualismo, configurando então um atributo exclusivo do paradigma moderno-clássico ocidental. A distorsão mais grave produzida neste contexto seria justamente, segundo esse autor, “considerar o fenomenal em termos físicos, interpretar o mundo analógico (a paisagem) segundo as leis do mundo causal (o ambiente)”. Em consequência, a pretensão racionalista de reduzir a paisagem à natureza, sob pretexto de que toda sociedade percebe seu ambiente, teria produzido perigosas quimeras e conduzido, paradoxalmente, à derivas irracionais (BERQUE, *ibid.*, p.67-75).

Se uma consciência do meio de caráter propriamente paisagístico não pode ser admitida para todas as épocas, nem para todos os povos, como conceber a universalidade e convergência das experiências humanas frente à natureza, a despeito das inenarráveis variações de realização da vida? Não seria possível dotar a noção de paisagem de uma conceituação mais eficaz para explicitar e estudar as variações de tal fenômeno?

A geografia, durante muito tempo, dedicou esforços para realizar afirmativamente esta utopia de Humanidade, sofisticando as concepções paisagísticas originais, pois na medida em que as consciências difusas de cada cultura pudessem ser conhecidas, reunidas e expressas pela ciência, esta promoveria o seu intercâmbio, neutralização ou evolução. Mas na opinião de Berque estes esforços falharam, e a idéia de espaço do projeto moderno, que se arvorou utopicamente da universalidade às custas dos lugares concretos, estaria arruinada. Donde sua preferência pela construção de conceitos muito próprios para conceber a relação da sociedade ao espaço, tais como os de “*mediância*” e “*trajecção*”<sup>66</sup>, relegando à paisagem um papel secundário de modo a evitar as dicotomias advindas do racionalismo cientificista.

A crítica de Berque poder ser entendida como uma tomada de posição frente a diferentes proposições que, para afiançar a centralidade da noção de paisagem e sua aplicabilidade ao estudo da existência humana na Terra, ignoraram a subjetividade e os

---

<sup>66</sup> Nas definições formuladas pelo autor, o *meio* é a relação da sociedade ao espaço e à natureza; já a *paisagem* seria mais precisamente uma dimensão sensível-simbólica desta relação medial, enquanto o ambiente constituiria sua parte factual físico-social. Por fim, o sentido atribuído a um meio é denominado de *mediância*, sendo produzido pela *trajecção* do objetivo ao subjetivo (BERQUE, 1990, p.48). Apresento de forma mais detida o pensamento do autor no item 3.1.2.

filtros culturais, tentando impor um senso paisagístico europeu à escala mundial. É esta a advertência que se evidencia quando ele afirma que “a paisagem é uma entidade relativa e dinâmica, onde natureza e sociedade, olhar e ambiente estão em constante interação” (BERQUE, 1994b, p.6). A irreduzibilidade do conjunto dos processos históricos e sócio-culturais de apreensão e julgamento da natureza à idéia de paisagem (de filiação renascentista) é, no entanto, uma obviedade que não conduz necessariamente ao questionamento absoluto do conceito como um modo de entendimento significativo da realidade. Como superar, de outro modo, as limitações atribuídas à operacionalidade deste conceito?

Algumas reflexões permanecem vivamente abertas a partir da postura acima esboçada, tais como as já levantadas pelo geógrafo Olivier Dolfuss no seu comentário a um dos artigos mais citados do colega<sup>67</sup>: existem ou já existiram sociedades que jamais pensaram ou “*imaginaram*” seu próprio espaço?

Quanto tempo é preciso para que uma sociedade ‘imagine’ e pense seu espaço? Existem sociedades [...] que não ‘pensam’ sua paisagem, ou cujo espaço seja ausente no imaginário, ou cuja visão do espaço seja, apesar das chaves, intransponível numa paisagem concreta? Seriam portanto, desprovidas de um simbólico do espaço e indiferentes às paisagens que as rodeiam? (DOLFUSS, 1998, p.89-90).

São perguntas para as quais não se chegará jamais a uma resposta tendo como única baliza da epifania de paisagens os modos europeus de ver. Ora, um conceito científico que pretende pensar as relações sociedade-natureza deve dialogar com as realidades existentes em todas as situações possíveis e sua inaplicabilidade a contextos culturais diferenciados poderia ser uma prova de sua reduzida serventia, justificando até mesmo seu abandono. Mas será que a “ausência de paisagem” ou de um olhar paisagístico não é o resultado da aplicação errônea de noções que, *a priori*, já estamos cientes de que não poderiam existir em certos contextos históricos e sociais?

Talvez uma pista seja pensar a paisagem como cruzamento de horizontes hermenêuticos, onde idéias e percepções diferentes da natureza poderiam se penetrar, pelo menos parcialmente, de maneira a resultar na conexão de conhecimentos sobre a Terra ou na evidência do leque de modos culturais de compreender a sua diversidade. Como quer que seja, as lacunas que separam as diferentes concepções de paisagem

---

<sup>67</sup> Refiro-me ao ensaio “*Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural*” (BERQUE, 1998).

refletem a amplitude de questões suscitadas por este objeto de estudo, donde a atualidade das preocupações de David Lowenthal:

Significados e valores da paisagem variam de lugar a lugar e de uma época a outra de tal maneira que são pouco compreendidos e raramente comparados; nós nem mesmo sabemos quais desses aspectos são universais e quais são específicos de um lugar ou tempo particular. Como as paisagens são identificadas e pensadas; quais componentes e atributos são discutidos e admirados; quais significados simbólicos e propriedades físicas eles incorporam; como propósito, intencionalidade, duração, realismo, ficção ou perda iminente afetam nossa experiência da paisagem – essas são questões de imensa importância para as quais temos poucas ou nenhuma resposta (LOWENTHAL, 1986, p.1).

Fica patente, através desta breve introdução ao tema, o quanto a construção da paisagem como objeto do conhecimento da geografia é um empreendimento complexo e sujeito a controvérsias. As questões abertas sugerem diversas possibilidades de encaminhar um programa de pesquisa. Nas próximas seções, discute-se em que medida o estudo integrado das dimensões da *forma* e do *significado* tornam a paisagem, além de um dos instrumentos mais centrais e duradouros da ciência geográfica, uma porta para aceder à consciência e organização do mundo por sujeitos que a percebem, interpretam e utilizam enquanto instrumento retórico impregnado por um imaginário geográfico.

### 2.1.1 Fisionomia e dimensão morfológica da paisagem

*Tudo é forma. A própria vida é forma* (Balzac).

*O universo, tal como o vemos, é uma criação, evolução e destruição incessante de formas* (Thom, 1972).

A geografia, como procurou-se mostrar, possui uma vasta herança enquanto discurso ordenador do mundo a partir da *descrição das formas* operadas pela natureza e pelo homem, buscando explicar suas conexões. A perspectiva paisagística em nossa disciplina tem consistido, essencialmente, em descobrir, inventariar e diferenciar o espaço terrestre a partir, sobretudo, de seus elementos visíveis. Esta dimensão do objeto

liga-se diretamente à constatação da variada feição do mundo material, qualquer que seja a interpretação subjetiva ou a sensibilidade histórica em jogo.

Para Odile Marcel (1994), a paisagem geográfica é uma configuração espacial em que as formas são suficientemente plurais para constituírem um conjunto cuja determinação interna é qualificável e descritível enquanto uma *singularidade morfológica* – quer se trate de espaços concretos ou do modo como eles são interiorizados mentalmente: “Antes de compreender o olhar do homem sobre o mundo que lhe acolhe e repele, antes de se tornar o território de sua exploração e intervenção, a paisagem é o fato do mundo, a sua feitura” (MARCEL, *ibid.*, p.4). Neste sentido estrito, ela poderia mesmo ser considerada como um dado pré-humano<sup>68</sup>, fazendo parte das possibilidades da própria natureza.

Mas é preciso não esquecer que tal concepção somente pôde ser aventada dentro de uma nova racionalidade, qual seja, no bojo do próprio desenvolvimento do discurso científico. Considerando, em acréscimo, a consciência da humanidade e a história, a paisagem (ou melhor, a *geosofia* como conhecimento cultural do espaço) sempre foi feita de singularidades culturais, de representações únicas dadas pelas perspectivas da subjetividade e das sensibilidades sociais, o que até hoje é fonte de controvérsias filosóficas importantes. A geografia humana trabalha nesta clivagem fundamental porque,

[...] em sendo a paisagem o que se vê, ela supõe necessariamente a dimensão do real concreto, que se mostra, e a representação do sujeito, que o codifica no ato de observação. A paisagem como fruto dessa observação resulta de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, pleno de valores simbólicos (CASTRO, 2002, p.122, grifado no original).

Enquanto transcendência do real/concreto ao representacional/imaginário a paisagem permite uma análise do tipo positivista, mas segundo Berque (1994) ela existe *primeiro* em sua relação à sociedade que a produz e transforma em função de uma lógica particular. Essas perspectivas filosoficamente opostas trazem implicações diferenciadas para o estudo da morfologia do mundo visível. Há alguns pontos pacíficos: em primeiro lugar, paisagem vai muito além do real oferecido pelos fatos da natureza, embora deles faça parte, tanto quanto da cultura; em segundo lugar, a

---

<sup>68</sup> Para uma sucinta discussão filosófica do tema, ver MARCEL, Odile. “*Le paysage comme objet philosophique*”. *Géographie et Cultures*, 13, 1994. pp.3-22.



paisagem não se esgota na narração das características materiais – naturais ou não – de uma região, mesmo que se considerem as diferentes ênfases entre as escolas do pensamento no que tange à centralidade do trabalho descritivo.

Para compreender as formas que são reveladas através da observação, o geógrafo deve reunir, comparar e decifrar os padrões espaciais constatados, buscando analisar a localização dos elementos, a teia de relações que os unem e os processos que os ensejam e alteram. Desta maneira, os elementos da paisagem não são vistos como formas separadas, mas em íntimo e dinâmico inter-relacionamento. A controvérsia central neste caso é se/como a descrição detalhada, ordenada e sistemática da morfologia da paisagem conduziria concomitantemente a algum tipo de reflexão sobre a conexão entre os fenômenos e aquilo que lhes está subjacente, quer sejam processos simbólicos ou relações de causa e efeito.

Durante algum tempo se admitiu que a tarefa maior da disciplina era o exame de todos os fatores que ocorressem em interações espaciais significativas para conferir a feição singular de uma área da superfície terrestre<sup>69</sup>. As descrições e análises partiam do pressuposto de que através da aparência seria possível revelar o sentido das relações entre o homem e a natureza, as quais estruturariam o espaço. Portanto, a descrição conduziria necessariamente à explicação. O enorme avanço do conhecimento das áreas afins impossibilitou de fato esta pretensão de síntese total, apesar de que ainda compete à geografia, em grande medida, o papel de elaboração e explicação da imagem do mundo e da ordem espacial das coisas (GOMES, P., 1997, p.20).

As técnicas de descrição regional surgiram como consequência da necessidade de esquadrihar objetivamente toda a superfície da Terra, pré-requisito para a explicação da unidade do planeta. O pragmatismo da ciência da paisagem devotou interesse primordial na pintura progressiva do grande quadro das formas, sua composição, distribuição e organização efetiva no espaço. Assim, a paisagem considerada como entidade concreta foi objeto de uma ampla apreensão técnica, justaposta aos modos culturais de olhar os lugares e classificá-los numa hierarquia mundial. A objetividade deste monumental trabalho de conhecimento do mundo

---

<sup>69</sup> R. Hartshorne (1939), em sua obra de revisão, revelou o que teria sido uma nota de consenso entre o trabalho de geógrafos: ora a identificação de um ou mais fenômenos em uma área circunscrita, ora a busca pela descrição das características únicas de certas áreas. Estas orientações foram consideradas por ele como da própria natureza da disciplina.

permaneceu, apesar de tudo, entremeada por pressupostos simbólicos do olhar fortemente calcados na cultura, incluindo aí as tradições científicas.

A construção do olhar geográfico representa, pois, uma visão inteiramente nova e amplificada sobre o espaço em nível universal, incorporando a sensibilidade artística ocidental e a racionalidade das ciências naturais. É somente a partir desta premissa que podemos admitir a “invenção” da paisagem no pensamento moderno. Mas como adverte Marcel (*op. cit.*, p.17), conquanto resposta à conquista global da superfície terrestre, a objetivação do espaço pela modernidade permitiu de maneira concomitante a sua afirmação subjetiva.

A contradição entre descrever exaustivamente aquilo que é singular, por um lado, ou explicar o feitiço integral do mundo, por outro, seria resolvida através das generalizações, criando conjuntos de formas espaciais gerais e uniformes a partir das regularidades constatadas nos estudos de caso. Este foi durante muito tempo o cerne do enfoque morfológico, cujas tentativas de partir das configurações visíveis tomavam, a princípio, o imediatamente sensível como um dado, quase nunca questionando o seu processo de construção intelectual e cultural.

A bem da verdade, o primado da forma como pré-requisito para explicar o mundo conduziu a uma inversão indesejável de objetivos: a tão conhecida e combatida reificação da descrição e seu conseqüente engessamento enquanto gênero interessado em certos temas que devem ser apresentados em uma ordem pré-estabelecida (“geografia das gavetas”), o que acabou por empobrecer a potência explicativa destes procedimentos técnicos. Além do mais, com o desenvolvimento das ciências humanas, percebeu-se que contemplar a natureza não é uma atitude natural, biologicamente padronizada (ROGER, 1978; APPLETON, 1986; BERQUE, 1990), mas construída culturalmente.

Os problemas colocados pela proeminência da perspectiva morfológica não se restringiram aos perigos do empirismo descritivo. O advento das teorias da construção social da realidade<sup>70</sup> relativizou a aplicação generalizada de padrões perceptivos imanentes às práticas espaciais da humanidade. Assim, valores sensíveis e afetivos que também organizam o visível num contexto específico da cultura passaram a preocupar os geógrafos de maneira mais explícita na medida em que se tornou evidente que a

---

<sup>70</sup> Ver, por exemplo, a contribuição de P. Berger e T. Luckmann (1988).

contemplação da natureza possui uma historicidade. Admirar pressupõe dirigir o olhar segundo valores culturais e individuais, para interpretar de alguma maneira o que se vê. Trata-se, portanto, de uma atitude hermenêutica que conduz da imagem ao significado.

Por isto os aspectos da forma, hoje, remetem à reciprocidade entre o sujeito e objeto na construção da paisagem como categoria de análise, quer o estudo se realize de maneira interdisciplinar, remetendo ao anseio holístico original, quer enfatize certos processos biológicos, físicos e humanos que constituem a paisagem. A inseparabilidade forma/conteúdo vai-se tornando mais explícita, superando o caráter assessorio dado a uma ou outra dessas dimensões quando o destaque recai num dos pólos.

### *Epifania das formas*

Este longo movimento de redefinição do potencial elucidativo da morfologia resultou no realce da necessidade de relacionar a fisionomia com os demais aspectos da existência das coisas e objetos, como função, estrutura e processo; por outro lado, é patente o próprio questionamento do modo como são objetivadas as construções mentais, afetivas e ideológicas que interferem na formação do ambiente vivido e dos discursos que daí emergem.

É importante reter que a geografia procurou encarar essas ambigüidades desde sua consolidação como ciência, mas as respostas produzidas pelo discurso acadêmico não foram minimamente consensuais, ou não conseguiram ultrapassar de uma vez por todas a barreira do inventário descritivo de tipo positivista. Para melhor esclarecer isto devem ser retomadas duas contribuições que são de grande importância para o estudo morfológico: a escola das monografias regionais na França e a geografia cultural norte-americana.

O organicismo presente em Vidal de La Blache, por exemplo, lutou para que o sentido da descrição fosse autenticamente explicativo, já que a natureza era considerada por ele uma totalidade que podia ser conhecida em si mesma pela observação de seu desenvolvimento; era matéria em movimento de auto-realização permanente, definida como sua própria essência (GOMES, P., 1996, p.202-204) A forma reuniria matéria e finalidade em um só conjunto, o “meio” – domínio epistemológico da geografia. Nesta concepção, o meio é um ente concreto e pode ser objetivado pelo saber científico

através do estudo de sua “fisionomia”, que é uma expressão da singularidade das combinações de força, e das relações de causa e efeito decorrentes da conexão entre os seus elementos constitutivos.

Na opinião de J-M. Besse (2000, p.98-99) esta postura não nega o papel da percepção e das imagens na estetização da natureza, mas afinaria-se prioritariamente com o que se denomina em filosofia de “posição realista”, ao afirmar que existe uma realidade que depassa a simples representação. Em consequência, a paisagem informa e desenvolve, sob o gozo estético, uma outra história, que é aquela da Terra; e então a tarefa da geografia volta-ae para a análise, acompanhamento e aprofundamento da estética, como se o conhecimento se colocasse a serviço da contemplação.

Assim, o aspecto fisionômico daria acesso ao entendimento da essência invisível subjacente aos fenômenos visíveis, sendo a importância superior da ação humana decorrente de seu potencial de transformação do meio, bem como de sua capacidade de atribuir sentido e reconhecer as formas dessa potência adormecida na matéria. O corolário do pensamento morfológico lablacheano pode ser assim resumido: “As próprias formas procuram organizar-se entre si, para realizar um certo equilíbrio” (VIDAL DE LA BLACHE *apud*. GOMES, P. *op. cit.*, p.204). O primado da forma é justificado através da teleologia que conduziria necessariamente da diferenciação do visível à explicação.

Em Vidal de La Blache havia mesmo uma “arte de descrever” que propiciava este desfecho, pois, através da observação do encadeamento dos fenômenos, eram selecionados os aspectos mais relevantes para o esclarecer a fisionomia de cada região. Segundo Paulo C. Gomes, o recurso que La Blache fazia à descrição de casos em sua argumentação era um fundamento categórico (tomava o fenômeno em si como fundador de uma categoria), constituindo um método de compreensão ancorado na intimidade com o objeto de estudo, no sentido de que tudo o que é possível conhecer está situado no próprio dado:

Como a forma (o meio) é a manifestação da ação humana sobre o conjunto das possibilidades propostas pela natureza, toda explicabilidade está contida na descrição das condições necessárias à sua aparição. Por consequência, o princípio final da geografia é a descrição da Terra.[...] A explicação se reporta sempre a ações concretas, das quais a finalidade última reside na construção da obra transformadora do homem. A geografia torna-se o inventário destas

ações que, enquanto realizações concretas e essenciais, contêm toda explicabilidade (GOMES, P. *op. cit.*, p.206).

Uma exigência para o sucesso do empreendimento descritivo-explicativo residia na erudição do olhar e na imersão em longos trabalhos de observação direta da paisagem, onde se garimpavam as relações explicativas entre as formas e o movimento da vida. Mas a leitura erudita da paisagem padeceu infelizmente da falta de sistematização e de uma linguagem específica (BERDOULAY, 1988), perdendo credibilidade. Os numerosos seguidores desta corrente não puderam desenvolvê-la satisfatoriamente e efetivar a observação de todas as forças criativas da totalidade das paisagens do mundo, o que permitiria – finalmente – o enunciado das leis geográficas segundo a pretensão última aquele enfoque. O enrigecimento metodológico operado por inúmeras monografias regionais consistiu numa clausura a casos particulares, onde o procedimento descritivo foi tomado como simples modelo, em detrimento do conteúdo de seu método, e a intuição foi abandonada em favor da razão, apesar de ambas estarem presentes no pensamento lablacheano.

Uma outra contribuição epistemológica bastante revalorizada pela chamada nova geografia cultural<sup>71</sup> é aquela de Carl Ortwin Sauer, cujo pensamento permanece uma referência no tratamento da dimensão morfológica da paisagem. É interessante observar que na obra “*The Morphology of Landscape*” (SAUER, 1925), ele definiu a paisagem geográfica como o conjunto das formas naturais e culturais associadas em área. Ela seria, assim, o resultado da cultura (o agente), ao longo do tempo, sobre o quadro natural (meio ou berço). A atenção central na morfologia decorre de seu cuidado em afirmar a disciplina em torno de uma seção definida da realidade, assumindo, entretanto, uma postura crítica quanto ao mecanicismo de matriz determinista dos trabalhos realizados anteriormente ou por seus contemporâneos na geografia americana.

---

<sup>71</sup> Sobre as mudanças de paradigma da geografia cultural ver Foote et al. (1994), especialmente o Capítulo V, textos de Duncan (*After Civil War: Reconstructing Cultural Geography as Heterotopia*) e de Mikesell (*Afterword: New Interests, Unsolved problems, and Persisting Tasks*). Em artigo conciso, Berdoulay (2002, p.52-53) avalia que a produção recente neste enfoque, mesmo conservando a preocupação clássica com a paisagem e os fatos materiais de civilização, voltou-se firmemente ao estudo do simbólico, da experiência e do poder, fazendo eco aos movimentos pós-modernistas e pós-estruturalistas que atravessaram a geografia. Esta seria, contudo, uma renovação inconclusa, uma vez que a geografia cultural não se teria emancipado do peso excessivo do olhar antropológico, herança saueriana. Ver também Claval, 2001, capítulo 8: *L’expérience humaine de la Terre: l’approche culturelle em géographie*; e Claval, 1999c.

Inspirado nos geógrafos alemães Alfred Hettner e Siegfried Passarge, Sauer vê uma persistência do interesse na corologia (conhecimento da expressão variada das diferentes partes da superfície terrestre) aceitando as abordagens de outras disciplinas desde que orientadas para as variáveis expressões espaciais de seus respectivos objetos. Se os fenômenos que compõem uma área não estão simplesmente reunidos, mas interdependentes e em associações, caberia à geografia a tarefa de descobrir tais conexões e sua ordem implícita (SAUER, 1998, p.17).

Para Sauer, a tarefa da geografia “é concebida como o conhecimento de um sistema crítico que envolva a fenomenologia<sup>72</sup> da paisagem, de modo a captar em todo o seu significado e cor a variada cena terrestre”. Próxima da posição lablacheana, esta visão relacional é, no entanto, inovadora posto que ressalta os trabalhos do homem, via cultura, como uma expressão integral e máxima do *sistema da paisagem*, ou cena:

Os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação. Nós afirmamos que eles constituem uma realidade como um todo que não é expressa por uma consideração das partes componentes separadamente, que a área tem forma, estrutura e função e daí posição em um sistema e que é sujeita a desenvolvimento, mudança e fim (SAUER, *ibid.*, p.22.).

De modo similar, o simples rol dos conhecimentos justapostos de disciplinas isoladas não conduz ao saber geográfico propriamente dito, garantia dada apenas pela visão relacional sistêmica. Por sua vez, a correlação peculiar de fatos no espaço é a paisagem, conceito que garantiria a unidade da disciplina. Ao contrário de área, excessivamente genérico, e região, que remete a uma ordem de magnitude, paisagem referir-se-ia às formas que constituem um sistema geral, possuindo uma qualidade orgânica. Forma e paisagem encontram-se, pois, no cerne do pensamento funcional-lógico saueriano.

A paisagem saueriana é, em essência, uma *forma da Terra* cujos processos de modelagem são físicos e culturais a um só tempo, possuindo uma identidade calcada em uma constituição reconhecível, limites e relações com outros lugares num contexto maior. Explica-se por esta via a relevância dada aos aspectos materiais da cultura, aos

---

<sup>72</sup> A referência à “fenomenologia” não significa a adesão de Sauer a esta corrente filosófica, mas antes a importância dada à expressão espacial dos fenômenos culturais, como bem observa GOMES, P. (*op. cit.*, p.326).

objetos e técnicas que imprimem uma marca visível no espaço, bem como a negligência com a cultura não-material<sup>73</sup>.

O esforço analítico da geografia cultural saueriana dirige-se para a superação do excessivo hermetismo das monografias regionais de inspiração francesa, buscando recolocar em evidência o sentido da distribuição e da associação dos fenômenos e formas em área. Ele aponta um horizonte mais largo que o dos preciosismos da configuração de um espaço escolhido, pois em sua argumentação a paisagem não é mera cena, mas *tipo de cena* – generalização a que se chega após a observação e comparação de vários episódios individuais. Tal abordagem, pode-se afirmar, recupera o sentido da descrição numa ciência que se queria positiva: para Sauer, “a descrição não é de uma cena individual, mas de um somatório de características gerais” (*Ibid.*, p.27).

Tentava-se ali imprimir uma sistemática padronizada, um método à observação, elevando seu status científico, ao mesmo tempo em que se fazia uma síntese dos elementos da forma. Apesar de Sauer reconhecer que as monografias regionais descobriram na paisagem cultural a expressão máxima da área orgânica, ele demarcou bem a discordância com a sua seleção impressionista dos fenômenos e a excessiva liberdade artística. A padronização dos dados a observar constituiu seu trunfo metodológico contra o livre arbítrio e as idiosincrasias que caracterizavam a geografia humana até então.

Como Sauer parte do primado da forma à relevância definitiva da cultura? Esta articulação pode ser compreendida pelo seguinte corolário: as qualidades físicas da paisagem são aquelas que têm valor real ou potencial de habitat para o homem. O conteúdo da paisagem está nas qualidades físicas do “*berço*” (quadro natural) que são importantes para o homem, e também nas formas de uso desta área – portanto refere-se ao mesmo tempo a tratos do quadro material e da cultura.

O método morfológico de síntese propõe um percurso científico da observação em consonância com o positivismo lógico, visto que guarda o anseio de partir do universo empírico sem o apoio de teorias apriorísticas, pressupondo apenas a realidade de uma organização estrutural, para atingir um conhecimento puro, objetivo e livre de

---

<sup>73</sup> Há que se ponderar, além disto, as limitações da visão saueriana de cultura como um sistema fechado e hierarquizado, mais ou menos estático, donde a ação do indivíduo vem a ter pouca importância. Em seu pensamento os laços estruturais foram privilegiados em detrimento das pessoas que carregam, invocam, dão vida e desenvolvem a cultura (BERDOULAY, 2002, p.53).

preconceitos. A realidade que se pode alcançar por meio desta organização sistemática do conteúdo da paisagem seria precisamente a diferenciação regional, donde se depreende que através das formas (particularidades locais) se atinge o todo (regiões culturais). A natureza do Ser regional é uma decorrência da posição de destaque da cultura como marca da ação humana sobre as áreas, assim “*a paisagem cultural é a área geográfica em seu último significado*” (*Ibid., loc. cit.*).

Não há como deixar de discorrer sobre as candentes afinidades com o pensamento da biologia, aliás, explicitadas pelo próprio autor no corpo da obra. O conceito mesmo de morfologia vem dos estudos da anatomia, arquitetura, tamanho, aspecto e estrutura dos organismos vegetais e animais e das relações entre suas partes internas. Os conhecimentos de morfogênese animal remontam à Antiguidade Clássica, desde quando em III A.C. Aristóteles descreveu espécies que habitavam a Grécia<sup>74</sup>. Modernamente, o estudo morfológico dos organismos é fundamental em taxonomia, porque os caracteres de uma espécie particular são úteis na sua identificação e classificação.

Os conceitos de homologia e analogia também são importantes numa perspectiva evolucionista, pois estruturas homólogas se desenvolvem a partir de objetos ou substâncias com potencial morfogenético que têm base estrutural e padrão de desenvolvimento semelhante, possuindo assim uma herança evolutiva comum (como o braço de um homem e a asa de um pássaro); por outro lado, as estruturas análogas são apenas superficialmente parecidas e possuem funções semelhantes, porém padrões estruturais e evolutivos bem diferentes (como as asas de um pássaro e de um inseto). Há, assim, uma relação entre os fenômenos morfológicos e a evolução que pode assumir caráter convergente ou divergente de acordo com as variadas adaptações ao ambiente.

A analogia orgânica presente no método de morfologia da paisagem carrega esta concepção evolucionista em todos os seus três postulados básicos, os quais afirmam:

1) que existe uma unidade de qualidade orgânica ou quase orgânica; ou seja uma estrutura para a qual certos componentes [formas] são necessários [...]

2) que a semelhança de forma em estruturas diferentes é reconhecida em função da equivalência funcional, as formas sendo então ‘homólogas’; e

---

<sup>74</sup> Vide sobre esse assunto MACROPAEDIA BRITANNICA, 1978, vol 12, p.451-455.



3) que os elementos estruturais podem ser dispostos em série, especialmente em seqüência de desenvolvimento, indo de um estágio incipiente a um estágio final ou completo (SAUER, *op. cit.*, p.31).

Um pouco mais adiante o autor sentencia que de especial importância é aquele “clímax de cultura a que chamamos civilização”, a paisagem cultural evoluindo pelo desenvolvimento da cultura e suas mudanças. Compreende-se que o sistema descritivo pré-determinado e “puramente evidencial” do método saueriano possui uma certa razão classificatória ou taxonômica aplicada aos fenômenos com expressão em área, procurando colocar os fatos em uma apresentação correta do ponto de vista das formas, embora não estivesse isenta de prévios valores culturais.

Esta catalogação “científica” da paisagem seria o antídoto contra a parcialidade geral de critérios e as explicações deturpadas na origem por teorias preconcebidas, como fez abertamente o determinismo ou, de modo menos rígido, o possibilismo; todavia, ela estava enquadrada pelo mesmo contexto que supunha combater. Fica claro que a tentativa de reivindicar uma postura neutra – um velho sonho da ciência – é uma forma de ressaltar a perspectiva do autor, posição eleita como a mais próxima da verdade. Sua meta é adiar a explicação tanto quanto seja possível de se lhe acrescentarem novos elementos. Como se vê, não há tanta diferença em relação à escola francesa.

Sem dúvida, os esforços de Carl Sauer e Paul Vidal de La Blache foram profícuos e permanecem inspiradores até hoje, em função da relevância atribuída à cultura em seu enfrentamento da grande questão filosófica da relação sociedade/natureza. Pode-se dizer que ambos se preocuparam com a diferenciação da paisagem pelo homem, a quem o primeiro chamou de “o último e para nós mais importante fator morfológico”. Ou como disse Vidal de La Blache, a força que modela a paisagem está mais na homem que no meio natural, pois a mesma base comporta várias possibilidades culturais.

Apesar de Sauer reconhecer que as monografias regionais francesas descobriram na paisagem cultural a expressão máxima da área orgânica, ele demarcou bem a sua discordância com a seleção impressionista dos fenômenos e a excessiva liberdade artística dessa corrente (fatos curiosamente revistos como de grande valor pela nova geografia cultural). A padronização dos dados a observar constituiu um torniquete

metodológico apertado contra o livre arbítrio e as idiosincrasias que caracterizavam a geografia humana até então.

Todavia, tornou-se largamente aceito afirmar que o rigor da descrição não salvou a geografia humana de um empirismo renitente, pois a acachapante proeminência da forma trouxe poucas garantias à legitimidade da explicação. As tipologias morfológicas foram seu resultado mais científico, o que não escapou à polêmica de que uma ciência não se faz pela simples catalogação de padrões, por mais elaborada que ela seja. É patente hoje que a preocupação com o inventário do concreto através das exaustivas descrições das formas da superfície terrestre ofuscou as etapas subseqüentes do pensamento, o que na opinião mais ou menos geral da comunidade científica não revelou satisfatoriamente o complexo dinamismo do espaço geográfico.

Na opinião de Paulo C. Gomes estas correntes do pensamento geográfico não assimilaram bem Kant, pois propunham substituir os conceitos pela simples percepção e ordenação das formas, retroagindo aos sentidos como garantia de verdade: “Ainda que o espaço, segundo a estética transcendental, seja uma categoria a priori do conhecimento, a geografia, enquanto ciência, só pode pensar os fenômenos que ocorrem no espaço utilizando-se de conceitos” (GOMES, P. *op.cit.*, p.22-24). Com a simples constatação de diferenças morfológicas, os estudos geográficos acabaram aproximando-se do senso comum, retratando uma realidade por demais óbvia, ou quando muito enriquecendo-a através do gosto pelo detalhe. As tipologias morfológicas não escaparam à crítica Hartshorniana (HARTSHORNE, 1939) de que uma ciência não se faz pela simples menção e catalogação de padrões.

No entanto, em que medida estas considerações não se devem ao calor dos debates acadêmicos? Leituras mais generosas das monografias regionais ou dos estudos de paisagens culturais podem se revelar assaz lucrativas, contendo abordagens morfológicas menos “formistas” do que as críticas fazem supor. As correlações entre forma, estrutura e função eram debatidas na matriz da anatomia animal comparada desde, pelo menos, Goethe e Cuvier, e por certo isto não deixou de ser incorporado

pelas teorias morfológicas aplicadas ao espaço<sup>75</sup>. Tanto é que no século XIX o pensamento morfológico deixou de ser puramente descritivo e auxiliar aos estudos de classificação de espécies, para se tornar importante alicerce do conceito de evolução, culminando no conhecimento da base molecular e celular da forma dos órgãos e organismos<sup>76</sup>. Tal paralelismo é importante para que não se incorram em cômodos julgamentos fora de contexto, desvalorizando os esforços teóricos outrora realizados no seio da geografia.

### *Ecologia da paisagem*

Há outras heranças contraditórias no seio deste debate. Desde muito cedo o interesse por desenvolver a análise da morfologia da paisagem foi influenciado, como já foi afirmado, pelos instrumentos conceituais existentes no plano biológico, daí esta tradição ter estabelecido uma tenaz influência na construção do objeto geográfico. O relacionamento de forma com função, processo e estrutura, acompanhou e dialogou com os subsídios oferecidos pela biologia, principalmente pela ecologia, como por exemplo nos trabalhos de Carl Troll (1996), Hans Bobek e Josef Schmithüsen (1998) e G. Bertrand (1978).

Nestas abordagens a apreensão da morfologia em unidades ao mesmo tempo espaciais e ecológicas conferiu uma maior atenção não às formas/estruturas propriamente ditas, mas aos processos que as engendram. Esforço em que permanece patente a tarefa histórica da geografia, ou seja, unir as duas facetas da noção de paisagem – humana e natural – insistindo mais uma vez sobre o tema da integração e modificação do meio pelo homem, a despeito de não se chegar a uma teoria geral da paisagem (BERDOULAY e PHIPPS, 1985, p.10).

Na ecologia da paisagem, em grande parte também herdeira de Siegfried Passarge, o objeto da geografia é o espaço lito-bio-atmosférico, porém a ênfase recai não na descrição do visível, e sim nas relações íntimas entre os fenômenos espaciais

---

<sup>75</sup> Goethe e Cuvier consideraram a correlação entre forma e função de modo divergente. A tensão entre estas duas escolas pode ser resumida no fato de que a filosofia romântica alemã propunha a identificação de tipos ideais na forma animal como expressão dum princípio de perfeição da natureza, enquanto a biologia mecanicista francesa afirmava que as adaptações de forma e hábito decorriam de funções necessárias do corpo. Em nenhum dos casos o estudo da forma era um fim em si mesmo (consultem-se os verbetes “zoology”, “anatomy” e “morphology” em Macropaedia Britannica, 1978, vol 19, p.1164-1167)

<sup>76</sup> Ainda de acordo com a Macropaedia Britannica (*op. cit., loc. cit.*).

produzidos na dimensões físicas, biológicas e humanas. Para Bobek e Schmithüsen, por exemplo, a geografia começa pela observação do visível (formas, dimensões, qualidades, estrutura e organização internas), admitindo, porém, que somente uma pequena parte das relações existentes entre esses elementos é acessível à percepção imediata. Segundo os autores,

[os elementos correspondentes àqueles três mundos] estão no objeto geográfico, não somente justapostos ou interconectados, mas essencialmente integrados. [...] A natureza e a cultura na maioria dos objetos geográficos, como os espaços econômicos, se acham integradas.[...] A natureza animada e inanimada e o espírito, fundidos, constituem a matéria geográfica (BOBEK e SCHMITHÜSEN, *op. cit.*, p.75-77, grifado no original)

O ponto de partida é o mesmo de sempre: a matéria e a forma revelam a composição e dimensão espacial da área, ou seja, a sua imagem (fisionomia mais estrutura). A inovação consiste em considerar o conceito de *energia*, o qual conduz à trama funcional ou dinâmica interna da paisagem, quer dizer, à sua ecologia. Por fim, o fator tempo possibilita o arremate da análise numa perspectiva de gênese. Essa abordagem conduz a três diferentes metodologias de investigação – fisionômica/ecológica/histórica. Para os autores, o plano “noótico” (literalmente “espiritual”) perpassa todos os aspectos anteriores, visto que as idéias sociais, religiosas etc estão presentes no objeto geográfico. Além do mais, quanto maior a dimensão do objeto considerado, maior seu conteúdo normativo, enquanto pequenas áreas particulares se reduzem a um valor idiográfico<sup>77</sup>.

Trata-se, outra vez, da manutenção do enfoque taxonômico das paisagens, consideradas como conteúdo total dos setores da superfície terrestre. A analogia biológica também continua lá, pois o homem é um transformador de biocenoses naturais em artificiais. Essa abordagem sistêmica inova, contudo, ao centrar esforços no relacional, ao invés de apenas catalogar configurações territoriais. Os três planos da paisagem representam uma tentativa de abarcar a heterogeneidade do objeto, mas a complexidade do fenômeno desafia os modelos de análise, tanto que os autores

---

<sup>77</sup> O interesse da ecologia pelo conceito de paisagem é muito fértil, desde que ele se reporta de alguma maneira ao ambiente e aos processos propriamente ecológicos que propiciam a evolução das estruturas espaciais. A geografia, a seu turno, se interessa pelas diferentes maneiras de percepção ambiental dos povos e indivíduos, além de incorporar os fenômenos naturais enquanto produtores de uma dada configuração da superfície terrestre. A ecologia da paisagem é, portanto, uma área transdisciplinar do saber.

confessam que “normalmente é mais fácil sentir ou perceber a natureza da paisagem do que compreendê-la em termos conceituais” (BOBEK e SCHMITHÜSEN, *ibid.*, *loc. cit.*). Sua maior contribuição para o estudo da morfologia prende-se ao objetivo de descobrir uma *ordem* dentro da multiplicidade, almejando decompô-la para explicar as *relações* que produzem a paisagem.

Este caminho mostrou sua riqueza a partir da interface com a ecologia e a biogeografia, culminando com grande caudal de pesquisas contemporâneas em ecologia da paisagem. O trabalho de Carl Troll, anteriormente referido, talvez seja o desenvolvimento mais “híbrido” desta abordagem espacial-ecológica da paisagem já nos anos 50, apesar dele considerar que o conceito pertenceria, cientificamente, à geografia regional e comparativa. Trabalhando também com a morfologia, Troll introduziu a preocupação com a delimitação das menores peças do grande mosaico da paisagem, ou seja, os ecótopos (associações individuais mínimas, com configuração e localização determinadas).

Para compreender a paisagem como unidade orgânica era preciso conhecer as células constitutivas de sua estrutura. Nesta proposta, a geografia buscaria explicar uma configuração espacial baseando-se na concordância causal de suas diversas partes. A razão classificatória seria, assim, respaldada na análise funcional dos geofatores (componentes da paisagem), sendo o aspecto exterior resultante do conjunto de elementos e de suas relações externas e internas, enquadradas pelos limites naturais das outras paisagens. Um interesse estreito era posto na cobertura vegetal e na pedologia, pois a interação da vegetação com o solo conectaria de modo profundo a geografia da paisagem com o ecossistema:

Se em um ecossistema se altera ou se destrói a vegetação como consequência de um fato natural ou artificial, de uma forma espontânea modifica-se toda a estrutura geográfica e toda a integração dos elementos da paisagem [...] A natureza regula-se a si mesma e tende a recuperar o equilíbrio perturbado mediante a regeneração da vegetação e, como consequência dela, a do solo e assim sucessivamente (TROLL, 1996, p.6) .

Como a observação passa de um ecótopo isolado para o conjunto de toda uma paisagem, perceber-se-ia o conjunto harmonioso formado por componentes que interagem mutuamente e não podem existir por si mesmos. Deste modo, toda paisagem se apresenta como uma certa fisionomia que é resultante das relações funcionais entre

suas partes. Caso se modifiquem um de seus componentes a paisagem, em consequência, se transfigurará, podendo entretanto conservar testemunhos do equilíbrio de tempos passados. A paisagem natural diferenciaria-se da cultural através dos geofatores econômicos, técnicos, lingüísticos, sociais etc. No entanto, fica a impressão de que o interesse pelos ecossistemas é mais central que o das paisagens culturais.

Tal abordagem sistêmica decerto inovou ao centrar esforços no relacional, ao invés de apenas catalogar configurações territoriais. Daí, a maior contribuição para o estudo da morfologia prender-se ao objetivo de descobrir uma “ordem” dentro da multiplicidade, almejando decompô-la para explicar as “relações” que produzem a paisagem. Este caminho mostrou a riqueza da interface com a ecologia e a biogeografia, culminando com grande caudal de pesquisas contemporâneas.

De que maneira tais abordagens originaram novos enfoques epistemológicos e proposições para a dimensão morfológica? Comentando o interesse da ecologia pelo conceito de paisagem, Vincent Berdoulay e Michel Phipps<sup>78</sup> advertem para a inexistência de um consenso no seu interior, apesar de uma tradição significativa dos aportes da biogeografia. Partindo desta afinidade eles identificam duas grandes linhas do pensamento ecológico: de um lado, paisagem é o lugar privilegiado para o estudo das interações entre *comunidades* biológicas adjacentes, as quais são o objeto último da pesquisa, mas que necessitam de uma contextualização espacial mais ampla que a análise do ecossistema clássico. De outro lado, a finalidade da pesquisa visa à *paisagem* em sua globalidade.

Neste último caso, cuja sobreposição de interesses com a geografia é mais evidente, os autores percebem outras duas sub-correntes. A primeira, que pode ser ilustrada pelo trabalho de G. Bertrand (1978), concerne à integração hierárquica, mapeamento e análise transacional (processos de produção e controle) de *unidades espaciais-ecológicas significantes*, quer sejam de natureza ecológica complexa ou somente fitossociológica. A segunda perspectiva remonta propriamente à idéia de *organização espacial da paisagem*, aprofundando de modo explícito o modelo de relação, o que propicia a maior proximidade com as concepções da geografia humana.

---

<sup>78</sup> Refiro-me novamente ao esforço de reflexão conjunta coordenado por estes autores mediante a reunião de vários trabalhos que abordam a paisagem enquanto um sistema de elementos naturais e cognitivos: a obra “*Paysage et Système – de l’organisation écologique à l’organisation visuelle*” (1985). Ver em especial a introdução.

Nesta abordagem a organização é vista ora como uma correlação de signos, objetos ou condições presentes na paisagem, ora como correlação cartográfica, ou ainda como uma redundância de informação entre diversos elementos que compõem o cenário.

### *O sistema da paisagem e a morfogênese de significados*

A originalidade do aporte sistemêmico da paisagem advem da preocupação em refletir sobre em que medida as abordagens ecológica e semiótica (relação entre forma e sentido, significado e significante) podem ser convergentes, recolocando o homem como razão de ser da própria noção de paisagem (BERDOULAY, 1985a, p.149). Eis outro caminho para fortalecer a compreensão dos liames inseparáveis entre formas e significados.

Num enfoque mais próximo ao que interessa à presente pesquisa, a visão holística ou ecológico-semiótica procura superar a redução da paisagem ao sentido naturalista de meio, como frequentemente se percebe na biologia. Para Guy Di Méo (1997, p.156), numerosos autores têm mostrado como a paisagem, forma produzida por uma combinação do sistema ecológico e da percepção, nasceu na interseção da realidade material e de suas estruturas semióticas<sup>79</sup>, ao que se deve acrescentar o imaginário.

O próprio empenho de Berdoulay e Phipps por uma *teoria geral da paisagem* sugere a busca de quadros teóricos que permitam a integração, ao menos parcial, das abordagens ecológicas e semiológicas na geografia. Os autores propõem que o estudo da paisagem se remeta aos sistemas organizados e à teoria da organização, a qual pode se apoiar por sua vez em outras proposições, como a teoria da informação, a termodinâmica e a teoria das catástrofes.

O apelo à forma como elemento central da análise nesta última teoria torna possível o diálogo com o pensamento de René Thom (1972), por suas claras implicações com o pensamento morfológico, inclusive na geografia. Thom explica que catástrofe tem a ver sempre com uma mudança abrupta de regime, seja no mundo material, biológico ou mesmo no campo das idéias. Uma população de ratos que cresça

---

<sup>79</sup>Di Méo cita Bailly, Reffestin e Reymond (1980); Hussy (1980); Hard (1970) além dos já referidos Berdoulay e Phipps (1985).

lenta e progressivamente chegará a um limiar em que seu comportamento mudará bruscamente, em decorrência, por exemplo, da falta de alimentos.

De maneira análoga, a existência dos objetos é percebida por nossa visão através de seus contornos ou arestas, que são *linhas de catástrofe*, de mudança abrupta de um plano a outro. Por exemplo, quando se olha para uma mesa, o que se vê são as arestas que separam a superfície horizontal do tampo das outras superfícies daquele corpo. Na fronteira onde se encontram as arestas há uma mudança drástica de um “regime horizontal” a um “regime vertical”. Então, o que se visualiza é essa “catástrofe”: uma forma geométrica, uma linha. Essa aresta não ocorreu por acaso, mas foi o resultado de uma dinâmica agora invisível – o trabalho do marceneiro. A aresta é uma memória dessa dinâmica.

Na ilustração acima, a memória é algo firme, palpável, mas em casos mais complexos, como a feição de uma paisagem, a catástrofe é mais difícil de perceber. Não obstante, onde quer que haja forma, há uma catástrofe (e sua dinâmica subjacente). É possível correlacionar isto com o pensamento de Aristóteles, para quem um ser é algo que “está aí”, separado dos outros seres. O ser pode não possuir arestas como um corpo geométrico, mas possui efetivamente um limiar que o separa do restante do espaço. No dizer de Thom, o contorno é a forma do ser. Daí, os conceitos também podem ser vistos como formas. Eles possuem “bordas” que os separam dos outros seres do universo cognitivo e vocabular.

O que seria o contorno do conceito? Simplesmente a sua definição, pois como ensina o autor a significação de uma forma se manifesta apenas pelas catástrofes (arestas, contornos) que a criam ou destroem. Assim, compreende-se o axioma tão venerado pelos lingüistas formais: “o sentido de uma palavra nada mais é do que o uso dessa palavra” (THOM, *ibid.*, p.321). O *approche* morfogenético estrutural aplica-se em qualquer contexto, pois como se sabe a teoria das catástrofes é uma teoria geral dos acidentes, das formas, do mundo exterior, independente do substrato, ou melhor, da natureza material ou simbólica do substrato. Isto pode ser útil para a busca da unidade do conhecimento na geografia, pois a teoria pode ser usada para estudar as formas e mudanças de forma de objetos complexos como as paisagens, mesmo que seus contornos não sejam tão fáceis de determinar quanto gostaríamos.



À medida em que a atividade humana vai se ligando a uma configuração, natural ou não, a organização desta iniciativa e a interação homem-natureza vai sofrendo mudanças, algumas das quais conduzem a descontinuidades: organização de um sistema agrícola em condições edáficas favoráveis ou, ao contrário, a superação das limitações através da tecnologia; o comportamento dos trabalhadores em torno do sindicato e dos sem-terra em relação às formas de ocupar as propriedades improdutivas etc tudo isso é *forma* do que, juntamente com as alterações das feições físicas, passará a ser percebido como uma dada *paisagem*. Como os conceitos são também formas, isto se aplicaria a qualquer dimensão da paisagem, seja natural, cultural ou econômica.

Caberia ao geógrafo pesquisar, em cada caso, as dinâmicas subjacentes responsáveis pela fixação ou transmutação das formas componentes da paisagem, a sucessão da ordem espacial do mundo, pois, ainda segundo Thom,

Um dos problemas centrais estudados pela humanidade é o problema da sucessão das formas. Qualquer que seja a natureza última da realidade [...] é indisputável que nosso universo não é caos. Nós percebemos seres, objetos, coisas às quais damos nomes. Esses seres ou coisas são formas ou estruturas dotadas de um certo grau de estabilidade; eles ocupam uma certa porção de espaço e duram certo período de tempo. Além disso, embora um objeto possa existir sob muitos disfarces diferentes, nós nunca deixamos de reconhecê-lo; este reconhecimento do mesmo objeto na multiplicidade de suas manifestações é, em si, [...] o mesmo problema filosófico do conceito [...] O universo, tal como o vemos, é uma criação, evolução e destruição incessantes de formas. O fim da ciência é prever esta mudança de forma e, se possível, explicá-la (THOM, *ibid.*, p.1, grifo nosso).

Cada uma das formas da paisagem, bem como cada modo de concebê-la, seria uma catástrofe e o seu conjunto seria um sistema de catástrofes. A pesquisa das dinâmicas implícitas na formação dos elementos e representações da paisagem se faz, na prática, pela análise das descontinuidades fenomenológicas (físicas, humanas, mas também conceituais) presentes. Por isso, a geografia da paisagem pode ganhar, a partir desta teoria, uma conotação semiológica, como ensaiado por Berdoulay e Phipps, ou hermenêutica, de acordo com as correntes interessadas na interpretação histórica (ou gênese) dos fenômenos.

O geógrafo pode interpretar as formas/catástrofes que se lhes apresentam como descontinuidades fenomenológicas, buscando identificar os “atratores” que são responsáveis pela passagem de uma forma a outra. O conceito de atrator é fundamental

na teoria das catástrofes, pois toda mudança de forma de dá através da transição de um atrator para outro. Seu significado é simples: um estado de equilíbrio, ou conjunto de estados de equilíbrio, para o qual um sistema dinâmico converge. A estabilidade estrutural de um sistema em relação à influência perturbadora do ambiente depende do equilíbrio estabelecido pelo conjunto de elementos que interferem na sua configuração. A significação de um dado atrator é definida, pois, pela geometria de seu domínio de existência em um conjunto de outros atratores e pela topologia das catástrofes de regulação que limitam esse domínio. No caso da paisagem, os atratores podem ser físicos, biológicos e culturais.

A característica mais notável de uma forma é sua estabilidade estrutural, até que um atrator ou conjunto de atratores detonem um novo processo de morfogênese. Estes novos atratores, por sua vez, são estáveis pelo menos enquanto durar o seu tempo de vida, mas a tendência é que eles também se esgotem e sejam capturados por outros atratores. Neste sentido, o estudo da paisagem seria a análise das permanentes catástrofes que configuram o mundo percebido, identificando-se os atratores que provocam a perda do regime de equilíbrio. Nesta teoria a estabilidade de qualquer forma repousa, em última análise, em uma estrutura formal – de fato, um objeto geométrico.

A todo instante há sistemas perdendo estabilidade nos níveis físico, químico, biológico, sócio-econômico ou cultural. Em outras áreas do saber os atratores já vêm sendo identificados; por exemplo, na lingüística os fonemas foram considerados atratores diferentes em sistemas geradores de som. A pergunta em geografia é: quais seriam os atratores em relação à paisagem? A partir do exame macroscópico da sua morfogênese, estudando-se suas singularidades locais e globais, seria possível tentar reconstruir a dinâmica subjacente que a gerou?

Ora, estaria destarte recuperado um dos mais antigos postulados do pensamento geográfico: aquele que afirma ser possível chegar à explicação dos processos de organização espacial a partir do estudo dos fenômenos visíveis. Na verdade, Thom afirma que nada mais fez que colocar as intuições de Heráclito em uma moldura geométrica e dinâmica, donde sua teoria é uma novidade de 2.500 anos... A preocupação de Vidal de La Blache com a evolução das formas na superfície terrestre também pode ser inscrita neste largo movimento do pensar.

A moderna teoria da morfogênese vai consolidando diversas tentativas de caracterização de “formas simples” (ou básicas) universais, quer dizer, encontradas nos mais diversos domínios. Estaria aqui uma pista para se compreender a impossibilidade da existência de sociedades não-paisagísticas, como colocado anteriormente? O sentido de uma habilidade geosófica, pela qual todos os indivíduos em todos os tempos da história da humanidade haveriam de produzir conhecimento do espaço, pode advir da existência de atratores comuns, resultando em representações territoriais passíveis de analogia. É preciso, porém, mais reflexão, e seria precipitado concluir afirmativamente.

Finalmente, a perspectiva de Thom é um caminho original para a superação da dicotomia forma x conteúdo no estudo da paisagem, apesar de representar mais uma vez a aplicação de idéias originadas nas ciências exatas a um campo social. A consideração das ligações epistemológicas que podem existir entre a análise das estruturas espaciais e ecológicas e a análise da paisagem percebida necessita, portanto, de bastante cautela. Por enquanto resta a lição de que a ênfase pode recair antes sobre as estruturas espaciais (formas perceptíveis produzidas pelo funcionamento ecológico) do que sobre os processos produtores destas formas.

O enfoque ecológico considera o “Todo”, *vis-à-vis* de suas partes, sendo que esse todo não pode ser explicado pelo mero arranjo de seus componentes. O holismo que o embasa parte do pressuposto da “evolução emergente”, ou seja, de que existem “fatos novos” na natureza, e de que “Todos” inteiramente novos são efetivamente produzidos por uma força criativa do universo. À medida que novos componentes são reunidos para formar unidades funcionais maiores, novas propriedades emergem – propriedades estas que não estavam presentes quando os componentes existiam isolados.

Os geógrafos interessados na compreensão/explicação da paisagem foram atraídos por esta abordagem porque ela abriga a idéia de que os “componentes vivos” (organismos, inclusive o homem), como também os “componentes não-vivos” (o meio físico) funcionam juntos, como um todo, de acordo com leis físico-químicas e biológicas bem definidas, o que está na base do conceito de ecossistema. O clássico corolário lablacheano de que “a geografia estuda a constante *emergência* do novo na superfície terrestre” pode ser re-oxigenado, desta feita, fazendo-se apelo à teoria da complexidade para pensar paisagem e cultura enquanto sistemas abertos e até mesmo

difusos, marcados pela contingência e auto-organização, como fez recentemente Michel Roux.

E é exatamente por este motivo que os organizadores de “*Paysage et Système*” insistem nos dois lados da realidade paisagística que abarcam as abordagens ecológica e semiótica, propondo uma “ciência da paisagem” como tradução holística de espaço vivido: um *approche* integrado, levando em conta os componentes naturais e humanos:

A partir da análise ecológica, buscaríamos identificar os processos e as estruturas (formas) produtores e detentores de signos. Estes poderiam então ser considerados como significantes possíveis para o indivíduo que os percebe, ou os transforma, e que eventualmente os toma em um sistema de significação. Haveria aqui um nível elementar do processo de atribuição de sentido, que foi negligenciado até o presente na pesquisa e que deveria se situar no início das abordagens culturais ou sócio-econômicas e em contato estreito com a contribuição naturalista (BERDOULAY e PHIPPS, *op. cit.*, p.11, grifo nosso, tradução nossa)<sup>80</sup>.

Percebe-se que sua definição subjacente de paisagem é a de um conjunto de signos produzidos pelo funcionamento ecológico os quais seriam percebidos e carregados de significações pelo observador, e interpretados por “tradutores” de quadros sócio-culturais. A lógica ecológica e a lógica do significado se encontrariam na paisagem, “lugar semiótico”. Assim, estruturas objetivas (atratores?) conduziriam a um “modelo” de organização subjacente a todas as paisagens visíveis, fornecendo os signos/informações decodificados pelo observador.

Nesta abordagem, há que se considerar uma paisagem visível, concreta (conjunto de significantes possíveis) e a determinação da leitura levada a cabo por um certo olhar (significados). A análise semiótica<sup>81</sup> e ecológica da paisagem privilegia o

---

<sup>80</sup> Tradução a partir do original: “À partir de l’analyse écologique, on chercherait à identifier les processus et les structures(formes) producteurs et porteurs de signes. Ceux-ci pourraient alors être considérés comme des signifiants possibles pour l’individu qui les perçoit, voire les transforme, et qui éventuellement les prend en charge dans un système de signification. Il y aurait là un niveau élémentaire du processus d’attribution du sens, qui a été négligé jusqu’à présent dans la recherche et qui devrait se situer en amont des approches culturelles ou socio-économiques et en contact étroit avec l’apport naturaliste”.

<sup>81</sup> A semiótica é uma das vertentes da filosofia analítica que considera os problemas filosóficos por meio da análise lógica da *linguagem*, sendo esta considerada como *estrutura lógica subjacente a todas as formas de representação*, lingüísticas e mentais (MARCONDES, 1997, p.261). A escola americana da filosofia analítica definiu *semiose* como um processo em que algo funciona como um “sinal”, conduzindo para a moderna semântica lingüística (estudo da relação formal entre os sinais, da relação dos sinais com os objetos a que se referem, e finalmente da relação dos sinais com os seus intérpretes). Apesar da sua proximidade com a hermenêutica, a semiótica mantém uma relação mais estreita com os postulados positivistas.

mundo natural do “corpo” e da “coisa” num viés empirista que parece remeter ao positivismo lógico. Algumas de suas leituras, contudo, podem ser bastante úteis à arte da interpretação tal como se vem explorando aqui.

Assim, a paisagem é um lugar onde os objetos produzidos pelos mecanismos naturais e/ou a ação das sociedades humanas são arranjados em imagens perceptíveis, oferecidas a uma visão que lhes interpreta e, portanto, é também um lugar de seleção, escolha e criação mítica por parte dos observadores (WIEBER, 1985, p.167-178). De acordo com Guy Di Méo (*op. cit.*, p.157) é preciso reter bem esta proposição fundamental da geografia: sob o efeito da ação humana, o espaço e a materialidade se organizam em paisagens percebidas e re-significadas pelos indivíduos. Comentando o esforço coletivo dos autores reunidos em “*Paysage et Système*”, ele sublinha a contribuição da psicologia no desenvolvimento dessas abordagens, pois vários trabalhos têm comprovado que os dados figurativos da percepção humana favorecem mais a eclosão de imagens do que as idéias abstratas. Em consequência, Di Méo, mesmo adotando uma perspectiva bem diferente (advinda do marxismo), aceita como válida a premissa de que as representações geográficas se formam em relação a signos emitidos pelo mundo real, pelo ambiente, pela paisagem enfim.

As referências ao real re-enviam à uma organização do mundo que nos ultrapassa, nos domina e nos engloba enquanto sujeitos. Por isso, mesmo que os significados sejam atribuídos pela sociedade, o espaço carrega signos que o aludem enquanto materialidade, independente de nós, que reagimos a tais símbolos sob impulso de determinações psico-sociais. Para que tal atividade psíquica seja possível, é necessário que ela possa se apropriar ou incorporar um material exógeno – informações emitidas pelos objetos que deverão ser reconhecidos e cujas propriedades são em parte irreduzíveis. O desfecho é que a existência de um mundo estrutural e objetivo assim concebido permitiria a compreensão daquele “milagre” que conferiria aos indivíduos um mínimo patamar de representações espaciais e de referências territoriais comuns, matéria de reflexão da geosofia e que permite uma renovação do conceito de paisagem.

Essas concepções geográficas buscam uma “*teoria geral da morfogênese do sentido*”, privilegiando os fenômenos da afirmação humana como dependentes de uma estrutura morfológica abstrata que molda a espacialização, repousando sobre as dimensões fundamentais do sentido simbólico e antropológico. Porém, em contraste

com tais tipos de análise lógica da significação, os quais quase sempre desembocam em estudos estruturalistas da linguística, existem as correntes apoiadas na hermenêutica, cujo método de estudo é eminentemente históricos, favorecendo a interrelação da interpretação com o imaginário, como será visto no próximo item.

### 2.1.2 Força imaginal e dimensão simbólica da paisagem

*Eu queria construir uma ruína. Embora eu saiba que ruína é uma desconstrução. Minha idéia era de fazer alguma coisa do jeito de tapera. Alguma coisa que servisse para abrigar o abandono, como as taperas abrigam. Manoel de Barros (2000, p.31).*

No item anterior buscou-se indicar que, apesar das diferenças epistemológicas existentes no seio da geografia, é totalmente obsoleto discutir o conceito de morfologia da paisagem sem remetê-lo de maneira mais ou menos enfática à dimensão do significado, como foi tentado, aliás, em diferentes caminhos pelas escolas do pensamento geográfico. Entretanto, não há dúvidas de que a perspectiva simbólica só veio a adquirir um destaque expressivo no discurso acadêmico bem recentemente, quando da revitalização do conceito de paisagem mediante a apreciação crítica dos aportes tradicionais e/ou o aprimoramento de seu embasamento teórico. A reciprocidade forma-significado assenta-se no reconhecimento do papel central do espírito humano: a paisagem pode ser uma realidade interpretada pelos habitantes e subjetivamente dotada de sentidos por eles na medida em que forma um mundo coerente para as suas ações cotidianas (COSGROVE, 1984; 1998).

É forçoso afirmar que a equiparação entre estas duas dimensões fundamentais mostrou-se esforço legítimo somente em função da renitência com que a *poiesis* resistiu aos ataques do pragmatismo da ciência. Diante da força criativa da humanidade, expressa na leitura do espaço, a geografia humana não poderia manter-se como um ramo das ciências naturais, pois como disse Denis Cosgrove (1984, p.17), todo o esforço visando tornar científico o conceito de paisagem não foi suficiente para separá-

lo totalmente de suas raízes estéticas e subjetivas. Toda paisagem é simbólica, é também aquilo que se imagina e que recebe diferentes valorações e sentidos culturais.

Focar a cultura como um conjunto de significados e atividades plenas de sentido remete inevitavelmente à ação humana, ao seu poder de simbolização e à significância reprodutiva do ritual (GREGORY e SMITH, 1986, p.91). A renovação da geografia cultural pelas humanidades, tomando para si tais questões, apresenta grande potencialidade para reparar o peso excessivo geralmente dado à estrutura econômica na explicação tradicional em geografia humana. O persistente economicismo colocou a cultura como um conceito pobre e epifenomenal para explicar a organização do espaço pelo homem, apesar de que pelo menos desde Sauer já se havia a consciência de que a economia de um grupo humano é culturalmente circunscrita.

A retomada do humanismo na geografia insiste em pontos básicos: “os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os freqüentam” (CLAVAL, 1999a, p.55). Este *revival* do humanismo em geografia, especialmente a partir dos anos 70, tem sido correlacionado de forma direta com a profunda insatisfação a respeito dos modelos mecanicistas desenvolvidos durante a revolução quantitativa dos anos 50 e 60.

Uma indagação de fundo orientou as reflexões mais recentes em direção ao humanismo: como a paisagem percebida pelo observador se articula com a materialidade do mundo exterior e de que maneira ele representa esta última? Notou-se que existem múltiplos particularismos entre aquilo que se pode perceber e as interpretações oferecidas por um sem número de tradutores sócio-culturais, além da relação dinâmica entre o sujeito (observador) e o objeto (aquilo para onde se volta o olhar). A emergência do sentido abriu, então, um leque vastíssimo à geografia da paisagem, representando a possibilidade de ultrapassar os muros da razão e a iconoclastia redutora da ciência positiva.

Foi mencionada anteriormente a tentativa de interpretação racionalista levada a cabo pela semiótica ecológica; neste momento será lançado um olhar mais acurado numa perspectiva em grande parte contra-racionalista que toma para si a tarefa de instaurar uma hermenêutica restauradora da imagem, dos simbolismos e do imaginário como elementos válidos do discurso científico.

*O olhar humanista e a contribuição da hermenêutica*

Uma abordagem que privilegie o papel central e ativo da sabedoria, consciência, imaginação e criatividade humanas é uma abertura para compreender os sentidos, valores e significados dos eventos da vida, para retomar uma expressão cara aos estudos da fenomenologia. Mas não se trata de tarefa das mais simples ou isentas de controvérsias. A tensão básica que alimenta as correntes humanistas advém das ambigüidades com que a paisagem se revestiu ao longo de sua construção como um objeto do saber, ou seja, a permanente oscilação do conceito entre o individual e o social, bem como entre o objetivo e o subjetivo.

Tais conotações geram problemas para os que querem uma definição pura, científica e precisa – denotando a atualidade dos debates sobre a incorporação da subjetividade e das paixões humanas às reflexões acadêmicas. Entretanto, para Denis Cosgrove é justamente devido à ambigüidade de buscar compreender o espaço terrestre tanto como sujeito quanto como objeto da ação humana que a geografia pode ser melhor alinhada aos objetivos e métodos das humanidades:

Sem dúvida é em parte precisamente a ambigüidade dual que alça o valor continuado da paisagem em uma geografia que busca compreender o espaço terrestre tanto como sujeito quanto como objeto da ação humana, em uma geografia que encontra seus objetivos e métodos mais proximamente alinhados com aqueles das humanidades e seus modos hermenêuticos de entendimento do que com aqueles das ciências naturais (COSGROVE, 1994, p.15, grifo nosso, tradução nossa)<sup>82</sup>.

Tanto quanto a abordagem semiológica, a hermenêutica aceita que o conceito de paisagem comporta necessariamente um componente visual (morfológico), e assim sendo se deve considerar a questão dos significados atribuídos àquilo que se percebe. Como afirmam Berdoulay e Phipps (1985), o observador separa o “visto” do “visível”, sendo que para a semiologia ecológica esta operação só pode ser compreendida através do suporte natural da paisagem enquanto nível de organização semiótica, o que finda por restringir a própria amplitude da interpretação. É por esta razão que os autores

---

<sup>82</sup> Tradução do original: “*Indeed it is in part precisely the dual ambiguity which purchases landscape’s continued value in a geography which aims to comprehend terrestrial space as both subject and object of human agency, in a geography which finds its aims and methods more closely aligned to those of the humanities and their hermeneutic modes of understading than with the natural sciences*”.



reconhecem que o método semiológico proposto revela-se mais profícuo sobretudo em situações onde o componente biológico da paisagem é muito marcado.

Para Mondada e Racine (1995, p.247) o que está em questão na abordagem sistêmica dos autores supracitados é a apreensão da paisagem em sua materialidade, buscando-se os fundamentos ecológicos de sua semiótica e o lugar de emergência de seu sentido. O que se almeja, em última instância, é uma leitura do “texto” paisagístico que explicita as condições de construção dos objetos geográficos.

A hermenêutica, por seu turno, privilegia a história e a cultura em seu sentido mais amplo, instrumentalizando reflexões orientadas pelo e para o humanismo. O texto aqui é mais carregado de sentidos, a leitura podendo ser dirigida por tradutores artísticos, antropológicos e históricos. Em poucas palavras: o foco geral dessas interpretações congrega atributos humanos para além da *razão*. Neste sentido, junta-se ao criticismo das correntes de pensamento que questionam a objetividade do saber. Contudo, aceitar as ambigüidades acima aludidas não implica em abandonar o conceito em questão (a paisagem), mas ficar ciente dos contextos em que se originaram seus significados culturais. Uma formulação radical deste pensamento pode ser encontrada em Yi-Fu Tuan (1976), para quem a geografia humanista é uma visão expansiva do que a pessoa humana é e pode fazer.

Neste sentido, falar de significado não se restringe à consideração de signos, modelos e padrões de relação funcional entre os símbolos e os sujeitos da observação, apesar de também incluir isto; antes, porém, o campo do significado em seu sentido mais contundente remete à consideração do imaginário geográfico e do plano afetivo como uma força criativa da realidade. Isto foi correlacionando anteriormente com a idéia de “*força imaginal*” que Maffesoli (1997) utiliza de forma análoga em relação à política; na geografia vários autores chamam a atenção para um papel semelhante desempenhado pelo deleite estético (RELPH, 1987; APPLETON, 1986) ou pelos laços cotidianos das pessoas com os lugares (TUAN, 1974; LOWENTHAL, 1986). Denis Cosgrove, na obra citada acima, sublinha o sentido ideológico do termo, enquanto uma imagem calcada numa consciência falseada da realidade a serviço da dominação de classes.

De qualquer maneira, paisagem não é caos, mas sistema organizado em imagem e narrativa pela sociedade e pelos indivíduos, conseqüência de uma transformação

coletiva do espaço, comportando assim tanto induções e intencionalidades quanto contingências. Vista em perspectiva pelo humanismo em geografia, a paisagem recolocaria a preocupação com a construção social do espaço, ao invés de privilegiar o “*confinamento espacial de pessoas e povos*” (GREGORY e SMITH, *op. cit.*, p.208). Como produto social, incorporaria à memória pessoal e histórica uma materialidade real, fundadora das representações. Para a abordagem hermenêutica em especial o *imaginário* é nuclear, pois a incorporação do concreto se faz de forma indireta, a partir de códigos, mitos e símbolos instituídos coletivamente, como assinalado no capítulo dois.

É preciso recolocar, neste ponto, a discussão sobre o imaginário geográfico. Assumir o caráter simbólico da paisagem não é apenas reconhecê-la como um conjunto de modelos produzidos a partir de informações da natureza e dos homens, tal qual privilegiam os diversos matizes do estruturalismo. Numa perspectiva cultural, o imaginário traz para a geografia da paisagem uma duplicidade dimensional indelével:

[...] a paisagem só é imagem, produzida pela sociedade e incorporada pelo imaginário social, porque reflete um real concreto no qual a geografia se encontra em primeiro plano. [...] A paisagem então revela-se uma ligação essencial entre a *geo-grafia*<sup>83</sup> e o imaginário social, uma articulação entre a imaginação e o espaço, pois o imaginário reporta-se aos objetos geográficos e reflete, embora transformado, as relações que o homem estabelece com o espaço, criando uma materialidade para a memória coletiva e fundando o que podemos chamar de imaginário geográfico (CASTRO, 2002, p.124-125).

Portanto, ao levar em conta o imaginário geográfico assim concebido, a natureza não pode ser vista como um dado independente da representação social; quer dizer, em sua cristalização enquanto paisagem ela é percebida, interpretada e mediada pelas representações. Aqui compreende-se melhor a referida retroação homem-espaço: segundo Castro, as representações podem ser minimamente definidas como “uma estrutura cognitiva mental relativamente geral e abstrata, a partir da qual pode-se falar em um modelo, internalizado pelos indivíduos de uma sociedade, que permite

---

<sup>83</sup> Através deste termo a autora reporta-se à compreensão de Augustin Berque segundo a qual a paisagem existe primeiramente em sua relação com um sujeito coletivo (a sociedade que a produz e transforma segundo uma lógica própria), exprimindo uma civilização, ou seja, é uma escrita, uma marca no espaço e deve ser interpretada no contexto histórico que a grafou. Consulte-se Berque (1990, 1998).

conceitualizar o real” (CASTRO, *ibid.*, p.125). A paisagem é justamente a encruzilhada ontognosiológica entre o real e a representação.

Isto porque a terra é um registro do universo simbólico da humanidade tanto quanto uma fonte de recursos para a vida material, daí possuir as marcas da existência como se fosse um “texto”, porém à espera de tradução. Este caráter duplo é passível de ser analisado enquanto resultado das situações cotidianas de interpretação da realidade.

#### *A idéia hermenêutica de paisagem como circunstância interpretada*

A paisagem é uma realidade objetiva, mas que somente adquire vida no pensamento e nas ações daqueles que a habitam. A vida da paisagem ao nível do pensamento brota da relação entre o “eu” e sua “circunstância”, neste caso tudo que foi dado previamente à existência e que se costuma denominar de natureza (BERGER e LUCKMANN, 1988). Pois bem, o “eu” interage com os seus semelhantes (intersubjetividade), transforma e interpreta a natureza, donde resulta a idéia de mundo. Na concepção da existência advinda desta sociologia do conhecimento, a paisagem pode ser vista basicamente como uma *circunstância interpretada*.

A natureza sempre esteve presente no imaginário social da humanidade, integrada a uma *geosofia*, o que significa dizer que há de fato um imaginário geográfico concorrendo para a elaboração das diversas visões de mundo, incluindo aquelas propriamente paisagísticas: “Portanto, se a paisagem remete necessariamente à natureza e à representação, ambas remetem ao problema do imaginário em função da mediação simbólica que assume a representação da natureza para os mais diferentes grupos sociais” (CASTRO, *op. cit.* 125). Além do mais a paisagem tem uma dimensão espacial e uma dimensão temporal decorrente das suas diversas interpretações ao longo da história.

Aceitando com Berger e Luckmann (*op. cit.*, p.77) que “a expressividade humana é capaz de objetivações” (trabalho, ação) percebe-se que a vida em sociedade consiste justamente na trama dessas objetivações, das quais se destaca a “significação” como a mais importante – a produção humana de signos e sentidos. Todo um “acervo social” é reunido em “campos semânticos” ou formas de significação lingüisticamente circunscritas em um dado universo simbólico, ao que se deve acrescentar a

geograficidade das experiências individuais e coletivas. Por isto o estudo da retórica paisagística pode revelar-se uma ponte entre sujeito, lugar e simbolização.

O estoque social de conhecimento representa o mundo vivido cotidianamente pelos grupos humanos, e este dia-a-dia integrado é um ingrediente fundamental da paisagem. No plano geral, a arte, a cultura e o imaginário são produtores deste campo de significação do mundo; mas, além disso, a experiência da paisagem guarda sempre uma especificidade perceptiva biográfica, isto é, decorrente da vivência de cada um. É aqui que a compreensão geográfica deve demorar-se “sobre o sentido dos lugares, sobre a importância do vivido, sobre o peso das representações” (CLAVAL, 1999c, p.53), tornando indispensável um estudo acurado das realidades culturais e do papel dos sujeitos individuais e coletivos. Refletindo sobre este mesmo aspecto, J. Foster (1999, p.81-82) insiste na importância da circunstancialidade e da experiência corporal dos indivíduos para o surgimento da paisagem.

Pode-se pensar que a correlação que funde o real e o pensamento humano no imaginário geográfico se faz necessária e genericamente com o espaço, fonte inesgotável de signos, e em particular com a paisagem, uma das suas expressões mais candentes. Em outras palavras, a paisagem é uma ligação essencial entre a anteriormente aludida “*geo-grafia*” e o imaginário social, uma articulação específica entre a imaginação e o espaço, uma *aparição* – não no sentido de fantasmagoria, mas de emergência de significados. Decorre daí a relevância ímpar que vem alcançando a incorporação da imagem, do simbólico e do imaginário como problemas incontornáveis na busca do conhecimento (CASTRO, *op. cit.*, p.126). Desmontar estas imagens, verificar sua lógica de construção e os processos cognitivos que as possibilitam adquirir coerência, é revelar como elas modelam a experiência que as pessoas têm do mundo e como influenciam suas ações. Ou seja, o trabalho das ideologias em sentido amplo.

Esperamos haver deixado claro que a relativização da racionalidade não significa uma prisão aos delírios do inconsciente e às arbitrariedades do sentimento. Da mesma maneira, o problema da paisagem não deve ser analisado no contexto de um imaginário geográfico reificado, uma vez que este é parte do imaginário social. Portanto, como afirma Castro, é mister interpretar a geografia contida no imaginário social e expressa no próprio discurso geográfico para compreender o papel que as representações do meio desempenham nas práticas espaciais e na organização do

espaço. O imaginário geográfico, embora resulte de um predicado humano de liberdade, que é a *poiesis* da imaginação, é informado por atributos espaciais. Quer dizer, sempre existirá uma força imaginal subjacente na gênese das representações humanas das formas concretas. Ora, aqui está a “mágica” da paisagem! Este é o conceito geográfico que melhor encerra um tipo de pensamento sintético, onde as lacunas entre a espacialidade e a expressividade são constantemente preenchidas pelo esforço não-aleatório da imaginação.

Por exemplo, Foster refere-se a isto quando fala da epifania da paisagem, propondo a existência de um tipo de conhecimento subjetivo que confere *profundidade* ao espaço a partir da experiência corporal, e do qual a retórica e as representações tirariam partido. Ele arvora a utilização da fenomenologia da percepção para dar conta da “experiência corporal e biográfica” da paisagem a partir do pressuposto de que nossas percepções do mundo não são nem um registro passivo, nem uma imposição ativa dos sentidos, mas frutos duma coexistência sujeito-objeto inseparável das atitudes corporais (FOSTER, *op. cit.*, p.87). Apesar de preocupações similares às aqui anotadas, sua postura afina-se melhor com o estudo dos sentimentos estéticos radicalmente subjetivos, bem como das condições psicológicas subjacentes à dinâmica do imaginário geográfico.

Com efeito, o foco da “psico-geografia” é colocado não sobre o objeto mesmo – a morfologia da paisagem – e sim sobre as suas relações com modos de pensar, sendo a linguagem o grande depósito de sedimentações coletivas de sentido. Esta orientação forneceria uma “tipologia das formas espaciais” que poderiam ser reduzidas a uma série essencial de “arquétipos de formas” existentes em todos os sistemas lingüísticos (MOLES, 1995, p.170-171). Contudo, existiria um conhecimento que escapa à objetivação do racionalismo discursivo, sendo apenas captado a partir das estratégias de simbolização representadas pelas metáforas, analogias e alegorias (FOSTER, *op. cit.*, p.94).

Por isto há que se contornar o referido risco de limitação dos estudos de geografia cultural a um corte lingüístico, puramente taxionômico, ao contrário do reconhecimento de que os indivíduos acedem à compreensão também por intermédio de práticas inventivas, ou seja, da imaginação geográfica. A criatividade invoca o imaginário e põe os arquétipos e mitos a funcionar em composições originais, daí a

necessária ponte entre os procedimentos retóricos e a experiência cotidiana do espaço. Como enfatiza Berdoulay (2003, p.54), somente com o aprofundamento da crítica pós-estruturalista se podem abrir caminhos para alcançar, em um mesmo movimento, a criação como produto e a criação como ação, não bastando levar em conta a compilação das representações espaciais que os sujeitos autônomos e ativos produzem.

O que se vislumbra a partir das epifanias da paisagem considerando os lugares onde estas *aparuições* ganham significados? É preciso refletir novamente em termos da cultura como um trabalho dos sujeitos locais submetidos às tensões entre conciliar cotidiano e valores mais universais (BERDOULAY, *ibid.*, p.55), manejando idéias oriundas seja da “máquina de normatização do espaço” (ciência, técnica, política), seja das representações do imaginário social. Quando examina uma dada configuração territorial, a geografia busca identificar – de modo concreto ou metafórico – as singularidades do contorno visível desta fisionomia; tais singularidades são captadas pela nossa mente a partir das projeções desses contornos pelos sentidos, que apenas refletem parcialmente aquilo que se passa no Ser espaço, onde subjaz verdadeiramente a dinâmica em parte inalcançável do sistema.

Assim, as coisas percebidas constituem, no fundo, reflexos de coisas não percebidas; isto é, há sempre a tentativa de decifrar um “segredo” quando se interpreta a paisagem, mesmo em seus componentes puramente físicos. O conhecimento sensível ou empírico não procede exatamente da mesma maneira, uma vez que a lógica do mito e da linguagem predomina sobre a racionalização do espaço. Porém, as influências mútuas destas duas maneiras de ver e pensar são, mais do que plausíveis, inevitáveis.

Neste sentido, os objetos geográficos fazem parte do cotidiano individual e coletivo, participam da prática social que lhes confere valor simbólico. Conclui-se, em acréscimo ao que foi dito anteriormente, que o imaginário social apresenta uma profunda *geograficidade* pela relação concreta que se estabelece entre o homem e a Terra (CASTRO, *op. cit.*, p.127). Por ser recíproca a relação entre o mundo e o indivíduo, a paisagem objetivada é re-introduzida na consciência no curso da socialização e torna-se herança comum de um dado grupo humano.

Pode-se pensar que no imaginário geográfico a correlação que funde o real e o pensamento humano se faz necessária e genericamente com o espaço, fonte inesgotável de signos, e em particular com a paisagem, uma das suas expressões mais candentes.

Em outras palavras, a paisagem é a ligação essencial entre a *geo-grafia* e o imaginário social, mas é através da ação dos indivíduos que esta articulação é imaginada com o espaço. Daí ela ser uma *aparição* rica em tensões advindas do trabalho do sujeito para dar coerência aos deslizamentos dos espaços de referência e aos discursos polissêmicos típicos do mundo contemporâneo. A hermenêutica, enquanto arte e ciência da interpretação – assumindo assim papel de destaque no pólo epistemológico segundo uma postura que se contrapõe ao reducionismo da lógica formal – seria justamente a *maiêutica* que auxiliaria o geógrafo no parto dessa epifania.

Pelas razões apontadas acima, a leitura semio-ecológica da paisagem a partir de René Thom, como foi visto no item anterior, não é a única possibilidade de aplicação da sua teoria<sup>84</sup>. Aliás, em artigo mais recente ele afirma textualmente que “[...] a teoria das catástrofes, na sua forma mais pura é, de qualquer maneira, uma hermenêutica” (THOM, 1991, p.31, tradução nossa)<sup>85</sup>. Quer dizer com isto que, ao analisar morfogeneticamente uma fenomenologia qualquer há um ponto em que o cientista vê o seu processo tomar uma figura, surgir como *uma forma que precisa ser interpretada*, remontando-se à sua história ou gênese.

Portanto, os métodos semiológicos suscitam algumas leituras mais aproximadas com a arte da interpretação que os exemplos aqui explorados. É o caso da geografia da estruturação de Richot, como apontam Mondada e Racine (1997, p.249). Nesta vertente, a semiótica se aproxima da hermenêutica ao considerar as ligações entre morfogênese e simbolização, baseada no desenvolvimento original que Jean Petitot (1985) efetivou a partir de Thom. A concepção de *morfogênese do sentido* advinda desta teoria privilegia o movimento, onde os fenômenos da afirmação humana são considerados, de um lado, como dependentes de uma estrutura morfológica abstrata que molda a espacialização e, de outro, como repousando sobre as dimensões fundamentais do sentido antropológico.

De acordo com Paulo C. Gomes (1996, p.312), a hermenêutica integra o horizonte humanista da geografia, o qual apresenta-se, no entanto, bem mais amplo que este método. Aqui, a capacidade de interpretação é o eixo fundamental e decorre do fato de que o geógrafo pode se colocar na perspectiva de um observador privilegiado,

---

<sup>84</sup> Vide, por exemplo, o artigo “*Geographie et semio-linguistique*” de L. MONDADA e J-B. RACINE na “*Encyclopédie de Géographie*” (BAILLY, FERRAS e PUMAIN, 1995, p.239-254).

<sup>85</sup> No original se lê: “*la théorie des catastrophes, sous sa forme la plus pure en quelque sorte, est bien une herméneutique*”.

dispondo de elementos que potencializam sua compreensão da espacialidade das atividades humanas. O jogo de analogias, valores, identidades e representações que espelham historicamente o espaço são os processos de significação que interessam para explicar – ou melhor dizendo, compreender – uma configuração espacial, uma paisagem enfim. Não é por acaso que esta corrente re-valoriza as monografias regionais, pois as diferentes descrições adquirem um significado de material de trabalho, como uma espécie de retorno aos “textos fundadores” da geografia.

A analogia é válida, visto que inicialmente a hermenêutica se definia como decodificação de textos sagrados. Partindo dos albores do século XX, com W. Dilthey e seu *Monde de l'esprit* (de 1911)<sup>86</sup>, consolida-se a concepção atual, que a toma não meramente como um instrumento auxiliar no estudo da história da literatura e das ciências do espírito, mas sim como o método de interpretação mais eficaz (ELIADE, 1964; 1986). Seus procedimentos são baseados no prévio conhecimento dos dados da realidade que se quer compreender, mas que, por sua vez, dá sentido a esses mesmos dados por meio de um processo circular inevitável, o chamado “círculo hermenêutico”. Advém daí a máxima de que “somente um procedimento que leva em conta os conteúdos próprios e específicos a cada fenômeno pode ser considerado eficiente” (GOMES, P., *op. cit.*, p.312).

A pretensão primeira do método hermenêutico é então compreender um objeto – no caso, a paisagem ou sua emergência – de uma maneira mais aguda ou contextual do que poderiam fazê-lo os que vivem nela, posto que o recurso à história possibilitaria penetrar fundo no sentido da vida. A liberação do compreender histórico daria acesso a um modo de entendimento originário, quer dizer, a partir da gênese dos fenômenos. A ressalva a ser feita é quanto ao fato de que a própria história deve ser tomada como uma reconstituição intencional do passado e assim sendo só pode ser vista como *narrativa* (GOMES, P., 1997, p.31). Uma análise objetiva dos sentidos históricos não pode deixar de considerar as re-invenções atuais da tradição, do mesmo modo que uma postura *geosófica* não permite escolher qual o ponto de vista mais verdadeiro para se decifrar um tipo de leitura espaço, mas apenas coloca balizas necessárias ao compartilhamento (no máximo) ou contraste (no mínimo) de diferentes sensibilidades.

---

<sup>86</sup> Sobre as bases da hermenêutica moderna ver Dilthey (1947), com ênfase no tomo 1, p.319-340: “*Origine et développement de l'hermeneutique*”.



De qualquer maneira, o foco é colocado não sobre o objeto mesmo, mas sobre as suas relações com modos de pensar. Para as teorias da construção social da realidade a linguagem é o grande depósito de sedimentações coletivas de sentido. Isto conduz, como já foi dito, aos estudos do discurso, através da necessidade de reconhecer a transmissão das tradições mediante a linguagem. Também o papel da arte e da religião é ressaltado para o entendimento dos valores e significações construídos culturalmente por um grupo social. Os estudos das mitologias e metáforas espaciais vêm a ser pontos-chave para a geografia preocupada com as representações sociais, desde que se atente para as tensões entre o particular e o universal centradas na atividade cultural do sujeito.

Como este nem sempre é o caso, percebe-se que o moderno humanismo em geografia lança mão do método de interpretação com diferenças teóricas não negligenciáveis. Gregory e Smith em seu já aludido “*The Dictionary of Human Geography*” (1986), explicam no verbete *humanist(ic) geography* que duas correntes principais podem ser distinguidas: a primeira delas é caracterizada por uma auto-consciência dirigida à reflexão sobre a experiência humana e sua expressão no mundo, buscando em última instância revelar o que significa o ser humano nesta terra. Para os autores, os métodos deste círculo abarcam desde o criticismo literário, a estética e a história da arte, chegando propriamente à hermenêutica. O interesse pelo lugar e pela iconografia da paisagem caracteriza o rol de pensadores que se ligam majoritariamente à (nova) geografia cultural e histórica, como D. Cosgrove, D. Meinig, Y-F. Tuan e E. Relph. A especificação do conceito de paisagem em relação às demais definições usadas pela geografia incluiu-se, para alguns desses pensadores, no projeto de renovação epistemológica que propunham. Deste modo,

Meinig dizia que a paisagem se diferencia da natureza pelo caráter unitário que imprime a nossos sentidos; de cenário porque não nos relacionamos apenas esteticamente com ela; de ambiente porque não se trata apenas de nossa sustentabilidade enquanto seres vivos; de região e de área porque o sentido da paisagem é eminentemente simbólico; e, dos lugares pois estes se referem ao indivíduo e são nomeados, enquanto a paisagem se caracteriza mais como superfície contínua e não como foco de atenção (HOLZER, 1999a, p. 157-158, grifos nossos).

A segunda corrente, para os autores do citado dicionário, é mais teórica, na medida em que propugna para si o objetivo central de clarificar a própria atitude de

teorização. Suas construções derivam da notória filiação às ciências sociais e humanas, mais especificamente ao existencialismo e à fenomenologia<sup>87</sup>. Seus métodos são também tipicamente aqueles da hermenêutica, porém concebida no seu sentido social mais amplo, em adição à etnografia, observação participante e inferência lógica. Seu interesse na construção social do espaço, nas múltiplas geografias do mundo vivido e na geografia da ação e interação social coloca este círculo de pensamento mais próximo da geografia social e das teorias da estruturação e da interação simbólica, na perspectiva de autores como P. Jackson, K. Christensen e G. Rowles (GREGORY e SMITH, *op. cit.*, p. 207-209).

Um dos autores mais influentes desta corrente nos dias de hoje é Augustin Berque, um admirador da fenomenologia de Husserl por encontrar aí um rompimento radical com o maniqueísmo moderno que pretendeu separar o físico do fenomênico (BERQUE, 1995b, p.364). Ele ressalta que a fenomenologia “tocou de raspão o pensamento geográfico” com a precoce obra de E. Dardel (1952); todavia, atribui mais diretamente ao conceito de “*espaço vivido*” de A. Frémont (1976) a descoberta das qualidades subjetivas da região.

#### *Limites do criticismo humanista*

No interior deste grande bloco do pensamento as divergências revelam a efervescência do tema. Em sua revisão do resgate humanista da paisagem, um dos expoentes da nova geografia cultural anglo-saxônica, o pós-estruturalista Denis Cosgrove (1984; 1998), busca demarcar uma posição original sintetizada pela introdução do materialismo histórico como ferramenta metodológica. Ele critica, assim, a chamada “geografia da percepção” de Yi-Fu Tuan ou de David Lowenthal por não haver se calcado em uma forma adequada de explicação social ou histórica, preferindo o tratamento da psicologia para o indivíduo, tema que seria de interesse geográfico menor. Como o sensível comporta leituras por vezes antagônicas, ele questiona a objetividade, a validade e a transparência dessas pesquisas.

---

<sup>87</sup> Tais concepções, com frequência, fundamentam-se filosoficamente em Heidegger, Husserl, Gadamer, Cassirer ou Ricoeur, dentre outros pensadores contemporâneos, guardando diferenças consideráveis que não cabe especificar nesta tese. Sobre a contribuição e os limites da fenomenologia e do existencialismo para a geografia pode-se consultar as idéias de J. Nicholas Entrikin em seu artigo “*Contemporary Humanism in Geography*” (ENTRIKIN, 1976).

Para Werther Holzer (1999a, p.164-166), os conceitos subjetivos de paisagem, saídos das abordagens fenomenológicas, são importantes para o estabelecimento de identidades e geograficidades estudadas pela geografia; no entanto, ele crê que o sentido original do termo, de formatar ou produzir a Terra, continua sendo fundamental no seio da disciplina, sendo então necessário utilizá-lo de forma inovadora a partir das mudanças ontológicas trazidas pela crítica dos métodos científicos tradicionais:

[...] O conceito de paisagem não pode perder seu significado essencial, no sentido fenomenológico, de uma formatação intersubjetiva de determinada porção da Terra delimitada por cultura relativamente homogênea, sendo que tal delimitação reflete o trabalho coletivo do homem sobre a Terra. Ela representa o acúmulo, através da memória, e o descarte, pelo esquecimento, das expressões e associações culturais que se definem sobre o espaço geográfico e que são a base do ser social das pessoas.

A paisagem continua a colocar para os geógrafos problemas de ‘*standort*’, de localização dos modos de vida, como queria Sauer. O problema atual é de como defini-los, como identificá-los, como atribuir-lhes uma constituição reconhecível, como estabelecer limites, num momento em que se globalizam as relações intersubjetivas, em que se ‘deslocalizam’ as relações culturais, as identidades e o imaginário, com a difusão dos meios de comunicação (HOLZER, *ibid.*, p.165).

Entretanto, o criticismo humanista permite apenas um consenso: a refutação do modelo clássico da ciência positiva. Para Paulo C. Gomes (1996) isto explica os caminhos, por vezes irreconciliáveis, que tomaram as perspectivas incorporadoras do subjetivismo e mesmo do irracionalismo. Apesar das divergências, Cosgrove (1984, p.15) reconhece a importância de trabalhos como os de Lowenthal (1986) para a demonstração das profundas diferenças de perspectiva entre o observador externo e o “*insider*” da paisagem, resultando em que se apliquem significados e valores muito diferentes para um mesmo conjunto de formas.

Assim, o sensível torna-se passível de interpretação mediante diversos filtros conceituais. Há uma preocupação comum com o contexto, ou seja, com a premissa de que a paisagem não pode ser analisada fora dos marcos dos valores coletivos, com suas representações e seus símbolos cultural e historicamente condicionados. Mas tanto os pontos de partida analíticos quanto as preocupações finais não revelam consenso. Por exemplo, ao analisar a contribuição de geógrafos que recorrem ao arcabouço teórico do marxismo, Iná Castro (2002) identifica dificuldades decorrentes de que esses autores

persistam concebendo ideologia simplesmente como falseamento do real. Sem voltar ao que já foi dito, sublinha-se que através desse filtro redutor a ideologia é vista tão somente como uma cortina anteposta aos modos alternativos de experimentar a relação do homem com a natureza e o espaço. A idéia de paisagem redonda empobrecida como mera *restrição do olhar* pelo pensamento alienado do ser social real do pensador. Entretanto, se todas as paisagens são simbólicas, nem todo simbolismo é máscara ideológica.

Mesmo que de maneira nuançada, o caráter de alienação da paisagem ainda é ressaltado na geografia radical do uso político do espaço, tal como o faz Yves Lacoste (1977; 1989), para quem a estética das paisagens serve, antes de qualquer coisa, para escamotear os problemas sociais, é uma *visibilidade seletiva*. Não que este aspecto da realidade seja desprezível, mas pelo que se pode compreender acerca da contribuição dos estudos do significado há um universo muito mais rico por se desvendar. A geografia cultural pós-marxista talvez tenha encontrado também na paisagem um nicho promissor nestes tempos de crise, oferecendo análises coerentes da dimensão do significado, ainda que circunscritas, infelizmente, a um conceito limitante da capacidade de discernimento dos indivíduos.

Como quer que seja, já nos referimos a propostas mais generosas de se lidar com a dimensão ideológica do significado. Basta lembrar a proposição de que a ideologia também deve ser pensada como o sistema simbólico em que os homens tomam consciência dos seus conflitos e do seu lugar na sociedade, adquirindo um caráter positivo e constitutivo da sociedade (GEERTZ, 1978). Esta perspectiva é mais rica para a geografia cultural como um todo, e para a interpretação da paisagem em especial. Antes porém de passar às afinidades epistemológicas mais evidentes pode ser útil elencar algumas contribuições recentes que têm inspirado a busca por conferir um papel destacado para a dimensão do significado na geografia cultural.

Apesar das divergências já pontuadas, não se pode deixar de reconhecer a importância aos esforços da escola anglo-saxã. Pela ampla influência da língua inglesa, mas também fruto do reconhecimento do esforço intelectual de Denis Cosgrove, a obra deste autor é frequentemente utilizada para ilustrar a renovação da geografia humanista (CLAVAL, 1999a, p.56). A originalidade de seu percurso assenta-se no não-rompimento com o materialismo histórico, ao passo que grande parte dos intelectuais

marxistas “contribuíram amplamente para o declínio dos estudos culturais, pois, para eles, o econômico explicava tudo em última instância” (CLAVAL, *ibid.*, p.59). Seu empenho é válido para reabilitar a dimensão do significado e colocá-la em posição de destaque na teoria geográfica, vendo a cultura como uma força ativa na reprodução social.

Deste modo, Cosgrove efetua uma crítica ao determinismo cultural presente na escola de Berkeley, para quem a cultura parecia funcionar passivamente através das pessoas para alcançar fins dos quais elas estavam vagamente cientes (COSGROVE, 1998, p.101). Na busca por uma teoria cultural mais consistente ele sublinha os aspectos não materiais, anteriormente negligenciados, em favor dos aspectos visíveis das paisagens. Quais os pontos de sua *démarche* que mais interessam diretamente à presente reflexão?

Ele levanta a tese de que devem ser relacionados dois grupos de idéias: de um lado a significância cultural da paisagem, de outro os modos pelos quais a terra tem sido materialmente apropriada e utilizada pelas sociedades. Pretende desta maneira juntar a explicação sobre o entalhe de regiões visíveis pelo trabalho humano com o entendimento sobre os modos de representação do mundo para o gozo estético em moldes ocidentais. Nesta visão a cultura “[...] é ao mesmo tempo determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas” (COSGROVE, *ibid.*, p.102).

Trata-se, em essência, de buscar uma ponte entre produção cultural e prática material através da história, pois não se pode deixar de fora o contexto do mundo real das relações de produção e das relações das pessoas com os lugares que elas habitam. O binômio capitalismo-paisagem está no centro das mudanças radicais na organização do espaço em diferentes escalas, e o novo modo de ver o mundo não é ingênuo, mas emerge da consciência de uma elite dominante.

Segundo a mesma perspectiva, para revelar os significados da paisagem cultural o geógrafo deve ter liberdade imaginativa de entrar no mundo do “*outro*” para expor, refletir e interpretar os seus significados. Percebe-se aqui uma clara correlação com a heterotopia de A. Greimas, para quem é preciso que se institua no discurso geográfico um ponto de observação e um lugar de enunciação, de modo que a linguagem espacial permita à sociedade reconhecer seus próprios significados mediante a oposição e a separação do “*outro*”. O corolário desta postura, com considerável repercussão na

geografia cultural contemporânea, é que “a apropriação de uma toponímia apenas é possível em se postulando uma *heterotopia*: é somente a partir deste momento que um discurso sobre o espaço pode se instituir” (GREIMAS, 1979 *apud* MONDADA e RACINE, 1995, p.241, tradução nossa)<sup>88</sup>.

Uma afirmação que soa aparentemente banal no pensamento de Cosgrove é a de que cada paisagem possui complexos patamares de significados, mas esta idéia havia de fato quase sido abandonada pela geografia nos anos 50 e 60, especialmente no pragmático meio acadêmico anglo-saxão. O autor denota que desta maneira, todo o vasto campo de pesquisas sobre a cultura e suas expressões espaciais foi considerado como irrelevante, em face da busca pela explicação da racionalidade – econômica, quase sempre – dos homens. As paixões (políticas) não se expressariam neste espaço neutralizado ou “naturalizado” pela ideologia...

É contra a redução da paisagem a significados de forças demográficas e econômicas que se insurge a crítica pós-moderna. Para Cosgrove a paisagem é uma expressão humana intencional, composta de sucessivas camadas de simbolização. Como conceito complexo, tem valor único para a geografia humana, pois engloba desde as formas visíveis (composição e estrutura espacial), a concepção racional do meio e até a idéia de intervenção humana para controlar as suas forças modeladoras, lembrando o pertencimento do homem ao esquema natural. É assim que o autor toma a paisagem como uma maneira de ver o mundo e compor uma cena que harmoniza a existência humana na terra: “Ao contrário de meio ambiente ou espaço [paisagem] lembra-nos que apenas através da consciência e razão humanas este esquema [natural] é conhecido por nós, e apenas através da técnica podemos participar dela como seres humanos” (COSGROVE, *op. cit.*, p.100).

O poder simbólico de que a paisagem se reveste é fundamental nesta análise. Para o autor, todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são os produtos da apropriação e transformação do meio pelo homem, denotando um desejo de ordenação do mundo, na maioria dos casos transmitindo valores de uma classe dominante para controlar social e moralmente as classes subalternas. Quanto mais elaboradas as paisagens, mais facilmente pode ser apreendido seu simbolismo, se bem que as paisagens do meio ambiente “natural” também representam hoje um tipo muito

---

<sup>88</sup> Tradução a partir do original: “*l'appropriation d'une toponímie n'est possible qu'en postulant une hétérotopie: c'est à partir de ce moment seulement qu'un discours sur l'espace peut s'instituer*”.

poderoso de símbolo. Como decodificar estes diversos significados? A metodologia funda-se num requisito hermenêutico: “a leitura detalhada do texto, para nós a própria paisagem em todas as suas expressões” (*Ibid.*, p.109, grifo nosso). Através desta leitura, são buscadas as “evidências” ou fontes que possam informar os significados contidos na paisagem (evidências materiais no campo, fontes documentais, orais, arquivos, cartografia e, de forma enfática, os produtos culturais como livros, músicas, pintura etc).

Enfim, sua posição afirma que é essencial ao geógrafo ter uma sensibilidade histórica e contextual, preocupar-se com a linguagem (forma de escrever), pois o texto acadêmico “*re-presenta*” (volta a presentificar) os significados simbólicos da paisagem-texto. São preocupações representativas de uma geração que retomou a subjetividade como objeto de suas pesquisas, contribuindo para a proposição de alguns dos problemas mais prementes da hermenêutica da paisagem nos tempos de hoje.

#### *Questões atuais acerca da hermenêutica da paisagem*

Há muitos outros aportes relevantes sobre o problema do significado da paisagem na geografia cultural, porém seria inviável proceder um apanhado completo de seus temas e autores, correndo-se o risco, ademais, de nos perder na selva da “heterotopia epistemológica” (DUNCAN, 2000, p.82). A breve seleção apresentada até aqui é fruto dos debates mais afinados com os questionamentos da presente pesquisa e, portanto, resume um percurso intelectual específico<sup>89</sup>. Nesta *démarche*, não há como deixar de lado Augustin Berque, com a fenomenologia. Traçarei em poucas linhas a originalidade das suas contribuições.

A obra de Berque, como se veio comentando até aqui, é mais teórica, possuindo grande influência na geografia humanista desde meados da década de 80. De acordo com Paul Claval ele demonstra interesse preciso pelos fatos de representação e, de modo específico, pelas paisagens: “Augustin Berque tenta compreender os sentidos que os grupos dão ao seu ambiente [...]. Suas análises tratam do par homem/meio e sobre as

---

<sup>89</sup> No âmbito editorial brasileiro, é mister sublinhar a importância da difusão e fomento ao debate epistemológico da geografia cultural através da “*Coleção Geografia Cultural*”, além do periódico “*Espaço e Cultura*”, cujas publicações representam o esforço articulado pelos professores Zeny Rosendhal (UERJ) e Roberto Lobato Corrêa (UFRJ) para reunir e cruzar a pluralidade de perspectivas presentes no atual quadro de renovação dessa disciplina. Consulte-se: CORRÊA, R.L. e ROSENDHAL, Z. (org.), a partir de 1998.

paisagens onde ele se manifesta [...] Ele forja novos conceitos para melhor apreender este domínio, como o de mesologia, ‘*ciência dos meios que não são só objetivos, mas vividos pelos sujeitos*’. Sua idéia mestra é a de que a natureza é sempre compreendida em uma perspectiva cultural” (CLAVAL, 1997, p.103).

Berque, como foi visto, propôs o novo conceito de mediância a fim de concatenar suas reflexões sobre meio, espaço, paisagem e ambiente, como evidenciado no manual “*Médiance: de milieux en paysages*” (1990). Uma síntese das principais idéias aí contidas pode ser vista na “*Encyclopédie de Géographie*” (BAILLY, FERRAS e PUMAIN, 1995, p.349-367). Na coletânea organizada em conjunto com Alain Roger (ROGER *et. al.*, 1994) intitulada “*Cinq propositions pour une théorie du paysage*”, coube-lhe discutir as ligações entre paisagem, meio e história, culminando com outra proposição conceitual, a de “ecúmeno” – o conjunto das relações da humanidade à “extensão” terrestre (*l’étendue*); “o lugar de todas as nossas paisagens”. Mediante um continuado esforço epistemológico e ontológico, o estudo da história do pensamento geográfico levado a cabo por Berque nos reserva algumas descobertas importantes:

[...] segundo o autor ou a época fala-se mais de **espaços** do que de **meios**, de **ambientes** ou de **paisagens**. A ênfase que se confere sobre um desses termos, em detrimento de outros, mostra que os problemas ditos geográficos evoluem, tanto em sua natureza quanto nas representações que os geógrafos fazem dos mesmos (BERQUE, 1995b, p.349, em negrito no original, tradução nossa)<sup>90</sup>.

Há uma preocupação com as ligações entre o que existe de fato na superfície da terra e o discurso da geografia, denotando que os quatro conceitos em questão são simultaneamente elementos desse discurso (pontos de vista do sujeito que constrói seu objeto) e aspectos mesmos da organização terrestre. O que merece destaque na concepção apresentada é a idéia de que se os geógrafos elaboram seu objeto de estudo, o que eles fabricam enquanto discurso reflete a *ligação* da sociedade na qual estão inseridos com a extensão terrestre; ao mesmo tempo, eles também possuem um certo papel no estabelecimento das aludidas ligações. Esta relação dialética sujeito/objeto foi

---

<sup>90</sup> Tradução do original: “[...] *selon l’auteur ou l’époque on parle plutôt d’espaces que de milieux, d’environnements, ou de paysages. L’accent que l’on met sur l’un de ces termes, au détriment des autres, montre que les problèmes dits géographiques évoluent, aussi bien dans leur nature que dans les représentations que s’en font les géographes*”.



a responsável pela complexificação das formas pelas quais o mundo era apresentado pelas narrativas geográficas.

Quanto à paisagem, Augustin Berque pretendeu atingir a questão cultural justamente através do seu estudo (CLAVAL, 1999b, p.12), mostrando a diversidade de pré-requisitos simbólicos do olhar: um conjunto complexo de marcas eruditas, literárias, religiosas e tradicionais que transforma este recorte discursivo em algo significativo para certas culturas, mas não para outras. Note-se que o conceito não é utilizado isoladamente, mas em relação com as outras definições fundamentais da geografia (relembrando: espaço, ambiente, meio).

Assim, paisagem não é para ele uma categoria genérica sob a qual o mundo se ofereceria à vista da humanidade, no que concorda com Alain Roger. Os estudos de história cultural sofisticaram a apreensão dos aspectos simbólicos e subjetivos do conceito, conduzindo para a constatação de que as combinações significantes no interior das quais a humanidade elabora sua percepção de mundo são variadas e instituídas por uma historicidade. Na avaliação de Odile Marcel (1994, p.8-9), Berque mostrou como somente certas culturas dispunham de um vocabulário, de uma poesia, de uma pintura e de uma arte de jardins propriamente paisagísticos.

Apesar de sua contribuição teórica apontar para conceitos integrativos como os de mediância, a descoberta de que as sociedades originárias do Oriente são aquelas cujas paisagens foram mais estetizadas é a fonte dos desdobramentos posteriores no pensamento do autor. Como objeto de contemplação, a *paisagem* é valorizada por razões subjetivas, o que por sua vez afeta a relação dos habitantes com o *espaço*. Ela é também o *ambiente* tal como se lhes apresenta ao homem, e sem esta plêiade o *meio geográfico* não seria completamente abarcado. Portanto, Berque apresenta uma proposta teórica bastante específica para lidar com as definições consagradas pela geografia, resgatando-as da debilidade metodológica decorrente da propensão idiográfica dos aportes clássicos, sejam “sociocêntricos”, sejam tributários do determinismo ambiental.

Com a visão desobstruída pela imagem do mundo à oriental e através da história do pensamento geográfico ele chega à análise das posturas adotadas pelas diferentes escolas. Cada qual privilegia, de fato, um dos quatro conceitos básicos aludidos acima, mas todas compartilham do paradigma cartesiano da dicotomia sujeito/objeto, donde se

compreende porque quase nunca as preocupações subjetivas foram levadas seriamente em consideração.

Berque sublinhará, então, os esforços efetivados nos últimos 20 anos para “recentrar” a geografia, que ele propõe como uma *ciência do ecúmeno*, preocupada com o complexo de recursos, limitações, riscos e satisfações em face à epiderme terrestre. A integração dos aportes para compreender o ecúmeno é o seu ponto de partida e ferramenta epistemológica, justamente o que ele denomina de mediância. Para a construção deste conceito é bem significativo seu reconhecimento de que espaço, meio, paisagem e ambiente permaneçam em posição importante – decisiva mesmo – no sistema da geografia, contudo não mediante as antigas hierarquias e clivagens, e sim de uma maneira *relacional*, como segue:

Parece, com efeito, que esta perspectiva relacional abre uma via fecunda para a geografia, que não apenas reencontra aí uma real unidade, mas também – como havia pressentido Sorre – aparece no final das contas claramente como a ciência do ecúmeno, quer dizer, da terra na qualidade de que ela é humanizada: habitada, organizada, representada, imaginada pelas sociedades humanas (BERQUE, *ibid.*, p.365, negrito e grifos originais, tradução nossa)<sup>91</sup>.

Na opinião do autor, esta proposta intima a geografia a se dar conta das ambiguidades constitutivas de todos os fenômenos, incorporando definitivamente a subjetividade sem descartar as realidades físicas. Desta maneira, o recorte paisagístico encontra-se bem especificado em referência aos demais: partindo do meio como relação de uma sociedade ao espaço terrestre, observa-se que tal ligação possui uma vertente fatural, que é o ambiente (físico, dos artefatos e das relações sociais) e uma vertente sensível ou fenomenal, isto é, a paisagem. A integração relacional é que confere o sentido unitário, a mediância propriamente dita, resultante de uma “*trajecção*” histórica e mesológica, isto é, que combina o objetivo e o subjetivo, o físico e o social.

O ponto de vista da *trajecção* é tripartite: ela é ao mesmo tempo uma “significação” subjetiva, uma “sensibilidade” psico-sociológica e uma “tendência” espaço-temporal objetiva de um meio em questão. O triunfo do espírito sobre a razão fica, assim, demarcado e legitimado pela factível aplicação empírica das bases metodológicas e

---

<sup>91</sup> Tradução do original: “*Il semble bien, en effet, que cette perspective relationnelle ouvre une voie féconde à la géographie, qui non seulement y retrouve une réelle unité, mais aussi – ce qu’avait pressenti Sorre – apparaît en fin de compte clairement comme la science de l’écumène, c’est-à-dire de la terre en tant qu’elle est humanisée: habitée, aménagée, représentée, imaginée par les sociétés humaines*”.

conceituais da fenomenologia, de inspiração heideggeriana. Uma das conclusões mais marcantes do método proposto por Berque nos estudos focalizando as paisagens é que elas trariam a marca das culturas, mas ao mesmo tempo as influenciariam.

Os conceitos consagrados de paisagem-marca e paisagem-matriz têm contribuído para a renovação da geografia cultural (CORRÊA, 1999, p.53), enriquecendo o capítulo que estuda “a mediação pela qual os grupos humanos asseguram sua possessão sobre o espaço e submetem-se à sua influência” (CLAVAL, *op. cit.*, p.318). O significado, assim, é levado em consideração e possui um papel de destaque, mas a materialidade e concretude das formas não são banidas, evidenciando uma tentativa de superação do “paradigma da dualidade” (GOMES, P., 1997) que tem servido de base às concepções de paisagem na geografia. Finalmente, parafraseando o próprio Augustin Berque, a questão crucial seria reconhecer que *o físico e o simbólico só valem para a geografia enquanto relacionados um ao outro*<sup>92</sup>.

*Paisagem, lugar retórico: um conceito-chave entre tradição e controvérsia*

Enfim, as diferentes proposições repertoriadas permitem entrever como o discurso e o método geográfico tem oscilado em torno do projeto de ler a paisagem com rigor racional – definindo fisionomias precisas – ou então, inspirando-se nos contraracionalismos que acompanharam a consolidação da ciência moderna, visa priorizar a subjetividade, a indagação pelo sentimento da natureza, a empatia com o fato estudado, o retorno à arte etc tendendo neste caso a sublinhar as limitações da explicação do tipo causa e efeito.

Até o momento procurou-se defender que a idéia de paisagem, com suas duas dimensões fundamentais (morfológica e simbólica), permanece ao longo do tempo “um conceito-chave da Geografia” (CORRÊA e ROSENDAHL, 1998, p.8), a despeito dos mais antagônicos ângulos adotados por diferentes tradições e correntes epistemológicas. A escolha do conceito representa a atualização de um debate filosófico fundamental até os dias de hoje: de um lado defende-se a necessidade de descrição das conformações naturais e culturais do espaço; de outro define-se a paisagem eminentemente como

---

<sup>92</sup> Na frase original lê-se: “[...] le physique et le social ne valent qu’en relation l’un avec l’autre” (Idem, *Ib.*).

representação subjetiva do olhar. Esta encruzilhada permanece como o problema ontológico maior da geografia.

Analogamente ao que Paulo C. Gomes mostra para o conjunto da disciplina<sup>93</sup>, o conceito-chave de paisagem estaria sempre na pauta por expressar um campo de controvérsias próprias da dualidade do pensamento moderno, transparecendo a atualização das querelas entre explicação e compreensão, ou entre análise da base material *versus* interpretação simbólica. A geografia é uma tentativa de cosmovisão moderna e as paisagens são maneiras de compor e decompor imagens criadas por este discurso científico, o qual, entretanto, está em permanente relação com uma *geosofia* que o antecede, perpassa e absorve. Daí a dificuldade de demarcar uma fronteira nítida entre explicação e compreensão, entre um ou outro pólo epistemológico da modernidade.

É evidente que o racionalismo, através do método lógico que pretende atingir a objetividade, privilegia a *forma* na medida em que exige uma descrição detalhada da realidade e a classificação dos dados como um pré-requisito para a explicação da regularidade dos fenômenos. Apesar disto, é crucial não se cometer a simplificação de aprisionar a morfologia da paisagem a este modelo, pois muitos partidários do subjetivismo, como exemplificado por Michel Roux, não negam a serventia da razão classificatória, apenas a condenam como o objetivo último da ciência.

Pelo fato de acreditarem na irreduzibilidade dos fenômenos a abstrações conceituais, as contra-correntes “sem fé na razão” levaram à relativização da validade dos métodos científicos, apontando as falsidades de suas generalizações, acrescidas da impossibilidade de se negligenciar o contexto e a relação sujeito/objeto durante a observação e seleção dos fenômenos estudados. Assim, buscaram compreender o sentido do mundo e não explicá-lo, pois criam que o raciocínio lógico reduziria irremediavelmente os fatos, limitando a observação a um programa pré-estabelecido.

---

<sup>93</sup> Em “*Geografia e Modernidade*”, cuja tônica é justamente a demonstração de como a dualidade da geografia é parte das contradições do pensamento moderno, pode-se ler: “*A geografia foi desde a Antiguidade responsável pela descrição e pela criação de uma imagem de mundo. Assim, enquanto descrição e imagem de mundo, o discurso geográfico procura, na modernidade, ser um discurso científico moderno. Ele reproduz, assim, as características fundamentais da época e acompanha todas as suas modificações. A história da ciência geográfica pode, então, ser considerada como a história do ‘imago mundi’ da própria modernidade*” (GOMES, P., 1996, p.28, grifo meu).

Decorre daí que o estudo do *significado* esteve presente com maior ênfase e centralidade no contexto das propostas relacionadas ao Romantismo, ou daquelas que hoje em dia dizem requisitar a herança de outras formas de contra-racionalismo iluminista, como a fenomenologia de Berque ou a hermenêutica em geral. Todavia, separar os desdobramentos das filiações filosóficas em concepções geográficas unívocas e irreconciliáveis parece ser impossível, pela própria dinâmica contraditorial do discurso moderno<sup>94</sup>.

Uma leitura detida das posições aqui analisadas revela que podem ser adotados conceitos heterogêneos ou híbridos, no advento da maior ou menor radicalização do debate epistemológico. Ainda a par das considerações anteriores, devem-se tomar as posições extremadas não como um diálogo de surdos, e sim como a demarcação dos limites do campo de embate inerente ao processo argumentativo, que por sua vez é necessário à ciência e mesmo a toda e qualquer relação comunicacional que envolva a busca do conhecimento. Como afirmou James S. Duncan a propósito da geografia cultural contemporânea, “ninguém que ocupe os ‘lugares incompatíveis’ dentro desta disciplina deve ser excluído, afinal há muita diferença entre ser incompatível e estar errado” (DUNCAN, 2000, p.82).

Argumentar é colocar-se numa batalha de comunicação, no sentido de J. Gardes-Tamine (1996), para quem a retórica é palavra em ação, sendo a ação motivada pelo desejo de vencer mediante a apresentação de uma solução satisfatória às questões postas. Mas se o objetivo último é a adesão dos espíritos e a supressão de condições prévias à uma argumentação diferente no futuro, não há retórica – e nem consequentemente debate de idéias – se o outro é silenciado em definitivo. A reorientação da retórica contemporânea como um instrumento da compreensão hermenêutica será discutida no item 3.2.

Por enquanto, ressalta-se que pensamentos e sistemas de idéias baseados em diferentes perspectivas da paisagem evidenciam tanto o estabelecimento de uma busca concertada pelo esclarecimento deste que é um dos temas mais caros à geografia, quanto revelam que no domínio em questão nenhuma evidência se impôs e nem a verdade ou o verossímil triunfaram por si mesmos. Como, então, obter um acordo provisório que não imobilize a reflexão e nem se dobre à violência de silenciar os antagonistas ou de se

---

<sup>94</sup> Sobre os aspectos contraditórios do pensamento moderno, reporte-se a Eco, “*Os limites da interpretação*” (1990) e a Jean Pierre Lentin, “*Penso, logo me engano*” (1997).

agarrar às soluções “incontestáveis”? Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1976) o recurso à argumentação supõe uma “*comunidade de espíritos*” que consente a discussão, aceitando o ponto de vista do interlocutor e a disposição deste para conceder assentimento aos pontos de vista daquela.

Como uma concordância ampla e imediata não é possível, nem talvez desejável, a paisagem pode ser aqui compreendida, à guisa de tomada de partido, como um trabalho discursivo de ordenamento da imagem do mundo a partir do ambiente próximo, concreto e apreensível pelos sentidos humanos, mediante estruturas mentais correntes no universo sócio-cultural de cada época e de cada povo. Em correlação com estas “inscrições paradigmáticas”, o trabalho discursivo da cultura – atividade do sujeito sobre si mesmo – confere coerência às tensões entre os particularismos e universalismos que emergem em um dado lugar. A unicidade da existência humana na face da Terra manifesta-se simbolicamente de infinitas maneiras. Mas a despeito de ser epifania (*representação*), a paisagem liga-se de modo contundente às formas objetivas da natureza, é fisionomia – e esta é a especificidade maior desta *aparição*. Quer dizer, ela possui tanto uma dimensão palpável, presente no mundo exterior, quanto um componente de imaginação, todavia inextricavelmente correlacionados pela ação cultural dos indivíduos.

Este breve panorama das perspectivas morfológica e simbólica da paisagem mostra a complexidade de se adotar um conceito multidimensional num trabalho científico. Com efeito, graças à comunicação, aos marcos discursivos de cada cultura, à experiência cotidiana do espaço e às diversas elaborações teóricas e artísticas a seu respeito, o senso paisagístico da humanidade torna-se cada vez mais elaborado e dinâmico. O que pode conduzir, paradoxalmente, tanto a uma perspicácia frente aos processos que regem nossa relação ao espaço e à natureza (donde a preocupação conceitual de Berque), quanto à idéia de morte de alguns maneiras de apreciação e regimes do olhar (a que se referem tanto Roger quanto Corbain), sentimento que lança o foco em direção à instauração de uma nostalgia de tempos e espaços perdidos (tal como vê Roux).

Antes de concluir, deve-se ressaltar que as diversas modalidades de “recentrar” a geografia da paisagem em se considerando as perspectiva da forma e do significado são muito mais ricas e contraditórias do que se pôde mostrar neste esboço das questões mais

pertinentes ao tema da pesquisa. Minimamente, pode-se afirmar que a paisagem se coloca como um lugar retórico privilegiado da geografia. Insistindo no julgamento de Paulo C. Gomes (*op. cit.*, p.305), as diferenças brotam da pluralidade de diagnósticos feitos sobre a crise do modelo científico, sua lógica, racionalidade e objetividade, mesmo no seio do humanismo. O recorte apresentado delinea algumas possibilidades abertas pela evolução do pensamento geográfico, mas os pressupostos e pontos de vista por vezes díspares sinalizam a efervescência que por muito tempo ainda envolverá a relação dos conceitos de imaginário e paisagem, visando compreender as relações entre fisionomia e significado.

Enfim, assume-se na presente pesquisa a premissa de que o imaginário não deturpa o olhar sobre o mundo, muito menos o deforma, porque constitui uma totalidade que cria o sentido e a própria existência, resolvendo as tensões entre individualidade e coletividade. As pessoas projetam dialeticamente seus sentimentos sobre a natureza, identificando correlações entre os aspectos materiais e suas pulsões interiores. Esta visão coaduna-se com a existência de um imaginário geográfico na origem das representações espaciais, mas também pretende alcançar o sentido das ações humanas daí decorrentes.

### 2.1.3 Traçado de uma hipótese de trabalho: paisagem como meio de compreensão do pensamento figurativo sobre o espaço – primeiras balizas.

As reflexões que acabamos de tecer, de ordem mais geral, conduzem à busca de ferramentas metodológicas para o entendimento dos processos expressos e acionados por imagens e narrativas presentes no imaginário geográfico, campo de disputas e negociações culturais entre diferentes visões de mundo. Com efeito, as identidades territoriais, sejam pessoais ou coletivas, estão ligadas a um lugar de onde se mobiliza e reinterpreta uma dada tradição; quer dizer, é a partir de uma carga simbólica retoricamente referenciada nos espaços de vida que se constrói uma compreensão das conexões e recortes históricos, sociais e biográficos envolvidos em representações espaciais mais abrangentes.

Tem-se ressaltado aqui o papel das simbologias paisagísticas, uma vez que estas permitiriam ao sujeito um salto abstrato e não aleatório desde os espaços imediatos da

existência em direção ao alhures. A hipótese do pensamento metonímico intrínseco às representações geográficas consiste justamente em que, incitados a refletir e expressar a inserção do cotidiano em extensões mais vastas e vice-versa, os sujeitos mobilizariam uma razão retórica no intento de comunicar com facilidade aquilo que percebem como mais evidente e importante a ressaltar. Enquanto referem-se ao lugar, partem do radicalmente subjetivo, da consciência de si e até mesmo da corporeidade da existência; quando constroem paisagens, dialogam de preferência com aspectos culturais e políticos, mobilizando uma memória coletiva e um imaginário social corrente nos discursos da/sobre uma região.

O equilíbrio entre diferentes esferas da consciência espacial é buscado através de um procedimento metafórico do pensar, onde o estabelecimento de relações entre os objetos geográficos ocupa uma posição fundamental na ordenação da diversidade e antecipação do desconhecido, embasando discursos culturalmente reconhecidos por sua coerência e plausibilidade. Uma das mais fortes determinações semânticas da imaginação geográfica reside na seleção de alguns atributos da realidade, os quais são colocados em destaque, tomados como centrais ou, no limite, passam a designar por inteiro esta realidade a que se referem; tal procedimento-chave aponta para o estudo das paisagens enquanto metonímias geográficas, esquemas antecipatórios acerca de uma realidade mais extensa.

Em que, do ponto de vista teórico, a analogia da paisagem com esta figura de retórica pode ser produtiva? Por que, afinal, denominar as narrativas paisagísticas de *metonímias geográficas*, privilegiando-as em relação a outras figuras de sentido? Primeiro, porque a paisagem traduz a pretensão da geografia em condensar a diversidade do espaço em um discurso demonstrativo, intencionalmente descritivo, mas ao mesmo tempo sintético, focalizando temas representativos do Todo ou singularizadores de suas partes. Tal poder de correlacionar partes e todo é justamente o que caracteriza o procedimento metafórico denominado genericamente de metonímia ou, no caso particular de uma relação de pertencimento, de sinédoque. Segundo, ao propor o estudo dos processos de simbolização que consubstanciam as paisagens ordinárias no plano do lugar, a geografia cultural concede àquela figura de retórica uma qualidade criativa que operaria através de um imaginário geográfico durante as tentativas dos habitantes em evocar um espaço mais abrangente, mais abstrato, de forma



aproximativa. As características geográficas seriam, pois, abarcadas e organizadas desde as mais familiares às vagamente conhecidas, simultaneamente ao rastreamento de manifestações do imaginário geográfico geral em atributos espaciais dos arredores.

O processo metonímico indicaria a direção do pensamento metafórico acionado para tentar conferir coerência ao espaço vivido, imprimir-lhe uma fisionomia esperada, que seria ajustada na medida do maior conhecimento do território e de suas qualidades ambientais. Neste sentido, seria somente a partir de sujeitos conscientes e ativos que os espaços figurados se enunciariam narrativamente enquanto estratégia de conhecimento e re-interpretação do mundo, adquirindo relevância para uma análise geográfica dos sentidos e valores atribuídos às paisagens pelos seus habitantes. A *aparição* de uma paisagem como conhecimento descritivo de um certo espaço estaria carregada pelas tensões entre aquilo que o sujeito espera encontrar (antecipações metonímicas) e o crescente grau de diferenciação do mundo ao seu redor.

A retórica, pois, não deve ser entendida aqui tal como um recurso artificial de persuasão ou apenas enquanto uso de imagens lexicalizadas para influir no ato comunicativo; ela comporta também um aspecto da racionalidade metafórica orientada pela imaginação, como será discutido no próximo capítulo. Isto significa dizer que apenas o recurso ao poder criativo da comunicação que transforma sentimento em sentido, imagem em linguagem, permitiria penetrar nesses códigos de pensamento e processos de simbolização, de modo a compreender como as pessoas construiriam permanentemente suas *geosofias*, suas visões e antecipações metonímicas do espaço.

Esse mesmo problema da tensão cognitiva decorrente da falta de um ajuste automático das nossas antecipações ao mundo tal como ele se nos vai revelando conduziu certos pensadores a uma abordagem interacionista do conhecimento, segundo a qual toda interpretação baseia-se sempre no aprimoramento dos esquemas da realidade externa preconcebidos pelos sujeitos. A idéia de que as re-interpretações do real refletiriam a permanente re-qualificação de nossas idéias apriorísticas pode ser bastante útil para entendermos o papel das figurações paisagísticas. George F. Luger (2004), analisando a contribuição do construtivismo de Piaget sobre o problema da compreensão, aponta como há nesta corrente do pensamento uma certa interpenetração das tradições empiricistas e racionalistas da ciência, partindo da premissa de que fenômenos externos somente podem ser *assimilamos* de acordo com a nossa

compreensão corrente, ao mesmo tempo em que é necessária uma *acomodação* da nossa compreensão às *demandas* do fenômeno:

Os construtivistas usam o termo *esquema* para descrever uma estrutura *a priori* usada para organizar a experiência do mundo externo. Este termo é originário do psicólogo britânico Barlett (1932) e suas raízes filosóficas remontam a Kant (1781/1964). Por este ponto de vista a observação não é passiva e neutra, mas sim ativa e interpretativa (LUGER, 2004, p.724).

A investigação geográfica interessada na experiência e no discurso dos habitantes a partir de seus lugares de vida e nos sentidos que eles atribuem ao meio deve, igualmente, atentar para essas tensões cognitivas entre o *esperado* e o *percebido* que fazem irromper uma paisagem, e não somente catalogar as imagens simbólicas que são mobilizadas para sublinhar um contorno territorial. A paisagem é uma circunstância interpretada na medida em que resulta de um processo contínuo de ajustamento dos nossos “esquemas pertinentes do real”, da nossa inserção no mundo, ao conhecimento crescente deste mesmo real. Prossegue Luger:

A informação percebida, o conhecimento *a posteriori* de Kant, nunca se ajusta precisamente nos nossos esquemas preconcebidos, *a priori*. Desta tensão, os vieses baseados em esquemas que o sujeito utiliza para organizar a experiência são modificados, expandidos ou substituídos. A necessidade de acomodação em face das interações malsucedidas com o ambiente provoca um processo de *equilibração* cognitiva. Assim, a epistemologia cognitiva é fundamentalmente baseada em evolução e refinamento. Uma consequência importante do construtivismo é que a interpretação de qualquer situação envolve a imposição dos conceitos, categorias e objetivos do observador.

[...] A análise construtivista mostra que nenhuma experiência é possível sem o uso de algum esquema para organizar esta experiência. Na investigação científica, isto implica que *todos* os acessos a fenômenos do mundo se dão através da construção, aproximação e refinamento de modelos (LUGER, *op. cit.*, p.724-725).

Compreende-se, portanto, que a retroação homem-espaco subjacente ao pensamento figurativo seria inerente tanto à paisagem geográfica quanto às “paisagens” ordinariamente percebidas e representadas. Uma vez que a paisagem dos geógrafos pretende compreender valores e significações espaciais construídos culturalmente sobre certas categorias, ela não poderá deixar de lado o poder semântico dos procedimentos mentais de tipo metonímico, que fazem “saltar aos olhos” o que se vê e o que se quer fazer ver (partindo de um certo repertório de antecipações sócio-culturais). As

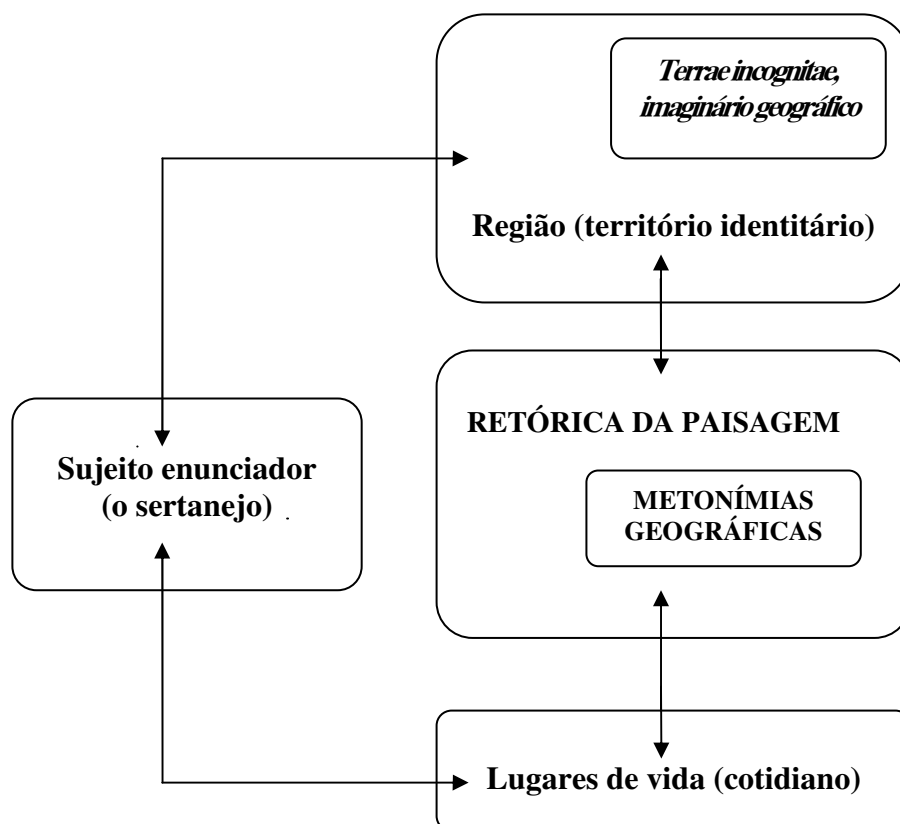
representações do espaço pressupõem a escolha e conexão de características específicas e genéricas como fiéis a uma realidade geográfica mais complexa, mesmo que puramente imaginada, visando um quadro inteligível que transforme o caos aparente em ordem reconhecível; portanto, não é possível, numa abordagem etnogeográfica, prescindir desses processos de “focalização” e “concentração” simbólica em atributos mais evidentes – eles fazem parte dos mecanismos antecipatórios que os sujeitos utilizam para organizar suas experiências do espaço.

Evidentemente as conformações do imaginário expressam-se em outras tantas figuras de linguagem e pensamento que recorrem à uma razão metafórica e legendária, entretanto, a escolha das metonímias decorre da sua relação direta com a necessidade de condensar e transmitir um conhecimento espacial, tal como as paisagens. Assim, a paisagem é uma metonímia que permite o trânsito do olhar entre o lugar, base da vida cotidiana, os horizontes crescentemente difusos dos territórios que encarnam sentimentos de pertença regionais e, mais “distantes” ainda, as *terrae incognitae*. Elas são como que um mapa provisório, um esquema que fala sobre o estado da arte *geosófica* de um povo, mas que está ao mesmo tempo em permanente revisão, visando adequar-se ao real e compreendê-lo (ver Figura 1 – Esquema de análise hermenêutica da retórica da paisagem). Tal compreensão deve ser vista enquanto uma interação com o mundo, pois “o que percebemos é mediado pelo que esperamos; o que esperamos é influenciado pelo que é percebido: isto é, essas duas funções podem ser entendidas apenas em termos uma da outra” (LUGER, *op. cit.*, p.725).

O desenvolvimento de um conhecimento geográfico prático (concreto ou imaginário) alimenta-se de narrativas e figurações espaciais inclusivas ou excludentes, concebendo-se os diversos níveis da existência num mosaico imperfeito que materializa a consciência, a imaginação e a vivência progressiva do meio por seus habitantes. Trata-se de uma intuição e cognição espacial carregada de idiossincrasias, mas que é também resultante de um esforço cotidiano e coletivo em esboçar a realidade do mundo a partir da ação cultural, ou seja, sem dispensar pontos de referência constituídos por sistemas de crenças e espaços menos provincianos, nos quais se tenta situar o imediato. A hermenêutica sugere que se possa interpretar como esta tensão básica impregna o conceito de paisagem de significados e intenções a partir das formas figuradas do pensamento, isto é, do recurso a uma retórica que lhe é intrínseca.

**Figura 1**

Modelo da análise hermenêutica da retórica da paisagem



O exemplo de algumas paisagens aceitas como típicas ou representativas do semi-árido pernambucano apresenta potencial interesse para se pensar sobre a força imaginal da retórica. Elas falam das identidades nordestinas, sertanejas, pernambucanas ou locais, pois guardam em si todo um processo de construção cultural coletiva, aceitando, porém, leituras particulares e distintos universos de referência. Abrangem ao mesmo tempo e de modo dialético desde como as populações locais se vêem em relação com o ambiente, até como as outras partes do país (inclusive os conterrâneos do litoral úmido) re-elaboram uma *razão paisagística telúrica* tributária do imaginário geográfico nacional. Tal conjunto de vozes está frequentemente tanto na origem quanto nos desdobramentos de discursos identitários, como o regionalismo político.

O problema metodológico pode ser, enfim, resumido em dois níveis: primeiro e mais geral, como contemplar numa pesquisa geográfica o estudo das figuras de retórica enquanto modalidade de discurso e processo cognitivo de conhecimento do mundo.

Segundo, mais especificamente falando: que instrumentos utilizar para perseguir e interpretar as metonímias geográficas como processo cognitivo e intuitivo utilizado pelos sujeitos para definir, a partir do lugar, as identidades territoriais de uma região, no caso o semi-árido pernambucano. Seria este caminho uma opção válida para investigar como e por que algumas paisagens do semi-árido pernambucano, a despeito de sua variabilidade, assumem um caráter simbólico de condensação? E quando elas não assumem este papel, que outros sentidos podem ser depreendidos de sua enunciação?

Neste contexto, aventa-se a eficácia semântica e comunicativa das metonímias paisagísticas, as quais possibilitam, através da linguagem e da imaginação geográfica, a integração e conexão de tempos e espaços diversos. O reconhecimento da existência e da importância simbólica dessas metonímias geográficas permite aprofundar as ligações entre o campo da retórica e do imaginário. Tais simplificações ou “pré-conceitos” podem ser entendidos, a princípio, como uma necessidade cultural e cognitiva de tipificar as regiões por “quadros de referência” – com a utilização frequente da força imagética de figuras de linguagem que possibilitem a conexão e repartição das coisas no mundo cada vez mais estranho que se abre para além de nossos horizontes próximos.

Este processo, alcançando no limite a opacidade geosófica das terras incógnitas, guarda a *rationale* do imaginário geográfico e somente pode ser entendido como uma função antecipatória inerente ao pensamento, necessária à apreensão e compreensão do mundo. Sustento-me em Gadamer (1998, p.400-427) para enquadrar a questão dos preconceitos como fato inerente à experiência hermenêutica, ou seja, como uma condição mesma para a compreensão. É preciso, entretanto, separar o preconceito que permite o conhecimento (compreensão antecipatória) do preconceito que impede ou tolhe a capacidade de pensar. Neste último caso, trata-se de uma violência que se exerce no nível do pensamento, ato invisível de realizar projeções no cotidiano e que torna o sujeito “impermeável à prova da realidade”, como dizem os psicanalistas (LANDA, 1998, p.73-75).

As abreviações das experiências vividas fazem parte do arsenal de procedimentos heurísticos que permitem às pessoas conhecer o mundo e o outro, integrando – mesmo que provisoriamente – num sistema geosófico os objetos novos que vão aparecendo fragmentariamente no cotidiano da existência. Na sua experiência de espaço, a humanidade precisa lançar mão destas reduções, o que não significa dizer que

as metonímias geográficas restringem-se a abreviaturas esquemáticas – elas são meros instrumentos de busca de um real simultaneamente vivido e imaginado. Em resumo, a metonímia paisagística seria um ato cognitivo, e não meramente reprodutivo. A hipótese da retórica metonímica da paisagem, aqui esboçada, será desenvolvida com maior profundidade nas páginas seguintes.

## 2.2 A retórica da paisagem: um instrumento de interpretação geográfica

*O que vemos no mundo e na sociedade é o que aprendemos a ver; nós o enunciamos nos termos que sabemos utilizar. Certas pessoas são mais observadoras e provam ter um espírito mais curioso: seu olhar percebe mais detalhes e revela configurações que escapam aos outros. Mas a maneira como o campo visual é varrido, como os sons são analisados e os perfumes rememorados traz a marca de contextos comuns. Paul Claval (1999a, p.81).*

De que modo vislumbrar o dinamismo fundador dos valores e simbologias reconhecidos como comuns e constitutivos de uma cultura e de uma região senão através da compreensão das argumentações que tenham como objetivo tornar gerais e normalmente aceitáveis as diferentes visões de mundo construídas no curso da história? Estas cosmogonias, como se sabe, estão sempre sendo postas em questão através das atitudes, relações, posicionamentos e ações de indivíduos ou de grupos humanos no tempo presente. O comportamento das pessoas, qualquer que seja o contexto político e institucional, depende certamente dos usos, costumes, hábitos, leis, códigos ou ritos instituídos; todavia, é a observância *ou não* à norma que anima o próprio movimento da sociedade: “[...] é preciso poder agir em função destes valores, a favor ou contra, mas, de qualquer maneira, agir relativamente a este universo de signos, de crenças, de interesses” (MOLINIÉ, 1992, p.5).

O que caracteriza a cultura é esta dialética entre conformidade e ruptura, adaptabilidade e variabilidade, fundada numa *praxis* que pode ser concebida como a ação de persuadir ou convencer o outro através da palavra – definição mínima de retórica. À primeira vista, esta parece de fato resumir-se a tanto, porém, talvez seja

melhor pensá-la, junto com Michel Meyer, como “a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema” (MEYER, 1993, p.22). Assim, fica evidenciado que retórica é também *doxa*, opinião sobre o que é verossímil, antes que sobre o que é a verdade absoluta, donde sua relação imediata com as paixões humanas – a política em geral e a regulação da violência em particular. Consentir a discussão, neste sentido, significa renunciar ao emprego da força e acordar um preço para a adesão do interlocutor, que não é tratado como um objeto e sim como alguém a quem se faz apelo à liberdade de julgamento (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1970, p.73).

Guardando a característica original de tensão, traduzida num ímpeto de comunicação que é também desejo de fazer prevalecer uma opinião por intermédio de argumentos, a retórica tem que abarcar o campo da reflexão, dos *processos cognitivos*: as maneiras de melhor conhecer a realidade a partir de um universo cultural e social dado mediatamente pela acumulação e embate de saberes, vivências e juízos. O objetivo de dominar uma ampla gama de conhecimentos é intrínseco à ampliação da capacidade argumentativa, e é por este intermédio que o cultivo da palavra ocorre simultaneamente ao da razão. A ligação entre essas três esferas fundamentais da retórica (cognição, opinião, persuasão) é a própria linguagem<sup>95</sup>, e a recuperação do seu sentido primordial é oportuna:

Os gregos tinham uma única palavra, *logos*, para a linguagem e a razão, e é verdade que sem linguagem, nenhum conhecimento seria possível. [...] tudo começa com as palavras [...] é delas que nasce uma lógica natural, indiferente ao verdadeiro e ao falso, que atua já na simples escolha de uma designação ou de uma figura. A retórica apenas desenvolve este aspecto relacionando-o com o homem por inteiro, não apenas com o espírito, mas também com o coração e as paixões, o corpo e os sentidos. É isto que faz cair no descrédito qualquer tentativa de uma retórica restrita (GARDES-TAMINE, 1996, p.6).

Pensar a retórica no espírito da plasticidade verbal e das questões sócio-culturais que a envolvem significa considerar a linguagem como uma totalidade lógico-discursiva, ou estratégico-linguística, para continuar usando termos propostos por Georges Moliné, que vê na palavra individual a forma mais vívida e incisiva de

---

<sup>95</sup> Ver a propósito de retórica e cultura contemporânea Gardes-Tamine (1996), Meyer (1993), Molinié (1992) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1970/1976). Sobre retórica e geografia reportar-se a Berdoulay (1982; 1988; 2000) e Hard (1970).

expressão, apesar de fugidia e instável: “argumentamos, o que é lógico, para convencer, o que é moral, e apenas vencemos quando conseguimos persuadir, o que é afetivo” (MOLINIÉ, *op. cit.*, p.6-7, grifos nossos). Daí a palavra ser praticada como um todo orquestral, visando conjugar o verbal, o psíquico e o lógico, ou o moral, o sentimental e o social. Ao reportar-se ao homem em sua integralidade, a retórica propugna, para o sucesso de um discurso, a conjugação constante de três objetivos há muito anotados pelos antigos oradores: *docere* (ensinar), *movere* (emocionar) e *delectare* (satisfazer).

Trata-se, como se pode constatar a partir deste breve preâmbulo, de uma questão bastante complexa, mas que liberta definitivamente a retórica do único campo ao qual ela foi paulatinamente relegada, qual seja, de uma técnica fria e calculista a serviço do embuste<sup>96</sup>, reorientando-a em direção ao funcionamento mesmo da linguagem e da razão. Resultaria ingênuo e infrutífero, entretanto, tentar excluí-la do florescente império contemporâneo da manipulação, que é tão fácil de constatar seja na esfera pública – propaganda, política, religião ou justiça – seja na esfera privada, através de infundáveis mecanismos de sedução, elogio, reprovação etc. Uma passagem poética do escritor Osman Lins basta para assinalar como esse objeto renovado da ciência encerra características muitas vezes descritas como delicadas, potentes e temíveis ao mesmo tempo:

Achava belo, a essa época, ouvir um poeta dizer que escrevia pela mesma razão por que uma árvore dá frutos. Só bem mais tarde viera a descobrir ser um embuste aquela afetação: que o homem, por força, distinguia-se das árvores, e tinha de saber a razão de seus frutos, cabendo-lhe escolher os que haveria de dar, além de investigar a quem se destinavam, nem sempre oferecendo-os maduros, e sim podres, e até envenenados (LINS, 1974 *apud* ABREU, 1995, p.5).

Porém, o importante a demarcar neste instante é que se o domínio da retórica é consubstancial às técnicas de manipulação e “*intoxicação*”, tal como ressalta Molinié (*op. cit.*, p.7), ela faz parte também dos mecanismos intelectuais de nossa cultura, possuindo uma dimensão semântica. O seu objetivo básico – a adesão dos espíritos calcada no plausível – é o mesmo de toda e qualquer argumentação.

---

<sup>96</sup> Outras maneiras de conceber a retórica com caráter único de sofisma lançam mão de várias definições mais amenas, porém igualmente pejorativas, restringindo-a ao domínio da afetação, da eloquência, da ampliação, do adorno, da ênfase vazia (donde o *topos* “tal argumento não passa de retórica vazia”).



### 2.2.1 Retórica e racionalidade narrativo-interpretativa

*A racionalidade que alcançamos consiste no fato de que, estando essencialmente envolvidos num processo (dentro do qual estamos desde já e sempre 'lançados') nós desde já e sempre sabemos, pelo menos em certa extensão, para onde estamos indo e como devemos ir até lá. Mas para nos orientar, precisamos reconstruir e interpretar o processo da maneira o mais completa e persuasiva possível. G. Vattimo (1997, p.109).*

Do ponto de vista da discursividade científica o que está em causa aqui não é uma ruptura com a realidade. Ao contrário, é a continuação de uma trilha de acesso entre a linguagem dos geógrafos e a selva de procedimentos retóricos “geo-referenciados” presentes no cotidiano da sociedade, os quais participam de estratégias identitárias, da construção das representações e da especificidade do imaginário geográfico. Por isto a retórica, antes que um empecilho, vem a ser vista como uma espécie de discurso transversal a todos os tipos de conhecimento:

[...] se a exigência retórica é parte do problema, ela é também parte da solução. Antes que se esforçar para afastá-la ou, pior, fazer como se ela não existisse, é preferível alçá-la a um nível consciente, explicitar seu funcionamento e sua contribuição e mesmo de utilizá-la em conhecimento de causa como uma interlíngua entre os diferentes tipos de discurso (BERDOULAY e ENTRIKIN, 1994, p. 199).

No limite, a retórica tem que ser admitida minimamente, com todos os seus riscos, enquanto um “mal necessário” da vida em sociedade, pois faz parte da condição humana, da intersubjetividade, dos mecanismos do pensar e da liberdade em falar sobre assuntos em que não há um acordo imediato<sup>97</sup>.

Outra ressalva a ser feita reside na reconstrução hermenêutica da razão. É mister admitir que apesar da existência de uma função cognitiva da linguagem não é possível fazer coincidir os procedimentos retóricos com uma lógica racional, uma vez que para persuadir, convencer ou seduzir corações e mentes é preciso lançar mão da imaginação

<sup>97</sup> Os perigos mais comuns inerentes aos procedimentos retóricos são agrupados por Gardes-Tamine (1992) em: **imoralismo** – relativismo, eliminação da verdade objetiva, eficácia a qualquer preço (mentira), sofisma (manipulação); **espírito de classificação** – taxionomia minuciosa em prejuízo da invenção; e **conjunto de receitas** – descolamento do real através de clichês, propaganda criminosa, dentre outros. A lista pode ser ampliada na medida da disposição humana para trapacear e dissimular.

e da sensibilidade. A configuração ou “*enformação*” dos conceitos primários da linguagem, assim como os do mito e da arte, são essencialmente distintos dos conceitos cognoscitivos da ciência; mas se não há como explicar um destes fenômenos a partir do outro resta como tarefa fundamental compreendê-los em suas imbricações, especificidades e condicionamentos mútuos (CASSIRER, 2003, p.22-25).

A eficácia comunicativa conjuga o entendimento (razão, provas) e a vontade (intuição, afinidades); neste sentido, o ato de convencer inteira-se através da resolução racional ou lógica, acionando o intelecto, e ao mesmo tempo pela concordância afetiva ou satisfação, solicitando o sentimento. A posição adotada por Wrigth (1947) quanto às figuras de linguagem encaixa-se em tal perspectiva. Lembre-se que para este autor é dado à ciência usar ferramentas estéticas desde que sejam escolhidas para melhor transmitir algo que se deseja compartilhar, como o senso ou a impressão de lugar, por exemplo.

Entretanto, em termos da consideração geográfica da paisagem, o assim chamado possibilismo lablacheano permanece como uma das principais fontes de inspiração para os que pretendem usar positivamente procedimentos figurativos. Vincent Berdoulay<sup>98</sup> mostrou como este discurso procurava dar conta das interações homem-natureza, lançando mão de uma retórica que valorizava a iniciativa e a liberdade humanas – mas sem deixar de lado a importância dos limites naturais. Demarcava-se, assim, das teorias reducionistas subjacentes ao determinismo ambiental, e, apesar de não ter chegado a uma linguagem bem desenvolvida, antecipou preocupações largamente reconhecidas nos dias de hoje por certas abordagens da ecologia e da análise sistêmica preocupadas com a inter-relação dos fenômenos estudados.

Do ponto de vista da discursividade, o aporte do pensamento de La Blache não se prenderia às qualidades expressivas de uma geografia como “arte da evocação”, alcançando em obras como no clássico *Tableau de la Géographie de la France* (1994) o estatuto de contribuição essencial da sua abordagem científica (BERDOULAY, 1988, p.25). A existência de um papel heurístico – e não apenas decorativo – da retórica

---

<sup>98</sup> Vide Berdoulay (1988), em especial o capítulo V (*Le Discours possibiliste à la Recherche de son Langage*, p.75-87), onde o autor reabilita o aporte lablacheano frente a alguns desenvolvimentos científicos recentes, como o construtivismo e o estruturalismo, por estarem todos mais ou menos filiados à busca de uma linguagem da interação e, possivelmente, das formas.

lablacheana é coerente com seu esforço científico para mostrar a “personalidade” da França, individualizando e articulando metonimicamente os *pays* às grandes unidades regionais e ao conjunto do país através da combinação de características distintivas e comuns. A avaliação de Jules Sion merece ser lembrada, posto que se remete ao fulcro mesmo da concepção lablacheana de paisagem: “A arte de Vidal consiste menos à pintar do que a evocar; a nos conceder uma representação completa de uma paisagem do que a nos permitir de lembrá-la se nós a vimos e, caso contrário, de imaginá-la segundo nosso conhecimento de paisagens análogas (SION, 1934, *apud* BERDOULAY, 1988, p.25).

Descrever adquire então um sentido profundamente ativo, carregado tanto do *ethos* (caráter, preparação) de quem seleciona aspectos, ordena informações e profere a narrativa paisagística, como também da memória e do *pathos* (emoções, expectativas) daqueles a quem se destina a descrição. É preciso de fato que os aspectos selecionados tenham um papel mnemônico e sugestivo, acionando um imaginário individual e social<sup>99</sup>. A memória aqui é tomada para além do sentido estrito de técnica desenvolvida pelo orador visando reforçar a assimilação e a lembrança de idéias úteis ao momento da elocução; ela tem estatuto de patrimônio cultural comum aos interlocutores. Os expedientes descritivos baseiam-se, evidentemente, numa vontade de tornar certas imagens o mais inesquecíveis possível, ressaltando traços marcantes de forma a propiciar uma grande eficiência à construção de argumentações e à capacidade imaginativa da audiência.

A existência de diferentes intencionalidades e ideologias veiculadas pelas representações imaginativas recoloca, não há como negar, o problema de que dificilmente se poderá atingir uma verdade absoluta e definitiva por este caminho, que somente reforçaria um certo julgamento da realidade. Os conteúdos ideológicos e a “esclerose” de algumas formas figuradas de pensar ameaçariam sempre o livre desenvolvimento do saber. O discernimento e a capacidade interpretativa dos interlocutores restariam limitados pela amplitude de sua comunhão de espíritos, isto é, quando, como e em que medida seria possível uma fusão de horizontes. Ora, mas não é justamente por este motivo que a retórica deve levar em conta o ser humano em sua

---

<sup>99</sup> As alusões, metáforas e exemplos adquirem tanto maior profundidade de sentido quanto mais se apóiam num contexto compartilhado, tocando a emoção a fim de auxiliar a lembrança. Assim, a memória coletiva pode ser tomada como os “*universais do imaginário*” de que fala Fumaroli. (FUMAROLI, 1990 *apud* GARDES-TAMINE, *op. cit.*, p.43)

integralidade? Determinados sentidos sociais e culturais, tal como as identidades, só são concebíveis historicamente, quando grupos humanos se constituem em torno de valores simbólicos que os aglutinam, dinamizam e motivam. (MOLINIÉ, *op. cit.*, p.5)

Para muitos, a admissão desses focos mentais *sui generis* viria a confirmar a habitual oposição entre ciência (lógica do verdadeiro) e retórica (lógica do provável); no entanto, conforme adverte Cassirer, todo conhecer teórico parte de um universo já “*enformado*” pela linguagem, e de uma maneira tão profunda e inconsciente que parece imperceptível. A relativa dependência ou independência de tais “*formas de ideação*” é passível, então, de tornar-se matéria de investigação científica (CASSIRER, *op. cit.*, p.49). Outrossim, não se deve negligenciar que o discurso científico impõe, ou busca impor, restrições muito claras aos processos interpretativos. A lógica da teoria precisa da observância de regras estritas regidas por princípios, demonstrações, juízos consensuais, condições bem controladas de interação sujeito-objeto e de intersubjetividade, o que não é o caso, evidentemente, da lógica natural que se faz presente na linguagem.

As palavras são polisêmicas e as construções sintáticas permitem o implícito, a aproximação, a reinterpretação, daí sua inegável abertura para a má fé e para os raciocínios expressamente falaciosos. Todavia, essas mesmas propriedades podem ser construtivas, heurísticas, abrindo as percepções de mundo vigentes à criatividade e à descoberta. É próprio da ciência se auto-imputar limites rigorosos na busca de validade e coerência, mas nunca é demais lembrar que também ela é argumentação, estando submetida à uma comunidade de intérpretes especialmente ciosa da transparência dos critérios que determinam a aceitação provisória ou a falibilidade das leituras realizadas à luz de um consenso de saberes. Também a hermenêutica, como teoria filosófica, lança mão de um tipo de racionalidade narrativo-interpretativa que não se restringe à busca intuitiva de imagens poéticas ou novos sistemas de metáforas, mas exige uma *argumentação* que seja coerente, tornada possível e qualificável a partir da história de uma cultura. (VATTIMO, 1997, p.105)

Em uma perspectiva crítica quanto à suposta separação entre epistemologia (racionalidade) e hermenêutica (esteticismo, irracionalidade) Gianni Vattimo afirma que a *racionalidade hermenêutica* consiste em que nós partimos sempre de uma tradição-

destino, na qual estamos essencialmente imersos, para a partir daí mesmo discernir entre os seus possíveis significados. O que orienta essa trajetória são os sentidos originais, quer dizer, a reconstrução e interpretação da tradição-destino, da maneira o mais *persuasiva* possível. Daí advém seu entendimento de que a “racionalidade é simplesmente o fio condutor que pode ser compreendido através da escuta atenta às mensagens do *Schickung*”<sup>100</sup> (*Ibid.*, p.109). Do ponto de vista filosófico isto pode ser traduzido como o reconhecimento da importância da argumentação contextualizada, ou seja, da retórica, para a própria ciência: tanto para evitar um relativismo desenfreado quanto para prevenir um tradicionalismo estéril.

Para construir sua defesa da validade racional do pensamento hermenêutico, Vattimo apela ainda para um contraste com o historicismo metafísico do século XIX; ao contrário deste, a hermenêutica não tomaria o significado da história enquanto um “fato” a ser reconhecido, cultivado e aceito como uma espécie de finalidade metafísica. O embate de versões teria um sentido retórico claro: “o fio condutor da história aparece, é dado, somente em um ato de interpretação que é confirmado no diálogo com outras possíveis interpretações e que, na análise final, leva à uma modificação da situação atual de tal maneira que faz a interpretação ‘verdadeira’” (*Ibid.*, p. 110, grifo nosso).

Assim sendo, a articulação entre argumentação científica e retórica pode ser entendida através da fórmula de uma analogia “mágica”<sup>101</sup>: a metáfora de uma batalha, contestação ou debate, cuja motivação última advém da insustentabilidade ou do inconformismo com certas interpretações do mundo. Na abordagem científica, particularmente, a averiguação constante de parâmetros mais precisos visando discernir entre diferentes leituras da natureza constitui limites a uma semiose livre e infinita.

Quer dizer, mesmo que se admita num contexto de crítica ao paradigma racionalista do positivismo que “muitas coisas podem ser verdadeiras no mesmo momento, embora se contradigam entre si” (ECO, 2000, p.23), como é o caso de vários pensadores que se interessam pelas ciências do imaginário e pela hermenêutica, não há

---

<sup>100</sup> Destino, sorte. Segundo o Dicionário Alemão-Português (TOCHTROP, 1984).

<sup>101</sup> No sentido de metáfora constitutiva da linguagem a que se refere Cassirer: “Em virtude do princípio de ‘equivalência’, os conteúdos, que se nos afiguram como altamente diversificados, seja do ponto de vista da percepção sensorial imediata, seja do ponto de vista de nossa classificação lógica, podem ser tratados como iguais na linguagem, de maneira que todo enunciado a respeito de um deles possa estender-se e transferir-se ao outro” (CASSIRER, *op. cit.*, p.112).

como escapar de que o juízo científico exige modelos e regras de interpretação e demonstração, buscando um acordo sobre aqueles mais aceitáveis. Definir um *modus* ou uma medida de aceitabilidade das possíveis leituras é que seria o problema permanente da ciência, uma vez que “*existe um sentido dos textos, ou melhor, existem muitos, mas não se pode dizer que não exista nenhum, ou que todos sejam igualmente bons*” (*Ibid.*, p.34).<sup>102</sup>

As racionalidades da linguagem ordinária e da ciência são, portanto, distintas, mas tal diferença não as torna mutuamente excludentes. Tanto é que, como se disse, o pensamento científico invoca diversos arsenais de técnicas, procedimentos, sentidos figurados etc a fim de embasar e difundir os percursos que levam do ignoto ao conhecido. É inútil insistir no quanto tais discursos reportam-se a uma concórdia de crenças e convicções, quer dizer, a um dado paradigma ou consenso; por outro lado, é imperioso assinalar que o respeito e a vigilância quanto a regras estritas da discursividade científica não prescinde da criatividade comunicativa.

Cassirer afirma diretamente que os conceitos teóricos constituem apenas uma camada superior da lógica, a qual se apoia no alicerce da lógica da linguagem (CASSIRER, *op. cit.*, p.48). Já Berdoulay lembra que todas as “*configurações discursivas*”, quer sejam denominadas de método científico, *épistème* ou modelo de inteligibilidade, fazem apelo às linguagens especializadas e comuns (BERDOULAY, *op. cit.*, p.8). Isto é, mesmo estando submisso a preceitos específicos e mantendo-se judicioso quanto ao modo codificado de se expressar, o cientista depende da linguagem natural, e não apenas de uma argumentação sólida, tanto para desenvolver raciocínios quanto para atingir uma audiência satisfatória (*Ibid.*, p.90)

Uma vez admitido que o discurso científico se baseia também em argumentos, ligando-se de forma indelével ao funcionamento mesmo da linguagem – aí incluídas suas vertentes comuns ou cotidianas – resta explicitar como se dá a relação entre estes dois universos. A recusa científica em admitir interações com procedimentos retóricos em geral, e com a linguagem natural em particular, reside na crença de que a função expressiva desta deformaria a apreensão empírica da realidade.

---

<sup>102</sup> Umberto Eco refere-se à *texto* num sentido amplo, também como *leitura de mundo*.

Isto impediria a determinação precisa de conceitos e teorias, os quais deveriam lançar mão de uma linguagem técnica, especializada e sem “contaminação” exterior.

Tal pretensão de pureza liga-se ao longo processo de desvalorização a que foi submetida a retórica na modernidade, sendo reduzida a uma descrição linguística de elementos internos à uma frase, em detrimento do funcionamento discursivo do texto em seu conjunto. Daí ter findado por se restringir, durante boa parte do século XX, a uma teoria das figuras de estilo de puro interesse literário. A relação entre retórica e ciência permaneceu então focalizada unívoca e exclusivamente pelas abordagens estruturalistas da linguística, a qual excluiu de seu campo todo parâmetro exterior à linguagem em si (GARDES-TAMINE, *op.cit.*, p.5). Entretanto, a atenção conferida à função de comunicação da linguagem não conseguiu abarcar a importância das suas funções cognitivas e de seus aspectos psicológicos, e foi a partir destas lacunas que a problemática da *criatividade* ressurgiu ao lado da questão primordial da *eficácia* do discurso.

Assim, e sob o impulso da “*Era da Comunicação*” em que vivemos, a retórica foi recentemente reabilitada frente aos limites do estruturalismo, à medida em que foram reintroduzidas as posições dissimétricas do sujeito e do seu interlocutor nos estudos da linguagem. Ampliou-se concomitantemente a percepção de que o recurso a procedimentos de oratória não implica na reprodução de certos quadros lógicos. Uma vez que a matéria da retórica é tomada enquanto a *ação* de um *sujeito* sobre outro através da *palavra*, ela passa a ser reconhecida em suas imbricações com todas as áreas do conhecimento, não podendo se constituir em matéria à parte. A geografia cultural também assimilou a importância da iniciativa pessoal na transformação de contextos sociais:

O fato de que os homens estejam inscritos numa continuidade e sejam sempre herdeiros não os priva de criatividade. [...] Uma profunda transformação do jogo intelectual, dos valores e dos sistemas de crença pode se impor no sentido de responder às dificuldades que os códigos e as regras em vigor não permitem ultrapassar (CLAVAL, 1999a, p.86 e 88).

O arsenal de recursos que se mobiliza na produção de um discurso, tal como o emprego de sentidos figurados, é instrumento legítimo de comunicação e intervenção para orientar a opinião dos outros em direção às nossas convicções, faz parte das

condições do estar-junto social, uma vez que não há retórica solitária. O paradoxo do diálogo lhe é inerente, posto que se quer fazer prevalecer crenças, deixará de ter razão de ser se os outros forem silenciados para sempre.

A par dessas considerações, compreende-se a posição de Berdoulay para quem a própria geografia deve ser reconhecida enquanto uma instância de produção de sentido, visto que se trata de discurso produtor de conhecimentos, repertório de modos de produzi-los e possibilidades de utilizá-los (BERDOULAY, *op. cit.*, p.9). Esse aspecto discursivo ou retórico da ciência é um pré-requisito para qualquer abordagem hermenêutica da realidade em geral, e da epistemologia em particular. A retórica se coloca, pois, tanto neste nível epistemológico quanto permanece uma exigência no domínio da vida cotidiana e onde quer que haja uma situação assimétrica entre interlocutores, envolvendo opinião, conselho, pressão, elogio etc, desde que se preserve a liberdade de julgamento individual:

Se há necessidade de argumentar [...] é porque a evidência não se impõe, é porque a verdade não triunfou por ela mesma. O outro continua livre para aceitar ou recusar as conclusões daquele que fala e é precisamente isto que distingue, ou deveria distinguir, a retórica da manipulação que priva o interlocutor da sua liberdade de escolha (GARDES-TAMINE, *op. cit.*, p. 5-15).

Além do mais, não se pode simplesmente opor os conhecimentos vernaculares aos sistemas de análise elaborados pelos especialistas, daí a preocupação apontada por Hard (1970) quanto à complexidade e ambigüidade da mediação entre os termos correntes na linguagem natural e os termos utilizados pelos geógrafos<sup>103</sup>. Como destacamos, o mundo construído pela ação dos homens é marcado por seus sonhos e aspirações, dependendo não apenas das tecnologias de planejamento e pressupostos científicos correlatos, mas também do imaginário geográfico, dos modelos ideais, mitos e utopias que orientam o desenvolvimento da sociedade. Em consequência desta compreensão, “a linguagem aparece, assim, cada vez mais como mediador obrigatório entre o cientista e a realidade que ele quer compreender” e tem crescido o desejo de que “as análises se aproximem da linguagem corrente para chegar por este intermédio a capturar o subjetivo e as formas simbólicas” (BERDOULAY, *op. cit.*, p.8).

---

<sup>103</sup> A relação entre geografia científica e conhecimento comum é abordada enquanto *etnogeografia* ou *geografia vernacular* por Claval (2001) e Claval e Singaravelou (1995), que sugerem vários campos a explorar. Uma apreciação crítica da etnogeografia pode ser encontrada, por sua vez, em Retaille (1995).



Todavia, se o peso da técnica tem sido bastante explorado nas análises geográficas, o mesmo não acontece com a imaginação, o que é fruto de uma parcialidade danosa ao próprio desenvolvimento do pensar científico. Uma das maneiras de tomar conjuntamente esses aspectos muitas vezes tidos como conflitantes é recorrer às representações enquanto contínua interpretação das informações<sup>104</sup>, tratando-se de “estabelecer um balanço entre a representação científica e a representação social e cultural com o objetivo de precisar desacordos e convergências” (RETAILLE, 1995, p.27-28).

Para Paul Claval a existência de dois níveis de saberes geográficos, o científico e o vernacular (ou etnogeográfico), desperta uma série de interrogações epistemológicas, das quais ele ressalta as duas principais:

[...] quais são as analogias e as diferenças entre as práticas e o saber-fazer empíricos que as pessoas utilizam na vida corrente e a geografia científica? Qual a contribuição que a análise do saber-fazer empírico pode trazer à geografia científica? (CLAVAL, 2001, p.5).

Decerto é esta a ordem mais geral de preocupações que impulsiona aqueles que se dedicam a estudar o conhecimento comum e o imaginário do meio, especialmente em sociedades tradicionais, onde a oralidade tem papel de destaque e a cultura não pode ser dissociada dos modos de atividades aí praticados. Com efeito, o trabalho de aprendizagem e exploração do meio permite a esses povos acumular conhecimentos muito ricos sobre os lugares e territórios do seu espaço vivido, produzindo ferramentas e técnicas que inserem o indivíduo, a família e o grupo nas redes de relações sociais existentes (*Ibid.*, p.19).

Mesmo que a passagem de sociedades simples e relativamente iguais para sociedades mais hierarquizadas e complexas não implique o desaparecimento da bagagem vernacular ancestral, muito menos uma mutação imediata dos seus saberes e valores e identidades etnogeográficos, esta posição parece exigir dos estudos da geografia cultural uma abordagem antropológica ao pé da letra, afeita, como sói

---

<sup>104</sup> Segundo Denis Retaille, “uma representação não é uma coisa que está lá presente, e que é suficiente fazê-la emergir através de um judicioso questionamento, mas sim um processo de objetivação em perpétua revisão” (RETAILLE, *op. cit.*, p.26). Daí, somente a interpretação permanente da informação tornaria possível entender as representações e, conseqüentemente, o ambiente cultural e social que as possibilitam emergir.

acontecer, a certas regiões periféricas do mundo, peças cada vez menores e mais raras do mosaico humano sobre a terra<sup>105</sup>.

É partindo desta questão que Denis Retaille acredita que o mundo dos homens seja bem mais complexo do que a etnogeografia de sociedades tradicionais jamais pôde imaginar (RETAILLE, *op. cit.*, p.23-24). Ele prefere, então, inseri-la no campo da geografia social e cultural contemporânea, propondo uma mudança metodológica que privilegie não as diferenciações e fronteiras físicas baseadas em “*fatos culturais*” coisificados, mas sim em conjuntos de diferenciações progressivas e nuançadas. Nesta visão, etnia é um processo em curso, onde os tratos de cultura devem ser tomados como instrumentos de compreensão de estratégias identitárias, via representações, e não como causas ou explicações de tipo racionalista.

Pensando ainda sobre a relação entre geografia, linguagem e etnicidade, Claval insiste no fato de que certas populações analisadas pelo pesquisador evoluem em ambientes culturais que lhes podem ser bastante exóticos. Daí o impulso em direção à compreensão do saber-fazer específico do grupo analisado, às justificativas apresentadas para seus comportamentos e para as representações que faz de seus ambientes e de sua organização territorial. Neste sentido, a ciência geográfica seria uma reinterpretação das geografias vernaculares: os pesquisadores necessitariam conhecer o saber popular e explorar as lógicas que o motivam, identificando as articulações espaciais dos grupos tradicionais para chegar, no final das contas, a um melhor controle e planejamento do território concernido<sup>106</sup>.

A pista para escapar de uma abordagem antropológica estrita e de suas implicações indesejáveis é fornecida pelo próprio autor: a geografia participa dos saberes indispensáveis a todas as sociedades; em outras palavras, todas as sociedades possuem uma *geosofia*. Quer dizer, as necessidades preenchidas pelo conhecimento geográfico comum não se transformam fundamentalmente mesmo quando este se torna

---

<sup>105</sup> Um exemplo de itinerário interligando geografia cultural e antropologia encontra-se na obra de Joël Bonnemaïson (1981; 1996; 1997; 2000), especialmente em seus estudos sobre os fundamentos geográficos da identidade de populações tradicionais do arquipélago de Vanuatu, no Pacífico Sul.

<sup>106</sup> Claval apoia-se em Collignon (1996; 2000) para concatenar a diversidade de conteúdos das geografias vernaculares: a ecologia dos lugares, suas semelhanças e maneiras de exploração (aspecto técnico); estudo de agrupamentos humanos instalados em certos lugares (aspecto social); enfim, a análise do sentido conferido à paisagem e ao ambiente pelos seus habitantes (aspecto moral ou filosófico) (CLAVAL, 2001, p.16).

cada vez mais tributário do saber científico. Atitudes como se orientar, localizar as observações e acumular informações pertinentes sobre os lugares balizados, batizando-os com toponímias, permanecem na esfera da linguagem geográfica popular, apesar de uma maior influência decorrente de seleções e recortes operados pela lógica dos sistemas técnicos, econômicos e políticos dominantes. A complexidade das relações entre os domínios científicos e corriqueiros não pode ser negligenciada.

É o caso, como ficou patente ao longo de todo o trabalho de campo no semi-árido, da influência da propaganda das políticas hídricas do governo sobre o imaginário geográfico de grande parcela dos agricultores consultados: afirmações do tipo “*o sertão agora está bom, o governo construiu barragens, botou água, irrigação*”<sup>107</sup> parecem não se contradizer com a situação concreta de muitos dos que as proferiram, e que continuavam sem acesso à água ou técnicas modernas. O espaço de referência dos agricultores sertanejos é, naturalmente, também um espaço comunicacional ampliado em grande medida pela televisão, pelo rádio e por outros veículos de informação, além do espaço vivido em seus deslocamentos diários, migrações sazonais e peregrinações.

Uma outra opinião curiosa, com raciocínio inverso, é aquela segundo a qual “*aonde a irrigação chegou não é mais sertão*”<sup>108</sup>; portanto, vê-se aqui que a palavra sertão pode denotar um estado de coisas, antes que uma entidade territorial ou ambiental. Do mesmo modo, é fácil observar que o emprego da denominação “semi-árido” pelos pequenos agricultores – uso este bastante restrito por sinal – decorre comumente de contatos mais continuados com técnicos, agrônomos e agentes sindicais, sem implicar o abandono de sentidos genéricos e toponímias precisas em situações corriqueiras. Situação que não é de maneira alguma espantosa, uma vez que se trata de uma expressão doura, tal como o conceito estritamente geográfico de “paisagem”.

Isto revela, mais uma vez, o quanto a retórica é matéria profundamente política: variando em função das circunstâncias que estabelecem empatia ou afastamento entre os interlocutores, a escolha das palavras e dos argumentos depende do que os oradores julgam ser as expectativas e paixões da audiência (*pathos*), tomando parte integral de estratégias identitárias. A réplica desconcertante de uma agricultora sertaneja à primeira pergunta que lhe foi endereçada expôs com naturalidade ímpar esta interação: “*me diga*

---

<sup>107</sup> Fonte: trabalho de campo.

<sup>108</sup> *Idem.*

*o que é que o senhor quer que eu responda?”*<sup>109</sup>. Exemplos similares serão retomados com maior profundidade no próximo capítulo.

O que queremos ressaltar é que se torna mister considerar a tripla instituição da retórica: no próprio corpo do conhecimento científico e geográfico, na realidade da vida e nas relações entre estas esferas. Procura-se aqui lançar um olhar privilegiado sobre este último e decisivo processo, visto não apenas como uma interferência ocasional, mas sim enquanto instância decisiva para compreender a diferenciação, valorização e transformação do meio através da metaforização das relações do homem com o espaço. Aproxima-se, portanto, daquilo que Paul Claval classifica como análise do sentido conferido à paisagem pelos seus habitantes, pretendendo chegar a uma contribuição sobre como a própria visão científica pode ser avaliada à luz destes fenômenos.

Antes de mergulhar nos motivos que nos fazem acreditar ser possível recorrer ao *logos* paisagístico enquanto *linguagem* e *razão*, e em seguida estudar a sua mobilização pelos habitantes do semi-árido, convém melhor precisar alguns outros aspectos da retórica que serão aqui levados em consideração.

## 2.2.2 Eficácia comunicativa e heurística da paisagem: uma retórica plena

*O sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do Norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida. É-lhes de algum modo uma zona central comum.* (CUNHA, 2002, p.109)

*O que é o agreste? É onde não tem nada, tudo seco, não existe água, não existe lavoura, não existe gente, então é um agreste seco, né? [...] É aquilo seco, sem uma fruteira, sem criação a não ser uns bodinhos aqui e acolá, a agricultura fraca, aquilo vazio, a caatinga seca e uns barreirinhos quase secos, com pouca água.* (Pequena agricultora de Caruaru, março de 2003)

A retórica, como se viu, é onipresente em tudo aquilo que traz à baila procedimentos de argumentação. Além do mais, seu alcance chega aos mecanismos de aquisição de conhecimentos, bem como à dinâmica criativa das atividades científicas e às relações entre pensamento e experiência. Ela adquire, assim, evidência cognitiva e

---

<sup>109</sup> Depoimento de agricultora de Afogados da Ingazeira, junho de 2003.

teórica (BERDOULAY, 1988, p.19) e chega a ter, para a geografia, uma influência marcante nas concepções e transformações do meio.

Que se pode dizer, a partir daí, das condições de criatividade do discurso que concorrem para a epifania da paisagem? O sujeito, estimulado a sonhar e refletir sobre o fato do mundo a partir de um lugar que lhe é co-substancial, pronuncia-se sobre o que pensa e intui ser ora a singularidade de seu espaço de vida, ora a integração deste em uma zona mais vasta com características comuns. Assim sendo, ele materializa a tensão cultural e os diferentes sentimentos de pertença através de argumentações, do uso de figuras de pensamento e da denominação de entes territoriais ou geo-simbólicos.

O fato de que tal juízo possa ser – como frequentemente é – apenas o reflexo de idéias largamente aceitas ou difundidas numa dada sociedade não diminui a importância do conhecimento vernacular, apenas insere o problema de considerar o papel dos *topoi* (lugares-comuns) ao lado do esforço de criar novas evidências pela racionalidade narrativa. Conjuga-se, deste modo, a experiência pessoal e coletiva. Uma breve ilustração: a agricultora do depoimento transcrito na epígrafe reside numa área de transição entre brejo de altitude (zona úmida a sub-úmida) e o domínio das caatingas (zona semi-árida), o que contextualiza sua visão sumária do “agreste-que-é-sertão” entre o imaginário social e o espaço vivido. Para ela, em realidade, não há diferença entre um e outro, a não ser que “*o sertão está muito longe*”<sup>110</sup>; mas isto não é sempre verdadeiro para agricultores em outras situações, mesmo dentro do próprio município.

Como uma forma de estudo do convívio geográfico pela palavra, a retórica é devotada àquelas formas de comunicação que supõem desde um desejo de fazer prevalecer a voz do lugar, da experiência de seus habitantes, até a contingência de concertá-la ao senso-comum regional e vice-versa, impregnado-se de todo tipo de estratégia identitária e de relações de poder. Da proximia ao desconhecido, trata-se sempre de estar no mundo *com e face ao* outro, e mais, da necessidade de agir sobre o outro. Esta permanente fonte de paixões, fundamento da política no senso amplo, é arbitrada retoricamente. Quando formulamos um pensamento na perspectiva da paisagem, imagem simbólica que extrapola o lugar, não queremos sempre compartilhar pacífica e passivamente, mas muitas vezes trocar, seduzir, medir forças, impor e contrapor. Nesta realidade é que se inscreve a força da palavra pública.

---

<sup>110</sup> Depoimento nº3, pequena agricultora de Caruaru, março de 2003.

Alguns lugares-comuns podem ser vistos no sentido das metáforas radicais propostas por Cassirer, mergulhando no inconsciente coletivo e organizando nossa apreensão de mundo e nosso saber (GARDES-TAMINE, 1996, p.12-13). Em decorrência, a tradução de pensamentos e intenções em imagens e narrativas referenciadas geograficamente coloca a paisagem no contexto de uma geografia social e política, uma vez que a discussão das bases imaginárias da sociedade é um assunto delicado; com efeito, valores simbólicos e estéticos são socialmente produzidos, supondo interesses diferenciados e escolhas políticas (CASTRO, 2002, p.123).

A paisagem, com sua metaforização radical das relações homem-meio, pode sufocar ou conformar a palavra individual, mas deve ser vista ao mesmo tempo como o terreno de batalhas para argumentos nascidos da experiência vivida e nem sempre condizentes com outras escalas de análise sem que haja um esforço de conexão. Somente considerando o problema por este prisma as paisagens estereotipadas forneceriam à palavra e ao pensamento alguma liberdade para que estes se desenvolvessem, caso contrário estaria decretada a imposição de uma verdade, a passividade dos sujeitos e a inutilidade da retórica.

A adesão de espíritos a uma versão ou visão da existência supõe, como já apontado, uma combinação de racionalidade e sentimento. Se a inteligência convence, a emoção persuade – segundo o topos mais consensual da retórica contemporânea. As estratégias territoriais identitárias, ainda que apoiadas em pensamentos perfeitamente racionais, não prescindem do apelo ao imaginário e à sensibilidade para enlevar adeptos ou demarcar a distância além da qual aparece a alteridade. Elas precisam de uma expressão arrebatadamente eficiente e não é daí senão que nasce a potência da imagem em geral e da paisagem em especial, como *o que pode ser visto em um único golpe de vista*.

O relance evidentemente merece ser melhor compreendido como gatilho da contemplação, uma sucessão de instantes necessários ao processamento da imagem pelo pensamento e pelo coração, estabelecendo conexões plausíveis com a experiência, conhecimento, atividade, emoção e valores daquele que vê. Não se trata de um *flash* mecânico, e sim de um *insight* para o qual concorrem um contexto sócio-cultural e uma habilidade visual longamente exercitada, de modo a encontrar, selecionar, ordenar e reforçar argumentos emoldurados por uma leitura de mundo permanentemente

questionada pelo olhar. Em outras palavras, a sutileza da cena contemplada é que ela consiste num resumo de traços marcantes, feito, senão *a posteriori*, pelo menos exigindo reflexão continuada, investimento sentimental e busca de uma expressão plausível e duradoura das impressões imediatas. Assim, a expressividade da paisagem reside na identificação, eleição e aprimoramento de geo-simbolismos contundentes, ela é o visível tornado visto, ou seja, condensado de forma incisiva.

Que se releia com zelo “*A Entrada do Sertão*” e “*Golpe de vista do Alto de Monte Santo*”, passagens d’*Os Sertões* em que Euclides da Cunha estaca, surpreendido, seu sonho de geólogo viandante ao chegar no belvedere de uma paragem mística “e quase compreendia que os matutos crendeiros, de imaginativa ingênua, acreditassem que ‘ali era o céu’...” (CUNHA, 2002, p.95-99). O relato das suas primeiras impressões, como de resto todo o livro, transita entre a razão científica e o gênio do lugar, comunicando o pasmo da travessia e da revelação de uma terra ignota habitada por “rudes patricios”.

Portanto, o átimo que separa o mecanismo biológico da visão dos filtros culturais de uma tradição-destino, no sentido hermenêutico, não pode ser comparado a mera impressão fotográfica de contornos e cores, luz e sombra<sup>111</sup>. Prosseguindo na problematização do visível, há ainda na percepção das paisagens, para além do império das formas, um quê de verdade onírica profunda, originária daquilo que Gaston Bachelard alcunhou de “*devaneios materiais*” que antecedem a contemplação:

Sonha-se antes de contemplar. Antes de ser um espetáculo consciente, toda a paisagem é uma experiência onírica. Só olhamos com uma paixão estética as paisagens que vimos antes em sonho [...] Mas a paisagem onírica não é um quadro que se povoa de impressões, é uma matéria que pulula (BACHELARD, 1997, p.5).

Os elementos mais evidentes na superfície terrestre poderiam ser vistos tal qual instruções da realidade que respaldariam as “convicções do coração” e, no sentido inverso, essas crenças também orientariam a compreensão do universo. À parte as dificuldades de se trabalhar a “imaginação material” de um objeto complexo como a paisagem em sua totalidade – e que é mais diretamente forma que substância – fica demarcada a importância que assumem certos aspectos da psicologia do inconsciente na valorização ou esquecimento da imagem.

---

<sup>111</sup> Sobre a discussão do conceito de paisagem, remeter-se ao item 3.1

O “pardo requeimado das caatingas” que brotam subitamente às primeiras chuvas, o “volver selvagem das torrentes” arruinando o solo já submetido à “ação demolidora das soalheiras”, o “cautério das secas” em seu ritmo maldito e de novo as “enchentes devastadoras”... é bem no pendular imperfeito dos elementos *água e fogo* que se apóiam muitas das caracterizações do sertão, tanto acadêmicas quanto corriqueiras. Voltando por este caminho ao testemunho da pequena agricultora de Caruaru, enquanto o brejo é caracterizado pela suavidade da água/frio/fruteiras, o agreste-sertão é o reino ardente da seca/calor/caatinga, quer dizer, do fogo<sup>112</sup>.

As expressões acima referidas (entre aspas), todas colhidas do repertório euclideano devotado à construir a idéia-força do *martírio da terra* sertaneja, recorrem a universais do imaginário do semi-árido. Todavia, se encaixam numa ordem narrativa mais exigente e geral, de modo a transmitir e ultrapassar o espanto das primeiras intuições, dando-lhes coerência, integrando-as em sistemas de compreensão e explicação do mundo. A riqueza e importância da obra referida permitem-nos explorá-la um pouco mais como exercício das relações entre retórica, ciência e literatura. Abramos aqui um parêntesis.

Para Leopoldo M. Bernucci (2002) uma das vigas mestras do conjunto discursivo do texto principal de Cunha é a conciliação das oposições, bem representada pela sua maneira paradoxal de traçar as características regionais, pintando uma natureza que tanto pode acolher quanto rejeitar o sertanejo. Ora, os dilemas da vivência no seio de um ambiente que pode se mostrar ciclicamente hostil fazem parte da auto-imagem dos habitantes do semi-árido, como mostrou Alfredo M. Gomes (1998): para grande parte dos sertanejos, o sertão é um lugar bom de se viver, belo, acolhedor; porém, os acontecimentos climáticos o arrasam, transformando-o em espaço de penúria, fome e sofrimento. Também o sertão pintado por Euclides da Cunha é um “paraíso” de cenário deslumbrante (fauna, flora e vaqueiros felizes) que sucumbe surdamente ao ritmo velado e inexorável das secas, transmutando-se em deserto.

O imaginário social da seca, segundo A. Gomes, se desenvolveu ao longo dos anos com base numa “concepção natural-religiosa do mundo” (GOMES, A., *op. cit.*, p. 168-173). Nesta, sucedem-se *tempos bons* e *tempos ruins* associados a outros termos

---

<sup>112</sup> Para uma discussão sobre a cognição/percepção ambiental sertaneja, incluindo a categorização de espaços e organismos com base na diferenciação *quente-frio* ver Hoefle (1990; 1993). Em relação ao simbolismo camponês do *quente-frio*, *forte-fraco* consultar Woortmann & Woortmann (1997).



antitéticos, mas que se referem todos a momentos de um mesmo e único processo: a imputação do tempo natural-mágico do fenômeno circular chuva-estiagem ao conjunto das relações sociais. Ainda de acordo com este autor, os sertanejos se vêem como fortes no sentido de resignados, em auto-sacrifício voluntário para expurgar seus pecados e aplacar a ira divina, cujo castigo vem sob a forma de fenômeno natural avassalador, a seca. A frase emblemática lapidada por Cunha, de que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” era despojada de conotações místicas, referindo-se apenas à adaptação do homem à rusticidade da natureza, porém parece ter-se acoplado paulatinamente a esse “ritual” de sacrifício religioso secularmente construído (Gomes, A., *op. cit.*, p.114-115).

A influência mútua das leituras técnico-científicas e populares – embora a importância das primeiras tenha aumentado enormemente ao longo do século XX – indica que não se pode desprezar a contribuição de percepções do meio pelos *insiders* na construção de discursos sobre a região. Além do mais, o interesse antropológico de Euclides da Cunha, apesar do desenvolvimento extremado de argumentos deterministas em seu pensamento, estava prenhe de curiosidade quanto à cultura e psique do homem local.

Sem a pretensão de penetrar no debate sobre o legado do livro consagrado em “monumento nacional” por supostamente ter tocado a alma brasileira (ABREU, 1998), indaga-se aqui em que medida Cunha teria sido sensível ao universo sertanejo como o foi, sem sombra de dúvida, em relação ao interesse do público leitor e aos cânones do cientificismo de sua época. Quanto a isto, o julgamento de Eduardo Hoornaert (1998) faz eco às críticas que o condenam por tentar explicar o vivido sem ter mantido maiores contatos com os viventes.

Contudo, a questão da influência do imaginário geográfico local na apreensão da paisagem por aquele autor está longe de se esgotar. Voltando ao trabalho de Alfredo Gomes (GOMES, A., *op. cit.*, p.166), percebe-se que a auto-imagem de lutador, resistente, viver e conformado etc forma o “centro do imaginário sertanejo”, resultante em grande parte daquela concepção natural-religiosa a qual pensamos não ser de hoje, mas tributária de uma longa tradição pré-moderna que desembocou na recente indissociabilidade da imagem regional em relação às secas. Pois bem, a “imaginativa” dos “matutos crendeiros” não teria passado despercebida aos olhos de um cronista tão decantado por sua pluralidade de enfoques, ainda mais quando se sabe a importância

que Cunha conferiu às razões mágico-religiosas e ao determinismo ambiental em suas explicações sobre a região dos “sertões do norte” e o conflito de Canudos.

Do ponto de vista da descrição morfológica do sertão, o discurso euclidiano recorre fortemente às imagens; nós somos convocados a refazer o itinerário do viajante e a vislumbrar (reviver) aqueles cenários impressionadores. O ponto de vista é decerto o do estrangeiro, mas sedento de penetrar na história e no caráter dos sertanejos pela familiarização com as específicas relações aí travadas entre os homens e um meio físico dominante. Para tanto, ele integra camadas justapostas de linguagem que possuem diferentes níveis de significados, como ensina o professor Bernucci (BERNUCCI, *op. cit.*, p. 13-17). Na opinião deste, uma das maiores originalidades d’*Os Sertões* é a adoção de uma perspectiva “*cinematográfica*”, que combina amplos panoramas com o direcionamento preciso em focos específicos, tentando uma interação permanente do geral e do singular<sup>113</sup>. Assim, o autor apresenta um

[...] movimento de abertura e contração do campo visual [que] atesta explicitamente o caráter não só pictórico da escrita euclideana, mas também a sua singular capacidade para mover-se entre as generalizações e os aspectos mais particulares da sua narrativa (BERNUCCI, *op. cit.*, p. 17).

A perspicácia da sua visão científica ou cientificista que buscava relacionar o todo com as partes e vice-versa recorre amplamente a procedimentos retóricos, mitos e motivações estéticas, alçando a paisagem ao posto de lugar privilegiado da prática discursiva. A intensidade sinédouca da descrição paisagística é usada de maneira contundente na abertura do capítulo IV da primeira parte do clássico de Euclides da Cunha (*A Terra*), quando ele usa Canudos à guisa de um índice sumário representativo de todos os *sertões* – e o plural aí não esconde o quanto a seleção de traços fundamentais é apenas um recurso aproximativo (rever a epígrafe que abre o presente item).

Deste modo, fechando o parêntesis, logra-se pensar que num contexto de busca de “argumentações impressionadoras” a força expressiva da paisagem também residiria n’o que se *pode e quer mostrar em um único golpe de vista*, significando o movimento ativo de condensação de sentidos, valores e percepções em imagens de forte conteúdo

---

<sup>113</sup> A disposição dos fatos e efeitos estéticos da linguagem euclideana são considerados de extraordinário valor por Bernucci, suplantando com folga seus deslizes, erros e preconceitos. Para uma revisão da retórica d’*Os Sertões* ver o prefácio da edição organizada por este autor (BERNUCCI, *op. cit.*, p. 13-49).

simbólico – e que depende, além do mais, do caráter esperado da audiência, isto é, daquilo que pode ser apreendido pelos interlocutores. Opera-se uma seleção de traços marcantes e essenciais à maneira consagrada por La Blache, para em seguida distinguir e articular espaços num sistema englobante, ou faz-se o percurso inverso. Novamente a noção de retórica, enquanto negociação da “distância” entre os homens a respeito de algo, transparece com clareza neste processo de comunicação simbólica.

Na comunicação simbólica o que está em jogo não é uma transferência de informação, mas um contato que permite aos indivíduos sentirem-se próximos porque partilham os mesmos saberes, têm as mesmas atitudes e se projetam no mesmo futuro; o sinal pode também lhes lembrar o quanto eles diferem, porque não aderem aos mesmos valores (CLAVAL, 1999b, p.70).

A dinâmica do todo e da parte é onipresente na cognição e desenho de uma realidade que se deseja revelar através da paisagem. A par de características objetivamente comprováveis, presentes no mundo material, esta marcha é também dependente de condições gerais (psicológicas, sócio-culturais, políticas etc) que permitem o apelo a um imaginário específico em vistas da aquiescência do público ao qual se direciona o discurso – donde nem sempre querer é poder. A aproximação ou analogia das paisagens com figuras de pensamento decorre da dupla adequação racional-afetiva presente tanto numas quanto noutras.

Joëlle Gardes-Tamine permite-nos ir mais além, defendendo que um dos princípios fundamentais da retórica é “sacudir a imaginação”, para o que se prestariam de forma magistral os sentidos figurados. Ao concebê-la como “*pensamento visual*”, idéia emprestada de Rudolf Arnheim (1976), a autora sublinha que o discurso faz apelo a tudo quanto serve para comover os olhos do corpo e do espírito, como a imagem e a descrição: “é tudo isso que produz imagem que vai evidentemente ser privilegiado. E o termo mesmo de *figura* remete àquilo que se vê. A retórica privilegia, assim, a visão” (GARDES-TAMINE, *Ibid.*, p.16)<sup>114</sup>.

Que faz a explanação em geografia? De um modo geral, ele se desenvolve visualmente – cartas, mapas, paisagens, modelos, fotos, descrições etc. Isto é, quer fazer ver alguma coisa que do ponto de vista dos conhecimentos anteriores ou especializados

---

<sup>114</sup> No entanto, não se deve esquecer a profundidade sensorial da paisagem. Cf. Corbain (2001).

mostrar-se-ia em dispersão e sem nexos. Assim, o discurso geográfico é espetáculo<sup>115</sup>, *theoria* no sentido original do termo (BERDOULAY, 1988, p.23). O que o autor quer ressaltar com o recurso a esta idéia é a construção e o arranjo da informação com o apoio da visualização, processo tão caro aos geógrafos. Ao nosso ver, o papel da imagem se avoluma nesta concepção, dado que o vigor da figuração paisagística decorre justamente da sua capacidade de colocar uma cena sob os olhos – mas não uma cena qualquer, e sim uma “vista”, “perspectiva” ou “representação” metafórica, simbólica.

Este recurso à visualização também faz parte do conhecimento vernacular do espaço. Para Joël Bonnemaïson, um *geo-símbolo* pode ser definido “como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais toma aos olhos de certos povos e grupos étnicos uma dimensão simbólica que lhes conforta em sua identidade” (BONNEMAISON, 1981, p. 249 *et. seq.*). Nesta concepção, uma perspectiva etno-paisagística seria construída pela transformação de elementos da natureza e do território em ícones e símbolos culturais. Entretanto, existe uma tendência no mundo contemporâneo a valorizar globalmente certas paisagens enquanto *formas eco-simbólicas*, como demonstra a questão de sua eleição em patrimônio público e bem cultural (DONNADIEU, 1994, 1999; CORBAIN, 2001; MENESES, 2002). Portanto, a paisagem *tout court* é frequentemente condensada por geo-símbolos que “falam” em nome de uma causa (pessoal ou coletiva), de uma identidade, de uma cosmovisão.

O eterno retorno do problema de que o discurso racional, ao ser trabalhado pela retórica, corre o risco de conduzir a conclusões ideológicas, encontra-se colocado sob outro prisma. A ciência, mesmo sendo “apenas” consenso sobre as melhores interpretações, exige objetividade e transparência, tendo sempre a obrigação fundamental de questionar as assertivas de uma dada leitura da realidade. Mas esta mesma inquirição deve iniciar-se pela apreensão do fio condutor de uma tradição-destino do pensar, naquele sentido já explicado por Vattimo e Gadamer, e não no expurgo de formas figuradas de pensar. A dicotomia retórica-ciência é, então, atenuada.

No caso da geografia, o julgamento de Berdoulay é que o discurso “[...] pode arrastar uma multidão de vieses ideológicos através das escolhas dos termos, dos recortes territoriais, das categorias sociais, dos temas de estudo, até mesmo dos métodos

---

<sup>115</sup> *Espetáculo*, segundo o “Dicionário Houaiss de Antônimos e Sinônimos” (2003) pode significar, dentre outras possibilidades: **apresentação**: exibição, função, *show*; **visão**: cena, cenário, paisagem, panorama, perspectiva, quadro, vista; **encenação**: cena, montagem, peça, representação.

e técnicas” (BERDOULAY, *op. cit.*, p.21). Percebe o autor que toda a atividade científica, seja por suas funções sociais ou dimensões discursivas, se encontra imbricada com a ideologia, e que na retórica dos geógrafos tal imbricação transparece no privilégio a algumas figuras, como a hipérbole, a metonímia e a analogia.

Por outro lado, a elaboração de saberes não prescinde do recurso a procedimentos metafóricos, ao contrário, toma-os visando superar o aprisionamento a discursos herdados e tenta construir novos modelos geográficos de apreensão do espaço. O papel do pensamento figurado tem sido bastante reconhecido em diversos campos de estudo, desde pesquisas interessadas nas representações territoriais de povos primitivos (BONNEMAISON, 1996; 1997) até aquelas mais devotadas aos desafios identitários da cultura ocidental na modernidade (p. ex. DEARBIEUX, 1995b; FOSTER, 1999; ROUX, 1999; GUTIERREZ, 1999/2000; 2000/2001). Sem esquecer dos trabalhos interessados nos aspectos conceituais e epistemológicos da relação entre discurso e linguagem na geografia (HARD, 1970; BERDOULAY, 1982; 1988; TURCO, 1997).

A força da figuração se impõe, mas como escapar enfim dos perigos que sempre rondam sua utilização? Teremos sempre de sopesar entre as contribuições realmente apropriadas da retórica e as deformações ou exageros cometidos em nome da eficácia de expressão. A qualidade de uma obra científica impregnada de procedimentos figurativos revela-se quando o seu discurso nem recai em prisões (dogmas), nem se autonomiza em total liberdade de criação (fantasias), mas os contempla de um ponto de vista hermenêutico. Se quisermos imprimir maior rigor ao julgamento, a lembrança de Eco é cabível: a liberdade das interpretações dependerá sempre dos critérios de aceitabilidade instuídos pela coletividade de cientistas (ECO, 2000, p.34)<sup>116</sup>.

Existem muitas formas de pensamento figurado passíveis de serem consideradas como partícipes de uma retórica da paisagem, aglutinando-se em torno daquilo que já foi chamado de metaforização das relações entre o homem e o espaço. A “enformação” da paisagem encerra procedimentos mentais muito complexos e sutis, dos quais o recurso a apenas algumas figurações não é, decerto, capaz de cobrir plenamente. Outrossim, a catalogação e taxionomia exaustiva dos procedimentos aí invocados, além de impossível de ser realizada em definitivo, é uma porta aberta às derivas classificatórias que terminam por esvaziar o impulso de avaliação dos conteúdos

---

<sup>116</sup> Como tentamos explicitar no item 3.2.1

criativos. Daí ser preciso recorrer à força do exemplo, concentrando a atenção sobre alguns tropos que têm se mostrado mais importantes nos estudos geográficos.

### 2.2.3 Razão metonímica da paisagem: ponto de partida para sistemas de metáforas.

*Se queres glorificar, [é preciso] tirar a metáfora disso que há de melhor entre as coisas do mesmo gênero; se queres depreciar, tirá-la do que há de pior (Aristóteles).*

*A impressão do sertão apreendida em relatos de viajantes estrangeiros é falsa. Aqueles que viram apenas o deserto desumanizado e a ausência de cultura não perceberam o mundo que pulsa sob a aparência do vazio (SOUZA, 1997, apud LIMA, 1999, p.58).*

Ao longo dos itens anteriores foram tecidas considerações gerais sobre o papel das figuras de pensamento na atividade científica, ensaiando-se uma maior atenção às suas relações com a geografia. É chegada a hora de sistematizar os aportes e especificar como a contribuição desta esfera da retórica pode ser operacionalizada através da categoria paisagem. Percebe-se que, enquanto pensamento visual, ambas encerram um certo paradoxo entre razão e argumentação, de um lado, e poder imaginativo e representação, de outro. Porém, tais dimensões aparentemente díspares se reencontram na criação de imagens simbólicas e na adaptação aos *topoi* ou temas adaptados a cada tipo de sujeito e de causa. Como sustenta Joëlle Gardes-Tamine (1996, p.16) “tal como um viajante, o orador percorre espaços”, enriquecendo suas descrições com procedimentos que fazem saltar aos olhos aspectos de uma realidade que ele julga importante registrar, realçar e apregoar.

O problema da paisagem, no pensamento geográfico, reside na trajetória necessária entre conhecimento empírico das fisionomias da Terra (descrição direta do real, sentido próprio) e sua representação subjetiva (encenação, sentido figurado) resultante do adiantamento da percepção via “*artialização do olhar*”, naquela expressão consagrada por Alain Roger (1989). Contudo, nem a geografia pode se resumir ao campo representacional e nem, numa abordagem geosófica, deve subestimar que o filtro da arte tem uma conotação universal: não se trata apenas do olhar europeu de origem

renascentista, e sim de uma necessidade figurativa inerente ao pensamento e à linguagem espacial, com inumeráveis variações históricas.

Como as habilidades figurativas da humanidade se reportam à linguagem, e mais, à gênese mesmo da linguagem (CASSIRER, 2003), o pensamento simbólico do espaço é algo que pertence à própria natureza humana. O que emergiu desde o Iluminismo não foi “a” paisagem, mas um conjunto de novas regras de representação, uma base metódica com a qual se deveria circunscrever o olhar e o pensamento figurativo na tentativa de produzir uma *imago mundi* na perspectiva da ciência e somente possível por intermédio dela. Portanto, se aceitarmos que a forma retórica é uma característica intrínseca da linguagem, não podemos separar completamente as representações do espaço advindas do conceito geográfico de paisagem das múltiplas “aparições” culturais do princípio de retroação homem-espaço; eles se instituem mutuamente. Ou seja, o conceito científico de paisagem é apenas uma restrição operacional do pensamento figurativo apoiada em normas exteriores à infinita epifania das simbolizações, oferecendo-lhes um horizonte referencial de interpretação.

Não se trata de assimilar integralmente outras formas de representação cultural do espaço à paisagem da tradição ocidental, nem da imposição quase involuntária deste raciocínio que parece estranho a outros povos, e sim de encontrar uma racionalidade hermenêutica que permita aceder à origem comum de todos os casos. A humanidade, na sua experiência geográfica concreta, isto é, através da interação com o meio, erige, identifica e projeta simbolismos que passam a constituir elementos-chave de sua compreensão e transformação do mundo. A paisagem, como disse G. Chouquer (2001, p. 249), é uma construção que se realiza através de muitos esquemas e modelos, inclusive o pictural, bem como carrega várias outras representações históricas, geográficas e ecológicas. A nossa referência – o modelo paisagístico ocidental estetizante e pictórico – não deve servir para silenciar a contribuição de outras matrizes e bloquear o debate, muito pelo contrário, é uma plataforma de descoberta, encontro e aprimoramento do conhecimento do mundo. Neste sentido, a construção social e valorização de geo-símbolos traduz uma batalha de argumentos colocados em imagens e narrativas.

Desenha-se a paisagem com base em uma complexa interação de figuras de pensamento ou argumentos visuais, podendo chegar no limite a constituir em seu todo

uma ilustração ao pé da letra. Quer dizer, em sua acepção mais rica, heurística, “paisagem” é um sentido figurado ou um modelo abstrato, um pensamento metafórico que se funda concretamente sobre as feições da Terra. Que se entende, entretanto, por figura? Svetlana Khankova<sup>117</sup> discerne dois significados maiores a partir de suas origens latinas: *figura*, em primeiro lugar é configuração, estrutura, desenho geométrico, coisa moldada, forma, maneira de ser, donde se chega às figuras de linguagem; em seguida tem-se a raiz *figere*, dar forma, representar, imaginar e fingir, que conduz à ficção e ao imaginário.

Essas duas vertentes têm muito a ver com a apreensão do mundo através das paisagens, pois da aparência geral e concreta à redução visual de um objeto, a figuração é antes de tudo a representação por meio de figuras ou a arte da representação, a criação de imagem simbólica, a formação de figura, quer dizer, em forma estruturada, de elementos para representar de maneira visível ou sensível e quiçá mentalmente um objeto, uma individualidade<sup>118</sup>. Na retórica, as figuras denominadas como tropos são aquelas que carregam transformações nos sentidos dos termos a partir desta livre pulsão imaginativa, correspondendo assim aos procedimentos expressivos que, para serem compreensíveis, requerem reflexão e interpretação em um contexto preciso. Quer dizer, como mostrou Paul Ricoeur, o sentido figurado não é derivado das palavras em si, mas sim “o sentido de um enunciado inteiro” (RICOEUR, 1975, p. 124).

A exigência de aproximação à realidade exterior inerente ao pensamento geográfico, bem como sua recente preocupação com a cumplicidade cultural do olhar, são marcos de uma contextualização que torna possível incorporar teoricamente o simbólico ao estudo da morfologia e da ordem espacial das coisas. Naqueles conteúdos que mais se aproximam do universo das formas visíveis e da fisionomia a figura está estreitamente ligada às noções de configuração, disposição, aparência, aspecto. Suas implicações com o conceito de paisagem enquanto representação visual do mundo tornam-se evidentes pela convergência de sentidos tais como encenação, ilustração, ícone, esquema, motivo, gravura; enfim, tudo quanto é atinente às relações entre morfologia, imagem e simbolização.

---

<sup>117</sup> Segundo KHANKOVA, S. “Figure”, s/d. In: GRASSIN, Jean-Marie e FAHEY, Joseph. *Dictionnaire International des Termes Littéraires*, França, Nova Vita / Université de Limoges, 1964. Disponível em <<http://www.ditl.info/art/definition.php?term=1828>>. Acesso em: 23 jun. 2004

<sup>118</sup> *Ibid.*



Como explica ainda Khankova, a noção de figura tem vida longa na retórica, uma vez que vem sendo pensada desde Aristóteles, assumindo nos dias de hoje um largo emprego em teorias linguísticas, semióticas e literárias. Não é demais lembrar que é sempre o sentido da visão o mais solicitado, sendo a figura “a forma sensível daquilo que não é sensível” (GARDES-TAMINE, *op. cit.*, p.126). Desenvolveremos no presente trabalho apenas algumas definições mais diretamente relacionadas às narrativas paisagísticas, partindo do pressuposto de que os tropos são apenas o fio condutor da análise, não a sua finalidade última. A posição adotada anteriormente a respeito da relação entre retórica e ciência aplica-se novamente a propósito da relação entre sentido próprio e figurado, uma vez que este não seria um desvio em relação ao sentido daquele, mas o funcionamento normal da linguagem. Desta maneira, a oposição entre o próprio e o figurado não é tomada como um dado da realidade, ela é uma construção:

A distinção entre o próprio e o figurado é uma construção que, levando em conta todos os elementos de informação disponíveis no momento do ato de linguagem, elementos emprestados ao significado, ao referente e ao contexto, opõe o figurado ao próprio uma vez que o afastamento é julgado grande demais entre predicação ou classificação antigas e predicação ou classificação novas (MOLINO, SOUBLIN e TAMINE, 1979, p.39).

Para nossos objetivos, os tropos de maior interesse são aquelas que estão mais ligadas ao lugar da descrição, ao retrato ou ao quadro que se quer simbolizar e comunicar com a colocação em espetáculo da paisagem, possuindo afinidades com argumentos fundados sobre a estrutura do real. Prestariam-se, desta maneira, a argumentar e questionar, colocar facilmente um cenário sob os olhos e sacudir a imaginação, sugerir ou projetar – desde que não se esqueça que os “dados” da realidade são com frequência construtos e até mesmo fantasiosos<sup>119</sup>.

Muito embora os tropos sempre apareçam em conjuntos complexos e interdependentes, certos lingüistas costumam reduzi-los à triade metáfora-metonímia-sinédoque, ao passo que outros preferem simplesmente o par metáfora-metonímia (onde esta última incluiria a sinédoque como um de seus casos particulares)<sup>120</sup>. A metáfora, cuja estrutura de base repousa na comparação, é descrita enquanto tropo por parença:

<sup>119</sup> Como assevera Gardes-Tamine (*op. cit.*, p. 89) aquilo que aparece aos nossos sentidos como evidente pode ser enganoso e além do mais nada em definitivo nos autoriza a fazer uma ligação de causalidade entre dois fatos a partir de relações de coexistência ou sucessão, erro tão comum dos determinismos.

<sup>120</sup> Cf. JACOBSON (1963), GENETTE (1972), LE GUERN (1973), MOUNIN (1974), MOLINIÉ (1992), GARDES-TAMINE (1996).

ela “designa uma coisa pelo nome de uma outra coisa que tenha com ela uma relação de semelhança” (BACRY, 1992, p.288). Quanto mais banal é uma metáfora, aproximando-se de um clichê pelo hábito e pela repetição, mais fácil é a sua interpretação; caso contrário, quanto mais rara e original, maior o risco de incompreensão.

Muitas metáforas representam de fato um desafio à interpretação, pois nem sempre seus significados são imediatamente manifestos, prestando-se num primeiro momento a “deslocar” o universo de referência do interlocutor para somente depois assumir o caráter de ponto de partida e evidência propícia para a argumentação. Elas incitam os exegetas a percorrer *terrae incognitae* com base nas sugestões e roteiros de outrem, favorecendo assim novas assimilações de sentidos. As metáforas estão, portanto, estreitamente ligadas à função de simbolização da linguagem, a qual permite que, através de uma lógica própria e independente do verificável, toda palavra entre em relação com outra para fundar novas associações e significados. Em decorrência dessa liberdade poética e “irracional” de conjugação, pode-se compreender que “toda metáfora comporta uma parte de enigma, precisamente porque ela não diz qual é o seu fundamento” (GARDES-TAMINE, *op. cit.*, p.133).

Já a sinédoque é um tropo por conexão, designando algo pelo nome de outra coisa com a qual a relação é obrigatoriamente de pertencimento, inclusão, como o todo pela parte ou o inverso. Os procedimentos sinedóquicos pressupõem entre o tropo e aquilo que ele pretende substituir a existência de uma ligação necessária, uma conexão física e “realista”, como no caso tão comum das ligações entre gênero e espécie (*a volta da asa-branca*, ao invés de *a volta das aves de arribação*) e, mais ainda, da sempre citada parte pelo todo (*a caatinga* no lugar de *o sertão seco*). Existem ainda variações que recebem uma notação específica, como a antonomase, onde há ao mesmo tempo seleção de atributos fundamentais e escolha do valor de excelência de um indivíduo que passa a representar todo o seu gênero (*o Pajeú é o sertão*, isto é, possui características essenciais que costumamos relacionar como tipicamente sertanejas). Entretanto, já se percebe aqui uma certa interseção com a metonímia, que se trata finalmente de um tropo por correspondência no qual o mecanismo figurativo em ação repousa sobre uma manipulação semântica, substitutiva, elíptica ou transformadora.

Para Molinié (*op. cit.*, p.218) uma das mais fortes determinações semânticas da metonímia reside na seleção de um atributo de uma realidade, atributo este que se

coloca em evidência ou pelo qual se passa a designar esta realidade como um todo; tal injunção semântica é deveras pertinaz na construção de representações paisagísticas. Ainda segundo o mesmo autor é possível tomar a sinédoque como uma variedade de metonímia, uma vez que há nos dois casos uma superposição semântica:

Para compreender bem a especificidade da metonímia-sinédoque frente à metonímia em geral basta opor <ele bebeu um copo> (= o conteúdo de um copo; ele não bebeu vidro – metonímia simples, sobre a relação continente-conteúdo) a <seu ferro se quebrou> (= seu punhal se quebrou; o punhal é decerto de ferro – metonímia-sinédoque) (MOLINIÉ, *ibid.*, p. 317).

A consideração da metonímia e da metáfora como os dois tropos mais importantes baseia-se ainda na classificação factível de todas as outras figuras mediante a oposição fundamental entre relações de objetos (pólo metonímico) e relações de signos (pólo metafórico). Entretanto, muitos autores prosseguem individualizando a sinédoque com base na especificidade da relação de inclusão que a caracterizaria: insistem que nela as coisas figuradas fazem parte do mesmo ser, enquanto haveria um mero laço de contigüidade na metonímia – relação entre coisas independentes. Todavia, é factível aceitar-se a supremacia da metonímia devido ao fato da relação espacial de adjacência que lhe caracteriza ser mais simples e abranjente do que a conexão sinédóquica, mesmo admitindo que esta escolha implique numa maior abertura à ambigüidade (GENETTE, 1972, p.24). Ambas são figuras muito utilizadas na linguagem erudita e cotidiana, quando o sujeito, intencionalmente, ou as coletividades, culturalmente, conferem a um termo um sentido mais amplo ou mais restrito que seu conteúdo convencional.

A aproximação entre sinédoque e metonímia já se esboçava nos tratados de César C. Dumarsais<sup>121</sup>, muito embora nos dias atuais não sejam raros os que preferam reafirmar a diferença entre ambas, optando mesmo pela superioridade da sinédoque por esta ser fundada num tipo de relação mais concreta entre significante e significado<sup>122</sup>. A metonímia seria, segundo este raciocínio, melhor compreendida no campo da metáfora, o que nos leva justamente a optar por ressaltá-la como um dos dois tropos principais. O

<sup>121</sup> O seu célebre “*Des Tropes ou des différents sens*” (original de 1730) está acessível na atualização e comentário de Françoise Douay-Soublin (1988) – Paris, Flammarion.

<sup>122</sup> Dentre os que defendem a centralidade da sinédoque destaca-se Tzvetan Todorov (1970). Ver igualmente a esse respeito: MOUNIN (1974), BEAUMARCHAIS; COUTY e REY (1987), ou SOUNY, William (2003), verbete “*Synecdoque*”. In: *Dictionnaire International des Termes Littéraires*, 2003. Disponível em: <<http://www.ditl.info/art/definition.php?term=1828>>. Acesso em: 23 jun. 2004.

debate prossegue aberto com base no argumento de que englobar os procedimentos sinedóquicos nos metonímicos caracterizaria um privilégio infundado da relação de contigüidade em prejuízo da relação de inclusão, uma escolha ideológica baseada numa visão unívoca da ordem das coisas:

Ora, o que leva a diferenciar a sinédoque, a lhe atribuir uma autonomia tropológica, uma capacidade própria de motivar o signo, é precisamente que a inclusão não é a contigüidade. Há, na partida da sinédoque, uma escolha, um olhar, uma percepção de mundo que é radicalmente diferente daquela da metonímia (SOUNY, 2003).

Mas não é tão simples reconhecer a originalidade da sinédoque, posto que a relação de inclusão física (a parte pelo todo) permite na maioria dos casos reduzi-la a uma variedade da metonímia, estando ambas entrelaçadas frequentemente como elementos de uma metáfora. Será mais produtivo, pois, adotar que o princípio metonímico admite alguns tipos específicos de relações, como a de inclusão, falando-se neste caso de *metonímia sinedóquica*, ou então a relação antecedente-consequente, especificada pela *metalepse*, dentre outras. Não nos cabe neste trabalho realizar uma revisão taxionômica exaustiva em torno de assunto tão controverso mesmo entre os estudiosos da moderna retórica; de qualquer maneira, metonímias e sinédoques são fundadas sobre relações específicas de associação, que não se confundem com os laços de semelhança próprios da metáfora ou da analogia e nem, por exemplo, com o contraste que funda a ironia.

R. Jakobson chega mesmo a afirmar a predominância da metonímia sobre a metáfora na corrente literária do realismo, onde “[...] seguindo as vias das relações de contigüidade, o autor realista opera digressões metonímicas da intriga à atmosfera e dos personagens ao quadro espaço-temporal. Ele é aficionado por detalhes sinedóquicos” (JACOBSON, 1963, p.62-63). Mas é preciso levar em conta que a metonímia, além de incluir a sinédoque “realista”, também apela plenamente à abstração, ampliando seu poder simbolizador na direção da metáfora e da capacidade desta em re-criar sentidos para o mundo; com efeito, Gérard Genette (*op. cit.*, p. 24-28) analisa a preferência do dipolo metáfora-metonímia como fruto de uma força semântica comum.

Portanto, considera-se neste trabalho o par essencial metáfora-metonímia não como figuras pontualmente localizadas em algumas palavras e expressões, mas como uma atitude geral catalizadora de outras formas figurativas que interligam imaginação e

realidade, sendo o seu estudo um instrumento de compreensão da retórica da paisagem. Tomaremos sempre aqui a metonímia envolvendo a sinédoque, uma vez que se pode compreender tanto relações concretas (o todo pela parte, o gênero pela espécie, o plural pelo singular etc ou vice-versa) quanto relações mais abstratas (o efeito pela causa, o moral pelo físico, o conteúdo pelo continente etc ou vice-versa) pelo mesmo mecanismo de correspondência.

*Toda paisagem é um sistema de metáforas e metonímias*

A retórica da paisagem tem um lado parcial, fragmentário, mas dinamicamente plástico, na medida em que sua eficácia é determinada simultaneamente pelo lugar de onde se faz a descrição, selecionando o que salta aos olhos (do corpo e do espírito) de forma mais contundente, e pela tentativa de articular este quadro a escalas mais amplas. A conexão entre provinciano e geral, em qualquer das duas direções, propicia intenso trabalho interpretativo. Da matéria pululante, como diz G. Bachelard, passando pelas impressões sensoriais particularmente fortes para tornar uma leitura de mundo convincente, a paisagem deve chegar à solicitação da memória coletiva da população, recorrendo na outra ponta do processo de compreensão a um imaginário geográfico específico.

Em decorrência, o espaço não deve ser relegado a uma função mais ou menos sofisticada de suporte, uma vez que tanto o imaginário espacial quanto a vivência concreta a partir de um lugar, de um ambiente, ou de um meio cósmico ou social contam decisivamente para o “espetáculo” da paisagem. Como defende Michel Roux (1999, p.36), o trabalho de reconstrução subjetiva – efetuado pelo indivíduo que procede uma interpretação do mundo na perspectiva de sua própria experiência espacial – parte de uma artialização prévia da natureza e aciona o imaginário geográfico, que deve ser compreendido não como deformação nem como percepção, mas sim como projeção do pensamento.

Posição similar adotam aqueles que levam em conta o papel das figuras e sentidos figurados na construção de argumentos tanto na vida cotidiana quanto na ciência. Desde pelo menos Dumarsais, no século XVIII, sabe-se que as figuras de linguagem são modos de falar e pensar ordinários e de modo algum distanciados da

normalidade, donde sua célebre frase “estou persuadido de que se constróem muito mais figuras em um só dia de feira do que em vários dias de assembléias acadêmicas” (DUMARSAIS, *apud* DOUAY-SOUBLIN, 1988, p.62-63). A linguagem é tomada nesta perspectiva enquanto o primeiro meio de argumentar, e os sentidos figurados não são considerados desvios em relação ao sentido próprio, como de praxe<sup>123</sup>. Quer dizer, o funcionamento básico da linguagem é figurativo, sendo que a fixação de sentidos próprios consiste numa restrição progressiva dos sentidos figurados apoiada em normas exteriores resultantes de um itinerário histórico-cultural, culminando com as definições científicas, como a própria paisagem dos geógrafos. Assim, para Meyer:

No fundo, a argumentação, longe de ser um silogismo fraco [...] pode se conceber como o raciocínio normal, e o silogismo lógico como o fruto de exigências mais fortes, impostas à busca de uma validade que a ciência deve respeitar, mas que não torna inferior, entretanto, a razão de todos os dias (MEYER, 1993, p.65).

Muitos têm concentrado atenção na figura da metáfora, como o próprio Michel Roux, pela fecundidade com que esta forma do pensar abriga o processo projetivo da imaginação. Para este autor, grande parte de nossos conceitos são estruturados por metáforas espaciais, que “constituem uma linguagem de alcance universal, a tal ponto que a expressão ‘metáfora espacial’ é um verdadeiro pleonasma” (Roux, *op. cit.*, p. 211). O espaço forneceria o tecido à linguagem, funcionando tanto como significado quanto como significante, repositório e destino do discurso. Dessa maneira, as metáforas são tiradas do espaço, ao mesmo tempo em que as idéias, re-territorializadas, organizam-se em distintos pays, paisagens, e grandes espaços imbuídos de sentimentos e valores. De forma análoga, pode-se pensar que paisagem subentende retórica no sentido amplo, e que toda paisagem contém, no mínimo, um forte caráter metafórico.

Prosseguindo em sua análise, Roux considera que a emergência da paisagem seria uma das formas de re-territorialização do pensamento figurativo mais parciais e unidimensionais, uma vez que ela seria, de modo mais preciso, uma metonímia reducionista. A despeito desta limitação, reconhece que a paisagem pode ser analisada,

---

<sup>123</sup> Gardes-Tamine ressalta que uma das propriedades da linguagem é o princípio de oposição entre sentido próprio e figurado, mas sem a primazia do próprio, uma vez que os dois sentidos se determinam mutuamente. Para esta autora a linguagem não é nem própria nem figurada, mas própria e figurada a um só turno, possuindo uma função simbólica através da qual “os signos, separados de seus referentes, se põem em relação uns com os outros para construir universos novos, uma <nova referência>, segundo a expressão de P. Ricoeur (1975)” (GARDES-TAMINE, *op. cit.*, p. 130).

em seu processo inerente de condensação, como um guia do pensamento humano em relação ao espaço, constituindo atualmente uma das formas mais comuns e satisfatórias de re-territorialização de simbologias e sentimentos, uma vez que refletiria a postura contemplativa, distanciada e exterior do homem moderno em relação às forças primordiais da natureza.

Acreditamos, entretanto, que a paisagem-metonímia – a rigor outro pleonasma, posto que toda representação paisagística recorre a tal mecanismo trópico – pode assumir um papel menos unidirecional, se considerada dentro de um sistema de figuras do pensar, antes que estudada isoladamente. Com efeito, como diversos manuais de retórica assinalam, a metonímia é um tropo que raramente ocorre sem o concurso de outros procedimentos, como a analogia, a metáfora, a metalepse e mesmo a alegoria<sup>124</sup>. Neste sentido, ela não é o ponto de chegada de uma re-territorialização do imaginário geográfico, mas uma das chaves para a compreensão dos seus possíveis desdobramentos.

Com efeito, a importância da imagem na retórica decorre do seu poder de facilitar as associações de idéias e lugares, conferindo maior persistência às lembranças e balizamento à memória. O recurso aos exemplos, mais do que a uma teia de argumentos variados, apóia-se nesta capacidade de fixar e transmitir com vigor uma informação complexa, atributo também encontrado nas metáforas e analogias. Figurações como essas são capazes de, através de um apelo ao emocional, acionar a memória de impressões assimiladas de uma maneira marcante; seu uso caracteriza em si mesmo uma forma de argumentação.

A metáfora, ao contrário das comparações e analogias que promovem o desenvolvimento de argumentos, tende a condensar o universo de referência e a se apresentar não somente como sugestão, mas ainda como uma verdadeira evidência, confundindo-se insidiosamente a um dado (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1976, p. 536). Daí percebe-se tanto o seu valor argumentativo quanto o perigo de sua utilização fora de contexto, observação cabível também para as metonímias, as quais podem selecionar ideologicamente aspectos da realidade, exagerando sua importância pelo uso combinado de hipérboles e obliteração de enfoques não-concordantes. A geografia não escapou indene desta dificuldade, uma vez que o seu discurso muitas

---

<sup>124</sup> P. ex. MOLINIÉ (1992, p. 217-218); BACRY (1992, p.88-89); GARDES-TAMINE (1996, p. 134-146).

vezes recaiu em prisões ideológicas, como bem observa Berdoulay para o caso específico da metonímia:

Ela [a metonímia] é muito frequente quando um fenômeno geográfico é reduzido a um de seus componentes e tratado como tal, sem preocupação metodológica ou teórica. Se uma cidade é chamada de < lugar central >, suas funções comerciais ou administrativas são bem estudadas, mas o fenômeno urbano não é todavia compreendido, e uma desvalorização de suas outras funções pode abrir a porta às ideologias (BERDOULAY, 1988, p. 22).

Quer dizer, a utilização de expressões técnicas, p. ex. “*pólo ou projeto de irrigação*”, “*semi-árido*” etc, bem como imagens literárias do tipo “*Canudos é um índice sumariando os sertões do norte*” e mesmo afirmações corriqueiras tais que “*o sertão é somente pedra e xique-xique*” ou “*o sertão é onde só existe bode e seca*”, devem ser cuidadosamente contextualizadas em cada tipo de abordagem geográfica<sup>125</sup>.

Como entender então a importância positiva de idéias pré-concebidas e até de estereótipos na epifania da paisagem? Esses elementos devem ser vistos, em princípio, como parte da inevitável *projeção* do pensamento através do imaginário geográfico – no itinerário entre o conhecido e o desconhecido, o discurso paisagístico parte de temas e imagens cuja aceitação é calcada num consenso mínimo, em conhecimentos prévios e convencionais, tentando preencher as lacunas que separam as terras ignotas da realidade vivida. O movimento de síntese inerente a qualquer símbolo integra este percurso do pensamento. É evidente que não se deve esperar descobrir na paisagem metonímica procedimentos rígidos visando uma correspondência objetiva e geométrica com a realidade, posto que se trata apenas da seleção e resumo de alguns elementos a reter e amplificar, um modo de pensar que vai da cena (lugar, espaço de vida) ao tipo de cena (paisagem, região), fazendo saltar à vista as marcas características de um espaço.

Compendiar a realidade mediante a “*aparição*” paisagística exige premissas verossímeis, que se não são inquestionáveis, pelo menos devem ser o mais perfeitamente evidentes que possível. O estabelecimento de um patamar mínimo de consciência sobre um assunto é o primeiro passo para que a comunicação possa evoluir de modo a favorecer um acordo sobre as idéias que os interlocutores nutrem a respeito desse tema. O imaginário geográfico coletivo fornece muitos exemplos do que se pode

---

<sup>125</sup> Excetuando-se a imagem literária de Canudos por Euclides da Cunha (2002), todas as outras expressões mencionadas foram colhidas durante o trabalho de campo.



chamar de enunciados fundadores (temas, arquétipos, mitos, universais) e é pela mesma lógica retórica que a linguagem corriqueira se mostra tão rica em imagens pré-concebidas, representações sociais hegemônicas e mesmo em preconceitos. Em muitos aspectos pode-se pensar que “a linguagem ordinária é em si mesma a manifestação de um acordo, de uma comunidade, do mesmo modo que as idéias pré-concebidas. Ela pode servir a favorecer o acordo sobre as idéias” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1970, p.206, grifo nosso).

Isto não quer dizer que o uso de prejulgamentos ou esquemas morais pré-estabelecidos venha obrigatoriamente a fechar os horizontes de compreensão – além dos impasses decorrentes dos dogmas, decerto muito frequentes, delineiam-se também direções e argumentações que podem ser rechaçadas, superadas, e progressivamente acrescidas de mais informações. Quer dizer, mesmo naqueles casos mais comezinhos, como no uso de analogias pobres e clichês, ou na adesão aparentemente passiva a representações sociais, a metáfora traz uma contribuição intelectual útil ao raciocínio, por aproximar palavras e realidades (GARDES-TAMINE, *op. cit.*, p.132).

A situação retórica supõe tanto tensão quanto cooperação entre interlocutores, os quais situam seus discursos em relação ao que é esperado, crível (lógica do provável) e portanto submetido em certa medida às regularidades reconhecidas de parte a parte. Falar através da paisagem é colocar a dialética conhecido-desconhecido no centro do universo noótico daqueles que são seus narradores, mas que lançam mão de uma argumentação modelizadora a partir da qual se deseja atingir uma adesão negociada dos interlocutores. Quer dizer, os mesmos esquemas e emblemas simbólicos largamente aceitos não resultam de modo automático em interpretações essenciais da realidade; ao invés disso, o cotejamento de horizontes hermenêuticos constrói novas significações, referências e evidências, incitando a busca por uma melhor aproximação com o real.

Depreende-se, portanto, que os lugares-comuns não servem apenas para facilitar o discurso; sua generalidade é o primeiro terreno da fusão de horizontes demarcado no seio de uma comunidade cultural que reage dinamicamente aos argumentos discrepantes. A partir de um mesmo *topos* há uma multiplicidade de especulações possíveis, somente refreada pelos paradigmas socialmente acordados. Assim é que a afirmação “*o sertão é mais longe que o agreste*” suscita que as metáforas da fronteira e do deserto adquiram um ar perfeitamente razoável para alguns agrestinos e não para

outros, que não percebem a diferença entre esses espaços em termos de distância, mas sim de qualidades ambientais (“*o sertão é mais seco que o agreste*”; “*o sertão e o agreste são uma coisa só*”, aparecendo neste último caso uma metonímia de tipo sinedóquico)<sup>126</sup>. As figuras mobilizadas para forjar narrativas a partir dos *topoi* mais aceitos não se restringem a ornamentos, integrando de preferência argumentos de autoridade, que visam adquirir a eficácia de testemunho e limitar as derivas relativistas – as interpretações pouco referidas à estrutura mínima acordada ao real correm o risco de serem renegadas, caírem na opacidade ou no descrédito.

A criatividade do discurso paisagístico está, desta maneira, profundamente apoiada em ligações e dissociações constatáveis na estrutura do real<sup>127</sup>, muito embora os dados da realidade, como já assinalado, possam ser construtos imaginários e carregados de subjetividade. Como lembra Alain Corbain “os monstros estão no deserto porque este se configurou como lugar privilegiado da tentação. Melhor seria falar deles quando evocarmos as paisagens imaginárias. Mas estas interagem com os outros espaços” (CORBAIN, 2001, p.64).

As metonímias e sinédoques, como relações de associação dadas no interior de uma tradição-destino, se baseiam em laços de contigüidade e conexão entre objetos, tomando parte de um tipo de raciocínio e argumentação que emerge de domínios bem conhecidos e aceitos (mitos, história, fisionomia geográfica memorável etc). Elas podem assumir a solidez de provas, de demonstração de uma visão de mundo. A paisagem cultural é uma tribuna de onde os sujeitos falam de sua cosmovisão sob o prisma dos espaços conhecidos, tentando encontrar a especificidade do seu lugar de vida num quadro maior. Simetricamente, o discurso pode percorrer o itinerário oposto, e é preciso admitir que o peso dos estereótipos atua frequentemente em ambos os níveis, incitando as pessoas a encontrarem adaptações coerentes para os lapsos entre identidades territoriais imediatas e “estranhas”. Assim, sob pretexto de falar em nome de um orgulho nordestino forjado em diversas viagens a São Paulo, um pequeno agricultor caruaruense afirmou achar as vaquejadas muito importantes para caracterizar e distinguir a região e Pernambuco, apesar de não gostar de vaquejadas e destas não serem uma tradição em seu lugarejo<sup>128</sup>.

---

<sup>126</sup> Fonte: trabalho de campo.

<sup>127</sup> Ver a propósito das técnicas argumentativas e estrutura do real GARDES-TAMINE (*op. cit.*, p. 87-96)

<sup>128</sup> Entrevista realizada em 30 de abril de 2003, Caruaru.

No domínio da estetização da vida, a paisagem vem a ser concebida como teatro da memória: esquema onde se coloca em cena, visual e figurativamente, um conjunto de conhecimentos geográficos individuais e coletivos. Monta-se tal como um “espetáculo” ou re-presentação de uma fisionomia cujos equivalentes existem empiricamente, mas que estão ali apenas interpretados, transfigurados intencionalmente para demonstrar e descrever a realidade de modo esquemático.

Por outro lado, os quadros resultantes deste processo de artialização do fato do mundo têm a força de exemplos organizadores da subjetividade: na qualidade de imaginário, linguagem e teatro eles são processos sociais de estruturação efetiva do espaço. E se há a intenção de concatenar um discurso identitário por intermédio da encenação, há também um *ethos* que condicionará o seu rosto. O sujeito que enuncia esta visão culturalmente centrada de mundo agirá sobre esquemas morais e políticos pré-estabelecidos, tentando atingir o mais profundamente o caráter da audiência a que se reporta – seja para entrar em acordo ou seduzir, seja para demarcar uma atitude de diferenciação ou mesmo de apartação.

#### 2.2.4 Eloquência da *metonimização*: a retórica da paisagem está em toda parte

A paisagem não é certamente o único “lugar de negociação” da distância entre os homens, mas ela participa decisivamente dos processos que envolvem o pensamento, a inscrição de sinais e as práticas espaciais advindas da regulação do estar-junto social. Isto pode ser constatado com muita ênfase na geografia urbana a partir da apropriação e mobilização de referências paisagísticas em espaços públicos como parte de disputas identitárias<sup>129</sup>. Referindo-se especificamente à dinâmica do espaço público como a *mise-en-scène* da vida na cidade, Paulo C. Gomes (2002) levanta algumas questões pertinentes para a presente análise da razão paisagística. Sua apreciação de certos fenômenos conflitivos e disputas territoriais no meio urbano, envolvendo práticas

---

<sup>129</sup> Tentei mostrar a relação entre espaço público e paisagem metonímica no artigo “*Transfigurations de l’espace publique: rivières, ponts et autres paysages métonymiques à Recife (Brésil)*” (MACIEL, 2004, inédito).

esportivas, artísticas e de lazer, parte da afirmação de Clifford Geertz<sup>130</sup> de que todas as formas de arte não só refletem uma sensibilidade preexistente e representada analogicamente, mas são também agentes de criação e manutenção de tal sensibilidade.

O próprio sentido de cidade é então discutido através dos comportamentos de grupos sociais no espaço da cena pública (cultura do *funk* ou *rap* das periferias, manifestações sociais turbulentas, jogos de futebol etc), tomados qual metáforas do território fragmentado das metrópoles atuais. Esses eventos, lançando mão de signos, mitos e imaginação, seriam tanto representações da urbe quanto expressões de um modo de compreensão do urbano. A possibilidade de incluir a paisagem como geo-símbolo participante deste processo decorre justamente de que ela pode espelhar e tomar parte da problematização da vida social, constituindo uma linguagem privilegiada para a inscrição e emergência de conflitos e debates em diversos recortes territoriais, tal como se tem mostrado em relação às identidades locais e regionais.

Além do mais, a pesquisa geográfica sobre o espaço público, como no caso da paisagem, procura incluir os relatos, emoções e mitos advindos da imaginação, sem, entretanto, abstrair as características físicas, sociais e culturais (BERDOULAY, GOMES e CASTRO, 2001, p.413 *et seq.*), uma vez que ele é concebido como um lugar material e imaterial ao mesmo tempo, que tece ou mantém a unidade fundamentalmente instável da sociedade moderna. A atividade comunicativa cotidiana ali estabelecida conduz os indivíduos a um território ou ambiente, mobilizando princípios e condições necessárias à dinâmica de co-existência social essencial às sociedades democráticas.

Os objetos geográficos naturais e construídos participam das práticas sociais que lhes conferem um valor simbólico e assim possuem a capacidade de representar identidades a nível local, regional, nacional. E inversamente, essas mesmas práticas modelam as características físicas, arquitetônicas e paisagísticas necessárias à eficiência do espaço público.

Apesar da mobilização de mitos e valores através de um imaginário geográfico específico, os lugares considerados como públicos são também tributários da racionalidade e da atividade cultural presente na vida urbana. Assim, cada cidade tem lugares de convívio e de troca comunicativa cuja sociabilidade excepcional funda-se

---

<sup>130</sup> GEERTZ, *apud* GOMES, P., 2002, p. 242.

sobre uma imagem espacial idealizada, uma imagem que condensa a diversidade sócio-espacial do conjunto.

Esses lugares constituem terrenos propícios para os discursos e ações concretas concernentes à estruturação material do território e a certas práticas sócio-espaciais. Para avançar na reflexão sobre que aportes o espaço público traz à concepção de paisagem metonímica, podemos lançar atenção sobre aquelas situações em que se manifesta seja uma busca ou a negação da natureza: praias, rios, mangues, praças, parques, florestas, vinhedos etc.

Tais pontos de referência e reinvenção do sítio original das cidades, ou ainda certos ambientes e atividades historicamente valorizados ou não, são percebidos ora como bens comuns que se devem conservar, muitas vezes preciosamente, ora como elementos utilitários ou, no limite, como rugosidades a serem convertidas ao universo da “urbanidade”. Constituem, assim, bons indicadores daquilo que Castro denominou de “ética da estética da paisagem” (CASTRO, 2002, p.121) e, por extensão, dos problemas ambientais urbanos dos dias de hoje.

As percepções do meio intra-urbano pelos seus habitantes podem revelar, por outro lado, as contradições existentes na idéia de natureza da/cidade, como demonstrou Edvânia T. A. Gomes para o caso do Recife, “cidade-anfíbia culturalmente negada como tal”. Combinando a análise da paisagem com estudos sobre as representações acerca da natureza no ambiente urbano, a autora identificou no legado da modernidade, e mais precisamente na idéia de progresso, as raízes para tal atitude de negação dos elementos naturais pelos recifenses:

A expectativa de artificialização do natural encontra-se intrinsecamente vinculada à idéia de progresso e modernidade. Como a cidade reflete essas máximas, a natureza não tem seu espaço garantido nesse cenário, representado pelas paisagens de seus usuários. [...]

A história do Recife exhibe uma negação constante às suas águas.[...] Os aterros de manguezais são denunciados repetidamente como prejuízos ambientais, mas sem a dimensão em que essas perdas e danos ocorrem, nem as suas conseqüências. A impressão é de discursos mecanicamente reproduzidos e dissociados da prática, como os moradores da favela, que não guardam nenhuma perspectiva de uso dos mangues, a não ser como depósito de detritos e esgotos. Abrir essa discussão junto com a classe média moradora nas adjacências do manguezal dessa favela pesquisada corroborou igual suspeita; [...] implicitamente a rejeição dos mangues e alagados é consensual. [...]

A paisagem revela-se uma instância oportunamente possível de realçar essas relações sociedade natureza e suas compreensões no espaço da cidade, em suas diversas abordagens, inclusive e especialmente pelo caráter subjetivo das manifestações arraigadamente consolidadas na cultura historicamente estabelecida (GOMES, E., 1997, p.260-261)

Os fenômenos de metonimização da natureza<sup>131</sup> e as diferentes valorizações do ambiente no espaço público ajudam-nos a refletir sobre a maneira pela qual as paisagens simbólicas se constituem, tomam forma e sintetizam o constante embate político que subjaz às diversas formas de identidade territorial – porque é possivelmente no coração da cidade que as tensões entre diversidade e coabitação mais necessitam do recurso à retórica para substituir a violência. Por meio de cenas públicas cotidianas facilmente reconhecíveis, memorizáveis e aceitáveis pela maioria como representativas de uma ordem social, criam-se referências para uma geografia existencial da cidadania, sem deixar totalmente de refletir tensões e discordâncias características da modernidade.

Tal consonância negociada de regras, valores e imagens resulta em grande influência sobre os atributos físicos e materiais dos lugares de diálogo e debate social que são os espaços públicos. Assim, na encenação das identidades coletivas, a paisagem pode se constituir num dos *topoi* mais categóricos do discurso “*signalético*” visando construir, valorizar e reproduzir os lugares públicos excepcionais; ela é o seu horizonte de enquadramento<sup>132</sup>.

Considerando que a cena pública é um discurso que se constrói sobre o espaço público por meio de gestos, práticas, maneiras de se apresentar, criação de imagens, comportamentos assumidos, escolha de itinerários etc, todas essas manifestações constituem “formas de ser nesse espaço” (GOMES, P., 2002, p.155-156). O questionamento pertinente é se os elementos mais manifestos da paisagem poderiam adquirir a profundidade de um imaginário social de caráter geográfico, sendo vistos e mobilizados como traços emblemáticos e importantes da alma coletiva local, ou pelo

---

<sup>131</sup> Dentre os mais comuns processos de metonimização da natureza encontram-se os parques e jardins. Para Hugo Segawa existiria um ponto de inflexão, no desenvolvimento da articulação cultura/natureza desde o século XVII, onde o jardim deixaria de ser simples metonímia para se transformar em metáfora da natureza (SEGAWA, 1995, p.87).

<sup>132</sup> Para Paulo C. Gomes (2002, p.164-165) a “*signalética*” refere-se às interações entre topologia do espaço, percurso dos usuários e signos aí inscritos; “*ela é muito utilizada nas programações visuais dos supermercados, estações de metrô aeroportos, etc*”. Apesar do autor não se referir à paisagem, mas apenas a território, lugar e imagem, acreditamos que as metonímias geográficas se encaixam nesta análise crítica do espaço, contribuindo para ampliar a discussão para além da cena pública de recortes urbanos excepcionais.

menos de um acordo estável de coexistência. Em caso afirmativo, as metonímias geográficas também participariam da construção de um ideal de harmonizar a vida social, a natureza e a organização física do meio.

As paisagens, como temos tentado evidenciar, participam simbólica e materialmente das realidades sociais, políticas e culturais; por isto as identidades territoriais encontram aí tanto uma fonte de simbolismos quanto um meio de expressão. Vistas como metonímias geográficas, constituem uma forma de pensamento desenvolvido em correlação com o espaço, que favorece a incorporação de lugares particulares às totalidades territoriais.

Ora, se o espaço público não deve, em princípio, aceitar a fixação de identidades particulares ou comunitárias (BERDOULAY, 2001; BERDOULAY, GOMES e CASTRO, 2001; GOMES, P., 2002), ele representa, por outro lado, o projeto de uma identidade política negociada e ritualizada a partir de normas e regras de co-existência social e espacial. A procura de convergências faz apelo, então, a uma racionalidade metonímica do tipo que vimos descrevendo, sendo capaz de inscrever (e, no limite, integrar) as diferenças, situando-as num todo mais vasto, plural e envolvente.

Considerando-se que a memória coletiva é composta de experiências individuais relativamente específicas, a metonímia geográfica pode ser uma das condições necessárias à existência do espaço público, na medida em que ela situa as decisões e comportamentos pessoais em referência a uma paisagem compreendida como bem comum, herança cultural ou quadro de uma existência coletiva. Esta paisagem é, em consequência, carregada de valores sociais e culturais que lhe permitem assumir um estatuto de regulação da vida social, encontrando seu paroxismo no espaço público.

Pelos motivos expostos, temos insistido em que a razão paisagística recorre às metonímias não apenas como imposição de um modo-de-ver dominante, tampouco se restringe à uma reprodução automática de representações sociais; ela corresponde também à expressão de sujeitos que pretendem imprimir uma visão de mundo na perspectiva do espaço vivido, incluindo seus lugares de vida, e em processo dialógico com um imaginário social e geográfico<sup>133</sup>.

Quando o imaginário individual é evocado e integrado nessa ação narrativa que inclui o provinciano e o universal, a razão metonímica pode servir para sublinhar ou

---

<sup>133</sup> Cf. V. Berdoulay et J.N. Entrikin, "*Lieu et sujet. Perspectives théoriques*", 1998.

apagar as diferenças devidas ao contexto cultural hegemônico. Reconhecer este jogo paradoxal de forças simbólicas é fundamental para compreender as tensões inerentes tanto aos espaços públicos, às “paisagens típicas”, como aos lugares de condensação identitária.

O papel do imaginário, de acordo com as observações do capítulo 2, tem interessado à geografia social e cultural, mas sem que haja um consenso formado sobre as maneiras de abordá-lo. Alguns pontos precisam ser aqui lembrados: uma maneira de dar conta da importância do imaginário geográfico é sublinhar que as qualidades simbólicas da paisagem tornam possível uma interpretação de seus significados sociais, o que permite focalizar o papel da iconografia da paisagem na construção social da realidade (COSGROVE e JACKSON, 2000, p.15-32). Porém, uma vez que neste enfoque as paisagens são consideradas essencialmente como representações pictóricas desenhadas pelas classes dominantes, o campo de reflexão sobre o problema de sua existência material permanece pouco desenvolvido.

É preferível e possível insistir, como temos feito, sobre as fortes ligações existentes entre certas formas paisagísticas e o imaginário social. Portanto, é através da paisagem que podemos tocar mais fundo no potencial hermenêutico das percepções do mundo visível, uma vez que ela não é unicamente uma imagem, é forma e matéria subjacente à dimensão do visível.

Além do mais, as múltiplas leituras da morfologia constituem um dos parâmetros para compreender as identidades territoriais a partir da escolha, da manutenção ou da transformação de lugares como representantes fiéis dos valores e aspirações sociais, sem jamais esquecer as características materiais do terreno. Neste sentido, a noção de paisagem-metonímia pode ser útil para a análise de espaços públicos e lugares emblemáticos, porque ela busca atingir ao mesmo tempo os encadeamentos da simbolização (relatos, mitos) e a materialidade (ambiente, formas), não permitindo esquecer nem as funções da imagem ou imaginação e nem aquelas das formas concretas e qualidades físicas do espaço.

O itinerário olhar-discurso conduz às conseqüências e ancoragens desses processos de simbolização que devem ser abordados, na geografia, em sua íntima correlação com o território e o ambiente. Dizer que as metonímias geográficas integram sistemas de pensamento metafórico é outra maneira de advertir para o fato de que a



geografia do imaginário não deve se deter no problema dos clichês, estereótipos e mitos. Mesmo que à primeira vista pareça paradoxal, esses temas mais ou menos petrificados podem se revelar como produtivos, porque participam da “guerra de argumentos cortantes” e da emergência de novos olhares sobre a realidade – inclusive fomentando valores antitéticos, numa espécie de reação – através da vivência dos sujeitos nos espaços concretos a que se referem. Portanto, a imobilidade de certos universais do imaginário é enganosa.

As paisagens de cartão postal do “eldorado sertanejo da irrigação” ou, em contraste, aquelas imagens chocantes do fenômeno das secas, bem como o registro de figuras emblemáticas tal o vaqueiro em seu gibão de couro, todas elas participam de um movimento muito mais rico do que a simples instituição de uma estética maquiada a serviço das elites, de um campo acadêmico ou de grupos de interesse.

Também não se constituem somente como uma redoma simbólica alienante, naturalizando as relações dos sertanejos com o mundo e impedindo outras leituras. Tais imagens e temas quase-míticos deixam possibilidades abertas para articular a realidade e o discurso por meio da imaginação criativa, mobilizando mitos, valores e ideologia de maneiras, por vezes, inusitadas.

Daí que o acesso aos sujeitos enunciadorees em seus próprios lugares de vida pode ser esclarecedor, uma vez que as narrativas e práticas espaciais são sintomáticas dessa produção cultural de sentidos. Deste modo, é preciso atentar para os limites da noção de representação: como “construção interpretativa” ela designa o sentido e os valores gerais que os indivíduos ou grupos atribuem aos ambientes aos quais fazem referência, assumindo o papel de um patamar mínimo que pode favorecer o acordo de idéias, mas não corresponde obrigatoriamente a um princípio de ação sobre o meio, ou de transformação do ambiente, como lembra Despin:

As representações de um indivíduo ou de um grupo não se traduzem sistematicamente pelo engajamento. Elas permitem antes precisar a relação desses ao real e então ao espaço. A representação, **construção interpretativa do espaço**, não funda necessariamente uma **construção generativa do espaço**. A noção permite categorizar a relação ao espaço de grupos que manifestam uma adesão a um esquema pertinente do real sem tomar necessariamente uma parte

ativa na sua elaboração (DESPIN, 2003, p.65, em negrito no original, tradução nossa)<sup>134</sup>.

Por isto a necessidade de inserir na análise das narrativas paisagísticas todas as suas dimensões culturais, quer dizer, além das representações sociais também a ideologia e os valores, a mitologia e o imaginário (DESPIN, *ibid.*, p.65-71). Sem esta perspectiva, corre-se o risco de entrar no “beco sem saída” da reprodução automática dos clichês e, no caso específico do semi-árido, da eterna constatação do “conformismo” inerente à consciência social dos sertanejos.

A “adesão” a um modelo pertinente do real não pode ser confundida com a passividade ou falta de consciência da realidade; ela é, ao contrário, parte de uma escolha que compreende a concordância com esquemas morais como base primeira para toda e qualquer argumentação. Os limites de uma análise puramente representacional transparecem nas conclusões de Alfredo Macedo Gomes sobre o imaginário social das secas, que seria dominado por elementos naturais e religiosos, obliterando uma compreensão de mundo mais ampla por parte dos habitantes do semi-árido:

[...] a formulação de categorias naturais e religiosas pelos sertanejos vem sobrepor-se à realidade, substituindo-a, tomando seu lugar, conformando os seus autores às desigualdades sociais e econômicas. [...] às relações sociais são imputadas o tempo natural do fenômeno cíclico chuva-estiagem. Assim, tem-se o tempo natural que se derrama em tempo bom social, cuja ‘abundância’ de alimentos e de trabalho é ‘inconteste’, aos olhos dos sujeitos, comparativamente ao período seco. Ao tempo ruim, uma variante da representação [da] seca, tem-se a escassez, a fome, a precisão, explicitada como problemática natural-religiosa. Esses elementos foram e são determinados pela ação pecaminosa do homem, pois Deus não faria isso gratuitamente.

Perpetuando-se esse imaginário central e esse nível de consciência depreendido das representações sociais, não podemos esperar, por parte desses sujeitos, ou baseados neles, que se apresentem perspectivas de mudança social que os retirem da situação de pobreza, fome e dificuldades (GOMES, A., 1998, p.209-210).

Na geografia, para completar este primeiro nível de constatação dos modelos interpretativos que nos são oferecidos pelas representações, é preciso, então, encontrar

---

<sup>134</sup> Tradução a partir do original: “*Les représentations d’un individu ou d’un groupe ne se traduisent pas systématiquement par l’engagement. Elles permettent davantage de préciser leur rapport au réel et donc à l’espace. La représentation, **construction interprétative de l’espace**, ne fonde pas nécessairement une **construction générative de l’espace**. La notion permet de catégoriser le rapport à l’espace de groupes qui manifestent une adhésion à un schéma pertinent du réel sans prendre nécessairement une part active à son élaboration*”.

uma ponte entre categorias culturais e práticas espaciais – e é aí que a paisagem pode ser útil, articulando o imaginado e o vivido através da sua retórica particular. A paisagem deve ser vista, pois, como narrativa geosófica que torna possível a categorização das relações que todos homens – cultos ou incultos – estabelecem com o espaço, e não fruto unicamente da maior ou menor sofisticação/artialização do olhar (CHOUQUER, 2001, p.242).

Vimos trabalhando com a premissa de que a paisagem não corresponde somente a uma representação, mas ainda a uma parte da realidade exterior que se quer alcançar, partilhar e repassar. Como ressalva Gérard Chouquer, não devemos passar do estudo das representações, o que é perfeitamente legítimo, à situação ilegítima de considerar o mundo governado e ordenado somente pelas representações e por aqueles que as produzem e impõem:

É a pausa momentânea em imagem – o modelo paisagístico estetizante e pictural – que nos bloqueia, porque ele pretende integrar e reduzir todos os outros modelos. É portanto a teoria paisagista que constitui atualmente o obstáculo que precisa ser ultrapassado. [...] Em suma, controlar o abuso de representações de um lado e substituir os determinismos ecobiofísicos pelo conhecimento dos processos dinâmicos e das modalidades sócio-espaciais complexas de outro (CHOUQUER, *ibid.*, p.249, tradução nossa)<sup>135</sup>.

Seguindo esse mesmo raciocínio, percebe-se que há, no plano geográfico, um elemento de ligação forte e revelador entre metonímias paisagísticas e espaço público. Acontece que este último parece ser animado por papéis políticos atribuídos às diferentes fisionomias evocadas e interpretadas pelos cidadãos, o que implica em conflito, tensão, debate e nunca apenas em manipulação.

Por outro lado, mais que simples imagens consensuais, as metonímias assumem um caráter de interrogação da realidade e de contra-argumentos frente a diferentes projetos atinentes a lugares de caráter público. Os “universais do imaginário”, estereótipos, representações hegemônicas ou mitos não são imagens e relatos fixos, dotados de conteúdos e valores imutáveis: os elementos da paisagem interpelam os

---

<sup>135</sup> Tradução a partir do original: “*C’est l’arrêt momentané sur image – le modèle paysager esthétisant et pictural – qui nous bloque, puisqu’il prétend intégrer et réduire tous les autres modèles. C’est donc la théorie paysagiste qui constitue actuellement le verrou qu’il faut faire sauter. [...] Bref, maîtriser l’abus de représentations d’un côté et remplacer les déterminismes écobiophysiques par la connaissance des processus dynamiques et des modalités spatiotemporelles complexes de l’autre*”.

cidadãos e grupos sociais de uma maneira nitidamente variada e as representações não giram em torno de si mesmas.

As opiniões divergentes e vivas polêmicas suscitadas nos momentos de realização de ações e intervenções sobre os espaços em planejamento mostram que existem partes do território possuidoras de uma densidade particular de significados. No que concerne à regulação da vida em sociedade, esses espaços compõem paisagens representativas de um território, de sua evolução possível e de seus impasses.

A experiência paisagística a partir de tais lugares é a manifestação visível de uma história coletiva onde buscamos nos situar. Apesar de aberta às aspirações e projeções de cada cidadão, tal visualização espaço-temporal do território exige a aptidão de interpretar os relatos originários do imaginário social sem abandonar o plano dos aspectos característicos da morfologia e topografia do terreno, bem como das qualidades do meio ambiente.

Podemos dizer que o imaginário geográfico contido e projetado nas paisagens, ao invés de ser um elemento utópico do planejamento, favorece a abordagem do espaço público como uma aspiração da sociedade. Recuperando a assertiva de Gilbert Durand (1988) segundo a qual o imaginário é uma conexão obrigatória entre pensamento e espaço, a metonímia geográfica consiste então numa simples modalidade de tal mediação.

Concentrar a atenção no papel retórico do imaginário da paisagem como articulação da realidade, conhecimento e discurso é um caminho para revelar aquele tipo de racionalidade que sintetiza escalas temporais e espaciais. De fato, os sentimentos heterogêneos de pertencimento e exclusão territorial e política são reunidos e condensados pela imagem de uma porção da superfície terrestre (paisagem) ou pela cena urbana em um local preciso (espaço público como praça, jardim, praia etc), este último podendo recorrer à primeira para reforçar uma idéia de integração.

Observamos, por conseguinte, a preocupação constante de não reduzir as paisagens simbólicas dos lugares à simples esfera de imagens emblemáticas. Os símbolos públicos aparentemente “congelados” ocultam a riqueza de permanentes reinterpretações e de sistemas de metáforas que podem ser assim gerados. Laure Gutierrez (1999/2000; 2000/2001) e V. Berdoulay e M. Morales (2002) mostraram alguns aspectos interessantes do papel das comarcas na constituição e difusão de notas culturais

características da Catalunha e sua relação com a evolução recente do “catalanismo” na Espanha que vão na mesma direção das observações aqui anotadas. No caso do espaço público em geral, as oposições, discórdias e disputas o tornam mais frágil e mutável do que se costuma perceber, como já foi mencionado. Tal aspecto deve ser levado em conta para relativizar a inflexibilidade dos seus componentes mitológicos.

Paralelamente, podemos recorrer ao caso da imagem do semi-árido como lugar desolado e miserável, ou como terra de oportunidades: uma inversão se produz, com novas tendências de valorização cultural, econômica e ambiental do ecossistema de caatinga convivendo de modo antitético com representações passadas. Como resultado, criam-se novos emblemas, recriam-se descrições em torno do binômio “terra da seca *versus* terra do sol”. Somos então inclinados a confirmar que se a mobilização e a reafirmação de paisagens metonímicas contribuem para selar uma certa imagem da sociedade e estabilizar o espaço público e as identidades territoriais, seus conteúdos são fruto de uma intensa atividade cultural dos sujeitos envolvidos (BERDOULAY e ENTRIKIN, 1998).

Nos estudos culturais, apesar de seu caráter inevitavelmente político, os simbolismos não se reduzem às marcas impressas pelo poder instituído, tampouco a manipulações icônicas com fins de dominação. Quando aceitamos que a imaginação é expressão tanto de simbolismos sociais quanto individuais, podemos melhor compreender o papel essencial da retórica da paisagem – ela constitui um elemento fundamental na construção de simbolizações que nos conduzem em direção a espaços mais abstratos, ou destes às situações singulares. Portanto, a metonímia paisagística é um ato cognitivo que nos orienta da especificidade social e ambiental dos lugares de vida no rumo de uma imagem espacial mais envolvente (seja uma área cultural, seja uma divisão político-administrativa ou uma região com a qual nos identificamos etc).

A comunicação e a ação de interpretar, características desse tipo de metonímias geográficas, religam as concepções culturais do espaço vivido dos grupos sociais desde a paróquia, passando pelo espaço público, pela vizinhança e indo até os horizontes mais longínquos de que se tenha consciência, sem esquecer que a fisionomia não é independente da dimensão afetiva e existencial daquele que identifica e interpreta.

O recurso à retórica da paisagem exige, não obstante, algumas precauções face às armadilhas colocadas pelo exagero potencial da manipulação icônica e pela

reprodução irrefletida de imagens e procedimentos figurativos. É preciso atentar tanto às práticas verbais quanto não verbais através das quais as ligações entre o meio e a coletividade são tecidas para convencer e persuadir.

A geografia cultural tem se preocupado com as fontes iconográficas e vernaculares – entrevistas, estudos de textos, biografias, pinturas, fotos – para compreender o papel simbólico da linguagem nas relações entre homens e natureza (COSGROVE, 1998). Entretanto, a partir do problema da instituição mútua sujeito-lugar, torna-se prudente a identificação da emergência *in situ* de sentidos e significados, donde o apelo à inclusão das formas e qualidades materiais da paisagem enquanto experiência vivida e obrigatoriamente anterior à interpretação. Dessa maneira, além de revalorizar a descrição, a geografia cultural recupera as experiências fundamentais da observação direta da paisagem e do contato com seus habitantes.

Neste ponto já esperamos haver discutido o bastante que a retórica, longe de ser um exercício estético ou um ornamento, é também uma maneira de aceder às relações entre experiência e representação da paisagem, como define Jeremy Foster (1999, p.65 *et seq.*). Para este autor, a paisagem estria impregnada pelas circunstâncias concretas e imaginárias do encontro do olhar de um sujeito que percorre determinado ambiente, sem deixar de lado a herança das representações sociais gerais que dominam o contexto-histórico correspondente. Além do mais, ficou claro que o saber sobre o meio não é anterior ao olhar e que ele depende também das linguagens, da experiência do deslocamento no terreno e das técnicas mobilizadas por um indivíduo no esforço de compreensão da terra (BERDOULAY e SAULE-SORBÉ, 1998, p.48). Valorizando assim o sujeito consciente e seus laços com a paisagem, podemos demarcar a contribuição da locomoção e do contato com o espaço para o desenvolvimento do sentido e conhecimento do mundo: as metonímias obrigam o olhar a percorrer intuitivamente, comparar e provar os aspectos marcantes do espaço através de formas paisagísticas.

Em suma, a paisagem é uma noção necessária à compreensão dos mecanismos de produção do imaginário geográfico que subentendem as ações concretas sobre diversos recortes territoriais e sobre o ambiente. Mais precisamente, a retórica da paisagem revela, a partir de lugares com forte capacidade de síntese, as ligações específicas que os homens mantêm com o meio. No caso do espaço público, aqui usado

como exemplo mais forte desses laços, a evocação de paisagens metonímicas parece reforçar seu caráter de aliança social estabelecida em torno de um modo de vida, de um ambiente, de um território.

De um modo geral, as imagens são recursos poderosos da descrição, e a retórica da paisagem está cheia delas. Como uma seleção dos aspectos que mais saltam aos olhos, os panoramas sintéticos de uma região não deixam de ter uma certa semelhança com a figura da hipotipose, que consiste na determinação fundamental do lugar da descrição, ressaltando traços marcantes sem propriamente chegar a se referir ao todo. Para Moliné (1992, p. 167-168) a hipotipose consiste em que, numa narração ou descrição, o narrador escolhe somente uma parcela das informações correspondentes ao conjunto do tema tratado, revelando as notas particularmente impressionantes, sem dar conta de uma visão geral daquilo que está falando. Trata-se de uma aparência que pode ser enganadora, jogando sobre vários fundos objetivos igualmente adaptáveis às mesmas notações verbais, que são tão parciais quanto contundentes.

A característica fluida da hipotipose confere-lhe grande importância na descrição e narração, exigindo um esforço contínuo de interpretação. Muitas pessoas costumam falar dos traços fundamentais e pitorescos de um espaço sem inseri-los diretamente em contextos mais amplos e completos, que são tidos como implícitos. É assim, por exemplo, que a descrição da vida no sertão pode assumir um desenrolar fragmentado, uma coleção de ações cotidianas que refletem dificuldades tidas como dadas e conhecidas por todos. Do mesmo modo, certas descrições podem ser relacionadas ora ao sertão, ora ao agreste, uma vez que o enunciador não nomeia exatamente o espaço a que está se referindo. Entretanto, esta tendência a presumir um quadro geral que permanece oculto é indutora de conclusões errôneas e mal-entendidos, dificultando a compreensão objetiva de circunstâncias reais.

Este risco de um subjetivismo excessivo, também presente nas metáforas, é menor no caso da metonímias, principalmente nas sinedóquicas – um dos trunfos destas é que quando falam da parte/caso particular, remetem-na imediatamente ao todo/caso geral por uma relação de pertencimento. O Pajeú é o sertão, apesar de possuir características que o distinguem de outros espaços sertanejos. Da mesma forma, situações gerais são as grandes linhas que permitem acoplar uma multiplicidade de casos específicos. Pajeú, Moxotó, São Francisco, Agreste de Caruaru etc podem ser

reunidos, assim, em uma mesma identidade paisagística. A lógica que preside esta passagem é aquela da aparência esperada, posto que existem regularidades conhecidas que conferem um contrapeso ao subjetivismo dos interlocutores.

Por que os discursos sobre o semi-árido nordestino parecem apoiar-se com tanta ênfase numa estetização da paisagem como metonímia? Porque as imagens espaciais assim produzidas são tomadas como argumentos contundentes, testemunhos que explicam quase *per se* as situações de precariedade ou, inversamente, as potencialidades regionais. Acontece que, para atingir o patamar de evidência paradigmática, as figurações paisagísticas precisam do enquadramento em outros modelos de apreensão, compreensão e explicação do mundo. Subjacente à força do mecanismo de redução metonímica estão os espectros dos determinismos, não apenas ambiental e racial, mas também social e histórico, e muitas outras contingências decorrentes da ideologia *lato sensu*. Por isto, a precaução em não conferir um papel exagerado a uma única figura de linguagem deve estar sempre presente.

Como já disse Berdoulay (1988, p.22-23), o discurso geográfico pode se tornar plenamente ideológico se concentrado no poder explicativo de certos conceitos. O mal uso da metonímia é muito frequente quando um fenômeno geográfico é reduzido a um de seus componentes e tratado como tal, sem preocupação teórico-metodológica, caindo em armadilhas que não permitem captar a complexidade dos problemas tratados ou conduzem a uma deformação da realidade visando melhor encaixá-la nas teorias.

Atentando ao problema de que no âmago da retórica está o desejo de fazer ver e que o sentido da visão é um dos preponderantes em nossa sociedade, percebe-se que a descrição assume na geografia o papel de uma figura central, para a qual e pela qual se ordenam todas as demais formas do pensamento figurado. A passagem do visível ao inteligível necessita de uma multiplicidade de procedimentos associativos que personifiquem aquilo que queremos reter e transmitir da realidade: imagens, formas, símbolos, representações. Esta materialização de imagens em lugares e vice-versa será tão mais verdadeira na medida em que ela se apóie associativamente na força da visão: como já afirmava Quintiliano, “é muito vantajoso juntar à verdade um quadro plausível dos fatos, que dê aos ouvintes a impressão de que eles assistem, por assim dizer, à cena” (QUINTILIEN, “*Institution oratoire*” *apud* GARDES-TAMINE, *op. cit.*, p.41).



### 2.2.5 A geografia ao encalço das atitudes figurativas frente ao espaço.

*Se você visse como é o meu sertão / aí você diria que eu falo com razão / lavoura lá dá só com o cheiro de chuva / tem resistência o milho e o feijão / com uma chuva em cada mês lá tudo aumenta / que a lavoura lá agüenta trinta dias de verão / Tem ano lá que o inverno é variado / lucram remessa num canto e noutros não / o sertanejo 'inda não se desespera / com coragem 'inda espera pela safra do algodão / havendo safra, nem é bom falar! / meu Deus do céu é tanto do samba que há! / O sertanejo esquece logo o tempo ruim / finca o pé na dança, sem sentir cansaço / no outro dia cuida da obrigação / digo por essa razão que meu sertão é de aço* (“Sertão de Aço”, música de José Marcolino e Luiz Gonzaga, 1962)

Metonímias são como que evidências que remetem a um paradigma e que tomam parte de um modelo facilmente comunicável (ROUX, 1999, p.53), elas contêm conceitos e categorias fundamentais de inteligibilidade, bem como relações lógicas que promovem a interação desses conceitos e categorias. Os homens empreendem ações, pensam e tomam conhecimento do mundo através desses paradigmas que lhes são inscritos culturalmente, mas que não se tratam de arquétipos ou mitos e sim de realidades emergentes frutos da turbulência do imaginário. A despeito da liberdade criativa deste, é preciso que as imagens formadas sejam retidas facilmente na memória e consideradas plausíveis nos termos de uma experiência geográfica compartilhada.

Para as culturas concernidas, as metonímias verossímeis são aquelas que estabelecem similitudes e associações o mais estreitas ou imediatas possíveis com a realidade a que se referem, oferecendo clara “assimilação” – talvez melhor dizer orientação – ao sujeito que se pensa neste quadro. Aqui a identidade pode ser concebida seja positiva ou negativamente, as imagens em ação indicando interesse, vínculo, beldade, orgulho etc, bem como indiferença, recusa e toda gama de reações intermediárias. O que importa é que através destes emblemas os interlocutores se inserem progressivamente na ordem das coisas, sendo avalizados pelos seus aspectos mais manifestos.

Deste modo, O.F.G. Sitwell (1981, p.167) sustenta que alguns elementos da paisagem cultural tomam a forma que tomam porque equivaleriam a figuras de linguagem da fala cotidiana. Partindo da tese geral de que “*a geografia espelha o homem*” – que ele identifica tanto em Vidal de la Blache, quanto em Lewis ou Yi-Fu Tuan – o autor considera factível pensar que exista um pequeno número de processos

retóricos, dos quais elege também como mais importante a metáfora, que seriam responsáveis por todas as diferentes transposições da cultura para a paisagem.

Assim, afirma que “pessoas que pertencem a uma cultura em cuja linguagem tais formas figurativas particulares estão profundamente arraigadas tenderão a expressar valores correspondentes nas paisagens criadas por elas” (SITWELL, *op. cit.*, p.168, tradução nossa)<sup>136</sup>. Tal postura encerra uma concepção determinista da influência do ambiente percebido sobre a atividade humana, apoiando-se na psicologia fisiológica para a busca de padrões comportamentais (o chamado “esquema behaviorista”), mas ela é um exemplo surpreendente de como a linguagem figurativa pode ser incorporada em sistemas de pensamento que se reivindicam racionalistas<sup>137</sup>.

A relação entre cultura e paisagem tem ensejado diferentes tentativas de encarar o sentido atribuído às formas da terra e aos elementos do meio a partir das intuições, valores, memória, imaginação, práticas e representações presentes na sociedade. Recorrendo a um exemplo já citado, há aquela vertente da geografia fenomenológica que privilegia o poder retórico das narrativas pessoais de viagem, sem desprezar os fatores socialmente construídos que continuam a ocupar o papel de quadro geral na percepção e modelação do espaço. Vimos que para Jeremy Foster é possível distinguir, na descrição literária de paisagens, desde um tipo de saber racional, decorrente do olhar objetivo da civilização ocidental, até uma gama de conhecimentos subjetivos resultantes do equilíbrio sutil entre o corpo dos autores e o espaço a que se referem. As conexões existentes entre sujeitos, lugares, ações e sentidos tornaria possível a leitura simultânea destas duas dimensões, evidenciando modos de ver o mundo de forma indireta e retórica.

Neste caso, amplia-se o campo de interesse para várias estratégias alusivas, passando pela metáfora, a analogia, a alegoria e a simbolização. A posição daquele que experiencia a paisagem, a circunstancialidade desse encontro e mesmo a relação corpo-topografia conferem a especificidade desta abordagem, onde curiosamente a retórica

---

<sup>136</sup> Tradução a partir do original: “*people belonging to a culture in whose language these particular figurative forms are deeply embedded will tend to express the corresponding values in the landscapes they create*”.

<sup>137</sup> Sua análise da “*metáfora da altura*” é bastante reducionista, apoiando-se num estruturalismo caricato: “*sempre que pessoas erigem uma construção cujo papel é abrigar uma atividade que elas acreditam ser importante, elas tenderão a gastar mais do que o mínimo necessário de modo a fazê-la alta [...] Essa construção única vem a representar o todo [a comunidade]*” (SITWELL, 1981, p.175). Conclusão aparentemente óbvia, mas dificilmente generalizável a toda história e cultura da humanidade.

não se concentra no dito, mas na emergência de “impressões virgens de palavras” a partir da aptidão dos tropos em conter e articular valores partilhados (FOSTER, *op. cit.*, p.77-81).

Aqui, o grande desafio é justamente como definir a interpretação autêntica das intenções do autor, uma vez que estas são veladas ou implícitas. Por outro lado, estudar a transmissão de sentimentos e idéias de “*estar-no-mundo*” difíceis de representar, posto que frequentemente involuntários e não-reflexivos, implica em correr um risco considerável de transformar o “*elemento oculto*” da apropriação da paisagem em paranóia ou mistificação. A despeito das restrições que se possa arrolar, a contribuição deste tipo de *démarche* reside em apontar direções para o resgate do papel heurístico da retórica.

Um outro modelo de esforço interpretativo originário da fenomenologia é o trabalho de Jacquelin Burgess (1994) sobre o caráter regional e os valores que os próprios habitantes atribuem aos seus espaços vividos. Com um cunho mais pragmático, diz respeito a uma tentativa de recriar o “*sentido de lugar*” através de sons, palavras e imagens simbólicas do modo mais fiel possível à percepção dos moradores de uma região (os Fens, Inglaterra), um pouco à moda da subjetividade realista de Wright<sup>138</sup>. A sua preocupação com metáforas visuais, quer dizer, com processos figurados que fornecem elos de significância entre interlocutores, pesquisadores e paisagens estudadas, remete o tratamento geográfico da descrição novamente à estética fílmica. Há confluência, neste ponto, com algumas observações de Foster, para quem o conhecimento não-racional só pode ser posto em evidência indiretamente, por alusão, através de estratégias de simbolização, aproximando todos os que levam em conta o afetivo de algumas inquietações presentes no trabalho de direção de cinema ou teatro (FOSTER, *op. cit.*, p.94).

Burgess buscou captar e expressar em um documentário televisivo a “*atmosfera*” daquele “*pays*” (*Fenland*), partindo de narrativas da experiência do ambiente físico (mediante suas qualidades visuais) e da marcante sazonalidade da vida agrícola local. As cenas registradas foram usadas como símbolos para exprimir, em primeiro plano, a

---

<sup>138</sup> Na verdade, o corolário que guiou Burgess advém de Meinig, para quem “*ler a paisagem é uma arte humana irrestrita a profissões, não demarcada por qualquer campo, ilimitada em seus desafios e prazeres*” (MEINIG, 1979 *apud* BURGESS, 1994, p.297). Em todo caso, tal premissa reporta-se evidentemente à geosofia, uma vez que, segundo Claval (1999a) e Holzer (1999b), as abordagens humanistas da geografia cultural incorporaram as preocupações epistemológicas apontadas por Wright.

interpretação da paisagem pelas pessoas ali residentes; mas ao fim e ao cabo as crenças da equipe de pesquisa e filmagem também foram admitidas, se bem que não tão explicitadas quanto as primeiras (BURGESS, *op. cit.*, p. 298-301). Reside neste “detalhe” de uma postura dialógica consciente, quase admitida *a fortiori*, um dos pontos mais interessantes a ensejar o debate sobre o papel criativo do discurso geográfico na tradução do sentido dos lugares via paisagens simbólicas.

Assim, parte-se de uma premissa sensorial – *captar espontaneamente* as características particulares e significativas de uma região tal como experienciadas pelos conterrâneos – para se chegar ao reconhecimento de que imagens e paisagens simbólicas foram selecionadas *intencionalmente* a fim de transmitir uma leitura do caráter local. Sendo esta, em última análise, um esforço de compreensão do senso comum e dos lugares-comuns do discurso regional, ela contém de igual maneira crenças e impressões dos responsáveis pelo filme – afirma-se textualmente que as escolhas recaíram de forma deliberada sobre as percepções, emoções, prismas e interesses do diretor, caracterizando que a busca da essência do que foi visto não abre mão duma postura hermenêutica de “*re-criar o sentido*” (*Ibid.*, p.298-300). Isto mostra a relatividade da importância conferida à ausência (formal) de roteiro pré-determinado, de falas de *experts* ou de legendas no filme, desvelando que a eleição refletida de seqüências, “*notas visuais*” e paisagens produziram uma compreensão, implicando uma retórica bastante enfática.

É muito instigante chegar ao reconhecimento da ponte entre a experiência dos habitantes, a interpretação dos pesquisadores e o meio de expressão do resultado final, um documentário para televisão. A conotação de palavra pública, à qual a retórica é essencialmente afeita, torna-se aqui ainda mais expressiva não só pela significância e familiaridade da cultura midiática contemporânea, como também pelo fato de que em relação aos Fens “as companhias de T.V. são acusadas primeiro por criar e depois por perpetuar uma imagem ruim ou desfavorável do lugar” (*Ibid.*, p.311).

Apesar do jogo de forças entre a imparcialidade dos fatos e a necessidade de espetacularização da vida na T.V., as reportagens e os documentários de larga difusão vêm a ser muitas vezes tomados erroneamente, no dizer de Burgess, como reveladores das pessoas e lugares “*tais como eles são*”, e não como decorrência de um processo de comunicação: “De fato, o processo que vim descrevendo [...] revela a extensão em que

todos os textos de mídia são o resultado de uma série complexa de negociações profissionais, técnicas e sociais entre a equipe de produção e diferentes pessoas das comunidades locais” (BURGESS, *op. cit.*, p. 311, tradução nossa)<sup>139</sup>.

Enfim, também nessa abordagem se está versando sobre uma fusão de horizontes hermenêuticos, e não sobre uma captação isenta e automática do real/objetivo por um olhar onipresente e invisível. O problema do não-verbal, levantado por Foster, é abordado por Burgess na reflexão sobre quais imagens levariam os espectadores a “*testemunhar*” e apreciar a paisagem estudada numa genuína comunidade de espíritos com os seus habitantes. O papel mediador do geógrafo, que não se encontra no centro do sistema de análise apresentado, jamais pode ser o de responsável por uma descrição isenta de preconceitos, como chegou a pretender a corrente fenomenológica. Esta, com efeito, tem sido muito criticada em função de que, como já foi assinalado, quando alguém descreve uma experiência necessita da linguagem, a qual nunca é isenta de pré-concepções culturais (ENTRIKIN, 1976, p.631). Como disse Gilbert Durand (1998), a intencionalidade dos produtores de imagens midiáticas é um dado incontornável, e possivelmente assim o seja em toda situação de argumentação.

Não caberia neste momento realizar uma discussão sobre o papel da televisão no desenvolvimento e análise de uma cultura regional e dos preconceitos a ela associados, esta seria uma outra empreitada. O interesse geral de estudos como os de Burgess, próximos de uma etnogeografia moral ou filosófica (CLAVAL, 2001), reside em que eles deixam como saldo o problema da *poiesis* intrínseca à retórica, bem como o da intersubjetividade presente na emergência de uma dada compreensão do mundo, e estas são importantes constatações a reter. Ao buscar aproximar-se o mais “fisicamente” possível da imediaticidade da existência das pessoas e das suas maneiras de encarar uma paisagem, através do “encapsulamento” das emoções e percepções simbolizadas em imagens, estes estudos comprovam o potencial metonímico da paisagem.

Recentemente, algumas pesquisas sobre o imaginário simbólico no gerenciamento dos espaços turísticos e dos lugares de memória continuaram a sugerir uma importância crescente da retórica da paisagem, embora focados em conceitos

---

<sup>139</sup> Tradução a partir do original : “*In fact, the process I have been describing in this chapter reveal the extent to which all media texts are the result of a complex series of professional, technical, and social negotiations between the production team and different people within local communities*”.

outros como espaço e lugar. Afora a obra aqui tantas vezes citada de Michel Roux, este também é o caso, por exemplo, dos esforços de Bernard Debarbieux (1995a; 1995b). Para o primeiro autor a paisagem assume uma posição secundária, uma vez que estaria reduzida a um espetáculo ordinário cujos recursos o turismo de massas teria esgotado, por estar sempre à busca de valorizar financeiramente o pitoresco, o insólito, o selvagem. O que realmente interessa nessa abordagem, como vimos, é a emergência de vastos espaços impregnados de uma nostalgia da natureza que induz e ordena atividades econômicas.

Na perspectiva do segundo autor, o poder de simbolização pode ser mais bem atribuído ao trabalho do imaginário social, elemento importante para a compreensão das relações entre a sociedade e o espaço. A idéia central é a de que a estruturação imaginária dos espaços sociais subjaz à sua estruturação funcional. Preocupado ultimamente com a utilização social do *lugar* como símbolo da coesão geográfica da França, ele elege esse conceito como figura de retórica do território nacional. O lugar deteria o poder de designar outros objetos geográficos, pois...

[...] sua configuração, os signos que aí são gravados, a função mesma, prática e simbólica, que nós lhe reconhecemos habitualmente podem evocar outros lugares, e até mesmo espaços englobantes que ele torna presente ao espírito (DEBARBIEUX, 1995b, p.97, tradução nossa)<sup>140</sup>.

Trata-se de uma abordagem centrada, entretanto, na noção mesma de território enquanto combinação de espacialidades geográficas e simbólicas, o que me parece mais adequado aos estudos clássicos de geografia política. Além disto, a noção de lugar empregada parece supervalorizar seu caráter de emblema, de objeto simbólico, tal como as insígnias nacionais, prestando-se melhor aos estudos sobre a “*eleição apologetica*” de alguns fragmentos do território ao status de lugares exemplares da nação.

Deste modo, os lugares memoráveis de uma nação seriam construtos sócio-territoriais, símbolos localizados que condensariam o território coletivo e exaltariam uma certa concepção nacional (DEBARBIEUX, *ibid.*, p.103), ou ainda uma condição de realização do território na medida em que confeririam uma imagem e certos pontos de apoio para seu enraizamento memorial. Note-se, ainda, que nesta perspectiva a relação entre retórica e imaginário tende a ser tomada como desprovida de dialética, na medida

<sup>140</sup> Tradução a partir do original: “[...] sa configuration, les signes qui y sont gravés, la fonction même, pratique et symbolique, qu’on lui reconnaît habituellement peuvent évoquer d’autres lieux, voire des espaces englobants qu’il rend présent à l’esprit”.

em que somos inclinados a ver a primeira apenas circunscrevendo ou mesmo reduzindo o poder do segundo.

Portanto, o caminho aqui ensaiado não é exatamente o mesmo. Deve-se chamar a atenção para o fato das imagens dinâmicas virem a ser mais reveladoras que aquelas já cristalizadas, sendo que o simbolismo não implica sempre e somente a estratégia de um poder demiurgo (LANTZ, 1996, p.2), como nos leva a concluir aquele autor. O interesse maior, por conseguinte, deve recair nos processos de simbolização subjacentes ao político, mas não se resumem a esta dimensão. O papel do lugares-emblemas como “pontos fortes do território” é decerto importante para compreender o aspecto mítico da estruturação do espaço geográfico, sobretudo em contextos onde se faz necessário reafirmar permanentemente uma hegemonia política e cultural. Mas isto, além de não substituir o rico universo retórico da paisagem, pode reduzir a amplitude do conceito de lugar a um mero “símbolo público”, ocultando a riqueza de suas permanentes reinterpretações e o papel ativo dos sujeitos.

Em outras palavras, os simbolismos políticos calcados no imaginário geográfico não devem ser vistos apenas como forma do simbolismo social que se refere às relações de dominação e poder, visando fixar ou estabilizar certos emblemas (bandeira, língua, estereótipos etc). A imaginação simbólica é também expressão da atividade individual que busca situar-se numa realidade exterior que a ultrapassa, e por tal motivo a noção de paisagem, pouco explorada neste sentido, parece termo incontornável nesta equação, como temos tentado mostrar.

Debarbieux (*op. cit.*, p.104) adverte que o lugar é uma realidade material e concreta progressivamente investida de valores, dos quais ele se torna finalmente uma “*figuração condensada*”. Alguns lugares significativos estruturariam o território pela evocação tanto temporal quanto espacial de uma nação, podendo encarnar valores utópicos. Esta concepção de funcionamento do lugar simbólico como esboço de uma utopia, mesmo acrescentando-se um papel mítico de manutenção da memória coletiva de um povo é passível de crítica<sup>141</sup>, posto que não faria sentido sem o apelo a um imaginário geográfico específico através do qual os mitos e utopias seriam vivenciados. Daí a parcialidade de sua retórica da imagem.

---

<sup>141</sup> Reveja-se a posição de Berdoulay, Gomes e Castro (2001) a esse respeito.

A designação e o uso social de um lugar simbólico seria, na concepção de Debarbieux, uma condição maior do processo de territorialização: meio pelo qual se propiciaria uma visão do território, teatro social de uma coletividade através das cerimônias e rituais ali efetuados. Ele assinala que os eventos associados a um local adquirem maior credibilidade na medida em que as formas e traços da paisagem sugerem este próprio evento, garantindo uma ancoragem geográfica que não permite aos mitos fundadores de serem escanteados na imaginação e no imaterial. Entretanto, não privilegia a análise paisagística, apenas cita *en passant* o conceito, sem conferir-lhe um significado muito preciso para além de uma forma ou imagem (*Ibid.*, p.108).

A sua hipótese do papel territorializante das formas simbólicas é uma espécie de aplicação geográfica da formulação de Mircea Eliade (1964) segundo a qual o mito fixaria modelos exemplares de todas as ações humanas significativas para uma comunidade considerada. Como resultado, a espacialidade simbólica seria a área sobre a qual se desenvolve um mesmo sistema de significação enxertado sobre objetos e lugares geográficos a partir de uma narrativa territorial mítica. A espacialidade simbólica interferiria no espaço geográfico e da interação de ambos nasceriam os territórios, sendo isto válido tanto no campo cultural como político.

Apesar das divergências dentre os que pensam retórica e imaginação, o reconhecimento comum da materialização do imaterial é exemplar de como o imaginário interfere nos fenômenos espaciais concretos, associando valores a um dado espaço, e por isto as perspectivas acima esboçadas somam-se positivamente ao esforço da geografia em melhorar as análises existentes sobre os sistemas simbólicos.

À par dessas contribuições, passemos aos estudos de caso no semi-árido pernambucano, a fim de melhor compreender a participação das metonímias geográficas na conformação de um sistema de imagens simbólicas fundadoras da idéia de sertão seco.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

METONÍMIAS GEOGRÁFICAS

Imaginação e retórica da paisagem  
no semi-árido pernambucano

VOLUME 2

*Caio Augusto Amorim Maciel*

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Doutorado em Geografia

Orientadora: Iná Elias de Castro  
Doutora

Rio de Janeiro  
2004

**METONÍMIAS GEOGRÁFICAS:**  
**Imaginação e retórica da paisagem no semi-árido pernambucano**

CAIO AUGUSTO AMORIM MACIEL

Tese de doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientadora: Profa. Dra. Iná Elias de  
Castro

Rio de Janeiro

2004

## CAPÍTULO 3

### 3 EPIFANIAS DA PAISAGEM SERTANEJA EM TRÊS ENQUADRAMENTOS DO SEMI-ÁRIDO PERNAMBUCANO

*O desenvolvimento, ele fez com que derrubou a história do vaqueiro. O vaqueiro ele está em extinção, isso eu não posso negar a ninguém. Eu fui vaqueiro desde criança, mas eu estou vendo isso. [...] Agora, causado pelo desenvolvimento: veio o caminhão, botaram os bois em cima do caminhão e levaram o caminhão, aí não teve os bois pro vaqueiro tanger; veio o sistema de usar desmatar as chapadas e plantar o capim de chapada, que é esse que recebe o nome de capim buffel, capim corrente...O pessoal passaram, os criador, a botar o gado nas chapadas e acabou-se o serviço do vaqueiro (Zé do Mestre, vaqueiro e artesão de couro de Salgueiro, Pernambuco).<sup>142</sup>*

Para realizar o estudo experimental da retórica da paisagem sertaneja foram escolhidos, de início, alguns recortes no semi-árido pernambucano, considerados como diferentes perspectivas do imaginário geográfico regional. Em cada um desses enquadramentos, o material da análise interpretativa das *geosofias* locais constituiu-se dos relatos descritivos de pequenos produtores rurais acerca das características dos espaços por eles conhecidos, buscando instigá-los a apontar traços marcantes, similaridades e diferenças com zonas mais vastas circunvizinhas. Como a ruralidade seria um dos avatares da idéia de sertão, principalmente no tocante ao semi-árido e aos efeitos das secas sobre os pequenos agricultores, privilegiou-se a atenção nesta camada da população, sem excluir de todo pessoas com perfis e trajetórias de vida próximas ao meio rural.

Buscamos identificar tanto pontos de convergência com o imaginário geográfico instituído, quanto estratégias de argumentação ou mecanismos de imaginação potencialmente renovadores das visões existentes sobre o semi-árido. Em um nível mais teórico, estes mesmos processos foram examinados enquanto reveladores de uma retórica da paisagem em geral, de modo a orientar esta pesquisa no sentido de oferecer uma contribuição ao estabelecimento da noção de *metonímia geográfica* como um conceito operacional da geografia cultural.

---

<sup>142</sup> Depoimento em vídeo colhido em outubro de 1998.

Antes de adentrarmo-nos nas premissas do trabalho de campo e na apresentação de seus resultados, é mister traçar em grandes linhas a origem das preocupações e questionamentos trazidos à baila na presente pesquisa, que representa em realidade a continuação de um trabalho de interpretação das paisagens do semi-árido pernambucano iniciado em 1997, com a realização de um projeto de extensão universitária.

### **3.1 Filmando “No Sertão eu vi”: encontro de olhares e a emergência do senso figurativo da paisagem sertaneja**

*É preciso passar a ver o sertão com um olhar que esteja à altura do próprio sertão* (Ariano Suassuna, 1998).<sup>143</sup>

As reflexões desenvolvidas na presente pesquisa originaram-se da realização de um documentário em vídeo sobre o semi-árido pernambucano, trabalho levado a cabo entre outubro de 1997 e dezembro de 1998 por uma equipe multidisciplinar<sup>144</sup>. Durante este período foram esboçadas hipóteses e assumidas atitudes frente ao objeto de estudo (a diversidade paisagística e cultural do interior de Pernambuco) e também tomadas decisões práticas em relação aos sujeitos da pesquisa (distribuição de tarefas atinentes a cada membro do grupo, segundo suas especialidades). Pela própria natureza da documentação fílmica, com intensiva prática de campo e afinilamento do espaço a ser vivenciado e retratado, surgiram naquela ocasião muitas indagações e possibilidades de desdobramento para futuras frentes de análise, partindo da mesma problemática inicial.

O documentário havia sido realizado como exercício de interpretação e reconstrução das paisagens sertanejas e de seus processos estruturadores, durante momento crítico de ampla exposição nos meios de comunicação de massa da simbologia escatológica de mais uma estiagem. As escolhas entre mostrar as

---

<sup>143</sup> Depoimento em vídeo colhido em novembro de 1998.

<sup>144</sup> Vídeo-documentário “No Sertão eu vi”, MACIEL, MACIEL e SILVA (1998).

“singularidades internas” ou o “lugar comum” do sertão pernambucano requisitaram grandes esforços para que o vídeo condensasse em 27 minutos o copioso material recolhido no transcorrer das filmagens.

A dinâmica do trabalho coletivo acarretou uma coleção de questionamentos que não cabia explicitar no calor da hora; assim, foram privilegiadas as metas estabelecidas pela diretora na conformação do filme – que paisagens pretendia-se retratar e compreender? Com que intenções? A proposta era a de possibilitar a expressão da polissemia encontrada nos discursos locais, evitando focalizar o bestiário das secas, sempre presente nos chavões sobre aquele espaço. Pretendia-se captar uma região cultural vista e contada através de seus próprios personagens e de alguns estudiosos de renome<sup>145</sup>, a partir, sobretudo, de uma perspectiva do homem do campo, figura-pivô tão interpelada e simbolizada quando se trata dos problemas regionais. Sertão “ouvido” mais que descrito, almejando:

[...] estudar e revelar as diversas nuances do semi-árido nordestino, do ponto de vista da geografia humana, da cultura e da experiência sócio-econômica do sertanejo, contribuindo para desmistificar visões simplórias e até bizarras atribuídas à região [...] suprimindo as deficiências de material didático audiovisual sobre a multiplicidade de paisagens, problemas e soluções adaptadas à região<sup>146</sup>.

Esperava-se apresentar o sertão pernambucano o máximo possível livre daqueles preconceitos banais e imagens redutoras tão difundidas na opinião pública. Quer dizer, assumiu-se claramente o *parti pris* de contrapor uma diversidade de situações à repercussão monótona dos efeitos de mais uma seca sobre o imaginário da região, como se via nos jornais e televisões na época de execução do filme<sup>147</sup>. Em verdade, havia mesmo a intenção de enfatizar o lado positivo da região, como demonstra o mote de cantoria solicitado ao artista João Paraibano, residente no sertão do Pajeú:

---

<sup>145</sup> Foram inseridos depoimentos de Orlando Valverde, Joaquim X. Correia de Andrade e Ariano Suassuna.

<sup>146</sup> Projeto de extensão universitária “Sertão - Vídeo-documentário” (MACIEL, 1997, p.4).

<sup>147</sup> O projeto, na verdade, vinha sendo pensado pelos autores desde quatro anos antes de se concretizar, sendo que a consumação de uma nova seca apenas coincidiu com as filmagens (outubro de 1997 a novembro de 1998). Esta, porém, jamais constituiu um foco, representando antes a motivação primeira de se buscar enxergar o espaço sertanejo para além dos estereótipos e imagens trágicas correlacionados ao fenômeno das estiagens.

Esse é o sertão que muitos sulistas não fazem fé / mas tem bode ovelha e gado, agave cana e café / não é o chão miserável que muitos pensam que é.<sup>148</sup>

O processo de mistificação simbólica presente na abreviatura do Nordeste seco a representações sociais atreladas a um único fenômeno climático seria então combatido tendo como suporte um tipo de pensamento que alguns autores classificam como abordagem estrutural das disparidades regionais (CASTRO, 1992; 1997) ou vertente estruturalista de análise da organização social do semi-árido (GOMES, A., 1998). Este discurso crítico parte de uma “economia política da região”, sendo bem representado na geografia pelas idéias de Manoel Correia de Andrade. O corolário da posição de desmistificação do determinismo da natureza pode ser admitido nos termos apresentados por Alfredo Macedo Gomes:

[...] faz-se necessário não só “desmistificar a idéia de que a seca, sendo um fenômeno natural, é responsável pelo subdesenvolvimento, pela fome e pela miséria que dominam [no Nordeste semi-árido]” (Andrade, 1985a, p.7; 1983, p. 85-6), como também mostrar que tais fatores são produtos da forma de organização social, que concentra e exclui (GOMES, A., *op. cit.*, p.83).

Tal julgamento representou o pano de fundo analítico direcionador do conjunto do documentário, como explicitado no início dos depoimentos pelo parecer de Orlando Valverde: “O problema do sertão é muito mais um problema social do que natural, irremediável; o problema natural apenas agrava a situação social do pequeno produtor. A situação de miséria é devido ao problema de acesso aos meios de produção”<sup>149</sup>.

Entretanto, o eixo da investigação não se deteve em aprofundar a pertinência teórica ou ideológica das apreciações acadêmicas, mas simplesmente em deslocar o ângulo do olhar no rumo daquela pluralidade de temas que os sertanejos mesmos inscreviam para além do discurso trágico das secas. Visava-se, com isto, contribuir para o rompimento do “monopólio do imaginário” pela natureza semi-árida e pelas estiagens.

O percurso intelectual dialógico, os itinerários de viagem e o contato direto com os sujeitos sociais em seus lugares de vida revelaram uma diversidade paisagística e cultural além da esperada, acentuando a percepção de uma região pouco conhecida e comumente estudada em escalas que não evidenciam práticas sociais de importância

<sup>148</sup> Mote de cantoria gravado em vídeo, outubro de 1998 (MACIEL, MACIEL e SILVA, *op. cit.*).

<sup>149</sup> Depoimento à equipe do vídeo-documentário, outubro de 1998 (MACIEL, MACIEL e SILVA, *op. cit.*).

ímpar para a organização do espaço. Não obstante, o sertão que foi “visto e revisto” possuía evocações e fragmentos de discursos homogeneizantes ou singularizadores, por vezes coincidentes e por vezes incongruentes com a realidade imediata de seus narradores, assinalando tensões entre a reprodução de um certo senso comum e a originalidade das impressões locais. Assim é que o imaginário da água manteve uma centralidade significativa da importância cognitiva que assume a natureza semi-árida no sertão, seja em representações positivas ou negativas sobre a região.

Percebeu-se ainda que as interpretações mais difundidas e aceitas não são meramente construções feitas a partir de fora daquela realidade, obliterando uma verdade subjacente; ao contrário, elas partem de elementos profundamente arraigados no imaginário e/ou no cotidiano sócio-ambiental do semi-árido, selecionando-os e projetando-os retoricamente na esfera da opinião pública e do discurso político, de onde retro-alimentam ciclicamente as interpretações da relação sociedade/natureza. Constatou-se, deste modo, que quanto mais referentes a elementos dominantes na paisagem e a recursos imagéticos facilmente apropriados por diversos segmentos sociais, mais entronizadas como “autênticas” e verossímeis são essas interpretações do mundo sertanejo. Daí a crescente curiosidade sobre as relações entre cotidiano, espaço e representação, o que nos remeteu aos mecanismos da construção social da paisagem, visto que:

[...] o mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles (BERGER e LUCKMANN 1998, p.36).

A renitência (ou seria força imagética?) de certas paisagens e imagens do semi-árido começou então a se revestir de renovado interesse de estudo, e construiu-se a conjectura de que através de seu potencial heurístico de metonímias poderiam ser vislumbradas algumas facetas do processo de construção social das identidades nordestinas. Indo além do simples estereótipo, o poder retórico dessas imagens-força sugeriria um aprofundamento dos processos cognitivos e pré-cognitivos de figuração do espaço, abarcando o imaginário geográfico coletivo e individual por intermédio de uma razão paisagística telúrica.



*Seqüência inconclusa: do vídeo-documentário à retórica da paisagem*

Como quer que seja, percebeu-se durante a produção do filme que as paisagens da região poderiam assumir *status* de representantes de um quadro geral, tomando a feição de espectros ou cenas idílicas do imaginário de sertão, e contribuindo para infundir desde visões ufanistas até preconceitos abertos a respeito desse território. Surgiram, daí, os indícios de seu papel retórico particular, mediante o poder de figuração de certas imagens metonímicas. Tais imagens, muitas vezes integrantes de narrativas míticas, também correspondiam a pontos de comunicação, ou de coincidência, entre o imaginário sertanejo e o imaginário brasileiro sobre o sertão. Desse modo, tornou-se evidente a importância simbólica das metonímias geográficas do semi-árido do Nordeste brasileiro, *locus* de alguns dos signos fundadores do país, as quais seriam reconhecidas efetivamente tanto no meio popular quanto no império das comunicações ou mesmo das produções acadêmicas.

Como foi colocado nos capítulos anteriores, a retórica da paisagem seria entendida como uma necessidade de antecipação do pensamento, o qual lança mão de procedimentos figurativos para retratar e imaginar o espaço, conciliando o aqui e o alhures, o conhecido e o desconhecido. Isto caracterizaria a atividade cultural das pessoas situadas entre seus lugares de vida e territórios identitários mais vastos. A complexidade de tal discussão foi orientada pela montagem de um esquema de análise baseado no conceito de paisagem enquanto parte de uma *geosofia*, quer dizer, do conhecimento geral em relação ao espaço, bem como elemento emergente de um imaginário geográfico.

As percepções do ambiente correlatas às representações do sertão vieram a ser interpretadas de forma mediata, através da simbolização de atributos naturais imbuídos socialmente de significados. Se para a sociologia, como mostra o aludido trabalho de Alfredo Macedo Gomes, a seca pode designar um “processo social da realidade brasileira” que “se inscreve no cotidiano político e não na estrutura física da terra” (GOMES, A., *ibid.*, p.93) o problema apresenta-se ao geógrafo como essencialmente híbrido: os atributos e ciclos da natureza (a seca, a semi-aridez etc) são fontes de signos que alimentam o imaginário, donde não há como analisar em separado os termos desta equação simbólica.

Por outro lado, não houve alinhamento com a perspectiva da ecologia humana do semi-árido tal como se observa nas escolas influenciadas por abordagens originárias das ciências naturais<sup>150</sup>, preferindo-se outra inspiração sistêmica, aquela aberta pela fisionomia da paisagem. A orientação seguida prendeu-se, à vista disso, ao domínio fundamental das contribuições geográficas que ensejam o exame da articulação estrutural entre cultura e natureza. Como bem coloca Olivier Dolfuss, “[...] muito embora um dos problemas propostos à geografia humana seja o estudo das relações das populações com o espaço natural, essas relações nunca são simples e diretas; a causalidade precisa ser interpretada com a máxima cautela” (DOLFUSS, 1973, p.53).<sup>151</sup>

Não há como não ressaltar o especial interesse suscitado pelo trabalho de Jacquelin Burgess (1994), anteriormente referido, uma vez que tanto nosso tema quanto a área de estudo surgiram da experiência na produção de um documentário para a televisão, versando sobre a diversidade cultural do semi-árido pernambucano. No entanto, não havíamos tomado conhecimento da *démarche* de Burgess naquele momento e nem se pretendia desenvolver uma metodologia similar de interpretação visual do caráter regional do sertão.

O que houve durante as viagens realizadas em prol de nosso filme foi apenas o *insight* de que, para além da desconstrução dos clichês e imagens estereotipadas produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação, se poderia perceber a existência de um elo fundamental entre estas reduções e os procedimentos metonímicos inerentes à “enformação” das paisagens, ambas “*notas visuais*” amplamente referenciadas e inspiradas na cultura local. O problema da compreensão e análise retórica dessas formas de pensamento visual, através do processo de figuração comum a ambos, apontou-nos a necessidade de uma abordagem hermenêutica.

Algumas lições trazidas pela experiência da produção fílmica também foram importantes para a reflexão posterior acerca das vicissitudes do trabalho e campo. A tensão que se estabeleceu entre os interlocutores, num processo que envolvia a

---

<sup>150</sup> Existem pesquisas nesta outra perspectiva, como os trabalhos de Barbosa e Maltchik (1998) e Maltchik (1999). No vizinho estado da Paraíba, a ecologia humana do semi-árido é desenvolvida no âmbito do Departamento de Sistemática e Ecologia da Universidade Federal (UFPB, campus de Campina Grande).

<sup>151</sup> A propósito das teorias das relações homem-natureza tributárias do pensamento clássico em geografia, e especificamente quanto ao interacionismo e estruturalismo possibilista da escola lablacheana, consultar ainda Berdoulay (1988), em especial os itens 3 e 4 do capítulo V (respectivamente “*Convergences sur l’interaction et modernité du discours*” e “*Vers une formalisation systématique*”, p. 80-86).

consciência da assimetria de poder entre a mídia e o habitante local, foi um dos aspectos mais evidentes. De fato, durante as filmagens de “*No Sertão Eu Vi*”, em plena seca de 1997/1998, a equipe de produção foi recebida diversas vezes com desconfiança e mesmo hostilidade por sertanejos descontentes com a imagem predominantemente trágica da região nos meios de comunicação.

A interpelação “seca” e ressentida de um agricultor de Araripina (Pernambuco) à nossa chegada traduziu uma situação corriqueira que nos fez reconhecer a importância da circunstancialidade do encontro com todos os demais interlocutores:

*O que vocês vieram ver aqui? Desgraça, gente comendo palma? Pois fiquem sabendo que aqui não tem ninguém comendo palma, como apareceu na televisão outro dia*<sup>152</sup>.

Evidentemente, a natureza de um trabalho de filmagem é bastante diversa da situação de campo solitária, própria de um pesquisador, cujo tempo lento do processo de aproximação com os entrevistados é incontornável. Contudo, o mergulho no universo retórico dos sertanejos, iniciado em verdade desde antes do registro do filme e intensificado durante a tomada dos depoimentos em vídeo, foi de valiosa importância para o bom andamento das entrevistas da presente pesquisa, resultado de um longo processo de maturação<sup>153</sup>.

Isto facilitou bastante o estabelecimento do “quadro contratual de comunicação” (BLANCHET e GOTMAN, 1992, p.75) para o trabalho de campo, alimentando a confiança mútua entre as partes envolvidas. Desta maneira, foram considerados como pontos de partida exploratórios todos os itinerários percorridos e entrevistas realizadas anteriormente, em função do documentário cinematográfico que deu origem à pesquisa acadêmica, perfazendo quinze horas de depoimentos gravados em videoteipe, colhidos em trinta e dois municípios visitados no semi-árido – sendo trinta em Pernambuco e dois na Bahia, conforme a tabela e o mapa a seguir.

---

<sup>152</sup> Depoimento de pequeno agricultor de Araripina, outubro de 1998. As palmas (*Opuntia ficus-indica* Mill. e *Nopalea cochenillifera* cv.) são cactáceas comestíveis, introduzidas do México, porém utilizadas no Nordeste brasileiro apenas como forragem animal. A ausência do hábito de consumo humano na cultura local faz com que esta prática, recurso de pessoas mais pobres durante as estiagens, seja considerada degradante, sentimento amplificado pela cobertura sensacionalista do fenômeno pelos meios de comunicação. Sobre bioma do sertão e cultura local ver Albuquerque, S. (2001).

<sup>153</sup> Contabilizando as atividades do documentário e a pesquisa do doutorado, foram feitos trabalhos de campo em 1997 (outubro), 1998 (março a maio, julho e outubro), 1999 (fevereiro a dezembro), 2000 (janeiro) e 2003 (fevereiro a julho). As entrevistas específicas para o presente trabalho foram tomadas, porém, apenas neste último período.

O processo de filmagem do documentário, portanto, fez emergir questões relevantes sobre o reatamento territorial de algumas “cosmogonias” regionais, conduzindo à presente pesquisa, a qual visa municiar uma análise e interpretação geográfica da retórica acionada pelos modos de enunciar as paisagens sertanejas e conferir-lhes significados.

Os novos pressupostos dessa investigação continuada serão discutidos nos itens subseqüentes (3.2 a 3.4).

**TABELA 1**

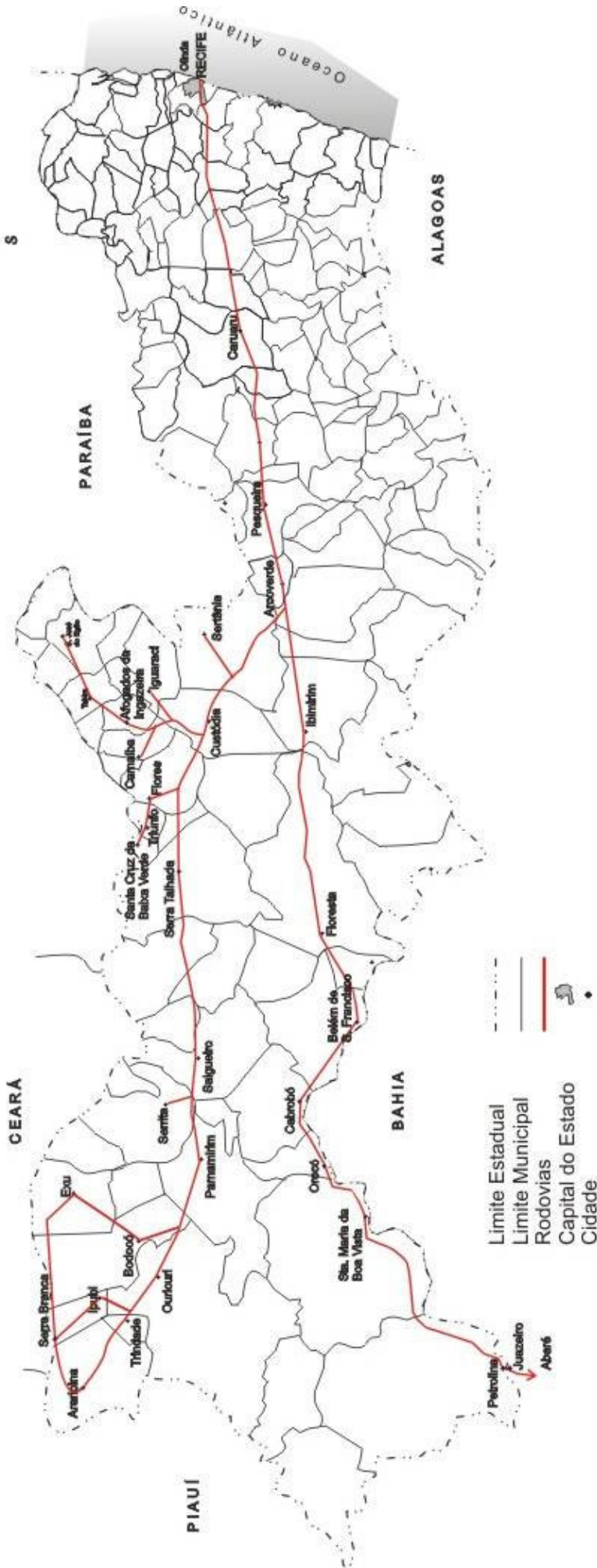
**Municípios do semi-árido visitados durante as filmagens do vídeo-documentário “No Sertão eu Vi” (1997-1998)**

<b>Estado</b>	<b>Mesorregião IBGE</b>	<b>Município</b>	
PERNAMBUCO	Agreste Pernambucano	1. Caruaru*	
		2. Pesqueira	
		3. Afogados da Ingazeira*	
	Sertão Pernambucano		4. Araripina,
			5. Arcoverde,
			6. Bodocó
			7. Carnaíba*
			8. Custódia
			9. Exu
			10. Flores*
			11. Ibimirim
			12. Iguaraci*
			13. Ipubi
			14. Ouricuri
			15. Parnamirim
			16. Salgueiro
			17. Santa Cruz da Baixa Verde
			18. São José do Egito
			19. Serra Talhada
			20. Serrita
			21. Sertânia
			22. Tabira
			23. Triunfo
	São Francisco Pernambucano		24. Belém do São Francisco*
			25. Cabrobó*
			26. Floresta*
			27. Lagoa Grande
			28. Orocó*
			29. Santa Maria da Boa Vista*
			30. Petrolina
BAHIA	Vale São-franciscano da Bahia	31. Abaré	
		32. Juazeiro	

(\*) Municípios que serviram de base para a definição dos recortes da presente pesquisa

(Ver mapa 4 a seguir)

**Mapa 4**  
**INTINERÁRIOS E MUNICÍPIOS VISITADOS DURANTE AS FILMAGENS**  
**DO VIDEO-DOCUMENTÁRIO NO SERTÃO EU VI (1997-1998)**



FONTE: Adaptado de IBGE (2001) e mapa Quatro Rodas Brasil (2003).  
 DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

### 3.2 Focalizando o olhar em três epifanias da paisagem sertaneja de Pernambuco

*Você tem que olhar a gente com os olhos do sertanejo, não com uma visão estereotipada, mas vir e passar a perceber que nós temos uma cultura, que nós temos uma forma de vida, porque nós somos sertanejos e não sulistas. Então, se você vem olhar a gente com os olhos de sulista, de litoral, você vai ter uma visão terrível e dizer ‘ah, não presta!’ (Professor de geografia de Floresta, julho de 2003).*

O presente trabalho foi desenvolvido em duas frentes integradas: o estudo e a operacionalização dos conceitos de imaginário e paisagem, como ressaltado nos capítulos iniciais, e o planejamento do “retorno” ao campo – considerando o acúmulo de experiências propiciado pelas filmagens do documentário – com o aprimoramento dos métodos e afunilamento dos objetivos. A metodologia de campo foi pensada enquanto trabalho simultâneo de *observação empírica* e de *coleta de dados primários*, privilegiando desta feita o nível de investigação local.

Por um lado, numa perspectiva *etnogeográfica*, as comunidades visitadas nas áreas de estudo foram auscultadas através de entrevistas abertas semi-estruturadas sobre as características de seus lugares de vida, dos espaços circunvizinhos e dos seus deslocamentos cotidianos e eventuais, visando revelar suas imagens geo-simbólicas (ver anexo). A dinâmica de observação, resultando imediatamente dessa *narração fisionômica*, privilegiou o exame direto dos aspectos selecionados pelos interlocutores, sempre que possível acompanhado dos mesmos. Quer dizer, tanto as entrevistas quanto as observações diretas fizeram parte do processo dialógico entre o pesquisador e os informantes.

Em outras palavras, a coleta de informações primárias baseou-se em roteiros flexíveis contendo questões destinadas a estimular, na fala dos diversos atores sociais das comunidades-alvo, um discurso descritivo, ao lado de intensa observação direta da paisagem realizada durante vivências sistemáticas em três recortes distintos, eleitos em função da diversidade de situações simbólicas identificadas preliminarmente. A sistematização e análise completa das informações recolhidas *in loco* foi retomada na

fase de gabinete, mas as entrevistas constituíram, simultaneamente, o nosso roteiro de campo na imediaticidade dos contatos com os interlocutores.

A escolha definitiva de três enquadramentos no estado de Pernambuco deveu-se, em primeiro lugar, a uma opção metodológica – como seria impossível abranger todas as singularidades, foram levantados os espaços que constituíssem situações mais generalizáveis dentre as muitas possibilidades que se nos apresentaram. Em segundo lugar, a seleção das áreas prendeu-se à constatação da forte simbologia associada a certos espaços que são correntemente utilizados como metáforas de situações idealizadas, representativas da diversidade de características do semi-árido e de suas nuances.

Desta forma, o processo de inserção das áreas pesquisadas à idéia de sertão conduziu a três grandes eixos identificados no interior do imaginário geográfico regional: um *sertão moderno* ou *do agronegócio*, baseado no progresso técnico, na inovação e no capital (metáforas da modernidade); um *sertão romântico-tradicional*, advindo dos sentimentos do genuíno e do típico, herdeiro de uma cultura autóctone e organizado em torno das estratégias de convivência de pequenos agricultores com a semi-aridez (metáforas da autenticidade); e, por último, um *sertão urbano* ou em rápida urbanização (metáforas do anti-sertão), contraditoriamente implantado entre a herança cultural sertaneja e o estilo de vida “da capital”. As metonímias geográficas foram então analisadas no bojo destes distintos sistemas de metáforas, ao modo de “âncoras paisagísticas” da retroação homem-espaço. Por último, como é mister admitir, procedeu-se à escolha daqueles espaços que haviam se tornado mais familiares ao pesquisador, fruto do maior conhecimento da área propiciado pelas viagens requeridas pelo trabalho de filmagem do documentário<sup>154</sup>.

Em acréscimo, como justificativa do invólucro estadual, ressalta-se que Pernambuco é uma das unidades da federação que possuem destacado papel simbólico, em decorrência de rica história forjada precocemente a partir dos tempos remotos da capitania Duarte, já na primeira metade do século XVI (DANTAS SILVA, 1993, p.XXII-XXIII). Dessa maneira, o sentimento de ser nordestino “constitui um

---

<sup>154</sup> Na verdade, outros espaços poderiam ter sido escolhidos com base nesta mesma emergência de significados, mas, em razão de limitações práticas – acessibilidade, recursos financeiros, limitações de tempo, contatos prévios com interlocutores etc – utilizou-se o artifício de recorrer ao caráter de exemplaridade dos casos aqui apresentados.

significante identitário importante dos pernambucanos” (MARTINS, P., 1998, p.27) devido a razões históricas, sendo reafirmado hoje pela perda de poder simbólico diante dos processos de modernização e autonomização dos outros estados dessa antiga região. Neste sentido, os pernambucanos pensam seu estado como uma espécie de metonímia do próprio Nordeste:

De um modo geral, os pernambucanos se sentem mais nordestinos que seus vizinhos da região [...] Na verdade, a identificação de Pernambuco com este significante é anterior à própria existência do ‘Nordeste’ como tal, e do Brasil, enquanto Nação independente (MARTINS, P., *ibid.*, *loc. cit.*).

Admite-se que esse orgulho “nordestino” *sui generis* possui suas raízes mais profundas no poder dos latifúndios canavieiros da faixa costeira úmida, sendo conseqüência da grande influência das elites pernambucanas na história do país e na organização do povoamento regional (*Ibid.*, *loc. cit.*). A conquista do interior, todavia, deu-se concretamente através da pecuária. Manuel Correia de Andrade mostra que o sertão nordestino foi integrado à colônia portuguesa graças a movimentos populacionais que, partindo de Salvador e Olinda, eminentes centros açucareiros, penetravam o território em busca de boas terras para a criação de gado (ANDRADE, M., 1998, p.167-170). A influência pernambucana sentia-se com mais afinco desde o que hoje é a Paraíba até a fronteira com o Maranhão, passando pelo Rio Grande do Norte e Ceará. No início do século XVIII, os currais pernambucanos ocuparam a margem esquerda do Rio São Francisco, enquanto os baianos tomaram a margem direita (*Ibid.*, p.170).

Nesse processo de conquista do interior estruturaram-se alguns marcos e visões acerca do sertão, em contraste com a civilização do litoral. Sentimentos de identidade e pertencimento regional foram sendo difundidos com base na hegemonia de algumas áreas-chave, pontas-de-lança da colonização. Em decorrência, condicionaram-se modos de ver e de falar sobre a região a partir de territórios de onde se enunciavam os discursos hegemônicos, dentre os quais Pernambuco<sup>155</sup>.

---

<sup>155</sup> A existência de uma visão construída a partir do litoral açucareiro é inegável. Mesmo os livros que contribuíram para especificar a originalidade do sertão, como “*O Outro Nordeste*” de Djacir Menezes (1937), inseriam-se num projeto de “invenção da região” corroborado pelas elites agrárias e intelectuais da zona canavieira. Basta retomar a apresentação deste autor por Gilberto Freyre em seu antológico “*Nordeste. Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*” (FREYRE, 1937/ 1989).



Na atualidade, a aproximação do olhar revela que a caracterização da região passa, de fato, por várias dizibilidades e visibilidades que se combinam, como diz Albuquerque Jr., para quem “definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos, e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza” (ALBUQUERQUE Jr., 1999, p.54). Como adverte este autor, algumas definições construídas seja a partir de dentro, seja em perspectivas mais ou menos distanciadas, adquirem potencial explicativo como regionalizações operadas pelas relações de poder e pelas práticas sócio-culturais.

No entanto, o reconhecimento de um núcleo de imagens recorrentes depende bastante da escala de análise, tanto espacial quanto temporal, donde a contribuição do olhar geográfico pode ser importante para evitar uma excessiva generalização das conclusões, enriquecendo a paleta de cores com que se estrutura o quadro da região. Que espaços de condensação de valores e sentidos poderiam, hoje, revelar a dinâmica das imagens e discursos simbólicos sobre o semi-árido nordestino?

### 3.2.1 Sentidos metafóricos do sertão e imagens simbólicas associadas

No sentido de diversificar as matrizes de associações semânticas, contemplando os três eixos do imaginário geográfico regional acima referidos, elegemos como fontes e expressões dos discursos metonímicos os subespaços representados pelos “sertões” do *Agreste de Caruaru*, do *Pajeú de Afogados da Ingazeira* e do *São Francisco de Floresta a Santa Maria da Boa Vista*<sup>156</sup>. Os sujeitos aí situados estariam constantemente lidando com a tensão cultural para equilibrar identidades e linguagens entre o imemorial e provinciano, de um lado, e o coetâneo e cosmopolita, de outro.

E, não menos importante, as áreas escolhidas corporificariam, para além de características geográficas e sócio-econômicas singulares, três epifanias de paisagens do semi-árido pinçadas dentre múltiplas variações sobre o mesmo tema, possuindo decerto

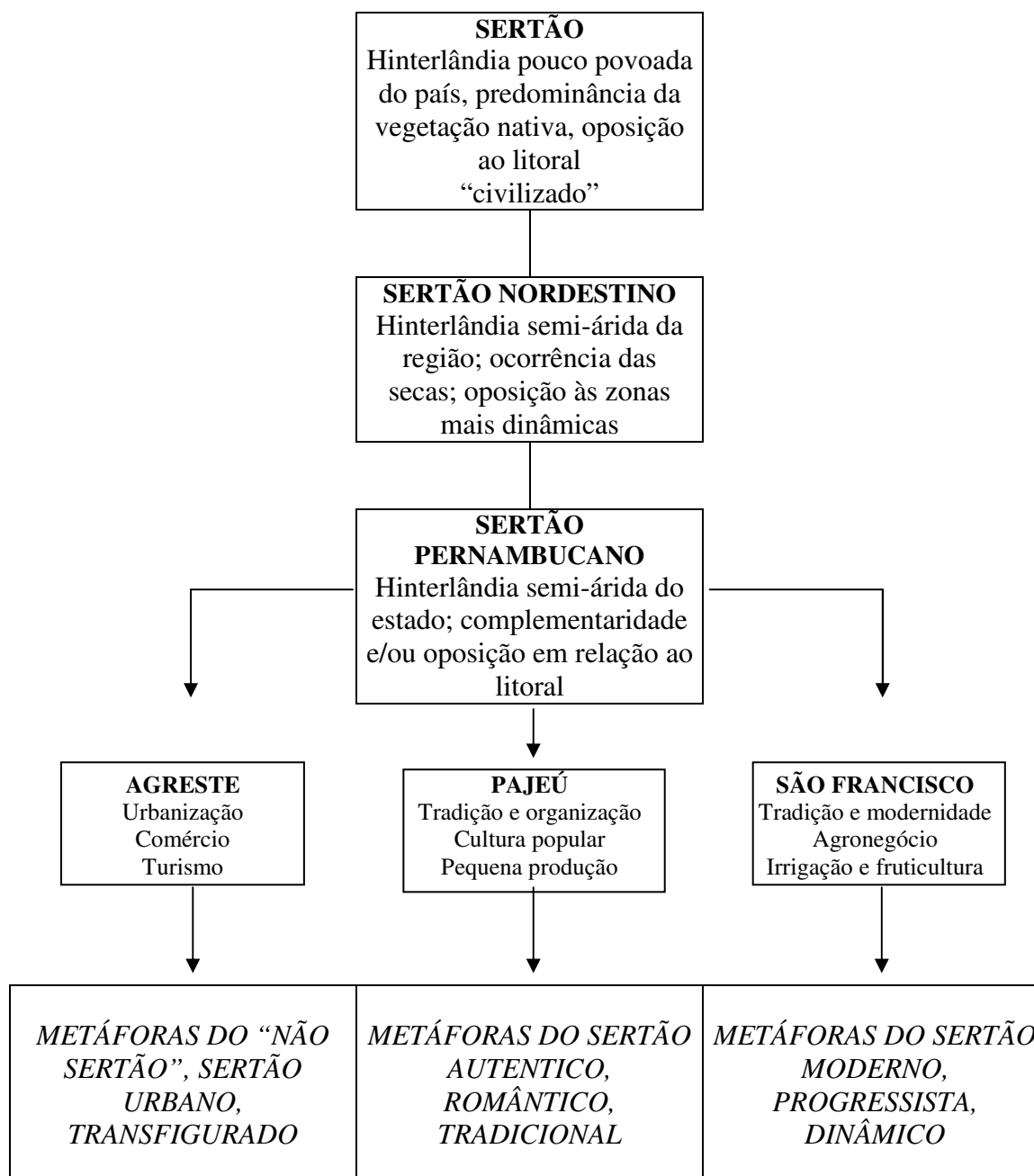
---

<sup>156</sup> No sentido de facilitar a leitura será adotada no texto, daqui por diante, a terminologia *Agreste*, *Pajeú* e *São Francisco* para cada uma das áreas pesquisadas.

aspectos e simbologias comuns que as unificariam enquanto integrantes do ideário e da estrutura espacial do sertão (ver figura 2).

**Figura 2**

**Esquema prévio sobre as concepções de sertão e suas associações metafóricas principais nos três enquadramentos selecionados**



Poder-se-ia afirmar, portanto, que esses enquadramentos cristalizam três sistemas de metáforas que organizam a evocação de paisagens metonímicas e que, vistos em conjunto, configuram um mosaico de tempos e espaços que se entrecruzam na constituição de um imaginário de sertão e de uma identidade regional. Não houve uma preocupação em seguir as regionalizações e nomenclaturas formais do IBGE, mas sim em estabelecer áreas fortemente carregadas de sentidos e valores culturais a partir das narrativas de pessoas comuns, sem almejar definir fronteiras precisas. Entretanto, não se pode negar que tanto esses recortes oficiais influenciam cognitivamente os sertanejos no cotidiano quanto são baseados em aspectos geográficos passíveis de serem correlacionados aqui e acolá com os marcos referenciais genéricos em que são pensadas as suas paisagens ordinárias, o que é muito mais verdadeiro para as microrregiões do que para as mesorregiões.

Os espaços simbolicamente significativos como os aqui tomados começaram a emergir e foram sendo paulatinamente especificados, classificados e selecionados segundo o sentido das suas imagens míticas e de suas paisagens metonímicas, bem como se observando a exequibilidade de uma pesquisa acadêmica. Além do mais, a criação de alguns critérios de investimento simbólico foi decisiva para delimitar e justificar os três enquadramentos experimentais:

a) a existência inicial de heterogeneidade no plano do imaginário coletivo da natureza para cada um dos espaços;

b) uma singularidade retórica nítida a partir dos relatos de seus habitantes;

c) a associação de diferentes imagens simbólicas e metonímias geográficas a cada um dos subespaços pesquisados; bem como...

d) a identificação prévia de sentimentos e valores próprios em cada situação. As áreas de estudo acima sumariadas foram eleitas de tal maneira que pudessem ressaltar ao máximo um contraste proveitoso à pesquisa. (Conforme o resumo apresentado na próxima página e os mapas 5 e 6 nas páginas 265-266).

A finalidade da etapa de investigação de campo era partir dos elos simbólicos da tríade *sujeito-identidade-lugar* para atingir os processos figurativos inerentes a uma descrição espacial de caráter mais abrangente e generalizante, privilegiando os procedimentos classificados como de tipo metonímico e sinedóquico. O que significaria

essa retórica da paisagem? Seria possível aceder, através do conceito de paisagem metonímica, ao pensamento sobre o espaço?

**Tabela 2**

Resumo do estabelecimento de três enquadramentos culturalmente diferenciados no semi-árido pernambucano segundo quatro critérios de sua instituição simbólica

	<b>Agreste</b>	<b>Pajeú</b>	<b>São Francisco</b>
<b>1. Especificidades do imaginário da natureza</b>	Semi-árido moderado; anfibiaologia de sítio e posição; proximidade da costa úmida; a seca como problema urbano; diversidade de paisagens	Semi-árido rústico típico; convivência com a seca (adaptabilidade do homem ao meio); o vale do alto Pajeú seria um “pays” de Estética agreste e bravia	Semi-árido acentuado, mas transformado pela ação humana; superação da seca; livre vocação agrícola via irrigação; beleza gerada pelo artefato (pragmática)
<b>2. Especificidades retóricas de caracterização</b>	Ambigüidade de auto-definição; Hipotipose: jogo entre dois fundos materiais igualmente adaptáveis; argumentos de síntese	Contra a metáfora do deserto; exemplaridade (sertão ideal / tradicional); argumentos de tipicidade e de autenticidade	Metáforas do oásis e do jardim; antítese do sertão seco; mito do eldorado; hipérbole das águas; argumentos de novidade e de progresso técnico
<b>3. Imagens simbólicas associadas (metonímias)</b>	Rede urbana dominada por Caruaru, sua feira e seu comércio em geral; as festividades juninas e da quaresma; o rio Ipojuca; o planalto da Borborema e suas serras locais (brejos); a rodovia BR-232	Pequena produção e universo de pequenos proprietários; elevada densidade de ocupação e rede de cidadelas com Afogados da Ingazeira no centro; sindicatos, cultura de cantadores; o rio Pajeú	O rio São Francisco, o verde perene dos perímetros irrigados, as lavouras comerciais intensivas (destaque da vitivinicultura); Petrolina, as usinas hidrelétricas; o polígono da maconha
<b>4. Valores e sentimentos dominantes</b>	Amálgama impreciso de características advindas do interior/sertão e da capital (Recife); cultura sertaneja, mas com estilo de vida cosmopolita; urbanização	O mais típico e autêntico sertão; organização e ação positiva para conviver com a seca e o semi-árido; espaço de resistência do modo de vida rural	Vitória da técnica sobre uma natureza hostil, esta sendo revertida por aquela em potencialidade; espaço rural moderno e inserido na globalização

Antes de mergulhar nas evidências recolhidas no terreno, uma questão salta aos olhos: será que estes três recortes pré-identificados não seriam “biases” mais ou menos indesejáveis, decorrentes da nossa própria experiência de geógrafo e da tentação de construir uma tipicidade artificial? Em caso afirmativo, deveria-se abandoná-los e partir para um caminho amostral clássico, ou seria possível colocar em evidência sua gestação centrada na cultura do observador de forma a sublinhar o processo intersubjetivo? Prefere-se aqui a segunda saída. Como afirmam Anne-Marie Arborio e Pierre Fournier:

Hesitar sobre a escolha de uma área é implicitamente tomar como hipótese que o que se procura não se manifesta em um endereço único e pode ser compreendido em diferentes circunstâncias. O que importa, então, não é tanto a escolha de tal ou qual circunstância social por sua exemplaridade ou por sua tipicidade, mas o fato de que ela não comporta ramificações demais, que ela não exige a ubiqüidade do observador (ARBORIO e FOURNIER, 1999, p.25, tradução nossa)

<sup>157</sup>

Daí pode-se dizer que os três recortes cumprem tanto o caráter de exemplaridade quanto o de serem factíveis aos recursos do pesquisador – eles não são tomados aqui nem como síntese essencial (há muitas outras metonímias espaciais), nem aleatoriamente. São estudos de caso eleitos pelo julgamento do observador, a partir das pistas colocadas pelos sujeitos sociais, de modo a ressaltar diferenças e encontrar semelhanças no processo de construção identitária. Constituem, ainda, espaços minimamente vivenciados durante a pesquisa, facilitando o acesso às fontes e desenvoltura nas observações diretas.

Portanto, a pertinência prática da escolha dos três recortes deve ser colocada como decorrente da pertinência teórica da construção do objeto de pesquisa e resultado de um prévio conhecimento do contexto das observações. Através deste tipo de reflexão, a dúvida sobre a propriedade da eleição de três tipos de paisagens metonímicas circunscritas a alguns territórios municipais ganha um significado novo, de interação hermenêutica entre a experiência do pesquisador e o espaço vivido pelos habitantes.

A experiência prévia na região havia demonstrado que existe um conjunto de elaborações ligadas a lugares (a fazenda, o sítio, a comunidade, o projeto de irrigação etc) e a subespaços regionais (o agreste, o Pajeú, o sertão *brabo*, a serra, o rio etc), até mais recorrentes do que as referências ao contexto municipal, salvo em relação às políticas das prefeituras. Isto, contudo, não autoriza o desprezo da municipalidade – apenas aponta para a necessidade de atentar para as diversas escalas da territorialidade.

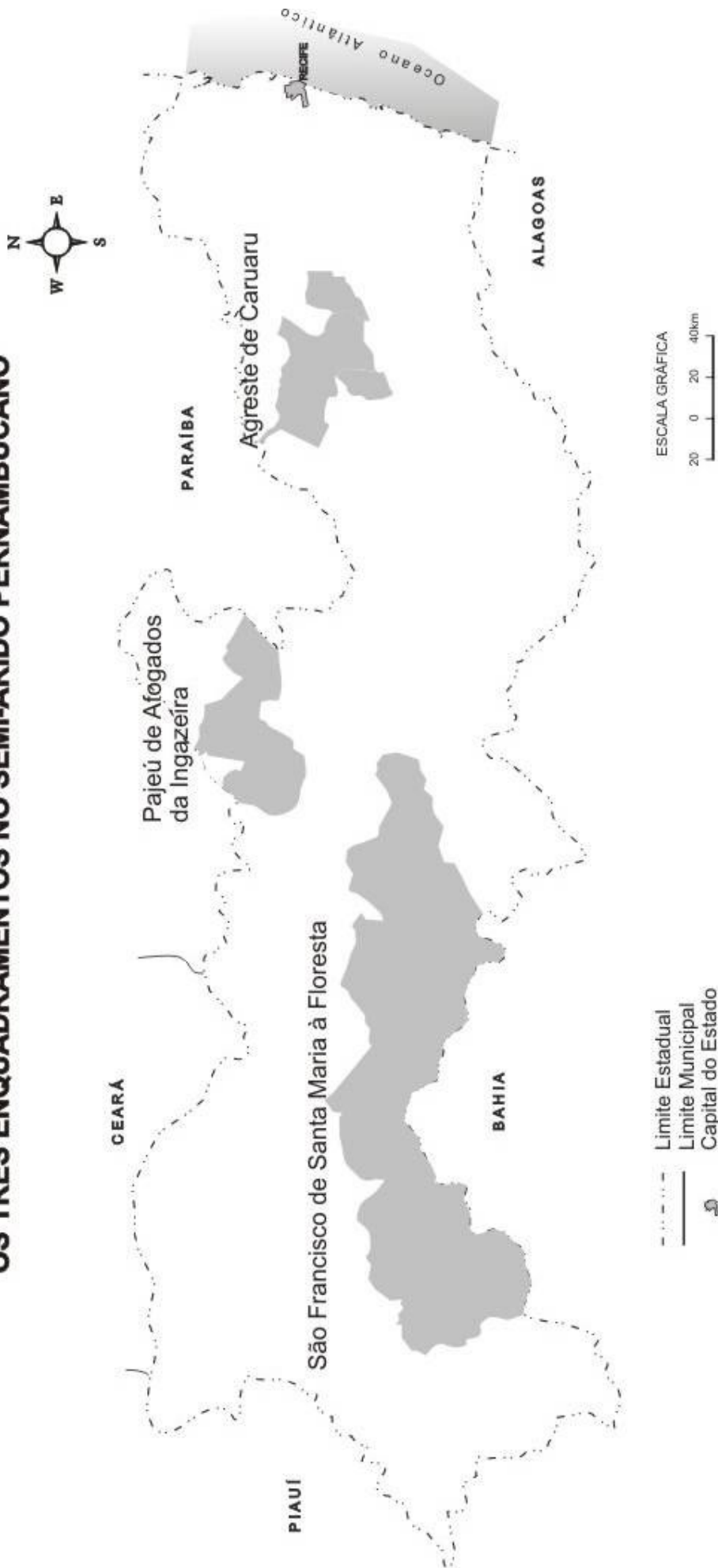
---

<sup>157</sup> Tradução a partir do original : “*Hésiter sur le choix d’un terrain, c’est implicitement faire l’hypothèse que ce qu’on cherche ne se manifeste pas dans un endroit unique et peut être saisi en différentes circonstances. Ce qui importe alors n’est pas tant la choix de telle circonstance sociale plutôt que de telle autre pour son exemplarité ou pour sa typicité, mais le fait qu’elle ne comporte pas trop de ramifications, qu’elle n’exige pas l’ubiquité de l’observateur.*”



Mapa 6

# OS TRÊS ENQUADRAMENTOS NO SEMI-ÁRIDO PERNAMBUCANO



FONTE: IBGE, 2001.

DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

O sentido desta delimitação do trabalho de campo, ou seja, a “hipótese” inicial, é de que o Pajeú de Afogados da Ingazeira, o São Francisco de Santa Maria a Floresta e o Agreste de Caruaru representariam, através de algumas paisagens simbólicas, expressivas metonímias geográficas do sertão Nordestino. Estes recortes são referidos via paisagens como nível conectivo entre o “aqui” e a “região”. Os municípios constituintes destes enquadramentos, pelo mesmo efeito sinedóquico das suas paisagens, seriam terrenos propícios para perscrutar a gênese dos processos retóricos de construção da identidade territorial; quer dizer, eles contêm *lugares de condensação e paisagens metonímicas* relevantes para o imaginário regional e para os nossos objetivos de estudo. O recorte municipal seria instrumental e flexível, não uma rígida exigência teórica. Somente o andamento da pesquisa possibilitou uma revisão *in loco* do seu nível de importância cognitiva.

Trabalhar com diferentes dimensões do mundo percebido implica em uma articulação de escalas, introduzindo o problema da “polimorfia” do espaço, que se expressa no jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversos<sup>158</sup>. Antes de se tratar de uma fragmentação apriorística do espaço, a escala o integra e lhe confere sentido enquanto real percebido. Parece ser necessário enfatizar, ainda, que tal antecipação hipotética não significou um engessamento arbitrário das paisagens metonímicas regionais, mas apenas um artifício de pesquisa que lançou mão das marcadas diferenças percebidas durante a aproximação com o terreno de investigação.

Certamente, outros municípios poderiam ser justapostos como detentores de paisagens metonímicas – podendo integrar os mesmos recortes ou enquadramentos diferentes – todavia, o que se coloca em questão é a exequibilidade do trabalho e o seu alcance imediato. Há limites claros a uma abertura total dos horizontes de inquérito no tipo de perspectiva aqui adotada. Se para a abordagem teórica é plenamente justificável e desejável mergulhar em lugares significativos situados em não importa quais outros setores do semi-árido, do ponto de vista da operacionalização e dos recursos da pesquisa tal abertura mostrou-se impossível de ser efetuada.

---

<sup>158</sup> Baseei-me aqui nas idéias apresentadas por Castro no artigo “*O problema da escala*” (1995, p. 117 - 140). Sua abordagem permite uma análise regional menos ortodoxa, pois conduz à superação de postulados deterministas através da incorporação da complexidade dos fenômenos, ao considerar a escala como problema fenomenológico e não matemático.



### 3.2.2 A “moldura ambiental” da pesquisa

Se as unidades simbólicas de análise são as paisagens de condensação representadas pelos “Sertões” do Agreste de Caruaru, do Pajeú de Afogados da Ingazeira e do São Francisco de Floresta a Santa Maria da Boa Vista, a “moldura ambiental” foi demarcada, a princípio, através da proposta taxionômica da Embrapa<sup>159</sup>, que regionaliza o Nordeste a partir das características dos seus “agroecossistemas” e da estrutura da produção agrária. O quadro apresentado pela instituição permitiu que não se perdesse de vista a variabilidade ecológica e agrária da região e as relações entre o local e o geral, sendo usado para delimitar e caracterizar o contexto natural nos quais os enquadramentos da presente pesquisa se inseriram (ver mapa 7 e figuras 3 a 6 nas páginas que se seguem).

Essa “moldura ambiental” precisou, contudo, ser devidamente relativizada, uma vez que a Embrapa trabalha com os conceitos de “grandes unidades de paisagem” (regiões naturais) e “unidades geoambientais”, considerando apenas as características gerais de extensas áreas, num nível de generalização que não permite a distinção de muitas variações internas (os resultados são apresentados na escala 1: 2.000.000). Assim, as classes de solo e sua distribuição na paisagem constituem a base dessa metodologia de classificação de áreas, complementada pelos fatores socioeconômicos (EMBRAPA, 1993, vol.1, p.11-21). Na abordagem do quadro natural, a unidade geoambiental é definida como:

[...] uma entidade espacializada, na qual o substrato (material de origem do solo), a vegetação natural, o modelado e a natureza e distribuição dos solos, em função da topografia, constituem um conjunto de problemática homogênea, cuja variabilidade é mínima, de acordo com a escala topográfica (RICHÉ *at. al.*, 1989, *apud* EMBRAPA, *ibid.*, p.11)

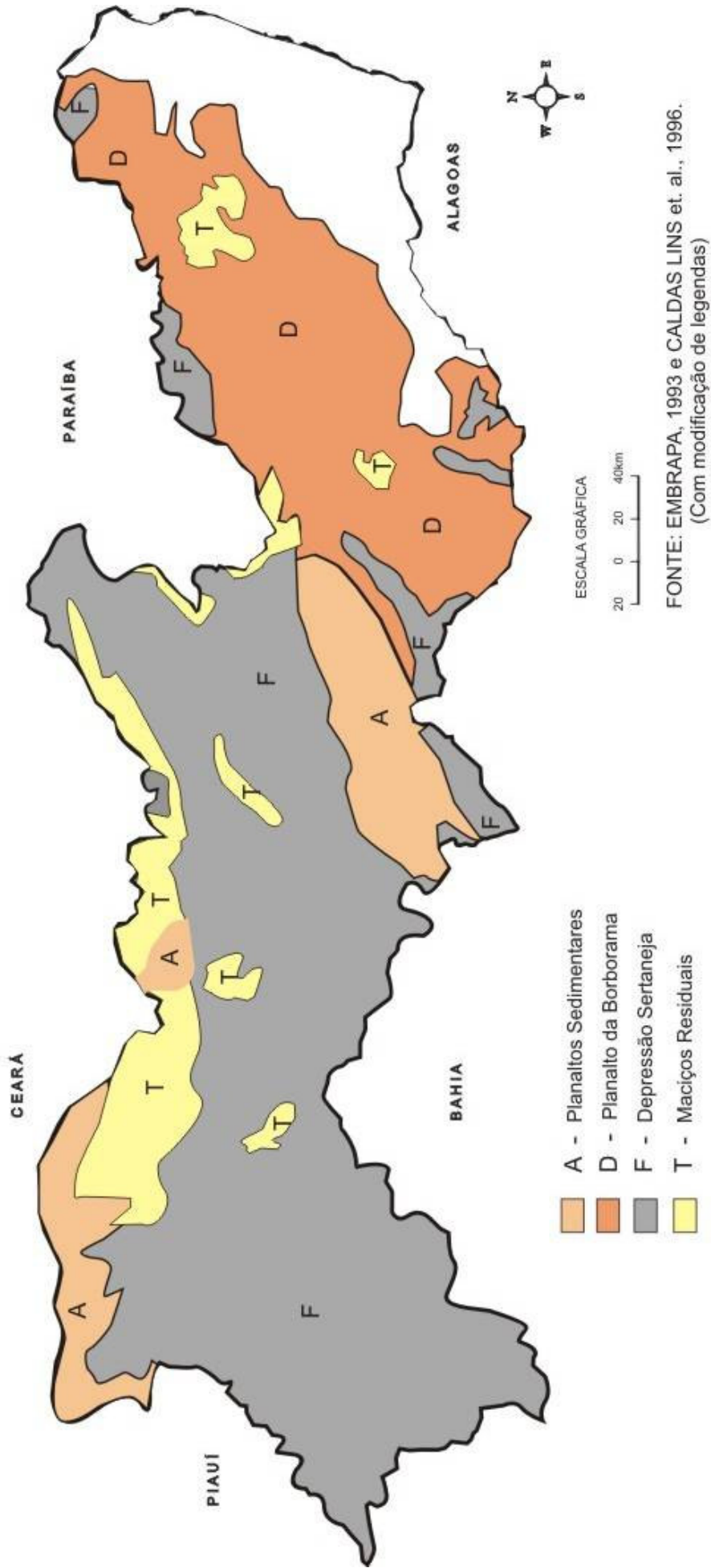
A variabilidade climática fica subentendida por intermédio da vegetação, que refletiria com elevada fidelidade os dados de disponibilidade hídrica no ambiente (AB’SÁBER, 2003).

---

<sup>159</sup> Trata-se do “Zoneamento Agroecológico do Nordeste – Diagnóstico do Quadro Natural e Agrossocioeconômico” (EMBRAPA, 1993, vol. 1 e 2). Também se lançou mão das avaliações críticas desta metodologia feitas por Caldas Lins *et al.* (1996).

Mapa 7

### SEMI-ÁRIDO PERNAMBUCANO - GRANDES UNIDADES DE PAISAGEM



FONTE: EMBRAPA, 1993 e CALDAS LINS et. al., 1996.  
(Com modificação de legendas)

DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

Na verdade, trata-se de uma classificação largamente baseada na “paisagem pedológica” (vegetação-relevo-seqüência de solos na paisagem), uma vez que, no semi-árido, as características do solo e sua distribuição são fundamentais no que diz respeito à dinâmica da água, condicionando a cobertura vegetal e os sistemas agrícolas de produção.

As unidades geoambientais, por sua vez, são agrupadas em conjuntos maiores, de alcance regional (as “grandes unidades de paisagem”), que se alicerçam em características geológicas e geográficas, sobressaindo-se aqui o critério de diferenciação geológica e morfo-estrutural do relevo. Desta maneira, as “grandes unidades de paisagem” nas quais se inserem os recortes aqui estudados são: a Depressão Sertaneja, o Planalto da Borborema e os Maciços Residuais<sup>160</sup>. Em um plano menos importante, existem ainda alguns trechos integrantes dos Planaltos Sedimentares.

#### *A Depressão sertaneja*

Em nada menos que 85% de seu espaço total, “a região semi-árida brasileira se estende por depressões interplanálticas, situadas entre maciços antigos e chapadas eventuais, sob a forma de intermináveis colinas sertanejas” (AB’SÁBER, 1992, p.6). Daí que os chamados “altos sertões típicos” são aqueles que se encontram embutidos entre chapadas ou largos desvãos de serras, aplainamentos imensos que possuem características físicas e ecológicas bastante representativas do domínio semi-árido nordestino como um todo (*Ibid.*, p.10).

Essas extensas superfícies de erosão desenvolvem-se na maioria das vezes em rochas cristalinas, constituindo a Depressão Sertaneja. O clima é semi-árido quente (média de 28°C), com precipitações médias anuais variando de 400 a 900mm, concentrando-se os curtos períodos chuvosos de janeiro a maio ou de novembro a abril. Além da longa duração da estação seca e das poucas chuvas, destaca-se a grande irregularidade do regime pluvial, variando em alguns anos da mais inclemente seca às borrascas torrenciais.

---

<sup>160</sup> Na avaliação crítica de Caldas Lins et. al. (*op. cit.*, p.15) esta última denominação, reunindo as grandes unidades de paisagem “Maciços e Serras Altas e Maciços e Serras Baixas” da Embrapa, é um agrupamento mais fidedigno em relação às características geográficas similares aí encontradas.

Segundo a Embrapa, a Depressão Sertaneja é a paisagem mais característica do semi-árido nordestino, estendendo-se por todos os estados da região, exceto o Maranhão, e incluindo o norte de Minas Gerais. Assim, perfaz a maior parte do estado do Ceará e ocupa expressivas áreas na metade sul do Rio Grande do Norte e diversos trechos da Paraíba, principalmente no noroeste, sul e leste. Recobre ainda mais do que a metade ocidental de Pernambuco, penetrando no sudeste do Piauí. Na Bahia, segue a calha do São Francisco ao norte e a oeste, atingindo Pirapora, já em Minas Gerais; além disso, uma grande faixa seca e aplainada corta o nordeste baiano até Feira de Santana. Ocorre ainda no oeste alagoano e noroeste de Sergipe<sup>161</sup>.



Essa grande unidade de paisagem é “caracterizada por uma superfície de pediplanação bastante monótona, relevo predominante suave-ondulado, e cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas. Elevações residuais, cristas e/ou outeiros pontuam a linha do horizonte” (EMBRAPA, *op. cit.*, p.33). Predomina a caatinga muito seca (hiperxerófila), porém há áreas de agreste com vegetação natural mais densa, inclusive caatingas arbóreas e, outrora, matas secas (AB’SÁBER, 2003, p.89). Os solos,

<sup>161</sup> Em função de variações significativas nas condições geo-ambientais e da escala, esta grande unidade de paisagem pode ser subdividida. Assim, Caldas Lins *et. al.* (*op. cit.*, p.13) propõem falar de “*Sertões do Sul*” (Bahia e Sergipe) e “*Sertões do Centro-Norte*” (demais estados nordestinos, exceto Maranhão). Para os objetivos perseguidos no presente trabalho nos ateremos às características dominantes neste segundo domínio.

a despeito de poderem ter alta fertilidade natural, são geralmente bastante rasos e litólicos, com a presença freqüente de afloramentos rochosos, responsáveis pela paisagem quase desértica de algumas áreas, como os “campos de matacões” e “mares de pedra” de origem granítica (*Ibid.*, p.90). Em Pernambuco, a maior parte da depressão semi-árida assenta-se sobre o escudo cristalino.

No piemonte de alguns *inselbergs* de granito ocorrem solos arenosos e férteis, como é comum em todo sertão pernambucano. Porém, é na margem esquerda do rio São Francisco, notadamente na região de Petrolina, que se encontram os solos mais profundos, os quais, mesmo com fertilidade natural baixa, se prestam à irrigação. Os depósitos aluviais nas margens e ilhas do grande rio ou nos fundos de vales dos seus afluentes intermitentes são consideravelmente férteis e muito procurados tanto para a agricultura convencional quanto irrigada. A paisagem das fazendas e perímetros irrigados, apesar de restrita, tem um lugar de destaque nesse setor, pelo alto potencial produtivo que representam e o contraste fisionômico com as caatingas. O que domina, entretanto, são limitações edáficas e hídricas, visto que a maioria dos rios é temporária e a rocha-mãe está exposta na superfície em diversos pontos, propiciando solos esqueléticos e pedregosos.

A impermeabilidade do embasamento cristalino permite apenas um limitado armazenamento d'água em sistemas de fraturas (aquífero fissural) e leitos arenosos de rios secos, com o agravante da elevada concentração de sais dissolvidos. Apesar desse fraco potencial de águas subterrâneas, as condições são favoráveis à construção de açudes e barragens para o aproveitamento do escoamento superficial das precipitações. Estima-se que em Pernambuco existam de 13 a 15 mil desses reservatórios, sendo que os pequenos e médios açudes (volume de 10.000 a 200.000m<sup>3</sup>) perfazem 80% do total dos corpos de água nos estados nordestinos (SUASSUNA, 2000, p.29-31).

Muito embora estes números não se refiram somente à Depressão Sertaneja, a prática da açudagem é aqui umas das condições mais importantes para a produção agropecuária, bem como um dos problemas mais graves no que tange à sua sustentabilidade ecológica, haja vista a ocorrência significativa de salinização das águas e do solo pelo mal dimensionamento das obras e pelo uso de técnicas inadequadas de

manejo e cultivo<sup>162</sup>. É preciso observar, ainda, que a maior parte do território é utilizada em práticas agrícolas extensivas, como a lavoura de “sequeiro” e o uso da caatinga como pasto nativo (terras que perfazem de 96 a 97% do espaço total).

Rachel Caldas Lins classifica o espaço em que se insere o presente enquadramento como parte da “Depressão Sertaneja – Sertões do Centro-Norte”, cujas características naturais dominantes podem ser assim sumariadas:

Depressões interplanálticas semi-áridas (precipitação média anual 400-900mm), superfícies de erosão desenvolvidas em rochas cristalinas, eventualmente sedimentares (bacias cretáceas), com vastos pedimentos de topografia rampeada em direção aos fundos de vale abertos, e setores de relevo dissecado em colinas rasas; drenagem superficial muito ramificada e de regime intermitente sazonal [...]; predominância de solos rasos a medianamente profundos e , com certa frequência, de afloramentos rochosos e de chãos pedregosos [...] recobrimento vegetal de caatinga hipoxerófila/hiperxerófila (CALDAS LINS *et. al.*, op. cit., p.13).

Situam-se nesta grande unidade de paisagem a maior parte das áreas do recorte experimental *Sertão do São Francisco de Floresta a Santa Maria*, bem como do *Pajeú de Afogados da Ingazeira*. No enquadramento *Agreste de Caruaru*, a extremidade noroeste do município de mesmo nome e boa parte de Brejo da Madre de Deus também podem ser consideradas integrantes desse setor (prolongamento dos sertões do Cariri paraibano). Entretanto, registre-se que as unidades geoambientais componentes da Depressão Sertaneja possuem variações locais notáveis, relacionadas desde à pluviosidade, vegetação e solos, até às características de ocupação humana. Tais diferenciações serão assinaladas na descrição das áreas de estudo, mais adiante.

A área nuclear do Sertão de Afogados da Ingazeira enquadra-se na unidade geoambiental “Alto Pajeú”, em que as superfícies aplainadas de relevo suavemente ondulado e elevações residuais dão o tom à paisagem, recoberta de caatinga hiperxerófila. Também a extremidade oriental do recorte São Francisco pode ser enquadrada como unidade geoambiental similar (Floresta, Itacuruba). Neste subespaço da depressão semi-árida as precipitações “atrasam-se” para o outono, sendo março e abril os meses mais chuvosos. Nos fundos de vale os solos são aluviais, profundos e moderadamente férteis. Nas baixas vertentes verificam-se planossolos rasos e sujeitos à

---

<sup>162</sup> Sobre os processos naturais e antrópicos de salinização de águas e solos no semi-árido, consulte-se “*Contribuição ao Estudo Hidrológico do Semi-árido Nordestino*” (SUASSUNA, 2000), em especial o capítulo “*Salinização*”, p. 35-72.

salinização, bem como solos brunos não cálcicos, rasos, mal drenados, argilosos e férteis. Nas elevações residuais tem-se solos pedregosos e afloramentos de rocha, enquanto que nos topos das colinas prosseguem os brunos não cálcicos.

A maior parte dessas unidades permanecem cobertas pela vegetação de caatinga, usada como pasto natural, havendo trechos destinados às lavouras temporárias e palma. Tal quadro repete-se, em suas linhas gerais, na unidade geoambiental “Cariris” da Paraíba, incluindo do lado pernambucano o norte de Brejo da Madre de Deus, Fazenda Nova, Jataúba, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru.

No sertão do São Francisco, o trecho entre Santa Maria da Boa Vista e Belém do São Francisco integra a unidade geoambiental “Áreas de Relevo Suavemente Ondulado de Petrolina a Ouricuri”, com tabuleiros baixos e cristas residuais bastante disseminadas e uma complexa associação de solos: podzólicos pouco férteis nos topos e vertentes de relevo suavemente ondulado; latossolos nos tabuleiros baixos e entalhados; brunos não cálcicos de alta fertilidade em vertentes íngremes e entalhes; litólicos e regossolos nas cristas e relevos residuais; finalmente, solos aluviais medianamente férteis nos fundos de vales. O período chuvoso acontece entre setembro e abril, com precipitações em torno de 500mm anuais, irregularmente distribuídos no espaço, e freqüente ocorrência de secas. Apesar das restrições pluviométricas e de solos, a agricultura irrigada é aqui muito desenvolvida, sobretudo nas áreas marginais do São Francisco, destacando-se a metade ocidental do recorte, mais especificamente Santa Maria da Boa Vista (irrigação privada e projetos oficiais, os chamados grandes perímetros irrigados). A fruticultura apresenta-se aqui em franca expansão e modernização.

### *O Planalto da Borborema*

O grande domínio da paisagem natural configurado pelo Planalto da Borborema relaciona-se, em linhas gerais, ao que se convencionou chamar de “agreste”: uma faixa de transição ou ecótono de largura variável e relevo movimentado, interpondo-se entre o litoral úmido e o interior acentuadamente semi-árido do Nordeste. Trata-se, em linhas gerais, de “um conjunto estrutural de maciços ou blocos falhados e dobrados do embasamento cristalino, que se estende desde Alagoas até o Rio Grande do Norte na

porção oriental do Nordeste Brasileiro, com níveis altimétricos entre 600-800m” (CALDAS LINS *et. al.*, 1996, p.14).

De acordo com a Embrapa (1993, vol.1, p.29) a “grande unidade de paisagem” do Planalto da Borborema possui relevo ondulado, com vales profundos e estreitos, solos pouco desenvolvidos e de fertilidade média ou alta. Sua superfície apresenta, todavia, diferentes feições, como colinas dissecadas, cristas paralelas, outeiros e patamares escalonados para leste, enquanto em direção ao oeste verificam-se superfícies de pediplanação típicas do modelado semi-árido (CALDAS LINS *et. al.*, *op. cit.*, p.15). A vegetação natural é predominantemente composta de caatingas, cujas características fitoecológicas variam desde o xerofitismo mediano até as formas mais agressivas de caatingas xerófilas, de acordo com as diferenças pluviométricas associadas ao relevo local, à pedologia e à exposição às massas de ar úmidas. Registram-se ainda florestas subcaducifólias (matas secas) e subperenifólias (matas serranas).

O clima, no geral, é semi-árido e quente, com estação chuvosa concentrada no outono e outono-inverno (fevereiro a julho), apresentando precipitações médias anuais que variam de 400 a 650mm. Entretanto, nos contrafortes atlânticos do planalto e em alguns domos mais elevados, as chuvas ultrapassam comumente os 1000mm anuais, como entre Bonito e Garanhuns/PE, ou na região de Areia (Brejo Paraibano) e outras ilhas de microclima. Com efeito, grande parte da faixa sul-sudeste da Borborema pernambucana não se inclui na área considerada como de domínio da semi-aridez, mas integra a zona da mata ou o sistema de brejos. Por outro lado, setores dos contrafortes voltados para oeste e noroeste, ao abrigo de massas de ar úmidas, são francamente semi-áridos.





De acordo com Manuel Correia de Andrade o agreste está profundamente ligado ao planalto da Borborema, sendo mais característico de sua porção centro-oriental, “enquanto a porção ocidental é sertaneja” (ANDRADE, M., 1998, p.32). Além disto, nos maciços residuais de maior altitude (podendo ultrapassar 1000m) e expostos aos ventos úmidos de sudeste, registra-se em número considerável os “brejos de cimeira” e “brejos de pé de serra” favorecidos por precipitações orográficas e fontes d’água. Assemelham-se, desta maneira, às condições ecológicas dos contrafortes orientais deste imenso bloco sobrelevado, mas se inserem em outra “grande unidade de paisagem”, a dos Maciços Residuais.

Entretanto, a profusão de ambientes diferenciados nas superfícies mais elevadas e em trechos de seu entorno imediato (brejos de vales, pés de serra) é uma característica marcante da “grande unidade de paisagem” do Planalto da Borborema; no sertão, ao contrário, os brejos são muito mais isolados e dispersos do que no agreste<sup>163</sup>. Aziz Ab’Sáber mostra que o termo “brejo”, partindo de uma concepção vernácula de solos pantanosos ribeirinhos, sofreu mudanças sucessivas de significado nas áreas semi-áridas brasileiras, passando a designar “planícies alveolares encharcadas, existentes em serras úmidas sob a forma de *vales suspensos*” para em seguida passar a abranger “todos os tipos de terrenos que constituíam o próprio maciço serrano, onde ocorriam solos vermelhos profundos, dotados de bom teor de umidade, clima quente e úmido, com precipitações muito maiores que a dos sertões adjacentes” (AB’SÁBER, 1992, p.13).

O Agreste de Caruaru insere-se, no Planalto da Borborema, enquanto parte da unidade geoambiental “Superfícies Entalhadas do Cristalino”, tal como descrita pela Embrapa (1993, vol.2, p.74-75): consiste em áreas de relevo elevado e grandes afloramentos rochosos, alternadas com superfícies suavemente onduladas. Nas áreas mais aplainadas predominam regossolos medianamente profundos, arenosos, ácidos e de fertilidade mediana, bem como solos podzólicos bem desenvolvidos e drenados. Nas elevações ocorrem solos litólicos, e pedregosos, ao passo que nos vales dos rios registram-se planossolos medianamente profundos, férteis, porém sujeitos à salinização.

Verifica-se um contraste nítido entre as terras altas situadas nos interflúvios das bacias hidrográficas, com características “abrejadas”, e as terras baixas dos vales dos rios, tipicamente semi-áridas. Assim, entre as bacias do Una e do Ipojuca, na porção sul,

---

<sup>163</sup> Sobre as diferenças entre brejos agrestinos e sertanejos consultar: Andrade-Lima (1960), Andrade, G. (1945); Andrade, G.; Caldas Lins (1964) e Vasconcelos Sobrinho (1971).

e entre as do Ipojuca e do Capibaribe, ao norte, os alinhamentos de serras apresentam toposequências de solo e vegetação bem características, que vão desde zonas de caatinga, nos sopés, até o maior ou menor “abrejamento” das altas encostas e cimos (ANDRADE, M., *op. cit.*, p.34).

À ocorrência desta diversificação ambiental soma-se o fato de que o Planalto da Borborema não está inteiramente sujeito à severidade e frequência das secas que assolam outras áreas do semi-árido nordestino. Os agrestes montanos não têm, no comum dos casos, a rusticidade e a agressividade dos cenários mais secos da depressão sertaneja, muito embora existam exceções não negligenciáveis, tais como as grandes extensões de semi-aridez acentuada dos Cariris Velhos e do Curimataú (Paraíba), tipicamente sertanejas. No entanto, devido à sua densidade populacional mais elevada e à maior participação da agricultura face à pecuária, as estiagens representam nesse domínio paisagístico uma problema tão ou mais grave que no sertão. Em suma, os agrestes podem ser assim resumidos em sua diversidade:

[...] os ‘agrestes’ constituem-se em uma faixa de transição climática, sob a forma de tampão, entre a zona da mata oriental do Nordeste e os imensos espaços dos sertões secos. Não é uma faixa muito larga, tampouco muito homogênea, comportando, do ponto de vista topográfico, uma grande variedade. Nos agrestes chove mais do que nos sertões, porém bem menos do que na zona da mata. A estação seca é quase tão prolongada quanto a dos sertões [...] Suas paisagens refletem, por sua vez, uma estrutura agrária onde pecuária e agricultura procuram conviver nas mesmas glebas, tornando mais seguro o balanço da produtividade rural (AB’SÁBER, *op. cit.*, p.14)

Em conseqüência da maior proximidade dos mercados consumidores, a pecuária, apesar de não ser a principal atividade econômica, é praticada num padrão mais intensivo e melhorado em relação ao que ocorre no sertão, contemplando tanto a produção leiteira quanto a de corte (ANDRADE, M., *op. cit.*, p.36). A degradação dos recursos naturais encontra-se aqui mais avançada, por conta da ocupação mais densa e da existência de cidades maiores e mais próximas do que no sertão seco.

O intenso processo de desmatamento reflete com fidelidade essa situação, havendo ainda problemas como a erosão dos solos e a poluição dos cursos d’água. Daí os agrestinos afirmarem que sua região é “pelada” (sem cobertura vegetal nativa), enquanto referem-se ao sertão como um espaço onde há “caatingas grossas” e terras disponíveis. Em acréscimo, existem razões para acreditar que a fisionomia do agreste

aproximou-se daquela do sertão em áreas onde as matas secas e as caatingas arbóreas foram devastadas, dando lugar a uma vegetação secundária empobrecida e semelhante às caatingas mais rústicas das zonas de semi-árido acentuado (VASCONCELOS SOBRINHO, 1971; ANDRADE, M., 1998; AB'SÁBER, 2003).

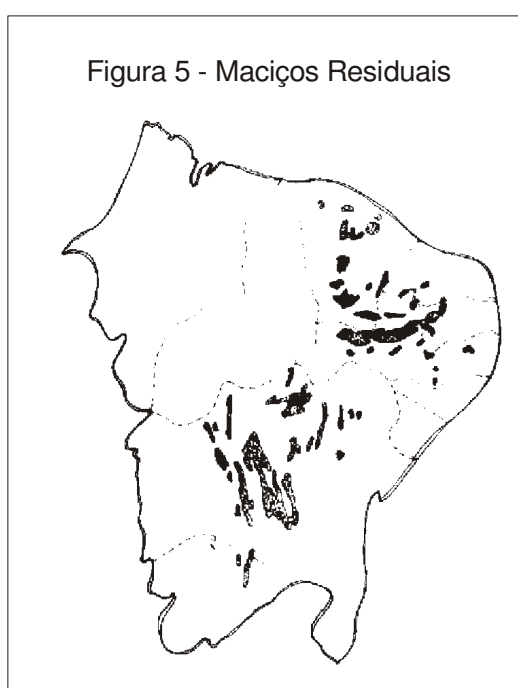
Enfim, o único enquadramento estudado que integra essa “grande unidade de paisagem” é o Agreste de Caruaru, apresentando, contudo, muitos dos aspectos relacionados à variabilidade geo-ambiental da Borborema e sendo por isto mesmo utilizado a título de ilustração da dinâmica própria do semi-árido agrestino e montano.

#### *Os Maciços Residuais - Serras baixas e altas*

Há expressivos maciços residuais, mais ou menos elevados, distribuídos por todo o semi-árido nordestino, rompendo a monotonia da paisagem na depressão sertaneja e trazendo importantes variações locais em termos ambientais e de ocupação humana. Essas serras podem atingir de 400 a 800m de altitude, não sendo raros alguns alinhamentos ultrapassem os 900m. De um modo geral o clima nessa “grande unidade de paisagem” é quente, com precipitações médias anuais superiores às do entorno esbatido, chegando a variar de 700 a 900mm. Alguns microclimas se destacam por uma pluviosidade ainda maior, da ordem de 1000mm anuais, tais como nas serras da Meruoca e do Baturité/CE (aqui se repete a referida problemática dos brejos).

De acordo com Caldas Lins *et. al* (1996, p.17) destacam-se nos maciços residuais diferentes litotipos do embasamento cristalino, sendo que as elevações mais dissecadas situam-se em enclaves úmidos, a exemplo do brejo de Triunfo, no médio-alto Pajeú. Toda a Serra da Baixa Verde insere-se na unidade geoambiental “Áreas de Maciços Residuais e Serras Altas-Triunfo/PE” (EMBRAPA, *op. cit.*, vol.2, p. 366-367) e apresenta solos podzólicos medianamente profundos e de alta fertilidade natural, quase que completamente ocupados por atividades agrícolas, a despeito do elevado grau de acidentamento do relevo e dos riscos de erosão. A diversidade e intensidade de usos agrícolas e pecuários, bem como a densidade populacional, leva a Embrapa a considerar estas áreas tais como “agrestes” (EMBRAPA, *op. cit.*, vol. 1, p.61), o que encontra ressonância na percepção dos habitantes locais, como veremos mais adiante.

Por outro lado, nas áreas de serras secas tipicamente sertanejas, os modelados encontram-se menos dissecados e a vegetação de caatinga ainda predomina, sendo a densidade demográfica bem menor. Os grandes maciços residuais de altitude inferior a 1000m podem apresentar ainda topos rochosos, vales profundos e estreitos com solos aluviais, ou longos alinhamentos de serras, com solos litólicos, rasos e pobres. Não raro essas serras abrigam nascentes de cursos d'água e constituem fronteiras estaduais, como no norte de Pernambuco, entre a Paraíba e o Ceará, e no sudeste do Ceará, separando este estado do Rio Grande do Norte e da Paraíba.



As serras do noroeste do Pajeú incorporam-se à unidade geoambiental “Maciços e Serras Baixas do Pajeú”, com relevos medianamente altos (em torno de 700m) e grandes dissecamentos. Apresentam topos arredondados e erodidos, com solos litólicos e afloramentos rochosos, como se vê na Serra da Matinha, em Carnaíba. As vertentes apresentam solos podzólicos medianamente desenvolvidos e férteis, além do tão disseminado bruno não cálcico, raso e argiloso, altamente fértil. Já nos fundos de vale, verificam-se expressivas manchas de solos aluviais, profundos e de fertilidade média-alta, bastante utilizados para a chamada lavoura “de vazante”. A estação chuvosa aqui vai de janeiro a maio e as precipitações elevam-se a mais de 890mm anuais, com

cobertura vegetal de caatinga, cuja variedade suscita interesse especial para a preservação ambiental.

A vegetação no conjunto da “grande unidade de paisagem” dos Maciços Residuais apresenta grande variabilidade. Assim, consiste em floresta caducifólia e subcaducifólia nas serras mais altas, onde os topos abrejados podem abrigar matas serranas ou florestas estacionais montanas de expressiva biodiversidade, se bem que muito devastadas. É o caso da unidade geoambiental “Maciços Residuais da Borborema”, onde se enquadram os brejos de altitude no interior do recorte Agreste de Caruaru (Serra Negra de Bezerros, Brejo dos Cavalos e Serra da Boa Vista). Já os alinhamentos mais esbatidos que se estendem desde o nordeste de Triunfo até São José do Egito, na fronteira Pernambuco-Paraíba, exemplificam a especificidade biogeográfica e a importância ecológica de caatingas próprias dessas elevações residuais<sup>164</sup>. Por fim, nas elevações mais baixas se contam diferentes fácies de caatingas hiperxerófilas, semelhantes àquelas da depressão semi-árida.

#### *Planaltos Sedimentares e seus remanescentes*

Extensas e elevadas chapadas, com altitudes em torno de 800m, ou baixos platôs areníticos, mais dissecados e menos imponentes, conformam como que as bordas da depressão sertaneja em grande parte do Nordeste. O relevo de topos aplainados e encostas íngremes (*cuestas*) adquire grande expressão no extremo oeste da Bahia, prolongando-se até Minas Gerais, bem como na extremidade nordeste daquele estado. A importante bacia sedimentar do Tucano-Jatobá inclui trechos agrestinos ou sertanejos desde Salvador, ao sul, até a calha do rio São Francisco, ao norte, infletindo daí para nordeste, já no estado de Pernambuco, onde penetra até Buíque, Pedra e Arcoverde. A Serra Negra de Floresta é um importante testemunho deste tipo de superfície sedimentar, e, juntamente com Tacaratu, constitui brejos de altitude em pleno sertão pernambucano (ANDRADE, G., 1945; VASCONCELOS SOBRINHO, *op. cit.*, p.81).

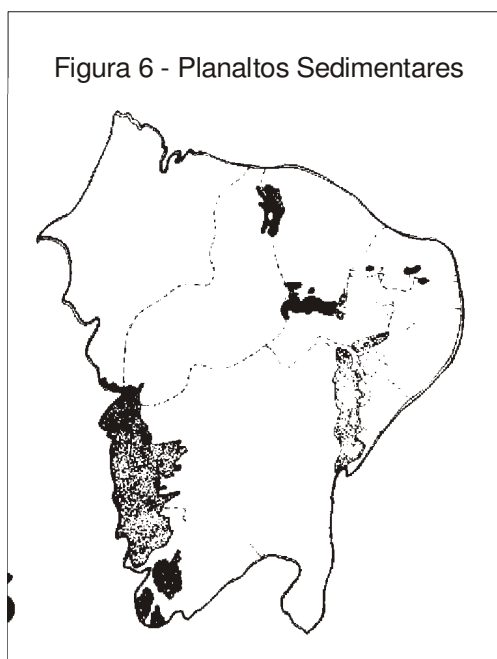
Menos amplas do que a bacia Tucano-Jatobá são as chapadas do Araripe, entre Pernambuco, Ceará e Piauí, e da Ibiapaba, entre Ceará e Piauí, que conferem, porém, importantes especificidades ao semi-árido em termos sub-regionais. No Araripe

---

<sup>164</sup> Atlas da Biodiversidade de Pernambuco (2002), disponível em <[www.sectma.pe.gov.br](http://www.sectma.pe.gov.br)> (acessado em 06/09/2004).

encontram-se as maiores reservas de gipsita do Brasil, e a grande infiltração d'água permite o surgimento de fontes com regime permanente no piemonte setentrional, do lado cearense (Cariris Novos), devido ao mergulho de camadas geológicas mais resistentes naquela direção (ANDRADE, M., 1998, p.43). Desta forma, mesmo com elevada potencialidade de águas subterrâneas, alguns platôs representam uma espécie de vazio demográfico relativo, em comparação aos seus sopés e aos vales dos rios da depressão sertaneja.

Por outro lado, existem áreas sedimentares remanescentes muito restritas e localizadas, como em São José do Belmonte/PE e entre Custódia e Afogados da Ingazeira. Consistem em fragmentos bastante reduzidos e dissecados de uma antiga cobertura arenítica, cuja relevância para as formas de ocupação local não pode ser deixada de lado. Os agricultores do Pajeú, por exemplo, reconhecem o valor das “areias do Caroá e de Fátima”, onde cultivam produtos diferentes daqueles existentes nos roçados do vale, incluindo caju e mandioca, em safras diferenciadas do calendário agrícola normal. Por este motivo, a Serra da Carapuça foi aqui considerada como uma unidade geoambiental desse grande domínio de paisagem. Em Floresta, além da Serra Negra, há ainda uma zona de relevos testemunhos entre Nazaré do Pico (Carqueja) e Betânia.



As chapadas sedimentares são comuns em todo o território nordestino, multiplicando-se as suas feições e especificidades (AB'SÁBER, 1999), sendo impossível resumir toda a sua riqueza neste trabalho. No comum dos casos, os platôs apresentam solos profundos, apesar de pobres, vegetação florestal específica com complexas transições para caatinga hipoxerófila e hiperxerófila. Em situações mais rústicas, como nas vertentes a sotavento, a preeminência de caatingas secas é notável. De acordo com Caldas Lins (*op. cit.*, p.12), registram-se nessa “grande unidade de paisagem” desde florestas subperenifólias e até mesmo enclaves de cerrados. Os solos das encostas são geralmente mais férteis, havendo o problema da declividade restritiva ao uso agrícola, o que nem sempre é respeitado.

Os afloramentos de arenito ou quartzito são comuns, resultando em modelados ruiformes de beleza monumental, como no Raso da Catarina/BA, no vale do Catimbau (Buíque/PE), Nazaré do Pico (Floresta) e Serra da Carapuça (Afogados da Ingazeira). Do ponto de vista pedológico, ocorrem nas chapadas areníticas, de forma esquemática: latossolos nos topos, podzólicos nas encostas e solos aluviais nos fundos de vales. O potencial de águas subterrâneas é bastante elevado, visto que a infiltração das chuvas é significativa devido à grande permeabilidade e profundidade da camada sedimentar, assim como pela topografia aplainada dos topos.

No domínio das chapadas e bacias sedimentares os regimes climáticos são muito variáveis, distinguindo-se em função da altitude e localização. Assim, no Recôncavo Baiano, o clima é tropical úmido, quente e chuvoso, com médias anuais de até 1800mm. Na extremidade oposta da mesma bacia sedimentar, o Raso da Catarina apresenta clima semi-árido acentuado e sub-desértico, com médias inferiores a 600mm. Em Pernambuco, a bacia do Jatobá apresenta semelhantes condições, com ocorrência de solos arenosos extremamente pobres e caatinga hiperxerófila.

### 3.3 Os enquadramentos experimentais do *Agreste, Pajeú e São Francisco*

Esboçado o quadro integrativo das grandes unidades de paisagem e das unidades geoambientais em que se inseriram os trabalhos de campo e as entrevistas, passaremos neste instante a traçar o perfil geográfico mais geral de cada um dos enquadramentos escolhidos, ressaltando a inter-relação entre seus aspectos simbólicos e a materialidade do território.

É preciso lembrar que nossas unidades de análise, de qualquer maneira, orientaram-se deliberadamente para ressaltar e compor duas formas de inteligibilidade: primeiro, a retórica dos sujeitos sociais envolvidos na produção de discursos identitários a partir das qualidades ambientais dos seus espaços de vida e produção agrícola. Segundo, a observação direta destas paisagens mesmas a que se referiram os discursos dos atores, em suas respectivas escalas.

Isto exigiu um esforço para concatenar a construção dos recortes geográficos com o conhecimento geosófico dos habitantes, de modo a poder relacioná-los e extrair conclusões válidas a partir da fusão de horizontes interpretativos. O primeiro passo, no círculo hermenêutico, é assegurar a clareza de nosso próprio horizonte de compreensão, daí iniciarmos a visualização do terreno de estudo revelando as grandes linhas cognitivas que nos levaram a trabalhar com cada uma das epifanias da paisagem selecionadas.

A tabela 3 apresenta os municípios incluídos nos três enquadramentos experimentais da presente pesquisa, bem como sua disposição nas respectivas mesorregiões e microrregiões geográficas. O mapa 8 representa as três zonas de investigação de campo, com os municípios apenas observados e os municípios onde foram aplicadas as entrevistas.

(Ver tabela e mapa a seguir)



**Tabela 3**  
Municípios dos recortes da pesquisa segundo mesorregiões e microrregiões  
homogêneas – IBGE (2001)

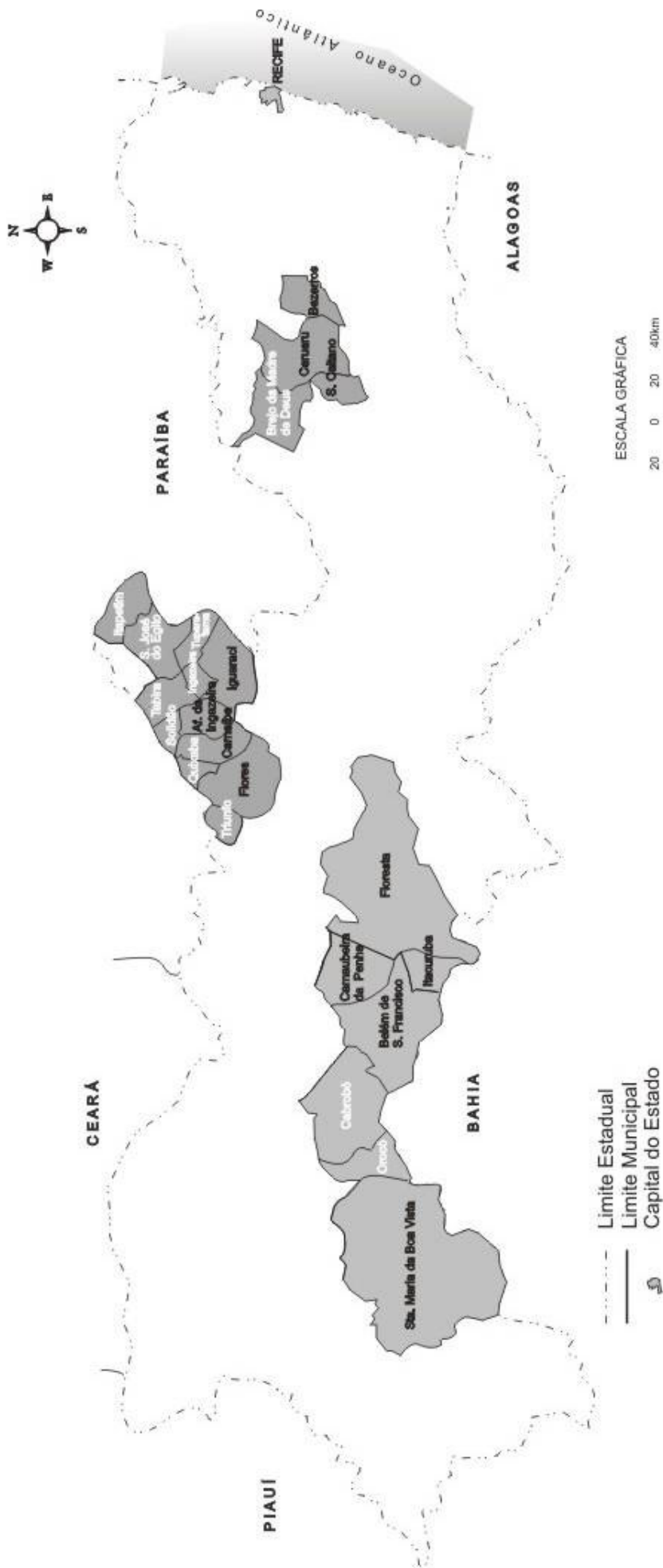
Recorte	Mesorregião	Microrregião	Município
<b>Caruaru</b>	Agreste Pernambucano	Vale do Ipojuca	Bezerros
			Brejo da M. de Deus*
			Caruaru
			São Caitano
<b>Pajeú</b>	Sertão Pernambucano	Pajeú	Afogados da Ingazeira
			Carnaíba
			Flores
			Iguaraci
			Ingazeira*
			Itapetim*
			Quixaba*
			Solidão*
<b>São Francisco</b>	São Francisco Pernambucano	Itaparica	Tabira*
			Triunfo*
			Tuparetama*
			Belém do S. Francisco
			Carnaubeira da Penha
			Floresta
			Itacuruba
		Petrolina	Cabrobó*
			Orocó*
			Sta. M. da Boa Vista

(\*) Municípios onde não houve aplicação de entrevistas, apenas observação direta da paisagem.

(Ver mapa 8 na próxima página)

Mapa 8

# MUNICÍPIOS ESTUDADOS NO SEMI-ÁRIDO PERNAMBUCANO



**Municípios** submetidos à observação direta da paisagem

**Municípios** onde foram realizadas as entrevistas

--- Limite Estadual  
 — Limite Municipal  
 🏛 Capital do Estado

ESCALA GRÁFICA  
 20 0 20 40km

FONTE: IBGE, 2001.  
 DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

### 3.3.1 Sertão ou não-sertão: o *Agreste de Caruaru* e o testemunho da “passagem”.

O trunfo representado pela escolha do entorno de Caruaru como campo de pesquisa deve-se, em grande parte, ao seu sítio e posição: a área situava-se ambigualmente entre a zona sertaneja propriamente dita (*semi-árido rústico e semi-árido acentuado*)<sup>165</sup>, a oeste e noroeste, e as terras úmidas, ao leste e no “sul” (zona canavieira da Mata Meridional, ao sul de Recife). Essa parte do agreste possui importante eixo natural leste-oeste, o vale do rio Ipojuca, acompanhado pela principal rota rodoviária ligando o litoral ao sertão (BR-232); além disso, a cidade de Caruaru localiza-se num cruzamento de rodovias federais, o que aumenta sua influência também no sentido norte-sul.

A integralidade do trecho selecionado insere-se, em relação à divisão territorial do IBGE (2001), na Microrregião Vale do Ipojuca, a qual integra a Mesorregião do Agreste Pernambucano. Além do fator de interposição ambiental entre litoral e sertão, essa região *moderadamente semi-árida*<sup>166</sup> do planalto da Borborema emergiu do ponto de vista geo-simbólico como um espaço marcado pela importância econômica, centralidade e elevada taxa de urbanização do município de Caruaru, com uma população de chegaria a 217.407 habitantes residentes em meio urbano no ano de 2001, perfazendo 85,72% do total (IBGE, 2001).

No recorte de 2.634,2 km<sup>2</sup> nomeado *Agreste de Caruaru*, incluindo os municípios de Bezerros, Brejo da Madre de Deus e São Caitano (*sic*), a taxa de urbanização atingiu na mesma ocasião a significativa marca de 80,82%, correspondendo a 309.185 habitantes, e superando a média pernambucana (76,51%). Outra característica marcante da ocupação do território é a densidade demográfica, que alcançou 145,2 hab/km<sup>2</sup> na mancha estudada, novamente destacando-se Caruaru com 271,8 hab/km<sup>2</sup>. Os dados colocam este último município dentre os 15 mais densamente povoados de Pernambuco, com taxa de crescimento anual de 2,05% ao ano entre 1991-2000. Nos

---

<sup>165</sup> De acordo com a classificação geral de Hargreaves (1974), modificada e atualizada por Andrade, M. (1999), Ab’Sáber (2003), dentre outros. Para um comentário acerca da metodologia de Hargreaves ver Ab’Sáber (*ibid.*, p.88-89).

<sup>166</sup> *Idem.*

dois casos os números são significativamente superiores ao nível estadual, que não passavam de 80,3 hab/km<sup>2</sup> e 1,22% ao ano respectivamente.

Do ponto de vista ambiental e de ocupação, consiste numa área de relevo geral elevado, cuja superfície possui nível altimétrico médio de 500 a 600m, apresentando serras que podem ultrapassar os 1000m, tais como a Serra dos Cavalos – Caruaru - e a Serra da Boa Vista em Brejo da Madre de Deus (ver mapa 9 – unidades geoambientais). Nessa área, o maciço da Borborema é dotado de índices pluviométricos da ordem de 600 a 1000mm anuais, ou seja, recebe chuvas mais abundantes e melhor distribuídas do que a maioria dos sertões secos, atingindo valores ainda mais expressivos nos *brejos de cimeira* ou “ilhas” de umidade nos topos das serras mais altas (AB’SÁBER, 2003, p.93, 97).

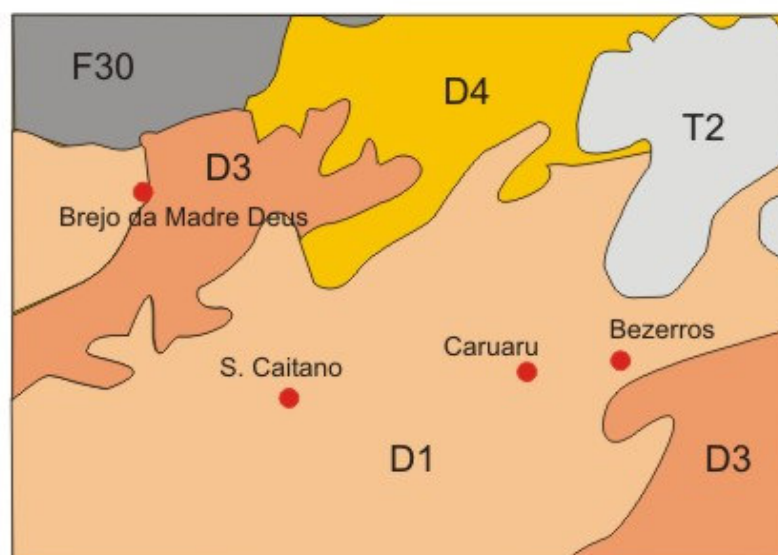
Isto permitiu, ao longo da história, uma ocupação mais densa e uma atividade agrícola mais intensa em contraste com aquelas praticadas nas depressões semi-áridas ou trechos esbatidos da Borborema (CALDAS LINS *et. al.*, 1996, p.15; ANDRADE, M., 1998, p.36). Entretanto, é preciso atentar para a existência de grandes variações em espaços relativamente próximos; assim, observa-se no sentido sul-norte a passagem de uma zona úmida de brejos (Serra dos Cavalos) para um ambiente sertanejo rústico (Caldeirão, Fazenda Nova). Quer dizer, como área de transição, o agreste “às vezes é bem característico em seus aspectos, mas em outras ocasiões pode ser confundido com a Mata em seus trechos mais úmidos e com o Sertão nos mais secos” (ANDRADE, M., *ibid.*, p.31).

Em função da variada exposição aos ventos alísios de sudeste, carregados de umidade, da altitude e das manchas de solo há, desse modo, variações biogeográficas importantes. Naquelas áreas a barlavento de alinhamentos de serras (favorecidas por precipitações orográficas) o grau de semi-aridez é nitidamente atenuado, não raro se constatando a presença de floresta perenifólia com elevada biodiversidade em lugar da caatinga caducifólia, como em Brejo dos Cavalos e na Serra Negra de Bezerros<sup>167</sup>. Nas zonas de sombra, isto é, ao abrigo das massas de ar que transportam a água, verifica-se o inverso.

---

<sup>167</sup> Conforme o Atlas da Biodiversidade de Pernambuco (2002), disponível em <[www.sectma.pe.gov.br](http://www.sectma.pe.gov.br)> (acessado em 06/09/2004).

## Mapa 9

**UNIDADES GEOAMBIENTAIS DO ENQUADRAMENTO AGRESTE**

## LEGENDA

- D1 - Planalto da Borborama - Superfícies entalhadas do cristalino
- D3 - Planalto da Borborama - Contrafortes da Borborema
- D4 - Planalto da Borborama - Superfícies aplainadas
- F30 - Depressão Sertaneja - Sertão dos Cariris Velhos
- T2 - Maciços Residuais - Serra Negra de Bezerros



## ESCALA GRÁFICA



FONTE: EMBRAPA, 1993 e CALDAS LINS et. al., 1996.  
(Com modificação de legendas)

DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

Ilustram esse fenômeno de acentuação local da semi-aridez todo o vale do Ipojuca, em cotas inferiores a 700m, o sudeste de São Caitano, a sotavento do Brejo dos Cavalos; e ainda as áreas deprimidas e aplainadas da metade norte de Brejo da Madre de Deus. No território em estudo, o terço noroeste de Caruaru, pertencente à bacia do Capibaribe, também é menos favorecido por esta combinação de fatores topoclimatológicos. Nos dois últimos municípios citados, observa-se uma transição marcada entre o agreste montanhoso moderadamente semi-árido e as caatingas rústicas parecidas com as do ambiente do Cariri Paraibano.

Não por acaso, os habitantes locais distinguem a porção norte-noroeste do recorte experimental como sendo “um cariri”, corruptela de “sertão seco” tomada de empréstimo da denominação do fronteiro sertão paraibano dos Cariris Velhos. O Cariri está situado imediatamente ao norte, possuindo relevo mais modesto e clima menos chuvoso que o Agreste, apesar de fazer parte do mesmo planalto. O município paraibano de Cabaceiras, por exemplo, situado a 388m de altitude entre Caruaru e Campina Grande, na área denominada por Aziz Ab’Sáber de “sertões rebaixados do Planalto da Borborema” (*Ibid.*, p.90), possui um dos menores índices pluviométricos do Brasil (264mm anuais), apesar de apresentar distribuição de chuvas menos irregular que em outras regiões sertanejas.

Que significados geo-simbólicos relacionam-se à região agrestina de Caruaru? Segundo as hipóteses do presente trabalho, a retórica de enunciação do enquadramento Agreste de Caruaru se apoiaria na metáfora de “sertão urbano”, figura carregada de sentido antitético a apontar o dinamismo de uma transformação essencial. Haveria mesmo, à primeira vista, uma aliança de idéias contraditórias estabelecendo uma caracterização não pertinente, típica de um oxímoro, uma vez que a relação semântica entre os dois termos é historicamente de oposição<sup>168</sup>.

Tratar-se-ia, portanto, de um *Sertão que se defronta ou fusiona com a civilização litorânea*: próximo, boa acessibilidade, pólo comercial, de serviços e de confecções (sulanca), zona turística que atrai milhares de visitantes durante os festejos juninos e as representações teatrais católicas da quaresma (encenação ao ar livre do drama da Paixão de Cristo em “Nova Jerusalém”, no distrito de Fazenda Nova, município de Brejo da

---

<sup>168</sup> Segundo o Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos (2003) o termo **sertanejo** reporta-se a interiorano, matuto, caipira, jeca, roceiro, rústico; possuindo como antônimos: costeiro, litorâneo, cidadão, **urbano**.

Madre de Deus, aproveitando-se o cenário “desértico”). Ao mesmo tempo, o discurso trágico da seca é aqui uma questão muito mais relacionada ao abastecimento d’água para as cidades do que um problema que atingiria de preferência, ou acima de tudo, o meio rural<sup>169</sup>.

O caráter anfibológico do sítio e da posição do Agreste de Caruaru mostrou-se traço proveitoso para a construção simbólica do que seria ou não sertão, uma vez que oscilava como espaço mais ou menos “árido” no imaginário coletivo. De acordo com Manuel Correia de Andrade, a paisagem agrestina possui um caráter intrinsecamente metonímico, ao repertoriar a diversidade regional em um espaço restrito: “o que caracteriza o Agreste é a diversidade de paisagens que ele oferece em curtas distâncias, funcionando quase como uma miniatura do Nordeste, com suas áreas muito secas e muito úmidas” (ANDRADE, M., *op. cit.*, p.32).

Percepção similar compartilham os agrestinos, que se servem com frequência de comparações com os espaços sertanejos e litorâneos a fim de definir a variabilidade local. E por fim, mas não menos importante, para muitos pernambucanos do litoral a Paixão de Cristo<sup>170</sup> representada no “sertão” de Fazenda Nova constitui um dos primeiros contatos diretos com a natureza semi-árida do interior, tão diferente das terras sempre verdes da fachada atlântica. A recente duplicação e modernização da rodovia federal BR-323 somente fez aumentar este “complexo contraditorial” de uma terra agreste encravada entre dois universos eco-simbólicos.

Trata-se ainda de um espaço que vem sofrendo forte impacto da “urbanização do meio rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1996; 1997), que ao lado das atividades tradicionais testemunha o surgimento de chácaras de fim de semana, empreendimentos de esporte, lazer e comércio, loteamentos periféricos, especulação imobiliária e perda relativa de importância da produção agrícola. Portanto, o setor doravante chamado de Agreste, seção da Microrregião Vale do Ipojuca que inclui para efeito experimental da pesquisa Bezerros, Brejo da Madre de Deus e São Caitano, representaria um “sertão” em urbanização e modernização, fazendo face aos sentimentos paradoxais daí decorrentes.

---

<sup>169</sup> Como se constata, por exemplo, através da leitura do principal jornal caruaruense: “Falta d’água pode ter fim em Caruaru”, *A Vanguarda* (1999).

<sup>170</sup> O espetáculo conta com a participação “ativa” do cenário natural da caatinga.

Pode-se tomar este recorte, afora o que já foi dito, como estando sob marcada influência da Região Metropolitana do Recife, uma vez que além da proximidade, da ordem de apenas 100km, possui fácil e rápido acesso. Em 2000, o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) de Caruaru era de 0,713, o que lhe posicionava em relação ao total de 185 municípios pernambucanos dentre os 15 melhores classificados. Aproximava-se, portanto, do padrão da aglomeração recifense (o índice da capital perfazia 0,797) na pesquisa realizada com base nos dados do Censo de 2000<sup>171</sup>.

Enquanto Recife ocupava a primeira posição, Caruaru estava em 13º lugar; quer dizer, excetuando-se alguns municípios da Região Metropolitana<sup>172</sup>, este se encontrava dentre os cinco mais bem posicionados do interior (atrás apenas do distrito estadual de Fernando de Noronha e dos municípios de Petrolina, situado no São Francisco Pernambucano, Carpina, na Mata Pernambucana e Triunfo, no Sertão Pernambucano)<sup>173</sup>.

Os demais municípios do enquadramento do Agreste também possuíam médio IDH-M, porém em níveis bem inferiores ao da sua localidade principal: assim, o índice de Bezerros atingiu 0,619, colocando-o em situação intermediária face à realidade pernambucana, enquanto Brejo da Madre de Deus (0,579) e São Caitano (0,580) estavam em situação ruim no quadro estadual, ocupando somente as 149ª e 151ª posições dentre as 185 municipalidades (ver tabela 4 e mapas 12, 15 e 18 mais à frente).

Quer dizer, para a totalidade dos municípios estudados nos três enquadramentos, o Agreste apresentava apenas Caruaru em boa colocação, Bezerros em situação mediana e os outros dois em situação ruim, deixando transparecer os contrastes, desigualdades e concentração do desenvolvimento no meio urbano caruaruense. Porém, o “sertão” agrestino envolveria muito mais municípios vizinhos, inclusive os pólos de confecção

---

<sup>171</sup> Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003) para a descrição da metodologia de cálculo a partir dos indicadores de longevidade, educação e renda. Segundo a classificação da ONU, as regiões que possuem IDH entre 0,0 e menos de 0,5 são consideradas de baixo desenvolvimento humano; entre 0,5 e 0,8 de médio desenvolvimento humano e aquelas com índice superior a 0,8 como sendo de alto desenvolvimento humano. No ano 2000 o índice do Brasil era de 0,766 e o de Pernambuco 0,705, o melhor dentre os estados nordestinos, ao lado do Rio Grande do Norte. O Maranhão, com 0,636, e Alagoas, com 0,649, apresentavam as piores classificações do Nordeste e do Brasil. Ressalte-se que todos os Estados da região possuíam os menores índices de desenvolvimento humano do país.

<sup>172</sup> Paulista, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Itamaracá, Abreu e Lima e Igarassu.

<sup>173</sup> Ainda como referência, ressalte-se que Manari, a municipalidade pernambucana com pior índice de desenvolvimento humano (0,467), situava-se no Sertão Pernambucano, Microrregião Sertão do Moxotó.



de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, cujos laços históricos e econômicos com a feira de Caruaru são notórios. O recorte, mais uma vez, recorre a um expediente de exemplaridade.

### 3.3.2 O Pajeú e o gênio *pajeuzeiro*

O segundo terreno de estudo foi batizado de “Sertão de Afogados da Ingazeira” ou “Pajeú de Afogados da Ingazeira”, englobando o município que empresta seu nome e mais Flores, Carnaíba e Igaraci. Corresponde a um corte da ordem de 2.558,5 km<sup>2</sup> incrustado na Microrregião do Pajeú, integrante da Mesorregião do Sertão Pernambucano (IBGE, 2001). Refere-se, assim, a um trecho da vasta superfície intermontana que conforma a bacia superior do rio Pajeú, entre o município de Flores, a montante de Serra Talhada, e o arco de serras integrantes dos prolongamentos ocidentais da Borborema, fronteira natural entre Pernambuco e Paraíba.

Semelhante característica de seu sítio, encravado entre montanhas e com altitude próxima dos 500m, contribui para individualizar a área perante as imensas terras baixas e aplainadas da depressão semi-árida propriamente dita. O conjunto “Pajeú”, de Flores a São José do Egito e Itapetim, revelou-se um espaço tão coeso e solidário em suas características geográficas e referências simbólicas que não seria exagero afirmar que, dentre as áreas em estudo, esta foi a que mais se aproximou da conotação de um território homogêneo. Não obstante, mostrou-se possível concentrar a investigação num trecho *core*, o Pajeú de Afogados da Ingazeira. Assim, foi escolhido um segmento nesse vale sertanejo integrante da bacia do São Francisco e que dista cerca de 300km do Recife, tendo como pivô o município acima mencionado, um sub-centro regional de grande importância política e econômica.

O sertão afogadense apresenta altitude média entre 450 e 550m, sendo cercado por serranias que, em sua porção sudoeste, chegam a atingir mais de 1.100m, como no caso da serra da Baixa Verde, onde está situado o brejo de Triunfo (ver mapa 10). No noroeste, fronteira entre Pernambuco e Paraíba, há um conjunto de alinhamentos serranos menos

elevados, de altitudes entre 850 e 950m, onde ocorre um tipo de caatinga arbórea ou floresta estacional montana, representando um conjunto florístico distinto da depressão sertaneja e da mata perenifólia de brejo e, por isso mesmo, de elevada importância biológica<sup>174</sup>.

O recorte experimental conta ainda com remanescentes de chapadas areníticas, bastante dissecados, que se elevam ao sul de Afogados a mais de 850m, a exemplo dos relevos residuais localmente denominados de Serra da Carapuça, Serra da Mata Grande e Serra do Sabá, que dividem a bacia do Pajeú e do Moxotó, entre o campo de estudo e os municípios de Custódia e Sertânia. Também aí a caatinga apresenta marcada diversidade florística e fisionômica em relação às áreas “de ribeira”.

Revela-se o vale do Pajeú enquanto um espaço *semi-árido rústico*<sup>175</sup>, com índice pluviométrico oscilando em torno de 600mm, chuvas de verão-outono concentradas de fevereiro a abril e temperatura média de 27°C. Trata-se, por estas características, de um trecho do semi-árido ambientalmente intermediário entre os agrestes montanhosos e a depressão sertaneja. As áreas próximas a 800m de altitude, principalmente, podem ser consideradas “agrestadas”. Com efeito, o enquadramento foi escolhido também por apresentar características ecológicas interpostas entre os dois outros campos experimentais.

Destaca-se Afogados da Ingazeira pela sua posição estratégica de nó de uma rede de cidades e estradas, e como centro de gravidade de um sertão reverenciado como o espaço da cultura tradicional, muito ligado ao imaginário de um rio que, mesmo sendo intermitente, ocupa posição proeminente na vida dos sertanejos ali residentes. A própria cidade situa-se às margens do rio Pajeú, e nas cercanias do perímetro urbano encontra-se um dos açudes mais importantes desta região, formado pela barragem de Brotas.

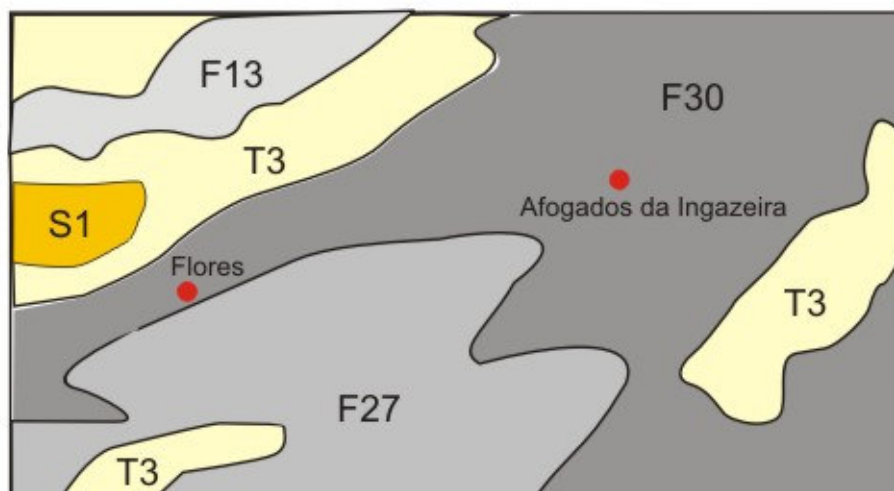
É este o cenário de um sertão quase místico, da pequena produção agrícola, dos cantadores, violeiros e artistas da terra – filhos de um torrão onde a propriedade do solo seria mais democrática do que em outras áreas sertanejas, a densidade demográfica sendo revelada pela sucessão de pequenas cidades ao longo do rio principal e de seus afluentes.

---

<sup>174</sup> Conforme o Atlas da Biodiversidade de Pernambuco (2002).

<sup>175</sup> AB'SÁBER, *op. cit.*, p.88-89.

## Mapa 10

**UNIDADES GEOAMBIENTAIS DO ENQUADRAMENTO PAJEÚ**

## Legenda

- F13 - Depressão Sertaneja - Relevos dissecados
- F27 - Depressão Sertaneja - Áreas sedimentares
- F30 - Depressão Sertaneja - Sertões do Alto Pajeú
- S1 - Maciços Residuais e Serras altas - Triunfo
- T3 - Maciços Residuais e Serras baixas dissecadas



ESCALA GRÁFICA

0      20      40km



FONTE: EMBRAPA, 1993 e CALDAS LINS et. al., 1996.  
(Com modificação de legendas)

DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

Todavia, a diferença de ocupação em relação ao Agreste já se mostra expressiva, pois numa superfície bastante similar observava-se que o Pajeú possui apenas 1/4 da população do primeiro recorte – 82.927 habitantes (IBGE, 2001). Deste modo, o conjunto formado pelos quatro municípios considerados apresenta somente 32,4 habitantes por quilômetro quadrado, com diferença marcante entre o mais densamente povoado (Afogados da Ingazeira, com 85,3 hab/km<sup>2</sup>) e o menos (Iguaraci, com 14,8 hab/km<sup>2</sup>)<sup>176</sup>. Quanto ao grau de urbanização, observa-se aqui uma taxa de 52,04%, e nem mesmo o mais urbano dos municípios, Afogados da Ingazeira (70,31%), atinge o índice agrestino; além do que a sua população urbana (23.149 habitantes) representa somente 10% da população residente em meio urbano em Caruaru.

Duas subáreas que a princípio estariam aptas a serem aí aglutinadas mostraram-se de fato singulares em seus tratos geográficos e na concepção dos pajeuzenses entrevistados, a saber: a serra da Baixa Verde e os arredores de Serra Talhada. O caso da serra da Baixa Verde (municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde) revelou características ecológicas e agrárias à parte, como sói acontecer nos brejos de altitude. Na decisão de excluir esta área do recorte foi levado em consideração que, ao contrário das terras agrestinas, onde a ocorrência de serras úmidas é mais banal, no espaço sertanejo este fato adquire marcado caráter de excepcionalidade. O fenômeno dos brejos de altitude, quando registrado em pleno sertão, provoca efeitos muito mais marcantes que em terras agrestinas, inclusive do ponto de vista ecológico, cultural e paisagístico (VASCONCELOS SOBRINHO, *op. cit.*, p.80-81). Como afirma Manoel Correia de Andrade:

As regiões serranas formam blocos esparsos dentro do conjunto sertanejo. Sua superfície deve representar modesta parcela da extensão regional, mas sua importância é grande por funcionarem como concentradoras de população e como centros de produção agrícola [...] Quem, em Pernambuco, viaja de Flores, nas margens do Rio Pajeú, para Triunfo, no cimo da Serra da Baixa Verde, fica impressionado não só pelo contraste de vegetação, como também pela dilapidação intensa, por parte do homem, dos solos da área úmida (ANDRADE, M., *op. cit.*, p.42-43).

---

<sup>176</sup> Mesmo em relação à microrregião oficial, Afogados da Ingazeira é um dos municípios de maior densidade demográfica, ficando atrás apenas de Santa Cruz da Baixa Verde e Brejinho, dois pequenos municípios situados em brejos de altitude. Serra Talhada, o mais populoso e mais extenso da Microrregião Pajeú (2.965,3 km<sup>2</sup>), possui 70.912 habitantes, densidade demográfica de 23,9 hab/km<sup>2</sup> e taxa de urbanização de 69,95%.

Não obstante a reduzida extensão dos municípios aí situados (273,4 km<sup>2</sup>), essa ilha de verdura e frescor no topo da serra é densamente povoada em comparação com os sertões secos. O brejo de Triunfo ou da serra da Baixa Verde tem 26.028 habitantes<sup>177</sup>, quer dizer, 95,34 hab/km<sup>2</sup>, sendo explorado até com plantios exigentes em água, como cana-de-açúcar e café, destacando-se enquanto uma subárea à parte, um espaço cognitivamente singular, inclusive. Não que inexistam relações com o entorno, pois ele está ligado econômica e administrativamente às terras baixas recobertas de caatingas, onde predomina a pecuária, mas o universo imaginário é outro. O brejo de Triunfo foi então tratado nesta pesquisa à guisa de limiar referencial do semi-árido típico imaginado pelos habitantes do vale do Pajeú. Tal fenômeno de singularização paisagística e interdependência econômica dos brejos de cimeira face aos espaços circundantes é amplamente conhecido e debatido na geografia<sup>178</sup>.

Por outro lado, a circunvizinhança de Serra Talhada (o município em questão e mais Calumbi) também permaneceu como um subconjunto à parte, a princípio por ter sido considerada uma região dominada por uma “cidade grande” de quase 50.000 habitantes, centrada no principal eixo rodoviário leste-oeste de Pernambuco (a rodovia BR-232). Paisagisticamente, a ruptura é muito mais sutil do que no caso anterior, perdendo-se aqui a sensação de “útero” conferida pelo vale médio-superior do Pajeú, cercado de serras e caatingas arbóreas. À parte o espaço urbano, abre-se à visão um sertão mais vasto, mais esbatido, aplainado e desértico, domínio de grandes fazendas mergulhadas na imensidão de caatingas bravas e arbustivas, quer dizer, já com as peculiaridades da depressão sertaneja propriamente dita. O município de Serra Talhada perfaz, sozinho, uma área 16% superior à do total do recorte Pajeú, apresentando baixa densidade demográfica (23,9 hab/km<sup>2</sup>). Em decorrência da sua posição e das especificidades geográficas, como extensa área de pediplano acentuadamente semi-árido, este espaço emergiu como “exterior” ao Sertão de Afogados da Ingazeira, apesar de também manter ligações lendárias com o rio Pajeú.

De qualquer maneira, as nuances trazidas pelos desvios acima descritos permitiram especificar a singularidade da instituição simbólica do enquadramento em

---

<sup>177</sup> Todos os dados demográficos referem-se ao Censo 2000, IBGE.

<sup>178</sup> Para uma caracterização e diferenciação da dinâmica geográfica encetada pelos brejos de altitude consulte-se: Andrade, G. (1945), Andrade, G. e Caldas Lins (1964; 1971), Andrade, M. e Melo (1960); Vasconcelos Sobrinho (1971), Melo (1988); Caldas Lins (1989); Graboys, Maciel e Silva (1992), dentre outros.

questão, trazendo produtivas reflexões sobre as inter-relações entre as diferentes peças do mosaico sertanejo. Para efeito de operacionalização da investigação de campo foram então concentradas as observações e entrevistas nos municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Flores e Igaraci, enquanto naquelas municipalidades adjacentes à subdivisão empírica do Pajeú foram realizadas apenas observações diretas da paisagem e entrevistas exploratórias, procedimento adotado também para o alto vale do Pajeú, até os confins com a Paraíba.

Do ponto de vista da lógica da pequena produção rural, esta zona revelou possuir como caráter marcante o que se pode denominar, *grosso modo*, de ética camponesa – uma relação moral entre produção e consumo que tem no roçado seu lugar simbólico, à maneira do que foi constatado por Ellen e Klaas Woortmann no agreste e sertão de Sergipe: “Há um grande esforço no sentido de minimizar relações com a feira na esfera do consumo. [...] A produção possui, além de um significado econômico, também um significado ético, que se refere a todos os produtos cultivados” (WOORTMANN e WOORTMANN, *op. cit.*, p.84). Semelhante valoração ficou evidente na definição da ética “pajeuzeira”, isto é, dos pequenos produtores do Pajeú, tanto na fala dos próprios agricultores quanto na de técnicos agrícolas. Estes últimos ressaltam a posição dos primeiros quanto ao auto-consumo como uma “questão de honra” fortemente arraigada na cultura local, assim como o é a propriedade de uma junta de bois para trabalhar o terreno. A avaliação de um agrônomo originário do sertão cearense, mas com longa experiência de atuação local, resume ironicamente o “caráter do *pajeuzeiro*”:

Eles se sentem muito felizes de serem do Pajeú, usam até um termo, *pajeuzeiros*. Para eles, ser *pajeuzeiro* é a sétima maravilha do mundo; eles têm um apego muito grande à região. Eles são agricultores e se sentem agricultores quando eles têm uma roça, quando eles plantam, quando eles fazem um roçado. Fazer um roçado para eles não significa nem lucro, é muito mais a alimentação da família e o prazer de plantar e colher. A questão financeira, a venda da produção, não é o fator mais importante. [...] Para mim, isso tem tudo a ver com o agricultor aqui ter terra, com o minifúndio [...] <sup>179</sup>.

Pessoas naturais dessa região são ditas comumente “do Pajeú”, pajeuenses ou pajeuzenses; já o termo “pajeuzeiro” é usado na maioria das vezes para enfatizar a identidade cultural e territorial, ou um estilo de vida próprio, incluindo o orgulho de ser do Pajeú. Abarca, portanto, desde uma conotação de origem, quanto uma qualidade

---

<sup>179</sup> Fonte: trabalho de campo em Afogados da Ingazeira, março de 2003.

específica de pessoas, lugares, atividades e atitudes. No geral, pode-se dizer que o sentido mais amplo de *pajezeiro* retrata o “gênio do lugar”, como se costumava dizer na geografia clássica. Este aspecto da identidade sertaneja será debatido na interpretação das metonímias geográficas.

Apesar de seu índice de desenvolvimento humano ser considerado médio<sup>180</sup>, Afogados da Ingazeira consumou-se do ponto de vista do imaginário geográfico enquanto um espaço fortemente idealizado, onde humildade encontrava rimas mais ricas que pobreza. No período 1991-2000 o IDH municipal cresceu quase 15%, passando de 0,596 em 1991 para 0,683 em 2000. Em relação aos 185 municípios do estado de Pernambuco, Afogados da Ingazeira estava situado em 30º lugar, ou seja, entre os 20% mais desenvolvidos.

Os outros municípios do recorte apresentaram índices nitidamente mais baixos, porém muito próximos entre si: Flores (0,613) e Igaraci (0,604) estão posicionados de forma intermediária no rol pernambucano, enquanto Carnaíba está em situação ruim (0,583), entre os 25% piores colocados. Mesmo assim, este recorte não corresponde socialmente ao quadro escatológico de um sertão indigente, miserável e arruinado; e muito menos às imagens surradas de uma zona sub-desértica e abandonada, a despeito do clima semi-árido e da ocorrência periódica de secas que acarretam dramas humanos incontestáveis. Durante a estiagem de 1997-99, a grande polêmica envolvendo a região concentrou-se na questão da legitimidade dos saques “organizados” por movimentos sociais, revelando a tônica dominante de uma população marcada por uma auto-imagem de luta em coletividade e do orgulho de pequenos proprietários “libertos” dos fazendeiros<sup>181</sup>. Este discurso ativo coexiste com a passividade do discurso da ajuda ou da necessidade.

O enquadramento Pajeú encarna, desta maneira, o papel de centro de referência de um *Sertão Romântico*, pleno de história, mais preservado em suas características culturais e baluarte de um *modus vivendi* freqüentemente sonhado para todo o semi-árido: pequena propriedade fundiária, sistema de pecuária semi-extensiva associada a lavouras alimentares para subsistência e comércio, organização dos trabalhadores rurais

---

<sup>180</sup> Todos os dados ainda conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

<sup>181</sup> Ver artigos “Agricultores ameaçam saquear feiras no Pajeú” e “Bispo volta a defender saques” no *Jornal do Commercio* de 05/01/99 e 26/08/99 respectivamente.

em sindicatos e associações atuantes, quer dizer, modelo ideal do sertanejo pequeno proprietário, consciente de seus direitos e necessidades, forte, lutador e corajoso.

Observa-se que a retórica predominante nos modos de descrever a região utiliza extensivamente a metonímia de um sertão se não bucólico, pelo menos camponês e pastoral, estabelecendo quadros de uma paisagem cultural profundamente implantada na rusticidade das condições ambientais. Esta tendência expressa-se em afirmações da originalidade regional e da adaptabilidade do homem sertanejo ao meio, como nas declarações que se seguem: “os sertanejos têm pleno conhecimento das potencialidades produtivas de cada espaço ou subespaço dos sertões secos. Vinculado a uma cultura de longa maturação, cada grupo humano do Polígono das Secas tem sua própria especialidade no pedaço em que trabalha” (AB’SÁBER, *op. cit.*, p.95). Ou então: “O sertão tem uma cultura regional própria, que é nossa, e não se encontra em nenhum outro lugar semelhante”<sup>182</sup>. Embora se referindo ao conjunto dos sertões, afirmativas desta ordem mostraram-se mais freqüentes e encontraram mais respaldo no enquadramento do Pajeú, inclusive por intermédio dos seus habitantes, quer se autodenominem de *pajeuzeiros* ou não.

### 3.3.3 São Francisco: sertão do agronegócio e encruzilhada do progresso

O terceiro cenário a emergir, ou seja, o Sertão do São Francisco de Floresta a Santa Maria da Boa Vista, viria corroborar a possibilidade de expansão do arquétipo da modernidade rural propalada pelo pólo de irrigação de Petrolina-Juazeiro. *Sertão do agronegócio*, numa visão de otimismo progressista, ou *Sertão “condenado” à civilização*, numa abordagem romântico-pessimista, mas que, como quer que seja, concretizaria a utopia euclidiana de vitória do homem sobre a natureza através da umidificação das zonas de caatinga propícias à agricultura intensiva.

---

<sup>182</sup> Depoimento do geógrafo Orlando Valverde à equipe do vídeo-documentário “*No Sertão eu Vi*”, out. 1998.



Constatou-se que a equação simbólica exigia ali uma indagação atenta dos componentes do progresso técnico, da eficiência econômica e da integração global, por um lado, e das permanências de tratos culturais tradicionais do espaço semi-árido, de outro. Ao contrário do Agreste, e mesmo do Pajeú, esse *semi-árido acentuado a sub-desértico*<sup>183</sup>, integrante da depressão sertaneja, não se desvanece de seu lado bravo, rude e inóspito, uma vez que as pastagens nativas de caatingas continuam vastas, indóceis e de difícil acesso. Elas recobrem, mesmo que com sinais de degradação e desertificação, a grande maioria de seu território, que é apenas pontilhado pelos terrenos destinados à agricultura de “sequeiro”<sup>184</sup> e cultura de vazantes.

Para a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) essa área faz parte da região-programa do Submédio São Francisco<sup>185</sup>, abrangendo as terras da bacia do São Francisco entre Remanso a Paulo Afonso/ Bahia. A companhia inclui na região-programa várias sub-bacias hidrográficas, inclusive a do rio Pajeú, em sua totalidade. O vasto conjunto caracteriza-se por uma topografia ondulada, com vales muito abertos, sobressaindo-se formas abauladas esculpidas em rochas graníticas e gnáissicas e tabuleiros entalhados. A precipitação média anual supera os 400mm na região próxima à calha do São Francisco, entre Juazeiro/Petrolina e Petrolândia, ao sul, e a máxima pode ser maior que 800mm, nas serras divisórias entre Pernambuco, Ceará e Paraíba, ao norte.

Ao lado de um curto período chuvoso, concentrado no verão, observa-se grande irregularidade temporal e espacial de precipitações. O clima é, portanto, tipicamente semi-árido, apresentando temperatura média anual de 27 °C, e evaporação da ordem de 3.000 mm anuais, donde o predomínio das formas mais ásperas e ressequidas de caatingas, ditas hiperxerófilas. O aspecto desolado da vegetação pode ser acentuado por uma combinação de fatores, tais como solos rasos e empedrados, sobrepastoreio, desmatamentos, queimadas e exploração da caatinga para madeira e carvão, havendo a

---

<sup>183</sup> AB'SÁBER, *op. cit.*, p.88-89.

<sup>184</sup> Áreas de agricultura onde se aproveitam apenas as águas das chuvas, em oposição aos terrenos de “vazante” e “lameiros” (várzeas úmidas, margens de rios, riachos ou reservatórios) e terrenos irrigados.

<sup>185</sup> Conferir CODEVASF – Vale do São Francisco/ Subdivisão do Vale/ Submédio São Francisco. Disponível em: <<http://www.valedosaofrancisco.com.br/OVale/SubdivisaodoVale-Submedio.asp>>. Acesso em: 26 jun. 2004.

existência de um processo de *desertificação*<sup>186</sup> em algumas áreas mais agredidas, inclusive por conta do mau uso de técnicas de irrigação.

Efetivamente, vastas porções de terra entre Floresta e Santa Maria da Boa Vista apresentam um processo de degradação acentuado, como é o caso de Belém do São Francisco e Itacuruba. Registra-se aqui uma das áreas de caatinga mais secas e desérticas em termos de composição florística e de fisionomia – pobreza de espécies, porte reduzido e grandes áreas de solo desnudo<sup>187</sup>. Dárdano de Andrade-Lima afirma sobre as caatingas arbustivas das áreas mais secas do vale do São Francisco que é difícil assegurar em que situações elas são formações naturais ou induzidas pela ação humana, desenvolvendo-se em terras abandonadas pela agricultura (ANDRADE-LIMA, 1981).

Na depressão sertaneja, a diferença entre interflúvios desabitados e incultos, e o adensamento da ocupação ao longo da rede hidrográfica é marcante. As lavouras irrigadas vão aos poucos expandindo seus domínios e sua presença na paisagem, notadamente nas cercanias do São Francisco, onde buscam os melhores solos. Entretanto, estas superfícies da modernidade técnica ainda representam uma porção restrita do espaço, a despeito de se poder afirmar que sua importância econômica e simbólica seja inversamente proporcional à percentagem de terras que ocupam.

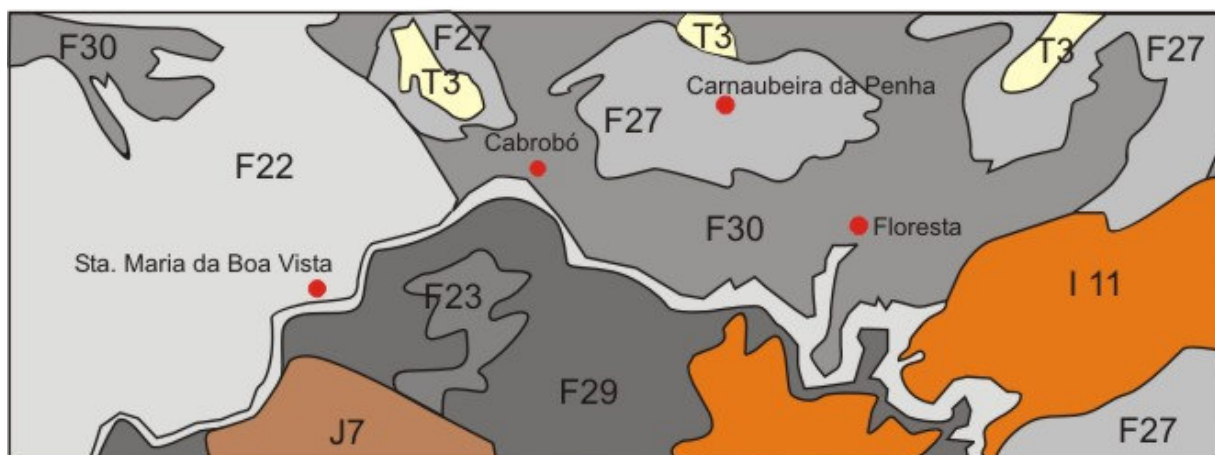
Não obstante o predomínio de características e atividades dos sertões secos, novas identidades vêm aflorando ao longo de toda a enorme área de exceção gerada, sobretudo, pelos perímetros irrigados e empreendimentos agropecuários privados e estatais. Estes se situam próximos às margens do rio São Francisco, bem como naqueles espaços direta e indiretamente afetados pela implantação de grandes barragens e usinas hidrelétricas, seja nos sertões de Pernambuco ou da Bahia. Algumas das novas identidades sertanejas podem ser opostas ou sobrepostas àquelas do conjunto de terras secas relacionadas na maioria das vezes com o arcaico, com o atraso e a baixa produtividade, fato acentuado pela intensa imigração de pessoas originárias de várias partes do país e que para aí acorrem em função do dinamismo econômico.

---

<sup>186</sup> *Desertificação*, segundo o conceito adotado pelas Nações Unidas, consiste na degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas. In: <<http://www.mma.gov.br/port/redesert> > (acesso em: 4 de setembro de 2004). O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal considera a zona entre Petrolândia e Petrolina (sob a denominação de “Núcleo Cabrobó”) como de alto risco de desertificação. Sobre as diferentes conceituações e debates epistemológicos em torno do tema ver Verdum *et. al.* (2002).

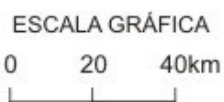
<sup>187</sup> Segundo o Atlas da Biodiversidade de Pernambuco (2002).

## Mapa 11

**UNIDADES GEOAMBIENTAIS DO ENQUADRAMENTO SÃO FRANCISCO**

## Legenda

- F22 - Depressão Sertaneja - Tabuleiros suavemente ondulados e cristais residuais
- F23 - Depressão Sertaneja - Superfícies pediplanadas do São Francisco
- F27 - Depressão Sertaneja - Superfícies sedimentares
- F29 - Depressão Sertaneja - Relevo suavemente ondulado e cascalhento
- F30 - Depressão Sertaneja - Sertão do São Francisco e Floresta
- I11 - Planaltos Sedimentares - Bacia do Jatobá
- J7 - Superfícies Cársticas - Platôs com depressões fechadas
- T3 - Maciços Residuais - Serras baixas



FONTE: EMBRAPA, 1993 e CALDAS LINS et. al., 1996.  
(Com modificação de legendas)

DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

Assim, Salete Cavalcanti observa que há uma singularidade nos processos de mudança social no vale do São Francisco, fruto principalmente da vinculação da fruticultura irrigada com os mercados globais:

Esta região diferencia-se dentro do semi-árido nordestino, não somente pela sua agricultura e relações de trabalho aí implementadas, com base no assalariamento e na agricultura familiar mas, também, pelas trajetórias dos que para lá acorreram e que findaram por influir nas formas do fazer e do viver de sua população (CAVALCANTI, 1999, p.127).

Contudo, as generalizações sobre esta área dinâmica mostram-se tão mais perigosas quanto maior é a extensão a que se referem, daí a necessidade de um corte revelador de como as contradições entre tradição e modernidade se expressariam em escala local. Havendo de partida a convicção da importância de desenvolver a análise no interior dos limites estaduais – postura tida como cognitiva e identitariamente relevante, conforme explicitado anteriormente – tratou-se de selecionar alguns municípios pernambucanos à borda ou próximos do rio, de modo que abarcassem tanto o pólo imagético do progresso quanto o do patrimônio cultural sertanejo.

Desta maneira, a faixa entre Floresta e Santa Maria da Boa Vista, perfazendo 12.141,2 km<sup>2</sup>, afigurou-se como um trecho da “ribeira do São Francisco” (ANDRADE, M., *op. cit.*, p.44) propício às finalidades da tese, representando em alguns de seus rincões um dos sertões mais secos e despovoados de Pernambuco. As menores densidades demográficas foram registradas em Floresta (6,7 hab/km<sup>2</sup>) e Itacuruba (8,4 hab/km<sup>2</sup>), enquanto as maiores não ultrapassaram 16,4 e 19,2 habitantes por quilômetro quadrado em Cabrobó e Orocó, respectivamente.

Para o conjunto deste enquadramento, o índice de povoamento mostrou-se sensivelmente abaixo dos recortes descritos anteriormente, chegando a somente 10,9 hab/km<sup>2</sup>, ou seja, 1/3 da densidade demográfica do Sertão de Afogados da Ingazeira e treze vezes menor que aquela do Agreste de Caruaru. O problema da escala, assim, teve de ser pensado relativamente à baixa ocupação do espaço agrário e às grandes distâncias que separam as cidades, povoados e fazendas sertanejas, onde as superfícies municipais são muito mais extensas que alhures. Com efeito, alguns municípios são-franciscanos, sozinhos, alcançavam a mesma magnitude territorial dos outros enquadramentos selecionados.

As municipalidades mais populosas em 2000 eram Santa Maria da Boa Vista, com 36.914 habitantes, alcançando 37,94% de urbanização; Cabrobó, cuja população total de 26.741 pessoas era 58,97% urbana, e Floresta, com 24.729 habitantes e grau de urbanização de 62,87%, vindo logo atrás Belém, com cerca de vinte mil habitantes e urbanização de 58,41%. O município menos populoso, por sua vez, era Itacuruba, com apenas 3.699 almas, em sua maioria residentes em meio urbano (88,12%), taxa anormalmente elevada e que se explica por ter sido esta cidade recriada após a inundação de Itacuruba Velha pelas águas do São Francisco (barragem de Itaparica), tendo havido a distribuição de casas concentradas em meio urbano para os agricultores atingidos. Se considerarmos o recorte inteiro, o índice geral de urbanização situa-se em 48,73%, quer dizer, trata-se do único dos “sertões” estudados cuja população ainda é predominantemente rural. Isto é ainda mais verdadeiro se fizermos abstração de Itacuruba (resultando em 47,61% de urbanização).

O subespaço identificado para a pesquisa pertence em seu conjunto à Mesorregião do São Francisco Pernambucano (IBGE, 2001); entretanto, a delimitação do recorte incorporou parte de suas duas microrregiões constituintes: desta maneira, Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Cabrobó integram a Microrregião de Petrolina, ao passo que Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta e Itacuruba são componentes da Microrregião de Itaparica. Estes últimos sofrem os impactos sócio-ambientais da construção da hidrelétrica de mesmo nome, o que tanto quanto a agricultura irrigada, mais presente no terço ocidental do enquadramento, é fonte de mudanças e conflitos no imaginário sertanejo. A porção leste da ribeira são-franciscana dista em torno de 400km de Recife, enquanto as áreas mais a oeste situam-se além dos 500km, com importantes diferenças quanto à acessibilidade (péssimo estado de conservação das estradas, malha secundária menos significativa e problemas de segurança restritivos à circulação).

O exemplo de Santa Maria da Boa Vista, uma zona de dinamismo agrícola mais recente e onde o rural é indubitavelmente superior ao urbano – metade do grau de urbanização de Petrolina, que era de 76,09% em 2000 – pareceu conveniente para ilustrar positivamente o *Sertão do agronegócio* e das novas potencialidades. A despeito da sua vinculação à imagem de progresso e dinamismo da agricultura irrigada (uva), Santa Maria possui índice de desenvolvimento humano similar ao de Afogados da

Ingazeira (0,669)<sup>188</sup> e sofre as conseqüências deletérias da violência associada à produção e tráfico de entorpecentes – tal como estudado por Hoefle e Bicalho (1999) entre Cabrobó e Belém do São Francisco. Além disso, apresenta vegetação natural de caatinga hiperxerófila de pequeno porte (arbustiva), situando-se numa das áreas mais secas de Pernambuco<sup>189</sup>, o que aumenta o interesse pelas mudanças imagéticas introduzidas pela modernização agrícola.

Assim, o município situado na extremidade ocidental do recorte escolhido mostrou-se representativo de idéias antitéticas face ao imaginário do sertão arcaico: possui decerto baixa densidade demográfica (12,3 hab/km<sup>2</sup>), mas entre 1991 e 2000 sua população cresceu a um ritmo três vezes superior em comparação à de Afogados da Ingazeira (3,55% ao ano, contra 1,23%), chegando a 36.914 habitantes e colocando o município adiante da média de crescimento populacional pernambucana, de 1,22%. Do ponto de vista dos entrevistados na fase exploratória de campo, Santa Maria da Boa Vista pertenceria ao pólo dinâmico da fruticultura irrigada, com forte destaque para a vitivinicultura, estando inserida numa dinâmica de desenvolvimento acelerado, geração de riqueza e inserção no mercado nacional e global, em tudo semelhante àquela do pólo Petrolina-Juazeiro. Ilustra bem, por conseguinte, a situação de ruptura com a imagem atrasada comumente associada ao Nordeste semi-árido:

Na realidade, as condições de implantação e de desenvolvimento da fruticultura irrigada resultam num ambiente produtivo pautado na inovação tecnológica e no capital, muito diferente daquele que a região tradicionalmente conheceu. São essas novas necessidades aliadas às condições particulares do clima tropical semi-árido que, acreditamos, formam eixos dinamizadores no território regional e criam condições para a produção de um novo imaginário regional e um novo discurso, cujos efeitos já se fazem sentir (CASTRO, 2000, p.48).

O expediente de deixar de lado Petrolina permitiu que a pesquisa se desenrolasse eminentemente do ponto de vista de lugares e sujeitos sociais assentados num meio ainda marcado pela ruralidade, tradição e modo de vida sertanejo, mas já submetido a mudanças consideráveis, possibilitando a revelação dos juízos e atitudes dos habitantes acerca do imaginário da modernização. Além do mais, a complexidade urbana,

---

<sup>188</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

<sup>189</sup> Atlas da Biodiversidade de Pernambuco, 2002.

agroindustrial e social do pólo Petrolina-Juazeiro exigiria um trabalho completamente à parte, sem que fosse possível a manutenção do critério do corte intra-estadual.

Por outro lado, a alternativa de tomar isoladamente o território petrolinense (extenso de 4.756,8km<sup>2</sup>), além de não corresponder empiricamente ao universo cognitivo da modernidade, que é muito mais amplo, também não estaria condizente com os procedimentos de delimitação das outras áreas de estudo. Ao sacrifício do uso da mesma escala nos três enquadramentos, optou-se, então, por um “colar” de municípios ribeirinhos<sup>190</sup> que seriam fortemente influenciados pelas atividades agrícolas irrigadas e pela geração de energia hidrelétrica, situados no intermédio entre Paulo Afonso (centro da produção e distribuição energética) e Petrolina (centro da agricultura irrigada), e sem que houvesse ofuscamento dos espaços de “sequeiro”.

Floresta e Itacuruba, municípios situados ao leste, na extremidade oposta do recorte experimental em relação à Santa Maria da Boa Vista, também fazem face ao São Francisco; porém, pertencendo do mesmo modo à bacia hidrográfica do Pajeú, apresentam, quanto ao Velho Chico, uma relação dúbia e bastante útil numa pesquisa sobre identidades e geo-símbolos. Floresta revelou características naturais e histórico-culturais marcantes, como por exemplo forte ligação com a “civilização do couro”, o criatório, as “pegas de boi no mato”, a “vida de vaqueiro” e todas as atividades correlacionadas com o uso extensivo das caatingas. A longa estação de estio, por exemplo, exigia a retirada dos rebanhos para as serras úmidas, como a do Arapuá (Carnaubeira da Penha), conforme registra Manuel Correia de Andrade:

[...] nas bacias dos afluentes do São Francisco, faz-se também esta migração sazonal; assim, o gado do baixo Pajeú, por exemplo, conforme os rigores da estiagem, é levado para as serras de Umã e Arapuá, ou para o alto curso deste rio, para Serra Talhada, onde os fazendeiros alugam cercados a fim de não só disporem d’água, como também aproveitarem o restolho das culturas (ANDRADE, M., *op. cit.*, p.182-183).

Outros cursos d’água, como o riacho do Navio, constituíram fortes referências identitárias, sendo que a modernização agrícola não atingiu o grau de evidência equiparável aos municípios mais a oeste. O sítio e a posição da sede municipal florestense, às margens do Pajeú e distante cerca de 30km do leito do São Francisco,

---

<sup>190</sup> Exceção feita à Carnaubeira da Penha, município sem acesso ao São Francisco, mas muito ligado à Floresta, do qual se emancipou somente há pouco mais de dez anos (precisamente em 1993).

revela o ancestral direcionamento da sociedade em direção à penetração das caatingas ao norte do grande rio, estando a um só tempo em ponto de fácil acesso e recolhido daquele eixo fluvial.

Tanto Floresta quanto Itacuruba e Belém do São Francisco possuem vastas extensões de terra recobertas por uma caatinga hiperxerófila esparsa, que se desenvolve em solos rasos e pedregosos, quase desprovidos de matéria orgânica, alcançando as margens do lago da barragem de Itaparica. São áreas de pediplano erodido em função do nível do São Francisco, de altitude próxima a 300m, com alguns relevos residuais importantes. Ao norte destaca-se a aludida Serra do Arapuá (mais de 800m), no município de Carnaubeira da Penha, e a leste a Serra Negra de Floresta (1.036m), onde uma área de proteção ambiental contribui para tornar a feição desta serra fresca um caso à parte dentre os brejos pernambucanos.

A Serra do Arapuá é um caso de área “abrejada” onde a agricultura diversificada (fruteiras, mandioca) assume destaque face à pecuária, enquanto a Serra Negra conta com a peculiaridade de que boa parte de sua mancha úmida é protegida por lei<sup>191</sup>, por ser área de refúgio do bioma de floresta serrana.

Entretanto, o cultivo das serras frescas de Carnaubeira da Penha não é suficiente para conferir ao município um perfil demográfico de brejo, tendo em vista a exigüidade dos terrenos abrejados em comparação com as caatingas secas da ribeira, o que resulta num índice de povoamento dentro dos padrões sertanejos (10,4 hab/km<sup>2</sup>), se bem que superior ao de Floresta. No conjunto considerado, Cabrobó e Orocó são os municípios que apresentam as mais elevadas densidades de população, atingindo respectivamente 16,4 e 19,2 hab/km<sup>2</sup>; mas diga-se de passagem que Orocó é um enclave de 562km<sup>2</sup> entre o São Francisco e o rio Brígida, portanto mais favorecido em termos de acesso à água e a solos de vazante.

A transição para uma agricultura moderna revelava-se mais clara a partir de Belém do São Francisco, uma cidade estrategicamente posicionada face às ilhas extensas e férteis do São Francisco. Apesar dos problemas gerados com a inundação de muitas áreas agrícolas nestas ilhas e nas margens do rio, após a formação do lago de Itaparica, em 1987, o município é também favorecido pela qualidade dos solos ribeirinhos. Esta situação repete-se e amplia-se a partir de Cabrobó, onde a cultura da

---

<sup>191</sup> Trata-se da Reserva Biológica de Serra Negra, criada pelo decreto nº 87.591, de 20 de setembro de 1982 Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 08 de setembro de 2004.



cebola constituiu, juntamente com Belém, um dos setores pioneiros em termos de irrigação, antecedendo a fruticultura (ANDRADE, M., op. cit., p. 45). Não é por acaso, portanto, que o núcleo de desertificação mais importante do estado se chame “Cabrobó”, chamando atenção para os problemas decorrentes da intensificação do uso do solo em zonas semi-áridas.

A porção oriental do recorte, por ter uma herança cultural muito decantada pelos seus habitantes, cujas afinidades eletivas com a “civilização do couro” e a psicologia do vaqueiro são sempre evocadas, emergiu como um território que encara a modernização com uma mistura de fatalismo e orgulho saudoso do torrão natal. Daí possibilidade de correlacionar estes sentimentos com a máxima do “Sertão condenado à civilização”, alcunhada por Euclides da Cunha há mais de cem anos e que pode ser pressentida nas palavras do vaqueiro e artesão que abriram este capítulo (releia-se a epígrafe).

É mister assumir que dentre os três recortes selecionados, o do São Francisco é o que talvez apresente a menor homogeneidade cultural e paisagística, constituindo-se em setor instituído um tanto quanto arbitrariamente pelas necessidades da pesquisa, antes que circunscrito a partir de evidências apresentadas pelos atores locais ou pelas técnicas de regionalização empregadas. A grande extensão da área de sequeiro foi compensada pela rarefação do habitat rural. Desta maneira, foram realizadas entrevistas sistemáticas e observações diretas somente em Santa Maria da Boa Vista, Floresta, Belém do São Francisco, Itacuruba e Carnaubeira da Penha. Já em Cabrobó e Orocó efetuaram-se apenas entrevistas exploratórias e observação direta da paisagem.

A inclusão de Carnaubeira da Penha, por exemplo, seria criticável, pois além do município não fazer face ao São Francisco, é marcado pela Serra do Arapuá, com diferenciações geográficas e étnicas. Além do aludido fenômeno de aí ocorrer um “agrestamento” das condições naturais, acrescente-se uma comunidade indígena Atikum e uma população negra importante (remanescentes de quilombos). Porém, ao contrário do que ocorreu com o brejo de Triunfo, no caso do Pajeú, Carnaubeira sempre foi referido enquanto integrante do contexto florestense, fato reforçado, além dos fluxos de várias ordens, por ter sido desmembrado há pouco tempo dessa municipalidade.

Tanto Carnaubeira da Penha quanto Floresta apresentam algumas áreas de relevo elevado e ocupação diferenciada, destacando-se da depressão sertaneja dominante e do vale do São Francisco, o que lhes conferiria uma identidade comum. Por fim, as

relações das populações das serras com as explorações agrícolas ribeirinhas revelaram-se muito intensas e freqüentes, abrindo a possibilidade de se pensar estes espaços como um conjunto.

Quanto ao desenvolvimento humano, constata-se que Carnaubeira da Penha é, no enquadramento São Francisco, a municipalidade que se coloca em situação mais precária (IDH de 0,537), representando um dos dez municípios pernambucanos com pior índice, enquanto Floresta é o município melhor classificado (IDH de 0,698), ocupando a 20ª posição entre os cento e oitenta e cinco municípios do estado. Quer dizer, mesmo que todas as unidades administrativas do recorte sejam consideradas de médio desenvolvimento humano, Carnaubeira destaca-se negativamente.

Verifica-se aqui uma homogeneidade maior em relação aos outros recortes, pois os demais municípios são-franciscanos estão em boa situação quanto à Pernambuco. Porém, o espaço relacionado com freqüência à modernidade técnica, Santa Maria da Boa Vista, está somente em 4º lugar dentre o conjunto do enquadramento, empatado com Belém do São Francisco (ambos com IDH de 0,669), ocupando a 36ª colocação estadual. Comparando a evolução 1991-2000, observa-se que o índice de desenvolvimento humano de Santa Maria evoluiu 13,97% no período, enquanto no caso de Belém este crescimento foi ainda mais importante, de 15,94%.<sup>192</sup>

Os municípios que mais melhoraram seus desempenhos foram Cabrobó e Orocó, com crescimento de 18,3% e 16,6% do IDH entre 1991-2000. A riqueza e a infraestrutura geradas pela modernização agrícola certamente estão relacionadas a esses incrementos de qualidade de vida.

Enfim, a inclusão de uma faixa ao longo do grande rio deixando propositalmente de lado o núcleo agroindustrial mais dinâmico deveu-se tanto à curiosidade de analisar as possibilidades de expansão do imaginário da modernidade irradiado de Petrolina, já tornado tão banal, quanto à existência de diferenças significativas em relação ao modelo mítico do “eldorado sertanejo da irrigação”. Quando se observa o Sertão do São Francisco não apenas comprimindo o olhar para o interior de algumas empresas rurais e perímetros irrigados bem sucedidos e sim numa perspectiva de conjunto, as contradições, contrastes e tensões do deslizamento identitário entre “sertão moderno” e “sertão tradicional” afloram com mais clareza.

---

<sup>192</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Poder-se-ia retrucar que, pela própria extensão e diversidade ambiental de municípios como Petrolina, Santa Maria ou Lagoa Grande, seria suficiente que se tomasse um deles como terreno de investigação e comparação do imaginário do sequeiro e da irrigação; mas esta metodologia, como vimos, dificultaria a avaliação do alcance, aceitação e re-elaboração das metonímias positivas baseadas na modernidade agrícola no conjunto da área.

Como quer que seja, julgou-se factível mostrar através destas escolhas estratégicas um pouco da multiplicidade de paisagens e processos que a tensão interior *versus* litoral tem obliterado, descobrindo possíveis direções dos novos discursos regionalistas fundados num imaginário geográfico e em procedimentos figurativos mais amplos do que os revelados até o presente. Quer dizer, encontrar-se-iam nos “sertões” do Agreste de Caruaru, Pajeú de Afogados da Ingazeira e São Francisco de Floresta a Santa Maria descrições de paisagens com força representativa de discursos diferenciados sobre o semi-árido, guardando potencial retórico fundamental para a compreensão dos sentimentos identitários calcados territorialmente tanto em elementos naturais quanto ideológicos.

Os dados relativos à densidade demográfica, grau de urbanização e índice de desenvolvimento humano dos municípios incluídos nos três recortes estão reunidos e apresentados na tabela 4 e nos mapas 12 a 20 nas páginas seguintes.

**Tabela 4**

Densidade demográfica, IDH-M e grau de urbanização nos municípios estudados (2000)

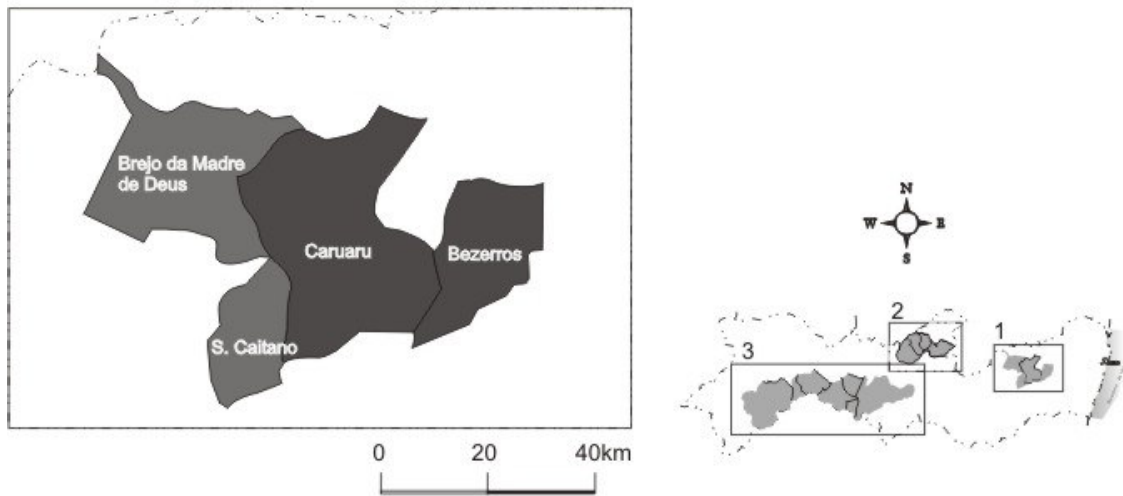
Enquadramentos e Municípios	Densidade demográfica, 2000 (hab/km <sup>2</sup> )	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000	População total, 2000	População urbana, 2000	Grau de urbanização (%)
<b>Agreste de Caruaru</b>					
Bezerros	105,2	0,619	57371	44566	77,68
Brejo da Madre de Deus	48,4	0,579	38109	24713	64,85
Caruaru	271,8	0,713	253634	217407	82,72
São Caitano	89,3	0,58	33426	22499	67,31
<b>Pajeú de Afogados da Ingazeira</b>					
Afogados da Ingazeira	85,3	0,683	32922	23149	70,31
Carnaíba	41,1	0,583	17696	6560	33,07
Flores	21,6	0,613	20823	8139	39,09
Iguaraci	14,8	0,604	11486	5308	46,21
<b>São Francisco de Santa Maria à Floresta</b>					
Belém de São Francisco	11	0,669	20208	11803	58,41
Cabrobó	16,4	0,677	26741	15769	58,97
Carnaubeira da Penha	10,4	0,537	10404	1122	10,78
Floresta	6,7	0,698	24729	15547	62,87
Itacuruba	8,4	0,684	3669	3233	88,12
Orocó	19,2	0,667	10825	3573	33,01
Santa Maria da Boa Vista	12,3	0,669	36914	14004	37,94

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003

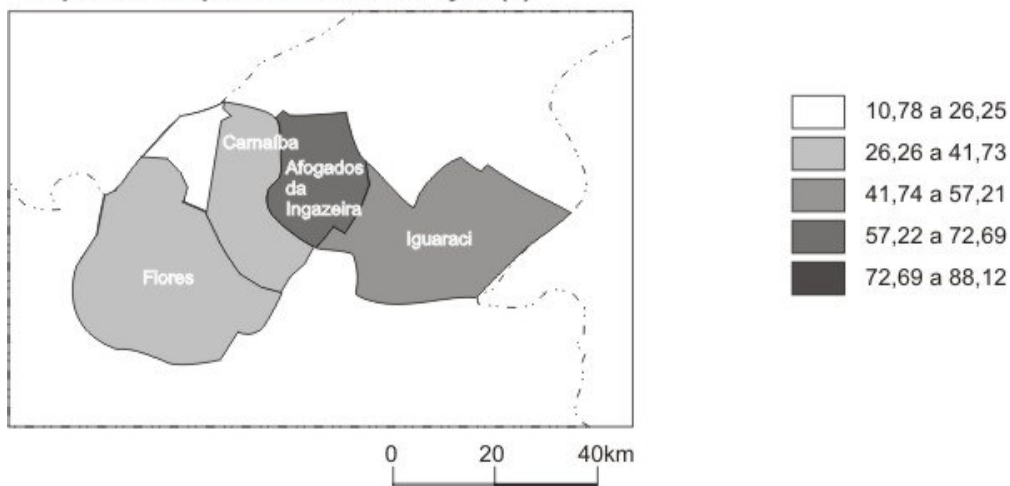
(Ver mapas nas próximas páginas)

## Grau de Urbanização em 2000 (%)

Mapa 12 - Enquadramento do Agreste (1)



Mapa 13 - Enquadramento do Pajeú (2)



Mapa 14 - Enquadramento do São Francisco (3)

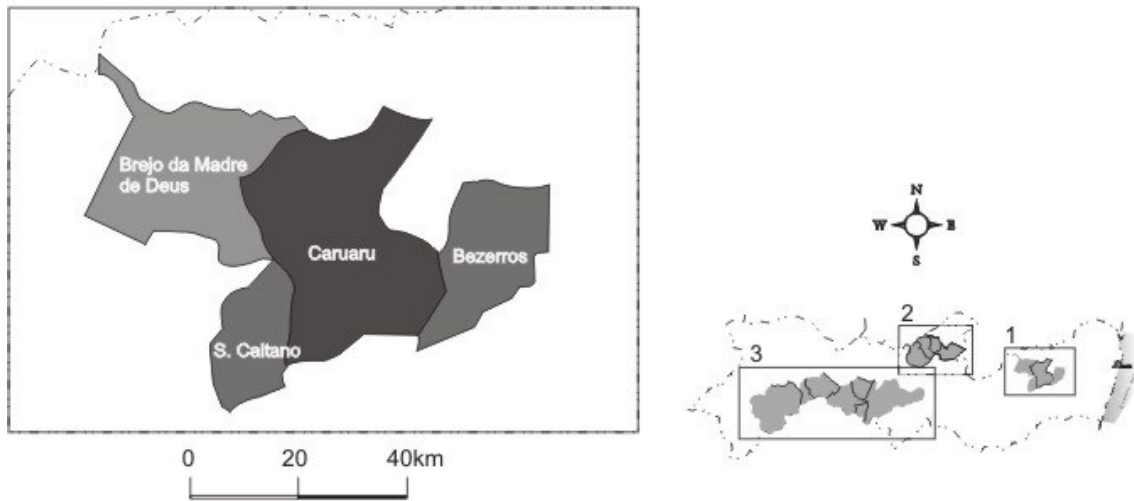


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

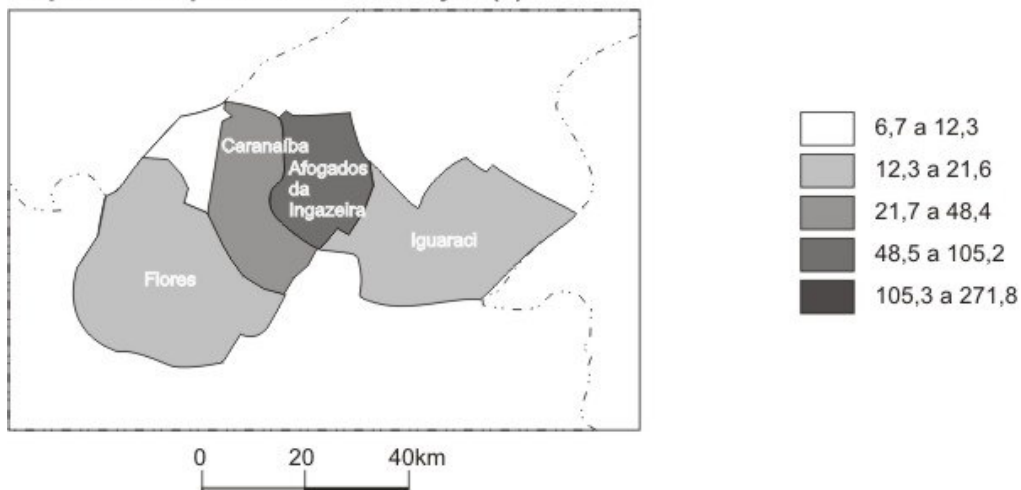
DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

**Densidade Demográfica (hab/km<sup>2</sup>)  
Nos três enquadramentos Estudados**

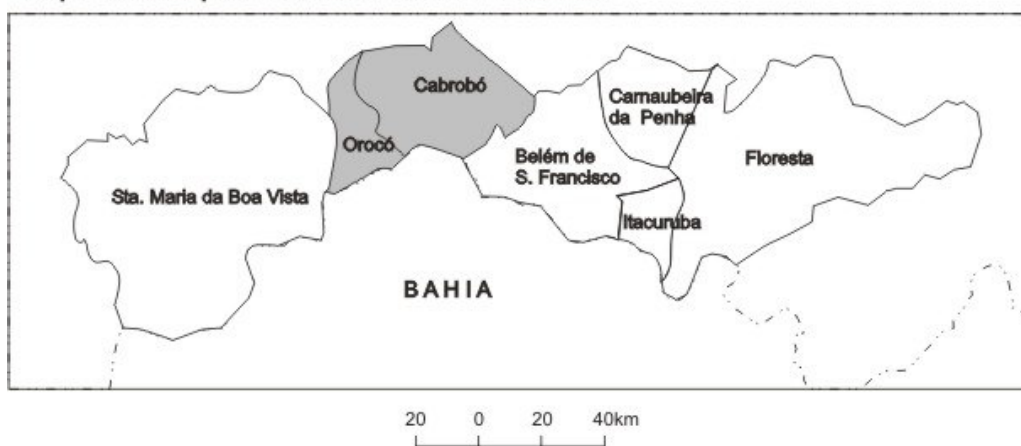
**Mapa 15 - Enquadramento do Agreste (1)**



**Mapa 16 - Enquadramento do Pajeú (2)**



**Mapa 17 - Enquadramento do São Francisco**

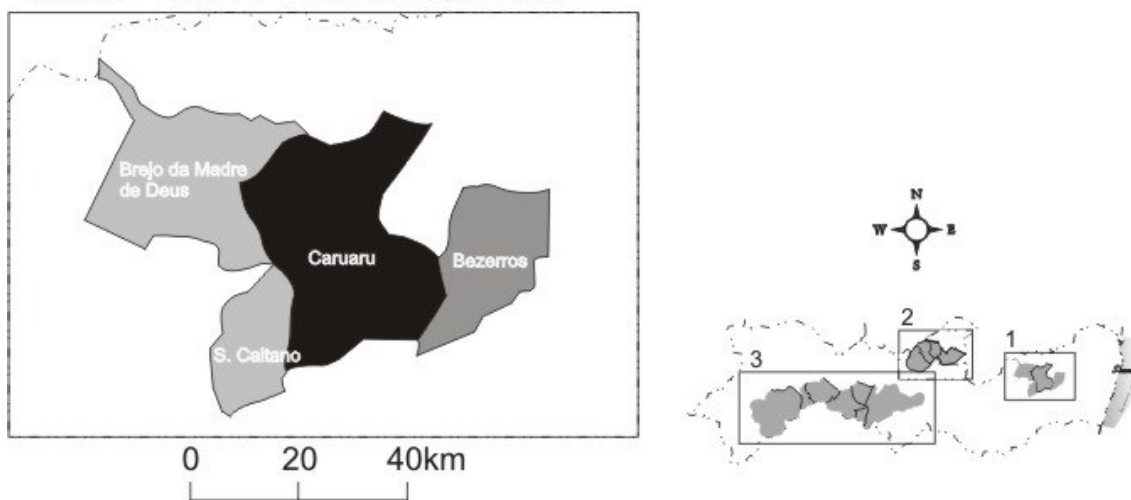


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

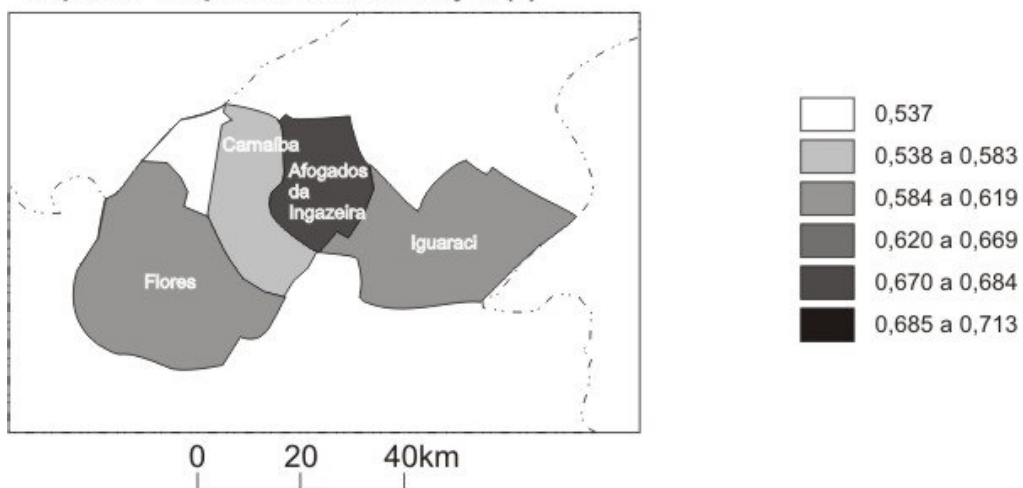
DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

## Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2000

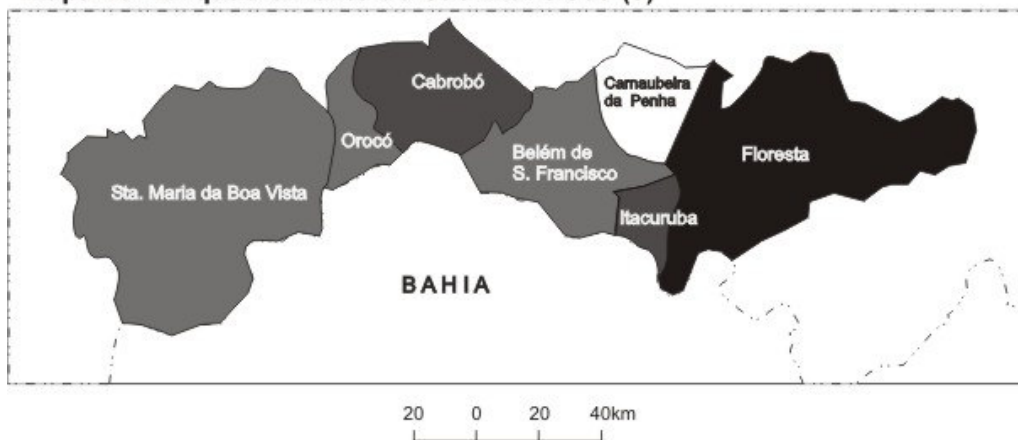
### Mapa 18 - Enquadramento do Agreste (1)



### Mapa 19 - Enquadramento do Pajeú (2)



### Mapa 20 - Enquadramento do São Francisco (3)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

DESIGN GRÁFICO: CLÁUDIO MARTINS

### 3.4 – Apontamentos metodológicos da investigação de campo

Para construir a abordagem etnogeográfica de campo partimos de uma combinação de metodologias atinentes à percepção que os próprios habitantes têm do ambiente em geral (HOEFLE, 1990, 1993; HOEFLE e BICALHO, 1999, 2001), e especificamente do meio rural. Quer dizer, foram perseguidos os significados simbólicos atribuídos ao espaço de trabalho e ao modo de vida local pelos “roceiros” e “sitiantes” (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997; HEREDIA, 1988) em territórios ainda marcados pelo imaginário social das secas, pela ruralidade e/ou pela semi-aridez (GOMES, A., 1998).

Buscou-se privilegiar os sujeitos sociais que possuíssem uma relação mais ou menos direta com a lida da terra (pequenos agricultores e mediadores sociais relacionados ao agro), uma vez que sua percepção quanto às maneiras de conduzir satisfatoriamente uma exploração agrícola em ambiente semi-árido e sujeito a secas nos colocava diretamente face ao imaginário geográfico regional. Tornou-se patente a necessidade de diálogo com o pensamento antropológico acerca do processo de trabalho no campo e da relação homem/natureza na esfera da produção agrícola, noções que foram aplicadas nas entrevistas e observações diretas da paisagem:

O processo de trabalho [camponês] faz-se, de um lado, a partir de uma idealização da natureza. Em outros termos, não existe uma natureza em si, mas uma natureza cognitiva e simbolicamente apreendida. De outro lado, ele se faz no interior de um processo de relações sociais que transformam a natureza [...]. Transforma-se também o acesso a ela e são recriadas categorias sociais específicas (WOORTMANN e WOORTMANN, *op. cit.*, p. 10-11, grifos nossos)<sup>193</sup>

Então, partindo do trabalho no meio rural, pôde-se pensar imediatamente em que processos influenciariam as mudanças e permanências de representações sociais do espaço, que por sua vez seriam causa e efeito de ações e práticas dos homens – práticas inclusive políticas, mas também sócio-ambientais. Tal raciocínio completa-se com a consideração das identidades territoriais, inserindo a esfera do lugar e da paisagem. Se a

<sup>193</sup> Woortmann e Woortmann consideram, em conformidade com as idéias de Maurice Godelier, que dentre as forças produtivas de uma sociedade estão os meios intelectuais de produção, que “[...] *podem ser entendidos como os modelos de saber pelos quais e com os quais o homem age sobre a natureza*”.



dimensão do lugar ressalta a natureza, o trabalho cotidiano ou os sentimentos, tem-se que a paisagem remete à hermenêutica, à compreensão das relações sociais ali engendradas, especificamente ao “trabalho das idéias”. Ainda segundo Woortmann e Woortmann o trabalho da terra é também um trabalho da ideologia, que juntamente com a produção material produz categorias sociais, pois “o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura” (*Ibid.*, p. 15).

Com efeito, em muitos casos pesquisados a organização do espaço-ambiente da lavoura poderia corresponder a um padrão de reprodução social “camponesa” e à aplicação de um saber que seria, em grande medida, uma “linguagem simbólica construtora do mundo” (WOORTMANN e WOORTMAN, *ibid.*, p.133). Entretanto, optou-se pela pluralidade do perfil dos interlocutores desde que os mesmos se sentissem vinculados ao espaço agrário, trabalhando-se inicialmente com a idéia de “sertanejos” ou de *habitantes do semi-árido*. Havia, por bem dizer, a pretensão de chegar às categorias utilizadas pelos próprios entrevistados para se auto-definir, e a construção dessas identidades fazia parte do próprio problema da pesquisa.

Em uma perspectiva sociológica do imaginário da seca, Alfredo Macedo Gomes usou a categoria de *sertanejo* para delimitar um conjunto estrito da população com características particulares: pessoas naturais do semi-árido e tendo nele residido a maior parte do tempo, de baixa renda e vinculadas diretamente ao trabalho com a terra (seja como pequenos proprietários, trabalhadores rurais assalariados, parceiros, meeiros, moradores etc). Deste modo, visava conferir maior homogeneidade à amostra, definindo seus informantes como:

[...] os homens naturais do sertão nordestino, que viveram a maior parte de suas vidas naquela região e durante essa vida foram ‘obrigados’, pelas condições sociais mesmas da sociedade de que são componentes, a terem que lidar com a questão da seca [...] Mas, além disso, a região que definimos como sertão é também uma região cultural, no sentido simples de que [os sertanejos] construíram valores, normas, formas de entender este mundo, de entender as relações sociais, de conceber o trabalho, de educar seus filhos, etc, que os diferenciam em níveis consideráveis dos habitantes de outras regiões – urbanas, pequenas e médias cidades (GOMES, A., *op. cit.*, p.17).

Esta concepção adequou-se à maior parte de nossa amostragem, não obstante a incorporação de outros perfis de entrevistados sem a mesma preocupação de representatividade social e uniformidade amostral do modelo adotado por esse autor (ver tabela 5 adiante). Como quer que seja, frente às dificuldades de desenvolvimento de um sistema de análise baseado exclusivamente nas categorias sociológicas de “camponês”, “sitante” ou “morador”, optou-se pela inclusão da pluralidade de perfis atinentes ao universo da pequena produção (interna e externamente), permanecendo as observações dos cientistas sociais sobre as matrizes campesinas de ordenação da percepção do mundo como uma referência cultural para a compreensão dos modelos cosmológicos ou *geosofias* dos nossos interlocutores.

Deste modo, a estruturação da visão de mundo sertaneja foi tomada a partir dos espaços imediatos da existência, incluindo a relação entre casa, roçado e sítio (HEREDIA, 1979, 1988) e sua inserção em contextos sócio-espaciais mais amplos, como a rua e a feira, os sítios e fazendas vizinhos, a região e os itinerários de viagens regulares e eventuais. Também alguns dos métodos antropológicos de abordagem de informantes e de observações diretas foram levados em conta, como a confecção de diários de campo.

Os primeiros dados de terreno, tal como sugerido por Woortmann e Woortmann (*op. cit.*, p. 9), devem começar a ser coletados em circunstâncias informais, donde as entrevistas iniciais são, por definição, abertas e exploratórias. A partir daí, forma-se um “quadro provisório” sobre o que observar e perguntar nas fases subseqüentes. Tal sugestão metodológica mostrou-se útil no decorrer da vivência de campo, pois o fator tempo de imersão no problema alterava substancialmente as situações dialógicas de pesquisa e apontava para a adequação da linguagem e das perguntas formuladas<sup>194</sup>.

Também Franz V. Rudio insiste na importância do contato inicial entre entrevistador e entrevistado de modo a preparar e motivar o informante para que suas respostas sejam sinceras e procedentes: “E, no decorrer da entrevista, as perguntas, que por ele [entrevistado] não forem compreendidas, devem ser repetidas e, se for o caso, enunciadas de forma diferente” (RUDIO, 1990, p.97). Neste sentido, os problemas da nossa inserção enquanto pesquisador em meio às comunidades dos declarantes, bem

---

<sup>194</sup> Acrescente-se dentre as balizas metodológicas que orientaram o trabalho de campo e as entrevistas a contribuição dos seguintes autores: BLACHET e GOTMAN (1992); COPANS (1999); ARBORIO e FOURNIER (1999) e GUMUCHIAN e MAROIS (2000).

como a questão da empatia comunicativa, mostraram-se facilitados pela existência dos contatos prévios realizados durante a feitura do vídeo-documentário e a preparação do trabalho de campo.

Nas áreas isentas de contato precedente, o processo de interlocução foi deslanchado pelo recurso, sempre que possível, às indicações dos informantes que já haviam contribuído com a pesquisa, seguindo mais ou menos a técnica de amostragem por irradiação (WANDERLEY, *apud* GOMES, A., *op. cit.*, p.16), em que cada entrevistado indica outras três pessoas que julga poderem ajudar, escolhendo-se uma deles e assim por diante. A bem da verdade, muitas situações de campo exigiram do pesquisador espírito de aventura, paciência e dependência da postura solícita dos sertanejos, uma vez que nem sempre os contatos anteriores a as técnicas de irradiação produziam imediatamente o efeito desejado.

As esperas frustrantes e as recusas ativas ou passivas em responder às perguntas foram mais comuns em se tratando do público de sexo feminino, fato também anotado pela experiência de pesquisa no semi-árido de Alfredo Gomes (*Op. cit.*, p.15). Apesar desta dificuldade ter sido percebida somente no início do trabalho acadêmico solitário (visto que anteriormente a equipe multidisciplinar do vídeo contasse com mulheres, dobrando tal resistência) os esforços visando superá-la apenas conseguiram fazer a amostra feminina chegar à casa dos 35% do total (vide tabela 5). Como não havia nos objetivos do presente trabalho a pretensão de comparar opiniões com base no critério de gênero, encarou-se esta situação como aceitável e reveladora de relações sociais ali praticadas.

Enquanto *sensibilização mútua*, as perguntas elaboradas progressivamente possibilitaram a apreensão das visões próprias dos entrevistados acerca do espaço em que vivem. As unidades de análise no plano do *lugar* foram aqueles espaços onde se realizaram as vivências, observações diretas de paisagens e entrevistas: propriedades agrícolas de tipos e tamanhos variados, com ênfase em pequenas unidades de produção, sítios, roçados e comunidades rurais ou periurbanas, assentamentos de reforma agrária e reassentamentos de atingidos por barragens, perímetros irrigados e seus respectivos ecótopos.

Somente em caráter excepcional, ditado pelas contingências do campo, foram entabuladas interlocuções em lugares afastados dos espaços de vida imediatos dos

sujeitos pesquisados: feiras situadas em municípios vizinhos, sedes urbanas de sindicatos ou ONG's, escolas etc. Sempre que possível, estas entrevistas eram posteriormente complementadas com outros contatos e visitas aos sítios respectivos. Não raros foram também os itinerários percorridos a pé, de barco ou em automóveis na companhia dos informantes, no sentido de deixá-los mostrar os aspectos que consideravam mais importantes nas redondezas. Na região do São Francisco os deslocamentos livres do pesquisador e as visitas guiadas por seus habitantes foram de certa forma mais difíceis, face ao temor da violência associada ao cultivo e tráfico de maconha. Ali, muitos se negavam a falar sobre como se desenrolava a vida nas redondezas, saltando do local ao regional ou resumindo-se a um desses níveis.

Enfim, a seleção dos informantes recaiu sobre pessoas “da roça”, “do sítio” ou “da fazenda” (neste último caso, desde que não fossem grandes proprietários), além de algumas categorias profissionais mais diretamente relacionadas ao mundo rural. Realizaram-se 120 entrevistas, das quais retiveram-se apenas as 100 mais completas e densas, distribuídas da seguinte maneira: 33 na área do Agreste de Caruaru, 34 na do Pajeú e 33 na do São Francisco.

**Tabela 5**  
Distribuição do número de entrevistas  
e do sexo dos entrevistados por enquadramento

Sexo	Enquadramentos empíricos			Total
	<i>Agreste</i>	<i>Pajeú</i>	<i>São Francisco</i>	
<i>Masculino</i>	21 (21%)	22 (22%)	22 (22%)	<b>65 (65%)</b>
<i>Feminino</i>	12 (12%)	12 (12%)	11 (11%)	<b>35 (35%)</b>
<b>Total</b>	<b>33 (33%)</b>	<b>34 (34%)</b>	<b>33 (33%)</b>	<b>100 (100%)</b>

Os depoimentos foram gravados em sessenta fitas magnéticas, perfazendo cinquenta e nove horas de conversações. Algumas entrevistas que por motivos diversos não puderam ser registradas total ou parcialmente foram anotadas à mão, nos diários de campo; como quer que seja, todas as formas de registro foram negociadas, havendo o

pleno consentimento dos informantes<sup>195</sup>. As declarações foram transcritas na íntegra, guardando as estruturas gramaticais originais; no entanto, a análise concentrou-se nos conteúdos globais do discurso e especificamente na retórica da paisagem, visando identificar e congregar os sentidos atribuídos aos espaços vividos pelos sertanejos. O número de depoimentos, apesar de não possibilitar generalizações estatisticamente seguras, apresentou-se suficiente para o surgimento da tendência à repetição de opiniões, como propugna a *técnica de convergência*.

Segundo esta prática de pesquisa, descrita pelo agrônomo Mauro Resende (1983, 1996a, 1996b), estabelece-se um roteiro mínimo de questões dominado pelo pesquisador e utilizado como guia flexível dos assuntos que se quer abordar na investigação, de modo a não tolher o livre curso do pensamento dos informantes, mas ao mesmo tempo buscando direcionar a interlocução para as áreas de interesse do entrevistador. O método versa justamente sobre a aplicação de entrevistas abertas a pequenos agricultores segundo roteiros pré-determinados, em repetições suficientes para a confirmação de um problema, de uma demanda ou de uma dada percepção do ambiente agrícola e das suas formas de uso (ver novamente roteiro tópico de entrevistas no anexo).

Portando, a técnica de convergência consiste numa abordagem qualitativa que parte da investigação de sistemas agrários, e que foi utilizada neste trabalho com algumas modificações sugeridas pelo estudo da paisagem na geografia cultural (CLAVAL, 1999a, p.287-318). Buscou-se incorporar, sobretudo, as dimensões simbólicas da vida e a *heterotopia* do espaço humanizado<sup>196</sup>. Assim, articulada com a observação direta e as anotações nos diários de campo, esse tipo de entrevista possibilitou a compreensão do eixo principal das geosofias, dos modos de ver e de lidar com a natureza e da organização social nos espaços estudados.

---

<sup>195</sup> Sempre que o assunto ou a situação representasse inibição ou constrangimento ao depoente, a técnica de gravação não era utilizada, e mesmo as anotações eram feitas *a posteriori*. Em um único caso não obtivemos permissão para gravar o depoimento; por outro lado, muitos entrevistados solicitaram o desligamento do gravador quando se tratava de assunto delicado (a exemplo do tráfico de drogas).

<sup>196</sup> Como lembra Claval, “o espaço humanizado não pode ser interpretado segundo critérios puramente funcionais: ele é heterotópico, segundo a expressão forjada por Michel Foucault (1985-1986), porque feito de elementos que não têm o mesmo peso, não respondem à mesma ontologia e não são sintetizáveis.[...] Os espaços humanizados superpõem múltiplas lógicas: eles são em parte funcionais, em parte simbólicos” (CLAVAL, *op. cit.*, p.295-296).

*O “jardim” de argumentos visuais do imaginário geográfico sertanejo: primeiras balizas*

As entrevistas abertas foram permitindo paulatinamente o aprimoramento do perfil do imaginário geográfico em cada um dos enquadramentos considerados, bem como o levantamento de argumentações e imagens simbólicas mais comumente relacionadas às situações específicas da pesquisa. Que eixos se delinearam como objetivações antecipadas, permitindo orientar a coleta, análise e inserção das modalidades de narrativa metonímica do sertão pernambucano num conjunto de imagens recorrentes sobre o semi-árido nordestino?

As informações preliminares colhidas no campo foram inicialmente tabuladas em “elementos do imaginário”, “elementos retóricos” e “ancoragem paisagística”, contribuindo para aprimorar e orientar o roteiro das entrevistas semi-estruturadas. No primeiro caso, observaram-se os sistemas de metáforas mais gerais e sintéticos; quanto aos elementos de retórica, foram arrolados os argumentos, máximas e frases de efeito mais utilizadas; por fim, no campo específico das paisagens metonímicas, agruparam-se as imagens geo-simbólicas correntemente evocadas pelos sertanejos. Para todos os níveis de análise os dados foram classificados de acordo com a valoração positiva ou negativa que os habitantes conferiam aos espaços englobantes. Isto se deu devido à recorrência de uma estrutura narrativa de contraste baseada, sobretudo, na simbologia da água e da seca e suas derivadas, como “tempo bom” e “tempo ruim”, quente e frio etc.

Assim sendo, os elementos dominantes no imaginário geográfico de cada um dos três subespaços considerados puderam ser agrupados como nos quadros que se seguem, correlacionando-os com os aspectos retóricos gerais e com os tratos da paisagem mais comumente mobilizados nas descrições do semi-árido. Por conseguinte, os esquemas aqui apresentados, sem serem exaustivos, representaram um inventário sobre as figuras de linguagem, gêneros de discurso e estereótipos recolhidos no decorrer da pesquisa (contendo sem dúvidas os pré-julgamentos do autor), os quais foram colocados em face dos “desmentidos e comprovações do terreno”, na medida em que avançava a investigação de campo.

Ver os quadros 1 a 3 nas páginas seguintes:

Quadro 1-A

<b>AGRESTE – FIGURAÇÕES POSITIVAS</b>		
<b>Elementos do Imaginário</b>	<b>Elementos retóricos</b>	<b>Ancoragem paisagística</b>
Vida urbana; urbanização do campo; grande mercado; centro de oportunidades; cultura popular sertaneja; “sertão” humanizado (transformado pela ação humana); as obras hídricas contra as secas; proximidade e acessibilidade; não é tão seco, deserto e inóspito quanto o sertão; grande densidade de ocupação do solo; pequena irrigação, associação de lavouras e criatório, diversificação de cultivos.	Entre sertão e “não-sertão”; já foi sertão, hoje não é mais; o trabalho humano transformou o ambiente e as condições de vida; é um espaço de transição diversificado; o modo de vida da cidade chega ao campo, que conserva alguns dos valores culturais próprios; incorpora características positivas da cidade e do interior.	As cidades, principalmente a magnitude do espaço construído de Caruaru; lugares de condensação da cultura agrestina (p. ex. a feira de Caruaru, o Alto do Moura/ artesanato, o Pátio do Forró/festas juninas); grandes e pequenas barragens; meio rural com diversificação de culturas, pequenas lavouras irrigadas e pecuária; multiplicidade de ambientes e paisagens em espaços próximos (brejos, serras, pés-de-serra, ribeiras, matas, agrestes e caatingas, comunidades rurais e cidades)
<i>Imaginário da urbanização</i>	<i>Retórica do espaço humanizado</i>	<i>Rico mosaico de paisagens</i>

Quadro 1-B

<b>AGRESTE – FIGURAÇÕES NEGATIVAS</b>		
<b>Elementos do Imaginário</b>	<b>Elementos retóricos</b>	<b>Ancoragem paisagística</b>
Os perigos da urbanização acelerada (violência, favelização, injustiça social etc); crise agrícola e degradação ambiental; seca é um problema tanto rural quanto urbano; perda ou diluição da cultura popular sertaneja;	O agreste é igual ao sertão (destaque da semi-aridez), juntando-se a isso os problemas da vida urbana; seca e discurso da necessidade (faltam obras hídricas para o campo e a cidade); limitação e degradação de terras para lavoura	Más condições do habitat rural e urbano; colapso e poluição dos cursos d’água (principalmente do rio Ipojuca); abandono do meio rural pelos pequenos agricultores e aumento da pecuária; emblemas escatológicos da seca (caminhão-pipa, caatinga esturricada, solo pedregoso etc)
<i>Imaginário da urbanização</i>	<i>Semi-árido hiperbólico, fruto do mito da necessidade</i>	<i>Banalidades da paisagem semi-árida ao lado de elementos urbanos</i>

Quadro 2-A

<b>PAJEÚ – FIGURAÇÕES POSITIVAS</b>		
<b>Elementos do Imaginário</b>	<b>Elementos retóricos</b>	<b>Ancoragem paisagística</b>
Uma “civilização” de pequenos produtores, com cultura e arte próprias; acesso mais democrático à terra; convivência e adaptação do homem às condições naturais; beleza rústica; o sertanejo forte; mobilização popular; um sertão melhor que os outros (ambiente menos rude e povo mais organizado para enfrentar a seca)	Resistência e autenticidade cultural; ideal de equilíbrio entre potencialidades e restrições do ambiente (sinergia homem-terra); politização do mundo rural (associação, luta, conscientização, reivindicação); poesia da terra (artialização da semi-aridez e do sertanejo), elegia dos valores locais; sertanejo euclideano	As lavouras de sequeiro e a pequena irrigação; roças e “roceiros”; domínio de pequenas propriedades; bovino e caprino-ovinocultura na caatinga; habitat denso para os padrões sertanejos: multiplicidade e proximidade de comunidades rurais, “arruados” e cidades; o rio e a ribeira do Pajeú, a barragem de Brotas, as serras circunvizinhas; caatingas “boas”; a cidade de Afogados da Ingazeira.
<i>Imaginário da “nação Pajeú” e do “gênio pajezeiro”</i>	<i>Retórica da originalidade, mito do sertão autêntico</i>	<i>Coesão de tratos específicos; “normalidade” da paisagem semi-árida</i>

Quadro 2-B

<b>PAJEÚ – FIGURAÇÕES NEGATIVAS</b>		
<b>Elementos do Imaginário</b>	<b>Elementos retóricos</b>	<b>Ancoragem paisagística</b>
Persistência das secas e seu bestiário; hostilidade da natureza; sociedade injusta (pobreza funcional); degradação ambiental (corte da caatinga, “morte” do rio Pajeú devido a barragens e à poluição); emigração (a triste partida); relativo isolamento; manipulação da miséria do povo; fatalismo; banditismo; região abandonada pelos políticos	Elegia escatológica das secas; semi-aridez hiperbólica; o grito permanente da terra e dos excluídos da terra por justiça social não é escutado; narrativas da desolação e do abandono (ex. viúvas das secas, emigrantes, sem-terras); discurso da necessidade; denúncias do atraso técnico, do poder oligárquico, do clientelismo / assistencialismo; cultura <i>naif</i> .	Símbolos negativos da semi-aridez e das secas; o típico sertão sofredor e pobre: solo ressecado e rachado, rios “cortados”, barreiros e açudes secos, plantios e criatórios arrasados, caatinga devastada e esturricada, condições precárias do habitat rural; cidades sitiadas por flagelados e saqueadores; retirantes; falta de obras ou obras inacabadas
<i>Imaginário determinista da natureza semi-árida</i>	<i>Retórica do lugar-comum mito da necessidade</i>	<i>Estereótipos do semi-árido</i>



Quadro 3-A

<b>SÃO FRANCISCO – FIGURAÇÕES POSITIVAS</b>		
<b>Elementos do Imaginário</b>	<b>Elementos retóricos</b>	<b>Ancoragem paisagística</b>
Imaginário da água e positividade da insolação; o rio da redenção regional; panacéia da irrigação; grandes obras privadas e estatais, integração global; espaço da modernidade técnica, mas também da cultura tradicional sertaneja; elites progressistas; ideologia do progresso;	Superação dos limites da natureza; um modelo de desenvolvimento a ser seguido (exemplaridade); poder da técnica, do mercado e do estado; revalorização do semi-árido (do ponto de vista econômico e cultural); contraste ressaltado entre a pujança do novo (irrigação) e a tradição do arcaico (“sequeiro”); valores culturais sertanejos e/ou urbanos	O verde perene dos grandes perímetros e das pequenas lavouras irrigadas; racionalização do espaço rural (planejamento, “projetos”, meio técnico-científico); emblemas da agricultura irrigada, em especial da fruticultura e da vitivinicultura, bem como da cebola; crescimento das cidades; emblemas da cultura de “sequeiro” e da civilização do couro: criação, vaqueiros, extensas caatingas, “pegas de boi no mato”
<i>Imaginário da modernidade</i>	<i>Retórica do desenvolvimento</i>	<i>Contrastes harmônicos</i>

Quadro 3-B

<b>SÃO FRANCISCO – FIGURAÇÕES NEGATIVAS</b>		
<b>Elementos do Imaginário</b>	<b>Elementos retóricos</b>	<b>Ancoragem paisagística</b>
Degradação e limite do potencial de exploração do rio São Francisco; crise energética e de água; problemas técnicos e sociais da irrigação (salinização, acesso restrito); necessidade eterna de obras; espaço fragmentado; oligarquias e persistência da pobreza; fatalismo da seca (apesar de seus efeitos não serem homogêneos); perda da cultura tipicamente sertaneja; esquecimento das áreas de sequeiro	Exaustão dos recursos naturais; a “morte” do rio; finalidade política das grandes obras; desperdício; poder exagerado e inadequação das técnicas modernas; poder exagerado do mercado; Estado prejudica os pequenos; fartura inacessível para todos; recrudescimento da violência e do tráfico de drogas; esquecimento da caatinga e da cultura tradicional; contraste ricos/pobres, latifúndios.	Contrastes extremos entre as áreas verdes e irrigadas e as de “sequeiro”, caatinga/fruticultura, etc; aspectos da degradação dos solos e rios; persistência dos símbolos escatológicos das secas; urbanização muito desigual; comunidades rurais tradicionais isoladas e pobres de um lado e lugares “de exceção” (prósperos) nas margens dos rios e nos perímetros irrigados; perda de tratos culturais antigos
<i>Imaginário da fragmentação</i>	<i>Retórica da exclusão e da nostalgia</i>	<i>Contrastes extremos</i>

Estes quadros gerais ou linhas de compreensão hermenêutica representaram os elementos de contextualização dos sistemas de metáforas e metonímias paisagísticas mobilizados pelos nossos interlocutores durante a realização dos levantamentos exploratórios, sofrendo, por conseguinte, um processo de reinterpretação inerente à fusão de horizontes de compreensão, na última etapa da pesquisa de campo. Quer dizer, este mapeamento cognitivo das maneiras de ver o sertão e da retórica paisagística mobilizada para descrevê-lo, construí-lo e comunicá-lo deve ser encarado como parte das nossas antecipações, guia de nossas interlocuções e partícipe do resultado final da investigação, que passaremos a apresentar e discutir nas próximas páginas.

#### *Análise e interpretação dos dados*

A sistematização dos dados colhidos nas entrevistas prosseguiu obedecendo a quatro etapas consecutivas, após a transcrição literal das gravações: 1) *leitura e codificação*; 2) *classificação e resumo expandido*; 3) *resumo esquemático e tabulação*; e 4) *identificação e interpretação dos discursos convergentes*. Na primeira etapa, foram lidas cada uma das entrevistas, buscando-se observar sua validade, desprezando-se aquelas que apresentassem incongruências e pouca abrangência referente aos temas solicitados. Ou seja, descartaram-se os interlocutores que apresentaram recusa passiva em estabelecer um diálogo com o pesquisador (respostas evasivas, ambíguas, reticentes, incompletas etc). Os comentários e primeiros esboços de interpretação suscitados pelo exame do material ganharam corpo nos diários de campo.

Ainda neste momento, numa segunda leitura, foram codificadas todas as entrevistas segundo sete grandes eixos do discurso, utilizando-se um sistema de cores para marcar diretamente sobre o texto os trechos mais relevantes. Assim, foram “pinçados” e ressaltados em cada depoimento os seguintes temas: *a)* descrição do lugar; *b)* principais elementos da morfologia da paisagem apontados (incluindo sistema agrícola); *c)* valores e significados atribuídos aos elementos da paisagem; *d)* espaços de referência no imaginário local e regional; *e)* simbologia principal em escala local (o que melhor representa o lugar de onde parte a visão do entrevistado); *f)* simbologia principal em escala regional (o que melhor representa o espaço vivido do entrevistado); e, finalmente, procedeu-se à *g)* seleção dos trechos dignos de citação literal por contundente teor retórico.

Na segunda etapa, passou-se da codificação para a primeira fase de ordenamento, visando estabelecer um banco de dados que facilitasse a análise comparativa dos conteúdos recolhidos. Tomando as entrevistas uma a uma, foram resumidos e transcritos os segmentos identificados com cada um dos tópicos acima arrolados, efetuando-se uma primeira filtragem e análise crítica do discurso dos entrevistados por parte do pesquisador. Isto é, não houve uma preocupação com a literalidade das falas dos sertanejos, mas com o arrolamento sintópico das suas estratégias retóricas. Ainda nesta fase, concedeu-se especial atenção aos territórios do cotidiano, isto é, às esferas de familiaridade espacial dos entrevistados e que poderiam influir em sua visão de mundo.

A tabulação, terceira etapa do processamento das entrevistas, consistiu num extrato ainda mais conciso e esquemático do quadro acima apurado; desta feita, os sentidos gerais das afirmações dos entrevistados foram organizadas em tabelas referentes a cada um dos enquadramentos de estudo, segundo uma classificação sumária dos argumentos mobilizados em cinco campos: a) descrição do lugar; b) elementos da paisagem; c) simbologias principais; d) retórica geral dominante; e por fim, e) metonímias geográficas (retórica da paisagem). O quadro resultante desta metodologia consistiu tanto em nosso banco de dados para a organização e análise final dos sistemas de metáfora sobre o semi-árido, quanto cumpriu o papel de um índice para facilitar o manuseio do material literal resultante das transcrições.

Por fim, a quarta e última etapa de tratamento das entrevistas compôs-se da análise e interpretação dos tipos convergentes de estratégias argumentativas identificadas e das imagens simbólicas mobilizadas pelos habitantes, em cada um dos recortes estudados. Em consequência, estabeleceu-se um painel das afinidades discursivas acionadas na descrição do Agreste, do Pajeú e do São Francisco, buscando conciliar e integrar as visões idiossincráticas em grandes linhas ou famílias de cognição e retórica paisagística. Tais linhas argumentativas foram subdivididas em discursos de segunda e terceira ordens, quando necessário, objetivando respeitar a diversidade de opiniões dentro de uma mesma situação contextual. Por exemplo, foram identificados no Pajeú dois blocos retóricos gerais, o *discurso da excepcionalidade* (“o Pajeú é um sertão diferente dos outros”) e o *discurso da banalidade* (“o Pajeú é um sertão como os outros”); naquele primeiro conjunto foram isolados então três subtipos retóricos: o

*sertão privilegiado, o sertão “agrestado” e o sertão brando, mas susceptível às secas, consistindo cada qual numa maneira de ver e falar da/sobre a região.*

Outro procedimento metodológico a ser ressaltado é que, descartando aquelas 20 declarações truncadas e preliminares, pôde-se aproveitar da comodidade de que os números absolutos referentes a uma opinião qualquer corresponderiam sempre à percentagem do aspecto considerado, em relação ao universo pesquisado. Entre esses dados desprezados encontravam-se ainda alguns depoimentos de pessoas muito jovens, entre 16 e 21 anos. Foi privilegiada, por conseguinte, a maturidade e qualidade dos narradores com histórias de vida que se mostraram ricas em deslocamentos e experiências. Muitos, inclusive, haviam extrapolado a imediaticidade de sua existência no local da coleta das declarações, uma vez que tinham vivido em outras paragens, como migrantes.

Como se sabe, o fenômeno das migrações “constitui uma marca existencial” da população sertaneja (DIÉGUES Jr., 1960, p.162), fato que foi amplamente comprovado pelos depoimentos colhidos: 72% dos depoentes já haviam realizado migrações definitivas e/ou sazonais (63,6% dos agrestinos, 73,5% dos pajeuenses e 78,8% dos são-franciscanos), residindo alguns meses ou anos longe de seus torrões de origem, freqüentemente fora do estado de Pernambuco – quase sempre em São Paulo. Mais de 45% dos agrestinos haviam tentado a vida alhures de forma definitiva, proporção semelhante à registrada entre os pajeuenses; já dentre os sertanejos entrevistados no São Francisco “apenas” 36,4% já haviam emigrado definitivamente (ver tabela 6 abaixo).

No que tange exclusivamente às migrações sazonais (período de afastamento inferior a um ano), observou-se uma situação inversa: os agrestinos foram os que menos realizam esta prática (18,2%), enquanto que os sertanejos do São Francisco mostraram-se bem mais assíduos (42,4%), ficando o Pajeú em situação intermediária (29,4%). É provável que tais diferenças se expliquem pelo poder de atração dos pólos de irrigação ao longo do grande rio, onde muitas oportunidades de emprego sazonal contribuem para evitar o êxodo definitivo e aumentar os deslocamentos temporários dos habitantes da faixa Floresta-Santa Maria. No caso do agreste, a diminuição da necessidade de cassacos e corumbas (trabalhadores braçais sazonais) pela agroindústria canavieira – seja em função de crises ou da modernização – pode estar na raiz da reduzida proporção

de migrantes temporários aí verificada, fato comum até a década de 80 (vide SALES, 1982; SIGAUD, 1979).

**Tabela 6**  
Migrações e viagens na história de vida dos entrevistados  
segundo os enquadramentos empíricos

<i>Tipos de viagem</i>	<i>AGRESTE</i>	<i>PAJEÚ</i>	<i>SÃO FRANCISCO</i>	<i>TOTAL</i>
<b><i>Migrações</i></b>				
Migrações de longa duração (>1ano)	n=33 N=100 <b>13</b> 39,4% 13%	n=34 N=100 <b>10</b> 29,4% 10%	n=33 N=100 <b>05</b> 15,2% 5%	N=100 <b>28</b> 28%
Migrações sazonais (<1ano)	n=33 N=100 <b>06</b> 18,2% 6%	n=34 N=100 <b>10</b> 29,4% 10%	n=33 N=100 <b>14</b> 42,4% 14%	N=100 <b>30</b> 30%
Migrações definitiva e sazonal	n=33 N=100 <b>02</b> 6% 2%	n=34 N=100 <b>05</b> 14,7% 5%	n=33 N=100 <b>07</b> 21,2% 7%	N=100 <b>14</b> 14%
Nunca migraram	n=33 N=100 <b>12</b> 36,4% 12%	n=34 N=100 <b>09</b> 26,5% 9%	n=33 N=100 <b>07</b> 21,2% 7%	N=100 <b>28</b> 28%
<b>Total</b>	<b>33</b> 100% 33%	<b>34</b> 100% 34%	<b>33</b> 100% 33%	<b>100</b> 100%
<b><i>Peregrinações</i></b>				
Visitas anuais ao Juazeiro/CE (*)	n=33 N=100 <b>05</b> 15,2% 5%	n=34 N=100 <b>02</b> 5,9% 2%	n=33 N=100 <b>03</b> 9,1% 3%	N=100 <b>10</b> 10%

(\*) No Pajeú, outras duas pessoas declararam fazer viagens anuais à gruta de N. Sra. de Lourdes, em Solidão/Pajeú, elevando o número de peregrinos a quatro (11,8% do recorte e 4% em relação ao universo, totalizando 12% de pessoas que realizam peregrinações).

Fato que merece menção são as peregrinações religiosas a Juazeiro do Ceará (Santuário do Padre Cícero) e cujo itinerário de viagem mostrou influenciar a visão do território sertanejo daqueles que as praticam. Assim, 10% dos entrevistados declararam, de forma espontânea, realizar anualmente esta viagem (cerca de 15% dos agrestinos, 6% dos pajeuenses e 9% dos são-franciscanos). Como não houve uma preocupação em explorar a amplitude de tal fenômeno, é de se supor que ele represente uma situação mais relevante do que tivemos indicação.

Outrossim, a maioria dos depoentes apresentou-se na faixa etária de pessoas com mais de 40 anos de idade (64% da amostra), sendo que ¼ do total possuía acima de 60 anos, conforme se depreende da seguinte distribuição:

**Tabela 7**  
Faixa etária da amostra

<b>Faixa etária</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Entre 21 e 30 anos	11	11%
Entre 31 e 40 anos	25	25%
Entre 41 e 50 anos	14	14%
Entre 51 e 60 anos	25	25%
Entre 61 e 70 anos	15	15%
Mais de 70 anos	10	10%
<b>Total</b>	100	100%

Quanto ao perfil identitário da amostra, no mínimo 86% do total dos informantes podem ser considerados *sertanejos* na acepção definida acima, ou seja, excetuando-se os funcionários públicos, os técnicos de ONG's, aquelas pessoas que não tinham ligação direta com a terra e os que não forneceram informações precisas. Esse percentual vem a ser ainda maior se for levado em consideração que dois dos três funcionários das ONG's que prestaram depoimento eram originários de famílias de pequenos produtores rurais que ainda se mantêm na terra, mesma situação de um dos três funcionários públicos pesquisados – perfazendo, assim, 89 depoentes ou 89% dos casos.

No tocante ao perfil de acesso à terra, além dos pequenos proprietários legalmente constituídos, podem ser considerados nessa categoria de posse direta, permanente e estável ao solo: os herdeiros, os assentados de reforma agrária e os reassentados atingidos por barragens, somando 69% do total. A relação de morada, que em algumas situações consumava-se como bastante antiga e sedimentada (a ponto de alguns entrevistados afirmarem “ser da fazenda” e preferirem essa condição à de proprietário) é um caso à parte e mereceria uma análise aprofundada, a qual não nos cabe dedicar neste trabalho. Uma única observação pertinente é que, levando em conta as trajetórias de vida inteiramente delineadas no interior de terrenos alheios, metade dos

moradores sentia-se integralmente como se fossem os donos (“é mesmo que ser dono”), caso registrado somente no interior de grandes fazendas de sequeiro no sertão do São Francisco cujos proprietários eram absenteístas.

**Tabela 8**  
Condição dos entrevistados em relação à terra (%)

Condição	Frequência	Percentual
1. Pequenos proprietários	48	48%
2. Herdeiros de pequenas propriedades	8	8%
3. Moradores	6	6%
4. Assentados em projeto de reforma agrária	4	4%
5. Reassentados atingidos por barragens	9	9%
6. Sem terras – meeiros, diaristas, etc	10	10%
7. Assalariados de grandes empresas rurais	1	1%
8. Funcionários públicos de assistência técnica rural	3	3%
9. Funcionários de ONG's de assistência técnica rural	3	3%
10. Sem ligação direta com a terra	7	7%
11. Sem informação	1	1%
<i>Total</i>	100	100%

É preciso ainda que se diga que todos os interlocutores residiam, atuavam e identificavam-se com o semi-árido no momento das entrevistas, mesmo dentre as pessoas consideradas sem ligação direta com a terra (7% da amostra). Destes, quatro eram professores (donde três de geografia) e um considerou-se artista sertanejo; os dois restantes (uma enfermeira e um motorista) eram de origem rural e continuavam a morar no campo. O empregado da companhia rural, por sua vez, era originário de uma família tradicional de grandes proprietários fundiários, situação compartilhada por um dos funcionários públicos. Como se vê, a existência de laços com a terra compreendeu a maior parte da amostra. Somando-se todos os tipos de pequenos agricultores (agricultores na ativa, aposentados e agricultores em tempo parcial) temos que 82% dos depoentes situam-se nesta categoria. Complementando o quadro da condição dos entrevistados em relação à terra, a tabela 9 apresenta o perfil de suas ocupações principais.

**Tabela 9**  
Principal ocupação dos entrevistados (%)

Condição	Frequência	Percentual
1. Pequenos agricultores	60	60%
2. Aposentados rurais	19	19%
3. Agrônomos	5	5%
4. Professores	4	4%
5. Técnicos agrícolas	3	3%
6. Trabalhadores domésticos em meio rural	2	2%
7. Enfermeiros	1	1%
8. Pescadores <sup>(1)</sup>	1	1%
9. Barqueiros <sup>(1)</sup>	1	1%
10. Diaristas em empresas agropecuárias	2	2%
12. Artistas	1	1%
13. Sulanqueiros <sup>(1)(2)</sup>	1	1%
<i>Total</i>	100	100%

(1) Também pequenos agricultores, mas em tempo parcial.

(2) Trabalhadores do ramo de confecções

Na fase de gabinete, em consonância com a interpretação dos dados primários, foram feitas pesquisas e análises documentais e iconográficas visando entender o “caráter” correntemente atribuído ao *complexo geográfico e social dos sertões*<sup>197</sup> pelos estudiosos e seus próprios habitantes. A releitura teórica precedentemente apresentada sobre *paisagem e imaginário* possibilitou a análise dos pressupostos paisagísticos tanto dos discursos dos sujeitos sociais quanto da bibliografia relacionada ao tema em questão. A organização da pesquisa pretendeu, desta maneira, contribuir para desvendar os mecanismos retóricos que possibilitariam a validação de sentimentos de identidade territorial, como o regionalismo, enquanto transcendência de diferentes lugares: um trabalho material e intelectual que produz um encadeamento de ações concretas e simbólicas que moldam a natureza e conduzem os homens (CASTRO, 1997).

<sup>197</sup>Numa abordagem regional clássica, Aziz Ab’Sáber (1992) aponta a região Nordeste e o semi-árido como passíveis de apreensões múltiplas em decorrência das diferenciações locais.



## CAPÍTULO 4

#### 4 SENTIDOS METONÍMICOS DAS PAISAGENS SERTANEJAS

A interpretação da retórica das paisagens concebidas pelos sertanejos como representativas de cada um dos recortes no semi-árido pernambucano, bem como o seu enquadramento na idéia de sertão, será realizada através de uma abordagem aproximativa e contextual. Isto é, tentaremos expor as racionalidades narrativas mais gerais que foram identificadas pela convergência dos eixos cotidianos do olhar, buscando compreender o papel das metonímias geográficas na sua composição. Com isto, serão percorridos os itinerários da imaginação sobre o caráter regional através dos relatos e da instituição de paisagens reveladoras dos modos pelos quais os sujeitos articulam sua vivência imediata dos lugares com os espaços que eles próprios consideram como mais eloqüentes do universo sertanejo.

A divisão esquemática dos horizontes semânticos abaixo apresentada, deve-se frisar bem, é apenas parte do processo interpretativo, o qual se completa com a análise e entendimento da mobilização retórica dos elementos da paisagem pelos sujeitos sociais. É preciso levar em conta a advertência de que os indivíduos, ao construírem suas geosofias, podem passar de uma classe de argumentos a outra, combinando as várias lógicas simbólicas aqui apresentadas em separado. Isto é, não se deve confundir a sistematização dos *temas e simbologias predominantes* no imaginário dos sertanejos com a existência de um raciocínio monocromático correspondente.

Esboçadas as linhas do imaginário sertanejo, mostraremos simultaneamente as metonímias geográficas e estratégias retóricas gerais que lhes são correspondentes. Ao final da análise de cada um dos três enquadramentos serão apresentadas tábuas de fotografias, com algumas tomadas que exemplificam os principais elementos paisagísticos apontados pelos entrevistados, mas sem a pretensão de recobrir todo o repertório geo-simbólico atinente às suas geosofias. Uma vez que as paisagens metonímicas multiplicam-se ao sabor dos “temas” básicos combinados pelos sujeitos enunciativos em diferentes sistemas de metáforas, optou-se aqui por trazer apenas uma pequena mostra ilustrativa da sua diversidade.

#### 4.1 Interpretação das paisagens metonímicas do Agreste

Uma primeira observação deve ser levada em conta quando se trata do território agrestino: os habitantes dessa zona de transição, ao descrevê-la, tomam quase sempre como referência os espaços qualitativamente diferenciados das regiões que lhes são limítrofes. Assim, pensar e falar do agreste é muitas vezes narrar sobre os aspectos em que esta área se diferencia do “sul” (zona da mata canavieira), do “brejo” (ilhas úmidas nas serras e pés-de-serras), ou do “cariri” (corruptela de sertão). Outras vezes, ao invés de usar oposições e descrições negativas – aquilo que o agreste *não é* – prefere-se explicar como a região pode conter características que englobam alguns dos traços das demais áreas vizinhas<sup>311</sup>.

Como quer que seja, o agreste é um complexo mosaico de notas geográficas, e um verdadeiro desafio aos geógrafos. Em acréscimo, o sítio de onde se tecem as visões do terreno têm marcada influência nas perspectivas acionadas; quer dizer, um habitante do norte de Caruaru, porção bem mais seca do que, por exemplo, o Brejo dos Cavalos, no sul do mesmo município, tenderá a externar um ponto de vista sertanejo, enquanto que ao morador do brejo causará geralmente estranheza qualquer referência a essa identidade.

No sentido de facilitar a análise dessas geosofias e de ordenar minimamente a reflexão sobre o semi-árido, optamos por ressaltar as apreciações que envolvessem a comparação direta entre o agreste e o sertão, subentendendo que dentre os elementos de diferenciação encontram-se as características agrestinas compartilhadas com a faixa atlântica úmida e densamente povoada. Antes de avaliar as estratégias retóricas como um todo e, mais especificamente, as paisagens apontadas pelos habitantes como representantes do quadro geral, é conveniente fazer um apanhado do imaginário relacional entre as duas regiões, de modo a situar a construção das metonímias geográficas nas lógicas narrativas gerais.

(Ver Quadro Resumo 1 a seguir).

---

<sup>311</sup> De agora em diante, todas as referências entre parênteses representam expressões utilizadas pelos entrevistados ou trechos de suas falas. As frases e termos sem indicação a um depoimento preciso representam uma re-interpretação do pesquisador, no sentido de obter uma condensação de sentidos encontrados em várias declarações afins.

### Quadro Resumo 1

Convergência do imaginário e das narrativas envolvendo a relação agreste-sertão no enquadramento *Agreste de Caruaru* (n=33)

<i>Sentido geral</i>	<i>Visão relacional</i>	<i>Linhas argumentativas</i>	<i>Idéia subjacente de sertão</i>
<b>SEMÂNTICA INTEGRATIVA</b> (87,9%)	IMAGINÁRIO DA SIMILITUDE Agreste e sertão são similares (transição) (60,6%)	<i>RETÓRICA DO SERTÃO “BOM”</i> Agreste é “sertão favorável”: abrandamento das condições naturais, densidade de ocupação e urbanização (42,4%)	Espaço selvagem em civilização, com variações naturais aproveitadas pelo homem; <i>espaço da nostalgia</i>
		<i>RETÓRICA DA “PASSAGEM”</i> Agreste é entre-dois: transição ou “passagem” para o sertão, com características do litoral úmido (18,2%)	Espaço longínquo com natureza mais rústica (maior grau de semi-aridez) que o agreste; <i>espaço da nostalgia</i>
	IMAGINÁRIO DA IGUALDADE (radicalmente integrativo) Agreste e sertão são, a rigor, a mesma coisa (27,3%)	<i>RETÓRICA DO SERTÃO CONHECIDO</i> Agreste é um sertão apenas mais próximo e conhecido, com muitas áreas de exceção circunvizinhas (brejos) (15,2%)	Terra menos conhecida, longínqua, mais “aberta” e “ampla” que o agreste, com natureza idêntica
		<i>RETÓRICA DO SERTÃO HUMANIZADO</i> Agreste é um sertão próximo e melhorado pela ação humana ( <i>man-made landscape</i> ) (12,1%)	Espaço menos transformado pela ação humana, mais distante, natureza idêntica à do agreste, fronteira
<b>SEMÂNTICA DICOTOMIZANTE</b> (12,1%)	IMAGINÁRIO DA ESTRANHEZA Agreste e sertão são diferentes, dois espaços nitidamente à parte	<i>RETÓRICA DA ESPECIFICIDADE</i> Agreste tem uma diversidade natural e humana marcante, é muito próximo e muito urbanizado	Espaço selvagem, incivilizado, longínquo, fronteira, terra incógnita, rusticidade natural, paisagem monótona

Assim, foram identificadas duas grandes famílias semânticas ou cognitivas, dois modos de ver e imaginar o agreste em relação ao semi-árido: por um lado, parece

factível afirmar que existe uma convergência de imagens com sentidos *dicotomizantes*, do tipo “*agreste e sertão são espaços distintos, nitidamente à parte*”. Por outro lado, o sentido inverso é bastante comum, expressando-se de várias maneiras na idéia de que “*agreste e sertão são espaços similares ou idênticos*”. Neste caso, apresenta-se um gênero de narrativa e de ancoragem imagética que denominamos de discursos com sentido *integrativo*. Como estão distribuídos esses eixos balizadores do olhar entre os habitantes do agreste? Para facilitar o acompanhamento dos sentidos gerais das geosofias discernidas ao longo da investigação, apresentamos a seguir um quadro-resumo comentado das principais linhas de argumentação.

#### 4.1.1 Semântica integrativa – Agreste e sertão são regiões parecidas

As imagens de cunho integrativo ou sinedóquico são tão mais importantes quanto mais complexas do que aquelas cujo sentido geral aponta para uma visão disjuntiva. Com efeito, para 87,9% dos agrestinos entrevistados (29 das 33 pessoas) o sertão e o agreste podem ser considerados, em alguma medida, como partes de um mesmo conjunto. Aqui se mostrou necessário realizar uma outra grande subdivisão do imaginário relacional, agrupando em duas linhas narrativas diferentes ou discursos de segunda ordem os cenários produzidas sobre as regiões. Desta maneira, identificamos como integrativos dois tipos de discursos e imagens: um deles foi definido como de *similitude* (“*agreste e sertão são parecidos*”); e o outro, que não se confunde com o primeiro por sua ênfase afirmativa, consistiu na postura caracterizada como *radicalmente integrativa* (“*agreste e sertão são a mesma coisa*”).

Analisemos em primeiro lugar as imagens de similitude, que se mostraram amplamente majoritárias.

##### *Imaginário de similitude entre agreste e sertão*

Para 60,6% de todos os entrevistados no recorte Agreste de Caruaru, agreste e sertão possuem grandes semelhanças em termos naturais e humanos, e o fato de serem

parecidas não é um epifenômeno contingente. Portanto, cristaliza-se aqui a concepção amplamente predominante em meio à população consultada, comportando algumas variações sutis, como veremos mais adiante.

O imaginário da similitude é evocado principalmente por pequenos proprietários fundiários (45%) e trabalhadores rurais sem terra (25%), mas também se reporta a pessoas sem ligação direta com propriedades agrícolas (20%). Em relação à ocupação principal dos informantes, verificou-se que 70% são pequenos agricultores e os demais se distribuem em diversas profissões. Por fim, os sítios geográficos de onde se constroem as perspectivas do agreste como similar ao sertão são, sobretudo, áreas semi-áridas típicas (60%), com predomínio de pecuária na caatinga ou em pastos plantados, além de agricultura de sequeiro. Em seguida, com importância bem menor (30%), vêm situações de abreamento (serras altas, pés-de-serra); os demais informantes residiam em meio urbano. Consta-se, pois, que este eixo do olhar tem uma ressonância especialmente considerável dentre pequenos agricultores das zonas agrestinas mais secas<sup>312</sup>.

Parece haver uma aceitação de que as afinidades entre as regiões brotam, em primeiro lugar, das próprias características ecológicas do agreste e do sertão; a analogia seria fundada, pois, em traços da natureza (tal como, na geografia, falamos de zona semi-árida). Todavia, a percepção de semelhanças não implica a admissão da igualdade, mesmo porque, afora o mundo natural, existem as diferenciações humanas, os dados da cultura, a posição, as experiências biográficas etc, sem esquecer as derivas da imaginação.

Uma das frases que definem tal similitude partindo do meio ambiente é a seguinte: “*no tempo chuvoso, o agreste parece com o ‘sul’ [litoral úmido, zona canavieira] e no tempo seco parece com o sertão*”<sup>313</sup>. A noção de transição é também surpreendentemente clara, quando os agrestinos afirmam que sua região “*é uma passagem para o sertão*”<sup>314</sup>. Em relação apenas aos que proferem discursos integrativos,

---

<sup>312</sup> Como a maior parte de nossa amostra foi composta de pequenos proprietários e pequenos agricultores, refletindo-se o mesmo nas proporções dos diferentes discursos, apenas assinalaremos aquelas situações onde houve algum tipo de viés importante em função de diferentes condições dos entrevistados em relação à terra, à ocupação principal ou ao sítio geográfico.

<sup>313</sup> Depoimento N° 8, pequeno agricultor de Caruaru, 01/05/2003.

<sup>314</sup> Outras construções metafóricas usadas para exprimir a idéia de transição foram: “*um beco para o sertão*”, “*imitação de sertão*”, “*um encosto de sertão*” e “*cheira a sertão*”. Discutiremos mais aspectos da geografia vernacular na seqüência da análise interpretativa (ver o discurso da transição).

temos que 69% situam-se nessa posição de ressaltar as semelhanças (20 das 29 pessoas). Quanto ao sítios de onde se tecem os relatos, observa-se que esta é uma visão predominantemente construída em lugares caracterizados pela semi-aridez, uma vez que doze dos entrevistados aqui enquadrados residiam em áreas de sequeiro, muito embora a opinião de seis pessoas originárias de zonas abrejadas também seja significativa; os outros dois informantes eram do meio urbano.

Uma afirmação recorrente para destacar a individualidade do agreste é aquela segundo a qual as terras agrestinas seriam muito mais diversificadas do que as sertanejas, havendo aqui uma clara intervenção da riqueza do conhecimento empírico dos lugares de vida dos informantes frente a um conhecimento limitado do sertão, ou a submissão a um imaginário pouco diferenciado dos clichês acerca do interior semi-árido.

Assim, os entrevistados apontam uma espécie de toposequência de microambientes que podem ser resumidos como se segue: brejo (zona fria e chuvosa no topo das maiores elevações, floresta e plantios permanentes); serras grandes (menos úmidas que os brejos, mata seca ou caatinga, roçados); brejo de pé-de-serra (zona contígua ao brejos e serras, mais esbatida, favorecida pela umidade, desmatada, com frutas, hortas irrigadas, roças e pastos); agreste molhado (área baixa, próxima ao pé-de-serra, favorecido por riachos e córregos, com pasto e roças); várzeas (leitões de rios ou riachos e seus terrenos contíguos, freqüentemente encharcados, com lavouras de vazante, pastos e pequena irrigação); e finalmente agreste seco, ribeiras ou caatingas (encostas e vales secos, interflúvios esbatidos, lavoura de sequeiro, caatingas, pastagens e pecuária semi-extensiva).

Enquanto isso, o sertão parece dividir-se entre caatingas (pecuária, lavouras de sequeiro) e irrigações (agricultura moderna), com alguns brejos muito esparsos. Seria um grande agreste onde tudo é mais “aberto”, “plano”, dominando o cariri, a caatinga, o carrasco ou o campestre (todas denominações de vegetação hiperxerófila). A sensação de que o agreste é um espaço vivido e mais conhecido, além de mais transformado pela ação humana, transparece de forma bastante clara.

Quanto às características humanas, prevalece dentre os adeptos da similitude o senso de uma cultura comum “sertaneja” (lida com a terra, música, festividades, hábitos

alimentares etc), mesmo que a proximidade e o avanço dos modos de vida “da capital” insiram modificações importantes. A noção de pertença a um conjunto cultural comum é corroborada por algumas expressões folclóricas bem arraigadas em valores locais, como a dança do forró e seus ritmos correlatos (xote, xaxado e baião), muito enaltecidos por ocasião do ciclo de festas juninas. Uma música cantada por Luiz Gonzaga, ícone da cultura popular ancorada no imaginário sertanejo, reflete este sentimento de agregação:

Anima minha gente que chegou o sanfoneiro / é bom, é verdadeiro,  
veio de Caruaru / o cabra é famoso por esse sertão inteiro / já tocou  
em São Caitano, Arcoverde, no Exu / toca aniversário, batizado e  
casamento / toca de verdade, pra tocar não falta tempo / lá no sertão  
pagode só é bom / quando é Zé Tatu que puxa no acordeom<sup>315</sup>.

A associação semântica entre Caruaru, São Caitano (dois municípios incluídos em nosso recorte de pesquisa) e o sertão fica evidente. Este tipo de inclusão cultural é facilmente perceptível quando os agrestinos falam de seus costumes em contraste com valores da capital ou do “Sul”, no caso significando as grandes cidades das regiões Sul e do Sudeste para onde migram com mais frequência:

Uma das melhores coisas que vem de Pernambuco é o forró. [...] Em São Paulo eu sempre falava do forró, falava de vaquejada, apesar de que eu não gosto mesmo de vaquejada, mas eu sempre divulgava, falava bem; eu tenho de falar bem da minha terra, não posso desvalorizar jamais [...] Mas deixa que hoje qual é o ritmo que está fazendo mais sucesso no Brasil, não é o forró? Quer dizer, os paulistas chegaram a ponto de falar, que eu presenciei mesmo, sobre os nordestinos, que é sofrido, que é homem do campo, que é... já ouvi diversas frases deles; hoje eles estão elogiando o nordeste. Porque tem muitas coisas boas, o nordeste também pode oferecer muitas coisas boas pro lado deles, lá pro sul, não pode não?<sup>316</sup>

Mas para a maioria dos que pensam de forma integrativa, é a distância que oferece um fator de singularização mais seguro, pois “o sertão está muito longe” ou “sertão é sempre mais para adiante”<sup>317</sup>. Ao lado da separação espacial, aparece a intensificação das condições de aridez, porém sem que isso ofereça limites precisos, sendo melhor falar de um *continuum* que leva do “brejo” ou “sul” ao “sertão seco”.

Inclusões culturais como a transmitida pela música acima transcrita não acontecem naturalmente e nem são pontos pacíficos em todas as interpretações

<sup>315</sup> Trecho de “*Sanfoneiro Zé Tatu*”, música de Onildo Almeida gravada em 1962 pelo “rei do baião”.

<sup>316</sup> Depoimento N° 5, pequeno agricultor e pedreiro de Caruaru, 30/04/2003.

<sup>317</sup> Depoimentos N° 3, 22/03/2003 e N° 6, 30/04/2003 respectivamente, ambos de pequenos agricultores de Caruaru.



coletadas. Algumas vezes a assimilação pode ser o reflexo de uma nostalgia advinda da consciência das mudanças aceleradas que concorrem para afastar cada vez mais a fisionomia agrestina da realidade sertaneja; outras vezes, resulta da exacerbação de sentimentos identitários manipulados politicamente. Sem embargo, fica patente, sobretudo neste último caso, que se necessita partir de alguns elementos metonímicos que calem fundo na alma do povo, que resgatem a crença na pertinência das afinidades agreste-sertão de forma mais enfática que as relações existentes entre o agreste e o litoral /capital. É o que nos transmite o seguinte diálogo com um professor caruaruense:

– (P) *Você não acha contraditório que os caruaruenses, ao mesmo tempo em que se voltam para o Recife, evoquem simbologias e modos de vida que são tipicamente interioranos, do semi-árido sertanejo, vamos dizer assim?*

– (R) Para mim, não tem contradição.

– (P) *Por que?*

– (R) Porque, primeiro, na política, Tony Gel [prefeito de Caruaru] quer se dizer o cara mais sertanejo que existe na face da terra! Mais sertanejo do que o Inocêncio Oliveira [deputado federal originário do município sertanejo de Serra Talhada]! Mas isso no período da eleição. No jogo político de uma política mais alargada, mais estendida regionalmente, ele quer ser um grande metropolitano, ele usa isso quando é conveniente. Na questão do São João isso [a identificação com o sertão] não é uma contradição, porque vende muito.

– (P) *Você acha que o São João é uma festa identitária importante para Caruaru, ou é meramente uma coisa para chamar turistas e ganhar dinheiro?*

– (R) Eu acho que não é uma resposta assim nem somente de uma coisa nem de outra. Faz parte da história, as pessoas se sentem dela, agora muito instrumentalizada para isso, uma justificativa de ganho econômico para a cidade. [...] É o pátio de eventos e tal, as multidões. O poder público é que é o grande definidor dessas políticas. Mas todo mundo se sente bem identificado. [...] O São João aqui é uma festa mais forte que o natal, no sentido do encontro com a família. [...] Vêm parentes de São Paulo, vêm parentes seus de não sei onde. [...] O São João é que é um encontro mesmo. Então ele entra num saudosismo muito grande dessa ruralidade perdida.

– (P) Que ruralidade é essa que o São João evoca?

– (R) A comida, que era a comida rural, que era à base de milho, que de certa forma você também tem ainda uma base muito forte de milho

no cotidiano, mas só que é um milho específico que remete assim: ‘Ah! Isso era quando tinha no sítio!’ . Então é um saudosismo, porque cada membro da população tem a sua origem rural. O São João puxa esse nostálgico do milho, da comida, da dança, das atividades de festa partilhada, da quadrilha [...] ninguém faz uma quadrilha de dois. Então eu acho que o São João entra quase como uma coisa assim muito distante do que é vivenciado na prática aqui na cidade, quase como uma utopia do rural assim, sabe? Um rural bem festivo, bem alegre, as pessoas se alimentando com abundância. É um período que remete a um espaço utópico, rural utópico, que a gente sabe que não era essas mil maravilhas. Não é hoje e não foi antes também<sup>318</sup> .

É possível constatar através de outros depoimentos que os vínculos existentes entre o sertão e o agreste teriam uma origem no passado, havendo um processo de diferenciação que se desenrolaria no tempo presente ou desde um passado recente (tanto aqui quanto em terras sertanejas), mas não ainda a ponto de suscitar uma fronteira entre ambos. Há também a percepção de uma tendência inversa, ou seja, de que estaria ocorrendo a equiparação das condições de vida e dos sistemas produtivos do sertão com os do agreste através da ação humana (principalmente obras hídricas governamentais), de forma que as melhorias difundidas promoveriam as semelhanças entre as regiões. Como explica um pequeno proprietário do agreste:

– (P) *Qual é a diferença do agreste pro sertão?*

– (R) A diferença era que o agreste já era encosto de *sul*, já era um canto mais arejado, mais chuvoso; o sertão era um canto mais seco, às vezes passa de um ano para outro sem chover. A gente aqui acha ruim, mas o sertanejo já acha pior do que a gente aqui na época seca. Agora não, porque existe muita barragem, os governos fazem barragens. No sertão mesmo, quando a gente ia de caminhão para o Ceará – ave, Maria! – para encontrar uma fonte que tinha um açude com uma lama lá e usar na viagem para cozinhar e essas coisas, era muito difícil. Hoje já está mais fácil e comparou o agreste com o sertão, a mesma coisa, né? Com esses açudes facilitou muito<sup>319</sup> .

Quer seja ressaltando os elementos da natureza, quer seja os do trabalho humano e da cultura em sentido amplo – dos costumes às práticas agrícolas – a intencionalidade desse tipo de narrativa é tornar plausível a admissão da diversidade agrestina em um sistema maior (o do “interior”) em contraste com a civilização do litoral. A aproximação física e simbólica desta última coloca em destaque o caráter transicional do território agrestino; por outro lado, o paulatino “distanciamento” do sertão engendra uma

<sup>318</sup> Depoimento Nº 2, professor de Caruaru, 17/03/2003.

<sup>319</sup> Depoimento Nº 8, pequeno agricultor e técnico de padaria, Caruaru, 01/05/2003.

nostalgia que orienta o imaginário e condiciona o olhar a perceber uma disjunção futura ou iminente. Os modos de vida presentes remetem cada vez menos a uma integração real entre os espaços, mas os valores simbólicos tradicionais e/ou reinventados insistem na filiação a uma cultura comum.

Portanto, os que concebem o agreste como uma região parecida com o sertão estão sempre compondo cenários híbridos, lançando mão de imagens de um *espaço da saudade* – interior semi-selvagem em processo de conquista e melhorias, onde as variações naturais resultam em diferentes subespaços organizados pelo labor humano. Ao mesmo tempo, os depoentes não se eximem de apontar o “progresso” em um *espaço de oportunidades*, que é o próprio agreste – urbanização, densidade de ocupação e de atividades, acessibilidade, condições naturais favoráveis etc. Este avanço penetra em direção aos confins do sertão, sob a égide do paradigma hídrico, cujos agentes mais ativos são os governos estadual e federal. O agreste foi sertão, ou é um sertão que não é mais sertão devido ao desenvolvimento dos transportes e de uma economia urbana; todavia, os que pensam a afinidade gostariam de ver conservadas algumas características sertanejas distintivas de uma civilização do interior, que a modernização vem apagando ou desfigurando.

Seguindo o mesmo procedimento anteriormente adotado para a diferenciação e convergência de discursos de segunda ordem, temos finalmente a especificação de discursos de terceira ordem, que representam o desdobramento dos argumentos e imagens mais correntes em cada um dos eixos do olhar, estando na base da sua enunciação. Observa-se que o imaginário da similitude comporta dois subgrupos retóricos: em um deles, há os que professam ser o agreste (a) *um sertão mais brando, favorável* (do ponto de vista natural), mais densamente povoado e urbanizado. Em outra vertente, há aqueles que dizem ser o agreste (b) *uma “passagem”, uma transição* entre o litoral úmido e povoado e o sertão seco e desértico. Vejamos seus traços constitutivos essenciais:

a) O agreste é um sertão favorável e urbanizado – neste tipo de retórica, a ênfase recai sobre as potencialidades naturais agrestinas, que seriam mais propícias ao estabelecimento das atividades econômicas ligadas à agropecuária, base a partir da qual a região pôde se desenvolver e se destacar do restante do interior acentuadamente semi-

árido. São ressaltados os tipos de terreno com mais fácil acesso à água: brejos e pés-de-serra, ou áreas de caatinga “mansa” – mesmo que esta realidade não corresponda à totalidade do espaço, tratar-se-ia da metonímia geográfica mais representativa da região de Caruaru. Se aqui existe um sertão bom, benigno, auspicioso, é de se esperar que os informantes imaginem um outro sertão, adverso e desfavorável. Qual o sentido da comparação?

Em acréscimo à moderação da aridez, observar-se-ia no agreste uma afirmação da urbanidade, mesmo em meio rural. Isto é um indicador da idéia de sertão como um espaço de fronteira, um semideserto ainda em processo de ocupação e que depende de obras do governo para ser satisfatoriamente ocupado, por ter uma natureza mais hostil. Contudo, coloca-se como plausível que a ação humana transforma o deserto e que o sertão pode chegar onde o agreste se encontra; a prova disso são os projetos de irrigação e barragens, sempre citados como exemplos de que as coisas estão melhorando. Também no plano local, terrenos de caatinga cultivados são apontados como ilustrativos do poder transformador do trabalho humano (cujo ápice são pomares e hortas irrigadas). A modernização também promove a relativização do fator distância, uma vez que os agricultores não precisam mais “viver enterrados no sítio”<sup>320</sup>.

O quadro narrativo-interpretativo do agreste como sertão “bom” recobriu a opinião de 42,4% de todas as pessoas entrevistadas no enquadramento Agreste de Caruaru (14 de 33 depoentes), sendo a linha argumentativa mais expressiva identificada na investigação da área. Tal frequência representa 70% dos indivíduos que enunciaram visões de similaridade e 48,3% daqueles que foram reportados no contexto geral de uma semântica de integração. Tais números chamam a atenção para a importância desse tipo de entendimento sobre a realidade do agreste. Poder-se-ia pensar, à primeira vista, que o cenário de um sertão benigno é predominantemente traçado por indivíduos residentes em zonas abrejadas ou em situação privilegiada em relação à água, não correspondendo a uma situação representativa do semi-árido agrestino. Entretanto, os enunciadores de tal discurso provêm, em sua maioria, de sítios tipicamente semi-áridos – dez dos entrevistados – contra apenas quatro originários de zonas de brejo ou pé-de-serra. Isto reforça a tese do sertão brando. Vejamos a síntese das paisagens metonímicas (Tábua A-1) e outros elementos retóricos dessa linha argumentativa.

---

<sup>320</sup> Depoimento N° 33, pequeno agricultor de São Caitano, 03/05/2003.

**Tábua A-1**  
Sentidos metonímicos das paisagens do Agreste de Caruaru  
*Retórica do agreste como sertão “manso”*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Muitas serras, brejos e áreas moderadamente secas ao lado de terras de caatingas ásperas;</li> <li>▶ Inexistência de caatingas grossas (virgens);</li> <li>▶ Diversificação agrícola (roças, fruticultura, horticultura irrigada) ao lado de criatório e lavoura tradicional; avanço da pecuária nas melhores terras e marginalização das roças;</li> <li>▶ Existência de muitos agricultores sem terra; campo tomado por <i>outsiders</i>, urbanização;</li> <li>▶ Densa rede de estradas; ascensão rápida de elementos urbanos (arruados, eletrificação etc);</li> <li>▶ Abandono da agricultura; lavouras sinistradas pelas estiagens apesar dos geo-símbolos do paradigma hídrico (açudes, barragens etc);</li> <li>▶ Paisagem “das confecções”: sulanca, feira, fabricos e empregos urbanos.</li> </ul>	<p><b>Agreste: <i>sertão próximo, brando e melhorado</i></b> Espaço conhecido dentro do sertão maior; Espaço vivido similar ao sertão (com natureza mais benigna que a deste); já foi como o sertão; Interior favorecido, menos árido e bem mais adiantado (urbano) apesar de ser tão <i>humilhado</i> pelas estiagens quanto o sertão; Ruralidade declinante: agricultura <i>cansada</i>, comércio e confecções em alta, pecuarização; Hibridismo relativo: sertão ↔ agreste</p>
	<p><b>Sertão: <i>agreste mais distante e atrasado</i></b> Tal como foi o agreste antes; permanece longínquo e vazio, mais selvagem, amplo e seco (natureza mais hostil); economia natural, zona em colonização, recebendo melhorias (São Francisco = metáfora radical do oásis); <i>espaço da nostalgia</i></p>

Os quadros que ilustram a concepção do agreste-sertão auspicioso mostram um território entrecortado por muitas estradas, a quase inexistência de caatingas “grossas” (densas) e uma diversificação de culturas notável, sobretudo no âmbito das lavouras (várzeas irrigadas, fruteiras, roças de mandioca, pastagens artificiais). A pecuária não é feita “no solto”, como no sertão, mas em cercados de capim plantado expressamente para formar pastos, e vem ganhando espaços antes dedicados à lavoura.

A existência de uma economia urbana dinâmica, com muito comércio, “empregos”, indústrias de confecções e transporte fácil minimiza os efeitos de estiagens, que freqüentemente assolam o meio rural agrestino. A agricultura sofre, então, uma influência notável dos modos de vida outrora identificados com a “rua” (a cidade), vindo a se tornar ou uma mera complementação de renda e fonte de alimentos

baratos para as famílias, ou adquirindo um caráter mais evidente de pluriatividade<sup>321</sup>, sendo conduzida geralmente por pessoas mais velhas. Os jovens, ao invés de emigrarem como no passado, buscam as cidades próximas para trabalhar:

O agreste é bom demais. Quando está assim muito seco o povo já arranja um dinheirinho lá na feira, muita gente trabalha lá, aí pronto, fica naquilo. Quem tiver seu empreguinho não deixe; você tendo, com ele é melhor. Ou bom ou ruim, seja de qualquer jeito, está sustentando. Porque quando chega uma época de seca, aí o camarada vai sofrer, né? E tendo seu empreguinho lá ele está se safando, se livrando. Hoje aqui tem mais gente trabalhando na rua, principalmente os jovens. Tem dois ônibus que saem daqui cheios pra Caruaru, todo dia, vai pegando gente pra trabalhar [...] As famílias do meu tempo não tinham outro meio de vida, não. Não existia esse negócio de costura, de confecção; não existia esse negócio de jeans, de sulanca, isso não existia. Tudo se mantinha somente daqui, era só da roça<sup>322</sup>.

Quer dizer, a lavoura não é abandonada de todo, mas os empregos extra-agrícolas passam a ser o eixo. Os modos de vida parecem aqui mudar radicalmente sob a aparência de uma paisagem sertaneja, ou que pelo menos mantém alguns elementos daquilo que os entrevistados concebem ser um espaço tipicamente sertanejo. Os tipos de terrenos identificados enfatizam as situações abrandadas de semi-aridez, principalmente por causa dos brejos de atitude e das fontes nos piemontes das inúmeras serranias. Aliás, o “tropismo” da água ainda é muito importante na compreensão que os habitantes do agreste têm da natureza, da ocupação humana dos solos e dos tipos de exploração agropecuária.

Que sertão resta nesta figuração do agreste? Um sertão bom por natureza e amansado pela ação do homem. Em geral menos seco, em parte menos sujeito às secas, com mais opções de trabalho e emprego (alternatividade roça-cidade), a presente concepção do território agrestino refere-se a um “sertão” que não é (mais) distante, não é (mais) isolado, não é (mais) selvagem – isto é, o agreste conforma-se como um sertão atenuado em suas características míticas. A nostalgia instala-se neste vazio deixado pela

---

<sup>321</sup> O conceito de *pluriatividade*, assim como o de *multifuncionalidade* da agricultura, refere-se à “*inserção plural do agricultor e da população rural, de uma maneira geral, no mercado de trabalho e das trocas, cada vez mais freqüentes, de bens materiais e simbólicos, entre o mundo urbano e o rural*” (CARNEIRO, 2002, p.234), dificultando, no dizer dessa autora, a definição de ruralidade tendo por base uma suposta fronteira entre campo e cidade. Ver também a este respeito Carneiro, 1998 e Wanderley, (2000).

<sup>322</sup> Depoimento N° 6, pequeno agricultor aposentado de Caruaru, 30/04/2003.

rápida urbanização e “des-mitificação” de um espaço semi-árido sob marcada influência da civilização costeira.

b) O agreste é uma transição para o sertão – Deve-se levar em conta que esta corrente de opinião é uma variação sutil da anterior, tendo como eixo a colocação precisa do agreste entre o litoral chuvoso e o sertão seco. A idéia prevalecente na concepção da “passagem para o sertão” é a de que as terras agrestinas seriam bastante parecidas com as sertanejas, havendo apenas uma maior concentração de brejos e pés-de-serra úmidos no primeiro caso, em função da proximidade com o litoral (o chamado *sul*), mas à medida que se caminha para o norte e para o oeste, as condições de semi-aridez iriam se acentuando paulatinamente:

Em Caruaru a gente tem agreste, tem verde o tempo todo, tem fruteira, tem brejo. E aqui [próximo a Toritama] vai pegar brejo somente em Taquaritinga [mais ao norte]. E puxando essa fronteira aqui [mais para o oeste] pega um cheiro de sertão já; aqui não é sertão, mas já pega aqui perto. Aqui em Jataúba já é um sertão infeliz, acho que é o município de Brejo da Madre de Deus. Aqui estamos no agreste ainda, é um agreste mais seco e o de Caruaru é mais chuvoso<sup>323</sup>.

Seis pessoas estabeleceram esse tipo de cenário relacional entre o agreste e o sertão, o que equivale a 18,2% do total de entrevistados no recorte em estudo. Apesar de bem menos expressiva do que a descrição do agreste como um sertão favorável, a idéia da passagem ilustra a segunda mais importante linha de argumentos mobilizados nos relatos corriqueiros dos agrestinos. Quanto àqueles que se inscrevem na semântica integrativa observa-se que esse número corresponde à proporção de 20,7% dos relatos aí classificados. Por fim, em relação apenas aos depoentes que mobilizam o imaginário da similitude, temos que 30% preferem enquadrar o agreste como um espaço transicional.

A geografia vernacular correlata à narrativa da transição é bem reveladora: por exemplo, para alguns dos depoentes, a região de Brejo da Madre de Deus é um “encosto” de sertão, ou seja, está próxima, numa relação de contigüidade ou de contato com o espaço sertanejo. A interpenetração de alguns de seus traços emergiria, pois, desta conjunção. Para os agricultores do Sítio Lages e Caldeirão, comunidades da porção norte de Caruaru, mais seca, ali já se trata de “um beco de sertão”, variação da

---

<sup>323</sup> Depoimento N° 14, sem terra residente no Sítio Lages, Caruaru, 01/05/2003.

expressão “uma passagem para o sertão”, que visa ressaltar as semelhanças gradativas de aparência, tipos de terrenos, formas de exploração agrícola etc entre os lugares agrestinos e sertanejos.

Deve-se ressaltar que os principais elementos paisagísticos a estabelecer as analogias são quase sempre as poucas chuvas, a grande incidência de secas, a vegetação de caatinga brava (hiperxerófila) e a preeminência da pecuária. (ver Tábua A-2). Uma outra expressão mobilizada neste esboço imagético-discursivo é bastante reveladora das relações entre os dois espaços considerados: “O agreste é uma imitação do sertão”; fica claro, então, que as similitudes são grandes, o que não significa, entretanto, que se pode tomar indefinidamente um pelo outro. O sertão permanece mais ao norte/oeste, sempre longínquo e selvagem, mais bruto e seco, e o agreste é apenas a sua ante-sala.

Partindo de constatações ambientais semelhantes às do discurso anterior, os entrevistados ressaltam que se conformaria uma transição complexa da costa “molhada” ao domínio do interior árido, uma vez que se poderiam encontrar, no agreste, terras tão ou mais secas do que as sertanejas. Por outro lado, condições favoráveis de umidade propiciariam, em alguns lugares, a supremacia da lavoura sobre a pecuária, de modo nitidamente diferenciado do que ocorre no sertão. Esse contraste *sul/brejo*-sertão seco seria uma característica marcante da passagem de um meio para o outro. Nas palavras de um agricultor:

Agreste é o que nem é sertão e nem é *sul*; então nossa região aqui é agreste porque tem ainda aquele temperamento do *sul*, a frieza, é muito sujeita à frieza, à garoa. Amanhece o dia aí por cima aquele nevoeiro! Enquanto nas caatingas, não: quando o dia amanheceu, o sol é aquela claridão e ninguém vê esses cerramentos nos altos, né? E então é por isso que essa região de Caruaru é agreste; de certos meios em diante passa a ser sertão, aí é aquela caatinga braba, né? Muita madeira, com um pouquinho de se criar. Mas aqui nessa redondeza o importante é trabalhar na agricultura, onde você tem a produção assim mais fácil. O sertão fica mais distante, de Santa Cruz do Capibaribe acima já é sertão, de Belo Jardim acima já é sertão, de Arcoverde já é sertão, é distante; mas nessa redondeza tudo é agreste, Caruaru é todo agreste<sup>324</sup>.

Se no meio rural do agreste “o importante é trabalhar na agricultura”, o sertão permanece no imaginário dessas pessoas ainda como um espaço distante e pouco transformado pela ação humana, com matas de caatingas virgens, quase que somente

---

<sup>324</sup> Depoimento N° 15, pequeno agricultor de Caruaru, 01/05/2003.



ocupado pela pecuária extensiva, sobretudo pela caprinocultura. Enquanto o agreste já presenciaria o enfraquecimento de seu lado rural em prol de atividades tipicamente urbanas, o sertão ainda estaria sendo conquistado pela agricultura (irrigada).

**Tábua A-2**  
Sentidos metonímicos das paisagens do Agreste de Caruaru  
*Retórica do agreste transição para o sertão*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Heterogeneidade ambiental, com áreas idênticas ao sertão (caatingas, pedras, pecuária extensiva etc) e outras semelhantes ao <i>brejo</i> ou <i>sul</i>; alta concentração de brejos de altitude, mas em direção ao oeste o aspecto árido se acentua;</li> <li>▶ Rios intermitentes e reservatórios secos;</li> <li>▶ Agricultura diversificada (roças, pequena irrigação, pomares) e pecuária, com destaque para as lavouras; emblemas das estiagens e agricultura sinistrada lembram o sertão;</li> <li>▶ Grandiosidade e agressividade urbana de Caruaru; desruralização adiantada (loteamentos, chácaras de fim de semana, estradas principais e vicinais, eletricidade etc);</li> <li>▶ Paisagem do paradigma hídrico (açudes, barragens)</li> </ul>	<p><b>Agreste: <i>uma passagem para o sertão</i></b> <i>Imitação</i> de sertão, <i>entre-dois</i>: a natureza de ambos é muito parecida, apesar das similitudes também se referirem à faixa úmida; trajeto natural acrescido da transição de ocupação humana (urbanização, densidade de habitat rural, desenvolvimento), <i>continuum</i> de uma situação à outra; agreste é <i>como se fosse</i> sertão Hibridismo acentuado: sertão ↔ agreste</p>
	<p><b>Sertão: <i>aquilo em que se transforma o agreste na medida em que se penetra o interior</i></b> Natureza paulatinamente mais seca e hostil, espaço contíguo, porém mais distante e vazio, quase selvagem; zona em colonização, recebendo melhorias; <i>espaço da nostalgia</i></p>

Acontece, por outro lado, que o discurso da transição reflete de forma bem mais marcada uma “proximidade” ou fusão cognitiva entre as regiões, em comparação com a concepção do agreste como sertão abrandado. Em outras palavras, os “pequenos sertões” identificados nas redondezas querem dizer sobre o hibridismo e a interpenetração de traços constitutivos das áreas em questão. Por exemplo, a existência, no agreste, de secas e de rios que “cortam” todos os anos na estação do estio (intermitentes), são como que um lembrete das afinidades ambientais e fisionômicas entre as regiões, tal como acontece com as caatingas ásperas.

O fator distância reaparece como determinante do gradiente de passagem de uma região à outra: quanto mais “para cima” (para oeste ou norte) mais secas seriam as terras, em geral. Assim, o norte de Caruaru e de Brejo da Madre de Deus seriam

“quase” sertanejos, pois apesar de “imitarem” o sertão, estão demasiadamente próximos para integrarem-no realmente. O sítio de onde se tece este cenário não demonstrou influenciar a opinião dos adeptos da linha argumentativa da transição, uma vez que foi constatada a distribuição equilibrada quanto aos tipos de terreno (zonas de caatinga, brejos e meio urbano: exatamente 1/3 de cada situação).

O sentido da transição refere-se ainda à qualidade e ao estado de domesticação das caatingas agrestinas, as quais “têm todas as plantas que tem no sertão [...] O agreste é quase que um sertão que nem o cariri. O que o sertão tem, aqui tem: tem o alastrado, o mandacaru, a palma [...]. Só não é sertão porque já naquelas serras é diferente, Serra dos Cavalos, ali por Terra Vermelha, pra Murici, ali tudo é brejo”<sup>325</sup>. Além da vizinhança próxima dos brejos de altitude com vegetação de mata úmida e fontes que nunca secam, os informantes observam que as caatingas agrestinas se mantêm verdes durante um período mais longo, todavia são mais devastadas do que as sertanejas, pois estão sendo substituídas por pastagens artificiais. Uma outra diferença, na concepção dos habitantes, é a maior quantidade de açudes existentes no agreste, mesmo com as recentes obras que teriam privilegiado o território sertanejo.

Também nessa visão não se deixa de sublinhar, especialmente no caso de Caruaru, que o agreste consiste num semi-árido em urbanização. Os entrevistados transmitem a impressão de que o meio rural está sendo tomado por chácaras, estradas, vilas, loteamentos e “pessoas de fora”, e as roças vão se tornando “serviço de velhos e aposentados”. Portanto, a transição não fica restrita ao mundo natural, reportando-se às relações campo-cidade numa região dominada pelo comércio e pelo setor de confecções (sulanca). A mutação é tão profunda que a própria identificação do agreste com a ruralidade resulta estremecida: de uma zona eminentemente agrícola no passado, este território é concebido hoje, em seu conjunto, como girando em torno das cidades, o que o distinguiria do sertão, tal como na visão anterior. Mas não se chega ainda a ponto de dizer que a urbanidade estabelecerá uma distinção radical entre os espaços considerados.

Enfim, o agreste, deste ponto de vista, é um caminho progressivo para o sertão; um espaço de natureza muito similar à sertaneja, “positivado”, “melhorado” pela

---

<sup>325</sup> Depoimento N° 17, diarista aposentado, Caruaru, 01/05/2003.

atividade dos homens, além de ser pontilhado por terras mais úmidas, melhor aproveitadas pela agricultura e pecuária. Mesmo com a diferenciação de modos de vida, os elementos paisagísticos do sertão e do agreste continuariam muito próximos, tornando-se difícil para os informantes precisar onde termina um e onde começa o outro. De modo similar à visão anteriormente comentada, a “perda” de algumas características tidas como sertanejas contribui para suscitar e reforçar um tipo de nostalgia que (re)anima a integração do agreste ao sertão.

### *Imaginário radicalmente integrativo de agreste e sertão*

Quanto às perspectivas ditas *radicalmente integrativas*, observa-se que um número bem menor de agrestinos prefere dizer que não há qualquer diferença significativa entre as regiões semi-áridas (somente nove indivíduos), limitando-se a 27,3% do total de entrevistados no enquadramento em análise, e a 31% daqueles que utilizam estratégias integrativas. Note-se, entretanto, que este subconjunto de opinião significa mais do que o dobro da classe de estratégias dicotomizantes, a despeito de estas últimas representarem um discurso de primeira ordem.

Todos os que contextualizam suas opiniões segundo o imaginário da igualdade são pequenos proprietários rurais e agricultores, mas, ao contrário do que seria esperado, não se situam em sua maioria nas áreas de sequeiro. Verificou-se que quase 80% dos informantes eram provenientes de terrenos abrejados, com relativa facilidade de acesso à água em ambientes sub-úmidos ou de semi-árido moderado. O fato de viverem em terrenos relativamente “favoráveis” não resultou em que classificassem os brejos e pés-de-serra como espaços à parte; quer dizer, para os sujeitos pesquisados, tais variações fariam parte do caráter sertanejo.

É preciso assinalar, por outro lado, que a postura em questão pode estar relacionada ao “discurso da ajuda” (GOMES, A., 1998) e da vitimização, havendo o uso de hipérboles para inserir o agreste no imaginário da natureza hostil do sertão e, assim, reivindicar um olhar de comiseração ou solicitar “mais apoio”. No entanto, partindo da mesma agressividade atribuída ao ambiente sertanejo, verifica-se também uma atitude completamente inversa, isto é, o intuito de valorizar e enfatizar a laboriosidade e

tenacidade dos agrestinos que conquistaram e transformaram uma terra inóspita com o seu trabalho.

Por fim, o imaginário da igualdade comporta também dois subtipos de discurso: aqueles que dizem que (a) *o agreste “era” a mesma coisa que o sertão, mas foi melhorado pela ação humana*, quer dizer, que se trata integralmente de uma paisagem humanizada (*a man-made landscape*). Aqui, costuma-se ressaltar da mesma forma a proximidade e a familiaridade do agreste, enquanto os sertões seriam uma *fronteira*. O elogio do trabalho e da organização é predominante, em coerência com a imagem de espaço construído.

A segunda visão da igualdade define o agreste como um sertão em tudo correspondente aos outros, sendo apenas mais próximo e vivenciado, enquanto a paisagem sertaneja adquiriria, no limite, a figura de uma terra incógnita. Daí sua denominação nos seguintes termos de que (b) *o agreste é um sertão mais conhecido*. Não obstante tal desconhecimento do sertão, os agrestinos imaginam sua região como agraciada, do ponto de vista natural, pela vizinhança de serras altas e brejos mais numerosos e próximos do que o que se supõe verificar nas terras sertanejas – a diferença seria de grau, não de gênero. A aproximação deliberada das duas realidades é, por outro lado, um eco dos discursos da ajuda. Observemos os traços essenciais de cada um desses painéis imagético-discursivos:

a) O agreste é um sertão melhorado pela ação humana

A retórica do agreste como um sertão verdadeiro e genuíno, mas que foi transformado pelo trabalho cotidiano dos homens, vale-se de figurações muito expressivas acerca da semi-aridez e do imaginário da natureza sertaneja. É uma retórica da contundência, das imagens contrastantes. Todos os cenários são hiperbólicos e a intenção é mostrar que, sob a casca da domesticação do espaço, está o esforço cotidiano das comunidades para manter o ambiente sob controle. Trata-se de um elogio ao labor, à perspicácia e à capacidade organizativa dos agricultores agrestinos, bem como dos políticos com atuação local.

Também aqui se verifica uma mudança terminológica correlata à mudança das qualidades ambientais e da fisionomia do terreno, havendo quem não aceite denominar as terras cultivadas da região como “agreste” (repetindo-se, sempre, uma certa confusão

entre tipo de terreno e denominação regional). A conversa com uma pequena agricultora e liderança sindical de Caruaru é esclarecedora a este respeito:

Aqui não é mais agreste. Usavam muito chamar de agreste, hoje não estão usando mais não. Falavam que era uma agreste seco, que não tem nada, o povo tem vontade de trabalhar, mas não tem como trabalhar, não existe água, e então aqui era um agreste. Hoje se encontra, como diz a estória, virou um brejo, porque realmente aqui está um brejo. Porque em qualquer canto que nós vamos, só vê plantação, né? Não existe mais esse agreste. Já foi agreste, hoje não é mais. Sempre eu sou positiva!

*(P) – Por que esse lugar aqui pode ser considerado um brejo?*

*(R) – Tem muita jaqueira, fruteira, roça. Aqui já tinha uma parte diferente, aqui pra fora era uma agreste seco, não tinha um pé de planta. O sindicato ajudou, hoje tem muita produção. Puxamos água, usamos os restos de água. O agreste virou quase um brejo, agora tem tudo. Caatinga é quando não tem nada: casa, pessoa, água, no máximo um bodinho. Ah! Isso aqui hoje está quase brejo!*

*(P) – Quanto tempo demorou para que isso aqui virasse um brejo?*

*(R) – Depende da inteligência da pessoa. Antigamente o povo plantava com a lua, essas coisas. O sindicato deu a maior força, puxou água da Serra dos Cavalos com um cano, fez estrada. Teve também a ação de Miguel Arraes [governador do estado] em 1986 e continuou com o vereador da gente. Faz vinte anos que começou a melhorar. Hoje virou um *sul*. A gente aqui é *sul*, não é sertão; já foi, hoje não é mais.*

A matriz associativa sertão/agreste/agreste seco opõe-se a uma outra, representada pelo brejo/*sul*/agreste molhado. Se a região do Agreste possui alguns “jardins” naturais, como os brejos de altitude ou as beiras de açudes e rios, cabe aos homens, numa ação combinada, aproveitar as potencialidades, sobretudo a água para irrigação, de forma a modificar o caráter dos terrenos agrestinos secos e estéreis. O agreste vem a ser um “como se”: ele é como se fosse *sul*, como se fosse brejo, isto é, sua natureza hostil, sertaneja, está domada graças às intervenções humanas. Neste caso a igualdade com zonas úmidas é forjada, num senso positivo. Quer dizer, no sentido mais profundo, o agreste seria uma paisagem fabricada (*a man-made landscape*).

O cenário de um sertão humanizado é construído principalmente a partir de uma situação intermediária, aquela dos espaços de pé-de-serra, zonas de transição entre terrenos de brejo e a caatinga. Com efeito, dos quatro informantes que produziram essa visão, três habitavam locais abrejados e somente um era originário do sequeiro.

Permanece como uma condição quase obrigatória para a humanização do sertão a possibilidade de se “ajardinar” os seus terrenos de caatinga. É a água, e sempre a água, com seu poder real de transformação, que está na base desse imaginário – projetando para o sertão a metáfora radical do deserto (ver Tábua A-3).

**Tábua A-3**  
Sentidos metonímicos das paisagens do Agreste de Caruaru  
*Retórica do agreste como sertão transformado pela ação humana*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<p>► Agricultura diversificada, com especial ênfase nos pés-de-serra: várzeas irrigadas, pequena horticultura, fruticultura e roças, pastagens; Paisagem do paradigma hídrico (barreiros, açudes, barragens, cisternas, encanações, bombas e instrumentos de irrigação); obras resultam em abrejamento artificial do meio;</p> <p>► Caatingas na maior parte substituídas por pastos plantados ou lavouras; habitat rural muito denso, urbanização do campo assentada no trinômio água+eletricidade+transportes;</p> <p>► Emblemas do semi-árido (p. ex. secas) obliterados pelas ações humanas (privadas e governamentais), apesar de que na estiagem lembra o sertão (aspecto tórrido, caatingas e pastos ressequidos);</p>	<p><b>Agreste: <i>sertão melhorado pelo homem</i></b> Transformado pela ação humana (organização e obras do paradigma hídrico); uma paisagem humanizada, um sertão em urbanização; onde os <i>terrenos agrestes</i> foram molhados; Poder da técnica e da ação coletiva favorecidos pela distância reduzida; certos “resíduos” podem ser piores que o sertão e necessitam de ajuda; <i>man-made landscape</i>; Relação sinedóquica: agreste ↔ sertão</p>
	<p><b>Sertão: <i>região seca menos transformada que o agreste</i></b> Natureza idêntica, tal como era o agreste antes, espaço desfavorecido pela distância, desértico, permanecendo “estranho”; mas <i>pode vir a ser como o agreste</i>, dependendo de investimentos (ação governamental e modernização), fronteira</p>

Ao mesmo tempo em que os emblemas da semi-aridez severa são obliterados no panorama imediato que os entrevistados nos colocam sob os olhos, o recurso aos arquétipos e temas míticos do sertão se fazem presentes para lembrar a “distância” que separa um espaço selvagem, inabitável e improdutivo (o sertão seco) da realidade construída pelo desenvolvimento. Assim, a caatinga quente e tórrida, “onde só tem o canto da cigarra” é substituída por uma agropecuária diversificada, com o uso da pequena irrigação na horticultura, a construção de barreiros, açudes, poços e cisternas, ao lado de lavouras de sequeiro, sítios de fruteiras e pastagens. Através deste prisma, a diversidade agrestina é feérica, necessitando de cuidados permanentes para que se mantenha a contento.

O sertão seria o seu oposto, monótono, muito menos transformado, natureza em estado semi-original – mas não pelo efeito de um determinismo qualquer, e sim pela menor atuação das forças antrópicas até os dias de hoje. Ressurge o sentido de colonização, de espaço a conquistar. Talvez o fator distância seja o mais satisfatório para explicar, segundo o raciocínio dos entrevistados, diferenças tão gritantes entre regiões que no fundo seriam idênticas. Em seguida, viria a urbanização, o crescimento das atividades extra-agrícolas como as confecções e o comércio, deixando progressivamente em plano inferior a agricultura agrestina. Esta segunda opção é freqüentemente enunciada nos espaços de sequeiro, sem acesso a técnicas de irrigação.

No agreste, a ocupação do espaço rural seria muito densa, os sítios e roças estão até mesmo se transformando em vilas e arruados, com base no trinômio água + eletricidade + transporte. Várias alternativas de abastecimento são implementadas, desde grandes barragens e adutoras até cisternas “de telhado”, que captam água das chuvas. As estradas e o transporte diário de pessoas retiram os agricultores do isolamento. A energia elétrica teria propiciado, além de uma mudança cultural no sentido amplo, o surgimento de novas estratégias de vida: irrigação “com motor”, trabalho no setor de confecções, dentre outras possibilidades. A dependência de uma lavoura arriscada e improdutiva como a de sequeiro diminui ou é substituída pela segurança da pequena irrigação, muito embora pouquíssimos produtores tenham condições de praticá-la, preferindo-se a integração na cadeia produtiva da sulanca. É o que nos conta uma professora da comunidade de Sítio Caldeirões, em Caruaru:

Eu digo a você uma coisa que bateu fundo, muito fundo aqui. Como se você tivesse pegado um saco pelo fundo assim e tivesse virado pelo avesso: quando a energia chegou. Nós temos luz, mais ou menos, uns cinco ou seis anos que tem energia. Aí era uma vida. Hoje é outra vida. As crianças hoje... chegou um tempo que uma criança veio perguntar para mim o que era um ventilador. [...] Também quando houve assim aquela mudança do real, quando o real foi lançado, facilitou muito, né? Então quase todo mundo comprou televisão, são pouquíssimas as casas hoje que não têm televisão aqui. Eu acho que a televisão veio para sacudir [...].

*(P) – A senhora acha que a energia também revolucionou do lado agrícola?*

*(R) – Agrícola, não. É como eu disse para você, o terreno é muito ingrato, muita pedra. Então, quanto à agricultura, não. A gente pode dizer que foi um ou dois por cento que comprou aqueles aspersores, compraram o motor para irrigar, porque financeiramente não tinham*

como pagar a energia. Agora, quanto à confecção, isso sim! Aqui era tudo no pé [...] aí no começo máquinas simples, depois começaram a passar as máquinas industriais. [...] A parte de confecção foi um estouro.

(P) – *Compensou a fraqueza da agricultura?*

(R) – Foi realmente a salvação do pessoal daqui. Foi tão forte que antigamente os homens diziam: ‘*Eu, costurar? Eu sou macho!*’. Hoje você vê assim, quando está na época boa de costura, que geralmente é o fim do ano, outubro, novembro, os homens todos estão nas máquinas costurando. Eles viram que a agricultura não está surtindo efeito e que a confecção melhorou muito a situação financeira, então hoje em dia isso aí está muito forte<sup>326</sup>.

Observa-se que a época de maior demanda no setor de confecções coincide com o período mais seco no agreste, quando não há atividades significativas no calendário agrícola dos pequenos agricultores, donde o poder ainda maior que a atividade da sulanca exerce no meio rural local. Em outros locais, menos influenciados pela vizinhança dos pólos de confecção e com solos mais propícios à agricultura, as hortas e “vargens” irrigadas se tornam o principal meio de sustento das famílias. Como quer que seja, a letargia e o abandono sertanejo são afastados do espaço agrestino, cada vez mais dinâmico, cada vez mais humanizado.

#### b) O agreste é um sertão mais conhecido

A última maneira de encarar o agreste é uma radicalização das similitudes entre este espaço e as terras sertanejas. Os entrevistados que mobilizam o repertório imagético-discursivo do “agreste idêntico ao sertão” lançam mão de todas as figurações negativas comumente associadas ao imaginário da natureza semi-árida, da seca megera e da necessidade de mais apoio externo para mitigar o sofrimento dos agrestinos-sertanejos: “o governo e as autoridades competentes, que têm condições de ajudar os agricultores que vivem sofrendo, eles poderiam investir mais nos agricultores”<sup>327</sup>.

O mesmo sucede com as figurações positivas – a cultura, o homem forte do sertão etc. De certa forma, isso retrata situações de precariedade bem reais em alguns lugares do recorte Agreste de Caruaru, mas não deixa de configurar uma “carona” no poderoso imaginário do sertão ambientalmente agressivo, economicamente miserável e

<sup>326</sup> Depoimento Nº 26, professora e missionária religiosa, Caruaru, 02/05/2003.

<sup>327</sup> Depoimento Nº 5, pequeno agricultor de Caruaru, 30/04/2003.



politicamente esquecido. Significa dizer que os geo-símbolos construídos pendem, sem dúvida, para o lado da negatividade:

O agreste é um campo mais ressecado, na época seca mesmo fica do mesmo jeito que lá no sertão. Antes era mais verde, era mais chuvoso, e hoje comparou com o sertão. Em Fazenda Nova [distrito de Brejo da Madre de Deus], na época seca, não sei como o povo passa lá não! A gente não vê um pingo d'água em canto nenhum, não vê nada, só vê o chão na pedra. Para mim é a vida mais perigosa do mundo é viver ali<sup>328</sup>.

É bem verdade que não estamos diante de uma postura muito difundida, pois somente cinco depoentes utilizaram a retórica da igualdade radical. No entanto, cabe afirmar que a linha argumentativa em questão se encontra no mesmo patamar dos discursos dicotomizantes e da idéia do espaço humanizado. Com efeito, para 15,2% de todos os informantes do recorte, o agreste e o sertão possuem exatamente a mesma natureza, são iguais, significando 17,2% das opiniões dos que se enquadram na semântica integrativa. Além do mais, a idéia de que sertão e agreste são idênticos e *permanecem* idênticos supera aquela do sertão melhorado pela obra dos homens – para 55,6% dos que acionam o imaginário da igualdade, esses dois espaços se confundem, a despeito das ações humanas.

É interessante notar que 4/5 dos interlocutores classificados no imaginário da igualdade radical proferiram seus discursos a partir de ambientes considerados pelos habitantes locais como amenos, moderadamente secos, como são as zonas abrejadas de serras e pés-de-serra. Apenas um dos indivíduos situava-se em terreno de caatinga, praticando lavoura de sequeiro e pecuária. Conclui-se que a ênfase no perfil sertanejo adquire um significado ainda maior nesse grupo de opinião, um significado retórico claro e intencional, de aproximar os espaços segundo suas características mais rudes, mais difíceis.

(Ver Tábua A-4).

---

<sup>328</sup> Depoimento N° 8, pequeno agricultor de Caruaru, 01/05/2003.

**Tábua A-4**  
Sentidos metonímicos das paisagens do Agreste de Caruaru  
*Retórica do agreste como sertão conhecido*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Brejos de altitude úmidos cercados por áreas de caatingas ressecadas;</li> <li>▶ Brejos favorecidos em água e ocupados pela agricultura são pontuais, realidade maior é o sequeiro – caatinga, subsistência, gado;</li> <li>▶ Terrenos planos e secos como os do sertão, muito susceptíveis às estiagens;</li> <li>▶ Emblemas das secas: carros-pipa, obras hídricas, agricultura e pecuária sinistradas;</li> <li>▶ Agricultura decadente e aumento da pecuária;</li> <li>▶ Signos da falta de investimentos, de dinamismo e de obras; paisagem “comparou-se” [equiparou-se] à do sertão;</li> <li>▶ As serras amenizam a aridez do agreste, mas no tempo seco não se pode distingui-lo do sertão</li> </ul>	<p><b>Agreste e sertão são a mesma coisa</b> Natureza e ocupação idênticas, os únicos diferenciais são a distância (o sertão é mais longe), a ocorrência de brejos (no agreste há mais) e a vivência do espaço (agreste é espaço vivido, próximo e bem conhecido); Regiões “montadas” [uma dentro da outra]; agreste é um pedaço ou uma variedade do sertão, tão atrasado quanto este; faltam investimentos em obras hídricas</p>
	<p><b>Sertão: região seca indistinta do agreste</b> Natureza idêntica à do agreste, com serras mais distantes umas das outras (mais amplo e aberto); monótono, seco e susceptível às secas; engloba o agreste, porém é um espaço pouco conhecido, um agreste ignoto; possui lugares que são menos esquecidos do que o agreste porque há irrigação (ação governamental)</p>

As únicas diferenças admitidas referem-se à distância considerável do sertão e à existência dos numerosos brejos de altitude no agreste. De fato, o sertão longínquo é para essas pessoas muito mais um arquétipo, um espaço mítico, mal conhecido de fato; é antes de tudo imaginado. Nesse repertório de imagens, o agreste se encaixa perfeitamente, faz parte integral da cena; por isso é que é visto como “um sertão perto”, conhecido, “na minha redondeza que eu convivo”<sup>329</sup>. Inquirido sobre a diferença entre agreste e sertão, esse pequeno agricultor de Caruaru ilustra o pensamento da igualdade integral com clareza ímpar:

(P) – *Qual a diferença entre agreste e sertão?*

(R) – Agreste e sertão? Nenhuma! [risos].

(P) – *É quase a mesma coisa?*

<sup>329</sup> Depoimento Nº 5, pequeno agricultor e técnico de padaria, Caruaru, 30/04/2003.

(R) – É a mesma coisa, a mesma terra, o mesmo solo. Eu acho que seja assim. Já fui para Sertânia, pronto, eu acho que é um agreste. Custódia, é uma região seca, entendeu? Eu trabalhei lá.

(P) – *Quer dizer que quando você fala “agreste” está falando de uma região seca?*

(R) – É o quê? É uma região seca. Tem o sul, pronto, já pro lado do Recife, aquela zona de lá já é um sul, a terra é mais úmida. Aqui não, aqui você vê que é uma terra plana e seca.

(P) – *Posso dizer que você é um sertanejo?*

(R) – Normal, eu sou do sertão, eu faço parte do sertão. Eu acho que o agreste... o agreste... Olhe, um palpite, eu acho que o agreste é onde nós convivemos, é Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha...A minha origem significa que eu sou o quê? Um nordestino. E também pernambucano ao mesmo tempo. Se eu estiver falando errado, vocês me perdoem.

(P) – *Você falou que é nordestino e pernambucano, e que agreste e sertão são a mesma coisa. Entre agreste e sertão, qual dos dois vem primeiro, você se sente mais do sertão ou do agreste?*

(R) – Olhe, essa pergunta, eu posso estar até confuso, mas eu vou te responder assim mesmo: eu acho que essas quatro coisas que eu falei aí, sinceramente, eu acho que elas se tornam uma só. Entendeu? No final das contas é tudo uma coisa só, é tudo um lugar, quer dizer, é tudo uma região *montada*.

O raciocínio sinedóquico está evidente, as terras do agreste e do sertão seriam idênticas – resguardando-se o fator distância – ambas pertencentes ao estado de Pernambuco e ao Nordeste. As regiões seriam “montadas”, isto é, se encaixariam sucessivamente, fazendo parte de um mesmo todo. O maior conhecimento empírico do agreste garante-lhe uma certa individualidade, jamais uma caracterização à parte.

Entretanto, os outros entrevistados não aceitaram ser chamados de sertanejos, mas sim de agrestinos: “Não me sinto muito como do sertão, apesar de que aqui no verão o sol chega a tremer o ar de tarde. Aqui tem seca, mas é por ano; no sertão é sempre, *dizem que é sempre*. Onde tem seca, tem sofrimento. Eu me sinto agrestino”<sup>330</sup>. O relativo desconhecimento empírico levaria à dúvida do quão idênticas seriam essas regiões, reaparecendo a idéia de sertão como o paroxismo da aridez:

---

<sup>330</sup> Depoimento N° 17, trabalhador rural aposentado, Caruaru, 01/05/2003.

O sertão, o nome já está dizendo, é uma coisa feia. O sertão da Bahia, na divisa com Minas Gerais, o cabra se arrepia só de passar na estrada, é horrível. O sertão é sofrido, o sertanejo é sofrido, porque o lugar é muito seco<sup>331</sup>.

A igualdade não deixa de ser fabricada no discurso, uma vez que aqui e acolá transparecem opiniões sobre a existência de diferenças significativas entre os espaços. Assim, as dessemelhanças têm de ser minimizadas, para conferir coerência ao argumento do agreste-que-é-sertão. O jogo de aproximação e afastamento do agreste a este tipo de imagem é, por conseguinte, bastante complexo, tornando-se claro que os adeptos da semântica igualitária procuram situar os cenários produzidos num contexto regional mais amplo.

Não é à toa, então, que o sentimento de ser nordestino surge relacionado ao imaginário da natureza semi-árida e ao mito da necessidade, reproduzindo-se os estereótipos que embasam os discursos de ajuda. Na escala nordestina “somos todos sertanejos”, muito embora o agreste não seja exatamente como a *silva horrida* dos sertões mais bravios e distantes.

#### 4.1.2 Semântica dicotomizante – Agreste e sertão são regiões singulares

É interessante observar que o imaginário correlato à razão dicotomizante é amplamente minoritário, uma vez que apenas quatro pessoas declararam taxativamente que o sertão e o agreste são espaços que não têm nada a ver um com o outro, representando apenas 12,1% dos entrevistados no recorte em questão. A contraposição encerra, além disso, um repertório menos variado de imagens e dizeres, tanto é que não se verificaram aqui subgrupos narrativos bem demarcados (discursos de segunda e terceira ordens).

Em relação aos sítios de onde se construíram as paisagens metonímicas, observa-se uma divisão equilibrada entre localidades de sequeiro – que teriam supostamente muitas afinidades com o sertão seco – e zonas abrejadas de serras e pés-

---

<sup>331</sup> *Idem.*

de-serra, onde a comparação com terras úmidas é mais comum. Todos os enunciadores deste olhar eram pequenos agricultores e  $\frac{3}{4}$  possuíam terra. Quer dizer, não há um viés importante na composição deste grupo de informantes face aos demais eixos do olhar. Da mesma forma, a atitude de rejeitar a integração com o sertão não é resultante de uma perspectiva específica em função do ambiente.

Os argumentos e geo-símbolos de contraste mais utilizados para justificar esta oposição total à imagem sertaneja podem ser condensados nos seguintes tipos: o agreste é muito diversificado em termos de características naturais e humanas; o agreste é muito próximo, bastante conhecido e muito habitado; e, finalmente, mesmo que a ação humana (como a pecuarização e decadência das lavouras) ou a incidência de secas tendam a “derrotar” o agreste e aproximá-lo do sertão, as diferenças são nítidas e persistentes.

O agreste, então, se constrói em oposição flagrante e até mesmo em recusa veemente de pertencer ao sertão ou de reconhecer características aparentadas entre as duas regiões. Constata-se no plano da geografia vernacular, inclusive, uma barreira em estabelecer aproximações cognitivas; todas as palavras e expressões que lembrem ou remetem à idéia de interior árido, pouco habitado e sem explorações agrícolas significativas são usadas para demarcar a posição de que “aqui não é sertão, de jeito nenhum”. Coerentemente, os sujeitos identificados afirmam estranheza quanto à cultura dos sertanejos (modos de falar, tipos de exploração agrícola, condição econômica e até mesmo aparência física), recusando categoricamente o pertencimento a esse universo.

(Ver Tábua A-5 adiante).

**Tábua A-5**  
Sentidos metonímicos das paisagens do Agreste de Caruaru  
*Retórica da especificidade do agreste*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Diversificação agrícola (roças, pastos, pomares, hortas, áreas propícias à mandioca);</li> <li>▶ Várzeas com pastos e horticultura irrigada, partes mais secas com pastos, caatingas “mansas” e lavoura de sequeiro;</li> <li>▶ Serras altas (brejos de altitude) e áreas abrejadas com predomínio da lavoura e matas;</li> <li>▶ Meio rural densamente ocupado (habitat e uso do solo), campo com aspecto de “rua” (sítios, loteamentos e arruados);</li> <li>▶ Pecuariação (avanço das pastagens) ao lado da diminuição das pequenas explorações agrícolas e da policultura;</li> <li>▶ Agricultura decadente ou sinistrada pelas secas);</li> <li>▶ Feição urbana de Caruaru, “cidade grande”</li> </ul>	<p><b>Agreste: não-sertão</b> Oposição ou recusa do sertão; Lugares próximos, espaço vivido; Interior favorável e desenvolvido, apesar de sofrer com as secas; ruralidade atenuada; Entre-dois: “rua” e roça, seco e úmido (<i>brejo</i>); Diversidade do meio rural em declínio pelo avanço da urbanização e da pecuária.</p>
	<p><b>Sertão: fronteira, deserto</b> O que está sempre mais além, distante; Selvagem e muito seco (<i>terrenos agrestes, somente pedras, cactos e criatório</i>); Terra ignota, imaginada como “pior” do que o Agreste, lugar de homens brutos; Espaço incivilizado ou em conquista</p>

A própria palavra *agreste* não é muito utilizada, posto que aproximada ao senso de terras ruins, secas. Eles se restringem a empregá-la por força das divisões político-administrativas (“aqui é a região do Agreste”, “o município de São Caitano pertence ao Agreste”<sup>332</sup> etc), ou quando se trata da percepção ambiental dos tipos de terreno. É que para esse grupo de entrevistados a conotação geral de *agreste* remete ao quadro de semi-árido acentuado, fracamente povoado, com solos pouco propícios à agricultura e cobertos de caatingas “grossas” (densas), tudo aquilo que para a maioria das outras pessoas do recorte se encontra condensado no termo *sertão*. Isto fica claro no seguinte depoimento:

No Agreste você conta as casas. Tem menos gente. Aqui tem muita diferença, porque aqui tem o coentro, a cebola, a alface e o pimentão, e lá não existe isso, eles não plantam e quando plantam é uma bolinha na beira do rio, só para consumo de casa. [...] Lá é seco, lá para você pegar um balde d’água tem que sair de casa de madrugada para buscar, quando é de sete horas é que você está chegando em casa. Lá você carrega água na cabeça, lá não existe nada; quando bate nessa

<sup>332</sup> Para distinguir a região do tipo de terreno, usaremos grafar com a inicial maiúscula a referência dos entrevistados a um território regional, sempre que isto se mostrar necessário. No conjunto do texto, permanece a opção de apenas demarcar com maiúsculas os três recortes de estudo.

época assim, água vai se pegar com uma légua de distância ou duas. [...] O cabra do sertão, o serviço, o ramo dele, só é fazer carvão, cortar madeira, avelós, que é só o que existe no meio do mundo. [...] um serviço mais duro, esse é o sertanejo falado, né?<sup>333</sup>

Quer dizer, Caruaru ou Bezerros integram um “interior favorável”, que pode decerto ter alguns “lugares brutos” (secos, pobres), mas não o suficiente para caracterizar a região como agreste/sertão. Quando usam o termo agreste, no sentido ambiental, para caracterizar as terras da “região do Agreste”, os entrevistados fazem questão de adjetivá-lo: “Agreste friento”, “Agreste chovedor”, “Agreste molhado” e “Agreste favorável” foram algumas das expressões utilizadas para demarcar o caráter excepcional do território agrestino, em oposição ao sertão e ao imaginário da seca. Este não chega a ser negado, mas a estiagem não tem os efeitos devastadores verificados nos territórios sertanejos.

Do ponto de vista da imaginação espacial, a transição para o sertão é “empurrada” mais para o oeste, pois a distância é um termo fundamental na equação que define onde termina o Agreste: “Aqui é um [lugar] tipo *brejo*, lugar que aquilo que planta, dá. Porque agreste já é meio seco, né? Pegando lá *para cima* [interior/oeste] é que pega agreste, sertão. O agreste já pega um lugar mais seco; sertão é que pega um lugar pior do que o agreste, e essa região da gente é que é bom [...] porque quem cria é a água”<sup>334</sup>.

Como se vê, também o termo *brejo* pode ser usado numa concepção regional, de zona úmida, tal como nesta declaração; no entanto, limita-se às vezes a um tipo de terreno com mais umidade, geralmente nos topos ou pés-de-serra. O Agreste como um todo é uma região *de brejo*, porque favorecida por maiores precipitações e pela existência de muitas “minações”(fontes d’água). Quando se trata de tipos de terreno, os brejos são áreas restritas, situadas nas encostas superiores ou topos das maiores elevações, com solos profundos, vegetação de mata e muita água. Podem ocorrer, da mesma forma, no piemonte de alguns morros e ao longo de vales estreitos, propiciando o estabelecimento da horticultura e fruticultura. O grande número de áreas de brejo seria uma característica decisivamente distintiva do Agreste, que teria menos *terrenos de agreste* (caatingas).

<sup>333</sup> Depoimento Nº 10, pequeno proprietário e agricultor de Caruaru, 01/05/2003.

<sup>334</sup> Depoimento Nº 32, pequeno proprietário e agricultor na fronteira Caruaru - Bezerros, 04/05/2003.

Por outro lado, os termos e imagens mobilizadas para distinguir o *agreste-sertão* do *Agreste-espaco de vida* são igualmente significativos: todos visam sublinhar o imaginário de uma terra rude e longínqua, mal conhecida, se bem que não restam dúvidas quanto ao seu caráter árido. Fala-se, assim, de um “Agreste seco”, ou de “um Cariri brabo” como sinônimos de sertão, sempre ressaltando a agressividade de sua vegetação, que vem a ser nomeada de caatinga, mas também de “carrasco” e “campestre”. Figurações negativas e opiniões pejorativas povoam este regime escópico. Por exemplo, o sertão é “somente pedra e alastrado”<sup>335</sup>; variando para “onde só tem caatinga, pedra e criatório”, ou “é sempre mais distante”. Recusando pertencer a tal espaço, os agrestinos buscam afastar-se dos estigmas a ele relacionados.

Transparece com bastante clareza, partindo dessas mesmas reduções, um sertão imaginado como terra longínqua, deserta e monótona em sua rudeza árida – quando não se conforma tão e simplesmente em terra incógnita. Neste tipo de narrativa dicotômica, mesmo que o Agreste possa lembrar os quadros sertanejos escatológicos, como por ocasião de secas terríveis (vegetação esturricada, reservatórios d’água em colapso, caminhões-pipa, frentes de trabalho emergencial etc) a associação entre ambos seria apenas superficial ou circunstancial.

Com efeito, o Agreste é multifacetado, com pastos plantados, várzeas irrigadas, horticultura, fruticultura dentre outras atividades. Toda a terra é ocupada pela agropecuária, não apenas as beiras de rio. Apesar da diminuição da roça de subsistência (com ênfase na decadência da mandioca) e sua substituição por pastagens artificiais, teria aumentado o acesso a “empregos” (trabalho assalariado, freqüentemente extra-agrícola), compensando a queda do “trabalho” (atividades nas lavouras próprias). Portanto, os agrestinos se queixam da transformação de boas terras agricultáveis em capinzais para o gado (“aqui é quase um cercadão”<sup>336</sup>), mas parecem aceitar as compensações advindas do processo acelerado de crescimento urbano.

Um outro aspecto importante ressaltado pelos depoentes para demarcar a diferença para com o sertão é justamente a urbanização do Agreste, inclusive no meio

---

<sup>335</sup> “Alastrado” é o nome comum de uma cactácea, o *Pilosocereus gounellei*, mais conhecida como xique-xique e também denominada de xelú ou candelabro.

<sup>336</sup> Depoimento Nº 32, pequeno proprietário de Caruaru, 04/05/2003. “Cercado” é o nome da terra destinada à criação de gado. Com o processo de pecuarização, o agreste vem se transformando numa imensa pastagem, perdendo um pouco da diversidade que seus habitantes tanto valorizam. Sobre o assunto ver Sales (1982).



rural, onde os sítios são quase “vilas” ou “ruas” e as cidades são numerosas, próximas e progressistas: “aqui está desenvolvendo e vai desenvolver muito mais [...] antigamente não tinha ônibus, não tinha nada, nós andávamos de pés para Caruaru; hoje tem uma empresa aqui e não falta carro, é a semana todinha, de hora em hora no sábado e três viagens durante a semana”<sup>337</sup>. Observa-se a mobilização dos mesmos temas e imagens metonímicas dos outros tipos de discurso, mas inseridos em sistemas de metáforas diferenciados.

Que lições retirar deste painel de um Agreste que é um não-sertão? O papel do “favorecimento” natural e o avanço do progresso não deixam dúvidas sobre a intenção dos entrevistados em não inserir as terras agrestinas no imaginário nacional do sertão semi-árido. Eles preferem substituir a visão ordinária da transição geográfica agreste-sertão pelo caráter de entre-dois, cidade-campo, ou “rua-roça”, da sua região. Contudo, fazendo por onde se apartarem das associações negativas com o sertão, eles acabam aderindo aos lugares comuns mais elementares sobre esse espaço. Não há como deixar de relacionar tal postura com as idéias de sertão mais remotas na cultura luso-brasileira, enquanto espaço “selvagem”, “incivilizado” ou “fronteira”.

A seguir, são apresentadas na tábua de fotografias 1 algumas das paisagens metonímicas apontadas pelos entrevistados do Agreste de Caruaru.

---

<sup>337</sup> Depoimento N° 10, pequeno proprietário de Caruaru, 01/05/2003.

**Tábua de Fotografias 1 - Agreste de Caruaru**

Foto 01 - Brejo de altitude em Caruaru (Serra dos Cavalos), floresta perenifólia. Outubro/2003. Foto do autor



Foto 02 - Pequena horticultura irrigada em área de transição brejo/caatinga, Sítio Peladas - Caruaru. Março/2003, foto do autor.



Foto 03 - Sopé da Serra dos Cavalos, Caruaru. Habitat rural denso (pequenas fazendas e sítios) em ambiente de brejo de pé-de-serra. Março/2003, foto do autor



Foto 04 - Terrenos brocados e capoeiras em área abrejada entre Caruaru e São Caitano, com lavouras tradicionais de sequeiro. Abril/2003, foto do autor.



Foto 05 - Pequena irrigação de cebola aproveitando a água de "minações", comunidade do Sítio Peladas, Caruaru. Agreste "transformado" em brejo. Abril/2003, foto do autor.



Foto 06 - Sítio Azevém, entre Bezerros e Caruaru: área de pequenos sítios com policultura (roçados e fruteiras) em condições sub-úmidas de serra. Fevereiro/2003, foto: João Domingos Pinheiro Filho



Foto 07 - Aspecto da "pecuarização" do agreste: pasto avança em antigas áreas de sítios policultores - habitat rural esvaziado. Localidade de Ameixas, Caruaru. Fevereiro/2003, foto: João Domingos Pinheiro.



Foto 08 - "Tapera" de casa de morador em fazenda de gado; decadência do sistema tradicional da "roça pelo pasto". Localidade de Japecanga, São Caitano, Maio/2003, foto do autor.



Foto 09 - Barreiro para fornecimento de água ao gado em Serra dos Pintos, entre Caruaru e Bezerros. Fevereiro/2003, foto: João Domingos Pinheiro Filho.



Foto 10 - Sítio com plantio de palma forrageira em primeiro plano. No meio, à direita, casa do pequeno proprietário com cisterna para captação de água de chuva. Ao fundo, Serra do Jaracatiá; Japacanga - Caruaru.



Foto 11 - Pasto plantado para criação de bovinos.  
Sítio Ameixas - Caruaru  
Fevereiro / 2003, foto do autor



Foto 12 - Casal de pequenos agricultores diante de sua cisterna em Japacanga de São Caitano.  
Maio / 2003, foto do autor



Foto 13 - Venda de milho verde na feira de Caruaru durante o ciclo de festas juninas. Junho/2003, foto do autor



Foto 14 - Residência de pequeno proprietário em Japecanga de Caruaru. Outro exemplo de captação de água de chuva do telhado e armazenamento em cisterna. Maio de 2003, foto do autor.



Foto 15 - Aspecto da caatinga sem folhas na época seca. Notar à esquerda banco de macambiras e à direita o cacto facheiro. Sítio Reinado, Caruaru. Outubro/2003, foto do autor.

## 4.2 Interpretação das paisagens metonímicas do Pajeú

Assim como as visões gerais do enquadramento Agreste de Caruaru foram dominadas pela condição de “entre dois”, representada pelo Planalto da Borborema e a circunvizinhança de espaços qualitativamente diferenciados, também no caso do Pajeú se pôde identificar um mote presente em todas as maneiras de imaginar a região. Desta feita, a tônica do pensamento relacional recaiu sobre a confrontação do Pajeú com as demais áreas sertanejas conhecidas ou idealizadas pelos informantes.

De um modo mais específico, o “dilema” identitário pajeuense vem a ser resumido em duas grandes correntes de entendimento: de um lado estão aqueles que concebem o Pajeú como um *sertão privilegiado, mais favorável do que os outros*, e em posição inversa estão os partidários da opinião segundo a qual o Pajeú é um *sertão comum, como outro qualquer*. O universo da geografia existencial completa-se aqui com a mescla de sentimentos de autenticidade e tipicidade.

O direcionamento deste debate parece apoiar-se ideologicamente num certo orgulho de ser pajeuense, de pertencer a um torrão singular e tão decantado pela cultura popular, que além do mais é tido pelos movimentos sociais senão como um modelo a ser seguido, pelo menos como um exemplo positivo a ser considerado, em função da significativa mobilização política aí verificada. O Pajeú seria uma personalidade, uma experiência de “civilização do sertão” baseada na pequena propriedade agrícola e profundamente ligada a uma área geográfica que, embora nada precisa ou homogênea, mostra-se fundamental para a emergência de um sentimento de coesão identitária. Todavia, ao lado da territorialidade cambiante da altivez *pajeuzeira*, constata-se que a visibilidade da região oscila entre figurações positivas e negativas.

Obviamente o que está em jogo, outra vez, é a razão comparativa que move a formulação do olhar mediante o estabelecimento de similitudes e distinções entre os espaços cotidianos e as regiões mais e mais afastadas do mundo da vida. A própria metodologia da pesquisa contribuiu para a expressão dos entrevistados em termos de uma consciência de alteridade entre o lugar e o alhures, uma vez que partíamos sempre das condições imediatas da existência para somente em seguida inquirir sobre até onde tais feitos e circunstâncias se reproduziam ou deixavam de ser possíveis. A despeito

disso, o mito de um sertão romântico, especial, baluarte de uma cultura etc revelou-se uma espécie de *leitmotiv* que retorna sem cessar nos mais diferentes tipos de discurso e através de atores sociais com sensibilidades diversas. Ir além da fórmula, indagar sobre as motivos do seu retorno e como se alicerça no plano da retórica pareceu-nos, então, um caminho promissor.

No maior nível de abstração, as duas famílias retóricas dominantes foram então sintetizadas em “*Semântica da Excepcionalidade*” e “*Semântica da Banalidade*”. É interessante registrar aqui a maior solidariedade e uniformidade de concepções, se comparadas com o imaginário agrestino. O Pajeú não chega a ser posto à parte do sertão, o que está em questão é *como* ele se encaixa no quadro geral sertanejo, ainda que aspectos do meio ambiente e da ocupação do território confirmam-lhe um caráter especial, remetendo-o à idéia que os pajeuenses fazem do sertão autêntico ou típico, e mesmo do agreste. Isto é, até neste último caso o Pajeú é sertão, só que um sertão específico e incomum, daí não haver sentido falar em dicotomia.

Por outro lado, a preocupação maior em descrever a região como um “sertão bom” tem implicações claras com a recusa das imagens depreciativas comumente associadas ao interior semi-árido, representando um aspecto afirmativo da ação cultural dos sujeitos locais face aos estereótipos (vide Quadro Resumo 2 mais adiante e Tábua de Ilustrações ao final deste item).

Outra observação pertinente refere-se às ramificações dos eixos do olhar dos pajeuenses. Com efeito, mesmo que nos dois enquadramentos de pesquisa até agora considerados (Agreste e Pajeú) tenhamos chegado a cinco variações do olhar no nível mais corriqueiro de sua enunciação, observa-se que no Pajeú existem apenas dois discursos de segunda ordem (o sertão privilegiado e o sertão típico). Isto pode reforçar a idéia de sua unidade territorial e identitária, o “gênio *pajeuzeiro*”, sem que haja prejuízo de diferenças espaciais significativas anotadas pelos seus habitantes.

Quer dizer, parece existir uma relativização das condições naturais como determinantes do caráter da região, uma vez que o sentimento de ser *pajeuzeiro* pode se expressar quer entre os que professam uma visão de exceção, quer de platitude face à cosmovisão sertaneja dominante.



### Quadro Resumo 2

Convergência do imaginário e das narrativas envolvendo a relação Pajeú-sertão no enquadramento Pajeú de Afogados da Ingazeira (n=34)

<i>Sentido geral</i>	<i>Visão relacional</i>	<i>Linhas argumentativas principais</i>	<i>Idéia subjacente do todo “sertão”</i>
<p><b>SEMÂNTICA DA EXCEPCIONALIDADE</b> (52,9%)</p>	<p>IMAGINÁRIO DO SERTÃO PRIVILEGIADO</p> <p>O Pajeú é um sertão favorável, menos rústico do que os outros</p>	<p><i>RETÓRICA DO SINGULAR</i></p> <p>Sertão privilegiado, natureza excepcional e menos susceptível às secas; trabalhadores organizados; discurso de convivência com o semi-árido (20,6%)</p>	<p><i>Espaço pouco domesticado, rusticidade natural, sem mobilização dos trabalhadores, paisagem monótona e desértica</i></p>
		<p><i>RETÓRICA DO EXTRAORDINÁRIO</i></p> <p>Sertão muito privilegiado, bem menos rústico e susceptível às secas do que os outros, mais <i>frio</i>, “agrestado” (17,6%)</p>	<p><i>Espaço quente, árido, pouco domesticado, rusticidade natural, porém com diferenciações locais aproveitadas pelo homem</i></p>
		<p><i>RETÓRICA DO INTERMÉDIO</i></p> <p>Sertão abrandado, com natureza menos rústica, susceptível às secas; trabalhadores sofridos e/ou organizados; discurso de conviver com o semi-árido (14,7%)</p>	<p><i>Espaço em domesticação, rusticidade natural próxima à do Pajeú, porém mais árido e susceptível às secas; mito da necessidade versus convivência</i></p>
<p><b>SEMÂNTICA DA BANALIDADE</b> (47,1%)</p>	<p>IMAGINÁRIO DO SERTÃO TÍPICO</p> <p>O Pajeú é um sertão ordinário, tão rústico quanto os outros</p>	<p><i>RETÓRICA DA “MELHORIA”</i></p> <p>Sertão comum, mas transformado pela ação humana (<i>man-made landscape</i>), trabalhadores organizados; discurso de convivência com o semi-árido, espaço de luta. (32,4)</p>	<p><i>Rusticidade natural similar ao Pajeú, espaço selvagem ou menos transformado pela ação humana, susceptível às secas, pouca mobilização dos trabalhadores</i></p>
		<p><i>RETÓRICA DO COMUM</i></p> <p>Sertão comum, tão rústico quanto outros e muito susceptível às secas; mito da necessidade; paisagem da estagnação (14,7%)</p>	<p><i>Rusticidade natural similar ao Pajeú; susceptibilidade às secas é traço geral, porém com variações em escala local, por tipo de terreno</i></p>

Outra observação relevante refere-se ao fato de que os entrevistados dividem-se praticamente ao meio quanto ao dilema da originalidade (ou da banalidade): assim, para 52,9% dos trinta e quatro sertanejos aí consultados (18 pessoas) o Pajeú é um sertão naturalmente favorável e humanamente específico, havendo alguns que chegam ao extremo de defini-lo como uma área “agrestada”. Na outra ponta da balança, constata-se que o sertão do Pajeú não possuiria nada de tão excepcional assim, assemelhando-se com as demais zonas semi-áridas que compõem o mosaico sertanejo. Enquadram-se neste caso 47,1% dos interlocutores (16 pessoas), não havendo condições fazer diferença entre qual dos dois eixos do imaginário é mais significativo.

Quanto ao perfil dos entrevistados, não houve uma tendência de diferenciação que pudesse ser atribuída à ocupação ou à sua condição em relação à terra, uma vez tanto na família semântica da originalidade como na da banalidade predominaram os pequenos proprietários e pequenos agricultores (sempre acima de 2/3 dos informantes). As diferenças de opinião reportam-se muito mais à situação, aos lugares de vida de onde se teceram as considerações sobre o Pajeú. Assim sendo, percebe-se que a semântica da excepcionalidade emerge de ambientes realmente favorecidos, sobretudo pelo melhor acesso à água, seja por meios naturais (beira-rio, serra abrejada, nascentes), seja por intermédio de ações humanas (açudes, barragens, poços, cisternas e irrigação). Em segundo lugar, vem a questão dos solos agricultáveis, em estreita relação com a questão da água.

O entendimento da exceção foi construído, desta forma, a partir dos seguintes lugares de vida: 44,4% dos entrevistados neste eixo semântico residiam e cultivavam terrenos de beira-rio, quase sempre do próprio Pajeú ou de seus afluentes; 5,6% estavam em situação mista, entre a beira-rio e o sequeiro, quer seja em função da forma de suas propriedades, quer seja pela estratégia de possuir terras ou trabalhar nos dois tipos de ambiente; 27,8% encontravam-se estabelecidos em fazendas e sítios nos interflúvios secos, contando apenas com poços, barreiros e pequenos riachos intermitentes; por fim, na mesma proporção de 11,1% dos informantes aqui considerados, vinham os residentes em serras abrejadas ou pés-de-serra, bem como aqueles que viviam no meio urbano.

Quanto à ocupação principal, quase 80% das pessoas eram pequenos agricultores. Percebe-se que sentimento do Pajeú favorável não parece estar significativamente relacionado ao fato de as pessoas consultadas viverem em sítios

geográficos com fácil acesso à água, uma vez que somente pouco mais da metade delas era originária de beiras de rio ou serras abrejadas. Quer dizer, a tese do sertão bom é disseminada por todos os tipos de ambientes.

Já a impressão da banalidade resultou de uma ancoragem ambiental inquestionavelmente relacionada aos espaços de caatinga, tipicamente semi-áridos. Com efeito, 87,5% dos informantes que transmitiram em seus relatos a idéia de que não há nada de extraordinário no sertão do Pajeú eram provenientes de fazendas e sítios em zonas secas, praticantes da pecuária semi-extensiva e da agricultura “de chuva”, isto é, de sequeiro (Dez pessoas viviam em “serra ou serrotes secos”, e quatro outras em interflúvios esbatidos da depressão sertaneja, que eles denominam de “ribeiras secas”). Somente 12,5% dos entrevistados classificados na semântica da banalidade eram agricultores da zona de beira-rio. Todos esses informantes praticavam a pequena agricultura e criavam alguns poucos animais, sendo que 75% eram proprietários fundiários.

No geral, os tipos de terreno identificados dividem-se em terras de *baixa*, *baixio* ou *baixada*, que são zonas deprimidas e desmatadas, incluindo as margens e leitos secos de rios e riachos cultivados após a estação das chuvas. Como há aí muitas barragens, açudes e poços, pratica-se também a pequena irrigação e alguns tratos de terra são reservados para capineira (ração animal), predominando a diversidade de usos e a alta densidade de ocupação. A intensidade de uso provoca, na percepção dos sertanejos, o esgotamento dos solos, que precisam de adubos.

Em seguida vêm os *altos* ou *ribeiras secas*, que são os *tabuleiros* de solo cascalhento ou de barro batido (argiloso) e relevo suavemente ondulado. São ambientes secos, recobertos de caatinga (pasto natural) e roças temporárias (sequeiro) Os solos são mais “descansados” que os do baixio, por haver pousio e rotação das terras anualmente cultivadas nas chuvas. Ainda nos altos incluem-se os *serrotes* e *serras secas*, elevações de relevo mais movimentado, afloramentos de rocha e caatingas não brocadas, usados apenas para a pecuária extensiva, principalmente ovino-caprinocultura. O trinômio baixio-tabuleiro-serrote é identificado como a mais típica sucessão de tipos de terreno no Pajeú.

Outro ambiente, mais específico, consiste nas *serras* ou *chapadas*, maciços mais extensos e de altitude suficiente para provocar mudanças na umidade (efeito de

abrejamento); trata-se de terrenos recobertos de caatingas altas ou matas, de difícil acesso e solos mais profundos, em alguns casos arenosos. Nessas serras existem as *grotas* ou *grugrenhas*, pequenos vales elevados com acúmulo de solo cultivável, mais umidade e concentração da produção agrícola e da população; também se diferenciam os *altos das serras*, terrenos de caatingas espessas, usadas para roçados de sequeiro e principalmente pastos naturais de ovinos e caprinos. Quando a serra é arenosa denominam-na de chapada, *terras chãs* ou falam “*das areias*”, onde as espécies bioindicadoras de melhores condições de água e solo são o cajueiro e a mandioca (que não ocorrem em ribeiras secas, de solo argiloso ou pedregoso).

Finalmente, os entrevistados identificam a *serra de brejo*, a *serra do agreste*, ou simplesmente o *brejo*, quando se referem, sobretudo, ao brejo de altitude de Triunfo, com sua vegetação perene, solo “frio” e clima idem, engenhos de rapadura e plantios de café. As serras de agreste são imponentes, podem conter matas de grande porte, totalmente diferentes das caatingas, e muitas nascentes em seus sopés, sendo aproveitadas para a agricultura. Muitos trechos são inacessíveis, a declividade do terreno é elevada e os afloramentos de rocha comuns. Para alguns dos informantes os brejos estão “fora” do sertão, para outros são uma prova de que o sertão do Pajeú se parece com o agreste.

O jogo de escalas entre os lugares de vida e a “região do Pajeú” parece altamente revelador das estratégias retóricas mobilizadas. Este “*pays*” sertanejo, quando idealizado numa escala espacial regional e através de uma paleta de valores regionalistas (“o” sertão genuíno ou parte singular do grande sertão), surge aos olhos como uma “nação”, uma cultura própria, um modo de vida autêntico, uma unidade territorial mais ou menos coesa; já quando se desce ao plano local, do cotidiano da existência, observa-se que o Pajeú é de certa forma “partido” na visão de seus habitantes, pois a ideologia *pajeuzeira* não chega a ser uma evidência que conquiste a adesão geral. E quais seriam, então, as concepções mais correntes acerca do caráter dessa região? Tentar-se-á esboçar uma resposta a seguir, partindo dos discursos convergentes.

#### 4.2.1 Semântica da excepcionalidade: *o Pajeú é um sertão diferente*

A semântica da excepcionalidade não apresenta desdobramentos diferenciados quanto à visão relacional entre o Pajeú e o sertão em geral. Quer dizer, todas as linhas argumentativas corriqueiras e paisagens metonímicas que podem ser reunidas nesse nível de significação mais abstrato passam pela idéia de que o sertão do Pajeú é um sertão próspero, bom, menos rústico do que os outros, densamente povoado (imaginário do sertão privilegiado).

Os levantamentos de campo revelaram, assim, que os discursos e cenários aqui produzidos subdividem-se em três ramos particulares, todos tributários do mesmo imaginário da exceção pajeuense: em primeiro lugar, pela ordem de importância, a idéia de “*sertão bom, singular*”; em seguida, a concepção de “*sertão extraordinário, agrestado*”; e enfim, com um sentido intermediário entre o típico e o singular, o entendimento de “*sertão brando, porém susceptível às secas*”.

Nos dois primeiros casos são requisitadas e postas em evidência as figurações positivas que visam individualizar e dar legitimidade a uma parte bucólica, tradicional e romântica do espaço sertanejo, ao passo que na derradeira visão as impressões negativas interferem de maneira mais enfática, sem que sejam dominantes (remeta-se ao quadro A-2).

##### *Imaginário do Pajeú como um sertão privilegiado, singular*

Analisemos a retórica do “*sertão bom*” e suas paisagens metonímicas. Há, de fato, aqueles que acreditam no Pajeú como um sertão mais favorecido que os outros, tanto em termos de recursos naturais quanto de desenvolvimento social, donde a identificação de correntes de pensamento instituidoras dum imaginário da singularidade – sete entrevistados, ou seja, 20,6% do total do recorte e 38,9% no contexto dos discursos da excepcionalidade. Destes, quatro residiam em terrenos de beira-rio, dois nas caatingas e um em situação mista. O presente entendimento corresponde à lógica predominante dentre os indivíduos que corroboram a tese da exceção, sendo ainda, na

análise global dos discursos cotidianos, a segunda maneira mais difundida de se pensar o Pajeú.

Nessa perspectiva do *sertão melhor que os outros*, as comparações com terras adjacentes são bastante comuns enquanto estratégia de fazer ver o Pajeú e seus trunfos; e não raro a vizinha região do Moxotó, também no sertão pernambucano, é eleita como referência negativa para exaltar as características pajeuenses. São depoimentos como o que se segue:

A área do Moxotó é mais fraca do que aqui, pega muito campestre.

(P) – *Que é campestre?*

(R) – Moita de espinho, com solo rasinho, fica quase na pedra e não dá lavoura. Aqui, quase não tem isso; lá é só criação. O Pajeú é diferente do Moxotó, lá tem mais terra e pouca gente. Tem diferença porque lá a terra é ruim. A prioridade de lá é o criatório de gado e cabra, e aqui é diferente, aqui tem minifúndio demais. O mato lá é mais rasteiro e não dá para plantar. A gente acha que aqui é ruim, mas quando a gente passa em Sertânia [Moxotó] vê o solo ruim e a caatinga lá é mais baixa e rala. Lá só tem plantação de maconha!<sup>338</sup>

O Moxotó faz o papel, então, de metáfora absoluta de “sertão”: protótipo de área seca, desértica, inóspita, com solos ruins e onde só existem caatingas bravas e criação de bodes; e, como se não bastasse, terra de fazendeiros e sem lei. Além do Moxotó, outras áreas que assumem tal sentido metafórico são o entorno de Serra Talhada (que apesar de pertencer à bacia do Pajeú e ser contígua ao enquadramento em estudo é vista como outro espaço, “alto sertão”, “sertão brabo”) e o Cariri paraibano, como se depreende da fala de um assentado: “a Paraíba é um lugar assim muito de proprietários, a gente mora muito preso, aí quando chegamos aqui, fiquei morando mais à vontade, achamos bom”<sup>339</sup>.

A linha argumentativa do sertão singular, bom, privilegiado é proferida por 20,6% de todos os entrevistados do recorte Pajeú, sendo o segundo tipo de entendimento mais comum ali registrado (atrás apenas da tese do “sertão banal, porém melhorado”, como veremos mais adiante). Isto perfaz 38,9% das opiniões fundamentadas na lógica da excepcionalidade, o que a torna, no interior da visão relacional em pauta, o principal eixo do olhar.

<sup>338</sup> Depoimento Nº 36, assentado de Iguaraci, 24/03/2003.

<sup>339</sup> Depoimento Nº 60, assentado em Flores (originário da Paraíba), 26/06/2003.

No cenário da singularidade, vários fatores naturais concorreriam para tornar o sertão do Pajeú uma região de bonança, a começar pelas precipitações pluviométricas em quantidade satisfatória (mínimo de 600mm anuais) e com maior regularidade do que em áreas vizinhas, como as acima citadas. O próprio rio Pajeú é visto também como uma espécie de oásis, sendo os terrenos ao longo de suas margens descritos como terras produtivas e sem muitos problemas relativos às limitações hídricas tão comuns no semi-árido, concentrando muitos sítios, roçados e hortas: “morar perto do rio Pajeú, mesmo com solo ruim, é bom. Tem o asfalto e tem muita gente que mora na beira do rio”<sup>340</sup>. O cenário ribeirinho, em seu conjunto, é uma metonímia do Pajeú.

As terras de tabuleiro, longe das margens do rio, mais cascalhentas e cobertas de caatinga, também são tidas como boas para a agricultura, e muitos pajeuzeiros, quando os terrenos não são de tamanho suficiente, possuem outros tratos de terra na caatinga ou trabalham como parceiros e arrendatários em roças de sequeiro: “longe do rio, quando bate o verão, aí o sol chega fede mesmo, é mais quente, tem muita dificuldade com água, mas a terra é descansada, a gente trabalha satisfeito porque dá resultado. Mais de 50% das pessoas que moram na beira-rio trabalham fora também”<sup>341</sup>. Como se vê, este “outro Pajeú” acaba sendo tão verdadeiro quanto o ribeirinho, daí suas paisagens possuírem também um valor metonímico – mas não isoladamente, e sim em relação ao rio.

Tanto os baixios como as vazantes são tidos como importantes celeiros agrícolas, sendo potencializados pela pequena irrigação que pode atingir terrenos de caatinga, sobretudo na borda de barragens, como a de Brotas, em Afogados da Ingazeira. Mas a maior parte da zona seca é empregada no criatório de bovinos, caprinos e ovinos. A impressão de maior facilidade de acesso aos recursos hídricos engendra a idéia de um sertão melhor, baseado sobre este trunfo natural, mas completado por um quadro bem mais amplo, como descreve um técnico agrícola cearense com atuação local:

Os pajeuzeiros acham que o sertão deles é diferente dos outros, que é melhor, porque eles são, assim como quase todo mundo, um pouco bairristas, né? Mas não só na visão deles, com certeza essa região é privilegiada.

---

<sup>340</sup> Depoimento N° 39, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 23/06/2003.

<sup>341</sup> Depoimento N° 41, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 20/06/2003.

*(P) – Também na sua visão aqui é uma região privilegiada? Por que?*

*(R) – Sim. Porque os lençóis freáticos são bem abastecidos, você encontra água com uma certa facilidade nos baixios, que têm um solo razoável, a pluviometria também é razoável, pode atingir 800mm, o nível de organização também é razoável e a região tem um certo peso político no estado.[...] Aqui você sobe o Planalto da Borborema na Serra do Teixeira [Paraíba] e não desce mais, praticamente, é mais alto, tem umidade suficiente para produzir a palma forrageira.[...] A convivência com o semi-árido aqui é mais humana, é mais fácil, é mais possível, é mais cômoda, porque o ambiente aqui é mais favorável, mais equilibrado<sup>342</sup>.*

A existência do “brejo de vale”, que são as terras mais úmidas ao longo da calha do rio Pajeú, é considerada pelos enunciadores do discurso em questão como responsável pela grande densidade demográfica ao longo do rio, a qual estaria refletida tanto na sucessão de cidades e povoados quanto nos inúmeros “minifúndios” que ocupam cada espaço agricultável próximo aos baixios, formando os sítios. A pequena propriedade próxima à zona ribeirinha é a metonímia mais nítida desse tipo de sertão para os entrevistados (ver Tábua B-1 abaixo). Da mesma forma, a “linha do Pajeú” seria o eixo do sertão bom, uma zona pivô, que irradiaria progresso para todo o “vale do Pajeú”, em função da mobilização das pessoas:

*Aqui é um dos sítios, para melhor dizer assim, um dos mais produtivos de Afogados da Ingazeira [...], em questão de água de poço amazonas e outras fontes, graças a Deus, é muito rico este sítio aqui. E também muito produtivo, milho, feijão, né? Tem produção de avicultura, piscicultura, porcos. Então, em termos de produção é um sítio que está se desenvolvendo muito, tem bastante gente interessada, já tem fruticultura irrigada. Está começando a se desenvolver de sete ou oito anos para cá, quando se formou uma associação de moradores. Nós passamos a nos reunir, debater nossos problemas, ver como pode resolver, para não ficar esperando que venha lá de cima como chuva, né? Porque o cabra ficar só esperando por governo, governo, governo... Aqui o sítio não está mais nessa, hoje se pode dizer que é um sítio que tem vontade própria<sup>343</sup>.*

Completando o quadro de terras favorecidas, as bordas do mesmo vale apresentam serras agrestadas, onde existem caatingas densas e até mesmo matas, com a presença de nascentes e de pequenos vales que mimetizam o efeito de brejo-fímbria verificado no rio principal. Mesmo que as condições na maioria das serras não seja

<sup>342</sup> Depoimento N° 34, técnico agrícola originário do Ceará, com atuação em ONG de Afogados da Ingazeira, 23/03/2003.

<sup>343</sup> Depoimento N° 39.



suficiente para caracterizar um “brejo legítimo”, como é o caso de Triunfo, existem condições diferenciadas em relação ao tipo de lavouras, calendário agrícola, acesso à água etc.

O plantio de palma forrageira é apontado com frequência como a “prova” de que o Pajeú é qualitativamente superior a outras áreas sertanejas, pois aqui esta espécie vegetal cresce com incomparável vigor, enquanto que no Moxotó ou no Cariri a situação seria inversa. Afirmam os interlocutores que isto é uma função da região pajeuense ser mais “fresca”, mais alta e arejada, enquanto que terras aplainadas e “quentes”, como o sertão de Serra Talhada, não favoreceriam o desenvolvimento desta importante cactácea, usada para alimentar o gado na estação seca.

### Tábua B-1

Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do Pajeú

#### *Retórica do sertão singular*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ A fímbria do rio Pajeú, as barragens, o vale do Pajeú e as serras <i>agrestadas</i> que o cercam;</li> <li>▶ Diversidade natural expressiva entre beira-rio, ribeiras secas e serras; caatingas melhores, densas e vigorosas, exceto na beira-rio (desmatada e totalmente cultivada);</li> <li>▶ A pequena propriedade (o <i>sítio</i> e a <i>roça</i>) com plantios tradicionais e inovações técnicas; a palma forrageira, a pequena criação de ovinos e caprinos, a junta de bois, criação de animais “na corda”; a pequena irrigação nos baixios;</li> <li>▶ O <i>pajeuzeiro</i> (o homem sertanejo e os emblemas camponeses em modernização),</li> <li>▶ As comunidades organizadas (associações, sindicatos) e os “projetos”: inovações técnicas implementadas nos sítios e roças: cisternas, barragens subterrâneas, irrigação;</li> <li>▶ Densidade do habitat ao longo do rio (tanto no meio rural como em número de cidades), a cidade de Afogados da Ingazeira</li> </ul>	<p><b>Pajeú: <i>sertão favorecido e melhorado pelo homem</i></b> Sertão brando por natureza e “humanizado” pela pequena propriedade, “liberto” do latifúndio, agricultores organizados (sertão social); roças são espaço de identidade (tradição e modernidade juntas); o Pajeú é uma “nação”, uma cultura própria; é um privilégio da natureza bem aproveitado pelos homens; <i>paisagem da convivência ideal</i> com o semi-árido</p>
	<p><b>Sertão: <i>metáfora radical do deserto</i></b> Espaço muito seco, inóspito, desértico; agricolamente improdutivo (“apenas cacto e bode”); natureza monótona e agressiva, território fora da lei (maconha), terra de latifundiários; depende de ações do governo; zona mais árida que cerca o Pajeú por todos os lados (Cariri, Moxotó, Serra Talhada); espaço depositário de todos os estereótipos recusados pelos pajeuzeiros</p>

Aliás, os campos de palma relacionam-se com dois outros elementos diferenciadores do Pajeú: a pequena propriedade e a criação de animais “na corda”. Sendo as terras insuficientes para a criação de gado na caatinga, os pajeuenses costumam amarrar seus animais nas beiras de estrada e nos terrenos em pousio agrícola, complementando sua alimentação com a palma fresca. A posse de pelo menos uma junta de bois para arar a terra é tida como indispensável e faz parte da identidade de pequenos produtores agrícolas. A presença de muitos animais pastando amarrados, inclusive próximos às estradas de rodagem mais movimentadas, é uma visão realmente inusitada para quem chega dos sertões da pecuária extensiva, do gado solto nas caatingas semidesertas.

Porém, ao contrário do que se poderia concluir, não há por parte dos entrevistados uma defesa veemente da tradição ou da produção de subsistência “camponesa”. Mesmo que eles prezem muito o plantio para o consumo familiar, buscam com muita ênfase as melhorias técnicas e a inserção no mercado. O painel de uma zona baseada no trabalho de pequenos agricultores em terras próprias, possuindo roças para o autoconsumo e pequena pecuária, caminha lado a lado com a busca de inovações – e este seria mais um dos traços característicos do Pajeú, em conjunção com a organização dos trabalhadores em sindicatos e das comunidades em associações. A urbanização também aparece como um fator de modernidade, se bem que num patamar muito menos importante do que no agreste. Na região de Afogados da Ingazeira, a separação entre “roça” e “rua” continua bastante nítida.

São apontados, assim, muitos “projetos” e diferentes intervenções que visam potencializar e garantir a rentabilidade das pequenas propriedades agrícolas, surgindo uma paisagem da técnica que, se não é tão espetacular quanto as provenientes do imaginário da grande irrigação são-franciscana, individualiza o Pajeú face ao comum dos casos no sertão (ver Tábua B-2). Os interlocutores indicam, então, inúmeras barragens convencionais, barragens subterrâneas, cisternas de telhado, cisternas de calçadão, poços, pequena irrigação, apicultura, estradas, agrovilas e assentamentos como exemplos da multiplicidade de ações humanas que tornam esse espaço especial. Neste sentido, as potencialidades naturais são multiplicadas pela engenhosidade humana, pela organização e vontade política das comunidades, e o Pajeú é “formatado” de modo similar ao discurso do Agreste de Caruaru como a *man-made landscape*.

Há um hibridismo na mobilização de emblemas “camponeses”, de um sertão romântico, e de simbologias modernas, tendo à frente a idéia-força da “organização” e do crescimento das cidades, especialmente Afogados da Ingazeira. O “sítio”, o “roçado”, “o boi na corda”, continuam sendo as mais perfeitas metonímias do Pajeú, só que ele não se resume a isto, não é um rural profundo, no senso de atrasado, retrógrado. Os pequenos produtores não estão isolados, lutando cada qual em sua terra, mas se encontram em movimento permanente, mobilizados pelas e para as melhorias. Uma outra citação neste mesmo sentido esclarece a retórica mais empregada no discurso do sertão bom por natureza e pela ação do povo:

Tem região por aí que não funciona nada, os agricultores estão ao Deus dará, político faz o que quer. A gente aqui convoca o prefeito para esse salão, para a sede do pólo sindical, a gente prepara uma pauta, quando ele chega a pauta está preparada. Quem coordena a reunião é a gente, ele vai ouvir a gente e depois é que ele fala. Afogados hoje é uma cidade, todo mundo vem para Afogados e gosta de morar em Afogados. Esse sertão de Sertânia, do Moxotó, ele é o mais atrasado que existe, ele é mais seco. O Pajeú tem uma história. Em Afogados tem a organização da comunidades, com o apoio do sindicato, da igreja e alguns prefeitos. O governo, várias entidades, quando eles chegam num município desses eles perguntam: ‘onde tem comunidade organizada?’ Se disserem que tal comunidade não é organizada, ninguém vai lá! E aqui quase todas as comunidades têm um conselho rural.<sup>344</sup>

O Pajeú aparece desta forma como um “sertão social”, um sertão de sindicatos, associações e ONG’s. A figura do “camponês esperto”, do pajeuzeiro, é pintada como a do homem do campo que não se deixa “enrolar”, que conhece seus direitos e tem consciência de suas limitações – o inverso do estereótipo de sertanejo acabrunhado, bronco, preso aos clientelismos da grande propriedade rural. Portanto, a tônica não é a técnica em si, mas a reunião dos esforços das pessoas em torno de ações que visem o progresso, daí a compreensão de que “o Pajeú é um sertão avançado, tem muitos projetos, Afogados da Ingazeira tem feira, escola, hospital, reuniões”<sup>345</sup>.

O sertão “verde”, “frio” e “organizado” dos pajeuzeiros revela, portanto, a imagem geral que os mesmos possuem “do alto sertão”, ou do “sertão brabo”, como eles mesmos dizem, e que não difere substancialmente do imaginário da natureza semi-árida e deserta que a palavra sertão evoca na maioria das pessoas. Este sertão mítico, contudo,

<sup>344</sup> Depoimento N° 43, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 20/06/2003.

<sup>345</sup> Depoimento N° 56, agricultora sem terra, Afogados da Ingazeira, 22/06/2003.

não é aqui uma mera idéia vaga e imprecisa, ele adquire corporeidade seja no Moxotó, no Cariri ou na região de Serra Talhada, todos espaços vizinhos que reforçam o sentimento de privilégio do Pajeú.

O vale do Pajeú não chega a ser, nesta perspectiva, uma ilha de terras homogeneamente favorecidas, pois existem as “ribeiras secas” da pecuária e da subsistência; mas, a partir de algumas potencialidades e do trabalho humano, os pequenos agricultores estão convencidos de que fizeram “uma organização diferente” dos outros sertões. A geografia de um sertão novo começa com o fato dos pajezeiros serem “libertos dos fazendeiros”, isto é, dos latifundiários, e termina com o fato da seca não ser uma simbologia dominante, pelo menos enquanto figuração negativa de proa, definidora do conjunto considerado enquanto um espaço problema. Os problemas do sequeiro são os mesmos, mas não produzem um panorama escatológico, como alhures:

O rio Pajeú é um patrimônio importante. Para lá por essas ribeiras a diferença é grande, porque lá o povo sofre com a seca, as partes mais secas têm mais caatinga. O terreno do rio dá todas as condições para a pessoa trabalhar, não falta água. No tipo de lavoura de inverno, é tudo igual, mas na seca é diferente, porque na beira do rio tem verdura, é melhor de criar, tem verdura pro gado. Então veio esses poços, mas a água é pouquinha, lá é só para o gasto. Então esse negócio de plantação, a água não dá. Tem outros lugares que é pior. Sertânia, o Cariri, as terras não prestam e o povo lá só vive de carvão, fazer carvão, umas madeirinhas desse tamanhinho. Aqui no Pajeú o povo trabalha no plantio<sup>346</sup>.

O problema da seca é um dado levado em conta, tanto é que a maioria das obras apontadas pode ser reportada ao paradigma hídrico; no entanto ela não é o eixo organizador das visões deste grupo de entrevistados. Ter a terra, ter liberdade de ação e organização garante uma relação menos dependente de ajudas externas nos momentos de azares climáticos, o que inclui a possibilidade de lançar mão de formas de reivindicação duras, como os saques organizados. Porém, a tônica que surgiu nessa linha argumentativa foi a de um “discurso da convivência” com a semi-aridez moderada, fruto da ação de diversas entidades da sociedade civil, governos, igrejas, associações etc. Na visão ecológico-social, esta região, por suas características naturais, propiciaria condições para que se lutasse por um modo de vida mais adaptado ao meio e

---

<sup>346</sup> Depoimento N° 64, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 27/06/2003.

mais equilibrado socialmente, onde os valores tradicionais não estariam em choque com a introdução de inovações.

*Imaginário do Pajeú como um sertão extraordinário, quase um agreste*

A imagem metafórica de que “o Pajeú é quase um agreste” consiste no exagero das características traçadas para o sertão favorável. Todas as figurações positivas são aqui realçadas, antepondo-se às imagens desfavoráveis. O que os pajeuenses imaginam como sendo o Agreste é uma região menos seca do que o sertão e que começa invariavelmente a partir da cidade de Arcoverde, em direção ao leste: “Lá chove mais, né? É um lugar que chove mais e é mais *frio*, e aí é um lugar conhecido como agreste. A colheita deles é diferente, é melhor; eles têm como criar porque o pasto que planta, como chove muito, não falta para os animais”<sup>347</sup>. Alguns também se referem ao agreste como uma “região de brejo”<sup>348</sup>.

Esta percepção, com efeito, é produzida geralmente a partir de ambientes menos susceptíveis aos efeitos das estiagens, com fácil acesso à água e vegetação mais exuberante, tal como a fímbria sempre-verde do rio Pajeú ou as zonas mais favoráveis de serras sub-úmidas e brejos de pé-de-serra. Possui, desta maneira, uma conotação mais “ambientalista”, ou seja, reconhece que o Pajeú é específico porque a própria natureza assim o permite, atenuando-se a importância de fatores históricos ou sociais. Das seis pessoas que enunciaram esta visão quatro residiam em beira-rio ou serra abrejada e o restante em meio urbano; isto é, trata-se de uma perspectiva que não é corroborada pelos “caatingueiros”. Entretanto, a imagem metonímica do Pajeú que se lança daqui é a de que, em seu conjunto, trata-se de um sertão melhor:

Comparando com outros sertões, tem a questão de ter mais água, a questão da densidade, do volume de vegetais. Se você comparar a caatinga de outros sertões com a caatinga daqui ela é aqui muito mais exuberante, principalmente no período chuvoso, tem esse diferencial. Vizinhos daqui temos brejos de altitude, como Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde. Isso marca, você tem uma vegetação mais verde, uma pequena chuva tudo fica verde, do cinza passa pro verde. [...] Infelizmente, no geral a caatinga do Pajeú está bem devastada, aqui é uma região super-habitada, porque em relação à terra como um todo

<sup>347</sup> Depoimento N° 40, pequeno agricultor; Afogados da Ingazeira, 20/06/2003.

<sup>348</sup> Confirma-se, assim, a percepção ambiental do agreste anotada por Hoefle dentre sertanejos são-franciscanos (HOEFLE, 1993).

assim, os latifúndios são pouquíssimos. Mas a própria caatinga da caatinga, quando você desmata, mesmo assim ela tem um potencial maior do que as outras. [...] O Moxotó é uma área mais seca, aqui é uma área em que a caatinga não é tão rala quanto no Moxotó, você percebe logo a diferença, é marcante.<sup>349</sup>

A ação humana é minimizada e a metáfora da ilha de prosperidade num deserto circundante reaparece. Quer dizer, em áreas de *terras frias*<sup>350</sup> estabelece-se algo como uma psicologia do habitante de oásis, que se faz presente em 17,6% dos depoentes (equivalendo a aproximadamente 1/3 dos que proferem discursos de excepcionalidade). Se a distribuição das situações geográficas de onde foram elaboradas tais perspectivas é sintomática da relativa comodidade dos entrevistados face às condições de vida na caatinga, tem-se quanto ao perfil profissional e à posse da terra o mesmo que no resto da amostra: dois terços eram pequenos agricultores e proprietários fundiários, e do restante, apenas um (artista plástico) não possuía vínculos diretos com o meio rural.

A constatação de que a ampla maioria dos que optaram pelo subtipo de enunciação em debate estavam plantados em localidades favorecidas pelos recursos naturais ajuda a compreender as razões que os levam a sublinhar os efeitos do meio ambiente na caracterização do Pajeú. Sua visão é dominada pela imediatividade da existência; o Pajeú é então “contraído” pela experiência cotidiana e o sentido de sertão aproxima-se mais de um tipo de terreno seco, pedregoso, coberto de caatinga e propício ao pasto (ver Tábua B-2). Quando qualificado em “do Pajeú”, o sertão representa muito mais “as terras da beira do rio Pajeú” ou de serras abrejadas do que uma região geográfica ou político-administrativa, se bem que este sentido não seja descartado de todo. É a água, ou um certo imaginário de anti-sertão, reativo quanto aos bordões sobre o semi-árido, que move descrições como essa:

Aqui, em termos de natureza, de lugares, nós temos serras belíssimas e numa época que chove nós temos água, e até quando não chove temos fontes, é incrível! [...] Chamo isso de oásis porque muitas vezes numa seca, seca mesmo, quando passa dois ou três anos sem chover ou chovendo pouco [...] você vai lá e está tudo verde, com árvores de

<sup>349</sup> Depoimento N° 35, agrônomo originário do agreste, com atuação local; Afogados da Ingazeira, 24/03/2003.

<sup>350</sup> Nesta concepção, não há necessariamente uma relação direta com a temperatura; em verdade, como mostrou Hoefle, o estado térmico do terreno é mais associado à capacidade de retenção de umidade pelo solo, “*e varia desde as terras de interflúvio, que são consideradas as mais secas e as mais quentes, até os baixios, que são as mais úmidas e mais frias*” (HOEFLE, *ibid.*, p.189). Apenas completaríamos o esquema acrescentando as terras dos brejos de altitude no mesmo nível dos baixios, além da colocar as serras sub-úmidas e brejos de piemonte em situação intermediária nessa mesma classificação.

quase dois metros de diâmetro, é incrível! Lugares que você não imagina. [...] é uma região que tem serras, a Serra da Matinha tem uma mata! Porque não é muito comum aqui você ver uma mata, e temos uma mata, uma mata mesmo! [...] Você tem história, engenhos de cana. Então você tem o homem, a natureza, a arquitetura. [...] Tem também uma relação com o rio [Pajeú]; aqui você vai beirando o rio e você vai vendo uma casa atrás da outra, o terreno de lavoura e as casas, as pessoas morando, sobrevivendo daquilo, apesar de toda a dificuldade com relação à chuva. [...] Essa beleza daqui, eu sou muito ligado à natureza<sup>351</sup>.

### Tábua B-2

Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do Pajeú

#### *Retórica do sertão extraordinário*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ A fímbria imediata do rio Pajeú e de seus principais afluentes, as barragens e as serras mais <i>agrestadas</i>, com matas e fontes (terras “frias”, com expressiva riqueza de recursos hídricos, inclusive no sub-solo);</li> <li>▶ Contração do espaço natural favorecido às beiras de rios e às serras <i>agrestadas</i>;</li> <li>▶ Caatingas melhores, mais verdes, densas e vigorosas (indicadoras de boa pluviosidade), exceto na beira-rio (desmatada e totalmente cultivada);</li> <li>▶ A pequena propriedade (o <i>sítio</i> e a <i>roça</i>) com plantios tradicionais; a palma forrageira, a pequena criação de ovinos e caprinos, a junta de bois, criação de animais “na corda”; a pequena irrigação nos baixios e a fruticultura;</li> <li>▶ O homem sertanejo e os emblemas camponeses (o sertanejo matuto, mais individualista);</li> <li>▶ Densidade do habitat ao longo dos rios (tanto no meio rural como em número de cidades);</li> <li>▶ Cidades e feiras (paisagem do comércio)</li> </ul>	<p><b>Pajeú: <i>sertão tão favorecido pela natureza que é quase um agreste</i></b> Sertão brando por natureza, facilidade de domesticação do espaço; exceção ambiental, fechamento do horizonte perceptivo aos espaços imediatos de vida (a beira-rio, o pé-de-serra)</p>
	<p><b>Agreste: <i>região moderadamente seca, “fria”</i></b> Espaço menos árido de Arcoverde para leste; agricolamente produtivo, verde, muito pasto plantado e fontes perenes (grande domesticação do espaço, ausência de secas)</p>
	<p><b>Sertão: <i>metáfora radical do deserto</i></b> Regiões mais áridas e improdutivas, incluindo as zonas de sequeiro do Pajeú e outras áreas vizinhas mais secas ainda; vazio, só pedras e pasto nativo (pouca domesticação do espaço, domínio da pecuária); muito sujeito às secas</p>

A expressiva densidade de ocupação das margens do rio também é para esses depoentes uma conseqüência das facilidades naturais, conferindo-se à ação humana um papel mais discreto, se bem que não seja vista como insignificante. A palavra-chave

<sup>351</sup> Depoimento Nº 37, artista plástico de Carnaíba, 25/03/2003.

“organização” volta a aparecer, mas nitidamente submissa a um patamar aceitável de qualidades dos recursos naturais a partir dos quais as pessoas lutam para conseguir melhorias. Em complemento ao cenário otimista, as figurações positivas são amplificadas pelo recurso à hipérbole, enquanto que as imagens negativas tendem a ser esquecidas ou mesmo recusadas pelos declarantes, quando não “empurradas” para sertões vizinhos ou distantes, tal como nas imagens metonímicas anteriormente analisadas. Os lugares-comuns de um sertão geo-simbólico, depreciativo, provocam a rejeição desses pajeuenses que buscam enaltecer seu espaço vivido, livrá-lo da pecha de terra ingrata, solo estéril, caatinga horrível. Metaforicamente eles também querem dizer que o sertão não é aqui, é em algum outro lugar:

O sertão da gente, ele nem é seco e nem é molhado, como se diz, né? Aqui chama-se o semi-árido, porque nem é seco e nem é molhado, você sabe disso. Aí a gente deu esse nome de sertão porque é uma área que não é muito desenvolvida com água, mas é um lugar que dá para sobreviver.[...] Eu acho parecido pelo menos até ali na Serra do Teixeira [Paraíba, ao norte], depois que desce a serra o clima muda, porque fica mais quente, não sei se é porque fica baixo; a gente está num lugar mais alto. Lá é uma região de terra muito ruim, improdutiva, não vi produção não. A gente vê que até as árvores nativas lá não crescem, são umas árvores sem força, a caatingueira lá não dá cinco palmos de altura e aqui a gente tira caatingueira que dá a linha de uma casa. [...] Aqui eu não vejo tanta fome, tanta miséria como se diz. Aqui é uma região não favorável, mas também não é das piores, a coisa é um pouquinho controlada<sup>352</sup>.

Note-se que “o sertão da gente” não deixa de ser uma área com restrições hídricas; porém, numa visão relacional com outras partes conhecidas do semi-árido, ele adquire uma feição atenuada, o que é mais verdadeiro para aqueles que possuem a maior parte de suas terras na beira-rio do que para os que trabalham majoritariamente em terrenos de ribeira cobertos de caatingas. O uso da expressão “semi-árido” numa interpretação literal é fruto da atuação dos diversos órgãos e entidades de assistência rural, os quais, ao promoverem o intercâmbio entre as comunidades, familiarizam os lavradores com o linguajar técnico e possibilitam que estes estabeleçam comparações entre as áreas visitadas. O pajeuzeiro que vê a fímbria do rio como uma zona agrestada se envaidece quando recebe agricultores de fora, os quais, quase sempre, proclamam invejar as condições de vida locais:

---

<sup>352</sup> Depoimento N° 40, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 20/06/2003.



A beira-rio é melhor. Um hectare na beira do rio Pajeú não é para se dar num terreno de trinta hectares na ribeira, porque é melhor da pessoa viver, de arrumar o pão. Quando vem gente de fora pr'aqui, eles mesmo dizem: *'Ah! Se eu possuísse um terreno na beira do Pajeú, naquelas terras boas...'*<sup>353</sup>

Entretanto, os agricultores consultados têm a consciência de que estas situações de maior favorecimento hídrico não podem ser descritas como típicas para o conjunto da região do Pajeú. Restringem-se às margens de rios e riachos com maior carga d'água, ou às serras onde existem nascentes e facilidades de acesso ao lençol freático, quer dizer, nos casos em que é possível praticar lavouras de vazante e/ou pequena irrigação. Torna-se evidente que a percepção do sertão agrestado é projetada em áreas específicas, estando carregada pelo viés dos espaços imediatos de vida dos informantes:

Quem mora no sequeiro, passou a chuva, acabou. Então quem tem terra na beira do rio, mesmo fraca, não solta para ninguém, ele prefere lá. A maioria, 80% do povo da região, mora no sequeiro, terra de alto, de pedregulho. A beira do rio é muito pequena, acaba sendo muito pequena. Quem mora na beira do rio, a casa dele é melhor de que os de sequeiro, pode olhar. Casinhas boas, arrumadinhas, aqui e acolá tem um carrinho, porque tem uma produção melhor. Não é porque ele é mais trabalhador do que os outros não, é porque tem mais facilidade, produz mais. Lugar de serra, de alto, só é melhor para criar bode<sup>354</sup>.

Raciocínio semelhante é tecido por aqueles que habitam serras agrestadas ou vales estreitos favorecidos pela umidade das nascentes de sopé. Na concepção destes agricultores, a caatinga é um ambiente mais estranho do que a mata, e o “sertão” pode significar ou terras secas, de caatinga ou “a região do rio Pajeú”. Frequentemente, as conotações ecológicas são mais importantes do que uma visão em escala regional. Os agricultores menos integrados ao mercado e aos sistemas de assistência técnica tendem a fechar o horizonte perceptivo às redondezas mais próximas, aos “sítios por onde andei”. Esta visão “camponesa” do espaço é bem ilustrada através do relato de uma agricultora residente em área de pé-de-serra de difícil acesso:

Eu nasci e me criei aqui no Boqueirão, na Serra da Matinha. Quando a gente nasce e se cria, aí conhece mais os sítios; aqui vai pegando as serras, tem um riacho. Mais arredado das serras fica mais difícil, tem que carregar água no carro de boi com tambor, né? Vai ver água onde tem, longe, bem longe vão ver a água. Vêm aqui para a serra buscar, aqui mesmo estão vindo buscar água.

<sup>353</sup> Depoimento N° 64, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 27/06/2003.

<sup>354</sup> Depoimento N° 43, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 20/06/2003.

(P) – *A senhora chama isso aqui de caatinga ou dá outro nome?*

(R) – Eu nunca chamei de caatinga. Caatinga não se usa dizer não, aqui tem madeiras grandes, jatobá, bálsamo, cedro, pau d’arco, três homens assim não abarcam.

(P) – *Quer dizer que usa chamar de quê?*

(R) – De mata, né? Mata. É diferente da caatinga, os matos lá são menores, é a jurema, a caatingueira, o mororó, marmeleiro, esses matos que não costumam crescer muito. O que eu acho mais importante aqui é porque é sossegado, muito bom, a gente amanhece o dia olha de um lado pro outro e só vê o verde, os passarinhos cantando. O pessoal quando vem de fora diz ‘Ah! Isso é um pedacinho do céu’. Outros lugares é pior, é mais seco, que nem um campestre que não tem árvores.

(P) – *A senhora já ouviu o povo dizer “sertão do Pajeú”?*

(R) – Já.

(P) – *O que é o sertão do Pajeú que o povo costuma falar?*

(R) – Sertão do Pajeú? Eu não sei bem se é porque tem o rio Pajeú... Só sei por conta disso, né? Tem o rio Pajeú, por conta do rio. Não sei explicar. Eu nasci e me criei andando daqui para Afogados, são três léguas. Desde criancinha eu ia de pés mesmo, acompanhando meus pais. Atravessava riachos e o rio a pé, sei que tinha três riachos para a gente atravessar e o último era o rio Pajeú.

(P) – *Mas a senhora acha que aqui é o sertão do Pajeú também?*

(R) – Aqui não é. Aqui não é mais. Aqui se chama o município de Carnaíba; só vejo assim, o município de Caraníba, não é Neném? [dirigindo-se ao filho]<sup>355</sup>.

Uma outra observação quanto ao pólo imagético e narrativo do Pajeú “bonançoso por natureza” pode ser feita considerando a junção dos dois primeiros tipos de panorama (retórica do singular e do extraordinário) como matizes de um mesmo quadro, onde a positividade da natureza, sobretudo representada pelo próprio rio e por chuvas mais abundantes, é a base do desenvolvimento diferenciado do pajeuzeiro e dos seus modos de vida. Casando os dois discursos, tem-se que 38,2% de todos os entrevistados se ufanam de alguma maneira das especificidades dessa área, são

---

<sup>355</sup> Depoimento N° 57, pequena agricultora de Carnaíba, 25/06/2003.

“bairristas” – isto significa mais de 72% dos que proferem discursos de excepcionalidade.

A diferença do universo pajeuzeiro para melhor brotaria diretamente de forças telúricas, que podem ser ou não potencializadas pela organização da comunidade dos pequenos produtores; de forma concreta, a consciência das vantagens comparativas seria externada pela aposição de figuras negativas às áreas mais áridas, reservando-se as imagens positivas para os espaços de exceção, quer coincidam ou não com os lugares de vida dos depoentes. A retórica da excepcionalidade se completa com um tipo de discurso menos montado sobre espaços de exceção, configurando uma opinião intermediária entre o sertão favorecido e o banal, tal como veremos a seguir.

#### *Retórica do Pajeú como um sertão “mediano”*

O terceiro e último tipo de concepção relacionada à idéia de excepcionalidade é, ao contrário da anterior, uma avaliação mais ponderada sobre as características favoráveis do sertão de Afogados da Ingazeira. Neste contexto cognitivo e imaginário, o Pajeú revela-se ao modo de um “*sertão relativamente mais ameno*” em comparação com outras regiões; no entanto, não se deixa de ressaltar claramente a sua “*susceptibilidade variável às secas*” segundo as qualidades do terreno. Quer dizer, a segurança quanto às características positivas da região é contrabalançada pela consciência que os sertanejos têm acerca da sua própria fragilidade, enquanto uma sociedade de pequenos agricultores tradicionais, diante de um fenômeno natural inerente ao clima semi-árido (ver Tábua B-3). A importância da organização fica, por conseguinte, ressaltada diante de uma natureza “traíçoeira”:

[Antigamente, antes da associação] aqui era muita dificuldade, porque enfrentar a seca era muita dificuldade. Quando a gente menos esperava, chegava a emergência para o povo trabalhar. As frentes de emergência chegavam e o povo começava a trabalhar, passava a seca todinha aí o povo trabalhando, eu mesma cheguei a trabalhar, trabalhei somente um ano. Aqui no riacho eu planto de tudo, milho, feijão, de tudo a gente planta. Homem, aqui é bom demais, né? Para mim está melhor ainda, que eu tenho as coisas mais fácil, naquele tempo era difícil. Hoje arrumo tudo mais fácil, participo da associação do sítio,

vou às reuniões, a gente bota tudo para vender na barraquinha da feira, tudo isso é da associação<sup>356</sup>.

Nesse caso, podem ser colocados sob nossos olhos alguns dos elementos mais marcantes das figurações negativas a respeito do sertão (secas, frentes de emergência, fomes, saques etc) mas sem se caia em um discurso escatológico; fica demarcada, contudo, uma linha tênue entre o orgulho do torrão, a indignação que leva ao engajamento político e o mito da necessidade, que justifica posturas clientelistas e assistencialistas.

Pode-se definir esta postura como “realista”, em comparação com as abordagens otimistas verificadas até o momento. Por exemplo, as áreas de baixio e beira-rio são classificadas sem rodeios como casos excepcionais, terras privilegiadas, mas não como metonímias representativas do todo. Dos cinco entrevistados classificados nesta linha narrativa, três residiam em situação de sequeiro e dois em beira-rio. Para todos eles, a visão de um “sertão bom” é magnetizada novamente pela calha do rio e seus baixios cultivados, e menos pelo conjunto do vale ou da ribeira do Pajeú.

A consciência de que a seca representa um risco, tal como em outras partes do semi-árido, é uma função das estratégias adotadas para enfrentá-la e depende da participação dos agricultores em projetos e ações visando “conviver” com o sertão. O Pajeú é capaz de ser um sertão ora carrasco, ora remediado, dependendo da postura de seus habitantes:

Aqui é sempre seco, a não ser na época de inverno, a coisa é seca, as folhas caem. Quando a chuva pára, fica seco aqui. Desde eu pequena eu ouvia minha avó, eu lembro dela carregando alastrado e mandacaru para dar aos animais. Ela trazia feixes de ração de ingá bem grande arrastando, para dar para as vacas, tudo isso era sofrimento, não tinha comida para os animais. Também as dificuldades das famílias de não ter alimentos, não tinha. Isso quando eu era pequena, depois eu fui crescendo e continua na mesma coisa: um ano tem inverno bom, aí de repente no outro já não tem. Quem não sabe conviver para essas coisas aí sofre mais, é muito sofrimento<sup>357</sup>.

A avaliação da entrevistada a propósito da postura geral frente à necessidade dos agricultores se prevenirem dos anos ruins, de seca, é bastante crítica; ela prossegue:

---

<sup>356</sup> Depoimento N° 40, pequena agricultora de Carnaíba, 23/06/2003.

<sup>357</sup> Depoimento N° 47, pequena agricultora de Afogados da Ingazeira, 20/06/2003.

São poucas as pessoas que se preparam para encarar a seca, conviver bem no semi-árido. Por exemplo, esse ano foi bom de inverno, a gente aqui lucrou, todo mundo lucrou, então ninguém está nem aí porque tem comida para os animais, ninguém se prepara para guardar. Se no ano que vem não tiver produção, a gente tem silagem, mas pouca gente fez isso, só quem convive com as entidades que trabalham com essas coisas, aí não é todo mundo que tem essa questão. Eles pensam que [a seca] é um sofrimento que não tem saída; mas se na verdade a gente for aprender a conviver direitinho, dá para a gente viver. Sofre, mas não igual como antigamente, não.

Sem embargo, nota-se aqui uma espécie de “carta sob a manga”, representada pela possibilidade de se acionar o discurso da ajuda, com base nos clichês sobre o sertão. Quer dizer, os declarantes classificados nesta linha argumentativa caminham sobre o fio da navalha, oscilando entre emblemas favoráveis e desfavoráveis. Nem descartam completamente as figurações de excepcionalidade e nem confirmam de modo integral perspectivas que identifiquem correspondência estrita entre o Pajeú e os demais sertões rudes. O fator diferenciador é sempre a ação positiva dos sujeitos em uma coletividade, a sua organização, bem como as estratégias individuais.

A figura do camponês típico e do sertão profundo é aqui usada para identificar aqueles que não participam de associações, reuniões, movimentos. No julgamento dos entrevistados, “só conhece o Pajeú quem participa de reuniões”<sup>358</sup>. Conhecer o sertão em que se vive correlaciona-se com a idéia-chave de “conviver” com as suas características negativas. Quem não participa, mal conhece, mal convive – e sofre. O desejo do aprendizado de técnicas e procedimentos novos é visto, assim, como a chave para melhorar as condições de vida dos sertanejos, minimizando os riscos inerentes ao ambiente semi-árido. A familiaridade dos agricultores com o termo “semi-árido” foi outra vez constatada, como reflexo do avanço do discurso do desenvolvimento sustentável.

(Ver Tábua B-3 a seguir)

---

<sup>358</sup> Entrevista Nº 61, assentado de reforma agrária, Flores, 26/06/2003.

**Tábua B-3**  
Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do Pajeú  
*Retórica do sertão mediano*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Os baixios do rio Pajeú e de seus principais afluentes, áreas privilegiadas em água e em formas de agricultura, mas exceções à regra;</li> <li>▶ Maior parte é sequeiro e semi-árido rústico: caatingas, criatório, lavoura de “chuva” e pequena agricultura de vazante ou irrigada (paisagem viável, desde que <i>(se saiba conviver)</i>)</li> <li>▶ O ambiente é relativamente mais ameno, mais chuvoso, solos e caatingas boas, mas é grande o risco de ocorrência de secas, com conseqüências variáveis dependendo do acesso aos recursos hídricos e ao nível de organização e preparação das comunidades rurais;</li> <li>▶ Paisagem do estio (cinza, ausência de dinamismo) e paisagem da chuva (verde, em ebulição) radicalmente diferentes;</li> <li>▶ A seca é inerente ao lugar e pode suscitar imagens escatológicas (fomes, saques)</li> <li>▶ A pequena propriedade (o <i>sítio</i> e a <i>roça</i>) com plantios tradicionais e modernizados; a palma forrageira, a pequena criação de ovinos e caprinos, a junta de bois, criação de animais “na corda”; a pequena irrigação nos baixios; a decadência do algodão</li> <li>▶ Comunidades organizadas (associações rurais, sindicatos, bancos de sementes);</li> <li>▶ O homem sertanejo fatalista, camponês profundo, ao lado do <i>pajeuzeiro</i> organizado</li> </ul>	<p data-bbox="804 528 1369 797"><b>Pajeú: sertão normal, favorecido pela organização dos pequenos agricultores</b> Natureza não tão árida, mas ainda assim “traíçoeira” e “perigosa”, anfibólica (mãe ou megera); muito susceptível às secas, só a organização dos <i>pajeuzeiros</i> pode neutralizá-la (a seca só é catastrófica se enfrentada sozinha); <i>Espaço do risco e da convivência</i></p> <p data-bbox="804 958 1369 1234"><b>Sertão: semelhante ao Pajeú</b> Menos organizado, domínio de grandes propriedades, mais susceptível às secas; sertão profundo é isolado e sofrido; São Francisco = <i>metáfora radical do oásis</i> (sertão que foi totalmente irrigado; plantios e verde por toda parte; não-sertão, ausência de secas; rico e desenvolvido)</p>

Por outro lado, o sertanejo “desconfiado”, fatalista e menos afeito às novidades aparece para contrabalançar a imagem do pajeuzeiro engajado, ativo, que não representa a maioria. As saídas individuais clássicas para a sazonalidade da produção ou para os eventos climáticos catastróficos são tão citadas quanto a organização da coletividade, caso, por exemplo, das migrações e da pluriatividade. Mesmo assim, o Pajeú dos “sertanejos matutos” não é uma terra de ingênuos tabaréus, pois esses comportamentos tradicionais estariam desaparecendo com a melhoria do nível de organização dos agricultores e as diversas ações transformadoras do meio rural.

Tal sentido de *excepcionalidade relativa* corresponde ao pensamento de 14,7% das pessoas entrevistadas no recorte em estudo, sendo que o imaginário da natureza centrado na estiagem esteve sempre presente neste posicionamento intermediário entre um Pajeú original e um sertão como outro qualquer. Deve ser registrado que 3/5 dos sujeitos que enunciaram esta visão viviam em áreas de sequeiro situadas nos interflúvios, onde a atividade agropecuária é mais sensível às variações cíclicas da taxa de precipitação; sem embargo, mesmo estes agricultores tradicionais afirmaram ser a região bastante favorável em seu conjunto (solos bons, menos seco, caatingas vigorosas, estradas, organização dos trabalhadores etc). A frase mais comum neste contexto é “o Pajeú é um sertão bom, pena que não é mais chovedor”<sup>359</sup>, consistindo num bordão muito repetido em muitas regiões semi-áridas, isto é, faz parte da percepção que os sertanejos em geral têm da natureza<sup>360</sup>.

Mas não se trata, como nos casos anteriores, de ressaltar enfaticamente a superioridade da região com base em potencialidades naturais ímpares, ou em um nível de organização dos trabalhadores completamente diferente do que se verifica em outras partes. Inclusive admite-se a existência de espaços sertanejos “melhores” que o Pajeú, como é o caso do São Francisco (que teria irrigação “em todo canto”). Um bom exemplo da retórica do sertão mediano está na declaração de um assentado em projeto de reforma agrária, originário da Paraíba:

O sertão do Pajeú é essa região seca toda. Ele é seco à vista do São Francisco, né? Porque o São Francisco, a partir de Cabrobó, naquele mundo, tem água em todo canto, irrigação. Aqui depende de inverno, a terra é muito boa. Se houver inverno a gente arruma tudo, tanto para criar como para plantio de milho, feijão, mamona, mandioca, tudo isso dá aqui. Agora, é longe da beira do rio; daqui até Carnaíba são doze quilômetros, mas nunca faltou água, nós temos um poço artesiano aqui, que está com dois anos. Antes a gente tomava banho e tirava água nos açudes, cavava uma cacimba dentro deles mesmo, aí bem cedo esgotava a água, mas não era fácil e a água não era limpa. Agora está fácil porque o poço é bom de água e chegou energia, então a bomba enche a caixa. Depois que conseguimos o assentamento, melhorou.

O imaginário do sertão mediano corresponde ainda a 27,8% dos informantes agrupados na visão relacional da excepcionalidade, ou seja, dentre as três maneiras de conceber o Pajeú como sendo favorecido por condições naturais e humanas esta é a

---

<sup>359</sup> Depoimento N° 43, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 20/06/2003.

<sup>360</sup> Consulte-se a esse respeito Alfredo M. Gomes, 1998.

menos difundida. Sua importância, entretanto, não deve ser minimizada, pois reflete posições menos maniqueístas e implica num assim chamado “sertão de verdade”, de sequeiro, menos caricato, livre de alguns de seus estereótipos mais renitentes. Isto porque o espaço vivido é parte deste sertão real, e não apenas fruto de um imaginário ou de uma narrativa mítica (como quando eles imaginam o São Francisco completamente irrigado).

Constroem-se cenários bipolares, transitando entre uma *paisagem do estio* (seca, cinza, ausência de trabalho) e uma *paisagem do inverno* (úmida, verde, plena de atividade), sendo que a ocorrência das secas é uma fatalidade incontornável, que vez por outra quebra esse movimento pendular. Interessante notar que a visão-síntese do Pajeú para muitos dos depoentes é aquela “do roçado verde” durante o período de chuvas, e não a *secura* que perdura a maior parte do tempo. O tempo seco é “feio”, “assusta” e não é uma imagem com a qual eles se identificam, naturalmente porque lembra a seca.

Mesmo dentre aqueles que praticam lavouras de sequeiro e pecuária nas caatingas, a seca não é uma característica inerente ao lugar, podendo ser contornada pelas “parcerias” entre os trabalhadores e as entidades. O mais interessante é que a “paisagem verdejante das chuvas” é uma condição necessária, mas não suficiente, para garantir um “ano bom” aos lavradores do sequeiro, como explica um assentado:

Sem inverno não dá, mas tendo chuva pode plantar qualquer tipo de cultura que dá. [...] A vida é muito sofrida, mas a gente tem uma vida melhor do que uns tempos atrás. Tudo começou com a terra, porque se não tivesse a terra a gente não tinha começado. Aí isso eu digo que para mim foi de grande importância e eu acredito que para todos no assentamento. [...] Só quando há um ano de seca, aí tem mais dificuldade, mas ao contrário, é uma região que eu conheço dentro de Pernambuco, eu acho que é um dos melhores lugares de se viver, por causa que a terra ajuda, a gente tem espaço para criar gado, bode. [...] Agora tem que ter união para trabalhar em parceria um com o outro, né? Porque às vezes finda o ano com o inverno bom e o lucro pouco, né? Aí acontece isso<sup>361</sup>.

Numa temporalidade não-cíclica, mas de sucessão de eventos históricos, os adeptos dessa visão intermediária vêem uma certa decadência da região do Pajeú em função das dificuldades do sistema agrícola tradicional do algodão-gado-policultura, que eles identificam com a introdução da praga do bicudo na década de 80. De um certo modo, a época revoluta do algodão e da lavoura de subsistência associada à pecuária é

<sup>361</sup> Depoimento N° 61, assentado de reforma agrária, Flores, 26/06/2003.



decantada como um momento de maior segurança para os pequenos lavradores, que estariam hoje enfrentando uma precariedade nunca antes sentida. Um cenário da nostalgia vem a ser assim esboçado, uma outra ruralidade perdida, que no entanto não é exclusiva do Pajeú, mas de todas as regiões ex-produtoras de algodão.

Aqui teve muito algodão, mas de uns quinze anos para cá, quase que acabou. Hoje tem criança com doze anos de idade, às vezes, que vê um pé de algodão e pergunta o que é, não sabe. E o algodão era o boi do sertanejo, vendia, porque algodão era para fazer dinheiro mesmo, pagava os débitos e comprava roupa e calçados para a família. Era uma grande vantagem nos anos secos. Eu acho que o algodão fora da agricultura foi o maior fracasso para o agricultor, porque o algodão com duas chuvas ele dá safra, e o milho e o feijão tem que dar muitas chuvas <sup>362</sup>.

Ainda sobre os cenários antitéticos, é plausível dizer que o Pajeú mediano consiste num sertão favorável – tal como no primeiro discurso analisado para este recorte – mas sob a ameaça permanente de transfigurar-se em sertão castigado, “derrotado” pelas secas e por suas conseqüências nefastas, ou pelo nível insatisfatório de união dos agricultores. Por isso os seus emblemas mais contundentes não são descartados de vez, posto que fazem parte de uma realidade vivenciada e bem concreta. Em conseqüência, o Pajeú passa a ser retratado, talvez num grau apenas um pouco menor do que os demais sertões, enquanto um *espaço do risco*.

Outra maneira de pensá-lo é como um “*espaço da convivência*”, no sentido de que somente através da sustentabilidade ambiental das formas de exploração agropecuária é que se pode cogitar um outro sertão, mais justo, mais produtivo e menos susceptível à secas. Esta última visão é relacionada ao discurso da técnica e dos movimentos sociais, constituindo um elemento *suis generis* nos recortes estudados, posto que se encontra numa situação intermediária entre o imaginário da grande irrigação (empresarial) e o mito do sertão armorial, genuíno, dos sertanejos-camponeses tradicionais. A possibilidade de se valorizar um sertão “moderno”, sem excluir os pequenos agricultores familiares, parece representar a emergência de um discurso verdadeiramente novo e progressista para a região.

---

<sup>362</sup> Depoimento N° 43, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 20/06/2003.

#### 4.2.2 Semântica da banalidade: *o Pajeú é um sertão típico*

Passemos ao outro grande bloco do repertório imagético-discursivo, isto é, da “*Banalidade do Pajeú*” enquanto um sertão ordinário. Também neste caso a visão relacional Pajeú/sertão se restringe a um única matriz do imaginário, aquela do sertão típico. Como já vimos, a frequência desta classe de percepção é ligeiramente inferior a do rol acima analisado; em acréscimo, constata-se agora uma simples bifurcação das narrativas cotidianos. Deste modo, temos em hierarquia de significância a idéia de que “*o Pajeú é um sertão comum, transformado pela ação humana*”, proferida por aproximadamente um terço do total de entrevistados no enquadramento (11 pessoas) e por 68,7% dos adeptos da tese da normalidade. Trata-se do senso cotidiano que, isoladamente, possui a maior expressão numérica em termos do universo da pesquisa do Pajeú.

Em segundo lugar, aparece a concepção de que “*o Pajeú é um sertão comum, tão susceptível às secas quanto os demais, exceto na fímbria do rio*”. Neste caso, 14,7% dos entrevistados no total do recorte vêm a zona pajeuense nitidamente apartada entre beira-rio e interflúvios secos, o que corresponde a 31,3% dos que se enquadram na rubrica da banalidade. Esta atitude pode resultar, como ficou claro através de alguns relatos, no espetáculo da contração do Pajeú a um espaço bastante restrito, por exemplo “o sertão da linha do rio”, “o sertão da beira do rio” ou “o sertão do Pajeú é o sertão do rio Pajeú”. Postura que não é estranha a outras zonas semi-áridas, onde a separação de terrenos entre beirante e caatinga organiza a percepção do espaço<sup>363</sup>.

Quer dizer, há uma tendência a considerar todo o “grande espaço” conhecido, “o mundo camponês”, como sertão, procedendo-se à sua diferenciações na escala dos tipos de terras produtivas. Voltaremos a discutir este aspecto mais adiante, ressaltando que apesar de haver indícios de uma alienação do olhar aos espaços imediatos da existência, a intensa relação entre zona de sequeiro e zona de baixios ou vazantes revela uma solidariedade que unifica o território. Ressalve-se que a importância do rio ultrapassa essa categoria retórica, aproximando-se do sentido empregado pelos adeptos do “sertão

---

<sup>363</sup> Ver Hoefle, *op. cit.*, p. 186-189.

extraordinário da beira-rio”, como mostrado acima. Na verdade, o rio é visto como oásis até na retórica do Pajeú como um espaço sertanejo comum.

No conjunto, o imaginário do sertão típico relaciona-se com os pequenos proprietários (75% dos depoentes), sendo que todas as pessoas inquiridas eram pequenos agricultores. Os seus espaços de vida possuíam sítios de sequeiro (serras secas e tabuleiros de ribeira) na grande maioria dos casos (87,5%), demonstrando que esta posição pode ser um fator importante na configuração do Pajeú enquanto um espaço sertanejo ordinário.

### *Retórica do Pajeú como um sertão melhorado, humanizado*

A concepção do Pajeú “sertão humanizado” é a visão sobre a qual temos maior curiosidade, não apenas por ser a mais repetida em termos da linguagem cotidiana, como também por constituir o paradigma que melhor ilustra a conquista e organização de um território tido como ingrato, rude ou intratável através do labor e inventividade dos sertanejos. Em acréscimo, das onze pessoas entrevistadas e enquadradas nesta perspectiva, dez se situavam em locais de sequeiro, distantes dos rios principais, o que indica a possibilidade de discursos positivos sobre o semi-árido brotarem das zonas de caatingas.

Os pequenos proprietários agrícolas perfizeram mais de 80% desta amostra, ao passo que todos os depoimentos são de pequenos agricultores. Através de seu olhar, revela-se uma natureza que vem sendo domesticada e um homem que tem sabido adaptar-se às limitações e potencialidades do semi-árido, juntando saber local e inovação técnica. Trata-se de uma atitude que muitas vezes se contrapõe ao discurso da ajuda. De uma certa forma, estamos diante de um sertão que “civilizou-se” ou que está melhorando a passos largos pela ação dos sertanejos comuns, que se organizam para conquistar melhorias. Como explica uma agricultora:

Na minha região a água não é permanente, tem época que o rio seca. Quando vai subindo, o rio seca mais rápido e as pessoas têm menos condições de vida, plantam somente no inverno. Mas minha comunidade tem água encanada, tem um poço lá que eles encanaram a água, a gente fez uma associação, comprou a encanação e colocamos; eu faço parte dessa associação, e a água foi botada na minha

propriedade. A gente tem eletricidade, antes a gente botava água de carro de boi; então está melhorando <sup>364</sup>.

Por isso o eixo do olhar que erige a paisagem do Pajeú em obra eminentemente humana afina-se também com o “discurso da convivência” com a seca e com a semi-aridez – uma vez que a obra humana é sempre imperfeita e a sociedade evolui, é preciso aprender e difundir novas técnicas e estratégias de manejo de recursos. Há aqui uma positividade que merece ser analisada, transparecendo o impulso dado a essa concepção pelos programas oficiais e pelas ações de entidades da sociedade civil, que investem nas melhorias das condições de vida e na sustentabilidade das práticas agrícolas. Mas tudo isto somente é possível, em princípio, porque o Pajeú é um sertão de pequenos proprietários e não de fazendeiros:

Aqui a gente sobrevive melhor porque a maioria do povo quando não tem muito, mas tem um pedacinho de terra pra trabalhar, aí o que tira dali é de si próprio e não tem aquela história de gado dos outros vim e comer a nossa roça. Aqui é mais fácil de comprar um pedaço de terra. Em outros lugares o cara botava aquelas roças e aí, quando a roça estava no ponto de colher, aí aquele gadozão da fazenda entrava dentro e em uma hora resolvia o problema da roça. Vamos dizer assim, sobre criatório, a região de Custódia, que é o Moxotó, eles criam muito e até uns tempos criavam solto. Os animais soltos iam pra onde queriam e essa região daqui da gente é mais pouco o criatório. A gente se acha um pouco meio libertos no lugar que nós estamos, o Pajeú<sup>365</sup>.

Os pajeuzeiros donos de sítios e pequenas fazendas se sentem autônomos porque quem mora na terra dos outros “só faz o que o patrão quer”<sup>366</sup>. Diante deste contexto de um “sertão da pequena propriedade” e de lavradores “libertos” dos fazendeiros, os sindicatos de trabalhadores rurais e as ONG’s ligadas ao campo assumem novamente papel de destaque – o que neste caso merece uma ênfase ainda maior do que nos outros tipos de relato. Isto é reconhecido tanto pelos mediadores sociais das instituições voltadas ao meio rural, quanto pelos próprios agricultores. Na palavra de um agrônomo: “os agricultores aqui têm minifúndios, a terra é deles. A convivência com o semi-árido é mais equilibrada. Olhe, para mim, isso tem tudo a ver com o agricultor ter terra. No Ceará é diferente, o agricultor planta na terra do patrão”<sup>367</sup>. A partir desta distribuição

<sup>364</sup> Depoimento N° 42, pequena agricultora de Afogados da Ingazeira, 21/06/2003.

<sup>365</sup> Depoimento N° 48, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 22/06/2003.

<sup>366</sup> Depoimento N° 49, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 23/06/2003.

<sup>367</sup> Depoimento N° 34, agrônomo cearense com atuação local, Afogados da Ingazeira, 22/06/2003.

mais democrática da terra, e considerando também os problemas decorrentes da existência de minifúndios pouco sustentáveis nas condições do semi-árido, os agricultores privilegiam ações coletivas:

Aqui mudou muito, mudou o seguinte: o pessoal começaram a se organizar, formando uma associação, adquirimos alguns projetos para melhorar as condições de vida das famílias, tanto na moradia como na produção. Depois que começamos a nos reunir, mudou o comportamento das pessoas, antes era cada um por si e Deus por todos. Fizemos cisternas de placa, para apanhar água da chuva, depois das cisternas foi que melhorou mais. Aqui, cada família tem uma cisterna ou duas, uma capta água do telhado e a outra do calçadão. Mas eu acho que a gente precisa de mais capacitação, porque os sertanejos, eles ainda não aprenderam assim a conviver com a questão do semi-árido. Vai sofrer menos se vai aprendendo a conviver com o próprio local onde eles moram, né? Porque hoje em dia tem várias tecnologias alternativas, que o pessoal já estão mais capacitados, que as ONG's já estão trabalhando a questão de barragem subterrânea, de pequenos açudes, um meio modo as pessoas conviverem aqui sem se deslocar para as cidades grandes <sup>368</sup>.

Como se vê, o papel dos órgãos de assistência rural e das ONG's atinge seu paroxismo, sendo que o aprendizado da convivência afasta-se da conotação de um *gênero de vida* autóctone, camponês, auto-suficiente ou produto da adaptabilidade do homem ao meio. São os próprios sertanejos que afirmam estar sedentos de novos conhecimentos, novas técnicas, de modo a garantir a sustentabilidade de suas explorações agropecuárias. O problema colocado pelo professor Aziz Ab'Sáber nos termos de que “é pura falácia perorar, de longe, que é necessário ensinar o nordestino a conviver com a seca” (AB'SÁBER, 2003, p.95) precisa ser reconsiderado. De fato, existe um quê de discurso da autoridade técnica envolvido na ideologia da convivência, que subentende uma estratégia de evitar as migrações; mas, nos dias de hoje, não se pode menosprezar o papel de inúmeras entidades que trabalham *com* os sertanejos para resolver alguns dos problemas mais candentes nas zonas semi-áridas. A iniciativa dos sujeitos locais não reforça o tradicionalismo ou posturas distanciadas da realidade, mas a inovação e a sustentabilidade casadas com o saber local.

Na constituição do Pajeú como *man-made landscape* a função dos elementos da natureza não ocupa um papel tão proeminente quanto nos discursos da excepcionalidade, apesar do reconhecimento de diferenças internas que emperram ou

---

<sup>368</sup> Depoimento N° 44, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 23/06/2003.

impulsionam o desenvolvimento de determinadas comunidades. A idéia-força é, mais do que nunca, “organização” e a postura dominante é a reivindicativa, sempre relacionada com o perfil dos pajeuenses como pequenos proprietários e *trabalhadores rurais* (ver Tábua B-4). Como disse um membro do sindicato dos trabalhadores rurais de Afogados da Ingazeira:

Quando falam no Pajeú eu tenho vontade de defender, porque eu sei que ele realmente me corresponde. Eu considero Afogados da Ingazeira o meu segundo sítio, sendo que meu sítio é o lugar que eu fico mais sossegado. Eu estando fora, eu vindo para Afogados da Ingazeira, é a minha segunda tranqüilidade. Estando no Pajeú, eu estou tranqüilo, porque a região do Pajeú dá resultado bons, o povo é mais organizado, o trabalho do movimento sindical tem mais de trinta anos<sup>369</sup>.

Chega-se aqui ao ápice do “sertão social”, engajado, sindicalizado. Mudanças significativas e velozes estariam se produzindo em função deste contexto de mobilização da sociedade. Ao lado da ação cotidiana dos sertanejos em suas comunidades estão as ações governamentais: estradas, eletricidade, barragens e açudes. Penetramos exatamente na mesma linha de raciocínio reportada para o “agreste melhorado” (reveja-se o enquadramento do Agreste, retórica do sertão humanizado). No relato de um agricultor:

Nossa comunidade está começando a crescer, porque hoje estamos quase numa cidadezinha. Não é essas coisas, mas para quem conheceu, hoje está achando muito crescida, né? A questão da água melhorou, a questão da alimentação também, que era sofrido e hoje está abastecido. Hoje está tendo um grupo de pessoas que trabalham num plano só. Melhorou mais, meu amigo, depois dessa associação, o presidente do sindicato [dos trabalhadores rurais] foi quem deu mais força, e o representante da comunidade. [...] Aí foi onde foi descoberta a solução [...] na questão da organização, dos projetos, energia elétrica, estrada, o estudo de nossos filhos, melhorou 100%. Da outra vez que você vier aqui eles vão contar coisas mais diferentes daquilo que você achou<sup>370</sup>.

As estradas rompem o isolamento, que era muito mais grave aqui do que no caso agrestino, assim como a eletrificação rural acelera a mudança das “comunidades atrasadas” (o agricultor do depoimento acima é originário de uma comunidade remanescente de quilombo, situada numa serra com dificuldades de acesso). Apesar das

<sup>369</sup> Depoimento N° 59, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 26/06/2003.

<sup>370</sup> Depoimento N° 45, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 22/06/2003.

mudanças, a “autonomia camponesa” é defendida, pois o autoconsumo continua como um dos valores identitários mais distintivos das pessoas “da roça”. Neste contexto de valorização das ações humanas, as obras hídricas como cisternas, barragens, poços e irrigação são colocadas no mesmo patamar de importância que o rio Pajeú.

#### Tábua B-4

##### Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do Pajeú *Retórica do sertão comum, melhorado pela ação humana*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Diversidade típica das áreas semi-áridas entre beiras de rio intermitentes, baixios, açudes e barragens, de um lado, e interflúvios secos, de outro; rios “cortados” típicos do sertão;</li> <li>▶ Beiras de rio com predomínio de lavouras e capineiras, pequena irrigação, grande densidade do habitat rural; ribeiras secas e serras com caatingas (pastagem nativa) e lavouras de sequeiro, susceptibilidade às estiagens severas;</li> <li>▶ A pequena propriedade (o <i>sítio</i> e a <i>roça</i>) com plantios tradicionais e inovações técnicas; a palma forrageira, a pequena criação de ovinos e caprinos, a junta de bois, criação de animais “na corda” e nas mangas (caatingas);</li> <li>▶ Obras hídricas modestas podem ser tão importantes quanto os rios e riachos (açudes, poços, cisternas, barragens subterrâneas)</li> <li>▶ As comunidades organizadas (associações, sindicatos) e os trabalhadores ativos, o homem <i>pajezeiro</i> – camponês sertanejo inserido na modernização; ideologia pajezeira;</li> <li>▶ Os “projetos”: inovações técnicas adaptadas ao semi-árido nos sítios e roças: cisternas, barragens subterrâneas, irrigação, apicultura; modernização acelerada</li> <li>▶ Grande número de cidades e vilas ao longo do Pajeú e afluentes principais;</li> <li>▶ Cidade de Afogados da Ingazeira</li> <li>▶ Presença de obras governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada</li> </ul>	<p><b>Pajeú: <i>sertão normal, melhorado pelo homem</i></b> Espaço identitário da ação dos sujeitos (pequenos agricultores), da cultura (pajezeira) e da vivência cotidiana, não da natureza; Semi-árido como outro qualquer, diferente pela sua história, composição social (domínio do minifúndio) e atitude dos trabalhadores (engajamento, organização); um sertão domesticado, transformado pela ação da sociedade (<i>man-made landscape</i>), incluindo governos, ONG’s, igrejas, sindicatos etc. Paroxismo de um “sertão social”; ética progressista dos pequenos produtores contra a ética dos coronéis (latifundiários); luta diária para conviver com a semi-aridez e postura vigilante face ao risco das secas; discurso da ajuda atenuado; agricultura sinistrada ainda é parte do cotidiano da maioria; espaço em integração rápida, rompendo bolsões de isolamento; modernidade dos pequenos projetos, <i>discurso da organização e convivência</i></p> <p><b>Sertão: <i>semi-árido tradicional, do latifúndio</i></b> Natureza muito similar ao Pajeú, mas sem organização dos trabalhadores, quase ausência da pequena propriedade, alta susceptibilidade à seca, selvagem, isolado</p>

A questão fundadora da ação ativa da sociedade é dar acesso à água para todos. Aliás, uma das evidências sempre apontadas para sublinhar a perfeita normalidade do sertão pajeuense é o fato de que todos os rios, inclusive o principal, “cortam” na estação

seca. Este fato eco-simbólico é muito importante na concepção de semi-árido dos entrevistados, juntamente com a existência de vastas áreas de caatingas, solos ruins (não agrícolas) e o risco sempre iminente de verem suas lavouras de sequeiro sinistradas pela estiagem. As figurações negativas da natureza, como sói acontecer, ressaltam a importância da “organização” dos trabalhadores.

A mistura de uma atitude política mais ativa ou solidária com as iniciativas para estabilizar ou incrementar o setor produtivo, soma-se com o sentimento de uma cultura local específica, autêntica, influenciando o espírito *pajezeiro*. Se bem que o reconhecimento deste gênio não seja exclusivo do tipo de discurso do sertão humanizado, ele ganha neste âmbito uma concepção menos “naturalista”, uma vez que não se trata apenas da compleição do lugar, mas de como os homens contribuem para forjá-la, além de resultar de fatores históricos, sociais ou culturais. A comparação com os sertões circunvizinhos permanece um recurso retórico bastante significativo nas estratégias narrativas assim tecidas, como se pode observar no seguinte depoimento:

O Moxotó é muito diferente do Pajeú. Lá é terra de criador, criam bode demais, vixe! Me lembro das fomes que passei lá – que eu não nasci no Pajeú, nasci no Moxotó – e dos desprezos, eu dormia no chão até a idade de 24 anos, que eu não podia comprar uma rede. O sofrimento daqui não dá para comparar com o dela! [...] Aqui eu tenho uma vida nova, com pouco dinheiro comprei um pedaço de terra, fui me situando e assim, até que se fez o lugar. [...] O pajezeiro, como pessoa, talvez não tenha diferença, mas como estilo, desejo que os outros vá pra frente, tem diferença. Porque no Pajeú a gente encontra mais gente que dá uma ajudazinha à gente, e o Moxotó onde eu nasci não tem isso: quem tem, tem; quem não tem, não tem<sup>371</sup>.

As figurações mobilizadas pelos adeptos dessa perspectiva podem ser tanto positivas quanto negativas (no Pajeú também há “sofrimento”), e dependem do contexto em que o discurso é proferido: quando os interlocutores pensam nas dificuldades decorrentes dos “tempos ruins”, das secas, da falta de infra-estruturas etc as imagens negativas não diferem em quase nada dos estereótipos de sertão ordinariamente evocados no imaginário geográfico regional. Ao contrário, quando discorrem sobre as conquistas e melhorias decorrentes da organização da comunidade, do jogo político, dos “tempos bons” e das práticas individuais de manejo de recursos, os pajeuenses selecionam figurações positivas que individualizam a região frente às demais peças do

---

<sup>371</sup> Depoimento N° 49, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 22/06/2003.



mosaico sertanejo – principalmente no campo da sociedade: ter a terra, ter sindicatos atuantes etc. O sertão é rude por natureza, mas depende dos homens conviver bem ou não com a sua característica imanente de semi-aridez.

A diferença face aos outros modos de imaginar o Pajeú, por conseguinte, é que sua positividade não é uma dádiva da natureza, mas um produto da intencionalidade humana. Existe ainda uma consciência crítica bastante aguda, pois esta obra civilizadora em andamento não assegura uma situação estável à maioria dos sertanejos, habitantes “desse sertão seco que nós vive, nesse lugar de pedra, de secas pesadas”<sup>372</sup>. Com efeito, a presença ameaçadora da pobreza, da precariedade de meios de vida, da não sustentabilidade das práticas agrícolas, do minifúndio limitante e de vários outros desafios cotidianos, sem esquecer o espectro das estiagens, tudo isto contribui para que não haja um visão excessivamente romântica ou bucólica do Pajeú e dos pajeuzeiros. Ao invés de se ufanarem da natureza, se regozijam dos avanços e conquistas trazidos pela ação social; isto é, o Pajeú aqui é um “*espaço de luta e resistência*”.

*Imaginário do Pajeú como um sertão ordinário e sujeito a secas, exceto na beira-rio*

Este segundo tipo de panorama inscrito no horizonte da banalidade pode ser traduzido, em parte, como peça da estratégia dos sertanejos em lastimar-se diante do “estrangeiro” (no caso, o pesquisador que eles não sabem exatamente a que veio) a fim de conquistar a sua benevolência e compreensão, e quiçá obter algum tipo de ajuda. A comunicação apresenta-se um tanto quanto prejudicada pela pré-disposição dos informantes em mobilizar todo tipo de figuração negativa, mas deve-se tomar tal postura como uma intencionalidade retórica bastante clara. Profissionais com atuação no meio rural em Afogados da Ingazeira reconhecem que esta estratégia pode ser circunstancial:

Os agricultores aqui tem momentos que reclamam, eles têm orgulho de ser pajeuzeiros, mas eles reclamam, porque eles acham que reclamando vão ganhar as coisas, certo? Então eles choram às vezes, ficam falando que está difícil, que é duro, que precisa de emergência, que precisa de não sei o quê. Mas numa viagem de intercâmbio para o Ceará, quando eles chegaram lá e viram a realidade, eles disseram

---

<sup>372</sup> Depoimento N° 52, pequeno agricultor de Afogados da Ingazeira, 22/06/2003.

assim: ‘rapaz, a gente é privilegiado, a gente vive no céu!’. Porque às vezes eles reclamam demais, né? <sup>373</sup>.

A retórica do Pajeú ordinário representa 31,2% das opiniões que se conectam na semântica da banalidade e somente 14,7% dos depoimentos de todos os entrevistados neste recorte, equivalendo, em importância numérica, à idéia do sertão mediano. Registre-se que, das cinco pessoas que utilizaram a tese do sertão comum, quatro residiam em zonas de caatinga e apenas uma na beira-rio; 3/5 eram pequenos proprietários fundiários e todos praticavam a pequena agricultura. No imaginário do grupo que expressa o Pajeú ao modo de *espaço sertanejo como outro qualquer*, as estiagens assumem um papel destacado como produtora de imagens metonímicas, e a região vem a ser ilustrada pelos temas de uma natureza semi-árida hostil. Mesmo que estas estratégias se façam presentes em outros eixos do olhar, como já foi mostrado, somente no presente caso é que elas assumem um papel central.

Por outro lado, não se pode afirmar que a impressão segundo a qual o Pajeú é parte integral e unitária de um mesmo espaço envolvente, o sertão *tout court*, é exclusiva daqueles que revivem o mito da necessidade ou o discurso da ajuda na escala do lugar. O que muitas vezes se pretende ressaltar, através desta postura, é o caráter restrito das situações de exceção e a identidade regional maior, mais “autêntica”, mais sertaneja etc dos espaços rústicos e áridos:

A lavoura aqui dá, mas é muito trabalhosa. Só se tiver muito inverno, é muito trabalho. No baixio compensa quando a gente está trabalhando, você planta o feijão de arranca, o milho, o feijão; a terra melhor de lavoura é o baixio. A terra alta é pros animais, a caatinga [...]. Longe do Pajeú você não vê uma roça, só é mato, dá até medo de andar, quando parte assim dois, três quilômetros do rio, meu amigo, você tem medo de passar lá. Um sertão feio, um sertão esquisito. Na beira do Pajeú, já é diferente <sup>374</sup>.

O espaço pajeuense cristalizado pelo imaginário do sertão comum é uma terra majoritariamente de caatingas espessas, de predomínio da pecuária e alguma lavoura de sequeiro, concebendo-se uma única exceção: a “linha do rio”, uma faixa de oásis que, a rigor, não poderia ser considerada sertaneja (tem água, é verde o ano inteiro, mostra-se densamente povoada, as caatingas são quase inexistentes, predomina a agricultura e assim por diante). As oposições definem aquilo que é imaginado como o verdadeiro e

<sup>373</sup> Depoimento N° 34, técnico agrícola cearense com atuação em Afogados da Ingazeira, 23/03/2003.

<sup>374</sup> Depoimento N° 63, assentado de Flores, 26/03/2003.

genuíno sertão, do qual tomaria parte todo o restante do Pajeú: uma terra deserta, seca, horrível. O discurso da ajuda é revelado quando os agricultores de sequeiro dizem que o sertão é uma terra boa de plantar, forte, “descansada”, só precisando de mais atenção dos poderosos, sobretudo dos políticos:

O sertão do Pajeú, ele é o seguinte: ele tem possibilidade de ser um sertão quase dos mais ricos. Que se existisse uma coisa que tivesse governo que olhasse bem, era mais rico. Colocasse o rio São Francisco para fazer irrigação, aí ficava um lugar rico. Mas através que o interesse é muito pouco, aí se torna assim: tem canto que tem irrigação, canto que não tem e só espera por chuva, aí os invernos são muito curtos, outros anos não chove, aí sofre bem, sofre demais. Que nem aqui a gente sofreu, foi três anos de seca, 1999, 2000 e 2001, né? Só veio chover agora em 2003 <sup>375</sup>.

Surge com ênfase jamais provada nos outros eixos do olhar o imaginário da natureza semi-árida como impeditiva da “riqueza” dos sertanejos. Além do mais, a existência das secas é usada como justificativa para solicitar uma mudança geral das condições ambientais do sertão através da irrigação, evocando-se o paradigma hídrico e a transposição das águas do rio São Francisco. A modernização baseada em obras como barragens, adutoras, canais, estações de bombeamento, projetos de agricultura irrigada etc é sonhada como uma panacéia passível de ser reproduzida em todo o sertão. As alternativas são, neste nível do discurso, bastante maniqueístas: ou seca, ou irrigação. E o imaginário da água remete necessariamente à Petrolina como um modelo a ser reproduzido. (Ver Tábua B-5 adiante).

Deve ser esclarecido que quatro das cinco pessoas que proferiram esta argumentação situavam-se em propriedades de sequeiro, sem acesso imediato ao rio Pajeú ou aos seus afluentes mais importantes. O surgimento do contraste entre “a linha do rio” e as zonas de caatinga é resultante das condições de existência tanto dos “caatingueiros” quanto dos “*pajeuzeiros*” (aqui no sentido estrito de habitantes da beira do Pajeú), que se encontram e se cruzam num mesmo universo, como já mostrado acima. Além do mais, mesmo nas ribeiras mais secas, todos os terrenos possuem uma parte de tabuleiro e uma parte de baixio.

Quando falam da beira-rio privilegiada, os sertanejos têm em mente os rios principais, que demoram a “cortar”, ou as terras na borda de barragens. Quer dizer, isto não implica numa sensação radical de identidade entre os sertanejos das zonas mais

---

<sup>375</sup> Depoimento N° 61, assentado de Flores, 26/06/2003.

secas, de um lado, e o povo da beira do rio, de outro, mas sim na consciência de que alguns são favorecidos no acesso aos recursos enquanto outros são mais “sofridos”. O que acontece é que alguns têm mais e melhores terras de baixio do que outros:

Sempre todos os proprietários eles têm as duas partes, os terrenos são divididos cruzando uma baixa, né? Pegando uma parte alta e uma parte baixa; poucos têm áreas só de altos, para ser sincero eu não conheço uma pessoa que tenha terra só em ribeira, sem que tenha uma partezinha daquela área de riacho. Então, na maioria das vezes as propriedades estão divididas exatamente pegando um pouco de ‘filé’. [...] Em Afogados, tem área de produção de baixio que diferencia da ribeira, da região de serra e da região arenosa. Por sinal a região mais produtiva é aqui no Pajeú e no famoso riacho Curral Velho, pega muitas comunidades, e tem o riacho da barragem de Brotas, o Pajeú-Mirim. [...] Só tem uma parte do município de Igaraci que eu considero, na minha avaliação, como Moxotó, uma região mais ribeira mesmo de verdade, uma região grande, onde criam mais cabra e onde as plantas são bem falhadas e onde elas não crescem, já são plantas baixas, né? <sup>376</sup>.

No fim das contas, essas oposições mostraram-se aparentes, pois os terrenos de sequeiro e de vazante são partes integrantes da vida no semi-árido, não havendo uma ruptura entre ambos, e sim uma relação de complementaridade cotidiana. A visão “exagerada” a partir do sequeiro pode ser interpretada como função da maior expressão territorial dos tabuleiros e altos, afinal as extensas caatingas voltadas à pecuária e à roça tradicional superam os terrenos de vazante ou as margens irrigáveis de cursos d’água. Esta “desproporção” criaria um quadro de bastante dificuldade, quando não de penúria, exigindo a intervenção de técnicas baseadas no paradigma hídrico. O que os enunciadores deste discurso da banalidade sugerem, enfim, é que o balizamento e desenvolvimento das atividades humanas entre a “linha do rio” e as caatingas secas consiste na repetição de um quadro representativo, metonímico, de todo o sertão. O Pajeú seria parte coerente do sistema de metáforas do interior “ruim”.

Os cenários aqui traçados possuem invariavelmente relação com a pecuária extensiva, as caatingas e a lavoura tradicional de sequeiro, sujeita aos azares das estiagens. O Pajeú configura-se enquanto uma *paisagem da estagnação*, pois como disse uma agricultora, “o lugar não evolui. Trabalhei na roça por raiva de mim mesma, aqui não tem recordação, só de trabalho e muito sacrifício. É uma cadeia. O sistema que

---

<sup>376</sup> Depoimento Nº 59, pequeno agricultor em Afogados da Ingazeira, 26/03/2003.

pega aqui é o do sofrimento”<sup>377</sup>. Os emblemas do sertão mergulhado na mesmice são o sítio, a fazenda e a roça, consistindo a irrigação em experiências irrisórias. As comparações com a utopia petrolinense dos perímetros irrigados é evocada para colocar o Pajeú no seu devido lugar (de sertão desolado, atrasado, não-moderno) e solicitar a ação dos “poderosos” em prol dos “fracos”, de modo a mitigar o “sistema do sofrimento”.

### Tábua B-5

#### Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do Pajeú *Retórica do sertão típico (exceto a beira-rio)*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Lavoura tradicional de sequeiro e criatório de bovinos, ovinos e caprinos na caatinga predominam amplamente, caatingas rústicas;</li> <li>▶ Paisagem estagnada (pouco dinamismo da agropecuária, lavouras sinistradas pela seca);</li> <li>▶ O <i>sítio</i> e a <i>roça</i> são “a prisão do agricultor”: plantios tradicionais, a pequena criação, baixa produtividade, o fabrico de carvão vegetal, a deficiência de recursos hídricos;</li> <li>▶ O homem sertanejo é o “retirante” sempre pronto a emigrar, o camponês precário;</li> <li>▶ Beira do rio Pajeú é um espaço de exceção: plantios e pastos sempre verdes, pequena irrigação, terra “fria”, maior densidade do habitat e melhores casas, não sofre com as estiagens (contraste acentuado com os interflúvios cobertos de caatingas ressecadas);</li> <li>▶ Pequena irrigação rara e indicadora de pessoas privilegiadas em meios de produção e em acesso aos recursos hídricos</li> </ul>	<p><b>Pajeú: <i>incorpora o sertão típico e mítico</i></b> Metáfora radical do deserto, extremamente seco e de difícil convivência, submetido a estiagens arrasadoras, “lugar que não evolui”, caatinga, região abandonada ou esquecida, homem bruto, Discurso da ajuda e paradigma hídrico, aridez hiberbólica, <i>espaço da pobreza</i>.</p>
	<p><b>Sertão: Idem a Pajeú</b> Sertão do São Francisco = <i>mito da redenção hídrica</i> (sertão como os outros, transformado pela irrigação; modelo a ser reproduzido em todo o semi-árido; espaço da esperança (via transposição do rio São Francisco)</p>

A tábua de fotografias 2 repertoria alguns exemplos ilustrativos das paisagens metonímicas utilizadas pelos sertanejos do Pajeú.

<sup>377</sup> Depoimento Nº 67, pequena proprietária e professora aposentada de Afogados da Ingazeira, 27/03/2003.

## Tábua de Fotografias 2 - Sertão do Pajeú



Foto 16 - Pequena barragem em afluente do Pajeú. Riacho do Góes, Carnaíba, março/2003, foto do autor



Foto 17 - Rio Pajeú, com terreno de vazante pronto para o plantio. Ingazeira, março/2003, foto do autor.

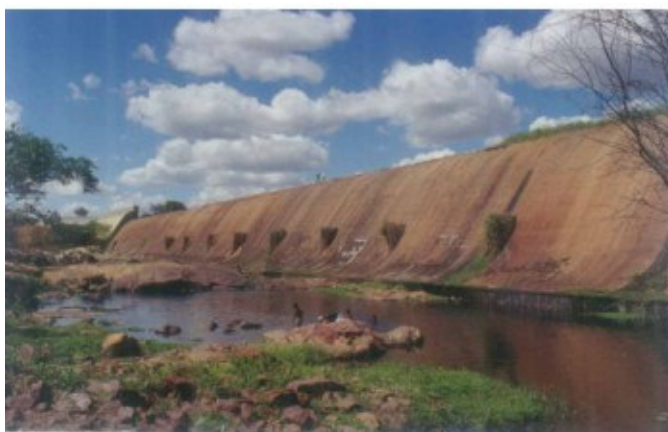


Foto 18 - Barragem de Brotas no rio Pajeú, nas cercanias da cidade de Afogados da Ingazeira, março/2003, foto do autor.



Foto 19 - Pequena horticultura irrigada às margens do riacho Curral Velho, afluente do Pajeú. Comunidade de Stº Antônio, Afogados da Ingazeira, março/2003, foto do autor.



Foto 20 - Plantio de tomate irrigado com água de açude particular em grande fazenda de São José do Egito, Pajeú. Junho/2003, foto do autor.



Foto 21 - Leito do rio Pajeú "perenizado" devido à barragem de Brotas. Comunidade de Monte Alegre, Afogados da Ingazeira, junho/2003, foto do autor.



Foto 22 - Pequenos agricultores da comunidade remanescente de quilombo Leitão da Carapuça diante de cisterna de calçadão, Afogados da Ingazeira, junho/2003, foto do autor.



Foto 23 - Barraca de produtos agroecológicos do Grupo de Mulheres da Comunidade Monte Alegre, na feira da cidade, Afogados da Ingazeira, junho/2003, foto do autor.



Foto 24 - Pequeno agricultor diante de seu poço de tipo cacimbão ou amazonas, localidade de Sítio do Góes, Carnaíba, março/2003, foto do autor.





Foto 25 - Carro de bois, puxando carga de palma forrageira no município de Iguaraci, junho/2003, foto do autor.

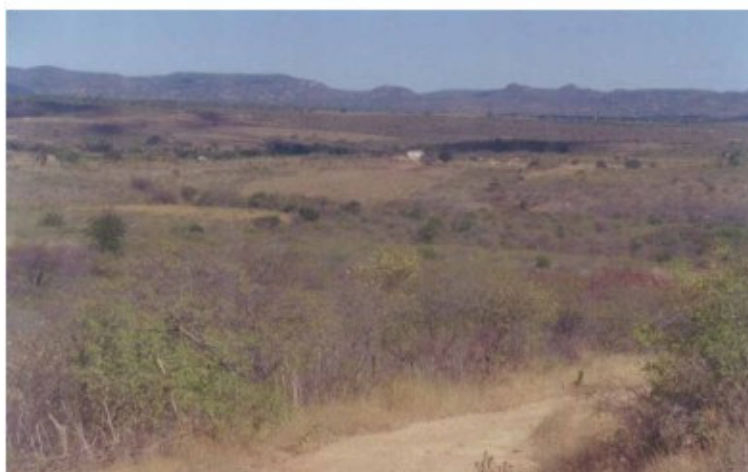


Foto 26 - Aspecto da caatinga no município de Flores, ao fundo relevo sedimentar da Serra Vermelha, junho/2003, foto do autor.

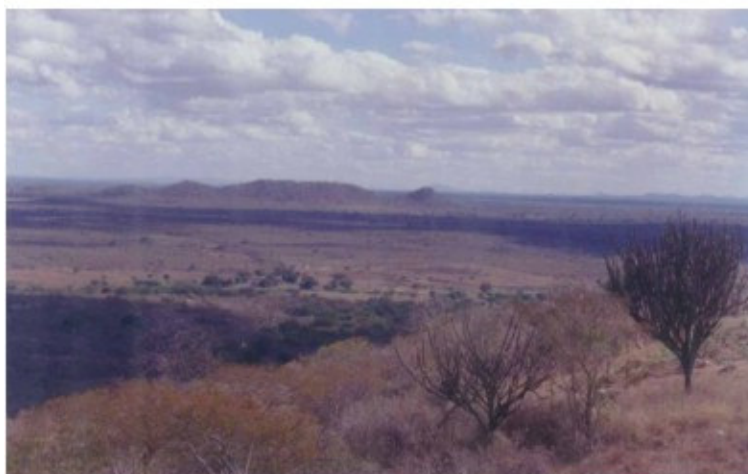


Foto 27 - Aspecto da caatinga no Vale do Pajeú, julho/2003, foto do autor.



Foto 28 - Aspecto da caatinga densa em Afogados da Ingazeira. Ao fundo Serra da Carapuça, relevo sedimentar, julho/2003, foto do autor.



Foto 29 - Aspecto da caatinga verdejante durante o período das chuvas, Flores, abril/2003, foto do autor.

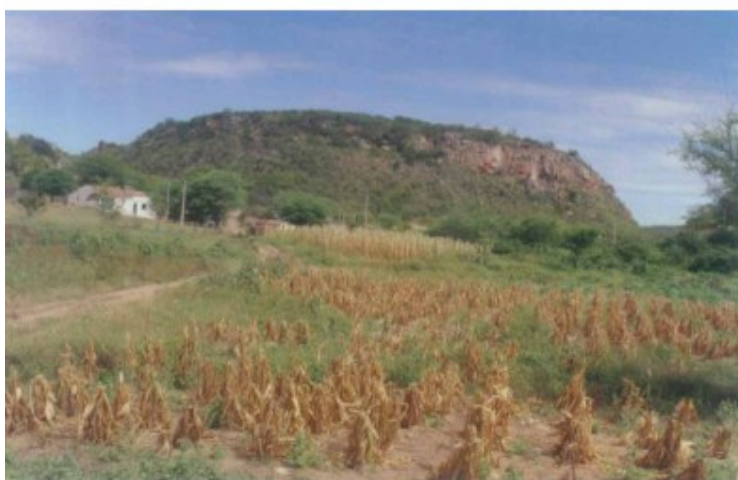


Foto 30 - Pequena roça de milho na Comunidade de Leitão da Carapuça, em área de relevo sedimentar e solos arenosos. Afogados da Ingazeira, junho/2003, foto do autor.

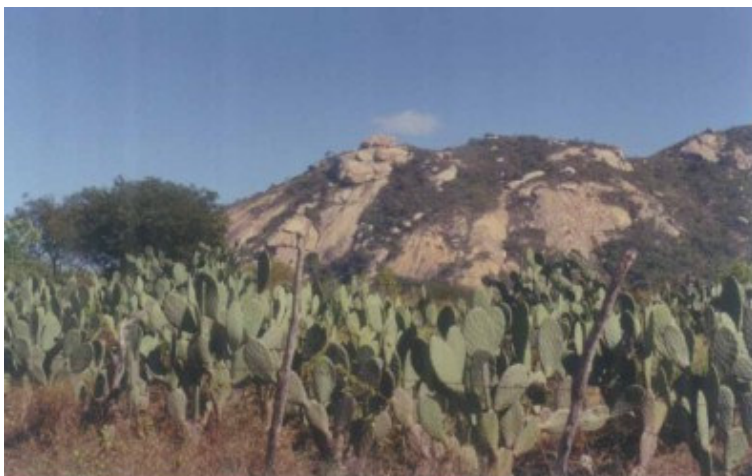


Foto 31 - Plantio de palma, tendo ao fundo a Serra da Matinha em Carnaíba. Os pajeuenses declaram que o cultivo desta planta é prova do ambiente favorável da região, março/2003, foto do autor.

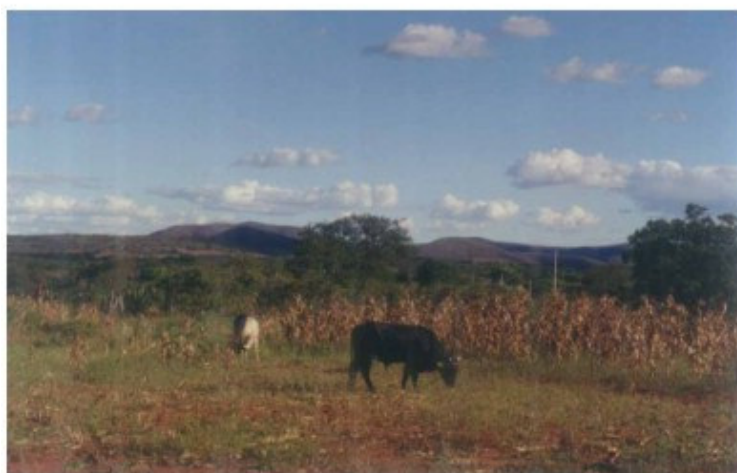


Foto 32 - Pequena criação de gado, símbolo da independência dos pequenos proprietários do Pajeú. Sítio Monte Alegre, Afogados da Ingazeira, junho/2003, foto do autor,



Foto 33 - Vaqueiros tangendo o gado, uma cena comum no Pajeú. Município de Tuparetama, julho/2003, foto do autor.



Foto 34 - Roçado de mandioca na comunidade Leitão da Carapuça, Afogados da Ingazeira. Notar o contraste com a caatinga seca na vertente ao fundo, junho/2003, foto do autor.



Foto 35 - Comunidade Leitão da Carapuça, contraste entre o fundo de vale mais úmido e cultivado, e as vertentes das elevações mais secas, cobertas de caatinga, junho/2003, foto do autor.



Foto 36 - Plantio de cana-de-açúcar no brejo de altitude de Triunfo. Espaço considerado como "um agreste" pelos pajuenses, Outubro/1998, foto autor.

### 4.3 Interpretação das paisagens metonímicas do São Francisco

O último enquadramento de pesquisa reservou-nos, em relação às demais áreas investigadas, a maior diversidade de enunciados interpretativos, havendo convergência de opiniões em pelo menos sete distintas modalidades imagético-discursivas. Foram identificados três grandes blocos retóricos como narrativas de primeira ordem, representando as posturas mais generalizantes que subjazem à associação entre o São Francisco e o sertão como um todo. Por fim, alguns desdobramentos patentes das perspectivas dominantes se interpuseram no itinerário que conduziu da racionalidade narrativa inerente a essas idéias mais abstratas sobre a região até a pluralidade de visões corriqueiras dos sertanejos. Passemos à sua exposição esquemática e compreensão (vide Quadro Resumo 3 na seqüência e Tábua de Fotografias 3 ao final do item).

O indício que tão logo se nos despontou foi que a existência do rio São Francisco, maior e mais importante curso d'água perene a atravessar o Nordeste, ainda por cima em uma de suas porções mais áridas, “enforma” grande parcela do pensamento e do imaginário sobre aquele pedaço do sertão – aliás, como já era de todo esperado, uma vez que o próprio recorte de pesquisa foi escolhido em função do “magnetismo” simbólico exercido pelo Velho Chico. No entanto, menos óbvio do que poderia transparecer numa primeira impressão, foi perceber que o surgimento dessa verdadeira “miragem” não impede a tomada de pontos de vista nitidamente diferenciados, e mesmo irreconciliáveis, pelos sertanejos que vivem na sua zona de influência direta. Por exemplo, para quase um terço dos entrevistados o rio não é um elemento central do imaginário geográfico, nem pode ser visto como a metonímia mais acabada sobre a região “do” São Francisco.

Os sentidos mais amplos atribuídos ao Sertão do São Francisco refletem a vivência e a imaginação de uma população que se coloca, concreta ou metaforicamente, em face de um contraste fundamental no seu dia-a-dia: a abundância e perenidade de água às margens do rio (incluindo os “projetos” de irrigação mais afastados), ao lado das restrições hídricas em extensas zonas adjacentes. Poderíamos dizer que a oposição fisionômica entre interflúvios secos e beiras de rio viçosas, comum a todo o semi-árido, assume no caso em estudo uma dimensão máxima, arquetípica, evocando como

metáforas radicais o oásis e o deserto. Até aqui, nada de muito original. Acontece que, partindo do mesmo tema bicromático, a atividade cultural dos sujeitos leva-os a conceber alguns cenários mais complexos, que são delineados claramente quando eles pousam o olhar em diferentes perspectivas de interpretação do mundo que os cerca. Outras vezes, a diversidade de panoramas é fruto de um certo “aprisionamento do regime escópico” em função do relativo isolamento em seus lugares de vida e da pouca familiaridade dos sertanejos com horizontes mais distantes.

Daí a relação entre os seus espaços da proximidade e um caráter regional (ou pelo menos supra-local) expressar-se de três maneiras bem distintas: por ordem decrescente de importância, observa-se primeiramente que existe um grupo semântico de “*Imagens e discursos dicotomizantes*”, onde a metáfora do oásis adquire sua expressão mais contundente, a ponto de os espaços úmidos (natural ou artificialmente) serem considerados como *não-sertão*, e o sertão seco equiparar-se a uma zona desértica. Este é um imaginário típico de *beiradeiros* (habitantes e trabalhadores das margens e das ilhas) ou de assentados *irrigantes* (que vivem da pequena agricultura irrigada em projetos), cujo cotidiano pode prescindir dos espaços produtivos de sequeiro. Dos trinta e três entrevistados no recorte em questão, dezenove expressaram-se desta maneira, o que significa nada mais, nada menos que 57,6% do total.

Em segundo lugar, coloca-se um eixo semântico muito curioso, onde há uma espécie de ausência de motivos para construir visões maniqueístas, resultando em que a área de sequeiro não seja descrita necessariamente através de um contraste com a margem do rio; sem embargo, o sertão “brabo” das caatingas é visto aqui como o mais autêntico ou genuíno. A este eixo imagético-discursivo, traçado por cinco de nossos interlocutores (27,3% dos casos), demos o nome de “*Imagens e discursos autonomizantes*”; e por que?

Note-se que há o recurso às comparações entre as zonas arquetípicas, o que é mesmo quase inevitável face à magnitude simbólica e concreta da existência daquele volume d’água em plena zona de caatingas hiperxerófilas; porém, neste modo de ver o “sertão velho e seco” como sendo o caso mais típico de paisagem semi-árida, o rio São Francisco é “descentrado”, posto à distância, quando não totalmente abstraído, mesmo em situações nas quais os informantes passaram toda a vida a menos de 10km das suas margens!

### Quadro Resumo 3

Convergência do imaginário e das narrativas sobre o sertão envolvendo a relação beira-rio/caatinga/serras agrestes no enquadramento *São Francisco* (n=33)

<i>Sentido geral</i>	<i>Visão relacional</i>	<i>Linhas argumentativas principais</i>	<i>Idéias subjacente do todo “sertão”</i>
<b>SEMÂNTICA DICOTOMIZANTE</b> (57,6%)	IMAGINÁRIO DO OÁSIS (45,4 %) O São Francisco ribeirinho e dos projetos irrigados é um caso à parte	<b>RETÓRICA DO “NÃO SERTÃO”</b> Beira-rio muito favorecida do ponto de vista natural e da ação humana	Sertão das caatingas é desértico e pobre ( <i>espaço da repulsa</i> ) (33,3 %)
			Sertão das caatingas é patrimônio natural e cultural ( <i>espaço da nostalgia</i> ) (12,1 %)
	IMAGINÁRIO DA MIRAGEM (12,2 %) O São Francisco ribeirinho e dos projetos irrigados parece ser diferente, mas é uma ilusão	<b>RETÓRICA DO ENGANO</b> Embora seja região favorável, suas potencialidades naturais não são bem aproveitadas	Sertão das caatingas é desértico e pobre ( <i>espaço da repulsa</i> ) (6,1 %)
			Sertão das caatingas é patrimônio natural e cultural ( <i>espaço da nostalgia</i> ) (6,1 %)
<b>SEMÂNTICA AUTONOMIZANTE</b> (27,3%)	IMAGINÁRIO DA TIPICIDADE DO SERTÃO SECO (18,2 %) A maior parte do São Francisco é um sertão bravo	<b>RETÓRICA DA AUTENTICIDADE</b> As caatingas bravas e o sequeiro são o sertão típico; o rio é “descentrado”	Sertão é zona de sequeiro e de caatingas; espaço tradicional, mas em modernização
	IMAGINÁRIO DA TIPICIDADE DA SERRA (9,1%) O agreste das serras é um sertão autêntico e conhecido	<b>RETÓRICA COMUNITÁRIA</b> Serras são o sertão familiar/comunitário; o rio é “descentrado”	Sertão é área isolada, pouco acessível, com ambiente rústico, mas não totalmente seco.
<b>SEMÂNTICA INTEGRATIVA</b> (15,1%)	IMAGINÁRIO DA DIVERSIDADE O sertão é uma coalescência de sertões específicos	<b>RETÓRICA DA PLURALIDADE</b> São Francisco é conjunto variado de ambientes	Sertão é espaço diversificado e inter-relacionado; as zonas secas dominam, mas a irrigação está mudando sua face rapidamente

Quer dizer, o poder retórico das situações contrastantes é substituído aqui pelo *elogio do espaço semi-árido*, sem que haja uma negação da importância do rio, principalmente como fonte d’água para consumo humano. O mito de que o sertanejo é antes de tudo um forte renasce cada dia sob o sol escaldante e em meio às caatingas ásperas que cotejam zonas irrigáveis. É evidente que os recriadores dessa narrativa

encontram-se na maior parte dos casos em áreas de sequeiro, o que não quer dizer que não possuam acesso a bons terrenos de vazante, uma vez que podem estar instalados em outras beiras de rio, tais como o Brígida, o Pajeú, o riacho do Navio e seus afluentes<sup>378</sup>. Só que nestes últimos casos há um senso de sazonalidade ligado aos ritmos e ciclos da natureza semi-árida, integralmente associado aos longos meses do período seco e ao regime intermitente dos cursos d'água, bem como às variações severas na disponibilidade de outras reservas hídricas. Ditando limites ao calendário agrícola das áreas semi-áridas em geral, a noção de tempo estacional é quase ausente às margens do grande rio perene.

Enfim, em menor grau de importância (apenas 15,1% das opiniões), há uma terceira racionalidade narrativo-interpretativa, que representa o oposto da primeira linha dicotomizante. Neste caso, constata-se um esforço para compor os ecótopos do espaço são-franciscano como parte de uma mesma paisagem, a despeito de todos os antagonismos de sua fisionomia. Aliás, as contraposições “secas”, bruscas e bem marcadas seriam uma marca maior do contexto da região estudada, não podendo ser vistas em separado, daí o não aparecimento de estratégias de enaltecimento de uma ou de outra compleição. Por tal motivo, denominamos a retórica mobilizada para a tessitura de um panorama de convívio de opostos como a convergência de “*Imagens e discursos integrativos*”.

Embora minoritária, a percepção integrativa parece corresponder tanto a uma visão menos dependente de imagens restritas à *proxemia* do cotidiano da existência, como também menos centrada nos clichês e generalizações tão difundidos sobre a região do São Francisco (paradigma hídrico, panacéia da irrigação, imaginário do deserto etc). Em verdade, é bastante difícil posicionar-se de forma ponderada quando se trata de pintar um quadro em que se devem inserir harmonicamente elementos provenientes de dois grandes estalões do olhar: o regime escópico do sertão seco, de um lado, e aquele do sertão das águas de outro, ambos com forte respaldo cultural e pressupostos simbólicos próprios, oscilando entre oposições e encontros.

---

<sup>378</sup> No plano dos “tipos de terreno” propícios às atividades agropecuárias, os *caatingueiros* possuem um sistema de distinção análogo ao dos habitantes da margem do São Francisco, como constatou Scott William Hoefle (1993, p.188-189). São variações a partir da mesma distinção básica entre baixios/beirario e interflúvios secos, comum a todo o semi-árido.



O perfil biográfico dos interlocutores mostra que essa postura aproximativa depende da mobilidade do olhar, fruto das vivências passadas e presentes nos mais diferentes tipos de ambientes que caracterizam a região; isto é, resulta da condição de “passadores de fronteiras” dos sertanejos que, em busca de sobrevivência, estabilidade ou melhorias sócio-econômicas percorreram, conheceram e trabalharam o sertão são-franciscano “das caatingas às *molhações*”. No caso inverso, do imaginário dicotomizante, percebe-se que a mobilidade física e o deslocamento de perspectivas pode também haver existido, mas associa-se a experiências traumáticas, como migrações causadas pelas secas, donde a invocação majoritária de figurações negativas para isolar um tempo e um espaço revolutos.

#### 4.3.1 Semântica dicotomizante – Sertão da beira-rio *versus* sequeiro

Os “*argumentos dicotomizantes*”, coerentemente com a mobilização de imagens bipartidas e contrastes hiperbólicos, como viemos de mostrar, subdividem-se de uma maneira um tanto quanto caricata em “*imaginário do oásis e do progresso*” e “*imaginário da miragem e da modernidade ilusória*”. Em ambos os casos o potencial mítico do grande veio d’água que rasga as caatingas do Nordeste resulta na mobilização de argumentos taxativos, qualificando o imaginário geográfico em torno da metáfora do deserto ou do oásis. Por ordem de importância, analisemos aquele primeiro eixo, o mais difundido entre as trinta e três pessoas entrevistadas no recorte São Francisco.

Antes, porém, uma palavra sobre a composição deste grupo de opinião. O tipo de entendimento dicotomizante foi produzido principalmente por reassentados atingidos por barragens (42,1% dos que foram classificados no presente eixo) e por pequenos proprietários de terra (26,3%), estando o restante das pessoas distribuídas em situações diversas. Quanto à ocupação dos informantes, observou-se uma uniformidade maior, tendo em vista que quase  $\frac{3}{4}$  das pessoas consultadas eram pequenos agricultores. Por fim, em relação ao sítio, aproximadamente 80% dos casos reportaram-se a terrenos de beira-rio e/ou projetos de irrigação, com fácil acesso à água. Quer dizer, no cotidiano

das atividades agrícolas, a maioria dessas pessoas não se encontra voltada aos espaços de caatinga como lugar privilegiado de suas estratégias de vida.

*Imaginário do oásis e do progresso – Retórica do “não sertão”*

A retórica baseada no imaginário do oásis mostrou-se amplamente mais significativa, embasando 45,4% de todos os relatos construídos sobre o sertão do São Francisco, e quase 80% dos discursos dicotomizantes (15 das 19 pessoas aí enquadradas). Coerentemente, este tipo de relato provém de situações favorecidas pelo acesso à água: cinco dos informantes viviam à beira rio e seis em projetos de irrigação; um outro possuía terras tanto de caatinga quanto às margens do São Francisco, dois eram de origem urbana e apenas um morava em serra abrejada. Quanto à principal ocupação, mais de 2/3 eram pequenos agricultores e cerca de 1/4 constituía-se de agrônomos e técnicos agrícolas. O que praticamente a metade dos sertanejos inquiridos no enquadramento em estudo quer dizer com o recurso à uma imagem mítica tão poderosa como a visão reconfortante de um refúgio úmido em meio ao “deserto” sertanejo?

Existe, de partida, uma analogia de estrutura entre valores e sentimentos como opulência, bonança ou fartura, e as paisagens sempre-verdes da beira-rio, dos perímetros de irrigação ou das ilhas do São Francisco. O “tempo bom”, relacionado à época das chuvas normais no semi-árido, o que nem sempre se consoma, é aqui um tempo contínuo. As diferenças concretas quanto ao dinamismo agrícola, densidade de ocupação e modernização da sociedade, comparando-se o sequeiro face às “molhações”, interagem reciprocamente com o imaginário do oásis, donde o mito alimenta o cotidiano e o cotidiano alimenta o mito.

Portanto, a metáfora radical do “jardim” é um modelo que vai se impondo, ganhando maior evidência, na medida em que os homens constroem para as zonas semi-áridas (sem acesso à irrigação) uma outra modelização, digamos antitética, que transfigura a caatinga em quase deserto. A percepção das secas ou da semi-aridez é contraditoriamente aguçada pelo progresso técnico, pelas novas maneiras de produzir que tornaram todas as alternativas tradicionais inimagináveis, vetustas e sobretudo inaceitavelmente arriscadas e de baixa produtividade. Dentro das cercas dos jardins

ampliados pela irrigação não há mais seca e a paisagem é bonita, ao passo que do lado de fora dos “perímetros” ou a pouca distância das margens do rio, somente a *silva horrida* e homens rudes resistem a uma escassez d’água crônica:

Aqui é sertão, caatinga. Mas na beira-rio não existe seca, é oportunidade de água o ano todo, irrigar o ano todo. Para a gente que mexe com a roça, que não teve estudo, um lugar onde tem água, tem vida. Aqui tem mais progresso, é outro o progresso. [...] Na margem do rio não se planta mais nada ‘*de chuva*’; aqui, tudo é irrigado dentro das propriedades. A margem do rio é o maior recurso, plantações de côco, de cebola, manga. A paisagem, não sendo irrigada, é uma só, mas sendo irrigada é outra. Passou da irrigação a paisagem muda, mesmo se o solo é igual, a paisagem muda. Quando vem a seca vira um deserto, em termos de paisagem. Daqui a uns 30km é um sertão brabo, alto sertão. [...] De Ibimirim a Salgueiro é uma região morta. Você já atravessou esse sertão de dia? Você não vê nada! Aqui de Santa Maria [da Boa Vista] para cima, para Petrolina, já é outro sertão, tem muita gente morando na beira da pista, você já vê muitas fazendinhas<sup>379</sup>.

A paisagem *fora da irrigação* é uma só: morta, desértica, monótona. Em termos de qualidades ambientais, ocupação humana e domesticação do meio é plausível afirmar que, para esse grupo de entrevistados, a beira-rio é “não-sertão”, associando-se antiteticamente às idéias dominantes de sertão como espaço deserto e incivilizado, muito embora os mesmos interlocutores se identifiquem globalmente com a denominação de Sertão do São Francisco quando se referem à região como um todo. Scott W. Hoefle (*op. cit.*, p.186-188) observou que em Belém do São Francisco os sertanejos consideram uma zona intermediária entre a beira-rio e as caatingas mais distantes como um espaço diferenciado, reservando para esta faixa a denominação de “agreste” ou “tabuleiro” (terras ligeiramente onduladas, pedregosas e de baixa fertilidade, próximas ao rio e mais desmatadas). Todavia, a presente pesquisa constatou que o termo “agreste” foi reservado de preferência às serras úmidas e o sentido de uma maior domesticação do espaço concentrou-se nas cercanias imediatas do Velho Chico, ou nos terrenos com acesso à irrigação.

O paradigma hídrico é absoluto. Quer dizer, os refúgios de verdor em meio ao sertão brabo não são apenas uma dádiva da natureza. Tudo começa com a existência de água, é bem verdade, mas é a ação humana que, através das técnicas, do investimento de capital e de trabalho, potencializa os recursos naturais de maneira a transformar

---

<sup>379</sup> Depoimento N° 70, pequeno agricultor de Belém do São Francisco, 01/06/2003.

radicalmente a produtividade e a fisionomia do meio. A *caatinga-deserto*, com sua galeria de lugares comuns em torno da seca, está ali ao lado para conceder a prova e o testemunho cru do mundo semi-selvagem que, de uma hora para a outra, pode ser uma “página virada” pelo progresso técnico na beira-rio. Tais lugares comuns são tão mais fortes para os sertanejos do São Francisco quanto mais representam situações concretas de vida, fazendo parte da sua experiência do espaço:

As fazendas longe do rio ainda hoje são uns lugares secos, secos mesmo. Você andando, quando chega na pista (BR) olhando para o lado de lá [norte] não tem nada. Agora choveu um pouco, tem umas coisas verdes, mas quando é no mês de setembro pra outubro você só vê aquela caatinga, aqueles paus, não vê uma folha. [...] Eu fui um homem sofrido, passei muita fome, fome muita mesmo. Quando foi em 1970 eu não agüentei mais a fome, aí puxemos aqui para a beira-rio. O feijão ficou mais fácil de adquirir porque tinha molhação e agente tinha coragem para trabalhar. Por causa da seca, deixei meu nordeste lá, minha fazenda. A gente morava isolado. Olhe, se visse um carro desse do senhor, ave Maria! Se rebocava para dentro de casa e ia para debaixo da cama, com medo. Era uma coisa assim como um bicho do mato. [...] Se for falar de um sertanejo que vem dessas caatingas, da roça mesmo, pode saber que ele é sofrido. Não vá dizer que ele é boa vida, porque não é não<sup>380</sup>.

A seca onipresente provoca a fome e inviabiliza a vida nas caatingas, que não têm nada além de paus ressequidos; os sertanejos que lá residem são “quase índios”. Constata-se através desse tipo de depoimento que a identificação *sertão-zona de caatingas-nordeste* com a inviabilidade da agricultura de sequeiro e o sofrimento das secas reforça a sensação de que as “molhações” na beira-rio são um verdadeiro oásis, estando, então, totalmente fora dos sistemas de figurações negativas.

Como havíamos assinalado, a existência do oásis é atribuída em grande parte, segundo a visão dos informantes, à ação humana. A construção das grandes barragens hidrelétricas mudou o regime das enchentes do Velho Chico e causou a submersão permanente dos melhores solos aluviais, prejudicando irremediavelmente o sistema de lavouras de vazantes. Se antes das barragens o paradigma espacial do oásis poderia ser uma interpretação direta da índole da terra, hoje em dia é a irrigação e somente a irrigação que garante as condições para que a imagem mítica se confunda com a realidade: atualmente a beira-rio (artificial) tem uma “natureza” de caatinga, mas a tecnologia recriou as condições para o estabelecimento de áreas de exceção. Isto

---

<sup>380</sup> Depoimento N° 74, reassentado atingido por barragem, Belém do São Francisco, 03/06/2003.

também vale para setores não atingidos pelos lagos das hidrelétricas, sempre que o cinza letárgico da caatinga tenha sido substituído pelos verdejantes campos irrigados e lavouras modernas:

Água de irrigação aqui foi quando a barragem chegou. Perdemos a criação tudinho nessa mudança, que a água comeu as pastagens, a gente tinha uns capins plantados. Aqui era terra de criar, de plantar rocinha de chuva [...]. Agora nós pode plantar, já plantei de irrigação, porque tem a represa, nós capta a água na barragem, estou com uma bomba instalada. [...] O terreno é tabuleiro, a gente chama o ‘*pé do alto*’, né? Aonde é tabuleiro é nesses altos aqui que a gente veio com a represa. A terra boa que a gente tinha para trabalhar, cobriu, aí ficou esse terreno de pedra, quando a gente passa o trator é cada rebolo de pedra que se tira para jogar fora. Antes da represa não usava para trabalhar, não. [...] Com a irrigação a gente plantou cebola, aí arrumou um dinheirinho e se animou: vamos trabalhar! Essa beira de rio é uma mãe de leite. A gente trabalhando não morre de fome, não falta. Só a água que a gente tem já é muito importante. Os terrenos que têm irrigação eu passo e fico olhando assim, vejo os plantios tudo verdinho<sup>381</sup>.

É comum notar-se nesse eixo do olhar que a ênfase em obras hídricas e técnicas modernas de agricultura alimenta-se de um certo exagero da seca como “condição permanente” do semi-árido são-franciscano, e que torna qualquer tentativa de cultivo de sequeiro irracional, pouco rentável, ultrapassada pelo progresso de um novo paradigma produtivo. A estiagem seria um aspecto negativo inerente a todos os espaços que ainda não foram domesticados a fim de receber lavouras irrigadas, ao passo que se torna um trunfo no meio técnico: sabe-se que para plantas regadas artificialmente é até melhor a ausência completa de precipitações, uma vez que isto reduz a incidência de certos organismos fitopatogênicos e permite amplo controle dos ciclos biológicos.

Novas maneiras de lidar com os recursos naturais contribuem, então, para desfazer a separação entre época de estio (normal, anual) e estiagem (fenômeno cíclico, catastrófico). Isto é, a agricultura dos caatingueiros e os espaços onde não há “molhação” remetem a um quadro onde reina eternamente grande instabilidade e precariedade para a existência humana, um cenário imanente de seca, quando nos jardins ocorre o inverso:

Se não trabalhar na beira do rio é seca. É seca mesmo. O ano que chove mais eles [os caatingueiros] tiram alguma coisa. Aqui a gente tira milho e feijão e nós ainda vende. Eles lá, não. Tira aquela

---

<sup>381</sup> Depoimento N° 72, reassentado atingido por barragem, Itacuruba, 02/06/2003.

produçãozinha, envasa e vai tirando aos pouquinhos, orando para que Deus mande mais chuva no ano que vem. Você vai ver aí é a fome velha. Aqui as terras são poucas, os terrenos não são bons, mas a gente planta de tudo <sup>382</sup>.

Tudo o que viemos de expor poderia sugerir que na fala dos sertanejos inscritos na retórica do oásis somente restasse para as zonas de caatingas um lugar extremamente negativo na galeria do imaginário regional, o que não é verdade. O que aconteceu de fato foi que, nos discursos de terceira ordem que relacionam beira-rio e sequeiro, observamos uma subdivisão bem marcada entre aqueles que desprezam as zonas secas e aqueles que as consideram importantes como parte dos modos de vida locais.

Do lado dos que pensam nas caatingas como um sertão inóspito, intratável e pobre, nota-se que o discurso dicotômico é engendrado a partir de um forte sentimento de rejeição, gerando uma geografia existencial que demarca o sertão seco como “*espaço da repulsa*”. Por outro lado, existem os que consideram as caatingas como uma área da (agri)cultura tradicional, incluindo em primeiro plano a pecuária, e em cujas terras ingratas ou rústicas repousa um patrimônio natural e cultural valorizado positivamente. Há o sentimento de que esta parte do território sertanejo, mesmo que menos importante para os sistemas produtivos modernos, não pode ser de todo esquecida ou posta de lado, uma vez que aí estão as raízes familiares, os lugares de origem e freqüentemente algumas atividades econômicas dos *beiradeiros* e *irrigantes*. A velocidade das transformações tecnológicas e os processos de desterritorialização e re-territorialização geram, assim, um “*espaço da nostalgia*”.

Analisemos como essas visões da zona de caatingas interferem na figuração geral do sertão do São Francisco.

a) Beira-rio do São Francisco e “projetos” são oásis e caatinga é *espaço da repulsa*

Desta maneira, para um terço de todos os entrevistados no recorte, a visão do sertão “ajardinado pela irrigação” se completa através do contraste contundente com um território do abandono, que é o desértico sertão das caatingas ressequidas e improdutivas, e sobre o qual pesam todas as figurações negativas ou se projetam sentimentos de repulsa, depreciação e desvalorização: “sou da fazenda, mas Deus me livre de ir lá! Nunca mais! Só vou lá a passeio, passo dois dias e já fico com vontade de

---

<sup>382</sup> Depoimento N° 74, reassentado atingido por barragem, Belém do São Francisco, 03/06/2003.

voltar. Lá é caatinga, só tem fartura quando chove... passou dois anos sem chover é terrível, é terrível!”<sup>383</sup>.

Entendimentos como esse representam nada menos que 73,3% das pessoas que invocam o imaginário do oásis, ao passo que perfaz 57,9% das opiniões convergentes nos discursos dicotomizantes de primeira ordem. A polarização imagética deserto/tradição e oásis/modernidade indica que a região “sofrida” do sequeiro torna-se um espaço impróprio para a vida, uma zona selvagem onde a natureza e os homens seriam brutos:

A caatinga é um lugar difícil. A gente vê os outros, né? A gente passa assim naquelas fazendzinhas e se admira como é que o povo convive naquele lugar, que chega é fumacento, a gente só vê assim pau pelado, não tem nada mesmo. Aqui tinha umas caatingonas brabas, longe, horrível, no deserto, bem longe. Eu nem sei se era habitado, era um deserto, só tinha bicho bruto, bicho do mato. Eu acho que era terra de caboclo brabo. Não sei como se vive naquele lugar. A seca é uma dificuldade de tudo, plantava e aquilo se acabava, criava um bichinho, não tinha pasto para eles comer <sup>384</sup>.

No plano das geosofias são-franciscanas, estamos diante da racionalidade narrativo-interpretativa mais abrangente e mais próxima do senso comum, mobilizando clichês e estereótipos montados sobre polaridades e oposições. O grupo no qual esta narrativa se faz mais presente é aquele dos reassentados atingidos por barragens (36,4% dos depoentes), que são provenientes da beira-rio ou das ilhas fluviais, possuindo poucas experiências de vida na caatinga (ao menos enquanto espaço principal de práticas agrícolas).

O tempo anterior às barragens, quando eram “sertanejos morando praticamente dentro d’água”, é uma baliza importante para as suas visões de mundo. Neste sentido, o processo de transferência para áreas secas, afastadas do rio e só posteriormente irrigadas<sup>385</sup>, consiste num evento traumático, numa verdadeira desterritorialização, que deixa suas marcas num discurso da saudade voltado para os espaços ribeirinhos e num discurso da repulsa dirigido à caatinga. O distanciamento do rio e a demora de

---

<sup>383</sup> Depoimento N° 74, reassentado atingido por barragem, originário do sequeiro de Floresta. Entrevista colhida no reassentamento, Belém do São Francisco, 03/06/2003.

<sup>384</sup> Depoimento N° 96, reassentada em Santa Maria da Boa Vista, originária da beira-rio de Belém do São Francisco, 16/07/2003.

<sup>385</sup> Em alguns reassentamentos a infra-estrutura de irrigação demorou mais de uma década para ser instalada, tempo durante o qual as famílias receberam ajuda de custo (verba de manutenção) dos órgãos competentes.

implementação da irrigação provocam o mergulho dos “beiradeiros” no universo do “sertão perigoso” das caatingas bravas.

Com efeito, do ponto de vista do sítio, 72,8% dos que expressam essa forma de dicotomia habitavam ambientes irrigados ou beiras de rio. Ainda quanto à condição do informante em relação à terra, outro grupo no qual a mesma opinião mostra-se marcante é o de pequenos proprietários, que chega a integrar 27,2% dessa amostra. No conjunto, 72,3% dos entrevistados incluídos aqui eram pequenos agricultores, somando-se os que praticavam a pluriatividade (barqueiros, pescadores). Tal pensamento é bastante corroborado pela autoridade da técnica, uma vez que agrônomos e técnicos agrícolas contribuíram com mais de um quarto dos depoimentos.

### Tábua C-1

Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco  
*Retórica da beira-rio como “não sertão” e das caatingas com “espaço de repulsa”*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ A beira do rio São Francisco com suas ilhas e os ditos “projetos” ou perímetros irrigados, as propriedades particulares irrigadas e modernas;</li> <li>▶ Paroxismo dos emblemas do paradigma hídrico: os canais de irrigação, os objetos técnicos da agricultura irrigada (parafernália de bombas, dutos, aspersores, drenos, estações de bombeamento, tratores e instrumentos etc);</li> <li>▶ As lavouras irrigadas com destaque para a fruticultura (manga, côco e uva) e a cebola;</li> <li>▶ Paisagem sempre verde próxima ao rio e no interior dos perímetros irrigados, ausência de estações do ano (independência de chuvas) e de secas;</li> <li>▶ Lago da barragem de Itaparica;</li> <li>▶ Paisagens hiperbólicas da água e da técnica</li> </ul>	<p><b>Sertão do (rio) São Francisco: não sertão</b> Metáfora radical do oásis, favorecimento natural bem aproveitado pelos homens (os dois pivôs: água e técnica de irrigação) riqueza, progresso, modernidade, boniteza, <i>espaço de oportunidades</i></p>
	<p><b>Sertão (das caatingas) é horrível</b> Metáfora radical do deserto, zona inóspita, extremamente árida, quase impossível de praticar agricultura, domínio do feio e do horrível, terra de caboclo bravo (índio), vazio, desabitado, abandonado até por quem é originário de lá, lugar de memórias dolorosas (fomes, secas, penúria material); <i>Espaço perigoso e repulsivo</i></p>

Todavia, a oposição fundamental beira-rio e projetos contra as caatingas tem um caráter indubitavelmente retórico, no sentido mesmo de figura de expressão, uma vez que, no decorrer das entrevistas, as pessoas demonstram que a dicotomia simbólica acaba não correspondendo, na prática, a uma apartação de fato entre a vida “dentro d’água” e nas caatingas. Os próprios reassentados criam gado em parcelas de caatingas



grossas ou fazem parcerias com sertanejos dos arredores para realizar cultivos de sequeiro. O que eles querem dizer quando enfatizam o seu horror às terras secas pode ser resumido na impossibilidade de se imaginarem nos dias de hoje vivendo apenas da pecuária extensiva e das lavouras de chuva. Isto é mais verdadeiro para os jovens, como fica claro no depoimento de um caatingueiro cujos filhos residem na beira-rio:

O sertão nosso aqui é muito ‘*croável*’ à seca, o pessoal para escapar é obrigado a comer angu de milho. A convivência é só da roça mesmo, criar uma criaçãozinha de bode pouca e ir levando a vida. A casa que não tem um aposentado passa dificuldade. Eu não estou sofrendo mais por causa que meu filhos a maioria estão aí para a beira do rio, ganharam terra nesses projetos, ganhou lote depois que veio esse negócio de barragem.

(P) – *É muito diferente a vida nos projetos da vida aqui no sequeiro?*

(R) – Rapaz, lá a diferençazinha é melhor, se bem que tem deles lá que estão seis anos esperando chegar a molhação e ainda não chegou, ficam trabalhando de alugado para remir a vida. Tem o terreno, a casa, mas ainda não ajeitaram a água. Seis anos! Lá é uns terrenos de chapada, a gente anda e é uns terrenos rasos. É lugar de cebola e batata, na molhação o legume se perde. Aqui eu só vejo sair fraco<sup>386</sup>.

Não é necessário insistir sobre as figurações negativas relacionadas a essa postura, uma vez que os tipo de relatos assim construídos são variações dos discursos acima apresentados, apenas tornando-os ainda mais incisivos. Mas, como assinalado antes, isso não é tudo. Há uma minoria que ainda valoriza positivamente a caatinga, mesmo vivendo no oásis da irrigação, e essa visão parece ser menos submissa ao poder ofuscante dos mitos. Vejamos por que.

#### b) Beira-rio do São Francisco e “projetos” são oásis e caatinga é *espaço da nostalgia*

Observa-se, ainda no contexto da metáfora do oásis, que para 12,1% de todos os informantes do recorte São Francisco a zona de sequeiro é uma área que, apesar de inferiorizada e ultrapassada pelo progresso, representa um território carregado de figurações e valores positivos, sendo eleito quase que ao posto de um espaço-patrimônio, seja do ponto de vista da natureza, seja do ponto de vista da cultura. A posição que vê nas caatingas um “*espaço da nostalgia*” equivale ao pensamento de 26,7% dos que mobilizam a idéia de oásis e a 21,1% daqueles que adotam a retórica

---

<sup>386</sup> Depoimento N° 83, pequeno agricultor sem terra, Carnaubeira da Penha, 13/07/2003.

dicotomizante, o que pode significar, no final das contas, um abrandamento do maniqueísmo normalmente esperado a partir do recurso à polarização. Talvez estejamos diante de uma postura de transição para os discursos integrativos, uma vez que a condição “letárgica” do sequeiro não seria um dado imutável da natureza, mas apenas uma condição decorrente do pouco desenvolvimento de tecnologias adaptadas a essa realidade. A experiência biográfica e a imaginação conciliam o aparentemente irreconciliável; mas, de que modo?

Concretamente, exalta-se a cultura dos vaqueiros, a força e resistência do homem sertanejo (como sempre) e a importância do criatório, evocando-se experiências presentes e passadas, com ênfase nestas últimas. A saudade coloca uma linha imaginária entre as “molhações” (presente e futuro) e o sistema gado-lavoura de sequeiro (passado e presente), parecendo demarcar uma passagem ou tendência irreversível. Das quatro pessoas anotadas nesta esfera do imaginário, duas eram reassentadas em projetos irrigados no meio da caatinga, uma possuía terras tanto na beira-rio quanto no sequeiro e a outra era funcionário público de órgão rural e possuía terras de sequeiro. Em comum havia o fato de todas elas terem vivido uma parte de suas existências nas zonas de caatinga, havendo a persistência de laços familiares com os caatingueiros.

A vivência entre as fronteiras simbólicas do oásis e do deserto contribui decisivamente para a não negação dos valores tradicionais da cultura caatingueira, apesar da apartação concreta entre os modos de vida e as paisagens dos jardins tecnológicos da irrigação. Por analogia ao caso das terras próximas ao rio, surge a possibilidade de modernizar e viabilizar todo o deserto, se bem que num patamar inferior de produtividade. Assim, após demarcar a realidade nova como flagrantemente melhor do que a o passado, os depoentes buscam suavizar as figurações negativas do sequeiro, preconizando-lhe transformações assentadas no progresso técnico, como ilustra o seguinte depoimento:

Nós temos o semi-árido seco, sofrido, a caatinga. Nós temos as margens do Rio São Francisco, que são terras irrigáveis, é outra realidade, né? E os projetos de irrigação, sobretudo no município de Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Petrolina, têm um avanço tecnológico muito grande e se diferencia muito da realidade mais antiga do tradicional do lugar. Essa diferença é muito grande, é bem visível; bem próximo, só olhando pro verde, pra área irrigada, você encontra um sítio, uma fazenda, um lugar sofrido e outro próximo, rico. [...] Nós estamos numa área bem característica de semi-árido, a caatinga um pouco deserta, essa vegetação esparsa e o solo muito

rochoso. [...] a diferença é tremenda para o pessoal das terras irrigadas<sup>387</sup>.

Após a caracterização dicotômica inicial, o mesmo entrevistado prossegue tentando conferir ao sequeiro um valor positivo, que poderia ir além do patrimônio cultural caso houvesse maior aplicação de tecnologias:

Mas é o lugar onde a gente nasceu e a gente tem as ligações, a questão cultural, de pai pra filho e a gente não pode abandonar as raízes, a gente precisa organizar. O fator produtivo tem condições de realizar, não a nível de grande negócio, mas um pequeno comércio de caprino, criatório, tem condições de ser desenvolvido. O que dificulta é a questão de investimento, as dificuldades de recurso para estruturar. Longe das margens do rio, irrigadas, acho eu na minha mente que a grande realidade é a pecuária extensiva, investindo na estrutura básica, adoção de novas tecnologias, cultivo de palma, sorgo para silagem, para melhorar as condições naturais do lugar<sup>388</sup>.

É preciso reafirmar, não obstante, que o tom principal é a saudade, a lembrança de um modo de vida e de eventos biográficos marcantes ocorridos nas fazendas de gado, em meio às caatingas e lavouras de sequeiro. O avanço técnico dos espaços secos, sem se basear no paradigma hídrico, ainda é uma possibilidade distante. A existência da cultura caatingueira é um elemento identitário forte, e que é talvez até ressaltado pela velocidade das mudanças provocadas pela territorialização de uma nova maneira de produzir. Há, então, uma tentativa de preservar valores e percepções cada vez mais ofuscados pela modernidade:

A fazenda em que eu nasci é uma caatinga bruta, bruta! De comer bode assado e só ter água quando chove. Quando você vive numa caatinga, você está sempre renovando, porque todo ano tem aquela época de chuva, enverdece, os passarinhos cantam, tudo bonito! Todo ano você renova. Você tem um quadro difícil de seca, gado magro, plantas secas, aí, depois, aquela mudança. A satisfação volta, porque realmente é muito bonito. A gente às vezes compara, o milho irrigado não aquele cheiro do milho de chuva... era outra coisa! Todo ano os dois quadros, não é um quadro de só verde, verde, verde, nem só seca, seca, seca. Aí quem vive direto aqui dentro do rio, só água, só verde, a gente não dá valor. [...] Hoje em dia as coisas ficaram mais difíceis porque naquela época as pessoas viviam mais para o consumo de casa; porque a carne tinha um bode, de vez em quando matava e o resto era da lavra mesmo. Na época da seca tinha o leite, comprava o feijão; na seca o que segurava era isso. Aí você pergunta: *'como é que você pode*

<sup>387</sup> Depoimento N° 79, técnico agrícola de Floresta, 04/06/2003.

<sup>388</sup> *Idem.*

*dizer um negócio desses, dizer que era bom na seca?* Era porque tinha mais independência<sup>389</sup>.

As boas lembranças, entretanto, não ofuscam na memória os sofrimentos daqueles que vivem ou viveram no “miolo do sertão”, isto é, longe do rio e dos terrenos irrigados. Ousando no recurso a uma imagem marcante, poderíamos dizer que os sertões brabos transformam-se aqui quase que num cenário, numa “paisagem” em seu sentido estrito de panorama congelado, retrato esmaecido de uma geografia existencial do *caatingueiro* que virou *beiradeiro*: ele não quer voltar atrás, mas guarda em si e projeta no espaço as marcas da saudade e de alguns valores de outrora. A Tábua C-2 traz o resumo das paisagens metonímicas que participam desse gênero narrativo:

### Tábua C-2

Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco

**Retórica da beira-rio como “não sertão” e das caatingas como “espaço da nostalgia”**

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<p>[Cenário idêntico a C-1] Paisagens hiperbólicas da água e da técnica: o rio São Francisco e os “projetos”, as propriedades irrigadas e modernas; paroxismo dos emblemas do paradigma hídrico, as lavouras irrigadas; paisagem sempre verde próxima ao rio e no interior dos perímetros irrigados, ausência de estações do ano e de secas etc</p> <p><b>E mais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Fazendas de sequeiro nas caatingas rústicas;</li> <li>▶ O vaqueiro, o sertanejo forte, os antepassados</li> <li>▶ Pecuária extensiva, lavoura de chuva, grande risco de perda de safras, baixa produtividade;</li> <li>▶ Caatinga é espaço sem investimento, sem meio técnico desenvolvido</li> </ul>	<p><b>Sertão do (rio) São Francisco: não sertão</b> Metáfora radical do oásis, favorecimento natural bem aproveitado pelos homens (os dois pivôs: água e técnica de irrigação) riqueza, progresso, modernidade, boniteza, <i>espaço de oportunidades</i></p>
	<p><b>Sertão (das caatingas) é patrimônio</b> Depositário das origens familiares e das raízes culturais, espaço biográfico (infância e juventude) de memória positiva e/ou negativa; patrimônio natural e cultural a ser preservado (o vaqueiro, as plantas, o criatório, as pegas de boi no mato, o modo de falar, o vestuário etc); Faltam investimentos para “domesticar” uma natureza brava, hostil</p>

<sup>389</sup> Depoimento N° 76, agrônomo de Floresta, 04/06/2003.

*Imaginário da miragem ou da modernidade quimérica: retórica do “engano”*

A outra grande divisão do imaginário dicotomizante é mais ou menos similar a que acabamos de descrever em termos dos seus elementos imagéticos e discursivos básicos; pode-se dizer que as suas paisagens metonímicas e metáforas radicais fazem parte da mesma constelação mitológica do *deserto sertanejo*. No entanto, a perspectiva da leitura finalizada da paisagem muda radicalmente, as metonímias e metáforas são combinadas de maneiras diferentes, de modo a revelar um estado de espírito desencantado e a ressaltar uma postura crítica diante do mito do eldorado da irrigação: *o sertão-oásis seria uma miragem*, no sentido de uma imagem sedutora e enganadora do progresso às margens do São Francisco, idéia tão difundida na sociedade que os próprios entrevistados chegaram a lhe dar crédito. Mas as experiências práticas com o novo modelo agrícola estariam perto de transformar seus devaneios em pesadelo. A história de um agrestino atraído ao São Francisco pelas promessas da irrigação é ilustrativa quanto a este imaginário:

Quando eu vim para cá, eu não me atraí em nada. Mas os rapazes aí [apontando para os filhos] era que tinham animação por causa da água do rio, muita água muita terra. Eles achavam que plantando palma dava para criar umas cinqüenta cabeças de gado, mas quando chegamos aqui a palma não dá, a quentura é demais, um calor medonho. Eu falo que é doido um cabra que tem um terreno no agreste e vem para cá! [...] Essa endoidada foi olho grande, o cabra querer muito, né? Eu pensei de sair dos oito hectares para oitenta e cinco, na época era isso que me atraía, muita água e muita terra. [...] Hoje eu tenho coqueiro irrigado, mas o solo é ruim; aqui, se a água não tiver no pé da planta, não serve, não molha. O solo está começando a ficar branco, azulado [salinização]. Problema também é a violência, roubam tudo, me roubaram cento e três cabeças de gado e nos dez anos que estou aqui já fui assaltado onze vezes aí nessa estrada. A maconha acabou com o sertão. Toda a ilusão do povo daqui é o rio, a ilusão do sertão aqui é o rio. Eu só vim mais iludido porque tinha água, e muita<sup>390</sup>.

Além das queixas relacionadas aos roubos e à violência correlatos ao problema das drogas, o sentido maior dessa perspectiva do olhar é apontar para o mau uso das potencialidades naturais e para os tropeços cotidianos na lida com as mudanças técnicas e logísticas inerentes à modernização da agricultura. As novas formas de produzir são percebidas como a quebra de um equilíbrio anterior (beira-rio tradicional), implicando

<sup>390</sup> Depoimento N° 69, pequeno agricultor e irrigante autônomo em Belém do São Francisco, 01/07/2003.

altos riscos econômicos e instabilidade de certas relações sociais culturalmente aceitas. Uma rotina de percalços e insucessos parciais atingiria muitos daqueles que tentam concretizar o sonho de cruzar definitivamente as fronteiras do oásis (moderno), as quais parecem voláteis. Daí o sentimento de frustração fazer brotar uma retórica da ilusão, muitas vezes exagerada:

Aqui no projeto eles dizem que a gente somos donos da terra, mas isso aqui eu não me sinto dono. A gente vive aqui, lascaram a gente no banco, peguei um processo de vinte mil reais e não posso pagar. Como está aqui hoje, a tendência é passar fome, já tem gente dentro do projeto passando fome, muitos têm que trabalhar como diaristas nas fazendas por aí. [...] A irrigação não está dando certo por causa da salinização, então estão mudando pra gotejamento. [...] Aqui é tabuleiro de rocha, da rocha pura, aonde você meter um trado de um metro e meio dá na pedra. Os coqueiros que a gente plantou, a água não infiltra no solo e a planta sofre. Aqui só deu a primeira safra; a cebola, que era a principal lavoura da gente não dá; a gente pensava que era um coisa e era outra. Eu não tinha fé de que a barragem [de Itaparica] ia sair. No começo eu pensava que era uma melhora, mas depois... se eu soubesse que era um 'lazer' deste aqui, eu não tinha vindo<sup>391</sup>.

Na verdade, a “miragem” a que se referem os enunciadores do presente cenário encerra sentimentos legítimos de insatisfação e desapontamento com as condições concretas de vida em áreas com acesso à inovação técnica, irrigação, infra-estruturas etc, mas onde não houve maior preocupação com a reação e o processo adaptativo das pessoas à nova realidade. Isso não exclui, entretanto, a expressão de uma variante do “discurso da ajuda” – não se trata, é claro, de mobilizar diretamente o imaginário da natureza rústica do semi-árido e das secas para angariar benesses, mas sim de reclamar das dificuldades de criação e gerência de espaços agrícolas baseados em uma transformação complexa das condições naturais e das estruturas sócio-culturais.

As atribuições dessa passagem provocam a latência de muitos comportamentos conservadores e a reprodução de estratégias de vida tradicionais, como já mostrou R. Parry Scott (1999) ao estudar os reassentados da barragem de Itaparica<sup>392</sup>. Portanto, a modernidade técnica, da maneira como muitas vezes é imposta na região, não significa

<sup>391</sup> Depoimento N° 68, reassentado atingido por barragem, Belém do São Francisco, 03/06/2003.

<sup>392</sup> Ao estudar a persistência de práticas agrícolas tradicionais entre reassentados na borda do lago de Itaparica, Parry Scott arrola como causas: a falta de financiamento, a percepção de que os solos dos lotes não se prestam à lavoura, a fragilidade da organização dos produtores, as dificuldades de comercialização (distância, escala de produção insuficiente para exportar etc) e a falta de integração ao modelo empresarial de agricultura (SCOTT, 1999, 297-301). Isto confirma a dificuldade de muitos *roceiros* em lidar com a modernização acelerada da agricultura e das relações sociais na região em estudo.

o fim automático de velhas práticas sociais, seja em relação aos tipos de produtos cultivados, seja na mentalidade dos sertanejos envolvidos nesse processo. Scott W. Hoefle, estudando a mesma área, avaliou de modo contundente o abismo que separa o desenvolvimento agrícola baseado na irrigação e a percepção ambiental dos sertanejos:

[Os projetos voltados à irrigação] envolvem um modelo de modernização no qual as informações fluem exclusivamente no sentido “de cima para baixo” e “do centro para a periferia”, havendo a “queima de etapas” através da “transferência de tecnologia”. Passam despercebidos ou se ignoram os esforços dos agricultores locais em adaptar e desenvolver tecnologias apropriadas para a agricultura irrigada e de sequeiro. O agricultor local é visto apenas como mão-de-obra a ser orientada por técnicos. E quando as metas de produção não são alcançadas, o agricultor é o culpado, nunca se questionando o modelo administrativo ou a tecnologia utilizada nos projetos (HOEFLE, *op. cit.*, p.193).

A ênfase no malogro da “conversão” à agricultura irrigada é, pois, justificada e deixa transparecer a convicção de que os pequenos agricultores estão abandonados à própria sorte (pelos governos, pelos “homens”, pelas instituições) numa terra que lhes foi prometida como perfeita graças ao simples acesso à água abundante e de boa qualidade. Também não se valoriza, como afirma Hoefle mais adiante, a experiência dos sertanejos com base no conhecimento dos microambientes locais, taxando-os de camponeses retrógrados, supersticiosos ou ignorantes.

Esse choque de perspectivas ajuda a compreender a frase mais repetida pelos adeptos da linha argumentativa em debate: a de que “a água do São Francisco é uma *ilusão*”. Deve-se, sem embargo, interpretar tal mensagem com comedimento, pois ela consiste numa figura de amplificação. Em outras palavras, não é concebível viver como outrora, porque se há consenso acerca dos problemas da irrigação, também é aceito que ela já se tornou imprescindível nos dias de hoje.

Trata-se de uma nuance de opinião bem mais restrita que a anterior, uma vez que apenas quatro pessoas (12,2% do total de entrevistados no recorte) demonstraram perceber o sertão da beira-rio ou os projetos de irrigação ao modo de uma miragem, o que corresponde a 21,1% dos que adotam discursos dicotomizantes. O perfil dessas pessoas não deixa de ser interessante: dois reassentados em projetos oficiais de irrigação, um morador tradicional de grande fazenda e um pequeno proprietário praticante da agricultura irrigada; sendo que apenas este último não se situava em área afetada pela formação do lago da barragem de Itaparica. Quer dizer, a percepção em

pauta atinge sujeitos sociais situados em distintas perspectivas, mas quase todos sob o impacto direto ou indireto dos grandes projetos do Estado brasileiro.

A estratégia de amplificar as condições adversas vividas nos regadios – seja visando conseguir mais apoio e incentivos, seja como uma visão crítica da modernidade excludente e autoritária – não impede que as imagens construídas para esses “oásis imperfeitos” lancem mão dos mesmos tipos de estratégias de contraste e oposição entre sertão seco e sertão irrigado antes assinaladas. O que ocorre de diferente, agora, é a decepção dos depoentes com as imagens harmônicas difundidas na sociedade a respeito da irrigação como solução de todos os problemas dos sertanejos; estas figurações positivas encontram-se em grande parte desacreditadas.

A tônica – como deve ser frisado – é apontar os problemas e limites da irrigação, reivindicando melhorias. Sabe-se que há uma grande relação de tutela entre os pequenos irrigantes e instituições como a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) ou a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), sem esquecer das relações tradicionais com políticos, prefeituras e órgãos de assistência técnica, bem como sindicatos e etc. A complexidade das mediações é, inclusive, uma das questões que mais influenciam a relação entre entrevistador e entrevistado nessas situações, conferindo o tom exaltado e reivindicativo de alguns depoimentos.

A apreciação de um agrônomo acerca das reclamações dos reassentados quanto à qualidade da terra e das técnicas usadas em seus lotes é sintomática do acirramento existente entre os sujeitos sociais que participam dos projetos de modernização agrícola: “Ali [no projeto de irrigação] não é terra ruim, ali é gente cansada. [...] o que falta é tecnologia, você não pode produzir usando irrigação errada, máquinas erradas, tudo errado. [...] Agora, eu vejo o seguinte: nós não damos muita atenção a pequeno produtor. Não se dá boa tecnologia a pequeno produtor”<sup>393</sup>. Quer dizer, fica patente tanto a falta de prioridade dos órgãos de assistência técnica para com os pequenos agricultores, como também a postura “viciada” destes últimos.

De maneira sucinta, para evitar a repetição dos temas já delineados<sup>394</sup>, observa-se que na retórica da miragem todas as áreas com acesso à irrigação (ilhas, beira-rio,

---

<sup>393</sup> Depoimento N° 76, agrônomo de Floresta com atuação em Belém do São Francisco; 04/06/2003.

<sup>394</sup> Retome-se os itens (a) e (b) do *imaginário do oásis - retórica do “não-sertão”*, anteriormente analisados.



projetos) são objeto do equilíbrio entre figurações positivas e negativas, enquanto que as caatingas e terrenos de sequeiro podem representar situações pretéritas carregadas de nostalgia ou então um presente negativo, de instabilidade, na melhor das hipóteses configurando uma zona propícia à pecuária. Reproduz-se, exatamente como no imaginário do oásis, a bifurcação de opiniões quanto à relação sequeiro *versus* beira-rio e lotes irrigados. Metade das pessoas vê na caatinga um “*espaço da repulsa*” e a outra metade um “*espaço da nostalgia*”; uma única diferença a ressaltar quanto ao que já foi dito acerca dessa geografia existencial é que aqui a construção da barragem de Itaparica assume um papel muito mais central no acionamento da saudade, demarcando um momento de verdadeira catástrofe no curso normal da vida ribeirinha. As Tábuas C-3 e C-4 abaixo sintetizam as paisagens metonímicas atinentes a todas as formas de ver a beira-rio como uma “miragem”.

As imagens de positividade são contrabalançadas pela percepção de que o acesso à água e a tecnologias modernas, por si só, não pode oferecer uma transformação sustentada das condições de vida. A obsessão pela água é a medida do desapontamento desses sertanejos, pois de esperança sonhada ela se tornou presença irônica – seja porque sem o perfeito domínio das técnicas, sem capital e infra-estruturas adequadas “morre-se de sede em frente ao mar”, seja porque, em alguns casos, os melhores solos (para as práticas agrícolas tradicionais) foram paradoxalmente inundados pelo lago da barragem.

Assim, os *beiradeiros* lamentam-se do fato de trabalharem hoje em terrenos ruins, que antes somente serviam à pecuária extensiva, pois são rasos, empedrados e facilmente salinizáveis. A beira-rio de hoje é enganadora, é “falsa”. A contradição entre aplicar a tecnologia de irrigação em terras consideradas pelos referenciais geosóficos tradicionais como imprópria para a lavoura revela o conflito inerente à mudança de posição destes sujeitos na sociedade e no território. Aparece, então, uma imagem excludente da modernização agrícola: a irrigação “não é para todos”, é “somente propaganda” ou “só presta mesmo para o pessoal de Petrolina”<sup>395</sup>.

(Ver Tábua C-3 a seguir)

---

<sup>395</sup> Depoimento Nº 100, reassentada em Santa Maria da Boa Vista, 16/07/2003.

### Tábua C-3

Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco  
**Retórica da beira-rio como “engano” e das caatingas com “espaço de repulsa”**

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<p><b>[Cenário da positividade idêntico a C-1, mas relativizado pelos fracassos dos informantes]</b> <i>Paisagens hiperbólicas da água e da técnica: o rio São Francisco e os “projetos”, as propriedades irrigadas e modernas; paroxismo dos emblemas do paradigma hídrico, as lavouras irrigadas; paisagem sempre verde próxima ao rio e no interior dos perímetros irrigados, ausência de estações do ano e de secas etc.</i></p> <p><b>E mais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Solos rasos e ruins para a agricultura mesmo com a irrigação (empedramento e salinização);</li> <li>▶ Uma “falsa” beira-rio em tabuleiros que eram de sequeiro e criação ↔ <i>barragem de Itaparica</i>;</li> <li>▶ Irrigação difícil para os pequenos agricultores (domínio precário e mal uso de técnicas, alto risco, necessidade de grande capitalização);</li> <li>▶ Irrigação sofisticada aplicada a lavouras tradicionais (desperdício);</li> <li>▶ Esvaziamento do habitat rural, primeiro pela barragem e hoje pela insegurança e violência;</li> <li>▶ Plantações de maconha</li> <li>▶ Apesar dos problemas, é “paraíso” se comparado ao sequeiro</li> </ul>	<p><b>Sertão do (rio) São Francisco: um não sertão excludente</b>            Metáfora radical do oásis toma a forma real de um <i>espaço da decepção ou desilusão</i>; não há oportunidade para os pequenos; favorecimento natural mal aproveitado pelos homens, progresso técnico inacessível, modernidade excludente (“o sistema de Petrolina”); <i>Modernização do mito da necessidade e do discurso da ajuda</i></p>
	<p><b>Sertão (das caatingas) é horrível</b>            Metáfora radical do deserto, zona inóspita, árida, quase impossível de se praticar a agricultura; lugar de memórias dolorosas (fomes, secas); vazio, atrasado e/ou passado; Se a beira-rio tem dificuldades, a caatinga é um espaço fora de cogitação para se viver; <i>Espaço de repulsa</i></p>

O surgimento de Petrolina como “o” verdadeiro oásis (outra quimera?) é sintomático do deslocamento do olhar entre as vicissitudes cotidianas dos pequenos agricultores e o modelo idealizado de produtor rural com acesso aos meios sofisticados de irrigação. Para traduzir essa percepção, recorreremos mais uma vez à R. Parry Scott: o que se coloca mediante aquelas afirmações é a convicção de que os pequenos agricultores familiares têm muita dificuldade para se inserir no modelo empresarial e agroexportador dominante, cujo paradigma são os pólos de irrigação de Petrolina e Juazeiro (SCOTT, 1999, p.295-305). Esta dificuldade não se limita apenas à adoção de tecnologias ou à referida falta de prioridade dos órgãos envolvidos, mas tem a ver profundamente com a identidade cultural e os valores simbólicos dos pequenos

produtores, que se vêem como “da roça”, e não como produtores modernos, “colonos”, nem “irrigantes”. Ou seja, a própria identidade sertaneja entra em crise.

#### Tábua C-4

Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco  
*Retórica da beira-rio como “engano” e das caatingas com “espaço da nostalgia”*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<p><b>[Cenário de positivities e negatividades idêntico a C-3] :</b>  <i>Paisagens hiperbólicas da água: o rio São Francisco e os “projetos”, as propriedades irrigadas e modernas; paroxismo dos emblemas do paradigma hídrico, as lavouras irrigadas; paisagem sempre verde próxima ao rio e no interior dos perímetros irrigados, ausência de estações do ano e de secas etc. Solos ruins para a agricultura mesmo com a irrigação, “falsa” beira-rio, irrigação difícil para os pequenos agricultores, desperdício etc;</i></p> <p><b>E mais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Obsessão da água produz miragens, paisagens enganosas (escondem problemas);</li> <li>▶ Paisagem de propaganda (verde, feliz, bonita, produtiva, moderna, integrada ao mercado);</li> <li>▶ A barragem de Itaparica: paisagem carrasca e ironia do destino (desilusão da água);</li> <li>▶ Exacerbação das situações problemáticas enfrentadas na beira-rio e projetos</li> </ul>	<p><b>Sertão do (rio) São Francisco: um não sertão excludente [idem a C-3]</b>            Metáfora radical do oásis toma a forma real de um <i>espaço da decepção ou desilusão</i>; não há espaço para os pequenos; favorecimento natural mal aproveitado pelos homens, progresso técnico inacessível, modernidade excludente (“o sistema de Petrolina”); <i>Modernização do mito da necessidade e do discurso da ajuda</i></p>
	<p><b>Sertão (das caatingas) é patrimônio</b>            Depositário das origens familiares e das raízes culturais, espaço biográfico (infância e juventude) de memória positiva e/ou negativa; patrimônio natural e cultural a ser preservado (o vaqueiro, as plantas, o criatório, as pegas de boi no mato, o modo de falar, o vestuário etc); Faltam investimentos para “domesticar” uma natureza brava, hostil</p>

#### 4.3.2 Semântica *autonomizante* – Sertão típico “descentra” o São Francisco

O segundo bloco de idéias convergentes em um nível de percepção mais abstrato é resultante da experiência concreta de vida daqueles sertanejos que estabelecem com o rio São Francisco poucas relações cotidianas e raros contatos eventuais, mesmo que residindo nas suas proximidades, à exceção talvez do uso da água para consumo humano através de caminhões-pipa e adutoras. Observa-se que a partir de certa distância do rio – os entrevistados falam entre meio quilômetro a uma légua, dependendo das

condições do terreno – inicia-se o domínio do modo de vida *caatingueiro* e as simbologias dominantes são muito diferentes das anteriormente comentadas<sup>396</sup>.

Os habitantes referem-se a esses espaços ao largo das faixas de aluvião do São Francisco como “o sertão mesmo”, “o miolo do sertão” ou “o sertão das caatingas brabas”<sup>397</sup>, demonstrando a consciência de que as áreas de “beirante” do grande rio representam situações excepcionais, no sentido de casos atípicos e restritos de variações essenciais da natureza sertaneja. Muitos, inclusive, não conhecem as margens do rio ou avistaram o seu espelho d’água somente por ocasião de viagens a lugares distantes, como de passagem para Juazeiro da Bahia ou Paulo Afonso, quer dizer, fora do enquadramento aqui considerado.

O comum dos casos, entretanto, é que o rio seja uma visão urbana, quando os agricultores deslocam-se para as sedes municipais ribeirinhas. De qualquer modo, as margens do São Francisco são um tanto quanto “estranhas” para esses sertanejos “do São Francisco”, donde o seu imaginário voltar-se para uma representação da zona de caatingas como o sertão mais autêntico. Em relação ao perfil dos entrevistados, quase a metade enquadra-se na categoria de pequenos proprietários, enquanto a outra metade completa-se por moradores de grandes fazendas, sem-terras e, em menos número, indivíduos sem relação com o meio rural. Na verdade, os moradores são também sem-terras, mas eles se consideram “pertencentes ao lugar”, vivem dentro das propriedades e aí cultivam terrenos “como se fossem” seus. Quanto à ocupação principal, seis das nove pessoas eram pequenos agricultores, dois eram diaristas em fazendas irrigadas e o último professor universitário. Mais da metade residia em zona de caatinga e um terço em serras abrejadas; o restante vivia em meio urbano. Portanto, este é um prisma do olhar que não tem relação com o sítio de beira-rio.

Ao contrário dos entrevistados da zona ribeirinha, os *caatingueiros* enquadrados na categoria de produtores de *discursos autonomizantes* não demonstraram propensão para construir imagens e argumentos contrastantes baseados na metáfora radical do oásis. Esta, aliás, nunca foi utilizada, talvez por um certo desconhecimento empírico da ruptura representada pelos modos de vida *beiradeiros*. Não se pode negar, contudo, que

---

<sup>396</sup> Reportar-se a Hoefle (*Op. cit.*, p.186-189) para uma caracterização das percepções ambientais dos tipos de terra pelos sertanejos em Belém do São Francisco, com destaque para a separação entre “terrenos de beirante” e “terrenos caatingueiros”.

<sup>397</sup> Depoimento N° 87, pequeno agricultor de Floresta, 14/07/2003.

eles mobilizam o imaginário da irrigação (as “molhações” da beira do rio), mas isto não é suficiente para delinear um viés do olhar e muito menos se mostra central nas suas cosmovisões. Para eles existem situações não-conflitantes, sertões diferentes, donde se reportam àquele ou àqueles que conhecem melhor.

Assim, observa-se que para 27,3% de todos os entrevistados no Sertão do São Francisco (nove pessoas) as caatingas, as lavouras de sequeiro e de vazante, a pequena irrigação, a pecuária extensiva, o ritmo sazonal das fazendas e sítios etc são eleitos como representantes de um quadro geral que põe o rio São Francisco de escanteio, não necessitando se referenciar em suas margens verdejantes para afirmar uma outra realidade.

Esta postura subdivide-se em apenas dois arcabouços imagético-discursivos: primeiro, aquele que acredita que o sertão corresponde a todas as zonas aplainadas de caatingas (tabuleiros, *ribeiras*<sup>398</sup>), serras e serrotes secos, de um lado; e segundo, a perspectiva conforme a qual o sertão consiste nas serras “abrejadas”, mais úmidas, cercadas de ribeiras secas. Em ambos os casos a visão do lugar, do horizonte imediato, é muito marcada, revelando um certo isolamento ou ao menos a pouca mobilidade dos sujeitos em direção a horizontes mais distantes.

O sertão como domínio das ribeiras, serrotes e serras secas é revelado através das concepções de 18,2% do total de entrevistados no recorte em estudo, perfazendo exatamente dois terços dos discursos autonomizantes (seis das nove pessoas). Todos os enunciadores desta perspectiva residiam em zonas de sequeiro, com exceção de um, que era habitante de zona urbana mas *caatingueiro* de origem.

O segundo relato, construído a partir de uma outra condição de excepcionalidade que são as serras “agrestadas” e os pés-de-serra, mostrou-se presente na imaginação de 9,1% dos entrevistados do São Francisco, somando um terço dos que concebem a região sem o recurso às oposições com a beira-rio. Coerentemente, essas três narrativas foram tomadas na Serra do Arapuá, entre Floresta, Belém do São Francisco e Carnaubeira da Penha. Analisemos os dois casos.

---

<sup>398</sup> O sentido de “ribeira” empregado pelos entrevistados, não só no São Francisco, como no Pajeú, aproxima-se da conotação de “vale” ou “vale seco”, frequentemente um ambiente semi-árido rústico que se estende dos flancos das serras até as proximidades de um rio, não se confundindo com a idéia de beira-rio.

*Imaginário da tipicidade do sertão seco – retórica da autenticidade*

Os sentimentos que se encontram na base da construção dessa imagem do sertão são os de “autenticidade” e “tipicidade”, os quais tendem a minimizar a importância de todas as variações ambientais e humanas presentes e reconhecidas no plano do espaço vivido. Então, o que se quer sublinhar aqui é a idéia de que “o sertão mesmo” ou “o miolo do sertão” é um espaço onde predominam condições rústicas de existência, onde o homem luta para conviver com uma natureza bastante dura, destacando-se a semi-aridez como elemento central e a grande susceptibilidade às secas. Entretanto, a tônica da racionalidade interpretativa não é ilustrada necessariamente por metonímias escatológicas ou estereótipos advindos das estiagens, uma vez que há um forte sentimento de orgulho em pertencer a este universo, valorizando-se a coragem, a resistência e a cultura de seus habitantes.

Aqui é a caatinga mesmo, é sertão mesmo, torrão seco. No baixio, onde são os terrenos de plantação, planta feijão, milho, outras coisas, mas só de chuva. Tem um riacho que passa, mas é temporário, aí planta melancia, mas gasta rápido, aí se torna um lugar estressado. O baixio é pouco, o resto é caatinga, tudo aqui é terreno neste estilo, está entendendo? O problema é água, porque é o sertão, os açudes não passam dez meses cheios, ficam secos e tem que cavar cacimba. Aí é mais o criatório, bode, gado, ovelha, mas pouco. Não tem por aqui nenhum criador que diga que tem mais de duzentas cabeças de gado, o máximo é cem<sup>399</sup>.

A caracterização do sertão típico é completada por um cenário “impressionador”, visando realçar o valor e a especificidade dos modos de vida do homem do lugar, numa ilustração do sertanejo euclidiano, forte e estóico em sua resistência incomum face às agruras do meio. Prossegue o entrevistado:

Aqui é o sertão mesmo do homem de chapéu de couro, do cavalo e do jumento, é esse que nós estamos aqui, e não muda não: todo canto que você andar vê um pé de xelú, de mandacaru [cactáceas], o cascalho. Aonde você chegar e não ver isso não diga que é sertão, não! Até a criação de bode neste trecho é mais gostosa! É da caatinga mesmo. [...] E o sertanejo vive aqui na cultura do sertão mesmo, fala errado, fala de todo jeito [...]. O [rio] São Francisco eu só ouvia falar que a água era boa somente e via pela televisão. Só conheci o São Francisco quando eu fui para Paulo Afonso com a escola, mas eu já era grande, dezesseis anos.

---

<sup>399</sup> Depoimento N° 87, pequeno agricultor de Floresta, 14/07/2003

As descrições realizadas a partir da perspectiva mental em questão destacam o *miolo* do sertão como um amplo espaço semi-selvagem ou mais propriamente inculto (léguas e léguas de caatingas bravas, que são pastos naturais), mais vazio do ponto de vista da ocupação humana se comparado com as cidades, as serras ou a beira do rio São Francisco. Como se viu acima, muitas pessoas que residem nas caatingas nem ao menos conhecem a região ribeirinha, mas conseguem imaginá-la assim: em direção do Velho Chico ficariam terrenos mais bem cuidados, áreas eminentemente agrícolas, enquanto aqui se trataria, sobretudo, do domínio da criação extensiva de gado, das lavouras de sequeiro e de baixios, onde a pequena irrigação dependeria da vazão de rios temporários e de modestos reservatórios d'água.

Interessante notar que os entrevistados neste “sertão legítimo” sempre se referem à irrigação como uma das práticas possíveis, mas tendo em mente as restritas áreas de baixios e leitos de rios intermitentes, ou regadas através de poços. Ou seja, esta técnica está aqui tão presente no imaginário quanto na beira-rio do São Francisco, mas não assume importância comparável, nem simbólica, nem concretamente:

Na fazenda os terrenos são bons, tem um riacho que passa mesmo lá, as roças é no riacho, as plantaço de milho é tudo na margem do riacho. No alto é terra vermelha, que é onde só tem comida para os bichos mesmo. Agricultura nos altos, só se for irrigada. Agora mesmo no açude aí a maioria já está irrigando para os altos. Tem um açude no riacho, fizeram uma barragem, no momento eles plantam tomate, melancia e capim para dar pro gado; é coqueiro, bananeira, goiabeira e milho, sempre irrigado, sempre um pedacinho irrigado. Dentro da fazenda te três poços, liga uma bomba elétrica, tem umas mangueiras, vai puxando com a mão e botando nos coqueiros, de um para os outros<sup>400</sup>.

Os seis entrevistados reunidos neste eixo estão divididos da seguinte maneira: dois são moradores de grandes fazendas, três são pequenos proprietários e um não possui ligação direta com a terra, sendo professor do ensino fundamental. Afora este último, todos os demais praticavam a pequena agricultura em zona de caatinga, estando mais ligados à rede hidrográfica local do que ao Velho Chico. Por exemplo, a identidade de Floresta é marcadamente relacionada ao Pajeú e ao Riacho do Navio. Em termos de tipos de terreno, as principais divisões operadas pelos informantes são: *baixios ou baixas* (solos bons, agrícolas, próximos à água), *tabuleiros ou altos* (terrenos

---

<sup>400</sup> Depoimento N° 88, morador de fazenda em Floresta, 15/07/2003.

pedregosos, solos duros e cascalhentos, secos, voltados à criação de bovinos e caprinos) e *serrotes* (pequenas elevações, muito secas, solos empedrados, áreas propícias apenas aos caprinos), com o predomínio dos tabuleiros. As *serras* (elevações maiores, com condições de solo e umidade diferenciadas) são vistas ora como integrantes do sertão, ora como casos à parte, uma vez que os tipos de lavoura e criação são outros, com destaque para a mandioca e fruteiras de cultivo impossível no sequeiro. Por fim, nas proximidades do São Francisco encontram-se as *terras zeladas*, com a agricultura assumindo o primeiro lugar em importância econômica e na fisionomia da paisagem.

As serras são, para a maioria dos *caatingueiros*, quase *terrae incognitae*, e o povo que aí habita é visto como diferente, senão estranho; relatos do tipo: “quando eu era menina eu perguntava aos meus pais: ‘e aquelas serras?’, aí eles diziam ‘a Serra Negra, tem um lugar chamado Serra Negra’. Quer dizer, aquele vinco azul, longe!”<sup>401</sup>; ou ainda “a Serra do Arapuá também tem os seus mistérios, da natureza, né? É diferente daqui de onde nós estamos, tem olhos d’água. O povo de lá tem muito pé de fruteira”<sup>402</sup>.

Os personagens míticos desse sertão genuíno são, coerentemente, o vaqueiro e o fazendeiro<sup>403</sup>; porém, se há uma certa identificação com o sertanejo “euclidiano”, fruto das condições do meio, admite-se também que muitos progressos vêm modernizando a região (estradas, adutoras, eletricidade, telefonia, escolas, barragens etc). Portanto, atrás de uma aparência áspera e de “abandono”, os entrevistados destacam que melhorias significativas transformaram a vida cotidiana, aproximando lugares que no passado pareciam inacessíveis: “Hoje está dessa maneira, a gente se comunicando, mas de primeiro era uma coisa séria; o rio São Francisco era longe mesmo, muita gente tinha vontade de ir, mas não podia, não tinha condições [...]. O Recife era um sonho”<sup>404</sup>.

(Vide Tábua C-5 a seguir)

---

<sup>401</sup> Depoimento N° 95, pequena agricultora, Floresta, 15/07/2003.

<sup>402</sup> Depoimento N° 87, pequeno agricultor, Floresta, 14/07/2003.

<sup>403</sup> “Fazendeiro” nesta parte do sertão não separa claramente grandes e pequenos proprietários, aplicando-se indistintamente a quem pratica a criação de gado em seus terrenos. Os grandes proprietários necessitam de uma adjetivação, como “grandes fazendeiros”, “fazendeirões” ou “fazendeiros fortes”.

<sup>404</sup> Depoimento N° 86, pequeno proprietário em Floresta, 14/07/2003.



**Tábua C-5**  
Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco  
*Retórica da autenticidade do sertão seco*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<p>▶ Léguas e léguas de caatingas bravas, aparentemente vazias (pasto natural); habitat disperso e ruralidade profunda;</p> <p>▶ Criação extensiva de gado bovino, ovino e caprino e seus emblemas correlatos (a fazenda, o vaqueiro, o marchante tradicional e caminhão moderno, a indumentária, a feira de gado, a pega de boi no mato, a comida, etc);</p> <p>▶ Lavoura de sequeiro nas ribeiras secas e “de chuva” nos baixios; pequena irrigação às margens dos reservatórios d’água (rios, açudes, poços); grande sazonalidade chuva/estio;</p> <p>▶ Rios temporários como o Pajeú, o Riacho do Navio e o Brígida, com destaque para os riachos, açudes e barragens locais;</p> <p>▶ O sertanejo euclideano com seu gênero de vida baseado no criatório; resistência variável às secas, que são inerentes ao lugar;</p> <p>▶ Melhorias expressivas sob a aparência da estagnação: estradas, eletricidade, escolas, abastecimento d’água (freqüentemente do São Francisco);</p> <p>▶ “Terras zeladas” mais próximas ao São Francisco: desmatadas e destinadas à agricultura irrigada ↔ “sistema de Petrolina”</p>	<p><b>Sertão mesmo, “miolo do sertão”, é zona de caatingas secas</b> Adaptabilidade do homem ao meio hostil, árido; resistência às secas variando de acordo com o número de cabeças de gado e acesso aos recursos hídricos; exacerbação de traços culturais específicos – cenas impressionadoras embasando um “orgulho sertanejo”; São Francisco deslocado, sertão da beira-rio colocado como distante, “outro sistema”;</p>
	<p><b>Sertão do “Sistema de Petrolina”</b> Terras desmatadas e “zeladas” para a agricultura, grande uso da irrigação e redução da pecuária; Espaço distante, pouco vivenciado, deslocado para oeste (a partir de Cabrobó); progresso, modernidade</p>

Existe um certo equilíbrio entre figuras negativas e positivas, estando as primeiras bem mais relacionadas à violência (tráfico e produção de drogas, brigas de família, assaltos nas estradas etc) do que diretamente às condições limitantes do meio ambiente, que nunca deixam de ser “sacrificosas”. O abandono de propriedades, fato comum, pode ser resultado tanto das secas como da insegurança, como destacou uma moradora de fazenda em Itacuruba: “Depois que pegou a bandidagem, aí derrotaram essa parte toda, [...] mas era bem zelado isso aqui [a fazenda], por gosto podia se ver”<sup>405</sup>. É possível anotar ainda uma atitude “reativa” frente aos clichês e preconceitos difundidos sobre o sertão, principalmente nos meios de comunicação; esta postura de autodefesa está na raiz da exacerbação das características culturais autênticas, do elogio

<sup>405</sup> Depoimento N° 81, moradora de fazenda, Itacuruba, 12/07/2003.

da adaptabilidade do homem à natureza e do destaque dos aspectos positivos da percepção ambiental.

As figurações negativas relacionadas à seca e à semi-aridez são colocadas como eventuais, e não como uma condição permanente da natureza. Os “anos bons” e os “anos ruins” se sucedem, repetindo-se mais uma vez o sentimento de que a terra é boa, somente faltando chover mais. Enfim, este modelo de percepção adota como aspectos normais todas as formas geo-simbólicas que participam dos relatos depreciativos e sensacionalistas sobre a região, buscando inseri-las em um outro sistema de metáforas que vê o sertão não como um deserto horrível, mas como uma região “fraca” e sujeita a crises.

Existe a consciência de que os mais pobres sofrem mais com os azares climáticos, e os mais pobres são aqueles que não tem cabeças de gado suficientes para se manter nos “tempos ruins”, ou não possuem terrenos bons de baixio: “a seca só atinge mais aqueles que nem criatório não tinha”<sup>406</sup>. Aqui a idéia de convivência reaproxima-se da conotação de gênero de vida através do qual as pessoas se teriam adaptado às rudezas do meio ambiente, como mostra um dos entrevistados:

A seca no Nordeste existe, mas esquecem de mostrar quando tem chuva, só mostram um focozinho na reportagem. A gente sabemos que existe seca, mas também apesar da gente nascer no sertão seco, a gente já aprendeu a conviver com ela. [...] Sobrevive porque aprendeu a sobreviver com a seca, então isso é uma coisa de costume de quem nasce no sertão, numa região seca, aprende a conviver<sup>407</sup>.

O discurso da ajuda se faz presente, porém de forma menos incisiva do que na sua vertente “moderna” na beira-rio. Os entrevistados deixam transparecer, sem embargo, uma grande dependência em relação às autoridades e governos, de modo a promover as “bondades” que garantem mínimas condições de existência. Quer dizer, pode-se pensar que o discurso da ajuda é tão onipresente que nem precisa ser proferido. O depoimento de um pequeno fazendeiro florestense ajuda a compreender essa situação:

A água de beber vem do rio São Francisco [...] vem de carro-pipa, nós mesmo não compra não, é a prefeitura. Porque hoje tem essas coisas tudo de bondade, que eu nunca tinha visto na minha vida mais longa, mais atrasada, eu nunca tinha visto não, e hoje os governos estão trazendo até água pra gente beber aqui. [...] A escola, tudo, tudo hoje o

<sup>406</sup> Depoimento N° 95, pequena proprietária de Floresta, 15/07/2003.

<sup>407</sup> Depoimento N° 99, reassentado em projeto de irrigação em Santa Maria da Boa Vista, mas originário do sequeiro de Belém do São Francisco, 16/07/2003.

governo está trazendo pra gente, o governo está pagando ordenado para quem quiser estudar, dá os carros para ir ver os alunos lá dentro dos matos, dá a merenda na escola<sup>408</sup>.

Outra marca distintiva do sertão seco é a sua identidade cultural. A pecuária à frente da agricultura, a simbologia em torno do vaqueiro em seus trajes de couro, as “pegas de boi no mato” e certos elementos fisionômicos são destacados do conjunto regional pelos *caatingueiros* para caracterizar um território que teria seus ritmos próprios, donde a sazonalidade marcada em função do curto período de chuvas é uma peça central. A vida nas ribeiras secas é “de sacrifício”, cuidando das roças e do gado, “não é muito organizada”, isto é, não segue os padrões produtivos modernos, tecnificados; por outro lado, as ribeiras são “bonitas” e qualquer criação pode ser feita aí sem maiores dificuldades – tudo aquilo que os *beiradeiros* rejeitam categoricamente.

Esta idealização sertaneja reporta-se com mais facilidade às zonas secas entre Cabrobó e Floresta, ao passo que a metade ocidental do enquadramento São Francisco é mais relacionada com o imaginário dicotomizante do oásis ou a miragem da irrigação. No interior dos municípios também pode haver uma diferença marcada entre espaços que para os *outsiders* são indistintamente caatingas brabas; desse modo, os fazendeiros florestenses do Riacho do Navio consideram-se diferentes daqueles da ribeira do Pajeú e vice-versa.

Apesar da dispersão do habitat rural, as relações campo-cidade também são muito ressaltadas no sertão seco, havendo como que uma compensação do isolamento nas fazendas e sítios pela aproximação com diversos centros urbanos regionais. Assim, os *caatingueiros* do médio-baixo Pajeú dividem-se entre Serra Talhada e Floresta, os reassentados transferidos das ilhas do São Francisco por causa da barragem de Itaparica dividem-se entre Santa Maria da Boa Vista e Belém etc, deixando transparecer uma certa “urbanização” de seus costumes e práticas.

Por exemplo, hoje a maioria das casas seria de tijolos, e não de barro como antigamente; os vaqueiros também se locomovem de carro ou motocicleta, multiplicando-se os exemplos de inovações. O sertão que se quer configurar e transmitir como tradicional, típico, é na verdade um sertão em acelerado processo “civilizatório”. Além disso, simbolicamente colocados na encruzilhada do imaginário hiperbólico da irrigação com o não menos amplificado imaginário das secas, os sertanejos da zona de

---

<sup>408</sup> Depoimento N° 86, pequeno proprietário de Floresta, 14/07/2003.

caatingas do São Francisco buscam não ratificar, de forma apriorística, nenhum dos dois paradigmas do olhar.

*O imaginário da tipicidade do sertão das serras - retórica da comunidade*

O outro caso de retórica autonomizante cristaliza-se em relação ao espaço das serras mais elevadas, que apresentam condições mesológicas sub-úmidas e solos de boa qualidade para a agricultura, sem que sejam propriamente brejos de altitude. Já apontamos que os habitantes das ribeiras semi-áridas típicas consideram essas áreas como sendo diferentes do sertão, o mesmo acontecendo com os *beiradeiros* e dentre os habitantes das cidades. Na feira de Belém do São Francisco, por exemplo, os agricultores originários da Serra do Arapuá e que ali comercializam as frutas produzidas em seus sítios são conhecidos como o povo da serra e, de uma maneira mais velada, como *os negros da serra*, devido ao marcante componente étnico de sua população: “a turma daqui diz ‘olha os negros da Serra do Arapuá’, que aqui já foi muito preconceituoso né?”<sup>409</sup>. As paisagens metonímicas elaboradas por esse grupo de entrevistados têm, por conseguinte, maior unidade sociológica.

Há um senso comum referente à especificidade humana e natural das serras abrejadas, o qual poderia ser considerado como uma vertente ou variação do imaginário do oásis. As referências constantes a esse povo das serras, habitante de uma parte do sertão que os *caatingueiros* e *beiradeiros* colocam como um caso a parte no quadro regional, conduziu-nos a realizar algumas entrevistas *in loco*. Dentre as cinco pessoas contatadas na região serrana entre Floresta, Belém e Carnaubeira da Penha, três produziram esta visão que confirma um sentimento de especificidade marcada do “sertão agrestado”<sup>410</sup>, e que passamos a expor sucintamente.

Antes de tudo, é preciso dizer que os nossos informantes não consideram a Serra do Arapuá, pelo menos nos dias atuais, como um brejo (de altitude) no sentido mais típico, isto é, como uma área de mercado verdor e produtividade agrícola expressiva, cercada por caatingas de todos os lados. Preferem falar de uma “serra de agreste”<sup>411</sup>,

<sup>409</sup> Depoimento N° 94, professor do ensino fundamental de Floresta, 09/07/2003.

<sup>410</sup> Os sertanejos do Arapuá usam as palavras “agreste” e “agrestado” para denominar tipos de terrenos menos secos e mais “frios” em função da altitude, não se referindo espontaneamente a uma “Região Agreste”.

<sup>411</sup> Depoimento N° 82, pequeno agricultor, Carnaubeira da Penha, 13/07/2003.

onde o efeito de ilha úmida seria mais sutil, se bem que relevante para os sistemas agrícolas praticados e com reflexos perceptíveis na densidade do habitat rural:

Em cima da serra é diferente, tem muitas plantas, muito verde, é diferente, se tirar dali morre, porque lá é assim um clima muito frio, quando você chega lá sente a diferença. Todos têm roças, moram lá. A caatinga é mais verde, qualquer chuvinha fica verde. Tem um riacho lá, nunca seca, mas não tem assim irrigação, aí só quando chove é que eles plantam. Quando termina de tirar o milho, aí eles soltam os bichos, os gados, as ovelhas, os bodes. Em cima da serra tem as frutas, banana, jaca, pinha que o pessoal planta para vender nas cidades. Depois desses terrenos, mais para baixo, é caatinga<sup>412</sup>.

A Serra do Arapuá apresenta, sem dúvida, características muito próprias, dentre as quais uma vegetação mais luxuriante e um período de chuvas expandido em comparação com as terras circundantes, de ribeiras secas. Contudo, na percepção dos sertanejos da serra, a região “fracou” e a produção agrícola já não é tão próspera como antigamente. Prosseguem denominando-a como “a serra do agreste” ou “uma ribeira que tem chuva”, onde os sítios de frutas e mandiocais predominam sobre as fazendas de gado devido à “frieza da terra”.

No entendimento de alguns técnicos agrícolas e agrônomos inquiridos sobre as especificidades dessa serra e a percepção ambiental de seus moradores, foram ressaltadas duas ordens de fatores que podem influenciar as perspectivas dos sertanejos: em primeiro lugar, a maior parte da área de exceção da Serra do Arapuá situa-se apenas entre 500 e 600m de altitude, não havendo condições para a formação de chuvas orográficas e neblinas como nos brejos de altitude mais opulentos; isto é, trata-se realmente de uma área com condições hídricas mais amenas, como provam os remanescentes de vegetação nativa e as lavouras ali existentes, mas nada comparável, por exemplo, com a Serra Negra de Floresta ou com Triunfo.

Em segundo lugar, haveria a combinação de dois fatores que, em interação, estariam promovendo uma certa decadência da produção agrícola na serra: por um lado a pressão sobre os recursos naturais devido ao aumento populacional e fragmentação das propriedades, com maior desmatamento, esgotamento dos recursos hídricos e erosão dos solos; por outro lado, a concorrência recente das frutas produzidas nos perímetros irrigados que, ao invadir as feiras da região, tornaram inviáveis os plantios tradicionais dos serranos. Se bem que tal problemática agrária não fizesse parte de nossos objetivos,

---

<sup>412</sup> Depoimento Nº 92 enfermeira, filha de pequeno agricultor, Carnaubeira da Penha, 12/07/2003.

consistindo em um novo problema a ser investigado, assumimos provisoriamente tal ordem de explicações gerais como válidas, no sentido de contextualizar a visão de nossos interlocutores diretos; eles que acreditam piamente em que “os tempos estão ruins porque a chuva diminuiu”, e só.

Qual a visão de sertão que surge deste quase-brejo? Para alguns sertanejos do Arapuá, assim como para os *caatingueiros* a que nos referimos no item anterior, a dicotomia básica entre sequeiro e beira-rio não se faz presente como pivô de suas cosmogonias. O que fica em evidência é a construção de uma retórica onde a serra surge como um sertão bem definido, admitindo-se as diferenças com relação às ribeiras secas e terrenos irrigados em um segundo plano. Novamente o localismo parece resultar de uma antiga história de isolamento, potencializada aqui pela trajetória de populações negras que teriam se refugiaram em terras mais inacessíveis. Tal situação é comum por todo o semi-árido, tendo sido observada diretamente na pesquisa, por exemplo, entre Custódia e Afogados da Ingazeira (recorte do Pajeú). Sabe-se ainda que no vizinho município de Salgueiro existem “terras de preto” oficialmente reconhecidas (comunidade de Conceição das Crioulas).

Como quer que seja, os negros do Arapuá fazem emergir aos nossos olhos um sertão com algumas características bem específicas: uma área distante de tudo, de difícil acesso, pouco desenvolvida, mas muito favorecida pelas condições naturais e bastante povoada. Os terrenos principais dividem-se em *ribeiras* e *tabuleiros* (sopés secos e quentes, solos pedregosos, terra baixa e plana, com pequenas fazendas de gado); *grotas* e *riachos* (estreitos vales e entalhes nas escarpas da serra, mais úmidos, do tipo “brejos de galeria ou de pé-de-serra”, voltados à fruticultura, roças e pecuária); e finalmente *a serra* ou *em cima da serra* (topos quase planos das elevações, solos arenosos e “frios”, vegetação subperenifólia ou subcaducifólia, cultivo de mandioca e fruteiras). A diversidade de tipos de terrenos é um dos trunfos apresentados pelos moradores para explicar suas estratégias de vida, posto que em cada uma das subunidades paisagísticas da Serra do Arapuá tanto as explorações econômicas são diferentes, quanto o calendário agrícola segue um ritmo próprio.

(Ver Tábua C-6 a seguir).

**Tábua C-6**  
Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco  
*Retórica comunitária da tipicidade do sertão serrano*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<p>▶ A Serra do Arapuá e montanhas vizinhas, com topos planos, arenosos e mais úmidos; as grotas e vales favorecidos em água (as serras do agreste, não chega a ser um brejo);</p> <p>▶ Vegetação variando de <i>caatinga seca</i>, nos sopés e ribeiras, a <i>matas</i>, nas grotas e topos; chuvas fracas, mas prolongadas, provocam calendário agrícola diferenciado das ribeiras;</p> <p>▶ Plantios de fruteiras (sem necessidade de irrigação) e de mandioca, em contraste com a pecuária e o sequeiro dos vales e ribeiras secas;</p> <p>▶ Denso habitat rural (fazendas e sítios com pecuária e pomares nos vales erguidos e roças, pomares ou mandiocais nos topos mais “frios”);</p> <p>▶ Dificuldades de acesso, estradas raras e precárias, distante de tudo, sujeito às secas, agricultura “fracando” na mesma proporção que as chuvas; lugar pobre que não oferece muitas condições de vida (migração sazonal ou definitiva);</p> <p>▶ Pequena irrigação nos vales e baixios;</p> <p>▶ Natureza bela que atrai os parentes emigrados e os <i>outsiders</i> para “passear” (verdor, frutas, “frieza”, é diferente das ribeiras secas)</p> <p>▶ todas as pessoas aí residentes seriam aparentadas</p>	<p><b>Sertão “das serras do agreste”</b> A serra é um espaço especial tanto do ponto de vista natural quanto humano, da família, dos ancestrais (sem referência espontânea à etnicidade afro-brasileira); apesar de haver relações com o rio (trabalho nas “molhações”) e com a ribeira (trabalho nas fazendas) esses espaços são diferentes e mais afastados do cotidiano da comunidade; a serra é “abrejada”, mas enfrenta dificuldades com a seca e a sua economia é pobre.</p>
	<p><b>Sertão da beira-rio – molhações</b> Espaço de trabalho sazonal na irrigação ou para onde muitos familiares emigram em busca de melhores condições de vida. Progresso, modernidade, economia onde circula dinheiro</p>
	<p><b>Sertão das ribeiras secas – pecuária</b> Espaço de trabalho no entorno das serras, fazendas de gado e lavouras de sequeiro, natureza mais hostil do que no agreste montano; forte contraste com o Arapuá na época seca. É o “miolo do sertão”, mas não se resume à comunidade</p>

Também sublinham o quanto os *outsiders* e os parentes que partiram para morar fora da serra apreciam a sua fisionomia variada e a amenidade do seu clima, com ênfase nas plantações de frutas e na temperatura fresca, sobretudo durante os meses considerados de inverno (abril a agosto). É uma terra que tem de tudo, se bem que “tudo pouco” – em quantidades reduzidas. As fazendas são sempre modestas, o que contribui para que sejam “bem zeladas”; em algumas delas o processo de fragmentação por herança e agregação de novos membros à família através dos casamentos provocou a formação de aglomerados de casas, os chamados sítios, porque rodeados de fruteiras.

Nas várzeas estreitas estão os açudes, barreiros, plantios de vazante e pequenos campos irrigados, enquanto que no topo das elevações adjacentes ficam as roças de mandioca. A distância dos mandiocais às casas pode ser considerável, daí porque os agricultores para aí se desloquem antes do alvorecer, a pé ou a cavalo, permanecendo durante um ou dois dias “acampados” em pequenos ranchos de palha, realizando as tarefas agrícolas. Os topos das serras são geralmente espaços menos domesticados, uma vez que lá a maior parte das pessoas possui roças, mas não casas.

Embora existam condições evidentes de abrandamento da semi-aridez, o sertanejo serrano também “só trabalha mais na chuva”<sup>413</sup> em suas propriedades, isto é, praticando lavouras temporárias de sequeiro, no que se assemelha aos *caatingueiros* em sua submissão ao primado do estio. A prática eventual da pequena irrigação nas grotas e vales com “riachos bons” é igualmente condizente com os tipos de cultivo nas baixas ou baixios dos rios temporários da caatinga; o que diferencia o território das serras é a existência de plantios permanentes de fruteiras sem irrigação, ou apenas com irrigação complementar (de salvamento), o que é impossível de se verificar em outras partes do sertão seco. Enquanto os *caatingueiros* insistem na tipicidade do sertão seco, o povo das serras demarca a singularidade de um agreste montano dentro do sertão, concordando com aqueles na definição de que “o sertão mesmo é a parte baixa, quente e seca”. Transparece, enfim, a idéia de espaço desértico, pouco habitado, rude, como sói acontecer no imaginário do sertão.

É interessante notar que a lida nos pomares tradicionais de pinha, goiaba, graviola, manga, côco e demais fruteiras permanentes não é vista como “trabalho”, sendo esta concepção reservada aos procedimentos requeridos para a roça no sentido estrito: milho, feijão, fava, mandioca etc. Entretanto, com a difusão das práticas da agricultura moderna, algumas fruteiras passam a ser irrigadas e adubadas, assim como certas olerícolas, havendo uma mudança gradativa de percepção das relações com as lavouras em geral. Os serranos que têm experiência das “molhações” da beira do São Francisco vão absorvendo práticas dos *beiradeiros*, e este intercâmbio não é acessório, uma vez que quase todos os agricultores deslocaram-se alguma vez em suas vidas (por ocasião de secas mais drásticas) ou viajam sazonalmente (todos os anos, na estação de estio) para as margens do grande rio em busca de trabalho nos perímetros irrigados.

---

<sup>413</sup> Depoimento Nº 85, trabalhadora rural (diarista), Carnaubeira da Penha, 13/07/2003.



Curiosamente, este vai-e-vem não é suficiente para o estabelecimento de um olhar contrastante ou integrativo a partir da serra, preferindo-se ressaltar o “gênio do lugar” – tanto as caatingas brabas quanto a beira-rio estão localizados “fora” do cotidiano do Arapuá, mesmo que os sertanejos da serra participem das feiras semanais em todas as cidades circunvizinhas. Eles “descem” para um território que não é o deles, por isto não se sentem tão familiarizados com as características “de fora” a ponto de colocá-las em relação para enfatizar seu próprio mundo. Pelo menos este é o retrato do sertão que os adeptos do presente repertório imagético-discursivo se esmeram em nos fazer acreditar.

Observa-se uma estratégia de “cegueira do lugar” quando o assunto não é a serra; quer dizer, há uma atuação no sentido de não falar sobre aquelas terras e sítios que os agricultores não conheceriam bem, posto que distantes do cotidiano de trabalho na roça. “Não sei dizer porque nunca andei por lá, nunca morei, porque não trabalhei”<sup>414</sup> (no sentido de botar roçado), tal é a frase que sintetiza uma certa recusa em estabelecer comparações entre a serra e as terras que se estendem daí até a beira-rio.

No entanto, parece haver motivos mais graves para esta lei do silêncio e encastelamento nas serras abrejadas; não nos foi possível levantar questões envolvendo o preconceito racial e o estigma que pesaria sobre uma comunidade remanescente de quilombo, mas outra ordem de impedimentos brotou subliminarmente: a existência de plantios ilícitos de maconha nas redondezas. Portanto, este imaginário do quase-brejo, do pomar-quase-oásis restrito às zonas sub-úmidas do Arapuá encerra uma marcada intencionalidade de isenção, uma reação de auto-defesa por parte dos entrevistados de modo a descrever a região sem se envolver nesses problemas, que são bem reais<sup>415</sup>.

Feita essa ressalva, que não é um “detalhe”, mas um viés importante, qual o quadro que os serranos pintam de seu sertão? O panorama de “agreste” é conferido pela densidade de ocupação, havendo habitações muito próximas, todas “da família”, e pela variedade de usos do solo, abarcando desde a pecuária extensiva e semi-confinada, frutas com e sem irrigação, mandiocais, roçados tradicionais e várzeas irrigadas. As

---

<sup>414</sup> Depoimento N° 83, trabalhador rural sem terra (meeiro), Carnaubeira da Penha, 13/07/2003.

<sup>415</sup> Veja-se sobre o assunto e o recorte aqui estudado o artigo de A. M. Bicalho e S.W. Hoefle “*From family feud to organised crime: the cultural economy of cannabis in Northeast Brazil*” (HOEFLE e BICALHO, 1999).

caatingas são apontadas ainda como possuindo um aspecto menos agressivo na direção do sopé aos topos, ocorrendo resquícios de matas nas grotas e altas encostas.

No estio, estabelece-se um contraste notável entre o sopé (aspecto seco, cinzento) e o topo das elevações (aspecto verde ou menos cinzento). As “grotas” e os pomares são espécies de monumentos naturais que os nativos fazem questão de mostrar aos visitantes, porque se mantêm quase inalterados na estação do estio. O povo da serra tem, então, consciência e orgulho dessas especificidades paisagísticas, agindo sempre no sentido de exaltá-las, sem que se furtem de sublinhar os problemas que os afligem em meio a este frágil pomar-oásis.

Desviando-se habilmente do problema das drogas, as outras questões que abalam os sertanejos serranos são, em essência: a percepção de que seu oásis está secando, devido à diminuição progressiva das chuvas ou ao “cansaço” do solo; e, em igual nível de importância, a falta de recursos financeiros e a falta de “projetos” para desenvolver o lugar, quebrando suas dificuldades de acesso e sua letargia. Já falamos como o fim da visão do oásis tem a ver com a concorrência da economia baseada na fruticultura irrigada ribeirinha, o que se completa com a absorção da própria força de trabalho dos antigos roceiros. Eles repetem incessantemente que a serra é o sertão mais maravilhoso que há, “só carece de dinheiro”, assim como os *caatingueiros* dizem faltar apenas chuva para que as suas ribeiras sejam perfeitas.

A terra do dinheiro e das oportunidades é a beira-rio, para onde se deslocam os serranos mais jovens a fim de se capitalizarem trabalhando nas “molhações” como assalariados, parceiros, rendeiros etc. Algumas vezes se sentem explorados na dinâmica da moderna irrigação e recorrem ao discurso da ajuda para reafirmar que prefeririam permanecer dentro dos limites de seus pomares, se houvesse condições para tanto. Na prática, as expectativas econômicas tradicionais estão sofrendo uma mutação a partir do padrão implantado na beira-rio, mas esta área é um outro sertão, diferente e (ainda) distante dos grotões do Arapuá.

#### 4.3.3 Semântica integrativa – Sertão é intrinsecamente diversificado

O último grande bloco de discursos identificado no enquadramento Sertão do São Francisco é uma espécie de miscelânea dos temas, imagens e geo-símbolos requisitados no seio dos demais eixos que viemos de caracterizar. A sua especificidade é revelar a tentativa dos sujeitos enunciadorees em soldar ou promover a coalescência de setores descritos como carregados de especificidades fisionômicas e funcionais. O sertão seria, então, um todo plural, diversificado morfologicamente, mas cuja lógica natural e humana de integração das partes superaria a formação de realidades nitidamente apartadas.

A perspectiva integradora pode estar relacionada a pessoas que possuíram ao longo da vida uma grande mobilidade entre os diferentes ambientes do semi-árido, tais como os vaqueiros ou os caatingueiros que trabalharam sazonalmente como beiradeiros, em áreas irrigadas (diaristas, meeiros etc). Os terrenos continuam a ser qualificados de forma diferenciada, mantendo-se a visão das especificidades dos solos ribeirinhos e das serras do agreste, mas prevalece uma impressão de conjunto. O depoimento de um ex-vaqueiro beneficiário de um lote na beira-rio é esclarecedor quanto à possibilidade do estabelecimento de um olhar não fracionado acerca do sertão:

Tem terra de caatinga que pode ser melhor do que a beira do rio. Tem baixios bons, agora que lá no caso era desse tamanho, só se planta de chuva. Outra desvantagem da caatinga é que no meu tempo não tinha açude, mas hoje tem, não é? Todo caso, a beira do rio sempre foi melhor. Na fazenda, na caatinga, era muito bom, porque a gente era, como se diz, vaqueiro. Meu pai chegou a criar trezentas cabeças de gado, como vaqueiro mesmo. Trabalhei de vaqueiro, como ganhava pouco, fui plantar roça de cebola, um conhecido meu me carregou aqui para a beira do rio. E, aliás, gostei muito dessa decidinha e gozei muito, cheguei a ficar muito melhor do que no tempo que era vaqueiro. Mas depois que o rio deixou de encher [por causa da barragem] não tem mais a importância que tinha, não<sup>416</sup>.

A vivência da agricultura de beira-rio, sendo algo ainda recente, soma-se à antiga tradição de criatório em fazendas e à profissão de marchante, possibilitando a muitos homens pensar as terras sertanejas como um todo diversificado. Isto é, as

---

<sup>416</sup> Depoimento Nº 80, ex-vaqueiro, reassentado, Itacuruba, 12/07/2003.

diferenças fariam parte do sertão, o que extrapola mesmo o São Francisco. Prossegue o entrevistado:

Quando estava fora dos alagadiços aí já pertencia às caatingas, dentro desse trecho era tudo malhador de bode. De Petrolândia até Belém conheço tudo, mais de cinquenta lugares, tanta fazenda...Era marchante de bode, era vaqueiro. Nessa região acho que não tem uma fazenda que eu não tenha comprado bode na minha vida! A gente saía de Floresta para vender bode em Serra Talhada, Tacararu, Paulo Afonso. [...] O mapa marca que o lugar mais seco que existe só é de Petrolina a Petrolândia, um sertão como se diz, só de nordeste, pedregulho, chove hoje de noite, quando é com dois dias de sol está seco, estalando. A compensação é o rio, e nas serras, nessas serras do agreste, que em todo lugar que o cabra fizer uma roça ele pode plantar de chuva.

Tal como acontece com as expressões “agreste” e “sertão”, aqui o termo “nordeste” refere-se a um tipo de terreno, no caso solos pedregosos e secos das zonas de caatinga. Ainda em relação ao relato do agricultor acima, é preciso dizer que esse tipo de impressão não se prendeu a um único perfil social, nem a um sítio definido, o que nos deixa à vontade para afirmar que, a despeito de ser minoritária, trata-se de uma opinião reveladora da possibilidade de se tecer uma visão de conjunto partindo das especificidades locais. Ela é muito mais o fruto de uma grande mobilidade espacial. Em outras palavras, o panorama integrativo é acionado quando os sertanejos se posicionam no sentido de apontar para além dos lugares-comuns que teimam em capturar o olhar e os relatos sobre a região a partir dos horizontes imediatos de vida.

Com efeito, as cinco referências ao sertão como um mosaico mais ou menos harmônico de espaços diferenciados, representando 15,1% de todas as narrativas do enquadramento em questão, foram proferidas tanto por um trabalhador rural sem terra, quanto por um morador, um reassentado (o ex-vaqueiro da fala acima reproduzida) e dois pequenos proprietários. Quanto aos ecótopos de onde foram produzidas as suas visões tem-se desde a beira-rio, a zona de caatingas secas, uma ilha do São Francisco, projetos de irrigação e agreste de serra. Isto é, partindo das mesmas condições específicas que produziram os discursos relativamente “fechados” ou auto-centrados que acabamos de descrever, constata-se a epifania de uma paisagem inteiriça, englobante:

Homem, eu sei que nós estamos morando aqui no sertão, muito na beira do São Francisco, bem encostadinho no rio; daqui até Petrolina,

a gente já está aclimatado aqui. O que é diferente é que os baixios são uns terrenos fortes e macios, e esses terrenos altos são fracos, porque não tem solo e o lajeiro aperta, a água não entra. Esses terrenos aqui vai longe, a beira do rio ou longe do rio é sertão. Subindo o Pajeú tem também baixios e altos, até Floresta. O diferente é que no rio [São Francisco] tem as ilhas e nos altos tem os tabuleiros. Nos tabuleiros a vida é mais difícil, a água é longe e os terrenos mais fracos<sup>417</sup>.

As figurações positivas de cada um dos tipos de terreno ou subespaços são escolhidas e realçadas a fim de elaborar um painel de formas de trabalho e de relações com o meio que é sustentado pelo argumento da complementaridade ou das alternativas fornecidas pelas características regionais à existência humana. “O sequeiro tem suas riquezas” é uma afirmação que não visa negar o fato de que “a beira-rio tem alta tecnologia e muito dinheiro”<sup>418</sup>. Preserva-se cada uma das características marcantes do oásis ribeirinho, da zona das caatingas secas ou das serras, retirando-se, entretanto, a condição de aprisionamento dos sujeitos aos seus quadros de vida imediatos.

A moderação no uso de imagens contrastantes é justificada pela própria realidade interpretada pelos entrevistados como “uma coisa só”; por exemplo, a existência de fazendas na beira-rio não significa que somente a irrigação será aí praticada, pois nos terrenos secos dos tabuleiros cascalhentos a pecuária, principalmente de ovinos e caprinos, continua tendo relevância. A experiência biográfica de cada um é levada em conta para ilustrar a conjunção de situações díspares, como no caso da barragem de Itaparica, que obrigou algumas pessoas a abandonar “o filé” dos bons solos aluviais, sendo assentadas em plena caatinga.

Mas a percepção de que, via de regra, “o sequeiro está abandonado”<sup>419</sup>, desvalorizado face aos novos padrões tecnológicos e de produtividade, não foge ao olhar atento dos que continuam vendo o São Francisco como um todo unificado. Isto significa que as mudanças trazidas pela introdução de técnicas modernas de irrigação, construção de barragens, eletrificação e melhoria de acesso ao meio rural têm um efeito senão contraditório, ao menos oscilante: tanto tendências de fragmentação do território como também de fortalecimento dos laços entre lugares diferentes podem ser identificadas. Esse dinamismo revela ainda uma incerteza quanto ao futuro dos territórios re-configurados pela modernidade.

---

<sup>417</sup> Depoimento N° 90, pequeno agricultor, Itacuruba, 12/07/2003.

<sup>418</sup> Depoimento N° 99, reassentado, Santa Maria da Boa Vista, 16/07/2003.

<sup>419</sup> Depoimento N° 72, reassentado atingido por barragem, Itacuruba, 02/06/2003.

A prática da irrigação, por sinal, é vista como uma atividade especulativa, de risco considerável, e que por isso não deve ser levada independentemente da pecuária. As áreas de sequeiro, tão estigmatizadas pelo imaginário da seca, são retratadas como um espaço da garantia, da segurança; por outro lado, o imaginário da irrigação como panacéia não encontra respaldo incondicional – nem por isso, todavia, os sertanejos inquiridos deixam de adotá-la de forma quase generalizada. Os informantes admitem e alimentam os mesmos temas míticos do rio-oásis, só que sem isolá-los do imaginário positivo do sequeiro tradicional. Para completar, contrabalançam todas as perspectivas otimistas com a descrição das adversidades presentes em cada uma das repartições da região por eles reconhecidas. Tal atitude tem relação, evidentemente, com o fato de serem pequenos produtores pouco capitalizados e com acesso a um nível tecnológico sofrível, não havendo condições de reproduzir as estratégias de empresas voltadas exclusivamente à fruticultura ou olericultura irrigada.

Observa-se, então, uma ênfase pouco citada anteriormente nas relações entre criatório e irrigação como atividades complementares e não conflitantes; e mais importante ainda, como espaços sociais onde circulam os mesmos sujeitos e não lócus de personagens mutuamente bizarros e estrangeiros uns em relação aos outros. A retórica do *moderno = progressista* e do *tradicional = conservador* é quebrada, relativizada, posto que os termos da equação se encontram misturados ou indefinidos. Seria leviano não admitir que a zona de caatingas permanece como um cenário existencial pleno de afetividade, aproximando-se aqui daquela conotação de *espaço da nostalgia* a que nos referimos mais acima. Mas esta saudade não implica numa melancolia, numa volta ao passado. O sequeiro não consiste apenas num espaço de memória, ele é uma terra produtiva que certamente está muito diferente do que era antes (daí a nostalgia).

O que deve ser acrescentado, agora, é que não há um congelamento da vida e do ambiente *caatingueiro* enquanto museu ou patrimônio a ser preservado, sendo preferível afirmar que a nostalgia engendra um sertão seco redivivo. Quando valorizado negativamente, o sequeiro não se delinea como deserto selvagem e intratável, mas como uma terra boa sujeita à catástrofe das secas. Os valores culturais sertanejos, as ricas experiências de vida, o conhecimento empírico dos micro-ambientes etc são os fatores que impulsionam a referida revitalização da zona seca e amalgamam o quadro

unificado da região. Levando em conta a “aspereza” comumente admitida em relação às condições naturais do semi-árido, a violência dos processos de modernização em geral e a catástrofe da transferência de populações inteiras por causa das barragens, é de se admirar o otimismo encontrado nesta parcela de enunciadores do sertão.

Um outro exemplo dessa postura afirmativa refere-se à consciência da diferenciação social a que pode chegar um agricultor bem sucedido nas práticas irrigadas, tornando-se um homem rico. A irrigação é vista e praticada como um jogo de apostas, tal como deixou transparecer um dos agricultores entrevistados: “plantei umas rocinhas de cebola, aí eu acertei. Deu certo a colheita, eu comprei os terrenos e me casei. Mas hoje, a cebola, a gente planta e dá prejuízo”<sup>420</sup>. O caráter especulativo da agricultura moderna é aceito, mas predomina a mesma compreensão de que ela “não é para todo mundo”, porque requer muitos investimentos e saberes, que os pequenos produtores não dominam. A maioria das pessoas envolvidas nesse processo de modernização engaja-se enquanto trabalhadores e parceiros, sendo de certa forma explorados por aqueles que dominam a terra e o saber. Neste sentido, a beira-rio é vista como uma zona que abriga “os fugidos da seca”, não só do Sertão do São Francisco, mas de todo o Nordeste. Até o momento, com todos os problemas, essa é uma terra acolhedora e promissora.

A ausência de seca é um fenômeno tanto natural (inerente aos terrenos de ilhas e beirantes) quanto uma obra humana, decorrente da organização de perímetros e projetos que vão se expandindo “de Petrolândia a Petrolina”. A solução artificial de um dos problemas mais destacados no conjunto regional, justamente a estiagem, não elimina a existência de uma avaliação negativa sobre a beira-rio e os projetos irrigados em comparação com o passado de “oásis natural” que alguns moradores viveram às margens do São Francisco. As mudanças no regime das enchentes e a submersão de muitas terras e fazendas boas produzem uma situação inusitada: em grandes extensões de áreas verdejantes, irrigadas e modernas surge um forte sentimento de saudade. A agricultura tradicional está em decadência. Portanto, também os territórios aparentemente avançados podem se configurar em *espaços de nostalgia*, ou ao menos evocar figurações nostálgicas de um sertão que se foi, levado pelas águas (o sertão que virou mar, confirmando uma mitologia local muito difundida).

---

<sup>420</sup> Depoimento N° 90, pequeno agricultor, Itacuruba, 02/06/2003.

**Tábua C-7**  
Sentidos metonímicos das paisagens do Sertão do São Francisco  
*Retórica da pluralidade*

PAISAGENS METONÍMICAS	ASSOCIAÇÕES SEMÂNTICAS
<p>► Mosaico de paisagens diferentes e complementares: beira-rio, projetos, caatingas, serras do agreste; todos têm ou trabalham tanto em sequeiro como em beira-rio ou projeto;</p> <p>► <u>Emblemas positivos da beira-rio</u>: paisagens da água e da técnica, o rio São Francisco e os “projetos”, as lavouras irrigadas e modernas; elementos do paradigma hídrico, paisagem sempre verde próxima ao rio e no interior dos perímetros irrigados, ausência de estações do ano e de secas etc.</p> <p>► <u>Emblemas negativos da beira-rio</u>: agricultura especulativa, arriscada, excludente; terras de tabuleiro (pecuária) regadas para lavouras; habitat muito denso (pessoas “amontoadas”); inadequação da técnica ao homem do campo etc</p> <p>► <u>Emblemas positivos do sertão seco e serras</u>: fazendas de sequeiro nas caatingas rústicas, o vaqueiro, o sertanejo forte, a pecuária extensiva, as lavouras “de chuva”, caatinga melhorada pelas técnicas (açudes e poços, pequena irrigação, estradas); a seca pode ser evitada como catástrofe;</p> <p>► <u>Emblemas negativos do sertão seco e serras</u>: persistência das secas, baixa produtividade, estão mais “esquecidos” pelo processo de modernização, isolamento, lavoura arriscada,</p> <p>► Domínio da diversidade, porém perfeitamente integrada</p>	<p><b>Sertão: domínio da aridez, com exceções integradas ao todo</b> De Petrolândia a Petrolina estão as terras mais secas que existem, com as caatingas mais brabas, mas a beira de rio, os projetos irrigados e as serras amenizam esse quadro; o mosaico de espaços diferenciados é inerente ao sertão; o sertanejo circula por todos esses ambientes, que não são separados, mas parte de um todo único</p> <p style="text-align: center;">↑↓</p> <p><b>Beira-rio/projetos: natureza boa e progresso</b> Sertão úmido, “a mãe de leite” de todos os sertanejos que fogem da seca, se bem que as barragens o prejudicaram um pouco (submersão das melhores terras); mesmo assim é o <i>locus</i> do maior progresso e da maior riqueza da região</p> <p style="text-align: center;">↑↓</p> <p><b>Ribeiras secas: natureza rústica e tradição</b> Mais árido e mais tradicional que a beira-rio, domínio de caatingas, pecuária e sequeiro. Sofre com as secas - contudo, apresenta melhorias. Criação complementa irrigação</p> <p style="text-align: center;">↑↓</p> <p><b>Serras: natureza intermediária (agreste) e especificidade humana</b> Outra zona menos seca; possui cultivo de frutas; pessoas se deslocam daí tanto para comerciar quanto para trabalhar nas “molhações”</p>

Os projetos transformam caatingas (terras de criatório) em “molhações” (terras de lavoura) o que vai aos poucos relativizando a separação convencional dos microambientes pelos sertanejos. Este processo não é novo, como parece aos *outsiders*, mas coloca-se no tempo das memórias mais recuadas dos entrevistados. O que é diferente na atualidade é a escala e a sofisticação do processo. Se antes eram latas d’água e motores a óleo, hoje é a eletricidade, são os gigantescos canais de irrigação e as estações de bombeamento, verdadeiros elementos mágicos de tão inacessíveis à



compreensão total e ao domínio dos pequenos agricultores. O meio técnico-científico ao mesmo tempo separa e une o homem ao meio, suscitando um misto de admiração e prudência.

O tempo de hoje é aquele “de se produzir a ponto de estragar”, mas os parâmetros de avaliação não se resumem às quantidades produzidas. O preço da submersão do mundo tradicional refere-se, por exemplo, à mudança do habitat rural e todas as suas implicações culturais. Muitos dos que viviam dispersos estão hoje “amontoados uns sobre os outros”<sup>421</sup>, sobretudo nas agrovilas ou nas sedes municipais para onde foram transferidos, ou ainda em função do poder de atração do rio. No interior de grandes fazendas, o “mundo” de moradores diminuiu bastante, e as ilhas perderam a sua dinâmica febril<sup>422</sup>. Também aqui reaparece o velho discurso da necessidade de ajuda, conhecido muito mais através da boca dos *caatingueiros* reclamando frentes emergenciais de trabalho e cestas básicas, por ocasião de secas. Reproduz-se a impressão de que “sobra água, falta apoio”, como já ressaltamos.

Se os vaqueiros, roceiros e irrigantes podem ser as mesmas pessoas, ou ao menos representam situações que se incluem num mesmo itinerário de vida, a visão do tipo de racionalidade narrativo-interpretativa representada pela retórica da integração não pode resultar da perspectiva unilateral partindo do rio para a caatinga. O inverso também é verdadeiro, como provam entrevistas realizadas entre “o povo da serra do Arapuá”. Ora, as suas figurações do agreste montano não diferem em nada daquelas mobilizadas pelos seus “conterrâneos” (vide o item anterior), a não ser pelo fato de que agora são ressaltados os elementos de complementaridade e solidariedade entre os diferentes espaços. No relato de uma diarista que trabalha entre a serra e a beira-rio:

Já trabalhei no rio São Francisco. Aqui na serra não choveu, foi uma seca...Aí nas beiras de rio tem sempre água para trabalhar de molhação, não é? A gente foi e passou três anos trabalhando lá. Eu achei bonito, uma delícia de água! [...] O São Francisco todo mundo aqui na fazenda conhece, vai muita gente trabalhar. O pessoal gosta

<sup>421</sup> Depoimento N° 100, reassentada atingida por barragem, Santa Maria da Boa Vista, 16/07/2003.

<sup>422</sup> Mesmo muitas ilhas que não foram inundadas por Itaparica, entre Belém e Cabrobó, encontram-se esvaziadas em função de se situarem dentro da cota de segurança da barragem. A CHESF realocou milhares de famílias para projetos de reassentamento a partir de 1987. Sobre o assunto ver FUNDAJ/CHESF (1988) e SILVA (1997). A situação também ocorreu em outros reservatórios, como Sobradinho/BA; cf. SIGAUD (1992).

daqui, é porque aqui falta emprego para as pessoas trabalharem. O lugar é bom, mas falta emprego<sup>423</sup>.

Também a nostalgia da beira-rio é compartilhada por estes sujeitos, mas não a ponto de se impor sobre a praticidade e a oferta de trabalho das novas “molhações”. O sertão das fruteiras na serra é possibilitado ou garantido pelo deslocamento da pessoas em idade produtiva para o trabalho nos campos irrigados, e essa sazonalidade incorporou-se integralmente ao cotidiano. Assim, não há oposição entre o Arapuá e as terras ribeirinhas, bem como as fazendas de gado na caatinga são vistas como outra peça do mesmo mosaico paisagístico.

As fazendas de gado dominam o território da ribeira do Pajeú até as proximidades do São Francisco, onde surgem as “terras zeladas” para a agricultura. Entre Belém e Santa Maria da Boa vista, excetuando-se os perímetros irrigados da viticultura, as fazendas de cebola e frutas e os lotes dos reassentados, o resto é a caatinga braba, terra de vaqueiros, constituindo o sertão do São Francisco “da gente”. Este vai se diferenciando com o aumento gradativo das “terras zeladas” na direção de Petrolina, que permanece a visão mais poderosa, o grande oásis na imaginação de todos. Ou, como eles dizem, o sertão do São Francisco “melhor”, “mais forte”, “mais organizado”. No sentido diametralmente oposto, em direção à Floresta, o universo imaginário desloca-se para as fazendas mais tradicionais, os tratos de cultura mais autênticos e a preeminência do sequeiro e da criação. A marcha para o “sertão mesmo”, normalmente de leste para oeste, é aqui invertida.

O panorama brevemente esboçado pelos informantes visa integrar num *continuum*, ou ao modo de um puzzle, zonas na maior parte tradicionais a alguns lugares mais modernos, assim como a beira-rio da irrigação com as serras agrestadas da fruticultura e do sequeiro, passando pelas ribeiras áridas repletas de gado e da cultura do vaqueiro. O sertão, deste ponto de vista, não é um espaço vazio, desértico, no sentido literal, mas um território multifacetado e em permanente mudança, onde a inevitável nostalgia decorrente dos processos desiguais de modernização não corresponde automaticamente a uma postura conservadora.

Alguns exemplos de paisagens metonímicas utilizadas pelos habitantes do sertão do São Francisco são apresentados na Tábua de Fotografias 3.

---

<sup>423</sup> Depoimento N° 85, diarista, Carnaubeira da Penha, 02/06/2003.

**Tábua de Fotografias 3 - *Sertão do São Francisco***

Foto 37- Caatinga esparsa com capim panasco em Itacuruba, numa das zonas semi-áridas mais rústicas de Pernambuco. Domínio da pecuária extensiva, maio/2003, foto do autor.



Foto 38 - Vista panorâmica da caatinga em Itacuruba, nas proximidades da margem do São Francisco. Imensos espaços com povoamento rarefeito, maio/2003, foto do autor.

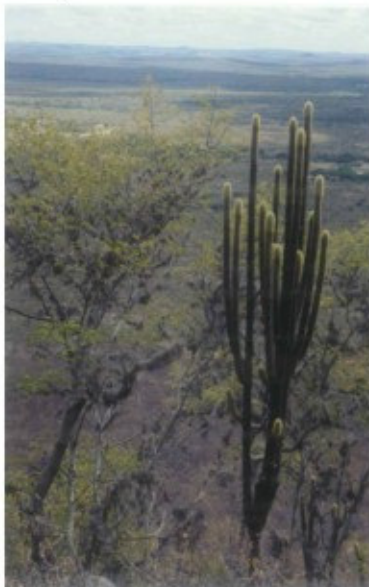


Foto 39 - Caatinga com cacto facheiro na localidade de Serra do Pico em Floresta, julho/2003, foto do autor.



Foto 40 - Vista panorâmica da caatinga com diversos talhões desmatados para lavouras temporárias de sequeiro. Localidade de Nazaré do Pico, julho/2003, foto do autor.



Foto 41- Caatinga esparsa entre Belém de São Francisco e Itacuruba, maio/2003, foto do autor.



Foto 42 - Leito seco e pedregoso de riacho temporário afluente do Pajeú nas cercanias da localidade de Nazaré do Pico, Floresta, julho/2003, foto do autor.



Foto 43 - Estação elevatória da adutora do oeste, que capta água do São Francisco, na altura de Orocó, transpondo-a até a região do Araripe, julho/2003, foto do autor.

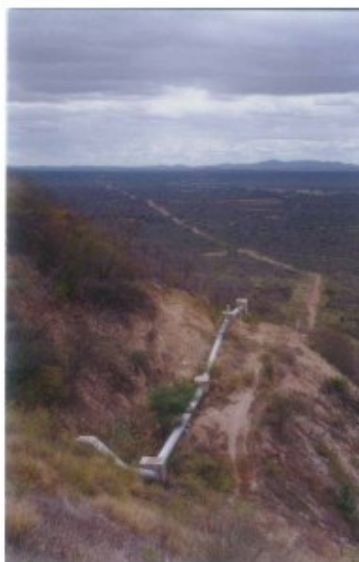


Foto 44 - Tubulações da Adutora do Oeste, rasgando a caatinga em Orocó, julho/2003, foto do autor.



Foto 45 - Rodovia do vinho entre Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, obra do governo do estado para desenvolver a região julho/2003, foto do autor.



Foto 46 - Uma das muitas fazendas de vitivinicultura irrigada no Vale do São Francisco (rota do vinho entre Sta Maria da Boa Vista e Lagoa Grande), julho/2003, foto do autor.



Foto 47 - Canal principal do sistema de irrigação do projeto de reassentamento Caraibas em Sta Maria da Boa Vista, julho/2003, foto do autor.



Foto 48 - Detalhe do sofisticado sistema de bombeamento d'água para irrigação do Projeto Caraibas em Sta Maria da Boa Vista, julho/2003, foto do autor.



Foto 49 - Detalhe do sistema de irrigação por micro-aspersão na fazenda Agrodan, Belém do São Francisco, maio/2003, foto do autor.



Foto 50 - Detalhe do sistema de filtragem da água para irrigação por micro-aspersão. Fazenda Agrodan, Belém do São Francisco, maio/2003, foto do autor.



Foto 51 - Colheita de frutas (mamão, banana) no Projeto Caraíbas, área de caatinga transformada em "oásis" graças à irrigação. Sta Maria da Boa Vista, julho/2003, foto do autor.



Foto 52 - Canteiros de sementeira para cebola. Belém de São Francisco, julho/2003, foto do autor.



Foto 53 - Plantio de cebola em solos aluviais de ilha do São Francisco; método de irriga o por inunda o de sulcos. Belém de São Francisco, julho/2003, foto do autor.



Foto 54 - Tratos culturais da cebola na mesma área da foto anterior. Belém de São Francisco, julho/2003, foto do autor.



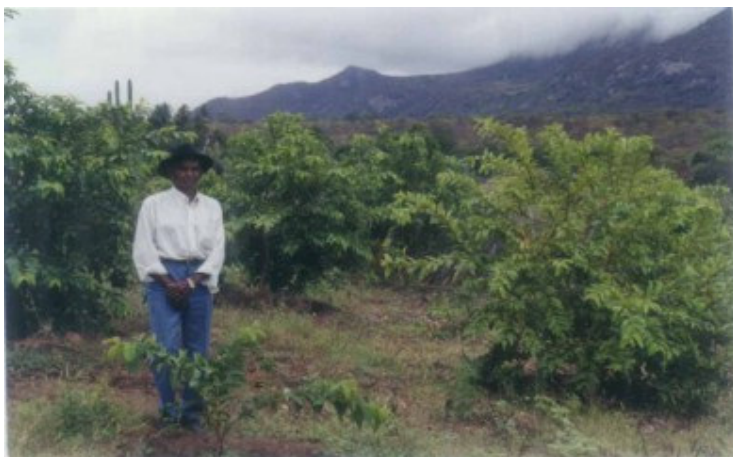


Foto 55 - Pequeno produtor tradicional de frutas da Serra do Arapuá em meio ao seu pomar de goiabeiras. Carnaubeira da Penha, maio/2003, foto do autor.



Foto 56 - Bananal irrigado no Projeto Caraibas, Sta Maria da Boa Vista, julho/2003, foto do autor.



Foto 57 - Plantio de manga irrigada em Petrolina, julho/2003, foto do autor.



Foto 58 - Jovem vaqueiro em Nazaré do Pico, Floresta, julho/2003, foto do autor.



Foto 59 - Jovens na Festa do Vaqueiro, usando parte da indumentária típica em couro. Nazaré do Pico, Floresta, julho/2003, foto do autor.



Foto 60 - O vaqueiro e seus ajudantes preparados para a "pega de boi no mato", Floresta, julho/2003, foto do autor.



Foto 61 - Procissão dos vaqueiros, em trajes típicos, Nazaré do Pico, Floresta, julho/2003, foto do autor.

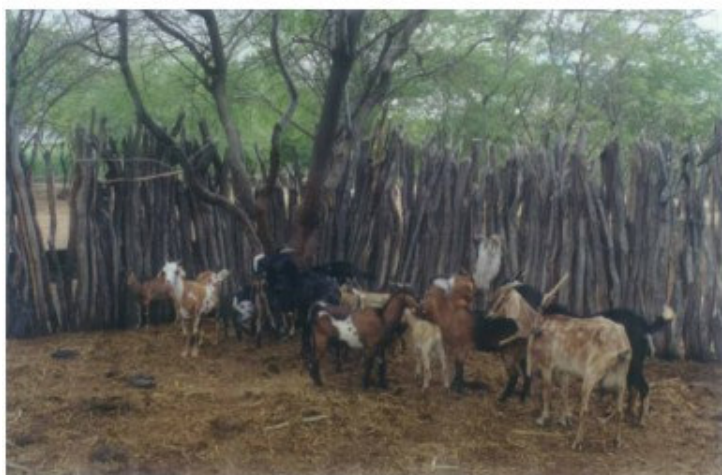


Foto 62 - Caprinocultura em Belém do São Francisco. O bode é um dos símbolos mais citados das áreas de sequeiros, julho/2003, foto do autor.



Foto 63 - Embarcações na margem do São Francisco; ao centro um dos barcos transporta uma antena parabólica. Sta Maria da Boa Vista, julho/2003, foto do autor.



Foto 64 - Lavadeiras na margem do São Francisco, numa das inúmeras ilhas que foram evacuadas por ocasião da construção da barragem de Itaparica. Porém, parte da população resiste e permanece no local, maio/2003, foto do autor.



Foto 65 - A travessia do São Francisco em barcos a vela ou em chatas ainda é bastante comum. Aqui na localidade de Abaré, Bahia, julho/2003, foto do autor.

#### **4.4 – Síntese geral das visualizações metonímicas do sertão a partir dos três enquadramentos estudados**

Além das observações realizadas para cada um dos tipos de racionalidade narrativo-interpretativa no interior dos recortes estudados, é interessante observar como a imagem geral de sertão é construída transversalmente nessas três diferentes perspectivas, sem a pretensão, entretanto, de aprofundar uma análise de cunho comparativo. A metáfora radical do deserto está presente em todas as representações vistas, mas as paisagens metonímicas mobilizadas em cada uma delas ora aproximam, ora distanciam o espaço vivido no cotidiano deste modelo organizador do olhar. Assim, para a grande maioria dos entrevistados, o espaço sertanejo continua a ser imaginado como selvagem ou semi-domesticado, desértico (árido e vazio), além de isolado pelas grandes distâncias ou pelas dificuldades de acesso. O sertão admitiria a conotação seja de uma fronteira ainda em conquista, seja de uma terra estranha, desconhecida, que se encontra “sempre mais adiante”.

Essa caracterização quase mítica de um espaço imaginário evidentemente herdado da colonização é nuançada pela forma como os habitantes percebem a fisionomia do território sertanejo nos seus respectivos espaços de vida, quer dizer, a partir da interação entre o mito e a materialidade da existência. Isto é, existe um sertão metafórico culturalmente assimilado e um outro espaço, mais à vista, que é o sertão conhecido e vivenciado na prática, um território inscrito pelas *geosofias* de cada indivíduo. É por esta razão que a geografia existencial sertaneja baseada na figura radical do deserto desdobra-se em interpretações que podem ser bastante diferenciadas.

No intuito de facilitar a análise, utilizaremos uma metodologia de codificação para identificar as grandes linhas retóricas das paisagens metonímicas analisadas nos itens anteriores, agrupando-as em torno de discursos gerais sobre o sertão. Desse modo, a referência aos cenários previamente apresentados nas Tábuas A-1 a A-5, B-1 a B-5 e C-1 a C-7, contemplando cada um dos três recortes investigados, será feita mediante a seguinte combinação de signos:

RETÓRICA DA PAISAGEM	Código
<b>Agreste como sertão “manso”</b>	AG-1
<b>Agreste como transição para o sertão</b>	AG-2
<b>Agreste, sertão transformado pela ação humana</b>	AG-3
	AG-4
<b>Agreste como sertão conhecido</b>	AG-5
<b>Agreste como espaço específico</b>	
	PJ-1
<b>Pajeú, sertão singular</b>	PJ-2
<b>Pajeú, sertão extraordinário</b>	PJ-3
<b>Pajeú, sertão mediano</b>	PJ-4
<b>Pajeú, sertão transformado pela ação humana</b>	PJ-5
<b>Pajeú, sertão típico</b>	
	SF-1
<b>São Francisco, oásis X caatingas repulsivas</b>	SF-2
<b>São Francisco, oásis X caatingas nostálgicas</b>	SF-3
<b>São Francisco, miragem X caatingas repulsivas</b>	SF-4
<b>São Francisco, miragem X caatingas nostálgicas</b>	SF-5
	SF-6
<b>São Francisco do sequeiro, sertão autêntico</b>	SF-7
<b>São Francisco das serras, sertão autêntico</b>	
<b>São Francisco, sertão plural</b>	

Cruzando as diferentes concepções de sertão utilizadas direta ou indiretamente na enunciação de paisagens metonímicas pelos cem entrevistados no Agreste de Caruaru, Pajeú de Afogados a Ingazeira e São Francisco de Santa Maria a Floresta, chegamos a identificar cinco grandes constelações do imaginário sertanejo que consistem em modos singulares de descrever e valorizar o semi-árido pernambucano – embora possam se sobrepor em algumas de suas linhas argumentativas.

Segue-se, então, uma caracterização sumária desses troncos do imaginário, apenas a título de facilitar a correlação com as principais paisagens mobilizadas nos eixos retóricos acima referidos; tais matrizes do pensamento metafórico estão ordenadas de acordo com um grau decrescente de recurso à simbologia-chave do deserto.

Por fim, são tecidos os últimos comentários sobre a importância da identificação e interpretação dos elementos do imaginário geográfico dos sertanejos, de modo a enriquecer e problematizar os modos através dos quais a sociedade tem se restringido a ver o sertão seco.

### Quadro Resumo 4

Síntese das concepções imaginárias de sertão a partir das paisagens metonímicas mobilizadas nos três enquadramentos de pesquisa

<b>IMAGINÁRIO DE SERTÃO</b>	<b>RETÓRICA DA PAISAGEM</b>	<i>Frequência</i>
I – Abreviatura quase literal à metáfora do deserto: vazio, árido, espaço incivilizado, fronteira, ruralidade profunda, homem rude, sob domínio permanente da seca. Reforço, por contraste, do paradigma hídrico (sobretudo irrigação).	AG-3; AG-4; AG-5; PJ-5	18%
II – Metáfora do deserto cotejada pela metáfora do oásis: espaços naturais menos secos e/ou poder da técnica (irrigação) e da ação organizada do homem (política) transformando o meio e rompendo o tradicionalismo.	PJ-1; PJ-2; SF-1; SF-2; SF-3; SF-4	32%
III – Atenuação da metáfora do deserto: espaço árido e distante em modernização, com potencialidades naturais e humanas variadas; poder da técnica (irrigação), da urbanização, ou da ação organizada do homem (política)	AG-1; AG-2;	20%
IV – Normalidade da semi-aridez, uso restrito da metáfora do deserto; espaço rústico que oferece possibilidade de “convivência” dependendo da ação humana (conhecimentos, técnicas variadas, política)	PJ-3; PJ-4; SF-5	21%
V – Normalidade da semi-aridez (convivência), com uso restrito da metáfora do deserto e do oásis (áreas de exceção) em função de variações naturais (brejos, beira-rio) e/ou humanas (técnicas, sobretudo irrigação);	SF-6; SF-7	9%
	Total	100%

Dentro do regime escópico do deserto, amplamente generalizado, aqueles que “transcrevem” quase que literalmente o mito do espaço incivilizado, inóspito e isolado para as paisagens metonímicas do sertão representam ainda um percentual bastante elevado de depoentes, chegando a 18% do total (imaginário de sertão I). Como seria de se esperar, este sertão arquetípico, selvagem e ressecado não se fez presente, pelo menos

isoladamente, como uma metonímia válida para a totalidade do São Francisco, justamente uma das zonas mais rústicas do semi-árido pernambucano, mas sob influência marcante da “miragem” do grande rio e da tecnologia de irrigação. Encontrando também pouco eco no Pajeú, revela-se como uma visão essencialmente agrestina – mais próxima da “civilização” – através da qual as características sertanejas tendem a ser exacerbadas para demarcar uma apartação natural entre as regiões ou a fim de exprimir diferenças de ocupação e modo de vida. De uma maneira geral, pode-se então dizer que a abreviatura do espaço sertanejo a um deserto recebe forte influência dos estereótipos mais comuns sobre o semi-árido na sociedade brasileira.

O segundo tipo do imaginário sertanejo (agrupando as retóricas da paisagem PJ-1; PJ-2; SF-1; SF-2; SF-3 e SF-4) utiliza as imagens de uma região desértica para realçar seus espaços de exceção natural (beira-rio, serras abrejadas) ou construídos pelo homem (através da irrigação, de técnicas adaptadas ao meio e de ações coletivas). Se considerarmos que nesta outra matriz da imaginação a metáfora do deserto tem papel e força quase que idênticos ao primeiro caso (afinal, que é o imaginário do oásis senão uma outra faceta desse mesmo geo-símbolo?), chega-se a nada menos que à metade dos relatos produzidos pelos sertanejos (imaginário de sertão I e II = 50%).

Estamos aqui diante do poderoso mito da natureza hostil, que, como foi mostrado antes, se desdobra na emergência de vários tipos de geografia existencial: em primeiro lugar, delinea-se uma forte aversão à região sertaneja semi-árida, que assume o aspecto de um *espaço da repulsa*, povoado pelas figurações negativas dantes assinaladas (paisagens metonímicas da fome, aridez, miséria, vazio etc). Semelhante tipo de interpretação mostrou-se mais presente no São Francisco (SF-1; SF-3) e no Agreste (AG-4; AG-5), sendo menos evidente no Pajeú.

Em segundo lugar, aparece a relativização dessas cenas grotescas, que, sem serem negadas, são postas lado a lado com imagens positivas de um passado recente ou da experiência biográfica (a fazenda, a cultura, o vaqueiro, a família etc), de modo a construir o sertão como *espaço da nostalgia* (AG-3; SF-2; SF-4). Novamente foram os agrestinos e são-franciscanos os maiores responsáveis pela emergência do sertão saudoso; tal impressão só foi verificada no Pajeú em relação estrita aos “tempos do algodão”, quando os pequenos produtores associavam esta cultura comercial às suas roças e pequenas criações. Refere-se, portanto, mais a um impedimento econômico



ligado aos problemas agrícolas do que a uma sensibilidade com rebatimentos territoriais.

Uma variante do espaço da repulsa é representada pelas pessoas que imaginam o sertão desértico e vazio como resultado do abandono e da desmobilização de seus próprios habitantes, que seriam fatalistas e desorganizados; neste caso, a sensação de desamparo imputa aos homens a responsabilidade por não se estabelecer uma relação mais equilibrada com a natureza, sendo um discurso originário do Pajeú (PJ-5), o sertão marcado pela ação política dos pequenos proprietários.

Por fim, ainda a partir do Pajeú, observa-se que os indivíduos que o concebem como um sertão especial, favorecido, mais ameno e “humano” (PJ-1 e PJ-2), projetam sobre seus espaços imediatos de vida paisagens metonímicas fundadas na idéia de oásis, ou seja, também pensam as zonas sertanejas circunvizinhas como selvagens, inabitáveis e rudes, mobilizando sobre elas muitos dos mesmos clichês negativos que se aplicam normalmente ao semi-árido.

Entretanto, é preciso lembrar que os 32% de entrevistados que mobilizam o imaginário de sertão II possuem uma abertura para identificação de elementos que estariam na base de uma transformação desta realidade difícil, como é o caso do variado aproveitamento das potencialidades naturais e, mais importante ainda, do avanço técnico capitaneado pela irrigação ou por tecnologias adaptadas ao meio semi-árido, requerendo uma ação organizada da sociedade. Quer dizer, para um número significativo de sertanejos que aceitam de fato o caráter “desértico” da região, isto não impede que se almeje e vislumbre a viabilidade de suas formas de ocupação e exploração.

Como quer que seja, é interessante registrar que para essa terça parte dos que mobilizam enfaticamente o imaginário do deserto, é de praxe emendar, logo em seguida, que o sertão consiste num território em processo de civilização, apresentando melhorias significativas e oportunidades promissoras de desenvolvimento. Invariavelmente a irrigação aparece como o indicador dessa mudança, havendo uma tensão entre o imaginário da natureza e a idéia de redenção técnica, de ação humana transformando o meio. Aqui, decerto também sob a influência da publicidade acerca das ações governamentais no território sertanejo (adutoras, transposição ou “revitalização” do São Francisco, projetos de irrigação etc), o sentimento predominante é o de que o

sertão, antes ruim, horrível, inabitável, *agora* está ficando bom, devido às inúmeras obras hídricas e à agricultura irrigada.

O imaginário de sertão III, proferido a partir do universo agrestino (AG-1; AG-2), também se soma ao cabedal de idéias que admitem um processo de modernização em curso no território semi-árido, incluindo plenamente o agreste como seu partícipe. Diferentemente dos outros dois eixos, surge aqui uma ênfase maior na urbanização, muito embora o imaginário da irrigação continue se fazendo presente. A metáfora do deserto é deslocada para um passado mais ou menos distante, sendo a própria experiência do agreste o modelo de civilização que, paulatinamente, penetraria e colonizaria a fronteira sertaneja. Por isto, reduz-se o papel da imagem do deserto a uma força de expressão propriamente dita, sem correspondência rigorosa com a estrutura do real. Além do mais, a velocidade das mudanças engendra um forte sentimento de nostalgia de um “sertão autêntico” que vai sendo pouco a pouco assimilado pela modernidade, quando não “folclorizado”.

Enfim, o que nos parece mais importante a frisar é que, tomando-se os dois últimos discursos calcados com ênfase variável na metáfora do deserto (imaginário de sertão II e III), percebe-se que para muitas pessoas inquiridas ao longo da pesquisa (52%) o sertão é um território que apresenta, sim, problemas relacionados à dificuldade de convivência do homem com o ambiente semi-árido, mas que ao mesmo tempo guarda variadas potencialidades que podem e estão sendo aproveitadas no presente, de modo a apontar um futuro positivo para a região. Isto é ainda mais forte nas posturas que tomam a semi-aridez como uma condição absolutamente normal do território sertanejo, relegando o imaginário do deserto e suas figurações negativas a um papel secundário na conformação da região. Passemos a analisar estes casos.

De fato, existe uma matriz do imaginário sertanejo (nº IV) em que o semi-árido é visto como um território rústico, porém plenamente passível de oferecer condições dignas para a existência humana, desde que haja a aplicação de tecnologias apropriadas num contexto social mais justo e democrático. Procurando diminuir ou circunstanciar aquelas figurações metonímicas escatológicas que são normalmente imputadas à região – tais como a seca onipresente, a penúria econômica e os espaços vazios e estéreis – este modo de ver o sertão apela para os signos provenientes dos modos de vida e das

estratégias produtivas e organizacionais que ofereceriam alternativas para a sustentabilidade ambiental das explorações agrícolas no trópico seco.

Os depoimentos depositam maior relevância não apenas na tecnologia em si, mas na organização da sociedade como o fator de apropriação adequada do espaço e de modernização de suas formas de exploração. O sertão continua a ser visto como um meio de grande rusticidade, sobretudo quanto à escassez de água, mas não é tão enquadrado como um deserto inabitável e improdutivo, preferindo-se ressaltar suas potencialidades variáveis e as diversas maneiras pelas quais a sociedade pode adaptar-se à semi-aridez. O *discurso da convivência* surge com mais destaque dentre os habitantes do Pajeú (PJ-3 e PJ-4, perfazendo 16% da amostra), seguido por pessoas residentes no São Francisco (SF-5, com 5%), não sendo registrado no Agreste.

Poderia-se argüir que tal opinião implica numa postura romântica e idealista acerca das relações homem-natureza, mas é importante destacar que para mais de um quinto de todos os entrevistados a irrigação, afinal de contas, não aparece como o único caminho possível para superar os quadros de baixo nível de desenvolvimento econômico e atraso técnico comumente verificados no sertão. Isto é muito importante se levarmos em consideração que ultimamente a agricultura irrigada transformou-se num mitologia quase tão poderosa quanto o imaginário trágico da seca. A modernidade, segundo a visão que desmistifica o “sertão da água”, estaria antes relacionada a um conjunto diversificado de ações políticas e inovações tecnológicas visando aprimorar a “convivência” do homem com o semi-árido e as estiagens cíclicas.

O território sertanejo, admitido decerto como um espaço de risco por suas qualidades ambientais imanentes, afasta-se tanto daquelas visões bizarras e chocantes de um deserto esturricado quanto do cenário de uma zona que deve ser inexoravelmente “ajardinada” pela panacéia da irrigação. Quer dizer, a correlação maniqueísta segundo a qual o *sequeiro* seria igual a *atraso/obsolescência* e a *agricultura irrigada* corresponderia à *progresso/inovação* é, enfim, quebrada. Torna-se melhor falar, por conseguinte num sertão que nem está fadado à civilização, tampouco quer fechar-se em idealizações românticas de seus gêneros de vida.

O fato de o imaginário em questão ter sido enunciado preferencialmente a partir do Pajeú relaciona-se à incorporação, pelos sertanejos, do “discurso da convivência” aí amplamente disseminado através da rede de mediadores das organizações não-

governamentais e outras entidades da sociedade civil, como igrejas, sindicatos, universidades ou órgãos de governo. Quer dizer, consiste num eco de posturas técnicas e políticas que trabalham com base em idéias como desenvolvimento sustentável, participação popular e associativismo. Trata-se de um indício muito importante acerca dos novos discursos que estão surgindo para além da imagem trágica de uma região marcada pela seca e pela semi-aridez, merecendo ficar registrado para estudos posteriores, mais aprofundados.

Também foi identificada a ocorrência de idéias desse tipo em áreas de sequeiro do Sertão do São Francisco, sobretudo em Floresta, “ao abrigo” da transformação radical promovida por grandes projetos de irrigação. Contudo, a “convivência” com o semi-árido é aqui decantada ainda com um certo ranço euclidiano da existência de um gênero de vida natural, perfeitamente resultante das condições climáticas e adaptado a elas assim como são as plantas da caatinga. A herança cultural do orgulho sertanejo que é, antes de tudo, *um forte*, faz-se presente como que para complexificar a relação entre tradição e modernidade.

Por último, observa-se que ocorre um outro tipo pensamento onde o sertão é ora contraído aos espaços imediatos de vida dos sertanejos, ora ao conjunto diversificado de micro-ambientes que caracterizam uma região bastante diversificada do ponto de vista natural e humano (beira-rio, caatingas, serras, projetos etc). A metáfora do deserto pode ser aplicada ao alhures ou aos espaços mais secos, perdendo, porém, o seu caráter de evidência organizadora das visões de mundo, atenuada pela compreensão de que a aridez do sertão é algo dado, uma evidência da realidade.

Incorporaram-se aqui, além do mais, aqueles casos em que o sertanejo imagina o seu sertão como uma ilha de bonança, um espaço privilegiado pela natureza (com ou sem a ajuda da irrigação) e onde as figurações negativas de uma terra selvagem e ingrata não se encontram tão presentes nos seus discursos. Também se refere às experiências biográficas relacionadas aos diferentes tipos de terreno, como na fala de vaqueiros que se tornaram beiradeiros, ou nos relatos dos negros da Serra do Arapúá que trabalham em projetos de irrigação ou em fazendas de gado. É bem verdade que apenas 9% de todos os entrevistados demonstraram tal “abertura do olhar”, mas não deixa de ser interessante constatar como podem ser valorizados certos elementos da paisagem que em outros contextos culturais são tomados em sentido inverso.

*Antes de concluir: do imaginário dos sertanejos ao imaginário do sertão*

*Mais significativa do que a conhecida frase ‘o sertanejo é, antes de tudo, um forte’ [...] é a imagem de Hércules-Quasímodo, pois, de acordo com as circunstâncias: ‘...da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta inesperadamente o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias’ (LIMA, 1998, p. 70, citando Euclides da Cunha).*

A par da interpretação geral das paisagens metonímicas do sertão elaboradas pelos próprios sertanejos nos três recortes investigados, resta-nos um esforço último: buscar relacioná-las com o imaginário nacional de sertão. Observamos que no interior semi-árido do Nordeste as utopias de redenção tecnológica – baseadas, sobretudo, no discurso do progresso técnico da irrigação – são o resultado de uma combinação específica entre limitações e potencialidades do meio de um lado, e as aspirações e sonhos da sociedade, de outro. O paroxismo desta retroação pode descambar tanto no determinismo geográfico da natureza hostil quanto no seu avesso – a positividade da semi-aridez como potência motriz da agricultura. Por conseguinte, o imaginário geográfico da seca e da irrigação constituiriam os dois lados de uma mesma moeda, e os sertanejos participam ativamente da atualização deste duelo de titãs.

Os casos que mais merecem análise são as paisagens relacionadas aos perímetros irrigados do São Francisco, citados em todos os enquadramentos como exemplos concretos ou modelos míticos de um “outro” sertão. A produção irrigada são-franciscana, sobretudo a fruticultura, prossegue em sua linha ascendente, quer seja em área produtiva, na quantidade produzida ou mesmo no total exportado (CAVALCANTI e BELO 1999). A crítica que se tem feito em relação aos participantes deste crescimento deve-se ao fato de que não houve investimento adequado na educação e capacitação dos pequenos colonos para lidarem com empreendimentos que requerem crescentemente inovações num cenário de análise mercadológica articulado entre o regional-nacional-internacional. Isto engendra aquela sensação de “desamparo” detectada em meio a alguns de nossos interlocutores em projetos de reassentamentos.

As reflexões de J.S. Cavalcanti e A. Belo seguem na mesma direção, no que tange ao sentido simbólico da expansão deste tipo de fruticultura nos perímetros irrigados do sertão: “*A mudança tecnológica tem, ainda, como consequência a introdução no Vale de um sentido de modernidade que contrasta fortemente com as condições de vida de grande parcela da população tanto rural quanto urbana do sertão nordestino*”. Por outro lado, a agricultura irrigada apresenta resultados econômicos expressivos e significa simbolicamente uma novidade histórica: a superação (enfim) das condições naturais pelo invento e investimento humanos, preenchendo uma antiga pretensão do imaginário de sertão calcado no paradigma hídrico. Além disso, abre campo para profundas mudanças sociais e políticas (CASTRO, 1996).

Por último, porém não menos importante, os perímetros de irrigação são exemplos do dualismo na paisagem, “áreas de exceção” verdes e vivas em meio ao cinza assustador das caatingas – funcionam como metáforas do sertão que foi transformado em seu âmago (deserto → oásis). Este ajardinamento da caatinga é uma imagem poderosa que embala, por exemplo, todos os projetos de adução do São Francisco dos governos mais recentes, inclusive do atual (Luiz Inácio Lula da Silva).

Apresentamos aqui duas peças publicitárias do programa federal de Fernando Henrique Cardoso “Brasil em Ação”. Subjacente às imagens aí trabalhadas está a idéia de domínio total da natureza pelo homem, utopia tão cara ao cientificismo euclidiano. Na primeira delas, comemorativa dos 50 anos da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) o slogan é “*Quem domina o rio, vence qualquer desafio*”. Vê-se uma luta entre dois animais mitológicos numa xilogravura tipicamente sertaneja: uma enorme cobra representando a água do rio que serpenteia, enquanto um impressionante touro a abocanha sob sol inclemente e cactos rústicos (vide Figura 6 mais adiante). O texto é inspirado no cordel, com tons de realismo fantástico:

Era grande o desafio. Grande como o rio, mas menor que a coragem deles. Os homens aceitaram o desafio como quem enfrenta um bicho. Antes que eles fossem engolidos pelo rio, o rio é que ia ser dominado por eles<sup>424</sup>.

O outro material publicitário, desta feita da CODEVASF, recolhido em Petrolina por ocasião da inauguração de uma nova área no perímetro irrigado Nilo Coelho

---

<sup>424</sup> Propaganda publicada nos principais jornais de Pernambuco e do Nordeste em março de 1998 (p. ex. *Jornal do Commercio*, 15/03/1998).

(26/09/1997), é também muito instigante (ver figuras 7 e 8 nas páginas seguintes). No frontispício, vemos em primeiro plano a paisagem do sertão das águas – o rio São Francisco, a ponte e a cidade – porém o que domina os céus de forma esmagadora não é o sol inclemente, mas os bustos dos “pais fundadores”, os ancestrais dessa era de fartura: o senador Nilo de Souza Coelho e sua esposa Maria Tereza Brennand de Souza Coelho, que batiza a expansão do perímetro como uma reverência aos antepassados, aos pioneiros. No interior do livreto, 2/3 da tinta gasta representam as biografias destas figuras míticas. No quadro referente aos dados do projeto lê-se:

O aumento do número de empregos, a geração de renda, o incremento dos níveis de produção e produtividade, a diversificação de culturas, a partir da utilização racional dos recursos de água e solo são as metas do Programa Brasil em Ação, por intermédio da CODEVASF, ao implantar novas áreas irrigadas na região semi-árida do Vale do São Francisco.

Por fim, a racionalidade da irrigação ganha sua imagem emblemática na contracapa do panfleto, onde estão postos os nomes das autoridades atuais. Na foto que domina a diagramação, a caatinga é uma “página virada” pela tecnologia de irrigação... Da mesma forma que em relação ao rio, a agricultura irrigada é uma poderosa imagem de superação das condições ambientais adversas. O que se lê nas entrelinhas destas duas peças da mitologia governamental é todo o esforço do poder central e das ilustres castas políticas locais para a superação do subdesenvolvimento, da seca, da semi-aridez. Esforço este que precisa ser estampado em todos os jornais e revistas, pois em 1998 estávamos em meio a mais uma estiagem!

Percebe-se que, a despeito dos avanços técnicos na agricultura e no abastecimento d'água, o imaginário da seca permanece mediando a produção/representação do espaço nordestino. Se há um solapamento das (velhas) bases do discurso de uma natureza hostil, a polaridade irrigação-sequeiro reescreve os seus termos. Os agrônomos afirmam que no máximo 2% da área é passível de irrigação (SUASSUNA, 2000, p.83) o que provavelmente não pode responder às necessidades e contingências do restante do território, onde ainda reside expressiva população rural.

**Figura 7**

Fac-símile de desenho utilizado em propaganda da CHESF



O processo de remeter o olhar aos restritos campos irrigados indica, como nos casos estudados por M. Roux (1999), que as imagens da região estão carregadas por nossos estados de espírito, nossas esperanças atualmente informadas pelo mito do progresso técnico. Esta leitura finalizada da paisagem de “jardim” em meio ao “nada” revela, como mostramos, uma analogia de estrutura entre *progresso = água* num pólo, e *miséria = seca/sequeiro* no outro. Portanto, o que motiva o contraste é que o discurso da modernidade agrícola está voltado previamente para um modelo de produção, tecnologicamente visto como o único capaz de superar esta insuportável antítese combinada.



Acontece que os discursos técnicos não são unânimes, pelo contrário, têm suscitado calorosos debates e ensejado diferentes atitudes em meio aos próprios sertanejos, como acabamos de mostrar. A modernidade do modelo posto é um produto da hegemonia químico-mecânica na ciência agrônômica, a qual também tem suas próprias mitologias. Todavia, argumentos de sustentabilidade e equilíbrio ecológico, pouco projetados anteriormente, têm vindo à tona principalmente pela capacidade restrita de implantar perímetros e pelo alcance geográfico da transposição, questionando-se suas origens e implicações políticas. Tem crescido também nos últimos tempos o interesse pelas zonas não passíveis de irrigação (discurso da convivência). O paradigma agrícola dominante para o semi-árido, cujo recurso mais intensivo é a água (!), demonstra ter um horizonte mais curto do que o criado por nossa imaginação.

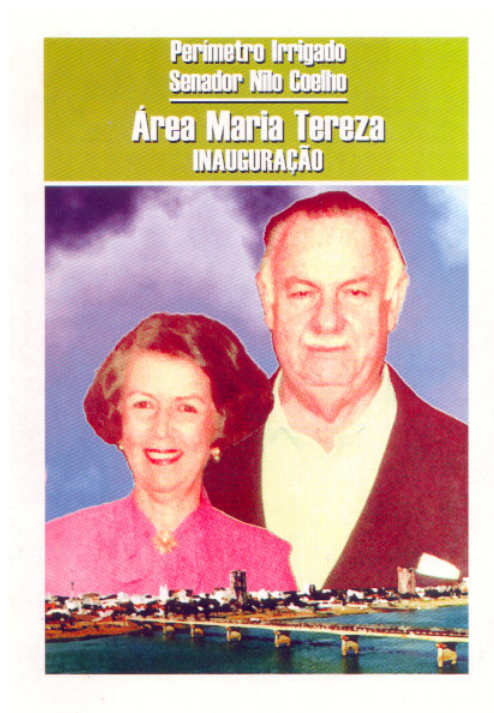
Parece excessivamente otimista a possibilidade de uma ruptura progressista baseada na ideologia da irrigação contra um suposto tradicionalismo, técnica e socialmente conservador, próprio das formas de exploração das áreas secas; esta distinção infelizmente não é clara, como admite Castro: “[...] *o mesmo ator pode ser moderno na economia e tradicional na política, e a sociedade nordestina conhece bem esta dualidade*” (CASTRO, 1996, p.318).

Como este contraditório se reflete na forma como nos vemos, professamos e representamos? O sentimento de ser nordestino no Brasil incorpora em graus diferenciados a permanente dubiedade dos mitos explicativos da paisagem regional. Assim, o sertanejo é ora atormentado pelo sol e pela terra, ora agraciado pela natureza; ora explorado pela elite dominante, ora orgulhoso da cultura local e das personalidades que se projetam no espaço nacional.

Do conagraçamento dessas antíteses, jogo de luz e sombra, parece resultar a condição sertaneja do território semi-árido nordestino. Um mito não substitui o outro, as narrativas são mutuamente referentes, fincadas na experiência de viver e imaginar este espaço.

**FIGURA 8**

Fac-símile de material publicitário do perímetro Maria Teresa – Petrolina

**FIGURA 9**

Fac-símile de material publicitário do perímetro Maria Teresa – parte posterior

Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho  
**Área Maria Tereza**  
*Um solo fértil  
 para o desenvolvimento*

Presidente da República  
 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
 Vice-Presidente da República  
 MARCO MACIEL  
 Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos  
 Hídricos e da Amazônia Legal  
 GUSTAVO KRAUSE  
 Presidente da Codevasf  
 AIRSON BEZERRA LÓCIO  
 Diretor da Área de Engenharia  
 HERBERT DRUMMOND  
 Diretor da Área de Operação  
 GUILHERME ALMEIDA DE OLIVEIRA  
 Diretor da Área de Planejamento  
 JOSÉ ANCELMO DE GÓIS  
 Superintendente Regional - 3ª SR  
 HILDO DINIZ DA SILVA

CODEVASF  
 Companhia de Desenvolvimento  
 do Vale do São Francisco  
 Sede: SGAN 601 - Conjunto I  
 Ed. Manoel Novais - Brasília-DF  
 Fone: (061) 312-4747 - Fax: (061) 322-7814  
 3ª Superintendência Regional  
 Rua Presidente Dutra, 160 - Petrolina-PE  
 Fone: (081) 862-1539 - Fax: (081) 862-1283

Os projetos hídricos, neste panorama, têm sido tanto resultado quanto meio pelo qual se implantaram as mudanças mais profundas no quadro agrário regional nos últimos anos, com resultados concretos em suas paisagens e simbologias. O imaginário da agricultura irrigada, pode-se dizer com certeza, erigiu uma paisagem completamente nova para o interior semi-árido, a despeito da continuidade na divulgação de imagens escatológicas relacionadas às estiagens. Inicialmente uma espécie de produto menor da implantação do projeto estratégico de geração de energia hidrelétrica pelo governo federal, a agricultura irrigada consolidou-se como modelo para as zonas secas face aos resultados rápidos e profundos na transformação do perfil socioeconômico regional. Além da área mais referencial do pólo Submédio São Francisco (Petrolina-Juazeiro), tal modelo foi introduzido na Paraíba (Projeto Várzeas), em Sergipe (Projeto Platô de Neópolis), na Bahia (Barreiras) e no Rio Grande do Norte (Pólo Açú-Mossoró), dentre outros.

Os grandes programas oficiais de agricultura irrigada, iniciados em 1968 com o perímetro Bebedouro (Petrolina-PE), resultaram em inegável sucesso enquanto práticas de desenvolvimento regional, apesar de alguns resultados contraditórios. Manuel Correia de Andrade (1999, p.56), por exemplo, chama a atenção para o favorecimento de grandes empresas, geralmente sediadas fora da região Nordeste, e para a falta de ações visando capacitar a população local para lidar com a alta tecnologia. É preciso considerar que na maior parte do tempo de vida desses projetos, os órgãos governamentais implementavam uma “*tecnologia espacial do poder de Estado*” como forma autoritária de dirigir o processo de rápida modernização da sociedade e do território brasileiros (BECKER, 1988; 1997). De qualquer maneira, o caso da adoção de modelos de desenvolvimento agrícola baseados em grandes obras e alta tecnologia pode ser tomado indubitavelmente como o divisor de águas da história da agricultura de toda a região, como afirma Aldenor G. da Silva (1999, p.307), tomando como exemplo o caso de Açú-Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Para falar de imaginário no Nordeste seco de hoje temos que nos reportar à relevância dessa parafernália tecnológica (melhor dizendo, meio técnico) que se instala no bojo da agricultura irrigada na faixa semi-árida; entretanto, nos parece muito mais relevante ressaltar as pesquisas e práticas de sistemas adaptados às condições do trópico seco. O semi-árido é um celeiro relativamente pobre para a bioengenharia se comparado

com a zona de florestas equatoriais ou trechos remanescente da mata atlântica, mas suas características ambientais muito próprias projetam a pesquisa neste campo a um patamar igualmente relevante.

Não se pode ser contra a irrigação, a adução de águas para abastecimento urbano, os açudes etc. Apenas fica registrado o curioso processo de “cuspir na face” dos 98% do território seco – o “miolo do sertão”, como dizem os caatingueiros – que não são passíveis de ajardinamento, atitude ainda largamente presente na sociedade através da metáfora do deserto. É preciso entender melhor aonde pode nos conduzir tanto o sentimento de repulsa às caatingas quanto a sua constituição em espaço da nostalgia (patrimônio natural a ser preservado, natureza imprestável a ser erradicada?). Ao menos deve ser saudado o interesse crescente pelas atividades de sequeiro, pela biodiversidade sertaneja e pelas técnicas de “convivência” com a semi-aridez difundidas por grande número de iniciativas governamentais, entidades não-governamentais e comunidades sertanejas politicamente mobilizadas.

Por outro lado, apesar desse crescimento do interesse pelas áreas não passíveis de irrigação, a existência de crises sociais e ambientais nos sertões é problema que acaba sempre relacionado com a zona de sequeiro. Esta idéia vem de longa data e está ligada ao povoamento relativamente denso e antigo que aí se verifica nas zonas rurais, em conjunto com relações sociais específicas e o uso de técnicas de agricultura e pecuária pouco adaptadas ao clima semi-árido e aos solos. Conforma-se um campo propício à polarização perímetros irrigados *versus* agricultura de sequeiro, levando a uma idealização de transformar totalmente a natureza do semi-árido (mito disseminado até pelos panfletos governamentais, como vimos acima).

Reafirmamos que a necessidade deste contraste permanece peça-chave nas relações entre regionalismo e poder central; a politização da natureza para obter compensações no plano nacional é um fato incontestável, a ponto de Andrade, M. (*op. cit.*, p.8) afirmar que as estruturas políticas e sociais e a orientação governamental seriam elementos da *existência das secas enquanto problema*. Como é sabido, o uso político deste fenômeno na arena nacional interfere fortemente na evolução do próprio quadro de desenvolvimento da região (CASTRO, 1994, p.166).

É nesta perspectiva que fica ressaltada a capacidade de certos territórios nordestinos passarem para um novo modelo de produção, baseados no imaginário da

irrigação, mas contraditoriamente necessitados do seu oposto – o ambiente seco, hostil, improdutivo das caatingas. A utopia do sertão coalhado de açudes e redimido das suas mazelas pela irrigação encontrou atestado de verdade científica, transfigurou-se em auto-evidência. O mito, afinal, precisa existir enquanto redundância narrativa. Ao longo do século XX os territórios que viriam a ser considerados áreas de exceção “canalizaram” de maneira eficiente os recursos estatais e privados e tomaram iniciativas políticas para garantir que suas condições particulares se transformassem em vantagens competitivas. O exemplo mais bem acabado disto é justamente a fruticultura irrigada na divisa entre Bahia e Pernambuco.

Mas os restritos projetos de modernização deixaram à margem vastas zonas de exclusão, que também (re)criaram seu imaginário: por exemplo, a persistência da pobreza e da ilegalidade (o polígono da maconha parece reencarnar o território sem lei do cangaço). São recortes política e economicamente inerentes aos conflitos e à instabilidade que acompanham os processos de remodelagem do espaço regional frente às forças integradoras/fragmentadoras da globalização e do novo equilíbrio inter-regional.

A importância política das *metonímias geográficas* do semi-árido nordestino (quer sejam positivas ou negativas) permanece como uma questão posta na construção do imaginário regional. As estruturas de representação do meio tendem a reduzir a complexidade da região a certas paisagens e até a simples imagens geo-simbólicas que passam a povoar o imaginário da população brasileira, mas os habitantes do sertão concorrem para relançar novas perspectivas. Se os conteúdos simbólicos das imagens da seca resistem, há sinais evidentes de mudança. O imaginário geográfico do sertão, *conexão* constitutiva que confere sentido a muitas práticas sociais e políticas vividas em lugares e situações concretas, é um roteiro épico para o qual todos contribuímos – não se devendo deixar de lado as narrativas advindas dos próprios sertanejos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – “Montando” regiões: A contribuição da retórica da paisagem aos estudos de geografia cultural

*Eu acho que essas quatro coisas que eu falei aí [Nordeste, Pernambuco, sertão e agreste], sinceramente, eu acho que elas se tornam uma só. Entendeu? No final das contas é tudo uma coisa só, é tudo um lugar, quer dizer, é tudo uma região ‘montada’ (Pequeno agricultor de Caruaru, abril de 2003).*

*Sertão é sempre mais para adiante (Pequeno agricultor de Caruaru, abril de 2003).*

*Olhei uma paisagem velha a desabar sobre uma casa.  
Fotografei o sobre.  
Foi difícil fotografar o sobre. (Manoel de Barros, poeta, 2000)*

Tentou-se mostrar neste trabalho que a paisagem encerra procedimentos mentais de tipo metonímico, sendo possível interpretá-la à guisa de uma retórica que busca estabelecer e transmitir certa *Imago Mundi*. Assim, enquanto pensamento figurativo do espaço, ela ressaltaria aspectos do visível tidos como os mais representativos da realidade, segundo um arcabouço de conhecimentos *geosóficos* culturalmente contextualizados. A escolha e conexão de certas características como significativas de uma realidade geográfica abrangente e mais complexa – resultando em um quadro inteligível que transforma o caos aparente e o desconhecido em ordem reconhecível – não poderia prescindir de processos cognitivos e pré-cognitivos de simbolização, profundamente ligados à própria gênese da linguagem e à racionalidade metafórica da imaginação.

Todas as sociedades possuem suas *geosofias*, quer dizer, pensam sua relação com o espaço, o que torna possível à geografia aceder a esses saberes culturais mediante a expressividade da paisagem. O potencial retórico desta reside na identificação, eleição e reprodução de geo-simbolismos contundentes, na escolha de cenários e de argumentos descritivos que visam partir do visível para chegar a um *como ver* específico, de modo intencional ou costumeiro.

A retórica da paisagem reflete, portanto, a ação de um sujeito sobre o outro por meio da palavra e, sobretudo, através da imagem, expressando e assimilando os sentidos conferidos à retroação homem-espaco pelo imaginário coletivo e individual. Atuando nesse esforço de conexão dos conhecimentos gerais das feições da Terra, as metonímias e sinédoques guardam excepcional poder de articulação e representação de certos territórios, ao conjugar sentimentos identitários e imaginário geográfico. O salto metonímico inerente à figuração paisagística permite o trânsito do pensamento entre o lugar (base da vida cotidiana), os horizontes cada vez mais difusos dos territórios que encarnam os sentimentos de pertença e, num limiar ainda mais “distante”, as *terrae incognitae*.

Quer dizer, o desenvolvimento do conhecimento *geosófico* reflete-se na construção de paisagens integrativas ou excludentes face à uma região vivida, concebendo-se os diversos espaços da existência num mosaico imperfeito que materializa a consciência, a imaginação e a vivência de seus habitantes em correlação com um contexto cultural englobante. Trata-se de um conhecimento espacial carregado de idiossincrasias, mas que é também resultante de um esboço cotidiano da vida a partir de uma localidade, incluindo como pontos de referência objetos e territórios simbólicos, mas também valores e sistemas de crenças.

A hermenêutica da paisagem sugere que se possa interpretar como essa tensão básica impregna o espaço de significados e intenções a partir de uma retórica que visa basicamente selecionar, ressaltar e comunicar os aspectos de um território tidos como mais essenciais e encaixá-los numa escala que vai do local ao regional. Além do mais, os argumentos assim mobilizados permitem reconstituir como se dá cognitivamente a própria “enformação” do mundo, isto é, de que maneira as regiões são “montadas” umas nas outras ou umas a partir das outras, revalorizando a descrição na geografia.

As reflexões mais gerais que embasaram este trabalho conduziram-no, pois, para a busca de entendimento do concreto mediante a consideração do imaginário expresso e acionado pela paisagem. Esse processo fundamental de compreensão da ordem espacial das coisas foi investigado, então, em três estudos de caso, objetivando estabelecer de que maneira a analogia da paisagem com figuras de retórica poderia ser produtiva na perspectiva da geografia cultural.

O exemplo de paisagens tomadas como geo-símbolos do sertão pernambucano apresentou especial interesse para se pensar sobre a força imaginal da retórica. Elas falavam das identidades nordestinas, sertanejas, pernambucanas ou locais, pois guardavam em si um processo de construção cultural coletiva, aceitando, porém, leituras particulares e distintos universos de referência. Abrangiam, a um só tempo e de modo dialético, desde como as populações locais se viam em relação ao ambiente, até como as outras partes do país (inclusive os conterrâneos do litoral úmido) re-elaboravam uma *razão paisagística telúrica* tributária do imaginário geográfico nacional. Tal conjunto de vozes parecia estar presente tanto na origem quanto nos desdobramentos de discursos identitários de forte teor territorial, como o regionalismo político.

Mas por que, afinal de contas, foram essas narrativas paisagísticas denominadas de *metonímias geográficas*, privilegiando-as em relação a outras figuras de sentido? Primeiro porque a paisagem tem permanecido, no pensamento geográfico, como um instrumento capaz de sintetizar uma diversidade que lhe é superior, condensando-a em temas representativos de um todo maior. Tal poder de remeter das partes ao todo e vice-versa é justamente o que caracteriza o procedimento metafórico denominado genericamente de metonímia ou, no caso particular de uma relação de pertencimento, de sinédoque.

Segundo, ao propor o estudo dos processos de simbolização que consubstanciam as paisagens no plano do lugar e de seus habitantes, concede-se àquela figura de retórica uma qualidade heurística que opera através de um imaginário geográfico evocativo de um espaço envolvente. As características geográficas são abarcadas e organizadas desde as mais familiares às vagamente conhecidas, ao mesmo tempo em que se buscam as manifestações do imaginário geográfico geral em atributos espaciais dos arredores. O procedimento metonímico, portanto, seria um elo comum entre a paisagem ordinária e a paisagem dos geógrafos.

Há ainda um outro aspecto tão importante quanto os dois anteriores: a figuração metonímica aqui identificada aponta a direção do pensamento metafórico que é acionado para tentar conferir coerência ao espaço vivido. Neste sentido, como já foi dito, é a partir da intencionalidade dos sujeitos que as paisagens são enunciadas narrativamente enquanto estratégia de conhecimento e (re)interpretação do mundo. É assim que a retórica adquire o status de uma importante ferramenta de análise



geográfica, ao invés de ser tomada à guisa de um recurso artificial de persuasão ou apenas enquanto o uso de imagens lexicalizadas para influir no ato comunicativo.

A retórica da paisagem comporta também uma *racionalidade hermenêutica* orientada pela imaginação da feitura do mundo, buscando construir modelos aproximativos de antecipação com base nos saberes disponíveis culturalmente. A visualização desta projeção é que é a paisagem, sempre em busca de uma *equilíbrio cognitiva*, no sentido de Piaget, com o fato do mundo. Como explica Luger (2004, p.724-725), Piaget propôs uma abordagem construtivista à compreensão, alcunhando-a de *epistemologia genética*: “A falta de um ajuste confortável dos esquemas ao mundo ‘como ele é’ cria uma tensão cognitiva. Esta tensão provoca um processo de revisão de esquemas”. A permanente revisão dos nossos preconceitos explicaria a tendência da compreensão à *equilíbrio*. Prossegue Luger em sua avaliação do construtivismo:

A revisão de esquemas e o movimento em direção à equilíbrio é uma predisposição genética e uma acomodação às estruturas da sociedade e ao mundo externo. Ela combina estas duas forças e representa uma predisposição incorporada para a sobrevivência. A modificação de esquemas é uma função tanto *a priori* da nossa genética como *a posteriori* da sociedade e do mundo; ela é o produto de nossa existência no espaço e no tempo, ou seja, de nossa corporificação (LUGER, *op. cit.*, 725).

Como esta epistemologia construtivista demonstrou-se útil aos estudos de retórica da paisagem? Ora, toda interpretação é vista aqui como o resultado de uma interação; quer dizer, necessitamos sempre de estruturas apriorísticas para organizar as experiências de espaço, ao mesmo tempo em que vamos adaptando esses modelos às feições do mundo que percebemos ao nosso redor. Se nenhuma experiência, em geral, é possível sem o recurso às antecipações, no caso da paisagem a figuração metonímica é um processo inerente ao pensamento sobre o espaço. Ao mesmo tempo, tais metonímias, enquanto ferramentas de conhecimento, jamais se mantêm imutáveis frente às “demandas” do mundo que se abre permanentemente à nossa vista. Quando essa interação é interrompida, estamos diante de um pensamento alienado da realidade, ou seja, do preconceito em sentido pejorativo, que é profundamente danoso ao avanço de qualquer forma de saber.

Dito de outra maneira, somente o recurso ao poder criativo da comunicação – sobretudo da retórica, que transforma sentimento em sentido, imagem em linguagem –

permitir-nos-ia penetrar nos códigos de pensamento e processos de simbolização paisagística, de modo a compreender como as pessoas construiriam suas *geosofias*, suas visões ou conhecimentos espaciais de mundo, em diálogo com o imaginário geográfico mais geral e através do aprimoramento e acomodação dos cenários imaginados às fisionomias observáveis.

O problema metodológico concentrou-se, então, em duas questões: em primeiro lugar, de que forma inserir o estudo da retórica na geografia, contemplando a criatividade dos discursos e os processos cognitivos dos sujeitos locais. Em segundo lugar, quais seriam os instrumentos mais apropriados para apreender e interpretar a razão metonímica como etapa da construção de esquemas geo-simbólicos pelos sujeitos no cotidiano de sua existência, e sem que ficássemos restritos à questão dos estereótipos.

O estudo da paisagem pensada e narrada pelos próprios habitantes remeteu à memória-imaginação e ao mundo sensível, juntando-se à tendência pós-estruturalista de “reaparecimento do sujeito”. Com efeito, as recentes pesquisas sobre enunciação e interação, mesmo não adotando o selo de *retórica*, têm voltado a levar em conta os sujeitos individuais e suas trocas (GARDES-TAMINE, 1996, p.35). A vitalidade da fala no cotidiano soma-se então à onipresença da retórica nas manifestações políticas, artísticas, propaganda, televisão e outros lugares de exercício da argumentação na sociedade.

Sabe-se que a paisagem é mais comumente evocada nesses campos de reprodução e embate de idéias acima citados, pois é também através deles que ela se constrói, se valoriza e se transforma. No presente trabalho, todavia, o acento foi deliberadamente colocado na interpretação dos processos cognitivos de instituição duma realidade narrativa territorialmente referenciada pela atividade cultural dos sujeitos (BERDOULAY e ENTRIKIN, 1998), considerados não apenas como seus habitantes, mas como seus enunciadoreis.

Como foi possível fazer a ponte lugar-sujeito-paisagem pela cultura oral? Simplesmente porque na passagem da força do *pensamento visual* para a *palavra* há uma grande necessidade de rememoração e combinação, sendo que as imagens esquemáticas de uma porção do espaço são associadas aos aspectos locais, tanto para facilitar a lembrança como para conferir coerência à descrição das coisas. Justamente a

isto se denominou *processo de metonimização*, parte da racionalidade mais geral, metafórica, que preside a retroação homem-espaço. A postura aqui adotada assentou-se, por conseguinte, na premissa de que a força da narração está no poder que esta confere ao sujeito de interpretar seu mundo, de lhe dar um sentido, na formulação consagrada de Paul Ricoeur.

Partindo das figurações geo-simbólicas relatadas pelos sertanejos, este trabalho pretendeu alcançar os mecanismos que possibilitam a eficácia integrativa de uma argumentação marcante: a criação de simbolismos que interligam singularidades locais e cosmovisões identitárias, quer seja de modo conflituoso ou harmônico em relação às representações sociais dominantes. Neste contexto é que emergiu a eficácia comunicativa das paisagens (imagens que enviam aos elementos memoráveis de uma região, de um território), as quais possibilitariam, através da linguagem e da imaginação geográfica, a integração, adaptação e conexão de tempos e espaços diversos. É através de uma enunciação descritiva e comparativa entre o “aqui” e o “mais além” que os sertanejos “montam” seus espaços vividos e falam das singularidades e especificidades das suas “regiões”.

O reconhecimento da existência e da importância simbólica dessas metonímias geográficas permitiu aprofundar as ligações entre o campo da retórica e do imaginário. Como ressaltamos, tais simplificações ou “pré-concepções” foram entendidas na qualidade de uma necessidade cultural e cognitiva de tipificar as regiões por “quadros de referência”. Acontece que, partindo desses temas marcantes, passa-se à utilização de sistemas de metáforas fortemente imagéticos que possibilitam a conexão e repartição das coisas em um mundo que se mostra cada vez mais estranho além dos horizontes próximos. Este processo, alcançando no limite a opacidade *geosófica* das terras incógnitas, guarda a *rationale* do imaginário geográfico e somente pode ser entendido como uma função antecipatória inerente ao pensamento, necessária à apreensão e compreensão do mundo. Mais uma vez cabe a lembrança de GADAMER (1998, p.400-427), para quem os “preconceitos” devem ser encarados como fatos inerentes à experiência hermenêutica, ou seja, como condição mesma para a compreensão.

As paisagens metonímicas trazem o risco de inibir ou limitar a criatividade individual, mas devem ser vista também como o terreno de batalhas para argumentos nascidos da experiência vivida, precisando sempre de um esforço de conexão para

acomodar o imaginário à realidade percebida. Tomadas neste enfoque, as paisagens pré-concebidas como representativas de um quadro maior conferem ao pensamento um roteiro para tatear o mundo à nossa volta.

A importância positiva de levar em conta idéias pré-concebidas e até estereótipos na emergência das paisagens ordinárias decorre de que esses elementos devem ser vistos como parte da inevitável *projeção* do pensamento através do imaginário geográfico – no itinerário entre o conhecido e o desconhecido, o discurso paisagístico parte de temas e imagens cuja aceitação é calcada num consenso mínimo, em esquemas prévios e convencionais, tentando preencher as lacunas que separam as terras ignotas da realidade vivida. As paisagens metonímicas não podem oferecer uma correspondência rígida e objetiva com a realidade, posto que são apenas uma síntese e seleção de certos elementos que são, então, amplificados; entretanto, elas nos concedem pistas importantes sobre os modos de pensar o espaço que partem das cenas cotidianas aos tipos de cena que ainda nos são familiares, fazendo saltar à vista as marcas características de um espaço vivido.

Montar a realidade mediante as “aparições” paisagísticas exige a escolha de modelos verossímeis, que devem ser o mais perfeitamente evidentes que possível. O imaginário geográfico coletivo fornece muitos exemplos do que se pode chamar de enunciados esquemáticos e é pela mesma lógica retórica que a linguagem corriqueira se mostra tão rica em imagens pré-concebidas, representações sociais hegemônicas e mesmo em preconceitos pura e simplesmente.

O papel retórico das paisagens fica ressaltado, além do mais, pela constatação de que a adesão de espíritos a tais esquemas da existência supõe, como já apontado, uma combinação de racionalidade e sentimento. As estratégias territoriais identitárias, ainda que tributárias de figurações apoiadas na estrutura do real, não prescindem do apelo ao imaginário e à sensibilidade para demarcar a distância além da qual conforma-se a alteridade. As metonímias paisagísticas assim construídas são peças importantes na incorporação dos espaços conhecidos a subconjuntos regionais homogêneos, segundo os critérios individuais e culturais de seus enunciadores.

Na sua experiência de espaço, a humanidade precisa lançar mão dessas reduções, o que não significa dizer que fatalmente as metonímias geográficas sejam sempre estereótipos espaciais congelados ou tipos esquemáticos empobrecedores da realidade –

elas são meros instrumentos de busca deste real vivido e imaginado, talvez remetendo a funções análogas às dos protótipos, modelos e maquetes. Decerto sempre se pode retrucar que elas induzem a erros, esquecimentos, exageros, deformações; mas, essas são conseqüências inevitáveis do funcionamento intimamente relacionado entre razão e imaginação, entre mundo físico e mundo mental, além de refletirem a natureza política das representações espaciais. Todavia, o aprofundamento da discussão acerca do papel dos *modelos*<sup>312</sup> escapa à alçada da presente pesquisa, ficando registrada como uma referência para seus possíveis desdobramentos.

Levar em conta o imaginário geográfico não implica, como temos insistido, no desprezo das condições materiais da existência humana. No semi-árido nordestino, embora o “ambiente político-ideológico” tenha freqüentemente mais peso na configuração da identidade regional, os “geofatores” do quadro natural e social continuam representando foco significativo na constituição de uma razão paisagística própria, porque são, a princípio, elementos de uma realidade vivida.

Fornecendo signos e mitos ao imaginário sertanejo, a semi-aridez, a incidência de secas, a distância das capitais, a cultura própria, os tipos de vegetação, as restrições e potencialidades agronômicas dos solos, a modernidade e o tradicionalismo dos sistemas agrícolas praticados, os diferentes perfis da propriedade da terra, o acesso injusto à água e à irrigação etc, são elementos que, evocados em combinações específicas, refletem pelo menos em parte uma consciência das condições de vida dos habitantes da região. A confusão está em atribuir-lhes o peso de estruturas autônomas, partícipes da mera adesão a representações sociais impostas, como se pudessem por si mesmas assumir o papel de justificativas gerais para o conformismo ou a revolta. Suas possibilidades retóricas, como mostramos, são muito mais plurais. Partindo das mesmas unidades temáticas, os sertanejos chegam a sistemas de metáforas diferenciados, quando não conflitantes.

Desta forma, o tema específico da gênese e releitura das narrativas que alimentam as identidades e ideologias territoriais foi aventado a partir das simbolizações

---

<sup>312</sup> Cabe aqui lembrar a “reconciliação construtivista” entre empiricismo e racionalismo: “*Acreditamos que a dicotomia entre o acesso direto aos fenômenos físicos e o acesso indireto aos fenômenos mentais é ilusória. A análise construtivista mostra que nenhuma experiência é possível sem o uso de algum esquema para organizar esta experiência. Na investigação científica, isto implica que todos os acessos a fenômenos do mundo se dão através da construção, aproximação e refinamento de modelos*” (LUGER, 2004, p.725, grifado no original).

permanentemente re-fundadoras de paisagens que os indivíduos constroem, vivenciam e interpretam enquanto habitantes de uma área na qual eles reconhecem qualidades ambientais imanentes e especificidades sociais. Esses temas e fatores não foram tomados como dados absolutos, mas culturalmente trabalhados, de forma que ficou evidente que de pouco adianta decretar, com a comodidade do olhar exterior, o “triunfo da vontade” segundo a qual bastaria apagar a herança nefasta das manipulações icônicas negativas da região para reduzi-la a uma fantasmagoria, a uma mistificação ou invenção anacrônica.

A metáfora radical do deserto, neste sentido, tanto pode servir para reforçar o mito da necessidade de ajuda diante de uma natureza inóspita, quanto para realçar a ruptura da moderna agricultura irrigada com as formas extensivas da agropecuária de sequeiro; ou ainda, consiste numa maneira de elogiar a resistência do sertanejo e dos seus gêneros de vida tradicionais. Nos dois primeiros casos, a desvalorização do ambiente natural semi-árido é patente, mas com intenções opostas.

Da mesma maneira, a repetição *ad nauseum* das potencialidades da insolação e da agricultura irrigada não são suficientes para desenhar as imagens de um quadro idílico do eldorado sertanejo no plano do cotidiano. Com o avanço inquestionável da modernidade agrícola em algumas áreas-pólo ou ilhas de competitividade, cujo maior símbolo é Juazeiro-Petrolina, “as mudanças ocorridas na região influíram na forma do viver e do fazer dos sujeitos” envolvidos (CAVALCANTI, 1999, p.166). Apesar disto, tal modelo não é tecnicamente extrapolável para o conjunto do semi-árido, a não ser como uma mitologia de fundo político (SUASSUNA, 2000), sendo por isto mesmo muito mais importante do que a sua real potencialidade de expansão territorial deixa crer.

É no plano da “possibilidade de romper com o mito da natureza semi-árida como fundamento da pobreza regional” (CASTRO, 2000, p.47-48; 2001) que o imaginário da modernidade se inscreve com toda a sua força retórica. Todavia, isto não acontece sem contradições semânticas ou derivas ideológicas. De fato o “sistema de Petrolina” mostrou-se uma idéia-força que baliza o olhar sobre o sertão no presente, mas constituindo-se de maneira quase simétrica como um outra narrativa mítica.

Por exemplo, as imagens hiperbólicas dos “perímetros irrigados” podem assumir o papel de velhos recursos retóricos em nova roupagem. O sonhado quadro de um sertão

“coalhado de açudes” como solução para as agruras do clima foi consagrado por Euclides da Cunha em 1905; porém, a “fase hídrica” do problema das secas inaugura-se desde pelo menos 1857, com a nomeação de comissões pelo governo imperial para estudar os meios de combate aos efeitos da estiagem, passando a açudagem a ser aconselhada oficialmente. Com a paradigmática seca de 1877, verdadeiro marco da emergência simbólica do Nordeste seco, ganhou autoridade o discurso técnico e hídrico dos engenheiros, incluindo várias recomendações, dentre as quais a construção de reservatórios d’água<sup>313</sup>. Ou seja, não se trata de exagero falar em re-atualização do imaginário da água.

Isto não quer dizer que a importância das obras hídricas deva ser minimizada; com efeito, elas têm passado a uma posição de destaque na reinvenção recente do semi-árido, constituindo-se em sintomas do “anacronismo da imagem trágica da seca” (CASTRO, 2000, p.60). Mas, ao que parece, antes que solapar o mito fundador “seca”, essas simbolizações avançam espelhando-se necessariamente na sua imagem ameaçadora, modernizando o que já se chamou de *paradigma hídrico* ou *hidráulico-institucional* (ANDRADE, M. 1985; GOMES, A., 1998), posto que se encontra na *água*, no fim das contas, o princípio e o fim dos problemas do semi-árido, e nas intervenções *técnicas* o meio para se chegar a uma situação de independência quanto aos fatores naturais e de rompimento com o atraso social.

Outras possibilidades, como a revalorização do sequeiro e o avanço técnico das formas de exploração do ambiente de caatingas, permanecem minoritárias, porém são bastante significativas do ponto de vista simbólico, em razão da possibilidade de romperem, de uma forma ainda mais radical, com o imaginário trágico do sertão. Fica como indicação a necessidade de se observar com maior minúcia as condições que propiciam a emergência deste tipo de interpretação.

A grande novidade que surge do óbvio é que começam a surgir vozes sensatas e contrárias à tendência de se imputar uma simplificação irreal ao território sertanejo: aquela segundo a qual somente seria possível uma agricultura em espaços semi-áridos com o uso da irrigação. Esse enrijecimento dos modelos explicativos e, conseqüentemente, das soluções preconizadas para a região representa um preconceito enquanto violência do pensamento, uma ruptura entre as antecipações mentais e as

---

<sup>313</sup> Ver a este respeito Andrade, M. (1999), Castro (2000; 2001) e Ribeiro (2001; 2002).

“demandas” da realidade. Como afirma Iná Castro, tais simplificação são perversas porque, dentre outras coisas, obscurecem o fato de que é impossível pensar o sertão nordestino sem a história e o papel da pecuária como atividade produtora de símbolos, imaginário e tipos sociais.

Por outro lado, quanto às novas formas de ocupação do semi-árido ligadas ao discurso da convivência e do desenvolvimento sustentável, seria preciso avançar no debate sobre o que elas realmente possibilitam em termos de inclusão política e social, fortalecendo vínculos horizontais e rompendo as velhas estruturas verticais dos discursos sobre o sertão. Se ainda é cedo para chegarmos a uma conclusão a esse respeito, pelo menos devemos apontar para os indícios da revalorização dos espaços de “caatingas bravas” e do “miolo do sequeiro”, bem como do papel, quase sempre esquecido ou resumido à figura do retirante, do pequeno produtor sertanejo.

Observa-se, desta maneira, quão rico e nuançado é o processo de re-mitificação dos espaços semi-áridos no Nordeste do Brasil. A imaginação em torno da água e do fogo e o imaginário do *oásis no deserto* ainda nos perseguem, é verdade, talvez porque o sertão tenha se tornado o campo privilegiado da idéia de redenção tecnológica, subjacente aos arquétipos ainda mais profundos de *barbárie* e *espaço incivilizado*. Metáforas radicais como essas interferem nos “espaços concretos” e nas (pré)concepções e práticas espaciais das pessoas. Afinal, “os monstros estão no deserto porque este se configurou como lugar privilegiado da tentação. Seria melhor falar deles quando evocarmos as paisagens imaginárias. Mas estas interagem com os outros espaços” (CORBAIN, 2001, p.64).

Enfim, o presente esforço prendeu-se à investigação de como as representações paisagísticas do universo sertanejo seriam construídas e qual o seu papel no modelamento do real. Em outras palavras, o trabalho integrou-se a uma linha de pensamento na geografia cultural que visa levar em conta como a imaginação paisagística se torna elemento-chave para a coesão política e social do território, e para a sua transformação. Conclui-se, fazendo eco às palavras de Paul Claval, que a geografia baseada na abordagem da cultura é fundamentalmente política, “[...] porque ela mostra com quais instrumentos e por quais vias os indivíduos e a sociedade se



constroem, se afirmam e se transformam em um jogo de competição e de cooperação” (CLAVAL, 1999b, p.22, tradução nossa) <sup>314</sup>.

O desejo de pertença ou a refutação de uma identidade territorial coletiva passam a ser compreendidos, assim, a partir de um processo essencialmente subjetivo, onde sentimentos, valores e sentidos são conferidos por um indivíduo no seio de uma comunidade em que se partilham experiências e onde certas características espaciais adquirem a função de argumentos visuais. É o alento cultural, *trabalho de um sujeito*, que através de uma certa *narratividade descritiva*, é instituído por e instituinte de um lugar, justificando assim uma abordagem qualitativa baseada na retórica da paisagem.

Ora, a identidade pessoal e cultural está ligada a um *lugar* de onde se mobiliza a energia agregadora das visões de mundo. No entanto, foi mais claramente ressaltado aqui o papel transformador da *paisagem*, uma vez que esta permitiria ao sujeito um salto imaginário, mas não aleatório, em direção ao alhures. Partindo de uma carga simbólica retoricamente referenciada no lugar, o pensamento metonímico buscaria através da imaginação geográfica a mais ampla e melhor compreensão das conexões e recortes históricos, sociais e biográficos que estariam envolvidos na representação do mundo. Enquanto o *lugar*, isoladamente, poderia nos conduzir ao radicalmente subjetivo, à consciência de si, à corporeidade da existência ou aos emblemas territoriais, a *paisagem*, ao contrário, nos conduz aos aspectos sociais e culturais, à memória coletiva e ao imaginário geográfico expresso nos discursos da/sobre a região.

Recife, 18 de outubro de 2004.

---

<sup>314</sup> Tradução de: “[la géographie qui se fonde sur l’approche culturelle est fondamentalement politique] car elle montre avec quels instruments et par quelles voies les individus et les sociétés se construisent, s’affirment et se transforment dans un jeu de compétition et de coopération”.

## 6 REFERÊNCIAS

ABREU, C.F. **Morangos mofados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ABREU, R. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.

AB'SÁBER, A.N. Os sertões: a originalidade da terra. **Ciência Hoje**, volume especial Eco-Brasil, maio de 1992, p.4-14.

\_\_\_\_\_. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo: IEA-USP, vol.13, n.36, 1999, p.7-59.

\_\_\_\_\_. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

AGRICULTORES ameaçam saquear feiras no Pajeú. **Jornal do Commercio**, 05 jan./ 1999. Disponível em <<http://jc.uol.com.br/>>. Acesso em: 15/09/2000.

ALBUQUERQUE, S.G. **O bioma caatinga representado na cultura popular nordestina**. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN/ Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, A.M.; ZILLY, B.; LIMA, E.N. (org.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001.

ANDRADE, G.O. **A Serra Negra, uma relíquia geomórfica e higrófito nos tabuleiros pernambucanos**. Recife: Imprensa Oficial, 1945.

\_\_\_\_\_.; CALDAS LINS, R. **Introdução ao estudo dos “brejos” pernambucanos**. Arquivos do Instituto de Ciências da Terra da Universidade do Recife, n.2, out. 1964, p.21-34.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Os climas do Nordeste**. In: VASCONCELOS SOBRINHO, J. As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização. Recife: Condepe, 1971, p.95-138.

ANDRADE, M.C. e MELO, M.L. Um brejo de Pernambuco (Região de Camocim de São Félix). Separata do Boletim **Carioca de Geografia**, 13 (3/4), 1960.

- \_\_\_\_\_. **A seca: realidade e mito.** Recife: Editora Asa Pernambuco, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A terra e o homem no Nordeste. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A problemática da seca.** Recife: Liber Gráfica e Editora, 1999.
- ANDRADE-LIMA, D. **Estudos fitogeográficos de Pernambuco.** Arquivo do Instituto de Pesquisas Agronômicas, 5, 1960, p.305-341.
- \_\_\_\_\_. **Domínio das caatingas.** Recife: UFRPE/ Instituto de Ecologia Humana, s/d (publicado originalmente em inglês na Revista Brasileira de Botânica, 4 (2), 1981, p.149-153).
- APPLETON, J. **The role of the arts in landscape research.** In: PENNING-ROUSELL, E.; LOWENTAL, D. (orgs.) *Landscape meanings and values.* London: Unwin Hyman, 1986, p. 26-47.
- ARAÚJO, T.B. **Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva?** In: CASTRO, I.E.; MIRANDA, M.; EGLER, C.A.G. (org.). *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.73-89.
- \_\_\_\_\_. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?** Observanordeste FUNDAJ, 2002 (original 2000). Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.html>. Acesso em: 13 out. 2004.
- ARBORIO, A-M. ; FOURNIER, P. **L'enquête et ses méthodes : l'observation directe.** Paris : Nathan Université, 1999.
- ARNHEIM, R. **La pensée visuelle.** Paris : Flammarion, 1976.
- ATLAS do meio ambiente no Brasil.** EMBRAPA, Brasília: Editora Terra Viva, 1996.
- ATLAS da biodiversidade de Pernambuco (2002).** Recife: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco, 2002. Disponível em <[www.sectma.pe.gov.br](http://www.sectma.pe.gov.br)>. Acessado em: 06/09/2004.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).** PNUP/IPEA/FJP, disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>, acesso em 01/07/2004.
- AUBERTIN, C. (org.) **Fronteiras.** Brasília: Editora Unb, 1988.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço.** São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A psicanálise do fogo.** Lisboa: Litoral, 1994.

\_\_\_\_\_. **A água e os sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria.** São Paulo, Martins Fontes, 1997.

BACRY, P. **Les figures de style.** Paris : Belin, 1992.

BAILLY, A.; RAFFESTIN, C.; REYMOND, H. Les concepts du paysage: problématique et représentations. **L'Espace Géographique**, n.4, 1980, p.277-286.

\_\_\_\_\_.; FERRAS, R. **Éléments d'épistémologie de la géographie.** Paris: Armand Colin/ Masson, 1997.

\_\_\_\_\_.; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (dir.) **Encyclopédie de Géographie.** Paris: Economica, 1995.

BARBOSA, C.B. ; MALTCHIK, L. Estratégias do sertanejo. **Ciência Hoje**, v.24, n.142, Rio de Janeiro, 1998, p.65-68.

BARROS, M. **Livro sobre nada.** Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ensaaios fotográficos.** Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2000.

BARTHES, R. **Mythologies.** Paris: Seuil, 1957.

BEAUMARCHAIS, J-P. ; COUTY, D. ; REY, A. **Dictionnaire des littératures de la langue française.** Paris : Bordas, 1987.

BECKER, B.K. **O uso político do território.** In: BECKER, B.K. (org.). Abordagem política da espacialidade. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ, 1982.

\_\_\_\_\_. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, t.2. Rio de Janeiro: FIBGE, 1988, p.99-126.

\_\_\_\_\_. ; EGLER, C.A.G. **Brasil, uma nova potência regional na economia-mundo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

\_\_\_\_\_. **Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica.** In : BECKER, B.; MIRANDA, M. A geopolítica do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.421-443.

\_\_\_\_\_. Brasil – Tordesilhas, ano 2000. **Território/ LAGET**, UFRJ. – Ano IV, n.7, jul./dez. 1999, p.7-23.

BECKER, H.S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERDOULAY, V. **La formation de l'école française de géographie (1870-1914)**. Paris : Bibliothèque Nationale (CTHS – Mémoires de la section de géographie, 11), 1981.

BERDOULAY, V. **La métaphore organiciste. Contribution à l'étude du langage des géographes**. *Annales de Géographie*, 91 (507), 1982, p.573-586.

\_\_\_\_\_. ; PHIPPS, M. **Paysage, système, organisation**. *In: BERDOULAY, V.; PHIPPS, M. (orgs.). Paysage et Système: de l'organisation écologique à l'organisation visuelle*. Éditions de l'Université d'Ottawa, 1985, p.9-19.

\_\_\_\_\_. **Covergences des analyses sémiotique et écologique du paysage**. *In: BERDOULAY, V.; PHIPPS, M. (orgs.). Paysage et Système: de l'organisation écologique à l'organisation visuelle*. Éditions de l'Université d'Ottawa, 1985a, p.141-153.

\_\_\_\_\_. Les idéologies comme phénomènes géographiques. **Cahiers de Géographie du Québec**, vol.29, n.77, septembre, 1985b, p.205-216.

\_\_\_\_\_. **Des mots et des lieux. La dynamique du discours géographique**. Paris : Éditions du CNRS, 1988.

\_\_\_\_\_. **Place, meaning and discourse in French language geography**. *In: AGNEW, J.A.; DUNCAN, J.S. (orgs.) The power of place: bringing together geographical and sociological imaginations*. Boston: Unwin Hyman, 1989, p. 124-139.

\_\_\_\_\_.; ENTRIKIN, J.N. Singularité des lieux et prospective. **Espaces et Sociétés**, 74-75, 1994, p.189-202.

\_\_\_\_\_. ; \_\_\_\_\_. Lieu et sujet. Perspectives théoriques. **L'Espace Géographique**, 1998, n.2, p.111-121.

\_\_\_\_\_. ; SAULE-SORBÉ, H. La mobilité du regard et son instrumentalisation. Franz Schrader à la croisée de l'art et de la science. **Finisterra**, XXXIII, 65, 1998, p.39-50.

\_\_\_\_\_. ; \_\_\_\_\_. Franz Schrader face à Gavarnie, ou le géographe peintre de paysage. **Mappemonde**, 55, 1999.3, p.33-37.

\_\_\_\_\_. ; MORALES, M. Espace public et culture : stratégies barcelonaises. **Géographie et Cultures**, n.29, 1999, p.25-42.

\_\_\_\_\_. ; CASTRO, I.E. ; GOMES, P.C.C. L'espace public entre mythe, imaginaire et culture. **Cahiers de Géographie du Québec**, vol.45, n.126, decembre 2001, p.413-428.

\_\_\_\_\_. Sujeto y acción en la geografía cultural : el cambio sin concluir. **Boletín de la A.G.E.** n.34, 2002, p.51-61.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes: 1998.

BERNUCCI, L. **Prefácio**. In : CUNHA, E. Os sertões. Campanha de Canudos. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.13-49.

BERQUE, A. **Mediance – de milieux en paysages**. Montpellier: Reclus, 1990.

\_\_\_\_\_. ; CONAN, M. *et. al.* **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994a.

\_\_\_\_\_. **Introduction**. In: BERQUE, A. (dir.) *et. al.* Cinq propositions pour une théorie du paysage. Seyssel: Champ Vallon, 1994b, p. 5-10.

\_\_\_\_\_. **Paysage, milieu, histoire**. In: BERQUE, A. (dir.) *et. al.* “Cinq propositions pour une théorie du paysage”. Seyssel: Champ Vallon, 1994c, p. 12-29.

\_\_\_\_\_. **Les raisons du paysage. De la Chine antique aux environnements de synthèse**. Paris: Hazan, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Espace, milieu, paysage, environnement**. In: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (dir.) Encyclopédie de Géographie. Paris: Economica, 1995b, p.349-367.

\_\_\_\_\_. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos para uma Geografia Cultural** (seguido de um comentário de Olivier Dolfuss). In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.84-91 (original de 1984).

BERTAND, G. Le Paysage entre la nature et la société. **Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, 49, (2), 1978, p.16-26.

BESSE, J-M. **Voir la Terre. Six essais sur le paysage et la géographie**. ACTES SUD/ ENSP/ CENTRE DU PAYSAGE, 2000.

BISPO volta a defender saques. **Jornal do Comercio**, 26 ago. 1999. Disponível em <<http://jc.uol.com.br/>>. Acesso em: 15/09/2000.

BLANCHET, A. ; GOTMAN, A. **L'enquête et ses méthodes : l'entretien.** Paris : Nathan Université, 1992.

BOBEK, H.; SCHMITHÜSEN, J. **A paisagem e o sistema lógico da geografia.** In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.75-83 (original de 1949).

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. **L'Espace Géographique**, n.4, 1981, p.249-262.

\_\_\_\_\_. **Gens de pirogue et gens de la terre. Les fondements géographiques d'une identité : l'Archipel du Vanuatu**, livre 1. Paris : ORSTOM, 1996.

\_\_\_\_\_. **Les gens des lieux. Histoire et géosymboles d'une société enracinée : Tanna. Les fondements géographiques d'une identité : l'Archipel du Vanuatu**, livre 2. Paris : ORSTOM, 1997.

\_\_\_\_\_. **La géographie culturelle. Cours de l'université Paris IV – Sorbonne, 1994-1997.** Paris : Éditions du CTHS, 2000.

BRAUD, P. **L'émotion en politique.** Paris : Presses de Sciences Po, 1996.

BRUNET, R. (dir.) ; FERRAS, R. ; THÉRY, H. **Les mots de la géographie. Dictionnaire critique.** Paris : La Documentation Française ; Montpellier : Reclus, 1993.

BURGESS, J. **Filming the Fens : a visual interpretation of regional character.** In: FOOTE, K.F.; HUGILL, P.J.; *et. al.* (ed.). Re-reading cultural geography. Austin: University of Texas Press, 1994, p.297-312 (original de 1982).

BUTTNER, A. Values in Geography. **Association of American Geographers**, Resource Paper n. 24, 1974.

\_\_\_\_\_. Le temps, l'espace et le monde vécu. **L'Espace Géographique**, n.4, 1979, p.243-254.

CALDAS LINS, R. (coord.) **As áreas de exceção do agreste de Pernambuco.** SUDENE/PSU/SER, 1989.

\_\_\_\_\_.; JATOBÁ, L. *et. al.* **Condições geo-ambientais do semi-árido brasileiro.** Notas e Comunicações de Geografia. Série B: Textos didáticos, n.15, Recife: UFPE/ DCG/ NAPA, julho de 1996.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia em la geografía contemporánea.** Barcelona: Editora Barcanova, S.A., 1981.

CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do Mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, M.J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

\_\_\_\_\_. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa**. In: MOREIRA, J.R.; COSTA, L.F.C. (org.). *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p.223-240

CASSIRER, E. **Linguagem e mito**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

\_\_\_\_\_. **Visibilidade da região e do regionalismo – a escala brasileira em questão**. In: LAVINAS, L. *et. al.* (org.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil. 1994, p. 155-169.

\_\_\_\_\_. **O problema da escala**. In: *Geografia: conceitos e temas*. CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (org.). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995, p.117-140.

\_\_\_\_\_. **Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste**. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (org.). *Brasil: questões atuais de reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.284-323.

\_\_\_\_\_. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.155-196.

\_\_\_\_\_. **Ilhas de tecnologia no Nordeste Brasileiro e a reinvenção da natureza. Território/ LAGET, UFRJ – ano V, n.9 (jul./dez.2000)**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.45-63.

\_\_\_\_\_. **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z.; (org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.103-133.

\_\_\_\_\_. **Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política**. In: YÁZIGI, E. (org.) *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, p.121-140.

CAVALCANTI, J.S.B. **Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação no vale do São Francisco**. In: CAVALCANTI, J.S.B. (org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p.123-170.



\_\_\_\_\_.; BELO, A.C. **Estratégias produtivas e o trabalho de homens e mulheres na fruticultura de exportação: o caso do Vale do São Francisco.** In: CAVALCANTI, J.S.B. (org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p.259-281.

CHESF – **Compahia Hidro Elétrica do São Francisco.** Sítio na Internet: <<http://www.chesf.gov.br>>. Acesso em 16/10/2004.

CHESF comemora 50 anos com causos. **Jornal do Commercio**, Caderno C, Recife, 15/03/1998. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/JC/\\_1998/1503/cc1503a.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_1998/1503/cc1503a.htm)>. Acesso em: 15/05/2001.

CHOUQUER, G. Nature, environnement et paysages au carrefour des théories. **Études Rurales** n.157-158, janvier-juin 2001, p.235-251.

CLARIMONT, S. **Conflits pour l'eau dans le bassin de l'Èbre.** In : DRAIN, M. (dir.) ; ALLARD, P. *et al.* *Les conflits pour l'eau en Europe Méditerranéenne.* **Espace Rural**, n.36, janvier 1996, p.63-114.

CLAVAL, P. **Éléments de géographie humaine.** Paris: Litec, 1974.

\_\_\_\_\_. ; SINGARAVÉLOU (dir.) **Ethnogéographies.** Paris, L'Harmattan, 1995.

\_\_\_\_\_. **As abordagens da geografia cultural.** In: CASTRO, I.E. *et al.* (org.). *Explorações Geográficas - percursos no fim do século.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 89-117.

\_\_\_\_\_. **A geografia cultural.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1999a.

\_\_\_\_\_. Qu'apporte l'approche culturelle à la géographie ? **Géographie et Cultures**, n.31, 1999b, p.5-24.

\_\_\_\_\_. **A geografia cultural : o estado da arte.** In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z.; (org.). *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999c, p.59-97.

\_\_\_\_\_. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, ano1, n.2, Niterói/RJ, UFF/ EGG, 1999d, p.7-26.

\_\_\_\_\_. **Épistemologie de la géographie.** Paris : Édition Nathan/ VUEF, 2001.

CODEVASF – **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**, sítio da Internet: <<http://www.codevasf.gov.br/>>. Acesso em: 05/10/2004.

COPANS, J. **L'enquête ethnologique de terrain**. Paris : Nathan Université, 1999.

CORBIN, A. **Le miasme et la jonquille : l'odorat et l'imaginaire social 18-19<sup>e</sup> siècles**. Paris : Flammarion, 1986.

\_\_\_\_\_. **Le territoire du vide : l'Occident et le désir du rivage 1750-1840**. Paris : Flammarion, 1990.

\_\_\_\_\_. **Les cloches de la terre : paysage sonore et culture sensible dans les campagnes au XIX<sup>eme</sup> siècle**. Paris : Flammarion, 2000.

\_\_\_\_\_. **L'homme dans le paysage**. (Entretien avec Jean Lebrun). Paris : Les Éditions Textuel, 2001.

CORRÊA, R.L. **Carl Sauer e a Geografia Cultural**. In: CORRÊA, R.L. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997a, p.261-283.

\_\_\_\_\_. A paisagem geográfica: uma bibliografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC, n. 4, jun. 1997b, p. 50-54.

\_\_\_\_\_; ROSENDAHL, Z. **Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura**. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.7-11.

\_\_\_\_\_. **Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução**. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.49-58.

\_\_\_\_\_. **Carl Sauer e a Escola de Berkeley – uma apreciação**. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z.; (org.). Matrizes da geografia cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.9-33.

COSGROVE, D. E. **Social formation and symbolic landscape**. London / Sydney: Croom Helm, 1984 (republicada em 1998).

\_\_\_\_\_. **Worlds of meaning: cultural geography and the imagination**. In: FOOTE, K.F.; HUGILL, P.J.; *et. al.* (ed.). Re-reading cultural geography. Austin: University of Texas Press, 1994, p.387-395. (Disponível ainda em português: **Mundos de significados: Geografia cultural e imaginação**. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: um século (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p.33-60)

\_\_\_\_\_. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-123.

\_\_\_\_\_. **Geografia Cultural do milênio.** In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.17-46.

\_\_\_\_\_. ; JACKSON, P. **Novos rumos da geografia cultural.** In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z.; (org.). *Geografia cultural: um século (2).* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p.15-32. (original de 1987).

CRÓCIA (de Barros), N.C. *Encounter e imaginação geográfica na Guyana Brasileira.* **Território/ LAGET, UFRJ – anoV, n.8 (jan./jul. 2000).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p.31-46.

CULTURAL Landscape. In: GREGORY, D.; SMITH, D.M. (org.) **The Dictionary of Human Geography.** London: Blackwell Reference, 1986, p.90.

CULTURE. In: GREGORY, D.; SMITH, D.M. (org.) **The Dictionary of Human Geography.** London: Blackwell Reference, 1986, p.91.

CUNHA, E. **Os Sertões. Campanha de Canudos.** São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

DANTAS SILVA, L. **Pernambuco, história e aspectos de sua paisagem.** In: SOUTO MAIOR, M.; DANTAS SILVA, L. (org.). *A paisagem pernambucana.* Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 1993, p. XI-LXIV.

DARDEL, E. **L’homme et la terre – nature de la réalité géographique.** Paris: CTHS, 1990 (1952).

DEBARBIEUX, B. **Imagination et imaginaire géographique.** In : BAILLY, A.; FERRAS, R. ; PUMAIND. *Encyclopedie de Géographie.* Paris: Economica, 1995a p.875-888.

\_\_\_\_\_. *Le lieu, le territoire et trois figures de rhétorique.* **L’Espace Géographique,** 1995b, n.2, p.97-112.

DESERTIFICAÇÃO. **Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/** Programa Nacional de Combate à Desertificação (PNCD). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/redesert>>. Acesso em: 4 de setembro de 2004.

DESPIN, L. **La refondation territoriale. Entre le monde et le lieu.** Paris : L’Harmattan, 2003.

**DICIONÁRIO Houaiss de antônimos e sinônimos.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2003.

DIÉGUES JÚNIOR, M. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/ INEP – Ministério da Educação e Cultura, 1960

DILTHEY, W. **Le monde de l'esprit**. (2 t.) Paris : Aubier, 1947.

DI MÉO, G. (dir.) **Les territoires du quotidien**. Paris : L'Harmattan, 1996.

\_\_\_\_\_. **L'Homme, la Société, l'Espace**. Paris: Anthropos, 1997.

DOLFUSS, O. **A análise geográfica**. São Paulo : DIFEL, 1973.

\_\_\_\_\_. **A produção do meio** - Comentário a “Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos para uma Geografia Cultural” de Augustin Berque. *In*: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.89-91.

DONADIEU, P. **Pour une conservation inventive des paysages**. *In* : BERQUE, A. (dir.) ; CONAN, M. *et. al.* Cinq propositions pour une théorie du paysage. Seyssel : Champ Vallon, 1994.

\_\_\_\_\_. **Campagnes urbaines: de la réalité aux symboles**. *In* : POULLAOUËC-GONIDEC, P. ; GARIÉPY, M. ; LASSUS, B. (dir.). Le paysage, territoire d'intentions. Paris : L'Harmattan, Montréal : Harmattan, 1999, p.79-152.

DOUAY-SOUBLIN, F. (ed.). **Dumarsais, César Chesneau. Des tropes ou des différents sens**. (Figure et vingt autres articles de l'Encyclopédie, suivis de l'Abrégé des tropes de l'abbé Ducros, présentation et notes par F. Douay-Soublin). Paris : Flammarion, 1988.

DRAIN, M. **Avant-propos e La Península Iberique**. *In* : DRAIN, M. (dir.) ; ALLARD, P. *et. al.* : Les conflits pour l'eau en Europe Méditerranéenne. **Espace Rural**, n.36, janvier 1996, p.7-62.

DUNCAN, J. Landscape geography, 1993-94. **Progress in Human Geography**, vol.19, n.3, 1995, p.414-422.

\_\_\_\_\_. **Após a guerra civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia**. *In*: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z.; (org.). Geografia cultural: um século (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p.61-83. (original de 1994).

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. **O imaginário. Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro, DIFEL, 1998.

- ECO, U. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.
- ELIADE, M. **Traité d'histoire des religions**. Genève : Payot, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- EMBRAPA. **Zoneamento Agroecológico do Nordeste. Diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico**. Série Documentos n.80, (vol. 1 e 2 mais mapa), nov. 1993. Petrolina, PE: EMBRAPA/ CPATSA/ ORSTOM-CIRAD, 1993.
- ENTRIKIN, J.N. Contemporary Humanism in Geography. **Annals of the Association of the American Geographers**, vol.66, n.4, december, 1976, p. 615-632.
- \_\_\_\_\_. Place and region. **Progress in Human Geography**, vol. 21, n.2, 1997, p.263-268.
- FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos. Gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- FALTA d'água pode ter fim em Caruaru. **A Vanguarda**, Caruaru, 16-22 out. 1999, p.1, 2 e 5.
- FIGURE. **Dictionnaire International des Termes Littéraires**. Disponível em : <<http://www.ditl.info/art/definition.php?term=1828>>. Acesso em: 12 out. 2004.
- FOOT HARDMAN, F. (org.). **Morte e progresso. Cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- FOOTE, K.F.; HUGILL, P.J.; *et. al.* (ed.). **Re-reading cultural geography**. Austin: University of Texas Press, 1994.
- FOSTER, J. Les “Hesperides” de John Buchan: la rhétorique du langage et l'esthétique de l'expérience corporelle dans le Haut-Veld sud-african, 1901-1903. **Géographie et Cultures**, n.31, 1999, p.65-94.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação ?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRÉMONT, A. **La region, espace vécu**. Paris: PUF, 1976.
- FREYRE, G. **Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- FUNDAJ/CHESF. **Hidrelétrica de Itaparica: impactos e mudança social no meio rural: relatório final** (2 vols.). ARAÚJO, M.L.C.; AMORIM, R.; SCOTT, R.P. (coord.). Recife: FUNDAJ, 1988.

GADAMER, H-G. **Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica.** Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Verdade e método II. Complementos e índice.** Petrópolis: Vozes, 2002.

GARDES-TAMINE, J. **La Stylistique.** Paris : Colin, 1992.

\_\_\_\_\_. **La rhétorique.** Paris : Armand Colin, 1996.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GENETTE, G. **Figures III.**, Paris : Seuil, Poétique, 1972.

GIRARDET, R. **Mythes et mythologies politiques.** Paris: Éditions du Seuil, 1986.

GOMES, A.M. **Imaginário social da seca – suas implicações para a mudança social.** Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1998.

GOMES, E.T.A. **Recortes de paisagens na cidade do Recife; uma abordagem geográfica.** São Paulo: Universidade de São Paulo (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), 1997. Tese de doutorado (fotocópia).

\_\_\_\_\_. **Natureza e cultura – representações na paisagem.** In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. Paisagem Imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.49-70.

GOMES, P.C.C. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. **Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões.** In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Explorações Geográficas. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.13-42.

\_\_\_\_\_. **A condição urbana. Ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONZAGA, L.; ALMEIDA, O. **Sanfoneiro Zé Tatu.** Intérprete: Luiz Gonzaga. In: GONZAGA, L. “Ô véio Macho”. São Paulo: RCA/ BMG BRASIL LTDA, (original de 1962). 1 CD. Faixa 7.

\_\_\_\_\_. ; MARCOLINO, J. **Sertão de Aço.** Intérprete: Luiz Gonzaga. In: GONZAGA, L. “Ô véio Macho”. São Paulo: RCA/ BMG BRASIL LTDA, (original de 1962). 1 CD. Faixa 3.

GRABOIS, J.; MACIEL, C.A.A.; SILVA, M.J. Reordenação espacial e evolução da economia agrária: o caso das terras altas da transição agreste-mata do norte de Pernambuco. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 54, n.1, jan./mar. de 1992. Rio de Janeiro: FIBGE, 1992, p.121-177.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81. Maio, 1997.

GREGORY, D.; SMITH, D. M. (org.) **The Dictionary of Human Geography**. London: Blackwell Reference, 1986, 2.ed.

GUÉRIN, J-P. **Géographie et représentations : introduction**. In : ANDRÉ, Y. ; BAILLY, A. ; FERRAS *et. al.* (ed.). Représenter l'espace : l'imaginaire spatial à l'école. Paris : Anthropos, 1989, p.3-5.

GUMUCHIAN, H. ; MAROIS, C. **Initiation à la recherche en géographie**. Paris : Anthropos, 2000.

GUTIERREZ, L. **La comarque en Catalogne : espaces d'identité**. Université de Pau et des Pays de L'Adour/ UFR des Lettres, Langues et Sciences Humaines/ Département de Géographie ; Mémoire de Maîtrise de Géographie, 1999/2000 (fotocópia).

\_\_\_\_\_. **Rhétorique et discours identitaire: la synecdoque comarcale dans le catalanisme**. Université de Pau et des Pays de L'Adour/ IRSAM, mémoire de D.E.A. 2000/2001 (fotocópia).

HAESBAERT, R. **Gaúchos e baianos no novo Nordeste : entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.367-415.

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade: a "rede" gaúcha no Nordeste**. Niterói/RJ: Eduff, 1997.

\_\_\_\_\_. **Identidades territoriais**. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.169-190.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARD, G. **Die Landschaft der Sprache und die Landschaft der Geographen**. Colloquium Gographicum Hrsg - Band II, Bonn, 1970.

\_\_\_\_\_. **Zu den Landschaftsbegriffen der Geographie.** In: WALLTHOR, A.H. v.; QUIRIN, H. *Landschaft – Als Interdisziplinäres Forschungsproblem.* Munster: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung Munster Westfalen, 1992.

HARGREAVES, G.H. **Precipitation dependability and potentials for an agricultural production for Northeast Brazil.** Cusushash: EMBRAPA and Utah State University, 1974.

HARTSHORNE, R. **The Nature of Geography.** Minnesota: University of Minnesota Press, 1939.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: MTC/CNPq, 1988.

HISTÓRIA do pensamento morfológico. **Macropaedia Britannica**, 1978, vol.19, p. 1164-1167.

HOEFLE, S.W. Os sertanejos e os bichos – cognição ambiental na zona semi-árida nordestina. **Revista de Antropologia**, n.33, 1990, p.47-72.

\_\_\_\_\_.; BICALHO, A.M.S.M. Divergent trends in Brazilian Rural transformation: capitalised agriculture in the Agreste and sertão of the Northeast. **Bulletin of Latin American Research**, vo.9, n.1, 1990, p.49-77.

\_\_\_\_\_. Percepção do ambiente e domesticação do espaço no sertão nordestino. **Revista Brasileira de Geografia**, 55 (1/4), jan./dez. 1993, p.171-197.

\_\_\_\_\_.; BICALHO, A.M.S.M. From family feud to organised crime: the cultural economy of cannabis in Northeast Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, vo.18, n.3, 1999, p.343-360.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Environment perception and sustainable development in the atlantic forest of southeast Brazil. **Monographs of the Sustainability of Rural Commission.** Montréal: IGU/ Université de Montréal, 2001.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território/ LAGET**, UFRJ – ano II, n.3, (jul./dez., 1997), Rio de Janeiro: Garamond, 1997, p.77-85.

\_\_\_\_\_. **Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico.** In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999a, p.149-168.

\_\_\_\_\_. O lugar na geografia humanista. **Território/ LAGET**, UFRJ – ano IV, n.7, (jul./dez., 1999), Rio de Janeiro: UFRJ, 1999b, p.67-78.



\_\_\_\_\_. **A geografia fenomenológica de Eric Dardel.** In : CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z.; (org.). Matrizes da geografia cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.103-122.

HOORNAERT, E. **Os anjos de Canudos. Uma revisão histórica.** Petrópolis: Vozes, 1998.

HUMANIST(IC) geography. In: GREGORY, D.; SMITH, D. M. (org.) **The Dictionary of Human Geography.** London: Blackwell Reference, 1986, p.207-209.

HUSSY, C. **Essai d'analyse sémiologique en géographie humaine.** Thèse n. 272, Faculté des Sciences Economiques et Sociales, Berne, Genève, Francfort, Las Vegas, Peter Lang, 1980.

JACOBSON, R. **Essais de linguistique générale.** Paris : Les Éditions de Minuit, 1963.

KHANKOVA, S. **Figure.** In : GRASSIN, J-M.; FAHEY, J. Dictionnaire International des Termes Littéraires. Limoges : Université de Limoges, 1964. Disponível em <http://www.ditl.info/art/definition.php?term=1828>. Acessado em: 23 jun. 2004.

IBGE (2001). **Censo 2000.** Disponível em : <<http://www1.ibge.gov.br/censo/default.php>>. Acessado em 04/09/2004.

\_\_\_\_\_. **Malha Municipal Digital,** 2001. Disponível em : <<http://www1.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 05/09/2004.

\_\_\_\_\_. **Servidor de Mapas.** Disponível em: <[http://www1.ibge.gov.br/mapas/images/mapa\\_novo.gif](http://www1.ibge.gov.br/mapas/images/mapa_novo.gif)>. Acessado em: 05/09/2004.

LACOSTE, Y. A quoi sert le paysage? Qu'est-ce un beau paysage? **Hérodote,** n. 7, jul.-set. 1977, p.3-41.

\_\_\_\_\_. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas, SP: Papirus, 1989.

LANDA, E. **O preconceito como violência do pensamento: espaço narcísico e imagem do outro.** In: FOOT HARDMAN, F. (org.). Morte e progresso. Cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.71-79.

LANTZ, P. **L'investissement symbolique.** Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

LE GUERN, M. **Semantique de la métaphore et de la métonymie**. Paris : Larousse Université, 1973.

LENTIN, J.P. **Penso, logo me engano. Breve história do besteiro científico**. São Paulo, Ática, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ/UCAM, 1999.

LISBOA, K.M. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na 'Viagem pelo Brasil'(1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOWENTHAL, D. Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, 51, 1961, p.241-260.

\_\_\_\_\_.; BOWDEN, M. (ed.) **Geographies of the Mind: Essays in Historical Geosophy in Honor of John Kirtland Wright**. New York: Oxford University Press, 1975, p.149-169.

\_\_\_\_\_. **Introduction**. In: PENNING-ROUSELL, E.; LOWENTHAL, D. (orgs.) **Landscape meanings and values**. London: Unwin Hyman, 1986, p.1-2.

LUGER, G.F. **Inteligência artificial: estruturas e estratégias para a solução de problemas complexos**. Porto Alegre: Bookmann, 2004.

LUSTOSA COELHO, M.A. **Atitudes Lingüísticas do Nordeste do Submédio São Francisco**. Recife: UFPE/ CAC – Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, 1998 (dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. Aspectos do discurso sobre o nordestino nos meios de comunicação. **Portal do São Francisco** – CESVASF, ano 1, n.1, dez.2002, p.129-143.

MACIEL, C.A.A. **Sertão – vídeo-documentário. Projeto de extensão universitária**. Departamento de Ciências Geográficas/ UFPE. Recife, 1997 (fotocópia).

\_\_\_\_\_. **Paisagem e imaginário no semi-árido nordestino**. Projeto de doutorado apresentado ao exame de seleção do PPGG/UFRJ. Rio de Janeiro, 1999 (fotocópia).

\_\_\_\_\_. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnosiológica. **GEOGRAPHIA**, ano 3, n.6, Niterói/RJ, UFF/ EGG, dez. 2002, p.99-117.

\_\_\_\_\_. **Transfigurations de l'espace publique : rivières, ponts et autres paysages métonymiques à Recife (Brésil)**, 2004. Inédito.

MACIEL, J.A.R. Os enigmas da forma – ou o sonho de Hegel e Einstein. **Perspectiva Filosófica**, vol.1, n.2, janeiro-junho, 1993, p.5-29.

MAFFESOLI, M. **A transfiguração do político : a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

MALTCHIK, L. Biodiversidade e estabilidade em lagoas do semi-árido. **Ciência Hoje**, v.25, n.148, Rio de Janeiro, 1999, p.64-67.

MANN, M. **O poder autônomo do Estado. Suas origens, mecanismos e resultados**. In: HALL, J. (org.). Os Estados na História. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MARCEL, O. Le paysage comme objet philosophique. **Géographie et Cultures**, n. 13, 1994. p. 3-34.

MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia – dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MARTINS, J.S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, P.H. **Pernambuco e a modernidade**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998.

MEINIG, D.W. (ed.) **The interpretation of ordinary landscapes**. New York: Oxford University Press, 1979.

MELO, M.L. **Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco**. Recife: SUDENE-PSU-SRE, 1988.

MENESES, U.T.B. **A paisagem como fato cultural**. In: YÁZIGI, E. (org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002, p.29-64.

MENEZES, D. **O outro Nordeste. Formação social do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

MEYER, M. **Questions de rhétorique: langage, raison et séduction**. Paris : Le Livre de Poche, 1993.

MIKESELL, M.W. Tradition and innovation in Cultural Geography. **Annals of the Association of the American Geographers**, 68 (1), march 1978, p.1-16.

\_\_\_\_\_. **Afterword: New interests, unsolved problems, and persisting tasks**. In: FOOTE, K.F.; HUGILL, P.J.; *et. al.* (ed.). Re-reading cultural geography. Austin: University of Texas Press, 1994, p.437-444.

MITCHELL, W.J.T. *Iconology, image, text, ideology*. Chicago: Chicago University Press, 1986.

MITCHELL, D. Book reviews: Denis E. Cosgrove – Social formation and symbolic landscape. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New series, vol. 24, n.4, 1999, p.505-506.

MOLES, A.A. **Les Sciences de l'imprécis**. Paris : Seuil, coll. Sciences, 1995.

MOLINIÉ, G. **Dictionnaire de rhétorique**. Paris : Librairie Générale Française, 1992.

MOLINO, J. ; SOUBLIN, F. ; TAMINE, J. Problèmes de la métaphore. **Langages**, Paris: Didier-Larousse, n.54, 1979, p.5-40.

MONDADA, L. ; RACINE, J-B. **Géographie et semio-linguistique**. In: BAILLY, A., FERRAS, R., PUMAIN, D. (dir.) *Encyclopédie de Géographie*. Paris: Economica, 1995, p.239-254.

MORAL, L. del. **Problemas y tendencias de la gestión del agua en el marco de la organización autonómica del Estado español**. Comité Español de la UGI, Vivir la diversidad em España, Apartación española al XXIX Congreso de la UGI, Seul, 2000, p.313-336.

MORFOLOGIA. **Macropaedia Britannica**: 1978, vol.12, p. 451-455.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Europa América, (debate realizado em Lisboa, dezembro de 1983), 1985.

\_\_\_\_\_. **Introduction à la pensée complexe**. Paris : ESF, 1990.

MOUNIN, G. **Dictionnaire de la linguistique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

NO SERTÃO EU VI – vídeo documentário. Produzido por: AUÇUBA/ Oficina de Imagens/ **Departamento de Ciências Geográficas – UFPE**. Direção: Kátia Augusta Maciel. Assessoria científica: Caio Augusto Amorim Maciel e Mauro José da Silva. Recife, 1998. 1 videocassete (27').

NOVAES, S.C. **Paisagem Bororo – de terra a território**. In: NIEMEYER, A.M.; GODOI, E.P. (org.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p. 229-250.

O HOMEM. O rio. O desafio. CHESF, 50 anos (informe publicitário), **Jornal do Commercio**, Recife, 15/03/1998.

PASSARGE, S. Die Landschaftsgürtel der Erde. Breslau: Hiert, 1923. Citado em CORRÊA, R.L. A paisagem geográfica: uma bibliografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC, n.4, jun. 1996, p.53.

PENNING-ROWSELL, E.C.; LOWENTAL, D. (ed.) **Landscape meanings and values**. London: Unwin Hyman, 1984.

PERELMAN Ch.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique**. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1976 (original de 1970).

PERÍMETRO irrigado Senador Nilo Coelho. Área Maria Tereza – Inauguração. **CODEVASF**, 3ª Superintendência regional, Petrolina/ PE, 1997 (folheto publicitário).

PETITOT, J. **La morphogenèse du sens**. Paris: PUF, 1985.

POUILLON, J. **A obra de Claude Lévi-Strauss**. In : LÉVI-STRAUSS, C. Raça e história (posfácio). Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.99-147.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, 4 (7), abril 1979, p.1-25.

\_\_\_\_\_. **The Modern Urban Landscape**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1987.

RESENDE, M.; REZENDE, S. B. Levantamento de Solos: Uma Estratificação de Ambientes. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, MG: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, v.9, n.105, 1983, p.3-25.

\_\_\_\_\_. Ambiente Agrícola: Percepção e Interpretação. **Alternativas-Cadernos de Agroecologia**. Rio de Janeiro, RJ: As-pta - Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa, v.4, 1996a, p.1-17.

\_\_\_\_\_. ; CARDOSO, I. Percepção e uso de ambientes naturais por pequenos agricultores. **Alternativas - Cadernos de Agroecologia**. Rio de Janeiro, RJ: As-pta - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, v.4,1996b, p.18-21.

RETAILLE, D. **Ethnogéographie – naturalisation des formes socio-spatiales**. In : CLAVAL, P.; SINGARAVÉLOU (dir.) *Ethnogéographies*. Paris, L'Harmattan, 1995, p.17-38.

RIBEIRO, R.W. **A construção da aridez : representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca (1877-1909)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2001 (dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. **A construção da seca como um problema: administração pública e representações da natureza durante a seca de 1877-1879 no Ceará.** In: LIMA, A.C.S. (org.). *Gestar e Gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RICOEUR, P. **La Métaphore vive.** Paris : Seuil, 1975.

ROGER, A. **Nus et paysages. Essais sur les fonctions de l'art.** Paris: Aubier, 1978.

\_\_\_\_\_. **Ut pictura hortus, Introduction à l'art des jardins.** In: DAGOGNET, F. (org.) *Mort du paysage? Philosophie et esthétique du paysage.* Seyssel: Champ Vallon, 1982, p.95-108.

\_\_\_\_\_. **Esthétique du paysage au siècle des Lumières.** In : MARCEL, O. (dir.). *Composer le paysage.* Seyssel : Champ Vallon, 1989, p.61-82.

\_\_\_\_\_. **Histoire d'une passion théorique ou Comment on devient um Raboliot du paysage.** In : BERQUE, A. (dir.) ; CONAN, M. et. al. *Cinq propositions pour une théorie du paysage.* Seyssel : Éditions Champs Vallon, 1994, p.107-123.

ROUX, M. **Géographie et Complexité – Les espaces de la nostalgie.** Paris: L'Harmattan, 1999.

RUDIO, F.V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** Petrópolis: Vozes, 1990.

SALES, T. **Agreste, agrestes. Transformações recentes na agricultura nordestina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTOS, M. **A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SARTRE, J-P. **A imaginação.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

SAUER, C.O. **A morfologia da paisagem.** In: CORRÊA, R.L., ROSENDAHL, Z. (orgs.) *Paisagem, tempo e cultura.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.12-74 (original de 1925).

SAUTTER, G. **Le paysage comme connivence.** *Hérodote*, n.16, 1979, p.40-67.

SCOTT, R.P. **Frutas tradicionais, irrigação e agroindústria em um projeto de reassentamento.** In: CAVALCANTI, J.S.B. (org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p.283-306.

SEGAWA, H. Metonímia da natureza. Do jardim do Éden aos pitorescos parques públicos. **Projeto**, n.186, junho 1995, p.85-87.

SIGAUD, L. **O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais**. In: MACIEL, T. (org.) O ambiente inteiro. A contribuição crítica da universidade à questão ambiental. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p.41-68.

SILVA, A. D. O reassentamento rural de Itaparica: conflitos e transformações no espaço agrário do Submédio São Francisco - Bahia/Pernambuco. Recife: UFPE/ Mestrado em Geografia, 1997 (dissertação).

SILVA, A.G. **Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte – Brasil**. In: CAVALCANTI, J.S.B. (org.). Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p.307-339.

SITWELL, O.F.G. Elements of the cultural landscape as figures of speech. **Canadian Geographer**, XXV, 2, 1981, p.167-180.

SOUNY, W. **Synecdoque**. In : Dictionnaire International des Termes Littéraires. Limoges : Nova Vita/ Université de Limoges, juin 2003. Disponível em: <<http://www.ditl.info/art/definition.php?term=4286>>. Acesso em: 23 jun. 2004.

SPIX, J.B.; MARTIUS, K.F.P. **Pelos caminhos do sertão de São Francisco**. In: SOUTO MAIOR, M.; DANTAS SILVA, L. (org.). A paisagem pernambucana. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993, p. 81-94.

SUASSUNA, J. **Contribuição ao estudo hidrológico do semi-árido nordestino**. Recife: FUNDAJ – Editora Massangana, 2000.

THOM, R. **Structural stability and morphogenesis – na outline of a General Thought of Models**. Massachusetts: W.A. Benjamin, 1975 (original 1972).

\_\_\_\_\_. **Prédire n'est pas expliquer**. Paris: Flammarion, 1991.

TOCHTROP, L. **Dicionário alemão-português**. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Editora Globo, 1984.

TODOROV, T. Synecdoques. **Communications**, n.16, 1970, p.26-35.

TOURRAINE, A. **Critique de la modernité**. Paris : Fayard, 1992.

TRICART, J. **Paysage et télédétection**. In: BERDOULAY, V.; PHIPPS, M.(orgs.). Paysage et Système: de l'organisation écologique à l'organisation visuelle. Éditions de l'Université d'Ottawa, 1985, p. 113-123.

TROLL, C. A paisagem geográfica e sua investigação. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC, n. 4, jun. 1996, p.1-7 (original de 1950).

TUAN, Y-F. **Topophilia: a study of environmental attitudes, perceptions and vallues**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1974.

\_\_\_\_\_. **Landscape of fear**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1979a.

\_\_\_\_\_. **Thought and landscape: the eye and the mind's eye**. In: MEINIG, D.W. (ed.) *The interpretation of ordinary landscapes*. New York: Oxford University Press, 1979b, p. 89-102.

TURCO, A. Aménagement et processus territoriaux: l'enjeu sémiologique. **Espaces et Sociétés**, n.90-91, 1997, p.231-249.

VALE do São Francisco. **CODEVASF** (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). Disponível em: <<http://www.valedosaofrancisco.com.br/OVale/>>. Acesso em 26 de junho de 2004.

VATTIMO, G. **Beyond interpretation. The meaning of hermeneutics for philosophy**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

VÉDRINE, H. **Les grands conceptions de l'imaginaire**. Paris : Biblio Essais, 1990.

VERDUM, R. ; QUEVEDO, D. *et.al.* Desertificação: questionando as bases conceituais, escalas de análise e consequências. **GEOGRAPHIA**, ano III, n.6, Niterói/ RJ: UFF/ EGG, dez. 2002, p.119-132.

VIDAL DE LA BLACHE, P. Des caractères distinctifs de la géographie. **Annales de géographie**, 22 (124), 1913, p. 289-299.

\_\_\_\_\_. *Tableau de la géographie de la France*. Paris : Éditions de La Table Ronde, 1994 (original de 1903).

WANDERLEY, M. N. ; A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.2, Curitiba: Ed. UFPR, 2000, p.29-38.

WANDERLEY, V. ; MENEZES, E. **Viagem ao sertão brasileiro. Leitura geossócio-antropológica de: Ariano Suassuna, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa**. Recife: CEPE/ FUNDARPE, 1997.

WIEBER, J-C. **Le paysage visible, un concept nécessaire**. In: BERDOULAY, V.; PHIPPS, M. (orgs.) *Paysage et Système: de l'organisation écologique à l'organisation visuelle*. Éditions de l'Université d'Ottawa, 1985, p. 167-178.



WOORTMANN, E.F. ; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra : a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WRIGHT, J.K. The Geographical Lore of the Time of the Crusades: A Study in the History of Medieval Science and Tradition in Western Europe. **American Historical Review**, Vol. 30, n.4, jul. 1925, p.801-803.

\_\_\_\_\_. *Terrae incognitae* : the place of the imagination in geography. **Annals of the Association of American Geographers**, vol. XXXVII, n.1, march, 1947, p.1-15.

ZAIDAN FILHO, M. **O fim do Nordeste & outros ensaios**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1999.

ZILLY, B. **A Barbárie: antítese ou elemento da Civilização? Do Facundo de Sarmiento a Os Sertões de Euclides da Cunha**. In: ALMEIDA, A.M.; ZILLY, B.; LIMA, E.N. (org.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUAD, 2001, p.271-301.

7 **ANEXO** – Roteiro de entrevista aberta semi-estruturada usado no trabalho de campo.

*PAISAGEM, LUGAR E ESPAÇO VIVIDO  
EM TRÊS RECORTES DO SEMI-ÁRIDO*

***TÓPICOS PARA ENTREVISTAS ABERTAS SEMI-ESTRUTURADAS***

A) Breve perfil do entrevistado e das condições de realização da entrevista

- Nome do lugar e do município:
- Sítio geográfico:
- Data da entrevista:
  1. Nome do entrevistado:
  2. Idade:
  3. Escolaridade:
  4. Condição do produtor (proprietário, morador, arrendatário etc):

B) Valores, simbologias e representações acerca do espaço imediato de vida e do semi-árido:

1. -Você **é daqui?** / Há quanto tempo reside neste lugar?
2. -**Como é este lugar onde você vive?** [descreva qual é o tipo de terreno, os tipos de mato nativo, as lavouras, quando chove etc].
3. -**Quais são os diferentes tipos de terreno daqui** e como as pessoas os chamam? (p.ex. beira de rio, serra, sequeiro etc).
4. -Você **se sente deste lugar?** Por que?
5. -Como é **viver** neste lugar (lado bom e lado ruim)?
6. -Conhece **outros lugares** nas redondezas (sítios, fazendas povoados etc?) Liste e discorra sobre os seus aspectos em comparação com aqui.
7. -Desses lugares citados, quais **os mais parecidos** com o lugar em que você vive? Justifique.
8. -Desses lugares citados, quais **os mais diferentes** do lugar em que você vive? Justifique.

9. -Conhece **outros municípios** nas redondezas?
- 10.-Desses municípios conhecidos, quais **os mais parecidos** com o município em que vive e por que?
- 11.-Desses municípios conhecidos, quais **os mais diferentes** do município em que vive e por que?
- 12.-**Como é que se chama essa região onde está o seu lugar?**
- 13.-**O que é / como é "essa região"** que você citou? Ex. Brejo/Agreste/Sertão/Beira de rio?
- 14.-O que **distingue** este espaço [brejo/agreste/sertão/etc] das outras áreas?
- 15.-Quais os **deslocamentos cotidianos** que você faz e para que? (quais os lugares e municípios mais visitados e motivos).
- 16.-Já **viajou para fora?** Para onde e por que?
- 17.-Em caso de já ter viajado para longe, **observou até onde as terras são semelhantes às da sua região?** Onde viu uma diferença marcante?
- 18.-Mesmo se não viajou, sabe dizer **para que lado fica e até onde vai o agreste/sertão/brejo/etc?**
- 19.-Quem é desta região é o que? (**dá-se algum nome ou apelido?**).
- 20.- **O que é ser dessa região ou desse lugar em que você vive? Ex: sertanejo/agrestino/brejeiro/beradeiro/etc?**
- 21.-Quando pensa no **lugar** onde vive, **o que vem primeiro à mente?**
- 22.-Se tivesse que mostrar as coisas que você considera mais importantes no seu lugar, mostraria o quê? **O que melhor simboliza-o?**
- 23.-Quando pensa na **região** em que vive, **o que vem primeiro à mente?**
- 24.-O que melhor **simboliza esta região** para você? (se tivesse que mostrar as coisas que você considera mais importantes na sua região, mostraria o quê?).

25.-Gostaria de falar mais alguma coisa sobre os temas tratados na entrevista ou sobre outros assuntos não abordados?

**OBS** - Este roteiro consistiu apenas numa memória dos assuntos a serem tratados, visando favorecer a expressão dos entrevistados e não o estabelecimento de uma relação de tipo pergunta-resposta, como nos questionários. O aspecto formal das perguntas também foi adaptado ao linguajar dos sertanejos, de modo a deixar os interlocutores o máximo possível à vontade.